



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**PROCESSOS EDUCATIVOS NA BAIXADA FLUMINENSE: A CIDADE
DOS MENINOS E A FORMAÇÃO DA 'INFÂNCIA DESVALIDA'
(1938-1996)**

MÁRCIA SPADETTI TUÃO DA COSTA

Sob a orientação do Professor
Fernando César Ferreira Gouvêa

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837p Costa, Márcia Spadetti Tuão da, 1976-
Processos educativos na Baixada Fluminense: a cidade dos meninos e a formação da 'infância desvalida' (1938-1996) / Márcia Spadetti Tuão da Costa. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.
393 f.: il.

Orientador: Fernando César Ferreira Gouvêa.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2023.

1. Processos educativos. 2. Instituições Educativas. 3. Duque de Caxias. 4. Cidade dos Meninos. 5. Baixada Fluminense. I. Gouvêa, Fernando César Ferreira, 1961-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

TERMO Nº 1430 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.082088/2023-05

Seropédica-RJ, 12 de dezembro de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

MÁRCIA SPADETTI TUÃO DA COSTA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 04/12/2023

Membros da banca:

FERNANDO CESAR FERREIRA GOUVEA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

FLAVIO ANICIO ANDRADE. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

AMÁLIA CRISTINA DIAS DA ROCHA BEZERRA. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

ANDREA SIMONI MANARIN TUNIN. Dra. IFRJ (Examinadora Externa à Instituição).

NAILDA MARINHO DA COSTA. Dra. UNIRIO (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 12/12/2023 21:21)

FERNANDO CESAR FERREIRA GOUVEA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1667143

(Assinado digitalmente em 12/12/2023 22:29)

FLAVIO ANICIO ANDRADE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1279312

(Assinado digitalmente em 13/12/2023 17:47)

AMÁLIA CRISTINA DIAS DA ROCHA BEZERRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 095.282.487-64

(Assinado digitalmente em 18/12/2023 21:18)

NAILDA MARINHO DA COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 690.532.437-04

(Assinado digitalmente em 12/12/2023 20:41)

ANDRÉA SIMONI MANARIN TUNIN
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 110.236.087-23

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1430**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **12/12/2023** e o
código de verificação: **885700cc92**

DEDICATÓRIA

A meus pais que me apoiaram
A minha irmã que me segurou pela mão
Aos meus amigos e minha tia Zete que me escutaram com generosidade
Ao meu marido e meu filho – Pedro Antônio que suportaram o *stress*
Enfim, a todos vocês que me ajudaram a superar
as lamentações

AGRADECIMENTOS

E um grande silêncio fez-se
Dentro do seu coração
Um silêncio de martírios
Um silêncio de prisão.
[...]
Um silêncio apavorado
Com o medo em solidão.
Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas
A se arrastarem no chão.
[...]
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção
Vinícius de Moraes

Foi um tempo de muitos silêncios quebrados pela angústia sem fim. O início do processo de doutoramento uma semana após o *lockdown* instituído no período da pandemia do Corona-SARS-Cov-19 que vitimou tantos amigos e familiares. Silêncio da tortura da eleição do golpista. Em meio ao silêncio das fraturas arrastadas pelo chão, veio a tentativa de trazer a construção dessa operária da educação. São agradecimentos que rompem o silêncio de amarguras.

Agradeço à Professora Gilcilene Barão, ao Professor Leandro Sartori, à Professora Maria de Fátima Pereira e à Professora Nailda Marinho pela contribuição, pelo apoio na construção do Projeto de Doutorado. Pelos esclarecimentos e pelo aprendizado na participação nos Grupos de Estudos, no Grupo de Pesquisa – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Brasileira (NEPHEB) e na minha formação.

Agradeço ao Professor Fernando pela preocupação constante de sempre e principalmente, no momento do distanciamento em que estava tão desolada e perdida, mas que sua escuta atenta aos sofrimentos do distanciamento, ao da contaminação pelo Covid, ao das cirurgias pelas quais passei e ao dos pensamentos de desistência – foram cruciais para indicar a possibilidade de permanência e de orientar para a pesquisa. Da mesma forma, a leitura atenta e a orientação precisas de cada capítulo.

Agradeço ao Laboratório de História da Educação Latino-Americana (LHELA) que no momento da pandemia, os pesquisadores que lá estavam, acolheram a todos e fizemos encontros virtuais para nos fortalecer naquele momento difícil de grande indecisão.

Agradeço à Equipe do CEPEMHEd, por toda contribuição, apoio e ajuda de sempre. Da mesma forma, à Fatima David (in memoriam) que me impulsionou a me arriscar no Doutorado. Tenho presente a sua memória desde o momento em que fiz a entrevista que foi uma das etapas do processo seletivo, como também, sua indicação de que esse seria o meu objeto de pesquisa.

Agradeço à Idiléa que me apresentou à Márcia Amorim que me levou à guardiã do Arquivo da Cidade dos Meninos da FACR – Farahyd. Essas mulheres me possibilitaram a pesquisa no acervo.

Agradeço à Janete e ao Afonso, pelos incentivos constantes. Da mesma forma, ao Grupo de Estudos com Marcos Lord, Renata Spadetti e Juna Cruz que me ajudaram a entender muitos aspectos importantes do objeto que não havia pensado antes.

Agradeço à família – Juna, Órion e Thiago – vocês me ajudaram em muitos aspectos. Mas, levar um pouco de alegria ao meu filho em momentos especiais e significativos para mim e para ele. Quantas vezes, trouxeram e buscaram em casa para diferentes passeios. Órion, meu amigo de crochê, você suscitou uma possibilidade esquecida na infância. Juna, sua presença amiga é algo que fortalece diariamente.

Agradeço à Banca de Qualificação, às Professoras Amália Dias e Nailda Marinho pelas valiosas contribuições. Em especial, a Professora Nailda que me acolheu em sua casa, no seu horário de descanso para com todo carinho, esclarecer algumas dúvidas, assim como, Andréa Tunin que enviou suas contribuições também.

Agradeço a minha família, por tudo. Primeiro, a minha mãe que sofre comigo, ajudou em tudo o que foi possível e mais um pouquinho. Essa capacidade de entender os silêncios e de agir. Ao meu pai, sempre constante e preocupado. À Tia Zete, pela ajuda de sempre e ao Gabriel, pelas mensagens. Ao Fred, pela ajuda de sempre. Ao Pedro Antônio, por trazer alegria em diferentes momentos, pela escuta e por ajudar em tudo que foi possível.

Agradeço à Renata, por sua presença como grande pesquisadora que é. O seu comprometimento com o estudo, sua persistência, o seu enfrentamento e a sua reinvenção mesmo com toda a dificuldade – tomaram-me pela mão, ajudaram a caminhar e enfrentar todas as adversidades, que não foram poucas. Junto a Renata, meu cunhado preferido – Márcio Martins que ajuda em tudo o tempo todo.

Enfim, agradeço a todos com que convivi nesse período. Todos contribuíram de alguma forma para que eu pudesse entender o processo de pesquisa. Agradeço cada contribuição, abraço – como foi bom poder retornar a esse gesto que foi proibido por um tempo, junto ao incentivo, à escuta, à compreensão... Enfim, tudo o que permitiu essa razão dessa operária em construção.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

Nin Jitsu, Oxalá, capoeira, jiu jitsu
Shiva, Ganesh, Zé Pilintra dai equilíbrio
Ao trabalhador que corre atrás do pão
É humilhação demais que não cabe nesse refrão

E se não resistir e desocupar
Entregar tudo pra ele então, o que será?
E se não resistir e desocupar
Entregar tudo pra ele então, o que será?

Sonho em corrosão, migalhas são
Como assim bala perdida? O corpo caiu no chão!
Num trago pra morte cirrose de depressão
Se o pensamento nasce livre aqui ele não é não

Sem culpa católica, sem energia eólica
A morte rasga o véu, é o fel vem na retórica
Depressão é a peste entre os meus
Plano perfeito pra vender mais carros teus
A beleza de um povo, a favela não sucumbi
Meu lado África, aflorar, me redimir
O anjo do mal alicia o menininho
Toda noite alguém morre
Preto ou pobre por aqui

Nin Jitsu, Oxalá, capoeira, jiu jitsu
Shiva, Ganesha, Zé Pilintra dai equilíbrio
Ao trabalhador que corre atrás do pão
É humilhação demais que não cabe nesse refrão

Criolo

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da. **Processos educativos na Baixada fluminense: a cidade dos Meninos e a formação da ‘infância desvalida’ (1938-1996)**. 2023. 393p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

RESUMO:

Com a implementação do projeto de consolidação nacional brasileiro por meio da reforma administrativa do Estado Novo engendrada pelo Comandante Amaral Peixoto, tem-se como um de seus produtos a emancipação de Duque de Caxias, no ano de 1943. O território se encontrava em um intenso processo de urbanização condicionado, sobretudo, pela implantação da Fábrica Nacional de Motores e pelo crescimento populacional devido à proximidade com a cidade do Rio de Janeiro. A industrialização acelerada e seu correlato da urbanização ampliou o número de crianças e de adolescentes, no espaço urbano, destituído do controle da família – esta última, historicamente, considerada como elemento central no controle e na reprodução do capital. O Estado necessitava tomar o controle da ‘infância desvalida’ que ocupava as regiões centrais da cidade em busca de sobrevivência, iniciou-se, assim, uma certa disputa com a igreja que, até então, encontrava-se como hegemônica na condução política da questão social gerada pela existência da infância desvalida. Procurou-se apontar que a criação da Cidade dos Meninos (1938-1996), nesse contexto atendeu a uma dupla dimensão: a ampliação do poder do Estado sobre a gerência da infância em situação de abandono da família que escamoteou processos coercitivos já empregados pelo Estado; e o condicionamento do comportamento dessas crianças e desses adolescentes através da articulação entre trabalho e educação como forma de conter a infância em situação de rua. Para tanto, parte-se da análise de documentos produzidos, entre (1935-1996) pela Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR) como Relatório da FACR, Álbum Fotográfico da Cidade dos Meninos Darcy Vargas, Regulamento das Escolas Profissionais da FACR, Revista Comemorativa dos 25 anos da FACR, Histórico do Levy Miranda, Ofícios da FACR, Estatutos da FACR, Fotografias de visita de autoridades à Cidade das Meninas e do Instituto Profissional Getúlio Vargas (IPGV); de jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro e em Duque de Caxias, entre 1935 a 1990, como o Jornal do Rio de Janeiro, A noite, O Imparcial, O correio da Manhã, O Jornal do Brasil, A Voz do Povo de Caxias, O Tópico e Folha de Caxias; e da produção bibliográfica e acadêmica sobre a Cidade dos Meninos. Convém compreender os elementos que configuram uma instituição em sua dimensão educativa (SANFELICE, 2016), a partir da proposta de periodização acerca da história da escola pública, no Brasil, formulada por Saviani (2014). Busca-se ainda, compreender a relação entre trabalho e educação em seu sentido onto-histórico (ENGELS, 2004; 2010; MARX, 2013; CIAVATTA, 2002; 2015) e os pressupostos que conferem ao trabalho o caráter de princípio educativo (GRAMSCI, 1981). Isso posto, aponta-se a Cidade dos Meninos como um projeto político produzido durante o governo Vargas que tinha como fundamento os pressupostos do fascismo implementado na Itália (1919-1943). E cuja função central voltava-se, sobretudo, para a contenção preventiva da infância desvalida que colocava em questão o desenvolvimento nacional pautado no modo de produção capitalista que se expandia com a municipalização do território, por meio do uso instrumental da relação trabalho e educação no desenvolvimento de práticas educativas voltadas para a formação de uma infância específica.

Palavras-chave: Processos educativos, Instituições Educativas, Duque de Caxias, Cidade dos Meninos.

COSTA, Márcia Spadetti Tuão da. **Educational processes in Baixada fluminense: Cidade dos Meninos and the formation of ‘disadvantaged childhood’ (1938-1996)**. 2023. 393p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

ABSTRACT:

With the implementation of the Brazilian national consolidation project through the administrative reform of the Estado Novo engineered by Commander Amaral Peixoto, one of its products is emancipation of Duque de Caxias, in 1943. The territory was undergoing an intense process of urbanization conditioned, above all, by the implementation of the National Motor Factory and population growth due to its proximity to the city of Rio de Janeiro. Accelerated industrialization and its correlate of urbanization increased the number of children and adolescents in urban spaces, deprived of family control – the latter, historically, considered a central element in the control and reproduction of capital. The State needed to take control of the ‘disadvantaged children’ who occupied the central regions of the city in the search of survival, thus beginning a certain dispute with the church which, until then, was hegemonic in the political conduct of the issue, social environment generated by the existence of underprivileged childhood. We sought to point out at the creation of Cidade dos Meninos (1938-1996), in this context, served a double dimension: the expansion of the State’s power over the management of childhood in situations of family abandonment, which concealed coercive processes already employed by the State; and the conditioning of the behavior of these children and adolescents through the articulation between work and education as a way to contain childhood homelessness. To this end, we start from the analysis of documents produced, between (1935-1996) by the Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR) as a FACR report, Photographic Album of Cidade dos Meninos Darcy Vargas, Regulations of FACR Professional Schools, Commemorative Magazine of the 25th anniversary of FACR, History of Levy Miranda, Official Letters of FACR, Statutes of FACR, Photographs of visits by authorities to Cidade das Meninas and the Professional Institute Getúlio Vargas (IPGV); of newspapers that circulated in the city of Rio de Janeiro and Duque de Caxias, between 1935 and 1990, such as *Jornal do Rio de Janeiro*, *A Noite*, *O Imparcial*, *O Correio da Manhã*, *o Jornal do Brasil*, *A Voz do Povo de Caxias*, *O Tópico* and *Folha de Caxias*; bibliographic and academic production about Cidade dos Meninos. It is important to understand the elements that configure an institution in its educational dimension (SANFELICE, 2016), based on periodization proposal regarding the history of public schools in Brazil, formulated by Saviani (2014). We also seek to understand the relationship between work and education in its ontological-historical sense (ENGELS, 2004; 2010; MARX, 2013; CIAVATTA, 2002; 2015) and the assumptions that give the work the character of an educational principle (GRAMSCI, 1981). That said, Cidade dos Meninos is pointed out as a political project produced during the Vargas government that was based on the assumptions of fascism implemented in Italy (1919-1943). And whose central function focused, above all, on the preventive containment of underprivileged children, which called into question national development based on the capitalist mode of production that expanded with the municipalization of the territory, through the instrumental use of the relationship between work and education in the development of educational practices aimed at the formation of a specific childhood.

Keywords: Educational processes, Educational Institutions, Duque de Caxias, Cidade dos Meninos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Darcy Vargas.	130
Figura 2 Tipo de Habitação para abrigar Quinze Meninas.	132
Figura 3 Crianças na Brincadeira do ‘Passarai’.	133
Figura 4 Construção da Igreja instalada na Cidade das Meninas.	147
Figura 5 Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição na Cidade das Meninas.	161
Figura 6 Um dos Pavilhões construídos na Cidade das Meninas.	183
Figura 7 Estudo Preliminar da Futura Cidade das Meninas.	186
Figura 8 Uma Criança.	147
Figura 9 Levy Miranda.	161
Figura 10 Vista Aérea do Abrigo Cristo Redentor.	183
Figura 11 Reunião do Abrigo Cristo Redentor.	186
Figura 12 Reunião do Movimento “Cadeia do Coração”.	222
Figura 13 Charge.	226
Figura 14 Internos Responsáveis pela Colheita do <i>Cowpea</i> .	229
Figura 15 Cidade dos Meninos Darcy Vargas.	240
Figura 16 Sede da ABM no Trabalho de Rua (1955-1959)	243
Figura 17 Recepção do Patronato São Bento	244
Figura 18 Internos do Patronato São Bento.	246
Figura 19 O Lançamento da Pedra Fundamental na Cidade das Meninas.	248
Figura 20 Visita do Presidente Eurico Gaspar Dutra.	250
Figura 21 Capela da Cidade dos Meninos.	253
Figura 22 Reunião de Dom Odilão (OSB) e Raphael Levy Miranda.	254
Figura 23 Dom Odilão e Um Interno.	254
Figura 24 Evento de Despedida do Capelão Dom Odilão (OSB).	263
Figura 25 Hasteamento da Bandeira.	266
Figura 26 Os Pequenos Trabalhadores da Cidade dos Meninos.	272
Figura 27 Instituto Profissional Getúlio Vargas.	273
Figura 28 Dormitório do IPGV.	274
Figura 29 Tipografia do IPGV.	283
Figura 30 Parte Externa da Cella da Cidade dos Meninos.	284

Figura 31 Parte Interna da Cella da Cidade dos Meninos.	285
Figura 32 Visita do Bispo de Petrópolis à Cidade dos Meninos (1978).	287
Figura 33 Visita do Bispo de Petrópolis (1978).	288
Figura 34 Semana do Soldado e da Pátria. Comemoração de 1980.	289
Figura 35 Estudantes Uniformizados.	290
Figura 36 Semana do Soldado e da Pátria. Comemoração de 1980.	291
Figura 37 Desfile Cívico.	292
Figura 38 Encerramento Letivo – 80.	293
Figura 39 Primeira Comunhão (1980).	294
Figura 40 Primeira Comunhão (1980).	295
Figura 41 Horta da Cidade dos Meninos (1980).	295
Figura 42 Festa Junina da Escola Estadual Cidade dos Meninos (1978).	301
Figura 43 Escola Estadual Cidade dos Meninos (1978).	302
Figura 44 Encerramento do Ano Letivo (1979).	304
Figura 45 Encerramento do Ano Letivo (1979).	305
Figura 46 Planta Baixa da Escola Municipal Sara Kubitschek.	306
Figura 47 Prédio da Escola Municipal Sara Kubitschek.	307
Figura 48 Estudantes na Sala de Aula da Escola Municipal Sara Kubitschek.	308
Figura 49 Estudantes da Escola Municipal Sara Kubitschek.	311
Figura 50 Jardim de Infância Oscarina Costa.	312
Figura 51 Encerramento do Ano Letivo do Jardim de Infância (1980).	352
Figura 52 Estatuto da FACR.	353
Figura 53 Estatuto da FACR.	354
Figura 54 Estatuto da FACR.	355
Figura 55 Estatuto da FACR.	356
Figura 56 Estatuto da FACR.	357
Figura 57 Estatuto da FACR.	358
Figura 58 Estatuto da FACR.	359
Figura 59 Estatuto da FACR.	360
Figura 60 Estatuto da FACR.	361
Figura 61 Estatuto da FACR.	362
Figura 62 Estatuto da FACR.	363
Figura 63 Estatuto da FACR.	364

Figura 64 Estatuto da FACR.	365
Figura 65 Estatuto da FACR.	366
Figura 66 Estatuto da FACR.	367
Figura 67 Estatuto da FACR.	368
Figura 68 Estatuto da FACR.	369
Figura 69 Estatuto da FACR.	370
Figura 70 Estatuto da FACR.	371
Figura 71 Estatuto da FACR	371

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Pesquisas Acadêmicas sobre a Contaminação do Solo da Cidade dos Meninos pelo HCH na BDBT	29
Quadro 2 Pesquisas Acadêmicas sobre a Contaminação do Solo da Cidade dos Meninos pelo HCH na CAPES	29
Quadro 3 Pesquisas Acadêmicas sobre a Contaminação do Solo da Cidade dos Meninos pelo HCH no <i>Google Acadêmico</i>	30
Quadro 4 Pesquisas Acadêmicas sobre a Contaminação do Solo da Cidade dos Meninos pelo HCH no <i>Scielo</i>	31
Quadro 5 Congressos da Infância no Continente Americano (1916-1930)	60
Quadro 6 Congressos da Infância no Continente Americano (1935-1942)	70
Quadro 7 Congressos da Infância no Continente Americano (1948-1963)	76
Quadro 8 Congressos da Infância no Continente Americano (1968-1993)	79
Quadro 9 Obras Assistenciais Administradas e criadas por Levy Miranda	163
Quadro 10 Sedes Administrativas do Abrigo do Cristo Redentor até se tornar Fundação	188
Quadro 11 Administração do Abrigo Cristo Redentor de 1935-1939	188
Quadro 12 Órgãos Administrativos e Cargos da FACR.	190
Quadro 13 Quantitativo de Internos nos Anos Iniciais do IPGV (1938-1941)	198
Quadro 14 Ações Empreendidas na Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas	206
Quadro 15 Distribuição das Glebas do Núcleo Colonial São Bento	216
Quadro 16 Organização Inicial das 1ª e 2ª Reunião da ‘Cadeia do Coração’.	223
Quadro 17 Prédios Construídos após Instalação da Cidade dos Meninos	252
Quadro 18 Matrícula no Educandários da FACR (1953-1955)	256
Quadro 19 Situação dos Internatos da Cidade dos Meninos (década de 1950)	257
Quadro 20 Situação dos Internatos da Cidade dos Meninos (Década de 1960)	273
Quadro 21 Setor Educacional da Cidade dos Meninos no Asilamento (1970)	279
Quadro 22 Quantidade de Funcionários e Internos de 2 Pavilhões (1976)	281
Quadro 23 Organização do Asilamento da Cidade dos Meninos em 1981	295
Quadro 24 Grupo Escolar Cidade dos Meninos (1964)	298
Quadro 25 Cadastro Nacional das Escolas Primárias de 1968	299

Quadro 26 Matrículas no Grupo Escolar Cidade dos Meninos (1972)	299
Quadro 27 Estudantes Matriculados na Escola Municipal Sara Kubitschek (1958-1971)	308
Quadro 28 Estudantes Matriculados na Escola Municipal Sara Kubitschek (1973-1977)	309
Quadro 29 Estudantes Matriculados na Escola Municipal Sara Kubitschek em 1978	309
Quadro 30 Quantidade de Turmas por Série da Escola Municipal Sara Kubitschek (1982)	310
Quadro 31 Quantidade de Turmas por Série da Escola Municipal Sara Kubitschek após setembro (1982)	310
Quadro 32 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1940	372
Quadro 33 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1941	375
Quadro 34 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1942	380
Quadro 35 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1943	385
Quadro 36 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1944	385
Quadro 37 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1945-1949	386
Quadro 38 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1940	387
Quadro 39 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1941	388
Quadro 40 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1942	390
Quadro 41 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1943-1949	392
Quadro 42 Reportagens de Diferentes Jornais sobre a Cidade das Meninas	393

LISTA DE ABREVIACÃO

AAPEs	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABM	Associação Beneficente de Menores
ACC	Associação Comercial de Caxias
ACR	Abrigo do Cristo Redentor
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
AIB	Ação Integralista Brasileira
AIs	Atos Institucionais
ALN	Aliança de Libertação Nacional
AN	Arquivo Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASA	Ação Social Arquidiocesana
ASPAS	Ação Social Paulo VI
BDBT	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBIA	Centro Brasileiro para a Infância e da Adolescência
CBPI	Congresso Brasileiro de Proteção à Infância
CC	Comissão Central
CE	Conselhos Estaduais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEB	Confederação Evangélica do Brasil
CEDEP	Centro de Preparação e Desenvolvimento de Pessoal
CEPEMHED	Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense
CIB	Confederação Israelita do Brasil
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CM	Centro dos Meninos
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNSS	Conselho Nacional do Serviço Social
CNT	Conselho Nacional do Trabalho
COFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPN	Congresso Pan-americano Del Niño
CRB	Confederação dos Religiosos do Brasil
CRIAM	Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
DF	Distrito Federal
DNC	Departamento Nacional do Café
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DOI-Codi	Destacamento de Operações do Centro de Operações de Defesa Interna
DSIMJ	Divisão de Segurança e Informações do Ministro da Justiça
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMSK	Escola Municipal Sara Kubitschek
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FACB	Federação das Associações Comerciais do Brasil
FACR	Fundação Abrigo do Cristo Redentor
FBB	Federação das Bandeirantes do Brasil
FBBP	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FDV	Fundação Darcy Vargas
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEEM	Fundação Estadual do Menor
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAPAEs	Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
FNBEM	Fundação Nacional de Bem-Estar
FLBA	Fundação Legião Brasileira de Assistência

FNM	Fábrica Nacional de Motores
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
HCH	Hexaclorociclohexano
IDB	Instituto Dom Bosco
IDS	Instituto Domingos Sávio
IHVTSB	Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto
IIAPI	Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância
INAM	Instituto Nacional de Assistência a Menores
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSP	Instituto Nossa Senhora da Paz
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
IPGV	Instituto Profissional Getúlio Vargas
JK	Juscelino Kubitschek
LSN	Lei de Segurança Nacional
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LBI	Laboratório de Biologia Infantil
MAIC	Ministério da Agricultura, da Indústria e do Comércio
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MR8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MSB	Mosteiro São Bento
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OCIAA	<i>Office of the Coordinator of Inter-American Affairs</i>
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
ORTNs	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
OSB	Ordem do São Bento

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLIMEC	Plano de Integração Menor-Comunidade
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
PRP	Partido Republicano Paulista
PRT	Partido Rural Trabalhista
PSB	Patronato São Bento
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
SAFC	Serviço de Assistência à Família do Convocado
SAM	Serviço Nacional de Assistência a Menores
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SCIELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOS	Serviço de Obras Sociais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Nacional
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UDN	União Democrática Nacional
UNAF	União das Associações Familiares
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância)
UPC	União Popular Caxiense
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I	38
TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA DESVALIDA	38
1.1 Sentido onto-histórico da categoria trabalho: contribuições do materialismo histórico	41
1.2 Trabalho como princípio educativo: o disciplinamento do trabalhador para a vida social e produtiva	48
1.3 O projeto de educação para a infância desvalida: debates sobre a formação do “novo” homem nos congressos latino-americanos	55
CAPÍTULO II	81
DA CARIDADE CRISTÃ À FILANTROPIA CIENTÍFICA: A FORMAÇÃO DO “NOVO HOMEM” NO BRASIL	81
2.1 O sentido da assistência para a concepção teórico-política liberal	83
2.2 A institucionalização da Caridade pelo Estado no Brasil	92
2.3 O Estado no Brasil e a Formação para a Infância Desvalida	99
CAPÍTULO III	124
INSTITUIÇÕES ASILARES PARA ‘MENORES’ NO BRASIL: NOVO FORMATO OU REEDIÇÃO DE PRÁTICAS ANTIGAS DE EDUCAÇÃO À INFÂNCIA DESVALIDA?	124
3.1 Darcy Vargas: a Mulher da Assistência no Brasil	126
3.2 Levy Miranda: o apóstolo da assistência	161
3.3 O asilamento da infância desvalida na capital do Brasil	168
3.3.1 As Ações Organizativas Iniciais do Abrigo do Cristo Redentor e a Transformação em Fundação	187
3.3.2 Instituto Profissional Getúlio Vargas	195
3.3.3 O Aprendizado de Sacra Família	200
3.3.4 A Escola de Pesca Darcy Vargas	201
3.3.5 A Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas	204
3.3.6 As Pequenas Escolas da Fundação Abrigo Cristo Redentor	207
CAPÍTULO IV	212

DA RODA DOS EXPOSTOS À CIDADE DOS MENINOS: INSPEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO MENOR DESVALIDO EM DUQUE DE CAXIAS	212
4.1 A Intervenção sobre a Criança e o Adolescente em Situação de Abandono em Duque de Caxias	214
4.2 A Associação Beneficente de Menores: institucionalização e implantação do Patronato São Bento	235
4.3 A Institucionalização da Cidade dos Meninos Darcy Vargas	245
4.4 As Instituições Escolares da Gleba	296
CONSIDERAÇÕES FINAIS	313
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	318
FONTES PRIMÁRIAS	335
ACERVOS CONSULTADOS	351
ANEXO A: Acervo da FACR	352
ANEXO B: Reportagens de Jornal sobre a Cidade das Meninas	372

INTRODUÇÃO

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a divisão social do trabalho determinada pelo desenvolvimento histórico do capitalismo e pelas disputas entre países provocou a instalação de regimes políticos totalitários – fascismo na Itália (1919) e nazismo na Alemanha (1933). Ainda, durante a Primeira Guerra, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), através da revolução, instaurou o modo de produção socialista, indicando uma saída possível às contradições geradas pelo modo de produção capitalista. Ampliou-se o número de congressos e encontros entre diferentes países sob a direção da Inglaterra como uma reação da burguesia imperialista tanto à possibilidade de outro modo de produção da existência, quanto aos regimes totalitários que tomavam uma parte considerável do continente europeu. Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreram transformações na divisão internacional do trabalho centralizando a direção econômica e política sob os Estados Unidos da América (EUA). Estabeleceu-se a chamada Guerra Fria e os EUA passaram a investir em frentes econômicas, políticas e culturais contra o socialismo e o Estado do Bem-estar social gerado pelas políticas liberais keynesianas. Houve a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial como mecanismo institucional do imperialismo. Com a Revolução Cubana, em 1959, tem-se a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de conter o avanço do socialismo na região e isolar Cuba dos demais países do continente. Irschlinger (2014) destacou que, ainda, no período de 1920 e 1940, ocorreram várias tentativas de reorganização da Igreja Católica que, tentou repensar sua atuação na modernidade já que enfrentava as mudanças socioeconômicas na Europa, os reflexos da Revolução Russa e a crise do capitalismo como desafios políticos que teria que lidar.

Todos esses acontecimentos internacionais entre 1938-1996 e outros, repercutiram de forma direta no Brasil que tentava criar condições para entrar na concorrência produzida pela expansão do modo de produção capitalista. Principalmente, no período de Vargas (1930-1945) que governou de forma autoritária, tentou acompanhar os acordos internacionais, instituiu a Política de ‘Boa Vizinhança’ com os Estados Unidos da América e fundamentou seu governo na ideologia fascista, além de empreender ações para que o Brasil com características rurais, industrializasse-se de forma acelerada para se adequar ao modo de produção capitalista vigente. Assim, várias ações governamentais propiciaram a instalação

de diferentes indústrias em diversos setores, entre outras que aceleraram o processo urbano-industrial das cidades e aprofundaram a desigualdade social. Os governos seguintes continuaram tal política que teve seu auge com Juscelino Kubitschek que aprofundou de forma mais acelerada ainda mais, a industrialização do país com o seu lema de governo – Cinquenta anos em cinco. No período em que se estabeleceu a Ditadura Civil-Militar (1964), houve continuidade nessa política de adequação ao modo produtivo vigente internacionalmente associado ao poder coercitivo do Estado de forma mais contundente.

Nesse período de 1938 a 1996, Duque de Caxias que, administrativamente, pertencia a Iguassu com características agrárias teve que se adequar ao processo acelerado de urbanização e industrialização. Pode-se observar tais questões, através da industrialização de seu território e de ações que coadunaram para esse processo, como: a instalação da Fábrica Nacional de Motores (1942), a emancipação da cidade (1943), o levantamento de fundos para a construção da Cidade das Meninas (1938) com sua transformação em Cidade dos Meninos (1947) e a instalação do conglomerado de indústrias com o estabelecimento da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) em 1961, entre outros.

Duque de Caxias foi emancipado em 31 de dezembro de 1943 de forma institucional pelo interventor Amaral Peixoto que reforçou o poder político local que era uma prática comum – clientelismo, como também, mantinha sob controle o município que tinha investimentos significativos do governo federal e que crescia demograficamente, de forma expressiva. Esses foram alguns dos aspectos significativos desse processo.

A Educação em Duque de Caxias era desenvolvida na esfera privada na maior parte de seus estabelecimentos. Destacava-se no aspecto educacional, ainda, o fato de que a maioria das professoras não eram diplomadas e de que as escolas eram instituições privadas, como também, com grande inserção da Igreja Católica, como por exemplo, a Escola Municipal Santa Terezinha e a Escola Municipal Nossa Senhora do Pilar que funcionaram por décadas nas instalações da Igreja. É possível evidenciar, ainda, a Escola Santo Antônio que segundo o relato das Irmãs Franciscanas de Dillingen se instalou no município através do convite de políticos e que foi a única escola a oferecer a Formação de Professores para as meninas por várias décadas. Outra escola muito conhecida de cunho privado, também, foi a Escola Regional de Merity que foi dirigida por Armanda Álvaro Alberto a partir dos princípios ‘escolanovistas’ e era subsidiada por doações de particulares, mas principalmente, pela Fábrica de Explosivos Rupturita que pertencia ao seu irmão – Álvaro Alberto. Escolas criadas pela iniciativa privada, religiosa e de empresários no primeiro distrito do município de Duque

de Caxias permitem a constatação da pouca ingerência que o Estado tinha sobre a educação no período.

Em levantamento realizado por Lustosa (1958)¹ no ano da publicação do seu livro, existiam trinta e quatro instituições escolares públicas no município de Duque de Caxias. O número de escolas privadas era de um total de cento e uma escolas que representava quase o triplo das escolas públicas. Esse autor indicou, ainda, as instituições educativas que apresentavam a educação informal, assim como os espaços de asilamento de crianças e adolescentes entre seis e catorze anos que, em sua maioria, vagavam pelas ruas.

Chama-se atenção para duas instituições educativas de caráter privado, subvencionadas pelo poder público e por donativos de particulares, voltadas para o asilamento de crianças e adolescentes destituídas do controle da família, ambas localizadas no segundo distrito do município de Duque de Caxias, no território do Núcleo Colonial São Bento: o Patronato do São Bento (1959-1990) e a Cidade dos Meninos (1947-1996). O Núcleo Colonial São Bento foi criado em 1932, pelo Decreto nº 22.226, como parte da política de loteamento ao colonizar as terras da União, assim como parte da política de abastecimento alimentar do Rio de Janeiro.

Essas instituições atuavam sobre a infância e a adolescência em situação de rua. Em linhas gerais, o Patronato do São Bento (PSB), organizado pelo poder público e privado com maior atuação na esfera municipal nos primeiros anos. Foi administrado pela Associação Beneficente de Menores (ABM), criada em novembro de 1955, a partir de uma campanha iniciada pelo prefeito de Duque de Caxias, o delegado, o diretor do jornal local e um padre da Igreja Católica. O trabalho inicial consistia na identificação, na formação para o trabalho infantil na rua, na alfabetização no horário da noite (por adesão), na educação religiosa, no recolhimento dessa infância e no encaminhamento para o Juiz de Menores da cidade enquanto se organizava o espaço em que seria asilada essa infância. A partir de 1959, o PSB foi instituído na antiga Fazenda dos Beneditinos onde funcionou o Núcleo Colonial São Bento (1932) em continuidade ao trabalho iniciado pela ABM com algumas especificidades, como o trabalho ligado a agricultura, a oficinas de tamancos, de sapataria, entre outros e a internação desses meninos entre seis e catorze anos. Há outras características dessas instituições – ABM e PSB – que podem ser encontradas na pesquisa de Mestrado de Costa (2017).

¹ Exercia a profissão de dentista no município de Duque de Caxias e produziu um livro comemorativo pela passagem dos quinze anos de emancipação (1958) com levantamento de tudo o que funcionava no município (RODRIGUES, 2020).

A Cidade dos Meninos gerida pelo poder público e privado, em âmbito federal, foi uma instituição de asilamento de ‘menores’,² idealizada quando Getúlio Vargas era presidente e concretizada no governo posterior – Eurico Gaspar Dutra. Inicialmente, foi projetada como Cidade das Meninas por Rubens Porto (1942) a pedido de Darcy Vargas – esposa do presidente Getúlio Vargas – para atender meninas (COSTA, 2017), em decorrência da preocupação com o aumento da criminalidade e da considerada ‘improdutividade’ por parte dos pobres.

Destaca-se que a atuação de Darcy Vargas não ocorreu apenas no projeto assistencial da Cidade dos Meninos, no município de Duque de Caxias (SIMILI, 2008). Darcy foi considerada a mulher da Assistência e responsável pelo projeto assistencialista implementado em nível nacional pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), cuja criação se deu com o objetivo de “amparar soldados e seus familiares” (SIMILI, 2008, p. 68) durante a Segunda Guerra Mundial.

A LBA foi criada em âmbito nacional com a intervenção de setores privados na sua condução com atuação da primeira-dama coadunada à Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional de Indústria. Segundo o estatuto da instituição, a LBA corroborou com tal perspectiva ao afirmar que um dos objetivos para com o Brasil era o de “executar seu programa pela fórmula do trabalho, em colaboração com o poder público e a iniciativa privada” (SIMILI, 2008, p. 137).

Quanto ao projeto da Cidade das Meninas, Simili (2008) evidenciou as dificuldades registradas nos diversos documentos sobre a obra, como a água potável, o asfaltamento e a necessidade de plantio de árvores. Em contrapartida, tem a ação da esposa do presidente que manejava órgãos por meio da máquina administrativa pública para a filantropia. Inclusive, ao conseguir um trator do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), mudas com o Serviço Florestal, caminhão da Polícia para transporte de alimentos, de cimento e de caminhão-pipa, entre outros elementos (SIMILI, 2008).

Rubens Porto (1942) acentuou na sua obra, o tamanho do espaço destinado para a construção da Cidade das Meninas numa área de 540.000 m² que equivale a 19 hectares. Nesse vasto terreno que pertencia a União até ser doado à Fundação Darcy Vargas (FDV), pretendia-se construir pavilhões grandes que abrigariam de vinte a trinta crianças, segundo

² Utiliza-se esse termo de acordo com a documentação da instituição que é fonte do nosso trabalho de pesquisa.

Porto (1942). Além disso, elencavam-se vinte e seis profissões diferentes³ que seriam ensinadas às meninas que exigiria inúmeras construções para abrigar o formato de educação para o trabalho proposto. Uma vista aérea do formato em que a obra assistencial se constituiu (Figura 10) e a projeção de um dos prédios que seriam construídos (Figura 7) permitem uma aproximação da dimensão do tamanho do terreno e da proporção que a Cidade das Meninas alcançaria se tivesse se materializado de acordo com o almejado.

Em 1945, o projeto da Cidade das Meninas foi oferecido ao médico João Kelly da Cunha, da Companhia Carris de Força e Luz do Rio de Janeiro que não teve interesse em desenvolver o projeto (SIMILI, 2008). Assim, Darcy Vargas devolveu o terreno cedido pelo Estado ao presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946 com a solicitação de que não houvesse alteração na finalidade da obra. Nesse mesmo ano, o projeto foi incorporado à Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR), instituição coordenada por Levy Miranda que se transformou em Cidade dos Meninos (COSTA, 2017).

Pondé (1977)⁴ apontou a criação do abrigo misto na área rural de Duque de Caxias, denominado de Cidade dos Meninos, transferido posteriormente para a Fundação do Abrigo Cristo Redentor em 1946, através do Decreto-Lei nº 9.899, assinado pelo Presidente Dutra a pedido de Darcy Vargas. Esse abrigo asilava jovens e crianças agrupadas segundo o critério de idade, de instrução e orientados sob a égide do amor ao trabalho (COSTA, 2017). Com o estabelecimento do projeto, Jayme Pondé (1977, p. 150), afirmou que “carentes de tudo, porque a obra ainda estava em construção, além da alfabetização e do aprendizado religioso, os alunos eram iniciados no trabalho do campo e prestavam auxílio na cozinha e na limpeza. Pelo menos se lhes ensinavam as virtudes do trabalho.”

Pondé (1977) sinalizou que a educação escolar no território da Cidade dos Meninos deveria ser ofertada através de duas escolas públicas: o Grupo Escolar Darcy Vargas (1958)⁵ e o Grupo Escolar Cidade dos Meninos.⁶ As escolas públicas instituídas no território da Cidade dos Meninos recebiam os internos, como também, os moradores dos bairros próximos à

³ Essas profissões serão identificadas no Capítulo 3.

⁴ Jayme Pondé trabalhou na FACR, trabalhou no serviço médico do Abrigo em Bonsucesso e escreveu o livro a pedido de Levy Miranda para contar a história do abrigo. Nesse livro, o autor trouxe a biografia de Levy Miranda, além de dados sobre a FACR, no geral.

⁵ Funcionaria no território da Cidade dos Meninos, anos após a sua instalação. Segundo Pondé (1977), atendia cerca de 630 alunos, já na segunda metade dos anos de 1970, atendia 840 internos e 400 externos. Sobre essa informação, há um equívoco quanto à denominação Grupo Escolar Darcy Vargas. Na verdade, essa instituição escolar fundada em 1958 como: Escola Municipal Sara Kubitschek. Há mais informações sobre essa escola no capítulo 4.

⁶ Não há informações no livro de Pondé (1977) sobre a quantidade de estudantes desse Grupo Escolar.

Cidade. Logo, a realidade do bairro da Cidade dos Meninos não se diferenciou da realidade da cidade como um todo. Assim, o projeto da Cidade dos Meninos foi instituído com a promessa de futuro para o lugar atrelado ao filantrópico instituído pelo Estado.

Dos sete pavilhões idealizados, apenas cinco foram construídos e o abrigo que inicialmente, seria para meninas, asilou por vários anos exclusivamente, os meninos. Apesar das meninas terem sido alocadas a partir da década de 1970 em diante e apenas uma determinada faixa-etária, enquanto os demais prédios abrigavam os meninos de 6 a 18 anos.

Ao longo dos anos, a instituição foi sendo modificada na sua forma de atuação e de intervenção. Segundo Pondé (1977), a Cidade dos Meninos começou a funcionar em 1947. Os pavilhões e o próprio terreno da instituição demonstraram a intervenção federal, uma vez que o projeto inicial foi pensado pela primeira-dama Darcy Vargas e posto em prática por Levy Miranda, além da utilização de terras que pertenciam ao Ministério da Agricultura, como também, das verbas públicas e das instituições privadas. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) apresentou uma atuação importante na instituição como o Ministério da Justiça que fazia o controle das verbas públicas federais destinadas a mesma e com o encaminhamento dos internos.

O levantamento bibliográfico que foi feito, permitiu identificar que as pesquisas realizadas sobre a Cidade dos Meninos envolveram a temática da contaminação do solo pelo hexaclorociclohexano (HCH), conhecido como ‘pó de broca’. Esse processo de revisão de literatura foi feito nas seguintes plataformas: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBT), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o *Google Acadêmico* e a *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Nessas plataformas, foram encontrados um total de sessenta e um trabalhos científicos a partir do descritor ‘Cidade dos Meninos’.

Na BDBT, foram encontradas nove pesquisas. Dessas pesquisas, uma tese e oito dissertações. Todas relacionadas à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz. Todas tratavam da contaminação por hexaclorociclohexano (HCH), pelo Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) e por metais pesados no solo, na água, no ar e na vegetação. Isso, conseqüentemente, contaminou os seres vivos do território, dentre esses, os asilados, as asiladas na Cidade dos Meninos, como os trabalhadores, as trabalhadoras da instituição e os demais moradores da localidade.

Quadro 1 Pesquisas Acadêmicas sobre a Contaminação do Solo da Cidade dos Meninos pelo HCH na BDBT

ANO	AUTOR	TEMA
1994	OLIVEIRA	Contaminação das gramíneas usadas em pastagem e do lençol freático.
1999	MELLO	Contaminação do leite de vaca produzido no local e do materno das moradoras locais.
2001	DOMINGUEZ	Contaminação da principal estrada que permite o acesso e a locomoção interna.
2003	SOUZA	Riscos e medidas tomadas após o tardio conhecimento da contaminação.
2004	ALMEIDA	Testagem de possível remediação do solo contaminado.
2006	RONDON	Alterações hematológicas e bioquímicas de exposição humana ao pesticida.
2008	OLIVEIRA	Linha do tempo da contaminação.
2009	SILVA	Análise descritiva dos níveis de agrotóxicos organoclorados e o perfil alimentar na Cidade dos Meninos.
2014	CAMPOS	Avaliação do desempenho cognitivo de crianças e de adolescentes expostos ao pesticida.

Fonte: Disponível em – <https://bdtd.ibict.br/vufind/>.

Na CAPES, nove trabalhos também. Apenas uma tese e oito artigos científicos.

Quadro 2 Pesquisas Acadêmicas sobre a Contaminação do Solo da Cidade dos Meninos pelo HCH na CAPES

ANO	AUTOR	TEMA
1995	OLIVEIRA et al.	Contaminação do solo que serve de pasto para o gado.
2002a	HERCULANO	Exposição aos organoclorados dos nascidos no local e do desenvolvimento dos adolescentes.
2003	OLIVEIRA et al.	Concentração de HCH após o tratamento do solo para descontaminação.
2008	ASMUS et al.	Avaliação do risco de saúde de acordo com a classificação da ATSDR.
2012	FREIRE et al.	Exposição ao pesticida organoclorado e os hormônios da tireoide.
2013	GUIMARÃES	Exposição aos organoclorados dos nascidos no local e do desenvolvimento dos adolescentes
2013	IMPAGLIAZZO	Morosidade na resolução do crime ambiental gerado pelo não planejamento do desmonte da fábrica de pesticida.
2014	BAHIA et al.	Exposição a resíduos de pesticidas organoclorados e alterações de marcadores hepáticos.
2016	FERNANDES et al.	Comparação entre contaminação química no Brasil e em Portugal.

Fonte: Disponível em – <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>.

Na base *Scielo*, não foram encontrados trabalhos a partir do descritor, embora, os artigos identificados pela CAPES e demais tenham encaminhado para a página de divulgação de artigos científicos publicados pela Scielo na maioria das vezes. Na *Scholar*, foram trinta e dois trabalhos acadêmicos. Desses, vinte e dois foram artigos, sete dissertações, duas teses e um relatório do Ministério da Saúde. A pesquisa nessa plataforma consistiu na busca do descritor no título, como também, dentro do texto.

Quadro 3 Pesquisas Acadêmicas sobre a Contaminação do Solo da Cidade dos Meninos pelo HCH no *Google Acadêmico*

ANO	AUTOR	TEMA
1971	ARAGÃO e SOUZA	Triatoma Infestans colonizando em domicílios da Baixada Fluminense.
1996	BRAGA	Contaminação da Cidade dos Meninos.
1998	TAMBELINE e CÂMARA	Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva.
2001	HERCULANO	Justiça ambiental a partir da comparação da Cidade dos Meninos e The Love Canal.
2001	IGNOTTI	Estudo de adesão ao tratamento de Hanseníase no município de Duque de Caxias.
2003	BRASIL	Relatório de Trabalho do Ministério da Saúde.
2002	CARRETERO	Um interno da Cidade dos Meninos.
2002b	HERCULANO	Riscos e a desigualdade social a partir do debate de justiça ambiental.
2004	FLORES et al.	Problema de saúde pública dos organoclorados.
2007	BRILHANTE et al.	Avaliação das rotas ambientais.
2007	CENTENO et al.	Substâncias tóxicas persistentes no Brasil.
2008	BEDOR	Uso de agrotóxicos na fruticultura do Vale São Francisco e foram apresentadas algumas questões sobre a contaminação do solo da Cidade dos Meninos.
2009	BARROS et al.	Segregação socioespacial da Cidade dos Meninos.
2009	BERTI	Disruptores endócrinos e o caso da Cidade dos Meninos.
2009	NOGUEIRA	Possível contaminação de grávidas moradoras da Cidade dos Meninos.
2012	ANJOS	Educação e política.
2012	CUNHA	Alto índice de acometidos pela Hanseníase dos moradores da Cidade dos Meninos.
2013	GUIMARÃES et al.	Caracterização da exposição de população a organoclorados.
2013	SALLES e KITAGAWA	Identificação de animais específicos da Cidade dos Meninos e do terceiro distrito de Duque de Caxias.
2014	GUIMARÃES	Autoavaliação puberal em adolescentes de baixa renda.
2015	FERREIRA	Análise do leite materno do Banco de Leite do Instituto Fernandes Figueira.
2015	MENCK	Resíduos de agrotóxicos no leite humano e seus impactos na

		saúde -infantil.
2015	SILVA	Políticas assistenciais e o controle social.
2015	VIEIRA e SILVA	Programa MCMV e a Cidade dos Meninos.
2015	COSTA	Algumas características ruralistas na Cidade dos Meninos.
2016	COSTA	Relação do Patronato São Bento e a Cidade dos Meninos.
2016	SENRA e WARDEN	Análise dos sintomas de hiperatividade de crianças e adolescentes em área contaminada por pesticidas.
2017	COSTA	Um pouco da história da Cidade dos Meninos.
2017	COSTA e TUÃO	Algumas notas sobre a escolarização no município de Duque de Caxias.
2013	OLIVEIRA et al.	Inundações na Cidade dos Meninos e o problema da contaminação.
2017	RODRIGUES	Uma breve referência à Cidade dos Meninos.
2019	RABELO	Comparação de dois desastres ambientais no Brasil (Cidade dos Meninos) e nos Estados Unidos da América (The Love Canal).

Fonte: Disponível em – <https://scholar.google.com/>.

Ao escrever o Projeto de pesquisa, foi feito um levantamento inicial em que se identificaram alguns dos autores já citados mais com outras produções que totalizaram onze.

Quadro 4 Pesquisas Acadêmicas sobre a Contaminação do Solo da Cidade dos Meninos pelo HCH no *Scielo*

ANO	AUTOR	TEMA
1996	BORGES	Avaliação do transporte da contaminação do HCH na Cidade dos Meninos.
1996	BRAGA	Investigação da contaminação da população jovem que frequentavam as escolas instituídas na Cidade dos Meninos.
1997	ERMEL e FERNANDEZ	Relatório sobre a contaminação e os costumes da Cidade dos Meninos.
1997	GRAZINOLLI	Estudo do uso de técnicas geofísicas de monitoramento do subsolo contaminado da Cidade dos Meninos.
1998	BARRETO	Estudo sobre a contaminação do subsolo da Cidade dos Meninos.
1999a	BRILHANTE	Exposição ao HCH da Cidade dos Meninos e do Pilar.
1999b	BRILHANTE	Contaminação da Cidade dos Meninos.
2001	DOMINGUEZ	Análise do solo em três áreas diferentes em que eram destinadas à construção de moradia.
2002	KOIFMAN	Índice de mortalidade da população exposta ao HCH na Cidade dos Meninos.
2012	BAHIA	Avaliação e análise dos marcadores hepáticos da população exposta aos organoclorados.
2013	IMPAGLIAZZO	Análise dos motivos da morosidade na resolução dos crimes ambientais.

Fonte: Disponível em – <https://www.scielo.br/>.

Dos sessenta e um trabalhos, dez pesquisadores não trataram diretamente da questão da contaminação: Vieira e Silva (2015); Costa (2015; 2016; 2017); Rodrigues (2017); Costa e Tuão (2017); Aragão e Souza (1971); Carretero (2002); Anjos (2012) e Silva (2015). Dessas dez produções científicas, destacam-se as dissertações de Anjos (2012) que analisou as memórias e as trajetórias exemplares de alguns moradores; e de Silva (2015) que trouxe algumas características do funcionamento interno com enfoque no projeto assistencialista, mas sem considerar a relação com as escolas públicas instaladas no mesmo território. Ambas as pesquisas foram realizadas com base em uma perspectiva antropológica. Da mesma forma, Costa (2017), ao analisar a política instituída no Patronato São Bento, apresentou a transformação do Projeto da Cidade das Meninas em Cidade dos Meninos no capítulo 1 da referida dissertação, ambas instituições instaladas no Núcleo Colonial São Bento.

O fato de a pesquisa ter iniciado no período de *lockdown* instituído por conta da pandemia mundial ocasionada pela contaminação do coronavírus SARS-CoV-2 não foi possível o acesso imediato à pesquisa monográfica realizada por Costa (2020). Isso porque o estudante da graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense não tem a obrigação de devolver à Biblioteca da Instituição seu trabalho de pesquisa o que permitiria a consulta pela internet. De forma ocasional, a bibliotecária tinha o contato da estudante que prontamente, enviou o documento por e-mail para acesso à pesquisa realizada por ela. Nesse bojo, cabe o registro de que o trabalho de Costa (2020) teve por objetivo analisar o Projeto da Cidade das Meninas através da análise do livro de Porto (1942) cuja pesquisa se inseriu na linha de História da Educação.

A partir desse levantamento bibliográfico, afirma-se a importância da pesquisa em curso sobre a educação instituída no espaço de asilamento quanto às instituições educativas e escolares estabelecidas no território da Cidade dos Meninos. Associado a isso, ainda, salienta-se a análise em curso acerca dos usos que vêm sendo atribuído à noção de ‘filantropia’ no século XX e XXI na sua relação com as práticas educativas da infância desvalida.

Essa pesquisa se propõe a investigar os processos educativos e escolares que se estabeleceram no território de Duque de Caxias sobre uma determinada infância reconhecida pela legislação até então como ‘menor abandonado’, desenvolvidos na Cidade dos Meninos. As políticas públicas de educação, de trabalho, de proteção e de assistência à ‘infância desvalida’ no município de Duque de Caxias a fim de compreender os elementos que constituíram a Educação na cidade entre 1938 e 1996.

Para tanto, procurou-se identificar o processo de construção do projeto político-pedagógico da Cidade dos Meninos na sua longa duração; alguns dos sujeitos e mapear os projetos político-educacionais em disputa no processo de escolarização dos menores, além dos seus comprometimentos com o projeto urbano-social; problematizar o papel desempenhado pelas instituições educativas, escolares no território e as especificidades das relações estabelecidas entre as políticas de cunho nacional e regional com os interesses locais e religiosos.

Convém mencionar que se recorre a Sanfelice (2016) em relação aos aspectos necessários à pesquisa sobre instituições escolares e educativas e Saviani (2014) quanto à periodização da pesquisa em educação. Considera-se a produção de Rizzini (1995) com vistas a pensar as políticas assistencialistas para essa determinada infância.

Assim, a reflexão acerca do processo de educativo destinado aos ‘menores’ na cidade ou a ausência dessas, entre 1938 a 1996, permitiu compreender os processos educativos tratados no viés da filantropia e da caridade, tendo o trabalho profissional como mediação. Vale indagar o caminho escolhido pelo Estado para incorporar os ‘menores’ encaminhados pelos próprios familiares a viver nas instituições/abrigos. Assim como, investigar o tipo de educação e de trabalho oferecido na instituição.

No conjunto da documentação, em particular nos relatórios, foi possível mapear as gestões que administraram a FACR; identificar os sujeitos que estiveram na condução da instituição; fornecer a rede de poder estabelecida entre as figuras públicas do cenário político e de famílias pertencentes à classe dominante no momento de sua institucionalização. A investigação desse grupo de documentos – relatório, estatutos, ofícios, fotografias, revistas, históricos, sindicância judicial, leis e decretos – pode oferecer elementos da política destinada à infância e de seus tutores. O estudo de tais relatórios permitiu a construção da memória de como a instituição pensava a infância e o modelo de educação destinado sob a guarda da filantropia e da caridade.

Na documentação do arquivo da FACR, foi possível identificar informações acerca da FACR: finalidades, organização institucional, critérios para o acolhimento dos ‘menores’, processo de aprendizagem, formação profissional, regulamentos disciplinares internos, algumas características das escolas regulares que recebiam os meninos e as meninas, verbas recebidas pelo Governo Federal. Foi possível compreender o funcionamento pedagógico, administrativo e financeiro da instituição através das verbas públicas recebidas da esfera

federal e da intervenção da LBA. Ainda, permitiu levantar aspectos do projeto nacional de higienização idealizado para as cidades que cresciam e se tornavam violentas.

Nesse percurso, entende-se a necessidade de identificar em diferentes arquivos do estado do Rio de Janeiro mais fontes que possam adensar a pesquisa. Além disso, foi necessário considerar as novas fontes, principalmente as advindas dos arquivos escolares pertencentes à cultura material escolar e pessoais como revela a nova Historiografia da Educação (MARINHO, 2005). Toda e qualquer fonte têm que ser problematizada para que os silêncios e as ausências presentes no objeto possam ser flagrados. Somente dessa forma, a pesquisa poderá contribuir para os estudos da História da Educação. Logo, foi feita a produção de um balanço historiográfico acerca da história local e da educação para as crianças empobrecidas. Assim como, uma visitação à obra de Souza (2014) no que tange o Núcleo Colonial São Bento.

Nesse processo, a visita ao projeto da Cidade das Meninas de Darcy Vargas escrito por Rubens Porto (1942) ampliou a compreensão acerca da política destinada aos ‘menores’. Da mesma forma, o livro escrito por Jayme Pondé (1977) sobre a vida de Levy Miranda apresentou dados sobre o referido projeto e de sua materialização na Cidade dos Meninos a partir de 1947.

O entendimento de infância e de juventude, em cada período histórico influenciou os projetos destinados aos ‘menores’ pelas políticas públicas e filantrópicas, principalmente no que se refere à criminalização da infância pobre e abandonada, identificada nos anos 1920 como desvalida. Para isso, o diálogo com Irma Rizzini (1995), Sônia Câmara (2010) e Fernando Torres Londoño (2004) se faz necessário, assim como os estudos de Passetti (2004) para compreender a complexidade das políticas públicas para a infância. Outras pesquisas mais recentes como as de Alves (2018), Andrade (2017), Castro (2015), Cortez (2020), Costa (2021), Frescurato (2019), Guedes (2012), Miranda (2020), Oliveira (2012), Pereira (2021), Pires (2019), Plessim (2017), Rodrigues (2020) e Silva (2017) trouxeram reflexões sobre a educação na cidade ao contribuir para pensar a realidade social do lugar.

Sem pretender responder a todas as questões, a pesquisa se propôs a oferecer um maior entendimento da história recente da educação na cidade de Duque de Caxias já que o maior volume de estudos sobre a Cidade dos Meninos sempre foi no viés da contaminação ambiental e não sobre o projeto educacional instalado nesse município. Até que ponto as transformações no mundo do trabalho alteraram ou não, o sentido e as práticas instituintes do projeto da Cidade dos Meninos? Quais projetos pedagógicos estavam por trás de implantação

do Projeto da Cidade das Meninas com a Darcy Vargas e posteriormente, com a direção de Levy Miranda? Que imagens foram construídas ao longo do tempo sobre esses representantes da assistência com vinculação direta a Getúlio Vargas? Ainda, ao pensar sobre os projetos educacionais entre 1938-1996, encontram-se indicativos do debate acerca da alfabetização e da formação do trabalhador. Outras questões surgem: Até que ponto as políticas de formação profissionalizante atravessam essa instituição de atendimento ao menor? Que tipo de formação profissionalizante foi destinada a esses menores? Que tipo de proteção essa infância recebeu na ocasião da contaminação ambiental pelo ‘pó de broca’?

Convém compreender os elementos que configuraram uma instituição em sua dimensão educativa (SANFELICE, 2016), tendo como base a proposta de periodização acerca da história da escola pública, no Brasil, formulada por Saviani (2014). Busca-se ainda compreender a relação entre trabalho e educação em seu sentido onto-histórico (ENGELS, 2004; 2010; MARX, 2013; CIAVATTA, 2002; 2015) e os pressupostos que conferem ao trabalho o caráter de princípio educativo (GRAMSCI, 1981). Para isso, recorre-se a fontes bibliográficas do período, jornais locais e da hemeroteca; fontes iconográficas da década de 1970-1980 que foram afixadas no álbum seriado e que trazem aspectos da educação formal instituída nos educandários estabelecidos na Cidade dos Meninos (CM), como também, o relatório histórico da instituição escolar municipal instituída no PSB e documentais da instituição mantenedora, tais como: relatórios com descrição dos cursos profissionalizantes instituídos em determinados períodos como a movimentação da instituição em si, o quantitativo de internos por período da CM, como também, os relatórios escritos por Dom Odilão no período inicial do PSB; linha do tempo de Levy Miranda; periódico publicado pela própria FACR, ofícios, estatutos, entre outros.

A exposição dos resultados da pesquisa, encontra-se assim subdividida: no capítulo 1, fez-se algumas considerações sobre os pressupostos onto-históricos da categoria Trabalho e sua formulação como princípio educativo pautada nas contribuições do materialismo histórico e dialético. Procurou-se apontar o sentido histórico da relação trabalho e educação na formação social no Brasil. Apontou-se os Congressos Internacionais sobre a temática da Infância e da Criminologia como expressões da organização da burguesia internacional em torno da assistência à infância desvalida por meio da relação trabalho e educação, assim como a inserção de tais orientações através de políticas assistenciais no Brasil.

No capítulo 2, fez-se uma visita ao período que correspondeu ao início do século XX para o entendimento sobre a caridade e a solidificação da filantropia no Brasil. Dessa forma,

identificou-se a caracterização da assistência ao menor e sua estatização associado ao processo industrialização acelerada a partir da década de 1930 em cumprimento da agenda capitalista do período. Nesse bojo, destacou-se, ainda, o contexto histórico mundial, nacional e local para que fosse possível identificar a totalidade do objeto em questão. Para o entendimento do imbricamento do Projeto direcionado ao ‘menor’ no município de Duque de Caxias como reflexo da política nacional e dos acordos internacionais, buscou-se o entendimento das instituições estatais de fiscalização da implementação dessa política empreendidas ao longo do tempo, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Departamento Nacional da Criança (DNCr) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Foram levantadas as características, o formato de atuação, as polêmicas suscitadas ao longo do tempo, as mudanças de nomenclatura, como também, as outras instituições interligadas a essas que foram selecionadas por terem uma relação direta com as instituições asilares instituídas no município de Duque de Caxias, a Cidade dos Meninos (1947) e o Patronato São Bento (1959).

O capítulo 3 dirigiu-se à atuação de duas pessoas que conduziram o projeto inicial da Cidade dos Meninos – Darcy Vargas e Levy Miranda. Associado a isso, foi necessário fazer o levantamento das instituições assistenciais mantenedoras do projeto de asilamento de ‘menores’ – Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR) e Associação Beneficente de Menores (ABM). Isso tornou possível o entendimento do lugar, da função que o internamento de ‘menores’ ocupava nessas instituições que as mantiveram ao longo do tempo, como também, ampliou o entendimento sobre esse formato de asilo.

No capítulo 4, voltou-se o olhar para a instituição de asilo de ‘menores’ em Duque de Caxias e as instituições escolares instaladas na Cidade dos Meninos. Quanto aos espaços de internação de ‘menores’, recorreu-se a fontes bibliográficas do período, jornais como a Folha de Caxias e os que compõem o acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional – Correio da Manhã, entre outros; arquivos da instituição mantenedora que ainda, situa-se em Bonsucesso, foi possível acessar aos documentos: relatórios de prestação de contas da gestão trienal da FACR que descreveu os cursos profissionalizantes instituídos em determinados períodos como a movimentação financeira da instituição em si, a função dos diferentes Conselhos que compuseram a FACR, a identificação das pessoas que ocuparam funções nesses Conselhos, como também, os relatórios escritos por Dom Odilão no período inicial do PSB; a linha do tempo de Levy Miranda; o periódico publicado em comemoração dos 25 anos da FACR; os ofícios emitidos e enviados do PSB à órgãos públicos e vice-versa; os estatutos da ABM; s

regimento das escolas profissionais do período da FACR; as fotografias do álbum da CM, entre outros. Quanto às escolas, houve acesso às informações sobre as duas escolas que funcionaram no território a partir do acervo do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed), uma dissertação sobre a distorção série/idade, um levantamento do Ministério da Educação e Cultura do Cadastro Nacional das Escolas Primárias – Duque de Caxias e álbum de fotografias da Cidade dos Meninos Darcy Vargas (FACR).

Esses elementos foram importantes para o entendimento de como o processo educativo e escolar formal aconteceram para essa determinada infância no município de Duque de Caxias, assim como, esse projeto estava relacionado com as políticas implementadas a essa infância, considerada ‘desvalida’. Entende-se que tal pesquisa contribui para a pesquisa em história da educação da cidade de Duque de Caxias e do Brasil.

CAPÍTULO I

TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA FORMAÇÃO DA INFÂNCIA DESVALIDA

Os processos educativos implementados no território⁷ que hoje se encontra denominado como município de Duque de Caxias trouxeram os indícios dos projetos de industrialização e urbanização que se desenvolveram no Brasil a partir da expansão do modo de produção capitalista para o interior das unidades político-territoriais que compõem a região latino-americana. De uma região predominante agrária, Iguazu passou de lugar de trânsito dos comerciantes para território povoado pelos nascentes trabalhadores urbanos. A transição chamada de modernidade pela burguesia – que tentava nascer – fez emergir questões sociais que, até então, tinham sido tratadas pela classe dominante local de formas distintas. A modernização difundida pelo processo de industrialização e de urbanização que se desenrolaram no território exigiu novas formas de tratar questões estruturais determinadas pelo desenvolvimento do capitalismo na região.

Para essa compreensão, foi necessário entender o sentido ontológico do trabalho em consequência o seu processo de transformação dado através da exploração do homem sobre o homem no sistema capitalista e suas formas produtivistas desenvolvidas ao longo do tempo – taylorismo, fordismo e toyotismo. Em decorrência desse processo, o entendimento da formação da classe trabalhadora empreendida pela burguesia permitiu a percepção na essência sobre o tipo de educação profissional que era destinada à infância desvalida. Assim, recorreu-se aos teóricos: Engels (2010), o trabalho nos sentido ontológico do ser humano e a divisão da sociedade em classes como origem da exploração da força de trabalho; Marx (2013), sobre o fazer cognitivo empreendido pelo ser humano na realização do trabalho e a propriedade privada como uma determinante para a exploração do trabalhador pelo capitalista; Braverman (1974), a indústria que impõe a venda da força de trabalho do empregado para sua sobrevivência e a forma de controle do capitalista sobre o trabalhador; Saviani (2007), o trabalho e o seu princípio educativo das sociedades primitivas, a divisão de classes que determinou uma divisão na educação também – escola dual (separação entre trabalho manual e trabalho intelectual); Kuenzer (2005), o trabalho pedagógico no processo do trabalho capitalista.

Pretende-se demarcar a relação entre os processos de assistência à infância desvalida e os processos de formação educativa que, acredita ser o fio que liga a relação da fração de

⁷ Entende-se esse conceito a partir de Santos (2001, p. 96-97) ao afirmar que “o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população”.

classe industrial ao projeto de educação para a criança em situação de abandono familiar. Inúmeros congressos científicos aconteceram em nível internacional em torno do debate que envolvia a questão social, como também, os congressos específicos a determinadas profissões. Dentre esses, destacam-se os de criminologia e os que ocorreram na América Latina sobre a temática da criança. Esses congressos levantaram aspectos técnicos que deveriam ser implementados na educação desses jovens em situação de abandono e de pobreza. Os países participantes assinavam acordos, comprometiam-se em instituir políticas, como também, órgãos governamentais para tratar dessas questões sociais, instituíam normativas similares no mesmo período, entre outros.

Parte-se da análise bibliográfica do que foi produzido sobre a infância em situação de pobreza: Freire e Leony (2011), a finalidade das instituições caritativas; Câmara (2010; 2014; 2017), o Código de Menores de 1927, ‘Mello Matos’; a atuação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), das ‘damas da assistência’ e de Moncorvo Filho; Marinho (2014), a atuação das mulheres; Nunes Netto (2011), os congressos latino-americanos sobre a infância; Sanglard (2008), a industrialização, os operários e os higienistas.

Para entender a relação entre as questões assistenciais e os processos educativos desenvolvidos na cidade de Duque de Caxias foi necessário voltar o olhar para ações iniciadas no período anterior ao recorte temporal estabelecido pela pesquisa que se refere ao período da Primeira República.⁸ Tornou-se possível, então, compreender os processos de continuidade de determinados pensamentos científicos, sobretudo no que tange à questão da assistência. Paralelamente a isso, procurou-se entender as formas como a relação entre a assistência e a educação se desenvolveu no Brasil em sua relação com o mundo, a partir de pesquisa bibliográfica acerca dos trabalhos de pesquisa produzidos na área de conhecimento em educação com concentração no estudo sobre a infância minorizada.

⁸ A Primeira República instaurada em 15 de novembro de 1889 se apresentou como um momento de incerteza por haver disputa pelo poder de vários grupos uma vez que tinham concepções divergentes quanto à organização da República. Destacam-se os representantes políticos das principais províncias, a classe dominante de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que defendia uma República Federativa com certa autonomia das unidades regionais; O Partido Republicano Paulista (PRP) e os políticos mineiros adeptos do modelo liberal com um presidente eleito e pelo Congresso; Os republicanos gaúchos que eram positivistas e os militares que foram importantes já que o Marechal Deodoro da Fonseca era chefe do governo provisório e vários oficiais foram eleitos para o Congresso Constituinte. Apesar disso, não havia acordo entre esse grupo, porque o Exército divergia da Marinha, sendo a última considerada vinculada à Monarquia. Essas diferenças de concepção separavam, ainda, o próprio partido de Deodoro da Fonseca cercado de tarimbeiros (veteranos da Guerra do Paraguai) e de Floriano Peixoto apoiado por jovens que tinham frequentado a Escola Militar com influência positivista. Nesse processo, ainda, o Barão do Rio Branco assumiu o Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), deslocou o eixo diplomático de Londres para Washington, conquistou a simpatia de países da América do Sul como Uruguai, Paraguai e se aproximou do Chile, além de definir os limites territoriais brasileiros com os países da América do Sul (FAUSTO, 2019).

1.1 Sentido onto-histórico da categoria trabalho: contribuições do materialismo histórico

O trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (ENGELS, 2004). Essa conclusão a que chegou Engels, em 1876,⁹ tem sido, por vezes, deixada de lado no que se refere às políticas para a educação da infância “desvalida”. Engels (2004) demonstrou o processo de superação dos limites naturais do homem no e pelo trabalho, a partir de uma perspectiva processual e histórica, da transformação do macaco em homem. O autor (2004) afirmou que o trabalho criou o próprio homem, sobretudo a partir da necessidade imposta pela produção da vida material, identificando a posição ereta e o uso das mãos dos macacos para o desempenho de outras funções para além da locomoção, como o movimento fundante que levou à transição do macaco em homem.

O longo período de evolução das mãos, foi entendido por Engels (2004) como fruto do trabalho dos macacos que, ao prescindir das mãos para locomoção, realizaram a divisão entre as funções dos pés e das mãos. Essas últimas passaram a recolher alimentos, construir ninhos, empunhar objetos para autodefesa, enquanto os pés trepavam sobre as árvores e caminhavam sobre o solo (ENGELS, 2004). Engels (2004) apontou, dessa forma, que “a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele” (ENGELS, 2004, p. 13).

O aperfeiçoamento das mãos se deu através do trabalho e percorreu muitos anos, até que o homem fosse capaz de realizar uma infinidade de operações que não podem ser executadas pelas mãos de nenhum macaco. Foi pelo trabalho, pela adaptação a novas funções, pelo aperfeiçoamento adquirido pelos músculos, ligamentos e pela aplicação dessas habilidades adquiridas a funções cada vez mais complexas, que o homem pode produzir instrumentos ao controlar seu metabolismo com a natureza (ENGELS, 2004).

Engels (2004) apontou, ainda, que no e pelo trabalho a linguagem, o cérebro e os órgãos dos sentidos se desenvolveram, a tal ponto que o domínio consciente desses órgãos e a crescente clareza de consciência formaram a sociedade. A necessidade de comunicação que as vantagens da atividade conjunta proporcionavam a cada indivíduo, propiciou o desenvolvimento da laringe, de modo que se tornou possível a articulação dos sons pelo homem e a evolução da linguagem oral.

O trabalho e a linguagem foram os estímulos principais que levaram à transformação gradual do cérebro do macaco em cérebro humano. O aperfeiçoamento geral do cérebro se

⁹ O texto “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” foi escrito por Engels em 1876 e publicado pela primeira vez em 1896 na *Neue Zeit* (ANTUNES, 2004).

encontra ligado ao desenvolvimento dos órgãos dos sentidos, a seu serviço. A linguagem, portanto, originou-se a partir do trabalho e pelo trabalho, assim como o domínio dos sentidos pelo cérebro e a crescente clareza de consciência agruparam os homens de tal maneira, formando a sociedade (ENGELS, 2004).

Os homens passaram a elaborar instrumentos que os levou à emancipação. E com o desenvolvimento da vida em sociedade, o homem passou a explicar os seus atos por meio dos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação, somente, em suas necessidades. Os homens passaram a modificar a natureza, obrigando-a a servi-los. Essa ação sobre a natureza é, portanto, intencional e planejada, uma vez que, apenas o homem pode conferir a sua vontade sobre ela (ENGELS, 2004).

A cooperação entre os órgãos do corpo levou à execução de operações mais complexas com objetivos cada vez mais elevados. O trabalho se estendeu pouco a pouco a novas atividades que procuravam suprir as necessidades de grupos de homens que em cooperação subsistiam em determinado espaço. De geração em geração, os homens criavam instrumentos com o objetivo intencional e planejado de obrigar a natureza a servir-lhe.

Engels (2004) chamou a atenção para o fato de que a dominação do homem sobre a natureza não tem sido isenta de consequências. O consumo de carne que levou ao uso do fogo e à domesticação dos animais, por exemplo, promoveu meios de emancipação do homem, assim como, o desmatamento de florestas para criar pastagens, a consequente redução da biodiversidade e o aumento da emissão de gases – efeito estufa. Assim, Engels (2004) salientou que as primeiras consequências da dominação da natureza pelo homem podem ser previstas, entretanto, outras consequências, de segunda e terceira ordem, acabaram por surgir sem que o homem sequer possa antecipar e controlar seus efeitos. Dessa forma, Engels (2004) apontou que:

o nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que por nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. (ENGELS, 2004, p. 24).

Conhecer as consequências diretas e indiretas dos atos dos homens na produção, possibilita que essas consequências sejam controladas pelos homens que fornecem respostas conscientes frente às suas necessidades, operando para além do que sua base genética venha

determinar. A essência do trabalho reside, portanto, nessa diferença essencial entre os animais e os homens, uma vez que os animais utilizam e modificam a natureza pelo simples fato da sua presença nela, enquanto o homem a obriga a servir-lhe de acordo com a consciência das suas necessidades. O homem através do ato de produzir e reproduzir os objetos à luz das suas necessidades, acaba por produzir a si genérica e individualmente.

De acordo com Marx (2010), na atividade vital pode ser encontrado o caráter genérico de uma espécie. O animal não se separou da sua atividade vital, formando juntos uma unidade. O animal realizou, unilateralmente, o mesmo produto da mesma forma para si próprio e para seus filhotes. Os limites estabelecidos pela forma biológica têm sido reproduzidos cegamente pelos animais. Assim, Marx (2013) exemplificou essa relação:

uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas, o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo da sua atividade e ao qual tende subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho. (MARX, 2013, p. 255),

O homem fez do trabalho – sua atividade vital – objeto da sua vontade conscientemente e livremente orientada. O homem produziu sempre o novo de forma que seja socializado para todos os outros, cuja forma genérica se identificou com a humana. O homem tornou universal seu domínio sobre a natureza, tornando-a corpo inorgânico do homem. Rompeu os limites estritos da sua base genética se tornou um ser ativo frente a sua existência. O trabalho tem sido, portanto, a atividade vital consciente e livre do homem ativo para com a sua própria existência; tem sido a categoria fundamental que separa os homens dos animais; tem sido, portanto, a categoria que determina o caráter ontológico do ser social.

O trabalho assim entendido, como um processo entre o homem e a natureza, na qual, por ação própria, o homem tem agido como mediador, regulador e controlador de tal processo (MARX, 2013), constituiu-se não apenas como uma atividade orientada a um fim, mas, também, como seu próprio objeto e seu próprio meio de produção. Desenvolveu-se, portanto, a partir de três elementos fundamentais: a força de trabalho, o objeto de trabalho e os meios

de trabalho. Esses três elementos estabeleceram entre si relações que são determinadas, historicamente, podendo se realizar através de relações de colaboração e ajuda mútua, relações de exploração ou relações de transição entre esses extremos.

Engels (2004) afirmou que “todos os modos de produção que existiram até o presente só procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata” (ENGELS, 2004, p.26). As sociedades comunais da terra limitavam-se às questões mais imediatas e utilizavam os “excedentes de terras livres que ofereciam determinada margem para neutralizar os possíveis resultados adversos dessa economia primitiva” (ENGELS, 2004, p. 26). Dessa forma, Engels (2004) afirma que:

todas as formas mais elevadas de produção que vieram depois conduziram à divisão da população em classes diferentes, no antagonismo entre as classes dominantes e as classes oprimidas. Em consequência, os interesses das classes dominantes converteram-se no elemento propulsor da produção, enquanto esta não se limitava a manter, bem ou mal, a mísera existência dos oprimidos. (ENGELS, 2004, p. 26).

No modo de produção comunal, a ação de viver se encontrava ligada, intrinsecamente, à ação de se formar homem, não havia classes e dessa forma, os homens produziam a sua existência em comum, ao mesmo tempo em que se formavam nesse processo. Ao transformar a natureza em prol das suas necessidades, o homem se relacionava com os outros homens, educava-se e educava as próximas gerações. Pode-se apontar que o saber acumulado era socializado a partir e pelo trabalho, em atendimento às necessidades do homem em comunidade.

A propriedade privada da terra estabeleceu a divisão em classes. Na Antiguidade grega e romana, uma parte dos homens se apropriavam privadamente da terra, tornando-se proprietários. A esses era permitida a condição de viver sem trabalhar. Aos outros homens, a massa dos não-proprietários cabia o encargo de manter a si mesmos e aos proprietários. Apontou-se o surgimento de uma classe ociosa que vive através do trabalho alheio.

É nessa conjuntura que a educação passou a ser separada da própria sobrevivência do homem, diferentemente do que se vivenciava nas comunidades primitivas. Apontou-se a origem da escola como lugar do ócio, espaço em que apenas as classes ociosas tinham acesso. A educação escolar, o saber sistematizado, era direcionado à classe dos proprietários. Já a educação das massas de não-proprietários continuava a ser formada no próprio processo de trabalho. A formação dos não-proprietários era o trabalho manual, o manuseio da natureza, dos objetos, da realidade.

Algumas dessas características se mantiveram no modo de produção feudal, justamente porque na Idade Média, o modo de produção da existência era a terra e a economia dominante era a agricultura. Saviani (2014) destacou algumas diferenças sobretudo no que tange a forma em que a produção era organizada e a consequente divisão do trabalho. Na Grécia e em Roma, a vida na cidade era abastecida pelo trabalho agrícola e a divisão do trabalho se estabelecia pela escravidão. Já na Idade Média, os homens viviam no campo e da atividade agrícola, assim como não se aplicava mais o trabalho escravo, somente o trabalho servil.

Na Idade Média, a escola, também, ocupava-se da educação da classe dominante como forma de ocupação do ócio daqueles que não precisavam trabalhar para garantir a sua própria existência. Destacavam-se as escolas paroquiais, catedralícias e monacais sob influência da igreja. A massa continuava se educando no próprio processo de produção da sua existência e dos senhores que viviam de trabalho alheio.

Com a época moderna, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, o processo produtivo se deslocou da agricultura para a indústria, erigindo a burguesia enquanto classe dominante. A burguesia converteu a ciência em potência material através das indústrias, elencando as cidades como locais determinantes das relações sociais e o direito positivo como forma artificial de se manter a organização social. Um direito que não se dava mais pelos costumes em comum, sendo criado pela burguesia para garantir a sua condição como classe que sobreviveria do trabalho alheio.

A exigência de conhecimento intelectual se tornou uma necessidade geral de sobrevivência no espaço urbano. Para viver nas cidades, o indivíduo precisava dominar conteúdos elementares ligados à formação para a vida na cidade. A educação escolar passou a ser entendida como a forma dominante e mais desenvolvida de educação. A escola, paulatinamente, passou a absorver todas as funções educativas que anteriormente eram desenvolvidas fora da escola.

A expressão mais elevada das relações de exploração pode ser encontrada na forma como o processo de trabalho tem sido organizado no capitalismo. Sobretudo, por dois fenômenos peculiares ao processo de trabalho enquanto processo de consumo de força de trabalho: o controle do capitalista sobre o trabalhador e a propriedade privada do produto pelo capitalista (MARX, 2013). O capitalista tem se encarregado de garantir que o trabalho realizado pelo indivíduo seja desenvolvido ordenadamente e que os meios de produção sejam empregados conforme os fins a que se destinam. O produto que tem se apresentado como

resultado do processo de trabalho não foi propriedade do produtor direto – o trabalhador – mas sim, do capitalista, assim como, a utilização da força de trabalho do indivíduo. Para o capitalista, o processo de trabalho tem se configurado como:

o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhes meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 2013, p. 262).

O capital tem incorporado o próprio instrumento de trabalho, assim como o progresso técnico. O trabalhador se tornou instrumento do capital, o que significa que os meios de produção utilizaram o operário, ao invés do operário utilizar os meios de produção.

É importante destacar o caráter histórico desse fenômeno, uma vez que embora a venda da força de trabalho tenha existido desde a Antiguidade, foi somente com o advento das indústrias, no século XVIII, na Europa, que os trabalhadores assalariados se tornaram numericamente importantes. O trabalhador vendeu a sua força de trabalho em troca de um salário, porque as condições sociais não lhe deram uma alternativa para a manutenção da sua sobrevivência. Já o empregador tem sido proprietário de uma unidade de capital, na qual seu objetivo tem sido ampliá-la, portanto, ele precisou converter parte do capital em salários (BRAVERMAN, 1974).

Notem que a compra da força de trabalho não tem se constituído na compra dos processos vitais e das funções do corpo humano – o que têm sido propriedades inalienáveis do homem enquanto espécie. O que o capitalista tem comprado é “a força para trabalhar por um período contratado de tempo” (BRAVERMAN, 1974, p. 56).

O trabalho, nas formas que ele tem sido assumido, sob as relações capitalistas de produção, tem ultrapassado o objetivo inicial de criação de valor útil, passando a ter como objetivo central a troca de mercadorias. O valor de troca que o produto do trabalho tem assumido varia de acordo com a produtividade do trabalho, cujas determinações tem se pautado no desenvolvimento das forças produtivas.

O trabalhador não tem sido entendido mais pelo seu trabalho isolado, mas pelo trabalho que tem sido necessário socialmente em uma conjuntura histórica determinada. O trabalho individual tem sido dissolvido em trabalho social pressupondo um processo histórico de transformação do trabalho particular em trabalho coletivo. Marx (2013) assim, explicou a abstração do trabalho social no interior do modo de produção capitalista:

esta abstração de trabalho em geral não é somente o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação a esse trabalho determinado (particular) corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos mudam com facilidade de um trabalho para outro, e na qual o gênero preciso de trabalho é para eles fortuito, logo indiferente. Aí, o trabalho tornou-se não só no plano das categorias, mas na própria realidade, um meio de criar a riqueza em geral e deixou, enquanto determinação, de constituir um todo com os indivíduos, em qualquer aspecto particular. (MARX, 2013, p. 30).

O valor de troca tem sido, portanto, o tempo de trabalho contido em uma mercadoria. Tem sido no caráter volátil do trabalho humano que o capitalista tem encontrado o recurso essencial para acumulação e reprodução ampliada de capital. Assim como, foi nessa qualidade distintiva entre os homens e os animais que o capitalista tem encontrado o seu maior desafio. A força de trabalho que o capitalista comprou, possui potencial infinito, no entanto, a sua concretização tem sido limitada pelo “estado subjetivo dos trabalhadores, por sua história passada, por suas condições gerais sob as quais trabalham, assim como pelas condições próprias da empresa e condições técnicas do seu trabalho” (BRAVERMAN, 1974, p. 58).

Tornou-se, portanto, essencial para o capitalista ter o controle sobre a força de trabalho desde a formação dos trabalhadores, alienando progressivamente os processos de produção do trabalhador. A classe trabalhadora tem sido submetida ao modo de produção capitalista, paulatinamente, a medida em que o modo capitalista de produção tem destruído todas as outras possíveis formas de organização do trabalho, destituindo a população trabalhadora de qualquer alternativa a sua subsistência, a não ser pela submissão ao modo capitalista de produção.

Os desdobramentos na formação do homem podem ser sentidos no constante aperfeiçoamento do indivíduo com o objetivo de habituar o trabalhador aos imperativos necessários à expansão do capital. As condições em que ele tem se apresentado aos trabalhadores tem se baseado em condições inumanas de trabalho. No entanto, mesmo destituídos de condições humanas de trabalho, os trabalhadores têm mantido suas capacidades conceituais e críticas, por mais enfraquecidas que tenham sido operadas pelo capital, tornando-se uma ameaça à continuidade desse modo de produção. A necessidade de ajustar o indivíduo ao trabalho em sua forma capitalista, tem sido proposto como um dos mecanismos a organização do trabalho a partir de bases ‘científicas,’ tornando-se um aspecto permanente que pode ser encontrado em diversos setores de trabalho. Na próxima seção, procura-se

apontar alguns elementos que caracterizaram a relação entre trabalho e educação na organização social contemporânea.

1.2 Trabalho como princípio educativo: o disciplinamento do trabalhador para a vida social e produtiva

Partiu-se do princípio de que o trabalho é a essência do ser humano. Isso porque em função das necessidades humanas através do trabalho tem sido transformada a natureza. Ao mesmo tempo, o trabalho não é algo natural é o que “se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007, p. 154). Paralelamente, o ser humano necessitou aprender a produzir a sua própria existência, ou seja, através de um processo educativo. Assim, o ser humano produzia a sua existência na própria ação de produzir. Dessa forma,

Aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto os elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações no interesse da continuidade da espécie (SAVIANI, 2007, p. 154).

Isso era o que movia as comunidades primitivas. Com o tempo, o desenvolvimento da produção levou à divisão do trabalho e a apropriação privada da terra possibilitou que se configurassem duas classes sociais fundamentais – a classe dos proprietários e a dos não-proprietários. A existência da propriedade privada permitiu à classe dos proprietários viver do trabalho alheio. Essa divisão dos homens em classes provocou uma divisão também na educação de acordo com Saviani (2007).

Diante do processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho. Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classe a educação também resulta dividida, diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da *escola*. A educação dos

membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho (SAVIANI, 2007, p. 155-156).

Destaca-se, ainda, o fato de que no modo de produção de capitalista, a educação tem sido colocada “em posição central” com “protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória” (SAVIANI, 2007, p. 157).

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento da sociedade de classes, especificamente nas suas formas escravista e feudal, consumou a separação entre educação e trabalho. No entanto, não se pode perder de vista que isso só foi possível a partir da própria determinação do processo de trabalho. Com efeito, é o modo como se organiza o processo de produção – portanto, a maneira como os homens produzem os seus meios de vida – que permitiu a organização da escola como um espaço separado da produção. Logo, a separação também é uma forma de relação, ou seja: nas sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a manifestar-se na forma da separação entre escola e produção (SAVIANI, 2007, p. 157).

Entende-se, assim, que a dicotomia entre escola e produção se deu ao longo da história a partir da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Com o surgimento da escola, o trabalho manual se restringiu ao próprio processo de trabalho enquanto o trabalho intelectual ao processo escolar.

Com a consolidação do modo de produção capitalista, uma nova ordem social foi estabelecida e “inversamente ao que ocorria na sociedade feudal”, a troca passou a determinar o consumo. “Por isso esse tipo de sociedade é também chamado de sociedade de mercado. Nela, o eixo do processo produtivo desloca-se do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, que converte o saber de potência intelectual em potência material” (SAVIANI, 2007, p. 158).

Esse processo se aprofundou com a Revolução Industrial do final do século XVIII e primeira metade do século XIX que possibilitou “o fenômeno da objetivação e simplificação do trabalho” ao transferir para as máquinas “funções próprias do trabalho manual” (SAVIANI, 2007, p. 158). Essa mecanização do trabalho manual fez com que o trabalho se tornasse “abstrato”, “simples e geral” (SAVIANI, 2007, p. 158). Isso determinou a reorganização das relações na sociedade que fez com que a Revolução Industrial levasse a uma Revolução Educacional ao colocar “a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação” (SAVIANI, 2007, p. 158). Esse

processo de construção em que colocou a escola como essencial na sociedade pode ser percebida ao longo do tempo.

Na aparência, a socialização da educação primária foi difundida como elemento de capacitação do indivíduo para conter o processo produtivo. Como o trabalho com o maquinário exigia habilidades para cuidar desse instrumento que fez com que houvesse escolas de formação geral e escolas profissionais.

O impacto da Revolução Industrial pôs em questão a separação entre instrumentação e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção. No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (SAVIANI, 2007, p. 158).

Segundo Saviani (2007), essa foi a proposta dualista de escola apresentada – escolas profissionais para trabalhadores; escola de ciências e humanidades para os futuros dirigentes – que formavam seus educandos a partir de sua origem social. Associado a isso, a profissionalização tem sido entendida como um “adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo” (SAVIANI, 2007, p. 159). Tudo isso sempre destinado a uma classe específica, aquela que se encontra em situação de pobreza, destinada a seus filhos – crianças e jovens e quando esses, não têm acesso nessa faixa-etária, acabam por retornar a esse tipo de educação quando já adultos.

A educação formal tem sido o resultado do trabalho pedagógico que é o conjunto de práticas sociais intencionais que foram sistematizadas para a formação humana nas relações produtivas e sociais que se estabeleceram no capitalismo como uma forma de expressão desse sistema. Isso porque, esse trabalho tem atuado “na configuração da existência humana individual e grupal para realizar nos sujeitos humanos as características dos seres humanos” (LIBÂNEO, 1998, p. 22). Ao se localizar numa sociedade dividida em classes com relações sociais de exploração, a educação, apesar da contradição existente nela, tende a atender as demandas do capital. Isso porque, “a finalidade do trabalho pedagógico, articulado ao processo de trabalho capitalista, é o disciplinamento para a vida social e produtiva, em

conformidade com as especificidades que os processos de produção, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas vão assumindo” (KUENZER, 2005, p. 82).

Para que se obtenha o resultado esperado pelo capital, o disciplinamento do trabalhador tem sido um fator essencial para o processo educativo. É notório o fato de que a pedagogia dominante implementada em consonância com a divisão social e técnica do trabalho da sociedade no taylorismo/fordismo tinha por objetivo educar os trabalhadores e dirigentes com a dicotomia da instrumentalização e da intelectualidade de acordo com a relação de classe que imputava o lugar e as atribuições de cada trabalhador, de acordo com Kuenzer (2005). Esse afastamento entre o pensar e o fazer tem trazido ao longo do tempo consequências graves para o trabalhador em vários aspectos, principalmente, no que diz respeito a saúde física e mental que influenciaram suas relações sociais e pessoais também. Cabe destacar, ainda, que as características específicas do processo produtivo tinham:

como paradigma a organização em unidades fabris que concentravam grande número de trabalhadores distribuídos em uma estrutura verticalizada e rigidamente hierarquizada, cuja finalidade era produzir em massa produtos pouco diversificados para atender demandas relativamente homogêneas, com tecnologia estável e com processos de base eletromecânica rigidamente organizados, que não abriam espaços significativos para mudanças, participação ou criatividade para a maioria dos trabalhadores (KUENZER, 2005, p. 83).

Essa hierarquização e essa organização rígida que exigiam menos mudança, participação e criatividade por parte do trabalhador associado ao contexto social do período atravessado pelo controle e pela rigidez no que diz respeito a normas e a comportamentos sob a base taylorista/fordista¹⁰ originaram tendências pedagógicas com versões conservadoras nas escolas tradicionais, nova e tecnicista que acentuavam a separação entre pensamento e ação, segundo Kuenzer (2005). Da mesma forma, o momento de centralização e a organização da educação, por exemplo, em órgãos governamentais com criação de Secretarias e Ministérios. Assim, essas propostas pedagógicas:

¹⁰ É um padrão de produção da indústria. Taylor propôs a gerência da produção que se criasse “métodos padronizados de execução que deveriam otimizar a relação entre tempo e movimento” (RIBEIRO, 2015, p. 66) com profundo controle do trabalho e expropriação do saber do trabalhador ao separar execução de concepção. O interesse maior das pesquisas de Taylor foi a “adaptação do trabalho às necessidades do capital” (RIBEIRO, 2015, p. 68). A novidade trazida por Ford foi a esteira rolante que colocou o trabalhador numa posição fixa que imprimiu “um novo modo de organização racional do trabalho e da produção, mas também a constituição de um novo modo de vida”. Do mesmo modo que, “os princípios do taylorismo caminhavam em direção ao controle do trabalho. Mais do que uma ruptura, o fordismo representou a continuidade e intensificação do processo de controle da força de trabalho viva que já havia iniciado com o taylorismo” (RIBEIRO, 2015, p. 68).

Ora se centraram nos conteúdos, ora nas atividades, sem nunca contemplar uma relação entre aluno e conhecimento que verdadeiramente integrasse conteúdo e método, de modo que propiciasse o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas. Em decorrência, a seleção e a organização dos conteúdos sempre ocorreram a partir de uma concepção positivista de ciência, fundamentada em uma concepção de conhecimento rigorosamente formalizada, linear e fragmentada. Nessa concepção, para cada objeto correspondia uma especialidade que, ao construir seu próprio campo, automatizava-se, desvinculando-se das demais e perdendo o seu vínculo com as relações sociais e produtivas (KUENZER, 2005, p. 83).

Tais questões são observadas nas propostas curriculares dos diferentes ramos científicos em que havia uma rígida seleção de conteúdos com sequenciamento repetidos anualmente através do método expositivo com cópias e questionários. Assim, “a habilidade cognitiva a ser desenvolvida era a memorização, articulada ao disciplinamento, ambos fundamentais para a participação no trabalho e na vida social organizados sob a hegemonia do taylorismo/fordismo” (KUENZER, 2005, p. 84) seguidos de muitos exercícios para repetir o modelo como na “linha de montagem fordista, com seus bem definidos postos e sua relação homem-máquina [...] onde alguns trabalhadores devem deixar as máquinas trabalhar e apenas preparar o necessário para o seu funcionamento” (KUENZER, 2005, p. 87-88).

Segundo Kuenzer (2005, p. 85), essa proposta pedagógica atendia a demanda de trabalhadores do período que desempenhavam em sua vida profissional e social, tarefas com poucas variações e processos técnicos de base rígida. Para isso, uma escolaridade mínima (ler e escrever), treinamento profissional e muita experiência eram necessários para exercerem sua profissão. Memorizar e repetir sequências no trabalho exigia uma pedagogia que uniformizasse as “respostas para os procedimentos padronizados” era importante para a vida social e laboral.

Esses aspectos da vida social, profissional e educacional dos indivíduos estabelecidos pela divisão entre classes no capitalismo, resultaram em várias expressões da fragmentação do trabalho pedagógico baseado no modelo taylorista/fordista. A “*dualidade estrutural*, a partir da qual se definem tipos diferentes de escola, segundo a origem de classe e o papel da classe destinado na divisão social e técnica e trabalho” (KUENZER, 2005, p. 84, grifos da autora), ou seja, escolas técnicas e profissionais para os filhos dos trabalhadores diferentes das escolas que formam os futuros dirigentes da classe mais abastada.

Outro aspecto que tem sido relacionado diretamente com o formato de cada instituição escolar tem se relacionado com o currículo organizado e pensado por aqueles que se mantiveram no Poder Público. Assim, concorda-se no que diz respeito:

a *fragmentação curricular*, que divide o conhecimento em áreas e disciplinas trabalhadas de forma isolada e que passam a ser tratadas como se fosse autônomas entre si e da prática social concreta, a partir de pretensa divisão da consciência sobre a ação, com base no que a teoria se supõe separada da prática. A expressão desta fragmentação é a grade curricular que distribui as diferentes disciplinas com suas cargas horárias por séries e turmas, de forma aleatória, supondo que a unidade rompida se recupere como consequência ‘natural’ das práticas curriculares, ficando por conta do aluno a reconstituição das relações que se estabelecem entre os diversos conteúdos disciplinares (KUENZER, 2005, p. 84, grifos da autora).

Essa divisão e isolamento das disciplinas tem permitido que os estudantes enfrentem problemas em relação a apreensão do conhecimento que vão da maturidade para se relacionar com diversos professores/disciplinas a não entendimento da teoria ensinada com a realidade concreta que acentua o desinteresse. Há dificuldade entre os próprios professores que não têm tido momentos de encontros significativos que possibilitem o enfrentamento desses obstáculos como uma unidade escolar, como também, tem favorecido a compreensão que os fracassos enfrentados no ensino-aprendizagem tem sido de responsabilidade exclusiva do professor de cada disciplina e do próprio estudante que tem sido resultados das “*estratégias taylorizadas de formação de professores*, que promovem capacitação parcelarizada por temas e disciplinas, agrupando os profissionais por especialidade, de modo que o trabalho pedagógico nunca seja discutido em sua totalidade, dentro do espaço de sua realização: a escola” (KUENZER, 2005, p. 84, grifos da autora).

Soma-se, ainda, a precarização do trabalho docente que para subsistir tem necessitado, ao longo do tempo, atuar em diferentes instituições com carga-horária excessiva.

o *plano de cargos e salários*, que prevê a contratação dos profissionais da educação por tarefas, ou jornadas de trabalho, e até mesmo por aulas ministradas de modo a que eles se dividam entre diversos espaços, sem desenvolver sentido de pertinência à escola; quando se representam, os professores evidenciam identidade com a área ou disciplina de sua formação, e não identidade de professores da escola (KUENZER, 2005, p. 85, grifos da autora).

Essa não identificação do professor com a instituição escolar permitiu um distanciamento na atuação docente que o aproximou do modo de produção taylorista/fordista ao fragmentar o conhecimento de determinada disciplina como se fosse isolado, sem relação com a totalidade. Isso propiciou uma formação superficial do estudante que de acordo com o currículo imposto foi atendido, mas de forma fragmentada.

Outro aspecto responsável pela fragmentação do trabalho pedagógico diz respeito a formação do pedagogo sobre as especialidades que tem sido um debate que perdura anos que se refere “a *fragmentação do trabalho dos pedagogos* nas distintas especialidades, que foram criadas pelo parecer 252/69 do Conselho Federal de Educação, praticamente superadas pelas tentativas de unificação nas agências de formação e nas escolas esta fragmentação agora foi reeditada pela Lei nº 9.394/96, no art. 64” (KUENZER, 2005, p. 85, grifos da autora). Esse Artigo 64, da Lei nº 9.394/96 diz respeito às habilitações que o pedagogo poderia exercer a partir de sua formação “administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação” (BRASIL, 1996, p. 208).

Essa fragmentação do trabalho pedagógico respondeu ao disciplinamento exigido pelo trabalho capitalista de acordo com as questões relacionadas ao taylorismo/fordismo em “três dimensões – técnica, política e comportamental” (KUENZER, 2005, p. 85). Todos esses aspectos característicos da fragmentação do trabalho pedagógico têm sido de fácil identificação na Educação Brasileira e em especial, na classe proletária que a duras penas, ao longo dos anos, tem lutado pela educação enquanto direito apesar da contradição existente na prática escolar e por todos os aspectos analisados por Kuenzer (2005), tem estado como refém desse fazer e dessa organização educacional fragmentados que tem dificultado a apreensão de uma educação significativa e reflexiva na vida desses estudantes que têm que dividir o trabalho formal com a educação escolar. Essas condições têm propiciado tantos fracassos escolares e obstáculos que a opção que resta, na maioria das vezes, tem sido a evasão escolar. Tudo isso como resultado dessa “relação entre educação e trabalho, mediada no taylorismo/fordismo por modos de fazer” – “mediada pela força física, pelas mãos ou por habilidades específicas que demandavam coordenação fina ou acuidade visual” (KUENZER, 2005, p. 86) que tem se utilizado com muita tranquilidade do trabalho infantil nesse processo produtivo. É importante ressaltar, ainda, a pouca oferta de escolas públicas para esse público, como também, a carência de profissionais para o atendimento dessa demanda. Na próxima seção, procura-se apontar que as políticas assistencialistas implementadas no Brasil para a infância desvalida estavam em consonância ao movimento internacional instituído através dos inúmeros congressos em que o país participou e se comprometeu.

1.3 O projeto de educação para a infância desvalida: debates sobre a formação do “novo” homem nos congressos latino-americanos

A participação brasileira nos diferentes congressos internacionais e os compromissos assumidos ajudaram a compor as políticas assistencialistas implementadas para a infância desvalida. Para isso, foi necessário voltar para algumas questões relevantes instauradas na Primeira República pelo fato de que foram estabelecidos alguns aspectos importantes em relação ao assistencialismo que marcaram tanto continuidades como rupturas no período pós-1930. Assim, “não seria pretensão demasiada e nem mesmo irresponsabilidade metodológica fazer induções da continuidade de determinadas práticas de assistência no campo histórico” uma vez que essas práticas foram indicativas de “legitimação da desigualdade e da naturalização do processo histórico de produção da pobreza no Brasil” (SOUZA, 2015, p. 60).

Ao mesmo tempo, identifica-se a continuidade no que diz respeito à atuação caritativa da Igreja Católica no atendimento dos mais pobres com seus devidos ajustes ao longo do tempo. Percebe-se que houve uma difusão para outras instituições. Muitas delas, também, religiosas, mas de outras denominações. Isso se deu, em especial, pela grande crítica ao alto índice de mortalidade infantil das crianças em situação de abandono, em especial, no que tange aos processos realizados na Roda de Expostos.¹¹ Freire e Leony (2011) destacam que a finalidade das instituições caritativas católicas se concentrava em:

Evitar ou minimizar o impacto social de práticas consideradas impiedosas, como o aborto e o infanticídio. Não havia qualquer preocupação com os preceitos de higiene que já faziam parte da gramática médica e da elite urbana brasileira. A criação dos enjeitados, de maneira geral, ficava a cargo de nutrizas mercenárias. A maioria dos expostos morria durante o primeiro ano do abandono, de forma que a entrada no circuito da Roda significava quase uma condenação à morte. (FREIRE e LEONY, 2011, p. 201-202).

Pontua-se aqui, uma característica central dessa prática de caridade, pautada no discurso moral sem preocupação real com a criança em situação de abandono ou de maus tratos que dizia respeito aos filhos concebidos fora do matrimônio. Há permanência do discurso moral sobre o abandono, principalmente em relação ao trabalho.

¹¹ “No Brasil, a primeira Roda, conhecida como Casa dos Expostos, foi fundada no Rio de Janeiro em 1783, por Romão de Mattos Duarte. Situada nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, passou para um prédio próprio apenas em 1811. Até o final do século XIX foram criadas 15 instalações desse tipo, em cidades brasileiras, e algumas delas funcionaram até meados do século XX” (FREIRE e LEONY, 2011, p. 201). Há informações não confirmadas de que alguns dos internos da Cidade dos Meninos seriam oriundos do Orfanato Romão de Mattos Duarte.

Outra questão era o lucro que famílias abastadas obtinham com essa prática referente às nutrizas mercenárias, escravas, na maioria das vezes, com as quais seus senhores arrendavam altas somas ao fornecerem o leite materno por elas produzido. Essa permanência sobre o fato de que o auxílio dado pelos mais ricos às obras de caridade não era desinteressado, pelo contrário, na maioria das vezes, havia retorno financeiro àqueles que investiam dinheiro nas obras de caridade ao mesmo tempo em que solidificavam suas redes de sociabilidade, como também, o próprio capital simbólico.

O regime republicano recém-instalado no Brasil tinha como fator de grande relevância a proximidade com a cultura europeia e a formação científica como exemplos de civilidade e modernidade. O debate da intelectualidade, na época, propagava a necessidade de um fazer científico nesse setor que se diferenciava da caridade cristã e que seria substituída pela filantropia. Isso não significou a nulidade da participação de entidades religiosas para o atendimento dos mais necessitados. Mas, demonstrou a capacidade da Igreja Católica em se adequar às novas exigências da área da assistência, como também, a ampliação dessa ação por diferentes setores.

Quanto à cientificidade empregada nesse período, que se repercutiu ao longo do tempo na ação assistencial, destaca-se o debate difundido na Europa e nos Estados Unidos da América sobre a noção de eugenia¹² “com efeitos físicos e culturais da miscigenação das raças humanas” (RIZZINI, 1993, p. 22). Segundo Rizzini (1993), esse movimento teve eco entre os intelectuais brasileiros nas três primeiras décadas do século XX que se tratava da preocupação com a constituição étnica do brasileiro e da possibilidade de purificação da raça para que fossem evitadas as questões psíquicas, físicas e culturais que poderiam prejudicar as raças consideradas inferiores. Rizzini (1993) salientou que esse período foi:

Marcado pela influência da filosofia positivista nos planos cultural e político. O entusiasmo pelo progresso das ciências em oposição ao tradicionalismo impulsionará o movimento filantrópico rumo à meta de formar o novo homem, prático e avesso à anarquia, exigência da nova ordem social que se tenta implantar. O positivismo foi, sem dúvida, eficaz instrumento ideológico utilizado por intelectuais e políticos no empenho de substituir a velha ordem colonial, por uma nova ordem que expressasse o ansiado progresso da nação (RIZZINI, 1993, p. 48).

¹² É uma ciência e estuda a melhoria da raça humana a partir da reprodução humana. “As ideias oriundas desta ciência propunham a imposição de atitudes, principalmente com relação aos casamentos, e passaram a fazer parte dos currículos escolares, nesta época, assuntos como puericultura, medidas eugênicas, hereditariedade etc.” (COUTO e MELO, 1998, p. 29).

A formação do novo homem remetia às novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais. Associado a isso, havia o objetivo comum à caridade e à filantropia que era a manutenção da ordem social e, para isso, foi promulgada a necessidade de uma filantropia que associasse a assistência privada à assistência estatal. Avalia-se que esse é um dos aspectos de continuidade entre as políticas de conjunturas distintas.

Nesse fazer filantrópico de caráter científico, destaca-se a atuação dos médicos, em especial, a atuação do médico higienista Carlos Arthur Moncorvo Filho, que coordenou o Instituto de Proteção, Assistência à Infância (IPAI)¹³ e o trabalho com as ‘Damas da Assistência’. Assim,

A Associação das Damas da Assistência à Infância foi concebida como parte das estratégias acionadas pelo IPAI que, em acordo com as iniciativas que vinham se processando no cenário internacional, envidariam esforços na promoção e difusão dos preceitos de puericultura e de higiene infantil. Por meio de campanhas, cursos populares, folhetos e orientação às mães visaram colaborar para a difusão dos princípios associados aos cuidados com a infância (CÂMARA, 2014, p. 202).

Essa Associação das Damas da Assistência à Infância, “foi constituída como um braço importante e ‘auxiliar’ de assistência e da difusão dos princípios de educação higiênica às mães pobres, empreendidas pelo IPAI” (CÂMARA, 2017, p. 202). A associação tinha por sócias mulheres que, também, angariavam fundos para manutenção do IPAI com as seguintes profissões: escritoras, pintoras, advogadas, professoras e senhoras da sociedade. Dentre elas, a esposa do presidente em exercício de acordo com Câmara (2017). A Associação era composta por “senhoras de moral reconhecida” que “podiam dispor de tempo para ocupá-lo com o trabalho voluntário. Embora sua função beneficente não exigisse uma especialidade profissional” (RIZZINI, 1993, p. 82). Enfim, “as Damas ajudaram a compor e a difundir um modelo de assistência” baseado “nos referenciais de ciência e benevolência” (CÂMARA, 2017, p. 216).

O IPAI idealizado e dirigido por Moncorvo Filho desenvolveu a partir das seguintes seções: o Dispensário Geral que tinha subvenção federal concedida pelo, então, Presidente Campos Salles; a creche Senhora Alfredo Pinto; a Gota de Leite; a Sociedade Científica; a Associação das Damas da Assistência; a Helioterapia e o Departamento de Criança. Todas

¹³ Foi instalado em 24 de março de 1901, “o instituto congregou esforços e iniciativas no sentido de promover assistência e proteção à infância. Desde sua criação, definia como finalidade assistencial e filantrópica intervir e amparar, por meio de medidas eugênicas, preventivas, protetoras, educativas e curativas, as crianças pobres, doentes, ‘defeituosas’, maltratadas e moralmente abandonadas da capital do país” (CÂMARA, 2014, p.71).

essas iniciativas iam ao encontro dos objetivos da instituição de “inspecionar, proteger e fundar aparatos capazes de coordenar um plano geral de assistência médica, filantrópica e educativa à infância e às famílias pobres” (CÂMARA, 2014, p.72).

Freire (2006) chamou atenção para o movimento que a historiografia brasileira e a internacional realizaram ao identificar o trabalho das mulheres das elites urbanas na direção do espaço público. Essa ação das mulheres marcou o início de uma atuação mais contundente feminina para além da preocupação das tarefas domésticas. Mas, algumas das atuações do cuidado foram profissionalizadas mais tarde e sinalizaram o início de uma organização das mulheres para o movimento feminista. Dessa forma, Moncorvo Filho foi convidado para em dezembro de 1922, fazer o discurso de abertura do Primeiro Congresso da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) (MARINHO, 2014).

Nesse sentido, cabe evidenciar que segundo Rizzini (1993), os programas de assistência às crianças pobres eram “dispensários, tratamento e profilaxia das doenças, creches, gotas de leite e distribuição de gêneros de primeira necessidade (RIZZINI, 1993, p.25) que se coadunavam com as ações implementadas por Moncorvo Filho no IPAI. Enquanto os ‘menores’ considerados abandonados e de conduta desviante eram destinados ao asilo no formato de preventório e de reformatório. Rizzini (1993) esclarece que:

Do início da República até a década de 20, a assistência estatal à infância caracterizava-se pela criação de alguns estabelecimentos, por iniciativas isoladas, da prefeitura e do governo federal, sem pertencerem a qualquer planejamento que obedecesse a uma política oficial de assistência, mas a movimentos descontínuos em que os problemas relativos ao menor se evidenciavam mais ameaçadoramente (RIZZINI, 1993, p. 89).

Em um país de proporção continental como o Brasil, o formato adotado para o tratamento da infância pobre não se encontrava isolado do resto do mundo. Pelo contrário, essas ações estavam associadas ao que acontecia no mundo e, em especial, na América Latina. Do final do século XIX até a primeira metade do século XX, Nunes Netto (2011) salientou que a América Latina foi marcada:

Pela definição, praticamente final, dos territórios de cada um dos países; pelo fortalecimento e reorganização do papel do Estado-nação na sociedade; pelo crescimento populacional; pela definição de padrões econômicos e integração interna em relação aos quais as economias nacionais funcionaram; pelo apogeu e fim das grandes ondas de imigrantes; pela formação de um mercado de trabalho livre e assalariado ligado à busca da implantação da produção capitalista; pela urbanização crescente; pela dinamização da vida social, política, cultural; pela constituição de projetos

de modernização – educação, reformas urbanas, controle sanitário e higiênico, entre outros aspectos (NUNES NETTO, 2011, p. 16).

O caráter modernizante da expansão do conceito de ‘científico’ pode ser representado pela quantidade de congressos, reuniões, seminários, entre outros formatos que se propunham a reunir diferentes unidades político-territoriais em torno de um suposto consenso das ideias acerca da infância, sobretudo da infância em situação de abandono. Destacam-se, nesta pesquisa, os fóruns específicos que reuniam os países da América Latina e do continente americano. São elas: as Conferências Internacionais Americanas que em 1890 estabeleceu a União Pan-americana;¹⁴ Oficinas Comerciais das Repúblicas Americanas; Conferências Sanitárias Pan-Americanas; Congressos Latino-Americanos Científicos; Congressos Médicos Pan-americanos. Além dos congressos específicos de cada país ou região e internacionais com a temática da Infância, como: Congresso Higiênico Pedagógico no México (1882); Congresso de Instrução no Rio de Janeiro (1883); Congresso Nacional de Proteção à Infância em Santiago, Chile (1912) e em Tucumã, Argentina (1913); Congresso Pedagógico Centro-Americano na Guatemala (1893); Congresso Pedagógico Internacional em Buenos Aires (1882); Congresso Internacional de Assistência em Paris (1889); Congresso Internacional de Gotas de Leite e Primeira Infância em Paris (1905), em Bruxelas (1907) e em Berlim (1911); Congresso Internacional de Pediatria em Paris (1912); Congresso Internacional de Proteção à Infância em Bruxelas (1912 e 1921); Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1922); entre outras.

Para fins desta pesquisa, acredita-se que os Congressos Pan-americanos Del Niño (CPNs)¹⁵ possuem relevância, sobretudo por evidenciar as ideias e debates que estavam acontecendo em torno da questão do ‘menor’, como também, os acordos e as ações que os governos de cada país se comprometiam para executarem. Percebem-se ações governamentais similares com proximidade de tempo em vários países da América Latina.

De 1916 a 1930, foram realizados seis CPNs nos respectivos lugares e anos descritos, como também, tiveram denominações diferentes no decorrer desses anos de acordo com o

¹⁴ Os estudos apontam para o movimento de aproximação interamericano que consiste nas primeiras reuniões em torno do pan-americanismo que resultaram nos primeiros congressos pan-americanos no século XIX ainda. Mas, foram sistematizados em 1910 a partir da institucionalização da União Pan-Americana. O órgão União Pan-Americana tinha como objetivos, “estimular pesquisas relacionadas à história do continente americano, dar suporte a estudos sobre as Conferências e ajudar a manter a Biblioteca Pan-Americana.” Acredita-se que as Conferências Pan-Americanas configuraram um novo formato das relações interamericanas pelo fato de que o capitalismo norte-americano necessitava de expansão além de seu território que alcançasse as Américas Central e do Sul (DULCI, 2008, p. 11).

¹⁵ Essa sigla será utilizada quando houver referência aos Congressos do Continente Americano sobre a Infância.

quadro 1. O Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância (IIAPI)¹⁶ foi discutido e organizado nos primeiros quatro congressos. A partir da institucionalização do IIAPI (1930), os CPNs passaram a ser autônomos e integrantes desse Instituto. Alguns dos participantes do VI CPN trouxeram a teoria do capital humano¹⁷ e foi aprovada que a proteção dos ‘menores’ era obrigação do Estado.

Quadro 5 Congressos da Infância no Continente Americano (1916-1930)

ANO	EDIÇÃO	LUGAR	DENOMINAÇÃO
1916	I	Buenos Aires (Argentina)	Congreso Americano Del Niño
1919	II	Montevidéu (Uruguai)	Congreso Americano Del Niño
1922	III	Rio de Janeiro (Brasil)	Congreso Americano da Creança
1924	IV	Santiago (Chile)	Congreso Americano Del Niño
1927	V	Havana (Cuba)	Congreso Americano Del Niño
1930	VI	Lima (Peru)	Congreso Pan-Americano Del Niño

Fonte: Nunes Netto (2011).

Segundo Nunes Netto (2011), os CPNs tinham uma rotina diplomática. No que tange à organização, eram criados comitês nomeados pelo país que sediava o congresso em cada edição, com exceção do primeiro congresso. A maioria dos participantes era oriunda das áreas da medicina, do direito e da educação. As áreas que tiveram mais representações por tarefas nos CPNs foram os médicos que predominaram na presidência, na vice-presidência, na secretaria e os juristas como vogal.¹⁸ Destaca-se que nenhuma vez a presidência foi ocupada por alguém das áreas da educação e do direito, mas em alguns congressos, professores foram vice-presidentes, secretários e vogais. Os CPNs eram bem divulgados com dimensões nacional e internacional. Ao final dos congressos, eram aprovadas declarações com recomendações, iniciativas, projetos, políticas que deveriam ser implementadas pelos governos, além de debate de conceitos e ideias sobre a infância. De todos os CPNs, o país com mais delegados foram os Estados Unidos da América enquanto as mulheres tiveram pouca representatividade.

¹⁶ Foi uma instituição permanente dos países-governos do continente americano que tinha como princípio a colaboração completa e intergovernamental. Nesse instituto se concentravam publicações, estatísticas demográficas e resultados gerais sobre a defesa da infância nos países confederados do continente americano. A partir de 1930, passou a ser, também um centro de documentação, consulta e propaganda do bem-estar da criança (NUNES NETTO, 2011).

¹⁷ Inicialmente, a teoria do capital humano foi formulada por Theodore Schultz e difundida por técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. “E adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação nas formas dos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do ‘máximo resultado com o mínimo de dispêndio’ e ‘não duplicação de meios para fins idênticos’.” (SAVIANI, 2013, p. 365).

¹⁸ Direito ao voto.

A maioria dos textos apresentados nos CPNs versava sobre o direito e a assistência. Dentre os assuntos debatidos na área da educação, eram relacionados à assistência e à saúde na maioria das vezes. Desses trabalhos apresentados, destacam-se: a educação para a saúde (educação física e higiênica); a educação profissional para crianças em situação de pobreza e de abandono; a educação rural; as finalidades do ensino;¹⁹ a importância de ampliação do acesso à escolarização como direito, obrigação do Estado e dos responsáveis.

Evidencia-se que o primeiro congresso em 1916 foi organizado pelo movimento feminista argentino. Tanto no primeiro quanto no segundo congressos, estava acontecendo ainda a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Enquanto o terceiro congresso de 1922 aconteceu no Rio de Janeiro concomitante ao Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI).²⁰ Rizzini (1997) acrescentou que:

Logo após a I Guerra Mundial, terá início a sequência de “Congressos Panamericanos Del Niño”, especificamente voltados para a ‘proteção da infância’, em solo americano a partir de 1916. O Brasil terá intensa participação nos debates. Em 1922, promove o “I Congresso Brasileiro de Proteção e Assistência à Infância”, como preparação para o “III Congresso Panamericano del Niño. O principal núcleo de articulação dos protagonistas dessa história foi o Instituto Interamericano Del Niño, fundado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1927, com sede no Uruguai, por resolução do IV “Congresso Panamericano da Criança” (1924). Desde então, o órgão vem mantendo os congressos Panamericanos, cujos anais nos mostram que até recentemente (anos 80), os debates eram dominados pelo discurso “menorista” (RIZZINI, 1997, p. 248).

Cabe salientar, ainda que, o 3º Congresso Americano Del Niño²¹ e o 1º CBPI compuseram o mesmo evento. O número total de inscritos no 3º congresso contabilizou 3.271 aproximadamente enquanto foram inscritos 2.243 brasileiros no CBPI. No 4º CPN, o conceito menor²² abandonado fazia referência aquele ou aquela que carecesse de “tutela e dos cuidados domésticos normais” (NUNES NETTO, 2011, p. 88). O autor (2011) destacou, ainda que nesse Congresso uma participante chilena, Amanda Huberston, mencionou que a pobreza e a miséria não poderiam pôr fim à organização capitalista através da revolução social que estavam fazendo enquanto o participante brasileiro, Roberto Lyra, disse que o comunismo russo abalou o conservadorismo ao atacar o capitalismo, mas a recomendação seria cuidar da

¹⁹ Educar para a civilização, a democracia e o socialismo.

²⁰ O 1º CBPI e o 3º CPN compuseram o mesmo evento e totalizaram um total de 5.514 participantes (NUNES NETTO, 2011).

²¹ Cabe evidenciar que esse Congresso apesar da denominação diferente compõe os congressos ocorridos no continente americano sobre a Infância de acordo com o Quadro 5.

²² Junto ao Código Melo Mattos, estabelecia-se o uso do termo ‘menor.’

criança para evitar caminhos indesejados para a sociedade, porque o risco era para o sistema social. Para completar, Nunes Netto (2011) evidenciou que no 4º congresso,²³ “as técnicas deveriam ser baseadas em critério (s) científico (s). O foco da intervenção buscava atingir certos resultados no público atendido, como o de ‘reabilitá-lo’ e ‘inculcar-lhe hábitos de trabalho, de higiene e prevenção’ que o permitisse ‘bastar-se a si mesmo e dignificar a sua condição’.” (NUNES NETTO, 2011, p. 77).

Nesse período, o continente americano foi marcado por uma maior circulação de ideias em nível internacional com uma acentuação do debate em torno da infância que resultou nos congressos de acordo com o “processo social” que envolvia “a especialização científica e a internacionalização das ciências” que se relacionavam à “expansão do capitalismo” em sua fase imperialista, “conduzida pelas potências europeias e, também de modo emergente e intenso na América Latina pelos Estados Unidos” (NUNES NETTO, 2011, p. 27). Soma-se a isso ainda, o fato de que, de 1916 a 1924, os Estados Unidos da América invadiram o Canal do Panamá e a República Dominicana. Nota-se que essas questões se coadunavam com um presente que, de acordo com Nunes Netto (2011), era considerado um:

Problema a ser resolvido: a existência de povos mestiços – identificados frequentemente como degenerados – uma massa de trabalhadores não disciplinados às emergentes necessidades das economias capitalistas, em processo de expansão; cidades observando crescimento populacional desordenado; com uma população não escolarizada; altos índices de mortalidade infantil; e, a relativa pequena estrutura do poder Estatal. O futuro guardava potencialidades que haviam de ser materializados por meio de reformas e de transformações da realidade (NUNES NETTO, 2011, p. 25).

O Brasil incorporava o contexto geopolítico mundial em um processo de adequação à ordem capitalista mundial, em fase imperialista (LENIN, 2012), na qual a concentração e a centralização de capitais gerada pela ação dos monopólios vão determinar transformações nas relações entre os países imperialistas e a América Latina, caracterizando uma situação de dependência econômica que vai se desdobrar por todos os campos sociais no Brasil. O trabalho assumiu importância estratégica para o desenvolvimento econômico. Rizzini (1993) destacou que a ideologia burguesa vai adensar uma dimensão moral ao trabalho – “através dele se honra e engrandece a pátria” (RIZZINI, 1993, p. 48). Tal ideologia vai escamotear as necessidades de uma burguesia ascendente que necessitava de um exército de reserva de

²³ Cabe evidenciar que esse Congresso apesar da denominação diferente compõe os congressos ocorridos no continente americano sobre a Infância de acordo com o Quadro 5.

trabalhadores que na sua maioria, eram desqualificados para substituir os grevistas, revoltosos, anarquistas etc. que ao mesmo tempo, tinham uma “vida miserável, propensa à criminalidade e fora dos padrões socialmente aceitáveis” (RIZZINI, 1993, p. 49).

A Primeira Guerra Mundial levava o movimento social-democrata russo à condução da Revolução, ao mesmo tempo, em que se materializava a traição de alguns partidos social-democratas aos fundamentos de não liberação aos créditos de guerra debatidos nos Congressos Internacionais do movimento socialista e comunista. A nova partilha do mundo determinada pelo conflito bélico (1914) teve na Revolução Russa (1917) a materialização de uma realidade concreta que afirmava que outro modo de produção da vida, distinto do capitalismo, era possível e necessário. Os desdobramentos imperialistas tentaram, a todo custo, escamotear essa realidade e, sobretudo, qualquer parca possibilidade de os trabalhadores tomarem consciência da exploração sofrida por eles.

Nessa conjuntura de acirramento da luta de classes, a assistência foi ganhando corpo, preparando terreno para uma tutela do Estado – pública e privada, laica ou confessional, como forma de escamotear as contradições determinadas pelo desenvolvimento desigual (LENIN, 2012). A Assistência no Rio de Janeiro e no Brasil era realizada por diversas instituições e denominações assistenciais, que em época de necessidade, se voltavam para socorrer os pobres. Contudo, desde o início do século XIX, já se percebia, o uso da linguagem da higiene pública entre os médicos e a elite, sobretudo ao se referirem e intervirem em situações definidas como sociais, e os pobres eram para eles, o foco dos principais problemas da cidade. Contudo, nesse período, concomitante ao processo de industrialização, um novo personagem entrou em cena: o operário. Não era mais o pobre, o objeto de atenção de higienistas e de filantropos, mas sim, o operário e suas condições de vida e de habitação – a reboque dos movimentos sociais que singularizaram o século XIX e a gênese do pensamento socialista (SANGLARD, 2008).

De acordo com Rizzini (1993), a obra assinada por Ataulfo Paiva, ‘Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro’ trouxe o histórico e as estatísticas das instituições e das associações existentes que prestavam assistência pública datado de 1922. Nele, Ataulfo Paiva evidenciou que a assistência social seria uma possibilidade de diminuir entre os seres humanos as desigualdades – econômica, política e intelectual – reforçando que “mais do que diminuir as desigualdades, a assistência é atraente para o Estado como instrumento de redução das diferenças, sobretudo políticas” ao mesmo tempo em que preencheu com “a nova moral –

a moral burguesa, guiada pelos princípios de ordem, disciplina, trabalho e liberdade” (RIZZINI, 1993, p. 93).

Em contrapartida, os responsáveis pela organização assistencial baseada na filantropia, entendida nesse trabalho como a dimensão científica da assistência, vão cobrar do Estado uma participação mais efetiva que não se restringissem apenas a leis, mas também, a medidas mais contundentes quanto à assistência ao ‘menor desvalido’.

Isso porque após a Primeira Guerra Mundial, vários acordos internacionais foram estabelecidos entre os países que compunham a Sociedade das Nações. Um desses tratados foi a Declaração dos Direitos da Criança que fora estabelecido em Genebra (1921).²⁴ Logo, ocorreu a criação do Juízo de Menores (1923) e a promulgação do Primeiro Código de Menores (1927).²⁵ Assim, “o jurista e o médico representam as forças hegemônicas no controle da complexa questão social da infância abandonada” que incorporava “tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo com a visão jurídica repressiva e moralista” (FALEIROS, 1995, p. 63). Esse elemento ficou claro quando foram incorporados instrumentos jurídicos como o inquérito e a investigação social ao processo filantrópico. Rizzini (1993) destacou que, “o cadastro dos membros das famílias, as visitas domiciliares, a investigação das reais necessidades dos desafortunados” foram técnicas comuns aos meios jurídicos e médicos que foram sintonizadas com a beneficência que passaram a constituí-la (RIZZINI, 1993, p. 50).

Cabe ainda, evidenciar que nesse período, o movimento que mais tarde foi denominado de “tenentismo”, não foi um fenômeno social estruturado socialmente nas décadas de 1920 e 1930 e, anos mais tarde recebeu essa denominação para melhor caracterizá-lo (PRESTES, 2015). A autora (2015) apresentou, ainda, a importância do conhecimento do movimento para entendimento da história do Brasil nas décadas seguintes. Para isso, destaque:

A própria complexidade do processo de transição do escravismo ao capitalismo no Brasil levaria a luta de classes, no período em questão, a desenvolver-se sem que as classes sociais estivessem inteiramente

²⁴ Segundo Leonídio Ribeiro, diretor do Laboratório de Biologia Infantil, o Brasil havia inserido essa Declaração na Constituição de 1934 (CORRÊA, 2011).

²⁵ Conhecido, também, como Código Mello Mattos por ter sido elaborado por José Cândido e Albuquerque Mello Mattos (professor, ex-deputado e juiz) para que consolidasse as leis de assistência e de proteção aos menores. Essa lei correspondia ao Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, que foi promulgado apenas sob forma de Decreto nº 17.943 – em 12 de outubro de 1927 na presidência de Washington Luis. “Ao lado da ideia de proteção da criança está presente a da proteção da sociedade, ‘defesa social’. A quem se quer, efetivamente proteger?” (FALEIROS, 1995, p. 62, grifos do autor).

configuradas, nem tivessem adquirido uma consciência clara dos seus interesses. Assim, a debilidade da classe operária – em parte decorrência das derrotas sofridas no final da década anterior – impedia-a de transformar-se no elemento decisivo de contestação do poder da burguesia cafeeira. Naquele momento histórico, caberia às camadas médias urbanas desempenhar esse papel, ainda que de forma indireta, através do movimento tenentista, que se transformaria em sua vanguarda devido às condições privilegiadas em que se encontrava a jovem oficialidade do Exército para cumprir essa missão (PRESTES, 2015, p. 104).

Esse movimento com ideias liberais e não-militaristas que contestava a oligarquia dominante do país no período de 1920 foi fruto da crise da Primeira República. Isso fez com que o tenentismo fosse “um movimento social não só porque abrangeu amplas massas, como também, porque representou os interesses das camadas médias urbanas – o setor social a quem coube impulsionar a luta de classes no Brasil da época” (PRESTES, 2015, p. 104). Assim, “o tenentismo – enquanto movimento político e social – sintetizou, melhor do que qualquer outro fenômeno daquela década conturbada, a complexidade da luta de classes que se desenvolvia no Brasil, numa situação de crise, que afetava a vida econômica, social, política e cultural da República Velha” (PRESTES, 2015, p. 104).

Nesse ínterim, a Coluna Prestes culminou no tenentismo e refletiu a necessidade de mudanças superestruturais a partir das transformações que ocorreram com o desenvolvimento capitalista em curso no período. Esse movimento abalou a Primeira República a ponto de haver um estabelecimento de novas formas de dominação. “Isso viria a acontecer, em outubro de 1930, com a vitória das forças oposicionistas aglutinadas em torno de Getúlio Vargas” (PRESTES, 2015, p. 394).

A partir de 1930, de acordo com as promessas da Aliança Liberal, instala-se o governo do Presidente Getúlio Vargas no Brasil por quinze anos consecutivos sendo deposto em 1945. Mas, voltou ao poder pelo voto direto de 1951 a 1954. Assim, destacaram-se três características dessa gestão (1930-1945):

1. A atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. A atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. O papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna (FAUSTO, 2019, p. 280).

Dessa forma, de acordo com Fausto (2019) o Estado getulista foi o responsável por desenvolver o capitalismo nacional apoiado no aparelho do Estado e nas Forças Armadas.

Com a instalação do Ministério do Trabalho (1932), houve “uma política corporativista de harmonização das classes sociais” pela “regulação do Estado” através “da Justiça do Trabalho e o sindicalismo tutelado” que, “na visão oficial”, foi mais um instrumento assistencial que reivindicativo (FALEIROS, 1995, p. 65). Essa Aliança Liberal instituída para que o presidente fosse eleito em 1934, reunia os interesses dos estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, com grande oposição de São Paulo. As promessas dessa Aliança consistiam na instituição do Ministério do Trabalho para organizar a questão social, amparar e defender o proletariado (urbano e rural) de acordo com o discurso do presidente em julho de 1930. As demais promessas diziam respeito à reforma eleitoral, à moralização da vida pública, à reforma tributária, à extinção do latifúndio e às bandeiras do movimento tenentista. Tudo isso com um caráter conservador (FALEIROS, 1995), além da crise mundial que ocasionava, de acordo com Fausto (2019):

Uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam: caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporava. No plano político, as oligarquias regionais vitoriosas em 1930 procuravam reconstruir o Estado nos velhos moldes. Os “tenentes” se opunham a isso e apoiavam Getúlio em seu propósito de reforçar o poder central. Ao mesmo tempo, porém, representavam uma corrente difícil de controlar que colocava em risco a hierarquia no interior do Exército (FAUSTO, 2019, p. 283-284).

Diante dessa variedade de promessas, houve logo no início, o rompimento da Frente Única gaúcha em março de 1932 e a revolução paulista em nove de julho do mesmo ano contra o governo federal. Mais tarde, com a vitória do governo sobre os revoltosos, o tenentismo foi se dissipando enquanto movimento. Paralelo a isso, o governo provisório realizou eleições para Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933 que demonstrou a força das elites regionais. Assim, em 14 de julho de 1934 foi promulgada a Constituição muito próxima à de 1891, inspirada pela Constituição de Weimar²⁶ e em 15 de julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito pelo voto indireto para que exercesse mandato até 03 de maio de 1938 (FAUSTO, 2019).

Esse governo, ainda, foi marcado pelo apoio da Igreja Católica, como também, a centralização e o intervencionismo do governo provisório que desde o primeiro ano de gestão, já havia dissolvido o Congresso Nacional, os legislativos – o estadual e o municipal; destituiu governadores e colocou interventores em seus lugares; instituiu um Código para os

²⁶ “República que existiu na Alemanha entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo” (FAUSTO, 2019, p. 300).

Interventores; federalizou a política cafeeira com a institucionalização do Departamento Nacional do Café (DNC) (FAUSTO, 2019, p. 286).

Em relação à política trabalhista, houve um aumento da repressão de forma sistemática aos partidos de esquerda em especial, o Partido Comunista Brasileiro (PCB); criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; elaborou leis consideradas de proteção ao trabalhador, tais como: a concessão de férias, o limite de oito horas para jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; enquadrados os sindicatos pelo Estado;²⁷ criou as Juntas de Conciliação e o Julgamento na Justiça do Trabalho. Essas intervenções contribuíram para que os sindicatos autônomos desaparecessem no final de 1933. Inicialmente, os industriais e os comerciantes apresentaram certa resistência aos ‘direitos’ concedidos aos trabalhadores. É importante salientar que os cargos ministeriais dessa pasta foram ocupados por antigos participantes do movimento popular e não eram industriais nem comerciantes (FAUSTO, 2019, p. 286).

Quanto à educação, “seu objetivo principal foi o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada” (FAUSTO, 2019, p. 287). Mas, a educação, também, entrou na estratégia da centralização. Assim, em novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Nesse momento inicial do governo, foram adotadas medidas autoritárias que significou que “o Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, mas sem envolver uma grande mobilização da sociedade; sem promover, também, uma formação escolar totalitária que abrangesse todos os aspectos do universo cultural”. No período da ditadura do Estado Novo (1937-1945), a educação esteve envolta em valores hierárquicos e de conservadorismo oriundos da Igreja Católica (FAUSTO, 2019, p. 288).

Os ministros da educação foram Francisco Campos de novembro de 1930 a setembro de 1932 e Gustavo Capanema de 1934 a 1945. A preocupação maior de Francisco Campos enquanto esteve no Ministério foi com o ensino superior²⁸ e secundário.²⁹ Nesse período em questão, “a ação do Estado no setor educativo relacionou-se intimamente com movimentos na

²⁷ Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931 que vigorou até 1934, ao ser substituído pelo Decreto nº 24.694 de 12 de julho de 1934. A principal mudança dizia respeito à possibilidade do trabalhador se vincular a vários sindicatos ao mesmo tempo, a pluralidade sindical (FAUSTO, 2019).

²⁸ Momento do surgimento de universidades voltadas para o ensino e a pesquisa, pois até então, existiam junções de escolas superiores que eram a Faculdade de Direito, a de Medicina e a Politécnica (FAUSTO, 2019).

²⁹ Foi implantado, porque o que existia até esse período, era curso preparatório para ingresso nas escolas universitárias. A reforma Campos Sales instituiu o currículo, a duração do ensino em dois ciclos (um ciclo fundamental de dois anos e um complementar de dois anos), a frequência obrigatória e a exigência do diploma do nível secundário para cursar o superior. Cabem duas ressalvas, “vincularam o ensino secundário ao objetivo de preparar novas elites” como a distância entre o que foi instituído em lei e o que aconteceu na prática (FAUSTO, 2019, p. 289).

sociedade, [...] duas correntes básicas opostas: a dos reformadores liberais e a dos pensadores católicos” (FAUSTO, 2019, p. 289).

Os pensadores católicos defendiam a inserção do ensino religioso tanto nas escolas privadas quanto nas públicas e na separação das turmas por sexo, entre outras questões. Enquanto os reformadores liberais defendiam a escola pública sem distinção de sexo, além de defender o corte de subvenção do Estado para as escolas privadas e para o ensino religioso apenas para as privadas confessionais. Esses ditos liberais foram responsáveis pela escrita do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) em que o principal redator foi Fernando de Azevedo em colaboração com vários outros signatários, como – Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Armanda Álvaro Alberto, Pascoal Lemme – entre outros e outras. O governo Vargas não se posicionou explicitamente quanto a uma das correntes. Mas, Capanema dizia se inspirar em Francisco Campos e em Alceu de Amoroso Lima.³⁰ Dentre os reformadores liberais, apenas Lourenço Filho teve posto de comando enquanto alguns foram perseguidos (FAUSTO, 2019).

Nesse ínterim, as ideias totalitárias e autoritárias se consolidaram na Europa com Mussolini que tomou o poder na Itália (1922) e o nazismo ganhou a Alemanha (1933). Essa crise mundial fez com que a democracia liberal caísse em desprestígio e associado a isso, “o capitalismo que prometera igualdade de oportunidades e abundância caíra em um buraco, do qual parecia incapaz de se livrar. Em vez de uma vida melhor, trouxera empobrecimento, desemprego, desesperança” (FAUSTO, 2019, p. 301). Assim, no Brasil surgiram algumas organizações fascistas na década de 1920 que se tornaram expressivas na década de 1930 e se consolidaram, após a Revolução Constitucionalista de 1932 e com a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB)³¹ em São Paulo.

Enfim, as questões econômicas e sociais se tornaram questões nacionais na perspectiva da centralização e da intervenção enquanto as questões educacionais passaram para a perspectiva de defesa da nação que associava a prática pedagógica ao nacionalismo na formação básica. Nesse bojo, foi instituído o Conselho Nacional de Educação (1931) e a Inspeção Federal nas escolas (1932). A articulação do privado e do estatal propiciou uma oferta predominante do ensino privado em nível secundário, além de terem sido criados o

³⁰ Foi conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Ataíde e foi um intelectual conservador católico (FAUSTO, 2019).

³¹ Era uma doutrina nacionalista mais cultural que econômica que combatia o capitalismo financeiro e queria o restabelecimento do controle do Estado sobre a economia. A maior bandeira era a consciência do valor espiritual da nação sintetizada no lema do movimento “Deus, Pátria e Família”. Foi fundada por Plínio Salgado e outros intelectuais (FAUSTO, 2019; BRITO, 2006).

Código Nacional de Educação e um Plano Nacional da Educação em 1937 (FALEIROS, 1995).

Quanto ao trabalho do menor, ocorreram algumas modificações a partir de 1932. Os industriais conseguiram mudar o Código de Menores através do Decreto nº 22.042, de 03 de novembro de 1932, que permitiu o trabalho a partir de doze anos com a possibilidade de extensão de duas horas além da carga horária de oito horas diárias. Em 1937, houve a inclusão do ensino industrial aos menos favorecidos, mas que primeiramente, o ensino profissional deveria ser responsabilidade do Estado através da fundação de institutos profissionais. Assim, com Consolidação das Leis de Trabalho (1943) que regulamentou a proteção do trabalho do menor e com as adaptações ao Código de Menores (1927) ficou estabelecido a proibição do trabalho do menor de 14 anos, exceto nas instituições beneficentes e através de autorização concedida pelo juiz para o trabalho do menor sem carteira de trabalho por um ano. Ainda, “o artigo 129 reza [va] que, se não houve[sse] possibilidade de educação por falta de recursos em instituições particulares, cabe [ria] ao Estado oferecer a educação pública” (FALEIROS, 1995, p. 67). Assim, a oferta insuficiente de escolas fazia com que a partir dos onze anos, as crianças ficassem no “limbo legal” (CORRÊA, 2011, p. 84). Isso acontecia pelo fato de que as crianças nessa faixa-etária não poderiam trabalhar legalmente e a grande parte dessa infância pobre estaria excluída do processo formal de escolarização. No que diz respeito ao ensino profissional, ainda, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com financiamento repassado aos empresários pelo Estado.

Concomitante a esse contexto, aconteceu o ‘Congreso Pan-americano Del Niño’, do sexto ao oitavo e no Quadro 6, identificam-se o local e a denominação do sétimo e do oitavo congressos respectivamente. Muitos pesquisadores concordam que até 1942, muitos países envolvidos nos Congressos já tinham suas legislações de assistência à infância. No 7º CPN, não houve representação brasileira, momento em que o governo de Vargas aumentou a repressão e instituiu a Lei de Segurança Nacional (LSN). O oitavo CPN teve 100% da presença oficial dos países já que foi organizado pelos Estados Unidos da América, com seu ingresso na Segunda Guerra Mundial, havia a necessidade de consolidação de sua hegemonia na região pan-americana. Nesse congresso foi detectado que havia um órgão público dedicado à saúde infantil nos seguintes países latino-americanos: Uruguai, México, Venezuela, Colômbia, El Salvador, Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, República Dominicana e Equador.

A partir de 1940, os congressos passaram a ter um perfil intergovernamental que diminuiu o número de participação das pessoas com atuação governamental (NUNES NETTO, 2011).

Quadro 6 Congressos da Infância no Continente Americano (1935-1942)

ANO	EDIÇÃO	LUGAR	DENOMINAÇÃO
1935	VII	México (México)	Congreso Pan-americano Del Niño
1942	VIII	Washington (EUA)	Congreso Pan-americano Del Niño

Fonte: Nunes Netto (2011).

Dessa maneira, o governo federal estabeleceu para os menores um sistema nacional que integrava o Estado e as instituições privadas enquanto o setor público passou a ser conduzido pelo Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Departamento Nacional da Criança (1940),³² Serviço Nacional de Assistência a Menores (1941) e Legião Brasileira de Assistência (1942). Segundo Faleiros (1995, p. 67), Getúlio fez um apelo aos governadores sobre o menor desvalido ao explicar que “a estratégia do governo é de privilegiar, ao mesmo tempo a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação e do país.” Faleiros (1995) destacou que:

Ao Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, cabe decidir sobre as subvenções às entidades privadas. Algumas destas, como o Patronato de Menores, inauguram fotos do Presidente que, por sua vez, cancela os débitos do mesmo para com a União e subvenciona novas edificações. Em 1935, Vargas confia ao Patronato a divisão feminina do Instituto Sete de Setembro, pelo Decreto nº 498, onde assinala que as verbas públicas ‘serão doadas em duas quotas semestrais’ (Sabóia Lima, 1943, p. 151). Em 1937, o Instituto Sete de Setembro, como recolhimento provisório do Juizado, atende 300 crianças, e a Escola 15 de Novembro atende 450 ‘mas está completamente desaparelhada’ para a formação profissional (p. 130) (FALEIROS, 1995, p. 67).

E, assim, o Estado se organizou com o setor privado na informalidade, distribuiu subvenções, trocou favores para obter legitimação e as instituições públicas de assistência ficaram ao acaso enquanto a Igreja continuou intervindo nas obras sociais.

No âmbito do Poder Judiciário, permaneceu a estratégia de manutenção da ordem e da raça, o juiz continuou com poder sobre o menor enquadrado na periculosidade³³ e o reforço do poder do juiz de menores como autoridade que aplica o Código, destacou-se a criação do Laboratório de Biologia Infantil em 1936 pelo Juiz Burle de Figueiredo para atender aos

³² Decreto-Lei de criação nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940.

³³ Em 1943, através do Decreto nº 6.026 foi introduzida a noção de periculosidade ao menor pelo estudo de sua personalidade, de seu ambiente social e familiar. Ao ser identificado essa periculosidade, o menor seria encaminhado ao juiz. Esse decreto consistia em ações que deveriam ser aplicadas em menores de 18 anos por práticas deles, consideradas infrações penais (RIZZINI, 1995).

menores com serviço social através da formação na Bélgica de uma equipe de médicos especialistas e de pesquisadoras sociais com formação. Discurso proferido pelo diretor do Instituto de Biologia Infantil, Professor Leonídio Ribeiro na ocasião do Primeiro Congresso Latino-Americano de Criminologia:

Depois de ter estudado na Europa, em 1935, as clínicas e dispensários, assim, como os centros médico-pedagógicos infantis, sobretudo na França, Bélgica e Itália, pude instalar e fazer funcionar, no Rio de Janeiro, o Laboratório de Biologia Infantil, inaugurado em 1936 sob os auspícios do então Juiz de Menores, hoje desembargador Burle de Figueiredo. Esse Instituto funciona agora como instituição auxiliar da Justiça, destinado a estabelecer um inquérito completo sobre o estado de saúde e a vida pregressa de cada menor, antes de sua entrada nos estabelecimentos de educação (BRASIL, 1939, p. 124).

Na década de 1940, diversos relatórios de Juízo de Menores do Rio de Janeiro, apresentavam a indicação de um número alto de pedidos de internação de crianças por parte dos pais por não terem condições financeiras para mantê-las. Paralelo a isso, muitas internações foram feitas, apesar dos Juízes alegarem oposição à internação dos menores. Assim, a internação surgia como uma decisão tomada em última instância apesar de não o ser na essência (RIZZINI, 1995). O Decreto nº 8.462, de 26 de dezembro de 1945, criou a Delegacia de Menores com função repressiva em conjunto com o Serviço de Assistência a Menores (SAM)³⁴ e o Juizado de Menores.

Os quinze anos de governo Vargas foi um período de repressão com a Lei de Segurança Nacional que se estabeleceu em diferentes formatos para através de seus interventores manter a ordem, o combate ao comunismo e ao integralismo. Tudo isso associado a medidas assistenciais e corporativas como a legislação sindical e a política social desse período. No que tange à “política do menor”, a tríade repressão, assistência e defesa da raça se tornou uma questão nacional de “longa duração e uma profunda influência nas trajetórias das crianças e adolescentes” em situação de pobreza no Brasil (FALEIROS, 1995,

³⁴ O Instituto Sete de Setembro foi criado pelo Decreto nº 21.548, de 13 de junho de 1932 e foi reorganizado pelo Decreto-Lei nº 1.797, de 23 de novembro de 1939 transformado em Serviço de Assistência a Menores pelo Decreto-Lei nº 3.799 de 05 de novembro de 1941 (SAM). De acordo com o decreto de criação, os objetivos do SAM foram: “a) sistematizar a orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; b) proceder à investigação social e ao exame médico-psico-pedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; c) abrigar os menores à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de administrar-lhes educação, instrução e tratamento somato-psíquico, até o seu desligamento; e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para orientação dos poderes públicos; e) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas” (BRASIL, 1941, *apud* COUTO et al., 1998, p. 63-64) e (BRASIL, 1941b).

p. 70). Esse período marcou o aprofundamento de medidas para que o ‘menor’ em situação de abandono passasse a ser tutelado pelo Estado.

Em 1945, apesar da destituição de Getúlio Vargas, o seu apoio a Dutra (1946-1951) no último momento, contribuiu para que ganhasse o pleito presidencial, como para sua própria candidatura como senador. Em 1946, foi promulgada a nova constituição numa perspectiva considerada liberal-democrática. Esse governo ficou conhecido como legalista, mas ao se tratar de comunistas e dos trabalhadores organizados, esse legalismo não existia. Nesse período, continuou a repressão ao Partido Comunista que em 1947, teve seu registro cassado. Essa condução ia ao encontro do que estava acontecendo em nível mundial pelas grandes potências com a Guerra Fria estabelecida.

A repressão ao movimento sindical favoreceu a compressão dos salários dos trabalhadores. Dutra se negou a apoiar a candidatura de Vargas, mesmo assim, ele foi eleito e legislou de 1951 até 1954. Getúlio baseou sua campanha na defesa da industrialização e ampliação da legislação trabalhista com adequação a cada estado do país. Fausto (2019) assinalou que os opositores de Getúlio Vargas:

Defendiam a necessidade de o Brasil se alinhar irrestritamente com os americanos, no combate mundial ao comunismo. Lembremos que, nos primeiros anos da década de 1950, uma série de acontecimentos empurrou os países do Terceiro Mundo a uma definição por um dos campos de luta. No mesmo ano que Getúlio tomou posse, a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul, levando os Estados Unidos a uma intervenção naquela área, sob a bandeira da ONU. Começava assim a Guerra da Coreia, que iria se prolongar até 1953 (FAUSTO, 2019, p. 348).

Em 1953, Getúlio Vargas modificou a denominação da pasta do trabalho para Ministério do Trabalho com João Goulart como ministro, então, conhecido como Jango e o Ministro Osvaldo Aranha para o Ministério da Fazenda que instituiu o ‘Plano Aranha’. Nesse momento, diante da Guerra da Coreia, os Estados Unidos da América (EUA) forçaram uma definição dos países que fossem contrários ao comunismo e, nesse primeiro momento, manteve a política de assistência às nações do continente americano. Mas, um pouco à frente, os EUA converteram “o anticomunismo em uma verdadeira cruzada, o governo dos Estados Unidos adotou uma postura rígida diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento. A linha dominante consistia em abandonar a assistência estatal dada a esses países e dar preferência aos investimentos privados” (FAUSTO, 2019, p. 351).

No decorrer desse governo de Vargas, houve acontecimentos que fizeram com que fosse perdendo força como alguns movimentos de greve, com destaque para o que ficou conhecido como greve dos 300 mil trabalhadores em São Paulo. Quanto aos opositores políticos, o destaque para Carlos Lacerda que mais tarde sofreu um atentado que resultou no assassinato de um militar da aeronáutica. O período em que a investigação feita pela polícia e a aeronáutica fez com que aumentasse a pressão de renúncia de Getúlio e ao mesmo tempo, confirmou que essa gestão tinha perdido o apoio das Forças Armadas.

Após um momento conturbado com Café Filho – vice-presidente que assumiu a presidência para garantir as eleições presidenciais – que teve problemas de saúde e em novembro de 1955, o presidente da Câmara, Carlos Luz assumiu. Nesse período, houve um ‘golpe preventivo’, uma intervenção militar para permitir que Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart assumissem a presidência e a vice-presidência respectivamente.

O período da gestão de JK foi marcado pelo crescimento econômico com a seguinte propaganda, ‘cinquenta anos em cinco’. De 1957 a 1961, houve um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) a ponto de ser três vezes maior que o da América Latina, mas isso não atenuou a desigualdade social. Nessa altura, aconteceu a definição do nacional-desenvolvimentista³⁵ como política econômica e foi instituído um Programa de Metas que tinha trinta e um objetivos distribuídos nos grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e construção de Brasília, “chamada de metassíntese” (FAUSTO, 2019, p. 363). No que concerne às indústrias, Fausto (2019) destacou que:

O governo Juscelino ficou associado à instalação da indústria automobilística. Isso não quer dizer que antes dele não tivessem existido montadoras e fábricas de autopeças no Brasil. Suas proporções eram porém limitadas. A empresa nacional mais importante era a Fábrica Nacional de Motores (FNM), instalada em 1942 como sociedade de economia mista em que o Estado tinha o controle acionário. A FNM foi criada com o objetivo não alcançado de fabricar motores de avião. A partir de 1946 começou a produzir tratores e em 1952, caminhões, com um índice de nacionalização de 35% do peso do veículo (FAUSTO, 2019, p. 365).

Paralelo a isso, a alta oficialidade das Forças Armadas estava disposta a manter a democracia desde que houvesse preservação da ordem interna que dizia respeito ao combate ao comunismo. Além disso, o presidente do período atendeu reivindicações específicas dos militares quanto ao plano de vencimentos, à compra de equipamentos, à nomeação para

³⁵ Foi uma política econômica que combinava o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, principalmente do setor industrial (FAUSTO, 2019).

postos governamentais estratégicos, como no Conselho Nacional do Petróleo. Apesar das divergências partidárias, havia questões comuns ao presidente e ao vice-presidente. Fausto (2019) chamou atenção para:

Um getulismo do PSD e outro do PTB. O getulismo do PSD reunia uma parte dos setores dominantes no campo; a burocracia de governo que nascera com o Estado Novo; uma burguesia industrial e comercial beneficiária do desenvolvimento e dos negócios propiciados pela inflação. O getulismo do PTB abrangia a burocracia sindical e do Ministério do Trabalho, que controlava a estrutura vertical do sindicalismo e áreas importantes como a Previdência Social; uma parte da burguesia industrial mais inclinada ao nacionalismo; e a maioria dos trabalhadores urbanos organizados (FAUSTO, 2019, p. 362).

Nessa época, ainda, para que o plano do governo funcionasse, era necessário que houvesse uma estabilidade financeira do país. Então, isso representou o aumento da dívida externa que dependia da concordância do Fundo Monetário Internacional (FMI),³⁶ criado em 1945, como desdobramento da nova partilha do mundo determinada pela Segunda Guerra Mundial. Dito isso, quando o governo de Juscelino consultou ao FMI sobre o plano de estabilização do país com possibilidade de um empréstimo estadunidense de 300 milhões com uma indecisão que durou quase um ano, resultou no rompimento com o FMI. Ainda em 1959, houve a vitória da Revolução Cubana na América Latina e a instalação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na América Latina como medida de contenção preventiva (TUÃO, 2022). Em 1960, foram realizadas as eleições presidenciais no Brasil com a vitória de Jânio Quadros (presidente) e João Goulart (vice-presidente) que assumiram em 1961, mas nesse ano mesmo, Jânio renunciou ao mandato. O fato de que o sucessor de Jânio seria João Goulart fez com que sua posse fosse suspensa, “diante da iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder” (FAUSTO, 2019, p. 376).

Nesse tempo, João Goulart visitava a China e se iniciou no Brasil, o que ficou conhecido como batalha pela legalidade já que nesse momento, o presidente da Câmara assumira em caráter provisório a presidência do Brasil. Para que João Goulart assumisse a

³⁶ O FMI é constituído por um conjunto de Estados-membros que contribuem com uma cota correspondente ao seu potencial econômico. Seus objetivos expressos são promover a cooperação monetária internacional, a expansão do comércio e estabilidade cambial; prestar assistência provisória aos Estados-membros em dificuldades em seu balanço de pagamentos. Em si mesmo, o FMI não dispõe de grandes recursos, mas tem papel fundamental como auditor que dá sinal verde ou vermelho aos credores públicos e privados no tratamento com países devedores. O sinal verde significa a possibilidade de que grandes bancos americanos, europeus e japoneses, assim como seus governos concedam a um determinado devedor, novos créditos, novos prazos para pagamento de juros e do principal, financiamento para exportações e importações. (FAUSTO, 2019, p. 370).

presidência, houve pressão por parte de Brizola para que seu cunhado – Jango pudesse retornar ao Brasil na sua função de presidente. Assim, o sistema de governo passou ao parlamentarista para que o presidente tivesse uma diminuição de seus poderes e, dessa forma, João Goulart assumiu a presidência em setembro de 1961. De 1950 a 1964, houve grandes mudanças estruturais do país por conta do crescimento urbano e da rápida industrialização. Destacaram-se as Ligas Camponesas, a organização dos Estudantes (União Nacional dos Estudantes – UNE), a Ação Popular (AP) da Igreja Católica em 1962 e a luta do movimento operário. Paralelamente, houve uma nova configuração das Forças Armadas, consequência da Guerra Fria, da Revolução Cubana, da interferência estadunidense, mas também, da doutrina de Segurança Nacional.³⁷

Assim, em janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, retornou o sistema presidencialista no Brasil. Mas, a conspiração militar cresceu contra o presidente com apoio de alguns setores empresariais conservadores. Quando João Goulart foi proferir discurso aos sargentos no Rio de Janeiro, o golpe já estava em andamento, liderado por Mourão Filho, o mesmo responsável pelo Plano Cohen em 1937, mobilizou tropas de Juiz de Fora para o Rio e em 31 de março de 1964 foi instaurado o regime autoritário liderado por militares.

Concomitante a esses acontecimentos, os encontros de caráter científico sobre a infância continuaram a acontecer como o Congresso Pan-americano da Criança. O ano, o local e a denominação do congresso do nono à décima segunda edição constam no Quadro 7. Nunes Netto (2011) evidenciou que os congressos integraram o IAPI até 1950 e, a partir do décimo congresso, houve uma mudança no perfil da organização e do funcionamento, porque não era mais um evento grandioso, intelectual, científico, político e ao ser interamericano, propiciou a redução do número de especialistas,³⁸ como também, os debates nos eixos temáticos passaram a ser mais rígidos e burocráticos. Estavam “vinculados a ritos” e ao “crivo diplomático” com perfil de Conferências do Sistema Interamericano.

³⁷ “Foi gerada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949, com a assistência de conselheiros franceses e americanos. A missão dos Estados Unidos permaneceu no Brasil de 1948 a 1960. Segundo a lei que a criou, a ESG teria o papel de ‘treinar o pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e de planejamento de segurança nacional’. Sua finalidade foi ampliada no mesmo ano de sua criação, passando a incluir a elaboração de um ‘método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares que condicionam o conceito estratégico’ (FAUSTO, 2019, p. 385).

³⁸ Desde 1950, os CPNs e o Instituto Interamericano Del Niño passaram a ser espaços intergovernamentais. A presença dos especialistas diminuiu porque constituíram diferentes instituições profissionais, pediatras, assistentes sociais, juizes, educadores. Esses profissionais que participavam significativamente dos CPNs não deixaram de participar, mas tiveram que se representar nos congressos específicos de suas áreas de acordo com Nunes Netto (2011).

Quadro 7 Congressos da Infância no Continente Americano (1948-1963)

ANO	EDIÇÃO	LUGAR	DENOMINAÇÃO
1948	IX	Caracas (Venezuela)	Congreso Pan-americano Del Niño
1955	X	Panamá (Panamá)	Congreso Pan-americano Del Niño
1959	XI	Bogotá (Colômbia)	Instituto Interamericano Del Niño
1959	XI	Bogotá (Colômbia)	Instituto Interamericano Del Niño
1963	XII	Mar del Plata (Argentina)	Instituto Interamericano Del Niño

Fonte: Nunes Netto (2011).

Após 1957, o CPN passou a ser Instituto Interamericano Del Niño por sua incorporação à estrutura da Organização dos Estados Americanos (OEA).³⁹ Sobre essas mudanças no caráter dos Congressos do continente americano com a temática da Infância, Nunes Netto (2011) evidenciou que “os Congressos deixavam de ser grandes vitrines da problematização da infância no continente, para transformar-se num espaço de formulação de diagnóstico e políticas que deveriam orientar as ações dos organismos do Sistema Interamericano de Nações, coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e do Instituto” (NUNES NETTO, 2011, p. 268).

Ainda, no âmbito das conferências, destaca-se a normativa internacional com a Declaração dos Direitos das Crianças aprovada em 20 de novembro de 1959 na Assembleia Geral das Nações Unidas. Esse período poderia ser classificado como “a aurora de uma era de violação extrema dos direitos humanos. Estávamos no limiar dos regimes ditatoriais violentos que se desenhariam em muitos países no cenário mundial, sobretudo na América Latina” (RIZZINI, 1995, p. 149).

Em relação aos diferentes congressos, evidencia-se que a partir do 9º, a decisão do destino dos ‘menores’ era pautada na avaliação de psicólogos, de trabalhadores sociais, de juízes, de pediatras e de educadores. Esses diagnosticariam, fariam triagens e tratariam possíveis disfunções. No discurso, havia o indicativo de fortalecimento da família pobre considerada normal, em consequência, caberia ao Estado impor a não convivência direta com os filhos ao internar ou ao realocar para lares substitutos.

Nessa era de abertura democrática, final da ditadura de Vargas (1945) ao início da ditadura civil-militar (1964), houve uma consolidação da atuação do SAM, como também, a

³⁹ “A OEA é uma organização internacional estabelecida em 1948, através de sua carta constitutiva. Conforme o artigo 1º, da Carta da OEA, o intuito da organização é o de conseguir manter uma ordem de paz e justiça, promover a solidariedade, intensificar a colaboração e defender a soberania, a integridade territorial e a independência do continente americano (OEA, 1948). A organização é composta por 35 Estados membros do hemisfério americano e o sistema interamericano é caracterizado por ser uma rede de disposições e instituições (OEA, 2017a)” (LACERDA e FREITAS, 2018, p. 178-179).

partir da década de 1950, foram publicizadas denúncias quanto ao atendimento e a partir da década de 1960, quanto aos desvios de verbas da instituição também. Em 1955, ainda, houve a criação de um novo órgão – o Instituto Nacional de Assistência aos Menores (INAM) para que substituísse o SAM. Mas, sua extinção ocorreu apenas em 1964 ao ser substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

Paralelamente, houve continuidade das ações impetradas pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr) que se aproximou do fazer judicial uma vez que recebia os menores sob custódia judiciária. Sem ter verba própria para subsistir, a instituição se associou à Legião Brasileira de Assistência (LBA) após a sua criação em 1942. A LBA foi quem se adequou às políticas instituídas por cada regime e seu programa sempre foi marcado pelo assistencialismo e pelo clientelismo (RIZZINI e VOGEL, 1995).

Na aparência, o golpe de 1964 seria para acabar com a corrupção, com o comunismo e restabelecer a democracia. Mas, na essência, ocorreram mudanças nas instituições brasileiras a partir de decretos e de Atos Institucionais (AIs). No primeiro momento, o Congresso continuou funcionando e houve manutenção da Constituinte de 1946 com várias modificações e atuação restrita. A sede da UNE foi invadida e incendiada; houve repressão à Liga Camponesa; cinquenta parlamentares do congresso tiveram o mandato cassado, mas nenhuma cassação atingiu a União Democrática Nacional (UDN);⁴⁰ houve intervenção em muitos sindicatos e na organização de trabalhadores com prisão de líderes sindicais. Enfim, gradativamente, foi instalado o clima de medo no país.

Em junho de 1964, para controlar os brasileiros foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). O AI-1 estabeleceu uma votação indireta no Congresso Nacional e o

⁴⁰ A UDN era um partido que foi fundado em 1945 e extinto em 1965. Esse partido tem identificação com o liberalismo, moralismo, elitismo, autoritarismo e é marcado por contradições. “A UDN surgiu como uma ‘frente’, organizou-se como um partido e identificou-se, também, como um movimento (o udenismo).” Esse partido enquanto oposição se resume em três: fase “o ‘inimigo privilegiado’: a fase de oposição sistemática a Getúlio Vargas e seus seguidores (contra a política social e a intervenção na economia); a fase das campanhas pela moralização administrativa, em oposição aos interesses preponderantes dos adversários PSD e PDT – Partido Democrático Trabalhista (e que culminaria com o apoio de Jânio Quadros); e a fase do combate à ‘infiltração comunista’. Quanto ao conteúdo programático apresentou ruptura crescente dos programas considerados “progressistas como o direito de greve a prática concreta do partido elitista e reacionário de acordo com os interesses das classes populares. “A UDN se comportou como qualquer partido conservador: contra o voto dos analfabetos, contra as reivindicações trabalhistas (majorações de salários, greves, pactos de ação sindical), contra a extensão das leis trabalhistas ao campo. Tratava-se da ‘eterna vigilância’ contra tudo, o que pudesse ser interpretado como ‘subversão’, ou como ameaça aos interesses dos proprietários de terras ou de ‘proletarização’ das classes médias.” A ideologia do partido era contraditória e ambígua por reivindicar o liberalismo ao mesmo tempo que defendia a democracia. “A lógica do golpismo se introduziu na UDN como um vírus alastrante.” O partido se afastou da Esquerda Democrática e da proposta de ser “um partido de centro inclinado para a esquerda.” (SOARES, 1980, p. 31; 215-219).

General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente. Todos os militares que assumiam cargos tinham ligação com a Escola Superior de Guerra (ESG). A estabilidade do trabalhador após dez anos de serviço foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).⁴¹ A perda da estabilidade foi ruim para o trabalhador, mas agradou o empregador. O problema da dívida externa foi resolvido nesse período pela concessão dada pelo FMI e pelo auxílio do governo dos Estados Unidos, Presidente Kennedy, através da Aliança para o Progresso. O AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes e permitiu a criação de dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) constituída por políticos partidários do governo autoritário e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) formado pela oposição ao regime. Em 1967, foi aprovada uma nova Constituição e o General Artur Costa e Silva se tornou presidente. Em 1968, a oposição estava conseguindo articulações, com a atuação do arcebispo Dom Hélder Câmara, a UNE, a Frente Ampla⁴² pela redemocratização, a passeata dos 100 mil, as greves de Belo Horizonte e de Osasco, como também, estava acontecendo o surgimento de guerrilhas em vários países da América Latina e da Aliança de Libertação Nacional (ALN) com o líder Marighella. Nesse mesmo ano, o estudante secundarista, Edson Luís foi morto pela Polícia Militar no Rio de Janeiro. Diante desse contexto, o presidente Costa e Silva baixou o AI-5 e fechou o Congresso.

Em 1969, uma Junta Militar se instaurou em decorrência do afastamento de Costa e Silva por doença e não foi permitido que o vice-presidente udenista assumisse. Nesse momento, a ALN junto ao MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro) sequestrou o embaixador estadunidense e conseguiram a libertação de presos políticos. Essa junta instituiu o AI-13 e o AI-14 que, permitiu a extradição daqueles que fossem considerados perigosos à segurança nacional e a pena de morte.

Diante da impossibilidade de retorno de Costa e Silva, a Junta decretou novas eleições indiretas e em outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici foi conduzido ao cargo de presidente, conhecido como o período de maior repressão. O setor de telecomunicações

⁴¹ “O fundo é constituído por importâncias recolhidas mensalmente, na forma de um depósito bancário em nome do trabalhador. Ele só pode ser levantado em casos especiais, como despedida injusta, compra de casa própria, casamento, aposentadoria” (FAUSTO, 2019, p. 402).

⁴² Segundo Fausto (2019), Lacerda havia sido colocado em segundo plano o que o fez se aproximar de seus antigos inimigos, Jango e Juscelino para formar a Frente Ampla. Assim, reuniram-se em Montevidéu os líderes da Frente Ampla, eles decidiram lutar pela redemocratização e concretização dos direitos trabalhistas. Isso tudo ocorreu de forma mais assertiva em 1968 uma vez que em nível internacional, houve vários movimentos similares, tais como: manifestações contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos da América; transformação do sistema educativo que abalou o governo De Gaulle na França; outros que questionavam a liberação sexual e afirmação feminina, entre outros.

avançou muito nesse período a ponto da TV Globo se estabelecer no controle do setor com o apoio do governo. Houve um crescimento econômico de 1969 a 1973, foi o período conhecido como “Ninguém segura esse país”, da marchinha “Pra Frente Brasil” que embalou a vitória da Copa do Mundo de futebol de 1970 enquanto os assassinatos aos opositores e as torturas aconteciam e não eram divulgados. “O Brasil iria se notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida do povo” (FAUSTO, 2019, p. 415). Ainda em 1973, ocorreu a primeira crise internacional do Petróleo.

Em 1973, o General Ernesto Geisel assumiu a presidência, foi o responsável por uma abertura política considerada “lenta, gradual e segura”, combinou “medidas liberalizantes com medidas repressivas” (FAUSTO, 2019, p. 417-418). Em 1978, o governo começou a se reunir com representantes do MDB, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para restaurar as liberdades públicas. Assim, em 1979, o AI-5 foi revogado, os brasileiros poderiam se manifestar. Geisel conseguiu fazer o seu sucessor, então, em 1978, o general João Batista Figueiredo se tornou presidente e continuou a abertura democrática. Em 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente.

Quanto aos CPNs,⁴³ destaca-se que esses Congressos continuaram, mas 1984 foi o último ano de acordo com nosso recorte temporal. Segundo Nunes Netto (2011, p. 38), os congressos de 1973 a 1984 tiveram como principais assuntos debatidos acerca da infância, a “pobreza crítica”, a “sociedade marginalizada”, a “subcultura da violência”, os “grupos sociais de risco”, as “crianças vulneráveis”, a “situação irregular”, as “exigências de maior ação Estatal planejada e técnica”. Ainda, na década de 1970, foram instituídas Fundações de Bem-Estar do Menor marcadas pela centralização, pelo autoritarismo, pela incisividade de políticas de intervenção sobre o ‘menor’ e sua família com crianças retiradas de suas casas – confinadas em internatos ou postas sob vigilância. O ano, o local, a edição e a denominação de cada CPN estão descritas no Quadro 8.

Quadro 8 Congressos da Infância no Continente Americano (1968-1993)

ANO	EDIÇÃO	LUGAR	DENOMINAÇÃO
1968	XIII	Quito (Equador)	Instituto Interamericano Del Niño
1973	XIV	Santiago (Chile)	Instituto Interamericano Del Niño
1977	XV	Montevidéu (Uruguai)	Instituto Interamericano Del Niño
1984	XVI	Washington (EUA)	Instituto Interamericano Del Niño

⁴³ A partir de 1957, os Congressos Pan-Americanos Del Niño passaram a se denominar Instituto Interamericano Del Niño. Conferir no Quadro 7.

1993	XVII	San José (Costa Rica)	Instituto Interamericano Del Niño
------	------	-----------------------	-----------------------------------

Fonte: Nunes Netto (2011).

Nesse tempo de regime autoritário, o ‘menor’ foi considerado um problema de segurança nacional quando em grupo, considerado um risco à ordem pública e ao participar de crimes contra o patrimônio e de homicídio (RIZZINI, 1995). Para que fosse apagada a imagem negativa do SAM, logo foi instituída a FUNABEM em 1964. A partir de 1970, reiniciaram os debates sobre um novo código de menores. Nesse processo, o III Encontro Nacional de Juízes de Menores realizou debates sobre a reestruturação, o reaparelhamento dos Juizados de Menores e a reformulação da legislação. Essas questões sobre a atuação dos Juízes de Menores e outras mais, sobre os menores, eram discutidas nos fóruns internacionais em que os juízes latino-americanos tentavam unificar os Códigos e os procedimentos em seus locais de atuação através da Associação Internacional de Juízes de Menores. O oitavo congresso em Genebra (1970) e o nono em Oxford (1974) levantaram vários indicativos sobre o perfil do juiz, mas dentre esses indicativos, destacava-se a recomendação em que se determinava que o registro feito na Declaração dos Direitos das Crianças (1959) deveria ser incorporado às legislações nacionais e às convenções internacionais, de acordo com Rizzini (1995). Diante dessas questões de intenso debate com divergências entre os Juízes de Menores do Rio de Janeiro e de São Paulo em 10 de outubro de 1979 foi aprovada a Lei nº 6.697/79. Essa lei não significou um novo Código de Menores, mas, sim, uma adaptação do Código de 1927 ao período em questão.

Apontou-se, portanto, a relação entre o contexto internacional e o nacional. Ao analisar a trajetória dos Congressos Pan-americanos das Crianças, foi possível identificar algumas ações implementadas para determinada infância, como foram sendo moldadas e organizadas em nível nacional, o tratamento da questão social no que se refere à internação de ‘menores’ através da afirmação do consenso técnico frente às questões estruturais de exploração. No processo de ‘modernização’ da prática assistencial, foi possível identificar a permanência da Igreja Católica, do fazer caritativo e de sua adequação à técnica assistencial estabelecida em cada período. Tudo isso perpassado pelo enfrentamento da tensão da questão social através do assistencialismo na tentativa de escamotear a desigualdade social acentuada pelo capitalismo como amortecedora da coerção judicial sofrida pelo trabalhador urbano que, nesse caso em especial, era o filho do trabalhador urbano em situação de pobreza.

CAPÍTULO II
DA CARIDADE CRISTÃ À FILANTROPIA CIENTÍFICA: A FORMAÇÃO DO
“NOVO HOMEM” NO BRASIL

Diante dessa conjuntura, identificam-se neste trabalho de pesquisa dois projetos diferentes de assistência à infância em Duque de Caxias coadunadas com as políticas implementadas para a formação dos ‘menores’ no Brasil, que marcaram a direção de frações de classes distintas: a caridade assistencial desenvolvida pela Igreja Católica e a filantropia da burguesia industrial nascente. Sendo a primeira forma, a caridade considerada responsável pelo alto índice de mortalidade dos acolhidos associado ao não conhecimento científico enquanto a filantropia foi associada como uma resposta científica encontrada pelas profissões que se consolidavam e da sociedade brasileira que começava a atender a demanda capitalista.

Ao longo do período do governo de Vargas, o território que compreende o município de Duque de Caxias, atualmente, passou por diferentes mudanças e foi alvo de diferentes políticas. Primeiramente, a implementação da política de colonização do governo Vargas: a instalação do Núcleo Colonial (1932). Seguidas do projeto da Cidade das Meninas (1938), da instalação da Fábrica Nacional de Motores (1942), da emancipação do município de Duque de Caxias (1943), entre outros.

Para tanto, dos teóricos com os quais se dialoga nessa pesquisa, destacam-se Irene Rizzini (1993; 1995) na categoria da assistência de caráter preventivo, estatal e jurídico; da caridade e da filantropia; Irma Rizzini (1995; 1997), também, na categoria de caridade e filantropia; ainda, o debate sobre o movimento de “salvação da criança” e o uso da força de trabalho infantil no sistema capitalista; Earp (1998) quanto ao caráter de profissionalização da criança; culpabilização do próprio ‘menor’ pela situação de ‘abandono’, o caráter messiânico dos agentes da assistência e Romanelli (1993), com as reformas de ensino empreendidas pelo governo de Vargas. Faleiros (1995), sobre o sindicalismo do período Vargas, a reorganização da Igreja Católica para atuar na assistência, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM); a articulação do Estado com o setor privado na área da assistência, a atuação jurídica repressiva e moralista, a internação como abrigo, disciplina, assistência e repressão; Rizzini e Vogel (1995), em relação às instituições: o Departamento Nacional da Criança (DNCr), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Fundação Estadual do Menor (FEEM); Simili (2008), no que diz respeito à atuação da primeira-dama Darcy Vargas.

2.1 O sentido da assistência para a concepção teórico-política liberal

Para que se entenda esse processo assistencial destinado à determinada infância, é necessário identificar a mudança do que se convencionou chamar de caridade para a nova categoria burguesa – a filantropia. Isso não significou que o sentido expresso na categoria caridade tenha desaparecido ou tenha sido transformado, pelo contrário, aponta-se neste trabalho de pesquisa a transição no enfoque dado à assistência que ocorreu tanto na Europa ao longo dos séculos XVIII e XIX como no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. A característica aparente dessa transição consistiu na perspectiva “da religiosidade para a esfera da racionalidade nos discursos sobre a assistência dirigida ao pobre nos anos que se seguiram à Proclamação da República” (RIZZINI, 1997, p. 145). Essa transitoriedade se deu, também, no próprio foco da assistência do pobre em geral para a criança pobre em particular. Assim, Rizzini (1997) apontou que:

Assiste-se a uma lenta inversão da liderança sobre a assistência dirigida aos pobres, obedecendo a uma visão crescentemente secularizada da sociedade. Observa-se o deslocamento do domínio da Igreja, associada aos setores públicos e privados, para o domínio do Estado, que passa a estabelecer múltiplas alianças com instituições particulares. Entram em conflito os valores enfraquecidos da caridade e os novos ideais da filantropia. Trata-se de um processo que em parte decorre das mudanças nas relações de poder que vinham ocorrendo entre Igreja e Estado no cenário político internacional (RIZZINI, 1997, p. 145).

Cabe salientar que o termo caridade conseguiu, ao longo do tempo, o sentido de virtude no viés humanitário e foi utilizada como significado de “compaixão, misericórdia, beneficência, benevolência e filantropia” (RIZZINI, 1997, p. 147). Considera-se que esse tipo de caridade de natureza humanitária foi característico das sociedades modernas com a ascensão do capitalismo e da acentuação da desigualdade social (PAULO NETTO, 2011). Dessa forma, a filantropia foi associada à acepção moderna de humanitarismo e à sociedade liberal no desenvolvimento do capitalismo. Dessa maneira, “a filantropia entrou em cena para atender às demandas impostas pela instituição de uma nova ordem política, econômica e social. A força da filantropia resultou da urgência em ajustar as bases do Estado liberal, na lógica capitalista, à realidade da sociedade moderna” (RIZZINI, 1997, p. 152).

Rizzini (1997) evidenciou que o surgimento do movimento de “salvação da criança” floresceu, particularmente, nos países protestantes da Europa e na América do Norte. Concomitante a isso, aconteceu uma pressão para que o Estado impetrasse ações

intervencionistas para esse segmento da população. Esse movimento continha em sua aparência um fazer filantrópico humanístico quando na sua essência, escamoteava a desigualdade social e adaptava “as instituições às demandas do sistema capitalista emergente” (RIZZINI, 1997, p. 165). O movimento de “salvação da criança” se encontrava atrelado à percepção de que a criança em situação de pobreza era potencial criminosa, uma vez que as cidades industrializadas transformavam famílias inteiras, inclusive as crianças, em trabalhadores ativos ou de reserva. Assim, destacou-se o uso da força de trabalho dessa determinada infância. Paralelamente a isso, Rizzini (1997) acrescentou que:

Os escritos de Engels nas primeiras décadas do século XIX são notáveis neste sentido. Sua minuciosa descrição das condições indignas de vida da classe trabalhadora inglesa não deixa dúvida de que havia a percepção da existência de um grave problema de ordem moral e social. Baseando-se em relatórios oficiais da Comissão que investigava as condições do trabalho infantil em diversas localidades. Engels afirma que as crianças trabalhavam um número excessivo de horas (16 horas por dia!), vestiam-se com andrajos, não recebiam alimentação suficiente e adequada (geralmente apenas pão e chá) e eram com frequência tratadas de forma negligente e violenta (RIZZINI, 1997, p. 167).

Relacionado a isso, tem-se a condição de trabalhador que a partir do século XIX, passou a ser uma certificação de virtude e de aprovação na sociedade, como também, a base da exploração capitalista. Assim, para a família pobre, principalmente, era como sempre foi, fator de sobrevivência uma vez que a venda da força de trabalho era e é o único meio de subsistência da classe trabalhadora. Rizzini (1997) esclareceu que:

No caso da criança, a lógica era adaptá-la desde cedo para o trabalho. Portanto, a sua inserção, a mais precoce possível no mundo do trabalho, era vantajosa na época. Ao mesmo tempo em que o processo de acumulação capitalista absorvia vorazmente todo e qualquer braço, e sem hesitar, o infantil, como apontou Marx, interessava acostumar a criança ao trabalho árduo como forma eficaz de mantê-la ocupada e conformada na luta exclusiva por sua subsistência (RIZZINI, 1997, p. 168).

Dessa maneira, atuar de forma coercitiva sobre essa infância com possibilidade de se tornar criminosa, como era considerado naquele período, era questão de ordem pública. Havia a necessidade de separar e ‘salvar’ pelo trabalho para que além de tudo, atendessem a demanda capitalista que se instituía. A coerção sobre a criança e ao adolescente em situação de pobreza foi instituída através da ação da Justiça para além da punição do encarceramento em cadeias regulares para internações em instituições públicas e privadas confessionais ou não, a partir de diferentes atuações de seus oficiais no campo social. Ações sempre sobre a

couraça de ‘Salvação do menor’. De acordo com Rizzini (1997), a justiça de Menores, no Brasil, se constituiu:

Fundamentada no debate internacional do final do século XIX, tendo a América Latina como uma espécie de laboratório das ideias que circulavam na Europa e na América do Norte. Concebida como escopo de abrangência bastante amplo, seu alvo era a infância pobre que não era contida por uma família habilitada a educar seus filhos, de acordo com os padrões de moralidade vigentes. Os filhos dos pobres que se encaixavam nesta definição, portanto passíveis de intervenção judiciária, passaram a ser identificados como “menores” (RIZZINI, 1997, p. 214-215).

As pesquisas realizadas sobre a infância menorizada na área da História da Educação demonstraram que um determinado segmento da infância pobre, considerada ‘abandonada’, ‘delinquente’ foi criminalizada e apontada para além do meio jurídico como ‘menor’. Esses ‘menores’ ficaram sob a intervenção da Justiça-Assistência, para isso, “criaram-se dispositivos de intervenção, sob a forma de normas jurídicas e procedimentos judiciais, que atribuíam ao Estado o poder de atuar sobre o menor e intervir sobre a família em todos os níveis – no Legislativo, no Judiciário e no Executivo” (RIZZINI, 1997, p. 215). Esses dispositivos judiciais iniciais consistiam em leis de proteção e de assistência ao menor; tribunais, instituições asilares e carcerárias para os menores e um sistema de vigilância para os que estavam fora do asilamento. Destacou-se a semelhança na condução da Justiça de Menores na América do Sul que foi caracterizada pelo domínio do Estado sobre as famílias pobres, na maioria das vezes, considerado arbitrário. A proximidade dos países da América do Sul e os fóruns criados facilitaram essa interlocução com enfoque na questão jurídica e na liderança do Brasil que foi o primeiro país da América Latina a ter um Juiz de Menores, Mello Mattos (RIZZINI, 1996).

A Justiça voltada para os menores foi estimulada pela “experiência norte-americana a partir de uma reforma radical da assistência judiciária ao menor, através da instituição do julgamento de menores em tribunais especiais” (RIZZINI, 1997, p. 218). As práticas anteriores passaram a ser consideradas obsoletas, necessitava-se de substituição por ações educativas. Dessa forma, juristas se uniram “às forças policiais, aos setores políticos, às cruzadas médicas, às associações caritativas e filantrópicas. Promoviam debates, publicavam e estabeleciam alianças” no “Congresso Nacional, nas Câmaras dos Deputados, nos jornais, nas sedes das várias ligas e associações filantrópicas, nas universidades e nos congressos

acadêmicos, de âmbito internacional” (RIZZINI, 1997). Esse movimento, de acordo com Rizzini, incluía:

Os juristas, legisladores e demais porta-vozes da causa da infância, cujas propostas ficaram registradas na história, tinham a percepção de que estavam diante de um problema grave e importante. Acreditava-se estar em jogo o futuro da nação, uma nação que precisava ser saneada e civilizada. Cabe não perder de vista esta dimensão social, que mobilizou diversos grupos a defenderem suas propostas de reforma para o país através da intervenção do Poder Público sobre o segmento infantil e juvenil da população. Era aquele mesmo impulso de *‘salvar a criança’*, identificado nos contextos europeu e norte-americano por volta da mesma época (RIZZINI, 1997, p. 221, grifos da autora).

Há de se mencionar que no início do século XIX, utilizava-se a palavra infância para se referir ao período situado até a criança atingir a maioridade, não havia uma distinção entre criança e adolescente até 1900. Embora houvesse o emprego do termo ‘menor’ na legislação penal e algumas referências à palavra ‘delinquência juvenil’. Assim, ainda, nesse período inicial do século XX, o uso do termo ‘menor’, tornou-se “uma categoria jurídica e socialmente construída para designar a infância pobre abandonada (material e moralmente) e delinquente. Ser menor era carecer de assistência, era sinônimo de pobreza, baixa moralidade e periculosidade” (RIZZINI, 1997, p. 223).

Associado a isso, havia, também, a investigação da família do ‘menor’. Essa investigação, autorizada a partir das legislações, permitia a suspensão, a perda ou a restituição do pátrio poder como forma de intervenção mesmo que fosse o contrário do desejo dessa determinada família. A imputabilidade penal que oscilou entre os nove, os dezesseis e se fixou nos catorze anos de idade nesse início de século, demonstrava a intervenção disciplinar e educativa ao invés de penitenciária. Outra questão relevante, diz respeito aos ‘Tribunais de Menores’ para que os ‘menores’ fossem julgados pelos Juízes de Menores na prática jurídico-social, junto a isso, acontecia o recolhimento dos ‘menores’ por parte da polícia. Outra característica desse período inicial, foi a prática da internação em instituições específicas para prevenir e tratar, mesmo que a família não aceitasse, apesar das críticas que os internatos sofreram no final do século XIX. Isso, ainda, para que não fossem para as Casas de Detenções em que estavam os presos adultos.

Nesse tempo, as escolas para internação eram diferenciadas da seguinte maneira, uma para os menores “moralmente abandonados” chamada de “escola de prevenção ou preservação” separada para cada sexo e no perímetro urbano, era conhecida também, como

“estabelecimento industrial”; outra para utilização do trabalho das crianças e jovens da zona rural, o Patronato Agrícola e uma terceira para os menores “delinquentes” denominada “Escola da Reforma” que teria duas seções: uma industrial para os absolvidos de seus crimes e outra, agrícola para os condenados (RIZZINI,1995).

Atrelado a isso, foram sendo criadas leis que atendessem à reclamação sobre a ausência do Estado na atuação da causa do ‘menor’, destaca-se a Lei nº 4.242, de 05 de janeiro de 1921 em que o artigo 3º permitia que o governo brasileiro organizasse o serviço de assistência e proteção à infância ‘abandonada e delinquente’. No ano seguinte, aconteceu concomitantemente o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e o III Congresso Pan-Americano das Crianças (Congreso Pan-Americano Del Niño). De 1923 a 1927, foi estabelecida a regulamentação da assistência e de proteção à criança abandonada e ‘delinquente’. Em 1923, a partir do Decreto nº 16.273 foi reorganizada a Justiça do Distrito Federal que incluía a figura o Juiz de Menores. Em 1924, instituiu-se a Inspectoria de Hygiene Infantil através do Decreto nº 16.300 e, nesse mesmo ano, através do Decreto nº 16.388 foi aprovado o regulamento do Conselho de Assistência e Proteção dos Menores que foi incluso no Capítulo V da Parte Especial do Código de Menores de 1927 com alto teor de vigilância sobre o ‘menor’ como aponta Rizzini (1996). Dessa forma, em 1927, as leis de assistência e proteção aos menores foram consolidadas pelo Decreto nº 17.943. De acordo com Rizzini (1997), essa legislação refletia:

Um protecionismo, que bem poderia significar um cuidado extremo no sentido de garantir que a meta de resolver o problema do menor efetivamente seria bem-sucedida. Por solucionar o problema entendia-se o exercício do mais absoluto controle pelo Estado sobre a população promotora da desordem. Ao acrescentar à categorização de menor abandonado ou pervertido, a frase “...ou em perigo de o ser”, abria-se a possibilidade de, em nome da lei, enquadrar qualquer um no raio de ação do Juiz. A intenção era ainda mais óbvia no concernente aos menores caracterizados como delinquentes. Uma simples suspeita, uma certa desconfiança, o biótipo ou a vestimenta de um jovem poderiam dar margem a que fosse sumária e arbitrariamente apreendido (RIZZINI, 1997, p. 235-236, grifos da autora).

Essa lei exprimiu a movimentação de diferentes grupos para sua consolidação, dentre eles, a predominância dos juristas que compunham a classe dominante que governava o país que optaram por “educar o povo, porém garantindo seus privilégios de elite. Instruir e capacitar para o trabalho, mantendo-o sob vigilância e controle” (RIZZINI, 1997, p. 239) que complementava a Lei nº 4.242 de 1921 que havia aprovado orçamento da União para

“recuperar os menores”. O Código de 1927, ainda, proibia o trabalho aos menores de doze anos e aos menores de catorze que não tivessem concluído a instrução primária. Isso significava uma tentativa de inserção ao trabalho combinado com a educação. Formalizou-se a criação do Juízo Privativo de Menores e do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores que seria presidido pelo Ministro da Justiça. Apontou-se para a junção entre a dimensão jurista e a dimensão médica no trato com a criança em situação de abandono familiar. Dessa maneira, “quando se afirmava que na criança estava o futuro da nação, entendeu-se que era mais importante ‘moldar’ para manter a massa populacional arregimentada como nos velhos tempos, embora sob novos moldes, impostos pela demanda de produção industrial capitalista” (RIZZINI, 1997, p. 239).

Notou-se que, nesse conjunto de leis e de instituições criadas para a intervenção sobre a criança em situação de abandono pela família que não se questionava os motivos que levaram a família a cometer a prática do ‘abandono’. As causas que levaram a essa ação, geralmente, encontravam-se associadas aos aspectos morais, deixando encoberto as contradições do modo de produção capitalista que determinavam essa ação. A vigilância associada à internação para regenerar o ‘menor’ pelo trabalho e à oferta ínfima de instrução pública da época consolidou uma política de assistência e de proteção aos ‘menores’ que “significou a dicotomização da infância na prática. Aos menores, a instrução mínima que permitisse domesticá-los para o uso de sua força de trabalho” (RIZZINI, 1997, p. 241). Faleiros (1995) destacou, também, que:

A questão da política para a criança se coloque como **problema do menor**, com dois encaminhamentos o **abrigo** e a **disciplina**, a assistência e a repressão, há emergência de novas obrigações do Estado em cuidar da infância pobre com educação, formação profissional, encaminhamento e pessoal competente. Ao lado das estratégias de encaminhamento para o trabalho, clientelismo, patrimonialismo, começa a emergir a estratégia dos direitos da criança (no caso o menor) já que o Estado passa a ter obrigações de proteção (FALEIROS, 1995, p. 63, grifos do autor).

Faleiros (1995) aponta que a partir de 1930, “o Estado **se articula com setor privado** fazendo-o semioficial, distribui verbas, busca legitimação em troca de favores, e, ao mesmo tempo, deixa ao descaso as instituições públicas. O per capita para as entidades particulares (no caso de 50\$ por mês) é implantado sistematicamente” (FALEIROS, 1995, p. 68, grifo do autor). Paralelamente, a Igreja Católica se reorganizou para intervir na questão social através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), da Escola de Serviço Social, da Pontifícia

Universidade Católica, da ampliação dos Círculos Operários, das senhoras católicas nas paróquias e das associações no campo assistencial (FALEIROS, 1995).

Por dez anos, o Juiz Mello Mattos esteve à frente do Juízo de Menores, de 1924 a 1934. Nesse período, organizou o aparelhamento de assistência do Juizado, criou e reformou várias instituições de internação, exerceu a repressão aos menores considerados vadios, em mendicância e nos lugares de prostituição (RIZZINI, 1995). Segundo dados do juizado, 59% dos menores atendidos entre 1924 a 1936, ou seja, 9.175 foram internados. A maioria deles era anêmica e tinha cárie. Entre os abrigados, a maioria era considerada “retardada” ou oligofrênica e a quantidade de delinquentes foi 3.094, 277 dessas eram meninas (FALEIROS, 1995).

Nesse primeiro período do governo Vargas, destacou-se na Constituição Federal de 1934 o seguinte artigo:

Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
 - b) estimular a educação eugênica;
 - c) amparar a maternidade e a infância;
 - d) socorrer as famílias de prole numerosa;**
 - e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
 - f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
 - g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.
- (BRASIL, 1934, Título IV, grifos meus),

Pode-se considerar o inciso d, do artigo 138 do Título IV – Da Ordem Econômica e Social como um incentivo à prole numerosa uma vez que o Estado propõe em lei a ajuda a essas famílias. Isso foi reforçado com a Constituição Federal de 1937 ao afirmar que as famílias numerosas teriam compensações nos seus encargos.

Art 124 - A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. **Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos.**

Art 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

Art 126 - Aos filhos naturais, facilitando-lhes o reconhecimento, a lei assegurará igualdade com os legítimos, extensivos àqueles os direitos e deveres que em relação a estes incumbem aos pais.

Art 127 - A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.

O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral.

Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole (BRASIL, 1937, Da Família, grifos meus).

Tem-se alguns exemplos disso, como um decreto que aumentou o imposto sobre os solteiros e viúvos enquanto os pais com mais de seis filhos recebiam abono. Capanema elaborou um estatuto da família que não foi oficializado. O Decreto nº 3.200 estabeleceu o casamento religioso com efeitos civis, regulou o casamento de colaterais de 3º grau, facilitou o reconhecimento de filhos naturais e privilegiou a contratação no serviço público de casados com filhos (FALEIROS, 1995). Nesse sentido ainda, a Constituição de 1937, no artigo 127, afirmava que a infância e a juventude deveriam ter cuidados, garantias especiais do Estado e que esse, asseguraria as condições físicas e morais para uma vida saudável e harmoniosa. Acrescentava, ainda, que o abandono desses obrigava o Estado a criá-los no conforto e com cuidados enquanto os pais miseráveis poderiam requerer auxílio, proteção para sobrevivência e educação de sua prole (RIZZINI, 1995).

Diante dos problemas de desigualdade social que desembocavam no problema com o ‘menor,’ o meio para conter essa população que se avolumava pelas ruas foi “o fortalecimento da assistência social para aqueles segmentos que apresentavam um ‘desajustamento social’, por meio de novas técnicas fornecidas pelo Serviço Social – um saber que emergiu como a grande novidade de seu tempo, conjugando teorias sociais e privilegiando a ação sobre aqueles que necessitassem de amparo” (RIZZINI, 1995, p. 137). Esse conflito de classes foi interpretado como um indício contra a nacionalidade. Isso resultou na fundação da Liga de Defesa Nacional⁴⁴ uma vez que esses intelectuais entendiam que o socialismo e o comunismo deveriam ser combatidos.

Esses movimentos associados ao sistema capitalista que se impunha com a necessidade de mão de obra para a industrialização faziam com que fosse depositada na criança e no jovem a necessidade de cuidado para que o país tivesse futuro. Dessa forma, a

⁴⁴ Intelectuais que se dedicavam à Liga: Olavo Bilac, Coelho Netto, Pedro Lessa e Miguel Calmon com a proposta de “saneamento dos costumes e pelo integral cumprimento dos nossos deveres cívicos” (RIZZINI, 1995, p. 137).

legislação que, como afirma Rizzini (1995), na passagem de 1920 para 1930 apontava para um recrudescimento das ações, na verdade, “foi o prolongamento da faixa de inimputabilidade penal para 18 anos, o abrandamento das penalidades para menores e a ênfase na assistência (‘amparo’) social aos menores desvalidos, através da criação de diversos órgãos nacionais, com representações estaduais e municipais” (RIZZINI, 1995, p. 137).

Nessa questão, destacou-se a criação do Conselho Nacional de Serviço Social sob o Decreto nº 525 em julho de 1938 para que pudesse dirimir as deficiências ou os sofrimentos que afirmavam terem sido causados pela miséria e pela pobreza que foi consolidado em 1943 pelo Decreto nº 5.697 (RIZZINI, 1995). Dessa forma, para tratar da questão dos ‘menores,’ o governo federal continuou a política de integração do Estado e de instituições privadas, mas com a diferença de ser baseado no sistema nacional único (FALEIROS, 1995). Cabe evidenciar que tais preocupações com o setor social que desembocaram em medidas por parte do governo se deu após a instituição do Estado Novo, momento de recrudescimento da ditadura do período Vargas. Assim, foram instituídos, o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), o Departamento Nacional da Criança – DNCr (1940), o Serviço Nacional de Assistência a Menores – SAM (1941) e a Legião Brasileira de assistência – LBA (1942). Esses órgãos federais iniciaram uma política mais explícita sobre o ‘menor’ e a criança que atendiam as duas categorias bem distintas a partir desse período – o menor e a criança (RIZZINI e VOGEL, 1995).

A intervenção sobre o menor, a partir da dimensão jurídica, teve na reorganização das delegacias um fator impulsionador, sobretudo pela promulgação do Decreto nº 8.462, de dezembro de 1945, que instituía a Delegacia de Menores em atuação com o SAM e o Juizado de Menores no Distrito Federal (FALEIROS, 1995). Mesmo com a instituição do Ministério da Educação e Saúde em 1930 e a tentativa por parte desse Ministério em gerenciar as ações ‘educativas’ impostas pelo governo foi vetada. Esse gerenciamento permaneceu na incumbência da pasta do Ministério da Justiça que associado às delegacias recolhiam os meninos e as meninas em situação de rua enquanto o Juiz de Menores os julgava e os encaminhava para os setores de triagem como o SAM para que aguardassem os encaminhamentos para as instituições privadas para a efetivação da internação. A polícia, ainda, era acionada quando esse ‘menor’ fugia desses estabelecimentos.

Faleiros (1995) destacou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI – 1942), e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC – 1946), como elementos da imbricação do empresariado com as políticas de intervenção sobre a criança e o

adolescente em situação de abandono familiar. Em 1939, a quantidade de estudantes de cursos – profissionalizante e técnico – totalizava 7.000 alunos. Ambas as instituições subsistiam de financiamento recolhido dos empresários pelo Estado e repassado para os próprios empresários. Inicialmente, tanto o SENAI quanto o SENAC tratariam do treinamento de ‘menores,’ o que mais a frente, foi mudado para atendimento da população em geral (FALEIROS, 1995).

O estado brasileiro assumiu a liderança na relação com os mais pobres, em especial, as crianças e os adolescentes. Ressaltou-se que a conjuntura latino-americana estava fundada na exploração do trabalho em níveis potencializados. Enquanto a classe trabalhadora na América Latina se empenhava em movimentos contestatórios à ordem social capitalista, mesmo aqueles com viés nacionalista-liberal, a Europa vivia um período de intervenção do Estado nas chamadas políticas sociais consideradas por Hobsbawm (1995) como a era de ouro do capitalismo. De um lado as experiências revolucionárias da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de Cuba apontavam que era possível uma economia planificada e a socialização da riqueza produzida entre os trabalhadores; de outro a Europa demonstrava, a partir da ascensão da social-democracia no poder, que a intervenção do Estado nas questões sociais contribuía para a expansão do modo de produção capitalista, assim como conferia ao trabalhador segurança quanto ao seu emprego, à saúde e à educação.

Os países da América Latina, com exceção de Cuba, não estavam em nenhum dos lados do pêndulo. A realidade social para os trabalhadores era fome, insegurança e exploração acima dos limites, já vivenciados nos períodos em que foram governados pelos países imperialistas. Voltar-se para aqueles trabalhadores considerados ‘pobres’ tornou-se, apenas, o movimento da burguesia para atenuar os conflitos sociais e seguir a expansão capitalista em seu curso de expropriação e exploração do trabalhador. Na sequência, tratar-se-á da maneira pela qual as políticas assistenciais foram estatizadas no Brasil imbricadas ao movimento do primeiordamismo – protagonizada por Darcy Vargas e da atuação profissional da elite feminina; de adaptação da Igreja Católica ao fazer filantrópico associada à condução da formação da nova profissão que se consolidava no país relacionada à assistência social.

2.2 A institucionalização da Caridade pelo Estado no Brasil

Ações com relação à pobreza foram impetradas pela classe dominante de forma mais sistemática a partir do momento em que houve um aprofundamento da luta de classes

condicionadas pela intensificação do modo de produção capitalista. O tratamento dispensado a pobreza passou a ser inserido na ‘questão social’ que universalmente é conceituado como o agrupamento de questões políticas, sociais e econômicas oriundas do aparecimento da classe operária no percurso de consolidação da sociedade capitalista. Assim, Simili (2008) afirmou que:

(...) até 1930, no horizonte simbólico da classe dominante e do Estado, a existência da “questão social” era negada, apesar dos conflitos operários, das denúncias das condições degradadas de vida e trabalho, das vozes públicas que advogavam a exigência de direitos e mudanças nas relações de trabalho. O posicionamento do Estado e das classes dominantes diante da questão social teria feito que a repressão e a caridade constituíssem as formas de combate do problema (SIMILI, 2008, p. 82).

A repressão à questão social tem relação, também, com o acirramento da apropriação privada dos frutos do trabalho que tem monopolizado nas mãos de uma parte da sociedade e acentuado a desigualdade social (IAMAMOTO, 2000). Isso associado à ideologia liberal tem naturalizado a desigualdade e moralizado a ‘questão social’ (TENENBLAT, 2018). É nesse bojo que aconteceu a institucionalização do Serviço Social na década de 1930, a partir da “agudização das refrações da questão social” e como expressão “do processo de formação e desenvolvimento da classe operária”, segundo Tenenblat (2018, p. 5). Na década de 1930, a evidência das contradições sociais do processo de implantação do capitalismo fez com que a ‘questão social’ passasse a ser tratada no viés político Estatal e assim, identificou-se que apenas a repressão policial não resolveria a questão. Por isso, a institucionalização da assistência passou a ser estruturada e transformou a questão social em questão política (SIMILI, 2008).

Dessa forma, as políticas sociais de assistência brasileira passaram a atender alguns excluídos historicamente para o capital, como: desempregados, indigentes, deserdados, órfãos, abandonados, entre outros. Esses passaram a receber auxílios como se fosse “mérito do necessitado”, ou seja, como um favor emergencial (SIMILI, 2008, p. 83). Como evidenciado por Simili (2008):

(...) em se tratando de assistência social, é somente no final do século XIX que se detectam os primeiros indícios de uma preocupação mais sistematizada com a assistência em geral e com a assistência à infância em particular. A industrialização – a urbanização associada à migração interna e ao êxodo rural – revelou sua face cruel: crianças perambulando pelas ruas e esmolando, morando em favelas, trabalhando nas indústrias. A “infância desvalida” aparecia como cenário urbano e mostrava a existência de um

problema social que não se queria admitir (SIMILI, 2008, p. 83-84, grifo da autora).

Assim, essa realidade de instituições religiosas que em formato de asilos abrigavam as crianças em número inferior à demanda, com deficiência ao atendimento e à posição estatal frente ao aumento dessa infância em situação de pobreza foi assumida por juristas e por médicos que a transformou em ‘menor’. Dessa forma, algumas características da assistência a essa determinada infância da década de 1920 permaneceram nas décadas seguintes e se destacaram: o investimento na criação e na reformulação de instituições asilares similares a reformatório para os ‘menores’; o crescimento gradativo da atuação do Estado no controle da assistência; a elaboração de projetos pelas elites políticas e econômicas – a partir do trabalho de médicos e juristas – impressionados com o aumento da criminalidade e da improdutividade dos pobres. Esses projetos não eram formulados com a participação da classe proletária; a coexistência de maneira não coordenada de políticas, de programas e de projetos com problemas, tais como: ações repetidas, falta de interação dos programas, de cunho assistencialista e de qualidade ruim do atendimento (SIMILI, 2008). Nota-se que a repressão antes expressa na ação policial, ganhou contornos políticos travestindo-se no interior de organizações sociais de cunho assistencial.

É nesse contexto que surgiram as diferentes ações assistenciais: a Associação das Senhoras Católicas no Rio de Janeiro (1920) e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo (1923), lideradas por grandes nomes da burguesia carioca e paulista. Acredita-se que a inserção da mulher na filantropia se potencializou por incentivo dos intelectuais da época, para que a assistência social enquanto profissão fosse praticada por mulheres. Pode-se apontar, também, a relação entre o gênero e o cuidado amplamente difundidos pela ideologia dominante, como forma de escamotear o trabalho realizado por mulheres sem remuneração no interior das famílias. A extensão do trabalho de cuidado praticado no âmbito familiar para o âmbito da assistência à infância trazia a ideia do ‘amor’ como eixo e alimentava o voluntariado. Dito isso, salientam-se as ações de Darcy Vargas⁴⁵ na caridade e na filantropia que compreenderam a Legião da Caridade (1930), a Fundação Darcy Vargas (1938), a Cidade das Meninas (1942), a Legião Brasileira de Assistência (1942-1945) e de Levy Miranda que foi responsável, inicialmente, pelo Abrigo do Cristo Redentor de Salvador (1934), Abrigo Cristo Redentor de Bonsucesso no Rio de Janeiro, Instituto Profissional Getúlio Vargas,

⁴⁵ De acordo com Simili (2008), Darcy Vargas assinava documentos e utilizava a letra ‘y’. Por isso, optou-se por utilizar essa grafia na escrita do seu nome – Darcy Vargas – nessa pesquisa.

Escola Técnica Darcy Vargas, Patronato Agrícola de Sacra-Família, Abrigo Cristo Redentor de São Gonçalo, Instituto Natalina Janot, Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas, Cidade dos Meninos Darcy Vargas (PONDÉ, 1977).

Dentre as ações de Darcy Vargas, destacam-se o apoio à Fundação Abrigo Cristo Redentor, assim como assinalou Simili:

(...) de um abrigo de mendigos, a Escola de Pesca Darci Vargas e a Escola Agrícola Presidente Vargas. Em 1938, atuou na criação da Fundação Darcy Vargas, destinada a oferecer assistência a menores e a coordenar escolas para crianças e idosos. Em 1940, inaugurou a Casa do Pequeno Jornaleiro, que prestava serviços de proteção à infância. Nos anos 1940, expandiu essas atividades com a Casa do Pequeno Lavrador, a colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, a escola primária Álvaro Sodré e o restaurante da casa do Pequeno Trabalhador. Em 1942, foi responsável pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), que herdara algumas finalidades da antiga Legião de Caridade, mas que adquirira novas funções no quadro da administração pública. A LBA incumbiu-se de múltiplas atividades em todo o país, tornando-se o principal órgão de assistência social do governo brasileiro durante décadas (SIMILI, 2008, p. 10-11).

Com a chamada ‘Revolução de 1930’,⁴⁶ Darcy Vargas organizou as mulheres gaúchas para darem apoio aos primeiros combatentes desse movimento ao fundar a:

Legião de Caridade, instituição que objetiva assistir não só os soldados que partem junto com Getúlio Vargas, mas também suas famílias. Sob seu comando, senhoras da elite do estado passam a produzir roupas, coletar e distribuir alimentos. O palácio, que ela cuidadosamente mobiliara e decorara para receber sua família, é transformado em central de atendimento às necessidades dos revoltosos e seus familiares (CALLADO, 2011, p. 75).

Dessa maneira, a Legião de Caridade se encarregou de conseguir mantimentos e remédios às famílias dos militares que ficaram sem seus esposos e os filhos maiores. As voluntárias recebiam “os tecidos, botões, linhas, novelos de lã e cobertores que os empresários” forneciam. Assim, confeccionavam “uniformes, agasalhos e mantas” para os que partiam para o confronto enquanto Darcy organizava “a turma do corte, a da costura, a do crochê,” como também, “a distribuição dos víveres e roupas” sem interrupções (CALLADO,

⁴⁶ Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano de acordo com Abreu (Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/revolucao-de-1930-3>. Consulta em jul. 2022).

2011, p. 78). Quando o objetivo do movimento foi alcançado, a Legião da Caridade foi extinta e toda a família de Getúlio Vargas se mudou para o Rio de Janeiro.

Esse formato de assistência que Darcy Vargas instituiu antes de se transformar em primeira-dama,⁴⁷ foi reafirmado quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil. De acordo com Simili (2008, p. 85), “a industrialização intensificava o processo de participação da mulher no mercado de trabalho, e a conquista do direito do voto, em 1932, permitiu o acesso das mulheres aos cargos públicos” (SIMILI, 2008, p. 85), apesar das reações contrárias a saída da mulher do espaço do ‘lar’. Para isso, em 17 de maio de 1932, o governo instituiu o Decreto nº 21.417 que normatizava o trabalho feminino nas indústrias e nos comércios com as respectivas condições de salário, do horário, do local, como também, sobre a amamentação e a creche.

A participação da mulher no mercado de trabalho foi sendo definida a partir do trabalho não-remunerado no interior da família (ENGELS, 2010). Assim, as profissões das quais as mulheres da elite vão se ocupar serão as de professora primária e da assistência social. O que aconteceu concomitantemente ao surgimento do Código de Menores (1927), do termo ‘menor’ e da atuação do cuidado para esses ‘menores’. Houve, no entanto, uma separação das categorias ‘menor’ e mulher quando:

(...) ampliam os deveres da mãe em relação aos seus filhos, à medida que as mulheres reclamam para si a ampliação da definição de maternidade para além dos limites do lar e são chamadas a ocupar funções maternas fora dele. Dissociam-se também a medida que a categoria menor passa a ser quase sinônimo de menor abandonado e de delinquente em potencial (CORRÊA, 2011, p. 84).

Associado a isso, é relevante enumerar as diferentes associações que tratavam dessa questão nas quais essa ação feminina se materializou:

Casa de Saúde Santa Inês, na Assistência aos Lázarus, na Cruzada contra a Tuberculose, na Caritas Social, nas Damas da Caridade, na Associação de Senhoras Brasileiras, no Asilo Bom Pastor, no Centro Social Feminino, na Ação Social, na Associação de Educação, na Casa do Estudante, no Sanatório de Santa Clara, no Asilo dos Desvalidos de Petrópolis, na Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, na Cruz Vermelha, na Pequena Cruzada, no Asilo São Luiz, no SOS, na Liga dos Cegos, no Abrigo Tereza de Jesus, na Casa Pobre, na Casa da Criança, na Fundação Osório, na Liga Pró-

⁴⁷ A origem do uso do termo primeira-dama para se referir às esposas dos presidentes é estadunidense. Surgiu em 1860 para se referir à sobrinha (Harriet Lane) do presidente James Buchanan (1857-1861) que era solteiro. Mas, apenas a partir do presidente Rutherford B. Hayes (1877-1881) quando o Reverendo Stuart Robterson apresentou a esposa do presidente, Lucy, como primeira-dama.

Temperância, na Missão da Cruz, na Casa Maternal Mello Mattos, na Associação Feminina Cristã Feminina, na Associação Nossa Senhora Auxiliadora, no Patronato da Gávea, na Obra do Berço, no Sodalício da Sagrada Família (CORRÊA, 2011, p. 86-87).

Essas instituições assistenciais são chamadas de “protoformas do Serviço Social” (RIBEIRO et al., 2015, p.4) que foram as instituições sociais confessionais que faziam o trabalho de caridade a partir da filosofia de São Tomás de Aquino à serviço da classe dominante. Essas ‘protoformas do Serviço Social’ começaram aparecer no Brasil após o acordo firmado internacionalmente no final da Primeira Guerra Mundial chamado de Tratado de Versalhes⁴⁸ que “instituiu uma nova política social” para com a classe operária pelo fato de que os “grandes movimentos operários de 1917 e 1921” evidenciaram para a sociedade a existência da questão social (SIMILI, 2008) que regulamentou a jornada de trabalho brasileiro baseado nas lutas dos trabalhadores europeus e norte-americanos na pós-revolução industrial que instituiu a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que a partir de 24 de março de 1919 foi aprovado e compôs a Parte XII do Tratado de Versalhes para “evitar o conflito entre capital e trabalho, e, assim poder desenvolver industrialmente o Brasil de forma mais célere, Getúlio Vargas dotou o ordenamento jurídico com medidas alinhadas com o Tratado de Versalhes” (VIANNA e COSTA, 2015, p. 75).

Por serem fundamentais, e em cumprimento da Constituição da OIT, seus Estados contratantes se obrigam à fiel observação dos princípios e direitos fundamentais da pessoa trabalhadora garantidos por meio das 8 convenções, ainda que não as tenham incorporado ao seu ordenamento jurídico interno. São elas: as Convenções nº 87 sobre liberdade sindical, nº 98 sobre o direito de sindicalização e negociação coletiva, nº 100 sobre igualdade de remuneração entre homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor, nº 111 sobre não discriminação em matéria de emprego e ocupação, nº 138 sobre idade mínima para admissão ao trabalho ou ao emprego, nº 182

⁴⁸ Aconteceram inúmeras conferências no início do ano de 1919 em Paris que demarcaram o processo de finalização da Primeira Guerra Mundial e culminou na assinatura do Tratado de Versalhes em 28 de junho de 1919. “O Tratado de Versalhes obrigou a Alemanha a entrar no túnel do tempo e retroceder ao tomar dela suas três principais fontes de riqueza: a indústria metalúrgica associada à exploração de ferro e do carvão, o comércio externo e o sistema de transporte. O Tratado de Versalhes foi constituído por 440 artigos divididos em cinco capítulos: O Pacto da Sociedade das Nações; Cláusulas de Segurança; Cláusulas Territoriais; Cláusulas Financeiras e Econômicas; Cláusulas Diversas” (PORTO e SILVA, 2019, p. 4). A data da assinatura do Tratado corresponde ao final da Primeira Guerra Mundial e ao fato de que “as sanções impostas aos alemães alimentaram a ascensão do partido nazista, e conseqüentemente, impulsionaram a Segunda Guerra Mundial” (PORTO e SILVA, 2019, p. 3). Desse Tratado, foram organizadas convenções que criaram a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e anexaram ao Tratado artigos que regulamentavam as normas trabalhistas. Isso porque, as potências mundiais queriam evitar revoluções de cunho social para isso flexibilizaram as leis trabalhistas. Assim, “por decisão do legislador e Executivo brasileiro, não somente a Convenção foi ratificada, mas também a sua Recomendação. Ambos os instrumentos foram elevados na condição de lei da República e por tanto, de obrigatório cumprimento” (MENDES, 2012, p. 500).

sobre a eliminação das piores formas de trabalho infantil, e nº 29 e nº 105 sobre direito à liberdade, garantido no mundo do trabalho e sobre a abolição do trabalho forçado (MENDES, 2012, p. 498).

Assim, obras como a Associação das Senhoras Católicas que, por sua vez, tinham “um aporte de recursos e potencial de contato estadual” e isso possibilitava “o planejamento das obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica” (SIMILI, 2008, p. 92) eram organizadas por leigos a partir do pensamento social da Igreja Católica. A atuação dessas associações consistia na formação da organização e da doutrina do apostolado dos leigos que possibilitou um auxílio aos indigentes na perspectiva de “assistência preventiva” e “apostolado social” com o intuito de minimizar determinadas mazelas do sistema capitalista, principalmente, o que concerne aos ‘menores’ e as mulheres (SIMILI, 2008, p. 92).

Quanto à profissionalização da assistência social na década de 1930, destacou-se, ainda, a Primeira Semana de Serviço Social (1936) no Rio de Janeiro por iniciativa de Dom Sebastião Leme. Esse movimento teve o intuito de “dinamizar a ação social e o apostolado laico” com representantes da intelectualidade católica, das obras de caridade e de assistência, enfim, “os setores mais ativos do movimento católico laico⁴⁹” (SIMILI, 2008, p. 93). Nesse evento, Darcy Vargas foi da “Comissão de Honra” e apoiada no sistema financeiro oficial impulsionou a criação do Lar Proletário para construção de habitações populares e do Instituto de Educação Familiar e Social (1937) para formar profissionais para os serviços assistenciais cariocas a partir da ação católica (SIMILI, 2008). A essa iniciativa, Simili (2008) apontou que sucedeu, a criação, em 1938, da Escola Técnica de Serviço Social pelo Juízo de Menores, e, em 1940, foi introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social, na Escola de Enfermagem Ana Nery (escola federal). Em 1944, surgiu no cenário – a Escola de Serviço Social – como desdobramento masculino do Instituto Social (SIMILI, 2008).

Esse contexto de exacerbação do cuidado materno e da sua prole, associado ao movimento feminista empreendido pela elite para a profissionalização feminina no viés do assistencialismo social propiciou a convergência para que a Igreja Católica remodelasse seu fazer caritativo e filantrópico no momento de desenvolvimento industrial, de necessidade da consolidação da força de trabalho e da atenuação das mazelas sociais do sistema capitalista para que houvesse uma organização estatal de organização dessas instituições assistenciais.

⁴⁹ Movimento Católico Laico é composto por fiéis católicos que são pessoas leigas, não ordenadas ao sacerdócio, ou seja, não fazem parte do clero.

Nesse bojo, instituiu-se o Conselho Nacional do Serviço Social – CNSS – através do Decreto-Lei nº 525, de 1º de julho de 1938, como órgão ligado ao Ministério da Educação e Saúde (MES) que funcionava nas suas dependências físicas e era formado por personalidades consideradas ilustres do âmbito cultural e filantrópico. Esse conselho tinha o poder decisório de auxílio às organizações assistenciais com certa autonomia, de acordo com Boscari e Silva (2015). Esse momento foi marcado pelo estreitamento de:

(...) relações entre o Estado e segmentos da elite reforçando ao mesmo tempo um novo caráter laico da assistência social, isto é, não mais como prática religiosa, mas ao abrigo do Estado, como também confirmando uma relação de sujeição dos pobres aos ricos e não a igualdade de direitos, que vão analisar o mérito do Estado na concessão de auxílios e subvenções a organizações da sociedade civil (BOSCARI e SILVA, 2015, p. 110).

Destacou-se o CNSS como o primeiro órgão estatal próximo à Assistência Social do Brasil com característica de subsidiário das subvenções destinadas às instituições sociais. A seguir, apresentou-se a atuação das instituições – DNCr, LBA, SAM, Juízo de Menores, PNBEM, FNBEM, FUNABEM, FEEM, entre outras. Assim como, as entidades que foram estabelecidas no período de ditadura instaurada no Brasil e as consequências na condução das políticas implementadas para o atendimento da situação do ‘menor.

2.3 O Estado no Brasil e a Formação para a Infância Desvalida

A intervenção sobre a criança e o adolescente em situação de abandono familiar, também, refletiu-se na instituição da Legião Brasileira de Assistência (LBA) pelo Ato do Governo Federal nº 6.013 em 1942, que, como as demais instituições assistencialistas foram criadas pelo Estado e se encontravam fundamentadas na aliança entre setores empresariais, religiosos e públicos. A LBA era financiada pelo desconto em folha de meio por cento recolhidos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões. Era presidida pela primeira-dama e “apontava a mobilização da mulher como um marco inicial para a ação social a ser desenvolvida” (RIZZINI, 1995, p. 138). Em 28 de agosto de 1942, “a primeira-dama convocou, através de telegrama, as esposas dos governadores estaduais e dos interventores federais para instituir em cada Estado uma representação da recém-fundada Legião Brasileira de Assistência” (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 291). Um mês após essa atividade, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores autorizou seu funcionamento.

A LBA estabeleceu uma ação conjunta ao DNCr de estímulo a creches e de auxílio a idosos, a doentes e a grupos de lazer. Notou-se que o Decreto nº 2.024 de 1940, fixou o suporte para a organização dos serviços de ‘proteção’ à maternidade, à criança e ao adolescente. Assim, o governo federal instituiu o Departamento Nacional da Criança (DNCr) subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Dessa maneira, “sua principal missão era a de ‘criar viva consciência social’ da necessidade da proteção à díade materno-infantil. Além disso, visava desenvolver estudos, organizar estabelecimentos, conceder subsídio às iniciativas privadas de amparo às mães e filhos e exercer a fiscalização das mesmas” (RIZZINI, 1995, p. 138). Isso se instituía como atividade precípua uma vez que o órgão tinha como meta preparar “o futuro cidadão, de acordo com a concepção de cidadania da época, isto é, a formação do trabalhador como ‘capital humano’ através do preparo profissional” e em consonância com a valorização da hierarquia na educação da criança (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 275). Assim, criou-se um órgão federal responsável por coordenar ações dirigidas à criança e à família em situação de pobreza.

O DNCr atendia a necessidade de remédios, de hospitais, de asilos, de orfanatos, como também, ensinava higiene e trabalhos domésticos. Assim, mesclava o atendimento às crianças com o médico e a assistência privada. Tudo isso a partir do Serviço de Obras Sociais (SOS) que havia sido fundado em 1934 e era constituído por senhoras. No DNCr predominava “a orientação higienista com campanhas educativas, inquéritos médico-sociais, formação de puericultores, orientações sobre funcionamento de creches, organização do atendimento pré-escolar, incentivando o Clube de Mães. Esse órgão se voltou para a preservação da raça e empreendeu uma luta contra as criadeiras”.⁵⁰ De 1942 a 1946, das vinte e nove creches “no interior e na capital de 9 estados brasileiros” (VIEIRA, 1988, p. 12), dezesseis eram particulares e em menor quantidade, havia, as religiosas (4), as de empresa (3) e as da LBA (3). Segundo a autora (1988), nesse inquérito do DNCr predominava a assistência privada já que “ao Governo deveriam caber poucas responsabilidades de manutenção: fornecer uma orientadora capaz, ou o médico ou um pequeno auxílio” (VIEIRA, 1998, p. 12). O DNCr estimulava, ainda, a avaliação do peso e da estatura das crianças para haver uma população sadia. No pós-guerra, ainda, organizou “concursos de hígidez e atua como executor dos programas do UNICEF” (FALEIROS, 1995, p. 69-70).

⁵⁰ Segundo Faleiros (1995, p.70), “Mulheres que cuidavam de crianças, em geral na vizinhança, consideradas ignorantes, espertas, incapazes e causadoras de doenças.”

Assim, a responsabilidade do DNCR era estudar e divulgar a questão social da maternidade, da criança e da adolescência, como também, conceder auxílios federais aos estados, subvenções às instituições privadas e fiscalizar a execução das verbas. Tudo isso sobre os conceitos científicos elaborados pelo DNCR. Junto ao departamento, agia uma Junta Municipal da Infância formada por ativistas locais, como os médicos, as professoras, as consideradas “senhoras da sociedade”, os religiosos e as autoridades públicas (RIZZINI e VOGEL, 1995).

Embora, fosse um órgão governamental, sofria com a falta de recursos e, assim, recorria à LBA que diferente do DNCR, tinha orçamento próprio e era vinculada a primeira-dama. A LBA financiava, principalmente, os postos de puericultura. O DNCR recebia os ‘menores’ sob custódia judiciária. Dessa forma, “os médicos puericultores do Departamento incorporaram elementos do discurso dos juristas, cujos textos eram publicados pelo órgão” (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 290). Essa aproximação se dava, também, através de convites feitos aos juristas para participarem das Semanas da Criança, por ser considerado que a ação preventiva junto à família proporcionaria uma estabilidade e a não produção de ‘menores desvalidos.’

A justificativa para a criação da LBA se pautou nas famílias que enviaram soldados para a guerra. Rizzini (1995) aponta que:

Previa estender o amparo (‘serviços de assistência social’) aos mais variados alvos conforme rezava o artigo 2º de seu Estatuto: “desenvolver esforços em favor do levantamento do nível de vida dos trabalhadores...”; “incentivar a educação popular”; “proteger a maternidade e a infância”; “contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, atendendo particularmente ao problema alimentar e de habitação”; “favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou economicamente desajustadas”, entre outros (RIZZINI, 1995, p. 138).

Os estatutos da LBA previam a sua permanência na atuação sobre a maternidade e a infância no período pós-guerra de acordo com o relatório das atividades no estado do Rio de Janeiro de 1943 redigido por Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Darcy Vargas. Em 26 de janeiro de 1946, ao convocar a reunião do Conselho Deliberativo da LBA, Darcy assegurou a permanência da instituição com objetivo de prestar assistência à maternidade e à infância após renunciar ao cargo por ocasião da mudança de governo. Esse Conselho Deliberativo que manteve a estrutura similar até 1966 após a extinção da contribuição dos empregadores, era composto por cinco vice-presidentes: o presidente da Confederação

Nacional do Comércio, o presidente da Confederação da Indústria, o diretor do Departamento Nacional da Criança e o Delegado da Ação Social Arquidiocesana. Tinha representantes das seguintes instituições: Ordem dos Advogados do Brasil, Academia Nacional de Medicina, Associação Comercial do Rio de Janeiro e Federação Nacional das Indústrias. Participavam figuras ilustres, tais como: o presidente da Associação Brasileira da Imprensa, os presidentes do Banco do Brasil, o presidente do Conselho Nacional de Serviço Social, o Juiz de Menores Mourão Russel e o ex-Juiz de Menores Sabóia Lima que representava o governo na LBA (RIZZINI e VOGEL, 1995).

Após a saída da primeira-dama Darcy Vargas em decorrência do final do mandato de presidente de seu marido (1945). No ano seguinte, em 1946, a LBA passou por uma reestruturação de seus estatutos para que se dirimissem as ações específicas das Comissões Estaduais. Concomitante a isso, buscou-se aproximação de suas ações com o DNCR já que tinham objetivos condizentes. Rizzini e Vogel (1995) salientaram que:

A reestruturação do órgão trouxe mudanças na sua organização interna. Os “órgãos-assistenciais” direcionados ao atendimento de emergência foram extintos, sendo criado em seu lugar o Departamento de Maternidade e Infância, responsável, através de suas Divisões, pelo estudo, planejamento e execução dos serviços. Os serviços assistenciais se dividiam em Setor de Assistência à Família, Setor de Puericultura e Medicina, Setor de Obras Sociais e Setor de Cadastro e Estatística. O serviço de Assistência Judiciária, criado em 1943, recebe a denominação de Procuradoria Geral, exercendo serviços de assistência judiciária (atuava nos Juízos de Família, de Menores, de Órfãos e Sucessões, de Acidentes, Cíveis etc.) e de registro civil (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 292).

Ainda nos anos 1940, Gustavo Capanema reivindicou que o controle das ações públicas sobre o ‘menor’ deveria ficar sobre a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde, mas não obteve sucesso. Embora, Capanema alegasse que deveria ser criado o ‘Patronato Nacional de Menores’ por considerar que não havia um aparelho nacional que coordenasse e orientasse os educandários uma vez que o SAM se responsabilizava, naquele período, apenas pelo Distrito Federal. Apontou-se que a situação dos ‘menores’ sempre foi controlada pelo aparelho policial-judiciário e médico, assim, a modificação para o setor da educação implicaria uma mudança de concepção do menor.

Isso suscitou um aspecto interessante no percurso de institucionalização desses diferentes órgãos já que sua atuação dizia respeito aos ‘menores,’ não à maternidade e à infância, essas ações sempre foram dissociadas. Percebeu-se nos relatórios do SAM e do Juízo

de Menores a ausência de referência ao DNCR, o que ocorre, também, com a LBA. De acordo com Rizzini e Vogel (1995) a única exceção a essa questão referia-se:

Ao fato do SAM, na década de 40, aceitar menores encaminhados pela LBA para internação, recurso utilizado em pequena escala, já que a instituição passou a dispor de sua própria rede de “obras sociais” para internar crianças necessitadas – em 1946, a LBA, subvencionou 23 estabelecimentos no Rio de Janeiro, que mantinham 441 menores por ela encaminhados (LBA, 1946). Com a criação da FUNABEM, a situação não se altera – os relatórios da LBA após 1964 não fazem referência ao órgão (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 291).

De acordo com Rizzini e Vogel (1995), a partir de 1960, a LBA seguiu com suas adaptações do período que consistiu na inserção do termo ‘comunidade’ nos documentos produzidos pela LBA, inclusive, a inserção desse ‘termo’ nos discursos, como foi possível perceber no pronunciamento da própria presidente – Yolanda da Costa e Silva (RIZZINI e VOGEL, 1995).

Na década de 1980, houve a inclusão do termo ‘autoparticipação’ com incentivos à geração de renda com programas de formação para que os internos conseguissem os meios de produção. Associado a isso, a última presidente do período do governo militar – Léa Leal – aprimorou esse discurso ao inserir o não paternalismo como condição da instituição (RIZZINI e VOGEL, 1995).

Na década de 1990, a instituição ficou conhecida pelos vários casos de corrupção com o desvio de verbas para empresas fictícias de parentes da primeira-dama, distribuição de cestas básicas em período de eleição, entre outras questões caracterizadas pelo desvio do fundo público.

O maior crescimento da LBA tanto no que tange à sua expansão quanto à sua arrecadação ocorreu em 1970 e, mais significativamente, na década de 1980, após o término dos vinte e um anos de ditadura militar. A LBA foi extinta no ano de 1995.

Diante do que foi apresentado, ficou evidente que até a década de 1930, o ‘menor’ no que diz respeito à assistência pública era tratado pelos Juízos de Menores na esfera jurídica e por alguns estabelecimentos isolados. A primeira iniciativa de criação de uma instituição centralizadora de ‘assistência’ à criança em situação de abandono familiar pelo governo federal foi materializada em 1941 – apenas no Distrito Federal. Somente após 1944, sua atuação se estendeu para todo o país. O SAM representou uma ação centralizadora de um governo ditatorial, como também, atendeu a ideia defendida pelos “apóstolos” da assistência

até então, como órgão que passaria a ter “controle sobre as ações dirigidas” à população em situação de pobreza tanto “no setor público quanto no privado” (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 275). Tudo isso em consonância com o regime autoritário da época em que eram proibidas crianças perambulando pelas ruas. Essas seriam recolhidas e profissionalizadas para que pudessem trabalhar para, assim, poderem ser consideradas cidadãs “úteis” para a sociedade (EARP, 1998).

A criação do SAM⁵¹ em 1941, pelo Decreto nº 3.799, representou uma diminuição do poder do Juiz de Menores uma vez que coube ao SAM orientar a política pública para os ‘menores desvalidos’ e considerados “delinquentes” que foi redefinida pelo Decreto nº 6.865 de 11 de setembro de 1944 com vínculo ao Ministério da Justiça e aos Juizados de Menores. O SAM tinha como “competência orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e de ajustamento social, proceder ao exame médico-psicopedagógico, abrigar, distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência aos menores e estudar as causas do abandono” (FALEIROS, 1995, p. 68).

O SAM surgiu, também, para acelerar o encaminhamento da questão jurídico-social junto ao Juizado de Menores, por exemplo, “a falta de continuidade nos serviços prestados” uma vez que o menor estudado e classificado não era colocado no local esperado para ser “educado e reeducado” (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 276). Apesar de ter sido criado para atender a essa necessidade, percebeu-se que desde o começo, a instituição já não correspondia a tal preceito uma vez que, no período de 1936 a 1939, o juiz de menores – Carvalho Santos sinalizou que eram em torno de 100.000, a quantidade de menores que precisavam de assistência no Rio de Janeiro enquanto o SAM disponibilizava, apenas, 7.000 vagas (FALEIROS, 1995).

Mesmo diante disso, o SAM foi criado e abarcou funções que antes cabiam aos Juízes de Menores quanto à organização do serviço de assistência, ao estudo e ao tratamento destinado aos menores enquanto esses juízes permaneceram na função de fiscalizar a disciplina e a educação ministradas nos internatos conforme a legislação vigente (RIZZINI e VOGEL, 1995). Notou-se a especialização das funções condizentes com o movimento do

⁵¹ O SAM foi a nova denominação dada à Escola Sete de Setembro fundada em 1932 que foi reorganizada em 1939 e incorporou a Escola Quinze de Novembro, a Escola João Luís Alves, o Patronato Agrícola Arthur Bernardes e o Patronato Agrícola Wenceslau Braz. A essa instituição cabia ainda, a função de supervisionar as instituições particulares. Cabe evidenciar ainda que, esses espaços privados de internação passavam a receber subvenções após audiências com o SAM (FALEIROS, 1995).

capitalismo em sua fase monopolista. Assim, o SAM se dissociou da instância jurídica na aparência pelo fato de que todos os encaminhamentos de ‘menores’ se davam pelo Juízo de Menores, mas adensado pela questão psicológica. Cabe destacar a finalidade do SAM de acordo com o Decreto-Lei nº 3.799:

a) Sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; c) abrigar os menores, a disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrarlhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento; e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 277).

Dessa forma, esse órgão central faria com que os serviços estaduais se modulassem pelo que estava sendo executado na capital através de estágios para o aperfeiçoamento da equipe técnica dos estados e dos municípios. De acordo com Rizzini e Vogel (1995), estavam sob essa jurisdição do SAM, trinta e três educandários e três desses colaboravam gratuitamente para receber orientação técnica e fiscalização. O vínculo com as instituições privadas correspondia basicamente, ao mesmo estabelecido na década de 1920 que eram classificados assim:

a) “estabelecimentos oficiais” (4 estabelecimentos, somente para o sexo masculino); b) “casas sob contrato” (5 estabelecimentos para meninos); c) “órgãos de colaboração gratuita” (3 estabelecimentos, 2 para meninas e 1 misto); d) “instituições particulares onde são internados menores mediante contribuição mensal ‘per capita’ ” (19 estabelecimentos, para ambos os sexos, em separado); e) “órgãos subvencionados pelo governo e administrados por instituições particulares” (6 estabelecimentos, para o sexo feminino, masculino e misto) (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 277).

Assim, a partir do Decreto-Lei nº 6.865 coube ao SAM não apenas abrigar os menores encaminhados pelo Juízo de Menores, mas esses menores tinham que ter autorização desse Juizado para serem abrigados. Isso, porque o órgão passou a ter jurisdição em nível nacional a partir de 1944.

A Primeira Semana de Estudos do Problema dos Menores (1947) organizada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo apontou que o problema dos menores tinha relação com a família. Isso fez com que na Segunda Semana de Estudos, houvesse uma defesa do amparo à família com o objetivo de não afastar o menor do seu meio natural – o familiar. Mas, isso na

prática, não acontecia, porque os juízes reivindicavam institutos para o asilamento dos ‘menores’ apesar de elegerem a ação preventiva como a mais importante. Rizzini (1995) apontou que a ideia de uma assistência de caráter preventivo começou a ser estruturada:

No início do século com a intensa participação dos médicos como Moncorvo Filho (Rio de Janeiro) e Ferreira Magalhães (Bahia) na construção de modelos de assistência à infância calcados na prevenção do desvio social, como a vadiagem, a ociosidade e a criminalidade. Pretendia-se igualmente combater a disseminação de moléstias consideradas hereditárias como o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose, passíveis, portanto, de prejudicar o desenvolvimento dos herdeiros. São problemas identificados basicamente com as famílias pobres, fazendo com que os projetos e programas estivessem dirigidos para essa população, procurando-se evitar que a criança fosse afastada da família. O instrumento mais valorizado pelos médicos eram os conselhos às mães pobres sobre como educar seus filhos. Os conceitos médicos de prevenção, cura, tratamento, terapêutica, higiene, profilaxia e outros passam a ser amplamente utilizados no meio assistencial por outras categorias profissionais, inclusive por autoridades do judiciário e do Governo (RIZZINI, 1995, p. 280).

Ações baseadas nesse procedimento como “obras preventivas”, “parques infantis” e “seções de semi-internatos nos educandários” foram tomadas em pequena proporção que equivaleram a casos isolados por representarem uma porcentagem muito pequena de iniciativas, muitas delas concentradas no interior de São Paulo. Outras ações corresponderam a palestras nas escolas, à biblioteca circulante, a concursos de trabalhos manuais, hortas, jardins, a portarias que avisavam os responsáveis sobre a obrigatoriedade da frequência à escola e à matrícula no curso de adultos, os menores de dezoito anos, operários analfabetos (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 280).

A partir da década de 1950, o SAM passou a ser identificado como: “‘Escola do Crime’, ‘Fábrica de Criminosos’, ‘Sucursal do Inferno’, ‘Fábrica de Monstros Morais’, ‘SAM – Sem Amor ao Menor’.” (RIZZINI, 1995, p. 278). Associado a isso, Rizzini e Vogel (1995) afirmaram que passados vinte e três anos, os equipamentos assistenciais estabelecidos na República tinham, praticamente, a mesma estrutura do período do Juiz Mello Mattos em 1920. Isso porque entre 1950 a 1953, foram internados 3.721 ‘menores’ pelo SAM enquanto o Juízo de Menores do Distrito Federal internou 4.085 ‘menores’ em 1927 e 1930. Assim nesse período, o juiz de menores do Distrito Federal – Alberto Morão Russel – defendeu novas edificações e modificações nas instituições destinadas para os ‘menores desvalidos,’ bem como, insistiu que deveriam ser instituições escolares e não meros depósitos. Observou-se que instituições escolares se referiam a internatos, apesar de toda crítica feita a esse modelo de

tratamento aos ‘menores’ (RIZZINI e VOGEL, 1995). Assim, empregava-se o caráter técnico do ensino atravessado pela questão religiosa e psicológica que consistia em testes psicológicos nos quais os ‘menores’ eram submetidos quando aguardavam o encaminhamento no setor de triagem.

Em 1956, Paulo Nogueira Filho publicou a obra “Sangue, Corrupção e Verdade” após sair do cargo de diretor com denúncias sobre as irregularidades que aconteciam no SAM. Apesar de não poder comprovar com documentos oficiais as denúncias realizadas, a publicação de Nogueira Filho (1956) obteve destaque na imprensa nacional. De acordo com Paulo Nogueira Filho, ex-diretor da instituição, em 1950, havia postos em diversos estados, mas nem todos funcionavam realmente porque muitos deles “eram ‘afilhados políticos,’ que por procuração recebiam seus ordenados do Tesouro, no Rio de Janeiro, sem ter nada a fazer, nem ao menos recebiam qualquer instrução ou ordem de trabalho”. Nogueira Filho denunciou, ainda, na expansão nacional de atuação do SAM, irregularidades como educandários regionais que não seguiam aos parâmetros estabelecidos, como também, a classificação dos ‘menores’ considerados desvalidos. Isso fez com que os recursos não chegassem aos que realmente, necessitavam como a internação de falsos ‘menores desvalidos’ e de determinados ‘menores’ nos educandários considerados os melhores. Tal ação propiciou ainda que, Escolas Normais, Ginásios e Seminários mantivessem convênios com o SAM. (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 278). Mais uma vez, evidenciavam-se os casos de desvio do fundo público para fins privados que corroboravam com a difusão liberal de retirada das questões sociais do poder do Estado

Apesar da denúncia do desvio de verba pública – seja no pagamento de funcionários indicados por políticos que recebiam sem trabalhar ou ‘menores desvalidos’ que não o eram na realidade ou instituições em condições irregulares de acordo com as exigências estabelecidas – compunham as denúncias de corrupção do SAM. Mas, essas denúncias veiculadas pela imprensa não foram o suficiente para que a instituição fosse investigada. Isso aconteceu apenas cinco anos após essas publicações e no momento em que foi criada a comissão de sindicância – em 21 de março de 1961, portaria 57-B, do Ministério de Justiça – sobre as irregularidades ocorridas no SAM.

Apontaram-se, também, os castigos corporais. Essa era uma prática recorrente nas demais instituições de tratamento dos ‘menores,’ mas ganhou vulto quando levavam os menores à morte. Apesar de que em 06 de dezembro de 1944, o diretor do SAM – Meton de Alencar – tenha divulgado uma liminar que proibia esses castigos nas instituições baseadas na

psicologia educacional e na pedagogia moral, isso não foi impeditivo para que a prática continuasse. As punições diziam respeito, também, à alimentação de qualidade ruim, à ociosidade, à lotação acima da capacidade permitida, à falta de higiene, à situação precária dos estabelecimentos, à violência sexual de funcionários como outros ‘menores’ contra as meninas, à venda de menores às organizações criminosas e aos prostíbulos (lenocínio), no caso das meninas. Rizzini e Vogel (1995) esclareceram que a situação das meninas era duplamente violenta, uma vez que estavam subjugadas a uma:

Dupla escravatura a que estavam submetidas, segundo Nogueira Filho: a prostituição e a exploração no trabalho doméstico. O número de meninas internas no SAM era bem menor do que o de meninos, fato justificado pelo ex-diretor pelo ‘abominável sistema de recrutamento do serviço doméstico nas nossas cidades’, alimentado pela colocação em casas de famílias de adolescentes feita pelos órgãos oficiais de proteção à infância, como o Juizado de Menores e o próprio SAM (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 282).

Essas ações foram registradas em documentos oficiais, como se percebe que no “conteúdo dos prontuários de 1946 demonstraram, claramente, que a baixa escolaridade e a retirada de meninas das instituições para trabalharem em serviços domésticos, mediante soldada, ainda eram comuns” (COUTO et al., 1998, p. 64). A menina, ainda, sofria a recusa de atendimento das instituições subvencionadas pelo poder público pelo fato de ser considerada “desvirginada”, “rebelde” e ficava no Abrigo Dom Hélder Câmara até conseguir trabalhar como empregada doméstica. Essa violência sexual atingia os meninos, também, com os “pederastas passivos” e a prostituição masculina. Os maus tratos aos que os ‘menores’ estavam submetidos demonstraram uma face do sistema perverso embutido na institucionalização do SAM (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 283). Couto e Melo (1998, p. 32) corroboraram com as afirmações anteriores e atribuíram tal situação ao inchaço de internos já que as instituições não comportavam o quantitativo de ‘menores’ muito menos de maneira qualitativa como fora prometido pelo governo que resultavam em “fugas e revoltas dos internos”, “problemas com relação à qualidade do atendimento, castigos corporais, denúncias de uso de menores em prostituição e desvio de verbas.” Ao mesmo tempo, evidenciava-se a difusão de qualificantes morais que categorizavam os internatos públicos e os particulares em instituições com má e boa reputação. Essa última com vagas disputadas pelas “damas da sociedade”, como destacaram Rizzini e Vogel (1995):

Não é preciso dizer que aos “desvalidos” não havia opção de escolha. Filhos de empregadas domésticas de “prestigiosos políticos” e filhos “remediados”

das “classes abastadas” conseguiam, através de “pistolão”, vagas nos melhores estabelecimentos, como o Instituto Profissional Quinze de Novembro, a Escola Wenceslau Braz e a Escola Agrícola Arthur Bernardes em Minas Gerais. A internação era feita diretamente nas escolas, sem passar pelo suplício dos abrigos de triagem. Enquanto isso, centenas de menores permaneciam nesses abrigos, sem perspectiva de transferência. Quando transferidos, iam “comer o pão que o diabo amassou” nos “pseudo institutos”. Aos mais deserdados, aqueles “arrebanhados seminus, vadiando nas ruas” estavam reservados os piores estabelecimentos, os outrora afirmados Patronatos Agrícolas, definidos pelo ex-diretor como “novas espécies de senzalas de trabalho escravo” (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 283).

Além dos institutos citados, encontrava-se relato semelhante para outros, como se identificou no relato a seguir, “Sim, acabamos, exceto a mais nova que tinha um mês, todos no SAM, minha mãe tentou dar-nos um ‘destino melhor’. Havia um colégio, Instituto Padilha que era internato e semi-internato, em Ipanema. Com ajuda das minhas tias, eu e meu irmão ficamos nesse colégio” (COUTO et al., 1998, p. 65). Nesse relato não foi apresentada a necessidade de passagem pela triagem do SAM, mas a intervenção de suas tias para que frequentasse o Instituto que era considerado melhor pela família. Tanto o Educandário Nossa Senhora do Carmo quanto a Escola Feminina de Artes e Ofícios eram ambientes de extremos maus tratos com disciplina militar que resultava em fugas, rebeliões internas contidas pela polícia e com nenhuma proteção ao ‘menor desvalido.’ Os internos dessas instituições apelavam pelo estabelecimento de um prazo temporal para sua permanência nesses asilos como uma pena a ser cumprida, o que não ocorria. As queixas contra os inspetores de alunos eram inúmeras. Nogueira afirmou que muitos deles pertenciam a uma guarda que foi transferida para a função de inspetoria, como também, a demissão em massa de trabalhadores da Defesa Civil que foram aproveitados. Isso de acordo com o primeiro diretor do SAM – Meton de Alencar – de 1941 a 1947 (RIZZINI E VOGEL, 1995). Dessa forma, Rizzini e Vogel (1995) afirmaram que:

(...) a corrupção no SAM atingia todos os níveis de sua estrutura – do gabinete do Ministério da Justiça aos estabelecimentos de atendimento. O ex-diretor dividiu os autores da corrupção em dois grupos – a “infra-gang” e a “super-gang”, bem articulados na sua ação, sendo o segundo grupo mais poderoso e eficiente, originário das dependências administrativas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 285).

A “infra-gang” dizia respeito aos funcionários do SAM da sede ou dos internatos. Com a instalação da referida sindicância no SAM, deparou-se com o fato de que todas as

impunidades cometidas na instituição nunca foram repreendidas. O SAM não possuía autonomia para administrar as questões referentes à infraestrutura, como de compra de material, de contratação de pessoal, de execução de obras, de estabelecimento de contratos, de pagamentos, de prestação de contas, entre outros. Isso era resolvido pelo Departamento de Administração. Esses elementos demonstraram que:

O SAM se transformou numa verdadeira fonte de recursos para fins pessoais – seja na forma legal ou de forma ilícita. Segundo Nogueira Filho, o órgão recebia de governadores e bispos pedidos de quantias vultuosas destinadas às “minhas obras”, requerimentos baseados no ponto 12 do Plano de Emergência, que permitia o auxílio às instituições particulares que colaborassem com o Governo. E ainda acusa o fundador do SAM, seu primeiro diretor, de ensinar o caminho aos leigos (RIZZINI, VOGEL, 1995, p. 287).

As críticas feitas ao SAM começaram a aparecer tanto nos setores governamentais como de alguns juízes, do Supremo Tribunal Federal, da imprensa e do parlamento. Entre os jornalistas, destaca-se Odylo Costa que teve seu filho de quinze anos assassinado por um egresso do SAM em 09 de março de 1963. Esse fato teve grande ressonância em nível nacional. Mas, antes desse acontecimento, integrantes da Ação Social Arquidiocesana (ASA)⁵² no Rio de Janeiro e da UDN já vinham se posicionando para fazer oposição a Getúlio Vargas como Maria Celeste Flores da Cunha. Esse movimento contra o SAM ganhou força quando o Ministro da Justiça do Governo de Juscelino procurou Dom Hélder Câmara para resolver o problema do SAM e a Ação Social Arquidiocesana (ASA) elaborou um projeto de criação do Conselho Nacional de Menores (1958) que foi apresentado por Pedro Aleixo (UDN) em 1960. Assim, em março de 1961, Jânio Quadros ordenou que o Ministro da Justiça instituisse uma comissão para investigar o SAM com a possibilidade de criação de um novo órgão. Paulo Nogueira Filho era presidente dessa comissão, detinha informações e contatos com a ASA, como também, já havia elogiado o anteprojeto e o assessor da UDN – Prado Kelly, ou seja, o presidente da comissão tinha proximidade com as ideias das duas instituições – ASA e UDN.

Tanto Nogueira Filho como os dois antecessores dele, apresentaram projeto ao Ministro da Justiça para que o SAM fosse extinto enquanto Nogueira Filho defendeu que o órgão fosse substituído pelo Instituto Nacional de Assistência a Menores (INAM). A proposta vinculada ao INAM não se diferenciava na essência da atuação do SAM. Mas, apresentava

⁵² ASA era uma “entidade vinculada à Igreja Católica que desenvolve programas e projetos voltados para a Assistência Social” (MOURA, 2017, p. 13).

algumas distinções no que dizia respeito ao modelo próprio de aquisição de bens, determinadas ações no âmbito da autonomia financeira e ao fato de que prestaria contas diretamente ao Tribunal de Contas da União. Rizzini e Vogel (1995) relataram que essas questões resultaram em:

Meses após a apresentação do Anteprojeto de Lei que “transforma o Serviço de Assistência a Menores (SAM) em Instituto Nacional de Assistência a Menores (INAM)” ao Congresso, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades ocorridas no SAM, tendo Nogueira Filho prestado dois depoimentos. A CPI, ao que parece, não apresentou resultados, ao menos, não ameaçou a existência do SAM. Somente seis anos depois, após a realização de uma sindicância para novamente apurar irregularidades no SAM (Portaria do Ministro da Justiça de 21/03/1961), a proposta de extinguir o Serviço foi retomada, tendo sido nomeada uma comissão para elaborar o anteprojeto de criação da FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, aprovado em primeiro de dezembro de 1964 e transformado na lei nº 4.513 (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 288).

Assim, em fevereiro de 1963, João Goulart criou uma comissão para reformular o órgão. Mas, em abril do mesmo ano – Odylo Costa e a ASA pressionaram o presidente e uma comissão indicada, essencialmente, pela ASA encaminhou o projeto e no artigo 1º extinguiu o SAM. Faleiros (1995) evidenciou que após o golpe de 1964:

O Ministro da Justiça, Milton Campos, é acionado por Prado Kelly e pelo presidente Castello Branco que fora, por sua vez, acionado por Raquel de Queiroz, a pedido da ASA, para dar encaminhamento ao projeto de extinção do SAM e da criação de um novo órgão. Campos o envia ao congresso em 27 de outubro de 1964. O novo órgão, denominado Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), sem subordinação ao Presidente da República e ao Ministério da Justiça, é aprovado pelo Congresso em 20 de novembro (FALEIROS, 1995, p. 75).

Foi no contexto repressivo do regime militar – em substituição ao SAM – foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Em oposição ao que representava o órgão anterior, a FUNABEM surgiu da tentativa de se apartar da atuação do SAM e ao mesmo tempo se configurou como uma instituição autônoma que administrava sua verba, esse é o emprego do termo ‘autonomia’ em relação à instituição. De acordo com a lei que instituiu a FUNABEM, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor se configurava numa atribuição da FUNABEM que deveria formular e implementar, a partir de estudo e planejamento de soluções, além de orientar, coordenar e fiscalizar instituições que exercessem tal política. O artigo 7 de sua Lei de criação – nº 4.513 – de 1º de dezembro de 1964 que descrevia as atribuições da instituição:

I-Realizar estudos, inquéritos e pesquisas para desempenho da missão que lhe cabe, promovendo cursos, seminários e congressos e procedendo ao levantamento nacional do problema do menor;
II-Promover a articulação das atividades de entidades públicas e privadas;
III-Propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar necessários a seus objetivos;
IV-Opinar, quando solicitado pelo Presidente da República, pelos Ministros de Estado ou pelo Poder Legislativo, nos processos pertinentes à concessão de auxílios ou de subvenções, pelo Governo Federal, a entidades públicas ou particulares que se dediquem ao problema do menor;
V-Fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos com ela [FUNABEM] celebrados;
VI-Fiscalizar o cumprimento da política no sentido de assistência ao menor, fixada por seu Conselho Nacional;
VII-Mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do menor;
VIII-Propiciar assistência técnica aos Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas que a solicitarem (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 300-301).

Para cumprir tais exigências, a FUNABEM estava submetida às ordens imediatas do Presidente da República que designava o presidente da instituição. Esse presidente mais cinco representantes do Executivo escolhidos pelo Ministro da Justiça, da Educação e Cultura, do Trabalho, da Agricultura e da Saúde compunham o Conselho Nacional da FUNABEM que era um órgão importante da sua estrutura que tinha como representantes, de acordo com Rizzini e Vogel (1995), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FNAPAEs), o Conselho Federal de Assistentes Sociais (COFAS), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a União das Associações familiares (UNAF), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a Federação das Bandeirantes do Brasil (FBB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Confederação dos Religiosos do Brasil (CRB), a Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e a Confederação Israelita do Brasil (CIB), mais três pessoas do notório saber, no campo da proteção à família e ao ‘menor,’ escolhidas em lista de nove e apresentadas ao Presidente da República para designação.

Cabe esclarecer que algumas representações de instituições não estiveram desde o princípio, mas foram incorporadas ao longo dos anos, como a FBB (1966), a FNAPAEs (1967) e a EMBRATER (1975). Esse conselho era responsável por determinar a política Nacional do Bem-Estar do Menor de acordo com o artigo 10 e assim, centralizar a política de assistência à criança em situação de abandono familiar.

Essa instituição recebeu duzentos bilhões de cruzeiros em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) com juros de 6% ao ano de forma autônoma por dez anos. Dessa maneira, esse órgão misturou a tecnocracia⁵³ e o autoritarismo em nome da propaganda de “segurança nacional” quando o “Estado realiza [va] uma intensa relação entre o capital multinacional, as empresas estatais e o capital privado nacional para ampliar e estimular investimentos. O capital multinacional se consolida [va] na indústria de transformação” (FALEIROS, 1995, p. 76).

A partir de 1966, os documentos produzidos pela FUNABEM com diretrizes, conceituações e normas de trabalho evidenciavam como necessidade do ‘menor’ – saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança nacional – apontavam a família como maior responsável da desagregação e do abandono do filho ou da filha. Notou-se que não se relacionava aos fatores sócios-econômicos como a não distribuição de renda, a dificuldade de mobilidade social, o não bem-estar social, o não acesso ao emprego, a não oferta de educação pública a contento e a ausência de hospitais como explicações para o problema do ‘menor.’ A responsabilização pelo abandono era direcionada para a família que não continha elementos morais para manter seus filhos protegidos, de acordo com os documentos da época. Na verdade, para a instituição que se implantava a partir da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM),⁵⁴ a culpa pelo problema do ‘menor’ “não era da sociedade nem do modelo nem do regime: era individual” (EARP, 1998, p. 79).

A utilização de conceitos médicos para explicar fenômenos sociais, o desvio de verbas públicas através das instituições que distribuíam subvenções públicas, o tratamento punitivo dispensado aos internos nas instituições, o viés jurídico-policia de encaminhamento e permanência desses nas instituições, a caridade religiosa que se transformou para se adequar às exigências de cada período, a cientificidade como legitimadora de práticas, a permanência da internação como solução, o isolamento desses ‘menores’ em lugares afastados dos centros urbanos, a técnica profissional como prática educativa para o trabalho com viés regenerativo, entre outros. Esses foram aspectos que permaneceram, ora com algumas rupturas, ora com algumas adaptações que fazem dessas instituições de internação – instituições educativas –

⁵³ “Tem como pressuposto uma racionalidade vertical, centralizadora, construída com um discurso uniforme em nome da cientificidade” (FALEIROS, 1995, p. 77).

⁵⁴ “A Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) foi criada no primeiro ano da ditadura civil-militar – 1964. O então Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgou a lei que estabeleceu as diretrizes das ações de assistência às meninas e aos meninos considerados ‘menores’, fazendo parte dessa política a implantação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e de suas respectivas unidades estaduais – a conhecida Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM)” (EARP, 1998, p. 74).

associadas ao caráter burguês de formação para uma determinada infância, de uma classe que não é a mais abastada.

Há continuidade da política de órgãos públicos com instituições privadas asseguradas em lei. A Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, articulou a FUNABEM com entidades privadas quanto a subvenções a entidades públicas e privadas que se dediquem ao problema do ‘menor.’ Essa lei garantia à FUNABEM a competência de “promover a articulação entre entidades públicas e privadas”, de opinar “quanto a subvenções às entidades públicas ou particulares que se dediquem ao problema do menor”, de “fiscalizar o cumprimento de convênios”, de “propiciar assistência técnica a Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas que solicitarem” (FALEIROS, 1995, p. 77). Faleiros (1995) ainda chamou a atenção para:

Os discursos do Presidente da FUNABEM, o médico Mário Altenfelder, vão se moldando à ideologia da Segurança Nacional. No seu discurso de posse, em 18 de maio de 1965, critica o internamento, “chama o reformatório de deformatório”. Salienta, contudo, o prazer, de que sua primeira atuação pública, como Presidente da FUNABEM, tenha sido na incorporação de meninos do SAM ao 1º Batalhão de Carros de Combate, pois “os oficiais das forças armadas fazem deles homens úteis” (FUNABEM, 1984, p. 42, *apud* FALEIROS, 1995, p. 77).

Apesar do discurso inicial ter sido pronunciado contra a internação, a situação se perpetuou por todo o período da ditadura militar. Percebeu-se que fazer dos ‘menores’ “homens úteis”, ou seja, associar o trabalho como condição de ‘regeneração’ para essa determinada infância era outra permanência nesse formato assistencial da FUNABEM. Anos mais tarde, em outro pronunciamento, o discurso conservador tinha continuidade:

Em 1973 o mesmo Altenfelder fala da política do menor como “investimento útil, o mais saudável e promissor” e defende “a intervenção racional da sociedade em seu próprio processo de desenvolvimento através de planos abrangentes, seja através da organização comunitária”, propondo a prevenção e a ação tecnocrática contra o processo de marginalização do menor. Essa marginalização seria causada, segundo ele, pela migração, pela urbanização e pelo esfacelamento da família e acrescenta que “dentro desse sistema, programas específicos serão montados para favelas e mocambos, para conjuntos habitacionais”. Reforça o poder do juiz, pois, afirma quando este “der uma sentença de que o menor seja protegido, assistido ou vigiado terá a certeza de uma UNIDADE DO SISTEMA (ênfase do texto original) presente no bairro que se encarregará de controlar os elementos de proteção, vigilância e educação do jovem em vias de marginalização e de assistir sua família através de práticas educativas especiais (FUNABEM, 1976, p. 143, *apud* FALEIROS, 1995, p. 77).

Apontou-se que iria se consolidar um imbricamento entre práticas que se fundamentariam no terror e na tortura. Em 1973, de acordo com EARP (1998), a FUNABEM foi responsável pela construção e pela estruturação de uma rede de assistência baseada em ideias, conceitos e linguagem que trataram a marginalidade de forma linear, funcionalista e individual. Earp (1998) acrescentou que:

O problema de ser “menor” era da criança, uma disfunção individual. Além disso, a linguagem e os conceitos produzidos pela FUNABEM foram nitidamente marcados por um caráter messiânico. Migliari (1993) constatou em pesquisa documental que, desde sua criação, “os objetivos da instituição foram colocados como ‘missão’, ‘ressurreição’, ‘redenção’, ‘salvação’, ‘apostolado’, ‘cruzada dura’, ‘caminho espinhoso’ (p. 261)”. Para Bazilio (1985): “essa concepção messiânica é assegurada por uma ‘elite pedagógica’ que através de sua dedicação e sacrifício resgataria a infância e a juventude dos atropelos de sua degradação familiar ou do processo de marginalização (p. 55)” (EARP, 1998, p. 82).

Dessa forma, as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs)⁵⁵ totalizaram dez, com duas em fase de organização (FALEIROS, 1995). Essa estrutura que se configurou na relação entre o estatal e o privado, com assinaturas de convênios impostos pelos técnicos e com a implantação de um centro-piloto no Rio de Janeiro que seria modelo a ser seguido em todo país. Faleiros (1995) salientou que esse movimento implicou na instalação de centros de Recepção e Triagem que funcionavam como locais de diagnóstico que categorizavam os meninos e as meninas atendidas em carenciados e de conduta antissocial. O ‘menor carenciado’ era considerado aquele que se encontrava em situação de abandono ou como vítima de exploração e o ‘menor de conduta antissocial’, aquele que desobedecia às leis éticas e jurídicas da sociedade.

Faleiros (1995), ainda, apontou que nas chamadas unidades educacionais comuns eram atendidos cerca de dois mil e duzentos ‘menores’ no Rio de Janeiro, e nas chamadas unidades de reeducação aconteciam programas de adoção e de recolocação familiar. As unidades de reeducação eram implantadas sob o formato de unidades-lar funcionando como abrigo de crianças em situação de violência ou abandono familiar.

⁵⁵ “A FEBEM era uma instância estadual da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, que foi criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, quando o então, Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco promulgava a lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor –PNBEM, fazendo parte dessa política o sistema FUNABEM/FEBEM. A partir da criação dessa instituição, a expressão ‘menor,’ que já fazia parte do cotidiano do sistema jurídico, passava a ocupar com mais intensidade a esfera das políticas públicas administrativas, em escala nacional e nos estados” (MIRANDA, 2020, p. 48).

Em 1975, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Menor Abandonado constatou que a maioria dos municípios evidenciou que a pobreza excessiva foi a razão do abandono e os municípios alegaram não receber verbas dos órgãos federais para os atendimentos dos ‘menores,’ entre outros aspectos. Quanto a isso, Faleiros (1995) destacou que, os dados poderiam ter sido alterados para que os prefeitos conseguissem mais verbas para seus municípios. Apesar dessa possibilidade, o relatório da CPI em 1976 comprovou que o regime militar autoritário não era solução para a questão do ‘menor’ e que o sistema vigente no período, falhou como os anteriores. Assim, o resultado da CPI foi anunciado em abril de 1976, tornou nacional a questão do ‘menor’ ao evidenciar o aumento da criminalidade e uma quantidade maior de órgãos de atendimento aos ‘menores’ na Região Sudeste, como também, apontou a necessidade de atualização do Código de Menores.

Segundo Faleiros (1995), a ideia de prevenção à marginalização foi sinalizada nos convênios com diferentes instituições, como também, as edificações realizadas pela FUNABEM eram verdadeiros presídios com destaque para a segurança. De acordo com o relator do texto do novo Código de Menores promulgado em 1979 foi uma comemoração pelo ano internacional da criança que adotou a “doutrina da situação irregular” que significou que “os menores são sujeitos de direito quando se encontrarem em estado de patologia social, definida legalmente” conforme afirmou o juiz Allyrio Cavallieri (FALEIROS, 1995, p. 81). Faleiros (1995). ainda, apontou que o Código de Menores do ano de 1979, definia como situação irregular:

A privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Assim as condições sociais ficam reduzidas à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância. Na prática consagra o que vinha fazendo a FUNABEM e já assinalado anteriormente. O Novo Código, no entanto, facilita a adoção, e embora não obrigatório no processo, é previsto o contraditório (FALEIROS, 1995, p. 81).

A partir do documento da Diretoria de Estudos e Normas Técnicas de 1979 da FUNABEM, Faleiros (1995) concluiu que a política da ditadura para a infância pobre foi um fracasso já que o sistema de internação e o esquema de segurança classificaram as instituições como fechadas. O sistema de atendimento preconizou as relações menor-Instituição, ao invés

de menor-sociedade que, causou uma confusão de competências e teve um caráter assistencialista sem processo de reeducação.

Com uma realidade com mudanças sociais aceleradas que intensificaram o processo de urbanização com contribuição direta do êxodo rural a partir de um propagado ‘desenvolvimento’ associado a ‘segurança nacional’ propiciou o aparecimento de ‘regiões metropolitanas’ que tinham como consequência o aumento da pobreza, o mercado de trabalho que absorvia esse contingente de trabalhadores e a mão-de-obra desqualificada. Tudo isso corroborou para um aprofundamento da marginalização que segundo a FUNABEM (1976), foi resultado “da situação de pobreza; quebra de valores e comportamento cultural; alto índice de natalidade; atividade marginalizada; alto índice de alcoolismo; alto índice de violência e criminalidade; alimentação deficiente; promiscuidade habitacional; e mendicância”. Notou-se que, mesmo ao associar a situação de abandono da criança à pobreza, ainda assim, o Relatório (1976) não relacionou a questão com o desenvolvimento do modo de produção capitalista em situação desigual. O Relatório (1976) associou o problema do abandono com a questão moral e com comportamentos culturais, como se fosse uma questão de escolha individual e não uma determinação estrutural (Relatório da FUNABEM, 1976, *apud* RIZZINI e VOGEL, 1995, P. 303).

Cabe ressaltar que, de acordo com o censo de 1970, dos 49.378.200 habitantes brasileiros com idade entre 0 e 19 anos, um terço dessa população se inseria no processo de marginalização (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 303). A preocupação com o ‘capital humano’ era a preocupação principal do sistema de desenvolvimento adotado. Nesse sentido, ao apontar a família considerada desagregada como responsável pelo processo de marginalização, reforçava-se a internação como fator de reversão da situação estabelecida que ia ao encontro da permanência do quadro assistencial já instaurado. De acordo com Rizzini e Vogel (1995), a internação significava uma prática com inúmeros aspectos negativos, sobretudo porque:

Em primeiro lugar, debilitava a família, estatizando o que lhe pertencia, e contribuindo, dessa maneira, para afastá-la do ideal da “família bem constituída”. Em segundo lugar, onerava a Nação, dando origem ao “menor filho do Estado” (ALTENFENDER, 1965, p. 42). Finalmente, era um remédio inadequado para um processo de massa, pois como seria possível encarregar-se o Estado da internação maciça e indiscriminada, de 1/3 de população infanto-juvenil do país? (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 305).

Identificou-se que a estratégia adotada pela FUNABEM interrompia a prática repressiva praticada pelo SAM, acatava práticas de prevenção e correção do que se considerava desajustamento. Evidenciou-se que esse redirecionamento da prática assistencialista estava presente, também, na Declaração dos Direitos da Criança – aprovada na Assembleia das Nações Unidas (1959) – que considerava como “bem-estar do menor” um atendimento a sua “saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social” de acordo com o documento da FUNABEM (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 305). A FUNABEM, ao separar as crianças e os adolescentes em carentes e antissociais, iniciava o processo de caracterização, estudo de caso e tratamento. Esse último consistia em “manutenção ou reintegração à família” ou à família substituta e por último, ao internamento.

A FUNABEM passou a ser um órgão central e normativo que funcionava como repasse de recursos aos governos estaduais que organizassem Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs). Essas instituições estaduais deveriam cumprir as determinações da Fundação Nacional e para isso, foi distribuído um documento doutrinário com vocabulário técnico, como também, “metodologia de atendimento”. De acordo com Rizzini e Vogel (1995):

O principal instrumento de divulgação do ideário da FUNABEM, entretanto, foi, sem dúvida, a **Revista Brasil Jovem**, que acolhia, além dos textos representativos do pensamento norteador da PNBEM, matérias sobre a “questão do menor” (dados estatísticos, eventos, datas comemorativas, assuntos correlatos), e ainda informativos sobre a atuação da FUNABEM e das FEBEMs (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 307, grifos dos autores).

A Revista Brasil Jovem tinha textos de leitores, como de governadores, secretários, parlamentares, juristas, juízes, entre outros que, legitimavam a prática da instituição, a partir de um discurso salvacionista da juventude e das famílias brasileiras em situação de pobreza. A Revista Brasil Jovem possuía uma vasta divulgação sendo distribuída em território nacional e internacional (EARP, 1998).

Cabe ainda, destacar o trabalho desenvolvido no Centro-Piloto de Quintino que consistia na Escola XV de Novembro, no hospital, no Centro de Recuperação e na Triagem. Além desse Centro, a FUNABEM geria na Ilha do Governador no Rio de Janeiro (Padre Severino, João Alves, entre outras) e em Minas Gerais (Viçosa, Caxambu e Carmo de Minas). No Centro-Piloto de Quintino se realizava a criação, a implementação e a avaliação dos modelos de atendimentos diretos, voltados para o “menor atingido pelo processo de

marginalização”. Rizzini e Vogel (1995), ainda, salientaram que o Centro-piloto de Quintino se tratava de um:

Campo experimental” do sistema, que deveria funcionar como “laboratório de métodos e técnicas” e como centro de formação e desenvolvimento de recursos humanos especializados, proporcionando experiências de pesquisa, estudos e capacitação, com base numa ação, seja terapêutica (em relação ao menor), seja preventiva (em relação à família e ao meio de onde provinha o menor) (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 308).

Esse protótipo criado pela FUNABEM se assentava em bases científicas para assegurar a tão aclamada ‘segurança nacional’. De 09 a 12 de outubro de 1973, em Porto Alegre, aconteceu o III Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações Estaduais e Diretores de Serviços de Menores. Destacou-se o discurso de encerramento do evento feito pelo, então, Ministro da Justiça – Alfredo Buzaid – sob o título “Desenvolvimento Desordenado: Origem de Problemas”. Dois aspectos do discurso foram evidenciados a seguir: um, em que abordava o desenvolvimento e a segurança nacional; e o outro, a questão da prevenção. No primeiro aspecto, trazia o avanço da industrialização e o Êxodo Rural (DEBASTIANI, 2018) como propulsor da questão social da marginalização do ‘menor.’ Noutro aspecto, abordava a questão da prevenção que consistia na separação da marginalização do ‘menor,’ no combate ao abandono, como transformação para que pudesse ‘ser útil à sociedade’. Ainda, nesse ponto, trazia a questão da necessidade de resgatar a moral da família como lugar de prevenção (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 310). Assim afirmava o Ministro da Justiça, de acordo com Rizzini e Vogel (1995):

Dessa perspectiva, são dois os “inimigos invisíveis” da Pátria. O primeiro são as drogas – meios utilizados para o “desfibramento da família cristã” – e os traficantes. O segundo são os propósitos “contrários à moral e aos bons costumes”, compreendendo-se aí os livros obscenos e as leituras que afetam os valores da tradição cristã. Tudo isso a serviço de “agentes internacionais”, empenhados no cumprimento de um suposto preceito leninista – “desmoralizai a juventude e a revolução comunista estará ganha” (RIZZINI e VOGEL, 1995, P. 311).

O Presidente da República – Emílio Garrastazu Médici – havia investido na causa do ‘menor’, com milhões de cruzeiros. Tudo isso, motivado a partir do lema instaurado no país – “Brasil, ame-o ou deixe-o”, associado à repressão intensa aos movimentos urbanos e rurais. Nesse clima, a própria FUNABEM comemorava sua proveitosa década de existência – “eram, ao todo, cem convênios, no valor de mais de quarenta milhões de cruzeiros para cobertura total ou parcial de seiscentos e cinco projetos, em vinte e cinco unidades da Federação

(incluindo o Distrito Federal)”. A maioria desses financiamentos celebrava acordos tanto no setor privado, quanto no público para o atendimento voltado para “construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos” e na capacitação de pessoal (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 312). Rizzini e Vogel (1995) ainda destacaram que:

A maior parte desses convênios e/ou auxílios tinha-se realizado diretamente, com a esfera pública estatal, sobretudo com as FEBEMs e com algumas Secretarias (de Serviço Social, Assistência Social, Interior e Justiça, Trabalho e Habitação etc.). Em segundo lugar apareciam os convênios celebrados com entidades religiosas – (arqui) dioceses, prelazias, congregações e obras de beneficência explicitamente vinculadas à Igreja Católica ou, em menor escala, a outros grupos confessionais. Em privada laica, como a Sociedade Pestalozzi do Brasil, as AAPes (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais), a Federação das Bandeirantes do Brasil, bem como instituições particulares sem identificação nominal (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 312).

Em 1973, foi criado o Centro de Preparação e Desenvolvimento de Pessoal (CEDEP) “Milton Campos” para que formulasse e difundisse os métodos da FUNABEM. Essa iniciativa chegou a ser chamada de “Universidade da FUNABEM”. De acordo com Rizzini e Vogel (1995), a finalidade do CEDEP se concentrava em:

Desenvolver e transmitir um trabalho de reflexão e experimentação para enfrentar a problemática social do menor e, neste sentido, tinha no chamado “Complexo de Quintino” o seu laboratório, escola e vitrine. Lá eram concebidas e testadas as metodologias de atendimento a serem implementadas no futuro. Lá podiam ser vistos os resultados, juntamente com as práticas. Lá, enfim, podia-se receber, com a certeza de impressioná-los, a todos aqueles de cujo apoio dependia o êxito final do empreendimento da Fundação (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 313).

Earp (1998) identificou que os conceitos do CEDEP eram oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG). O trabalho preventivo se justificava pelo fato de que a marginalização dos ‘menores’ significava prejuízo ao Brasil, uma vez que alijava parcelas da população do processo de desenvolvimento, elevava os gastos com programas de reeducação, impedia a emergência de novas forças sociais com possibilidade de transformação social, agravava o problema penitenciário e a administração realizada pelo sistema judiciário e desagregava a família (RIZZINI E VOGEL, 1995).

Em 1976, a partir da CPI do ‘Menor’ foi constatado que a FUNABEM não tinha condições de solucionar o problema do ‘menor’, assim como, as Fundações Estaduais. O estudo apontava para a criação de um Sistema de Proteção do ‘Menor’ com a criação de um

Ministério Extraordinário “coordenador de todos os demais organismos envolvidos, financeiramente apoiado por um Fundo Nacional de proteção do Menor e, tendo como vanguarda e instrumento, o Projeto Dom Bosco”. Tal empreendimento seria uma integração do governo-empresa-comunidade com ações voluntárias. Mas, esse indicativo não se concretizou e na realidade, a FUNABEM com a reforma de 1974 ficou subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) junto a LBA até a sua extinção (RIZZINI E VOGEL, 1995, p. 315).

O Plano de Integração Menor-Comunidade (PLIMEC) para que houvesse uma interiorização da política da FUNABEM foi criado em 1975 e consistiu em impor aos cento e sessenta e seis municípios em que existiam as FEBEMs, um trabalho junto às comunidades mais carentes para que o Estado fosse legitimado através da Política Nacional de Bem-Estar do Menor que dizia respeito à inviabilidade do atendimento na tríade correcional-repressiva-assistencial. Esse fracasso se concretizou entre os anos de 1980 a 1982, iniciou-se uma busca por uma prática inovadora conduzida pela “vanguarda técnica da FUNABEM, do Ministério da Previdência e Assistência Social e do UNICEF, ao encontro das concepções e práticas alternativas gestadas, desenvolvidas e implementadas por segmentos nos quais se encarnava a **comunidade**” (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 316, grifo dos autores).

Entre 1982 e 1984, começo da ‘abertura democrática’, percebeu-se um movimento do trabalho de atendimento desses meninos e dessas meninas em situação de rua a partir da prática do atendimento que resultou em vários encontros considerados seminários que consistiam na combinação entre seminário e estágios, concomitante à produção de vídeos e cartilhas, como também, da formação de lideranças em nível nacional com concepções compartilhadas. Em novembro de 1984, aconteceu o Primeiro Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua em Brasília a partir do Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua que desencadeou o movimento da Coordenação Nacional do Movimento de Meninas e Meninos de Rua que fez oposição da ideia de situação irregular do Código de 1979. Isso desembocou em inúmeras atividades com encontros e congressos em nível nacional que consolidaram uma articulação do setor público federal com “preceitos fundamentais da Convenção Internacional dos Direitos da Criança” que aconteceria em 1989 (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 317).

Em 1986, ainda, a FUNABEM fomentou o Projeto Diagnóstico Integrado Para Uma Nova Política do Bem-Estar do ‘Menor’ para rever os caminhos já desenvolvidos e delimitar rumos que deveriam ser seguidos. Esse projeto identificou que até 1975, houve

predominância de um modelo corretivo em que as crianças e jovens em situação de rua eram recrutados pela criminalidade urbana e sinalizou que “combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais era um empreendimento socialmente útil, na medida em que evitasse que o **menor carente** viesse a se tornar **abandonado** e, este, por sua vez, **infrator**” (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 319, grifos dos autores). De acordo com Rizzini e Vogel (1995) esse paradigma havia se revelado autoritário, perverso e irrelevante, sobretudo:

Autoritário, porque privilegiava a família bem integrada (“bem constituída”) como critério de sociabilidade e socialização ditas “normais”. **Perverso**, porque entendia as obrigações éticas (de redistribuição) como necessidades estratégicas. **Irrelevante**, por fim, porque se revelava incapaz de sanar a “patologia” identificada, sem recorrer à institucionalização do menor, leia-se, ao internamento. Este, por fim, fechava o círculo vicioso, produzindo, novamente, “carreiras criminosas” (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 319, grifos dos autores).

Essa conclusão do Diagnóstico que foi elaborado, ainda, salientou a ineficácia da PNBEM por conta de seu perfil centralizador que ocasionou na falta de autonomia das ações, dos rumos, da destinação de recursos com a marginalização dos técnicos e por considerar as inovações como práticas subversivas das FEBEMs. Outro problema identificado foi a “falta de articulação, de integração das instâncias, dos organismos e dos programas, voltados para o atendimento a crianças e adolescentes”. O terceiro grande problema foi “a descontinuidade na implementação de políticas e de programas” (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 320). Assim, tanto as FEBEMs quanto a FUNABEM realizaram em nível estadual como federal as ações que privilegiavam o internamento.

Com a abertura democrática e as inúmeras denúncias de violência institucional praticadas pela FUNABEM, o diagnóstico apontava para a necessidade de uma descentralização associada a uma ação conjunta de diversos setores do poder público. Enfim, com esse diagnóstico havia a proposta de uma reorientação da política pública da FUNABEM e da PNBEM.

O documento produzido pela FUNABEM, “Compromisso Político e Diretrizes Técnicas (1987-1989) apontou de forma crítica, várias questões da trajetória e da cultura institucional da instituição. Destacaram-se os aspectos que foram associados à administração pública brasileira no geral, como, “centralização excessiva; ênfase no controle da sociedade pelo Estado; burocratismo dispendioso; clientelismo político; baixa remuneração dos servidores; baixo investimento em recursos humanos”. Reforçava, ainda, a implantação do

paradigma correcional repressivo através do “esquema da **apreensão, triagem, rotulação, deportação e confinamento**” (RIZZINI e VOGEL, 1995, p. 322, grifos dos autores).

Diante de tudo isso, a FUNABEM foi obrigada a reformular sua atuação, desativar as grandes escolas-internatos que foram substituídas pelos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM) que eram pequenas unidades na capital, no interior do Estado do Rio de Janeiro para descentralização e reformulação do atendimento ou transformação em centro-modelo para iniciação profissional. Outras unidades foram transformadas em Centro de Estudos, Diagnósticos e Distribuição de Casos como entidades conveniadas para FEEM/RJ. Assim, em 1989, a FUNABEM foi extinta e substituída pelo Centro Brasileiro para a Infância e da Adolescência (CBIA).

Apontou-se que o tratamento da criança em situação de abandono, em diferentes conjunturas, apresentava divergências entre que era veiculado e o que de fato era realizado na sua materialidade. Sobretudo, porque a preocupação perpassava as necessidades impostas pelo sistema vigente que evidenciou a formação do ‘novo homem’ a partir de um caráter de prevenção. Tantas foram as instituições governamentais, de caráter democrático, instituídas para ‘resolver’ a questão da criança em situação de rua e se observou que nenhuma delas cumpriu a função para a qual, aparentemente, foi criada. Tais instituições imprimiram a repressão violenta associada a culpa individual ou familiar. Isso porque não se evidenciou o problema maior e gerador de toda essa pobreza – o sistema capitalista com a potencialização da desigualdade social. A caridade, a filantropia e a disciplina militar – eixo de atuação do SAM, da LBA, da FEBEM, da FUNABEM, da FEEM, entre outras – não foi capaz de amenizar as mazelas do sofrimento social ao qual, determinados meninos e determinadas meninas, têm sido submetidos e submetidas ao longo desses anos. Apesar de 1988 a 1990, através do artigo nº 227, da Constituição Brasileira que originou na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – ter sido um avanço no que diz respeito à proteção da infância, a violência contra essa determinada infância continuou a existir.

CAPÍTULO III

**INSTITUIÇÕES ASILARES PARA ‘MENORES’ NO BRASIL: NOVO
FORMATO OU REEDIÇÃO DE PRÁTICAS ANTIGAS DE EDUCAÇÃO
À INFÂNCIA DESVALIDA?**

As crianças que perambulavam pelas ruas dos territórios em processo de urbanização no Brasil sem uma família que se responsabilizasse pela sua sobrevivência, chamadas frequentemente de ‘menores abandonadas’ ou ‘crianças desvalidas’, foram alvo de políticas públicas desenvolvidas sob o véu da caridade e o domínio exclusivo da Igreja Católica durante muitos anos. A partir dos anos 1930, foi possível notar uma mudança no controle da assistência, o Estado brasileiro passou a implementar políticas sociais voltadas para a assistência à infância chamada desvalida. Nesse processo, evidenciaram-se como protagonistas duas personalidades intituladas como ‘Mulher da Assistência’ e ‘Apóstolo da Assistência’ – Darcy Vargas e Levy Miranda – respectivamente. Darcy Vargas foi a esposa do então, chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, que personificou essa ação beneficente em toda a sua gestão através da Fundação Darcy Vargas e Levy Miranda teve suas ações assistenciais ampliadas na gestão desse mesmo presidente através da implantação da Fundação Abrigo Cristo Redentor que reuniu diversas ações beneficentes. Apesar do fato de que essas duas Fundações terem ações beneficentes em variados setores, ambas as instituições se empenharam em subsidiar instituições de asilamento de ‘menores’ considerados educandários.⁵⁶

Neste capítulo, procurou-se identificar a relação entre Darcy Vargas e Levy Miranda na administração das Fundações mantenedoras da Cidade dos Meninos, elemento importante para a compreensão dos pressupostos que embasavam a atuação da FACR e da ABM. Partiu-se da análise do Projeto da Cidade das Meninas (PORTO, 1942), do registro da vida de Levy Miranda (PONDÉ, 1977), da compreensão dos processos de institucionalização da FACR e das obras assistenciais administradas pela FACR. Pretendeu-se analisar as reportagens sobre o Abrigo Cristo Redentor no momento de sua institucionalização, o estatuto e as leis da FACR. Para essa discussão, destacaram-se os apontamentos de Irene Rizzini (1993; 1995), Irma Rizzini (1995;1997) e Faleiros (1995) sobre as políticas implementadas pelo governo brasileiro nesse período e de Simili (2008) sobre as políticas assistenciais desenvolvidas por Darcy Vargas no período em que foi casada com o presidente do Brasil.

Procurou-se compreender as relações estabelecidas entre as políticas de assistência no Estado brasileiro, a partir da atuação de dois intelectuais considerados expoentes dessas ações no país, identificaram-se os pressupostos político-filosóficos de tais políticas, os motivos da escolha de Duque de Caxias e as relações econômicas que procuravam escamotear. Objetiva-

⁵⁶ Não foi encontrado uma conceituação específica para Educandário e Instituto.

se compreender a institucionalização e o funcionamento da FACR, como também, as demais obras assistenciais administradas por Levy Miranda (FACR) para que no próximo capítulo, fosse possível compreender as especificidades da Cidade dos Meninos administrada pela FACR e do Patronato São Bento, pela ABM – ambas instituições asilares de ‘menores’ situadas no território do Núcleo Colonial São Bento em Duque de Caxias a partir das políticas nacionais de assistência e de formação educacional para o trabalho para essa determinada infância.

3.1 Darcy Vargas: a Mulher da Assistência no Brasil

Em 1938, Darcy Vargas instituiu a sua entidade assistencial. De acordo com a ata da Fundação Darcy Vargas (FDV),⁵⁷ de 12 de dezembro de 1939, seu objetivo era de “curar, amparar e educar a infância desvalida da cidade do Rio de Janeiro, como também promover a difusão do ensino profissionalizante de menores de ambos os sexos, com o propósito de prepará-los moral e fisicamente para uma vida útil, modesta e feliz” (Fundação Darcy Vargas, 1939, *apud* DEL PRIORI, 2004, p. 128). Por sua atuação incisiva na organização de instituições assistenciais em diferentes épocas e lugares, Simili (2008) revelou que era considerada, a mulher da assistência.

Nesse sentido, “a Fundação atrelou as suas práticas assistenciais a participação de mulheres envolvidas com a filantropia e voluntariado, em ação conjunta com o Estado” (DEL PRIORI, 2004, p. 137). Darcy Vargas administrou a FDV de 1938 a 1968. Dentre as ações assistenciais empreendidas pela primeira-dama a frente da FDV, destacam-se as ações realizadas para instalação da Cidade das Meninas para “educar e preparar as meninas, mediante ensino técnico profissional segundo as práticas da pedagogia moderna em grupos-lares e escolas especializadas” (SIMILI, 2008, p. 113).

Foram inúmeras as ações culturais promovidas por Darcy Vargas para a construção dos prédios que abrigariam as obras assistenciais administradas por ela, como também, a ampla divulgação dada pela imprensa. Segundo Simili (2008, p. 122), no primeiro ano em que residiu com sua família no Rio de Janeiro (1931), foi feito um levantamento da Revista ‘O

⁵⁷ “Juridicamente, a Fundação foi registrada em 1938 no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Curadoria das fundações da capital, sob o número 35; foi declarada entidade de utilidade pública federal pelo Decreto-Lei nº 431/61, de 28.12.1961, em 1975 (CMAS nº 224491/74). Está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Registro nº 02066/210) e no Conselho Municipal de Assistência Social (Registro nº 0215/99)” (SIMILI, 2008, p. 120).

Cruzeiro' sobre a participação efetiva da primeira-dama nos eventos sócio filantrópicos e político-feministas como se demonstra a seguir: “a ‘festa das bonecas’, ‘a exposição de trabalhos da Pequena Cruzada’, ‘a reunião das senhoras brasileiras’, ‘a festa dos estudantes’ e a ‘seção inaugural do Congresso Feminista’.” A participação nesses acontecimentos demonstrou que:

Se Getúlio Vargas é reconhecidamente o presidente que mais promoveu festas cívicas com fins políticos, pode-se dizer que Darcy Vargas se transformou numa forte promotora de festas para caridade. Na criação e na administração da Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro e da Cidade das Meninas, essa face tornou-se nítida. Para concretizar as obras assistenciais. Darcy se transformaria na promotora das festas beneficentes de grande porte, agitando a vida cultural carioca (SIMILI, 2008, p. 122).

Cabe destacar, ainda que, em 31 de janeiro de 1939, Levy Miranda participou da comissão para escolha da sede para construção da Casa do Pequeno Jornaleiro (FACR, [1970], 001.2b). Ao promover essas atividades, Darcy Vargas se projetou no espaço público como uma mulher que trabalhava pela caridade ao mesmo tempo em que ao envolver nomes expressivos da cultura, como: “empresários culturais, artistas de várias órbitas, compositores, músicos, cenógrafos, dançarinos,” entre outros. Ela demonstrou que o seu nome e suas ações promovidos no campo social solidificaram sua atuação filantrópica como promotora cultural com viés nítido da “influência da americanização da cultura brasileira e do nacionalismo brasileiro” que reunia personalidades importantes do universo artístico-cultural e político da época. E assim, “os valores sociais e culturais comungados pela elite foram espetacularizados em benefício das crianças de Darcy Vargas” (SIMILI, 2008, p. 218). Assim, apesar da FDV ter sido institucionalizada em 1938, pesquisadores como Cunha (2012) afirmou que desde 1935, começou-se a buscar fundos para a criação da Cidade das Meninas. O terreno onde seria construída a instituição foi doado à FDV pelo Decreto nº 5.441, de 30 de abril de 1943 que transferia “gratuitamente à Fundação Darci Vargas, para a instalação da Cidade das Meninas, o domínio pleno de terras, que menciona, situadas no município de Nova Iguassu, no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências” (BRASIL, 1943a, p. 01). Foi determinado a delimitação do terreno que fora cedido no próprio documento assinado por Getúlio Vargas:

A área fica compreendida entre a Estrada de Rodagem Rio-Petrópolis, o Canal de Iguaçú, o Canal de Capivari e o Canal do Pilar, figurada na planta constante do processo protocolado no Tesouro Nacional sob nº 34.675, de 1942, e desmembrada do próprio nacional Fazenda de São Bento, onde se

acha instalado o Núcleo Colonial São Bento, no Município de Nova Iguaçu (PONDE, 1977, p. 228).

No livro “Cidade das Meninas” (1942), publicado pela Imprensa Nacional e escrito por Rubens Porto (1942), apresentou na capa a inscrição – “empreendimento sob o alto patrocínio da Exma. Sra. Darcy Vargas” (PORTO, 1942). Nele, Porto (1942) explicitou o programa que fora planejado por ele e Darcy Vargas para a Cidade das Meninas. Em detalhes, foi exposto “o plano geral de educação, as razões constitucionais, o Abrigo do Cristo Redentor, as recomendações americanas, a administração, a súmula do projeto, uma estimativa do orçamento, o anteprojeto das edificações, os estudos sobre a habitação e o conjunto” (COSTA, 2017, p. 67). Cabe, ainda, evidenciar que nesse plano geral da Educação Porto (1942) apresentou o ensino, as condições de realização, o objetivo e a divisão da educação.

A interação do projeto com o da Igreja Católica foi evidente desde o começo, uma vez que se encontrou nesse livro de Rubens Porto (1942) a imagem de Jesus Cristo crucificado, como também, a associação de Darcy Vargas à figura de Maria – mãe de Jesus Cristo com inúmeros elogios nos momentos em que se referia à Darcy no texto e como modelo de mãe a ser seguido. Essa associação foi feita através do texto apresentado no livro, como também, a partir da indicação de que a administração dessa obra assistencial seria entregue à “congregação religiosa especializada,” as Franciscanas Missionárias de Maria (PORTO, 1942, p. 65). É interessante salientar o formato em que estava disposta a seção no livro: na página separada havia o título da seção – ‘Administração’, na sequência – a fotografia de um bebê negro, seguida do texto com as explicações dos motivos pelos quais essa congregação religiosa foi escolhida. Ainda, a indicação foi apresentada assim – “Nesse sentido e por conhecer as raras qualidades das Franciscanas Missionárias de Maria, cuja formação profissional e moderna as recomenda para o caso em estudo, de *motu próprio*, sua indicação, convindo posterior entendimento” (PORTO, 1942, p. 65) que utilizou a expressão do latim que era comum para descrever ações diretas do próprio Papa. Ao final dessa seção, ainda, foram elencados os locais nos quais as franciscanas mantinham as obras assistenciais que eram: Tefé/Amazonas; Campos Jordão; Taubaté; São Paulo e Rio de Janeiro com suas respectivas modalidades de atendimento assistencial. Cabe lembrar que Rubens Porto (1942) era participante da Ação Católica (COSTA, 2017). Dessa mesma forma, destacou-se a inserção da Igreja Católica no projeto assistencialista, como também, no governo de Getúlio Vargas.

Identificou-se, ainda, a justificativa de atuação de Darcy Vargas no empreendimento da Cidade das Meninas pela sua maternidade ao descrevê-la como uma mística que detinha a “arte misteriosa e sutil desta incansável legisladora, desta estadista toda poderosa, desta mestra oniciente [sic.] que é a MÃE” (PORTO, 1942, p. 21, grifos do autor). Reafirmava-se a figura feminina a qual queria se formar “moças de hoje, filhas, irmãs ou noivas, serão as mães de amanhã” (PORTO, 1942, p. 20). Ainda, apresentava a que classe social seria destinada o projeto às “moças das classes menos protegidas da fortuna” e que seriam formadas a partir da moral religiosa – “à mercê de todos os perigos e abismos que o mundo escancara sob seus pés vacilantes” (PORTO, 1942, p. 21). Reforçou-se, assim, o fazer caritativo associado à figura feminina, à influência política da primeira-dama, ao objetivo principal da obra assistencial na formação de mulheres para os afazeres domésticos e à classe social a qual as meninas internas pertenciam, associado ao ‘livramento moral’ que a ação social as ‘salvariam’, de acordo com os idealizadores do projeto. Esses aspectos foram reforçados ao longo de toda a escrita do projeto, esse fazer assistencial focal de manutenção da condição de classe das internas com o julgamento moral atrelado à pobreza.

Figura 1 Darcy Vargas.



Fonte: Porto (1942, p. 7).

Essa era a primeira fotografia das sete fotografias que constavam no livro de Rubens Porto (1942). Abriu a primeira seção intitulada – ‘Dedicatórias’, seguida pela fotografia de Jesus Cristo crucificado. São as únicas fotografias coloridas e que, também, possuem um texto logo abaixo. Essas fotografias estão coladas na página apenas na parte superior o que faz com que fiquem com determinado movimento ao se manusear o livro. Ela vem acrescida da data de 30 de novembro de 1939. Era uma fotografia que apresentava o luxo, o destaque, a imponência, a importância e em que Darcy pousou para ser fotografada. Ela foi a única

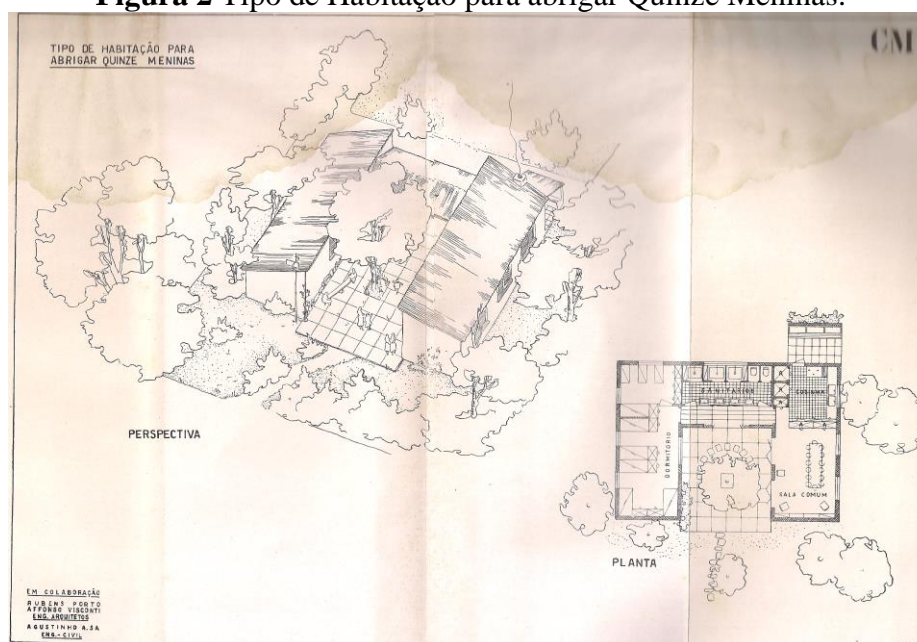
personalidade mencionada com muitos elogios no decorrer do texto e com a sua imagem no livro. Tais aspectos demonstraram a importância do projeto idealizado e a intervenção direta da esposa do presidente nessa obra assistencial.

A moralização dessa determinada infância estava imersa na proposta higienista (FALEIROS, 1995) e eugenista do período como pode ser percebido na defesa de que seria “indispensável proteger e amparar a brancura luminosa das almas femininas” (PORTO, 1942, p. 20). Tudo isso, em consonância ao que era instituído nos congressos internacionais, a infância como promessa de futuro promissor desde que fosse educada corretamente, nesse caso, pela mão do Estado. Essas marcas caracterizavam o fazer filantrópico instituído, revestido do que era considerado científico e moderno na época.

A “Cidade das Meninas”, que o coração generoso do povo carioca vai construir no maravilhoso cenário de sua incomparável cidade, há de ser, sob as bênçãos maternas da “Bendita entre as Mulheres” e a ação benfazeja da Exma. Senhora D. Darcy Vargas, o porto tranquilo em que, livres das tempestades do mundo, as moças pobres do Rio de Janeiro hão de se preparar, alma e corpo, para a tarefa formidável que a vida lhes reserva. (PORTO, 1942, p. 21)

Quanto à estrutura física, essa instituição que estava em processo de construção se estabeleceria no território da 3ª gleba do Núcleo Colonial São Bento e o formato arquitetônico assistencial seria o que estava sendo divulgado nos congressos e demais espaços de debate como o mais moderno – uma cidade-jardim que – de acordo com Costa (2017).

Figura 2 Tipo de Habitação para abrigar Quinze Meninas.



Fonte: Porto (1942, anexo).

Essa era a proposta de casa-lar que seria construída na Cidade das Meninas e estava inserida na seção intitulada ‘Estudo Tipo-Habitação’ após o levantamento orçamentário para a construção desse formato de habitação. Nessas casas-lares, residiria um número pequeno de meninas, uma delas seria responsável pelo cuidado das demais crianças e assim “seria ministrado o ensino familiar com os serviços domésticos, a puericultura prática e a ‘pequena cultura’: uma internação próxima do que se vivenciaria nas famílias” (COSTA, 2017, p. 68). Segundo Porto (1942), o objetivo do projeto era que as meninas internadas se tornassem ajudantes da que foi designada como responsável pelos chamados “lares”. As mais velhas seriam “recrutadas” e assumiriam a responsabilidade pelos “lares”, teriam que ter formação e educação. Assim, em meio a muitos elogios ao projeto, identificava-se que três gerações (crianças – moças – responsáveis adultas) seriam atingidas pelo projeto. Ao mesmo tempo, reafirmava que o estereótipo feminino seria moldado para construir a família e por conseguinte, a nação, pois “a primeira e a principal função social da mulher reside no lar, assegurando a existência e a educação dos filhos – a felicidade dos seus” (PORTO, 1942, p. 28). Era reafirmada a função social feminina – o cuidado do lar e da família – em todo o projeto. Essa característica estava em consonância com a recomendação americana do 1º Congresso

Latino-Americano de Criminologia (1938),⁵⁸ em que foi aprovada e recebida a aprovação no Brasil. Assim, foi reproduzida a recomendação – “a implantação das casas-lares destinadas à reeducação geral dos menores em estado de perigo, as quais deverão se instalar preferencialmente em colônias agrícola-industriais orientadas pedagogicamente, de acordo com o tipo argentino da Colônia ‘Ricardo Gutiérrez’. Eis, pois o cumprimento do resolvido com a criação da Cidade das Meninas” (PAZ, 1938, *apud* PORTO, 1942, p. 61).

Figura 3 Crianças na Brincadeira do ‘Passarai’.



Fonte: Porto (1942, p. 17).

Essa fotografia foi a terceira disposta no livro de Rubens Porto (1942). Não apresentou identificação, mas caracterizou uma infância em situação de pobreza com trajés simples em que uma criança estava descalça. Embora a primeira criança, a menor, esteja aparentemente incomodada. As demais aparentaram satisfação. Essa fotografia foi inserida na seção ‘Introdução’ e tentaram enquadrar a imagem de crianças felizes que tinham o seu bem-estar assegurado apesar da situação de pobreza como a proposta do governo para essas crianças através do projeto que estava sendo idealizado.

Quanto à estruturação, a Cidade das Meninas teria ao centro as habitações, os locais de trabalho e de estudo profissional. Ao final, ficaria a praça central com o edifício sede – administração e serviços coletivos – a igreja, o campo de diversões e de esportes.

⁵⁸ O Primeiro Congresso Latino-Americano de Criminologia foi realizado em Buenos Aires, de 25 a 31 de julho de 1938 (PORTO, 1942).

Figura 4 Construção da Igreja instalada na Cidade das Meninas.



Fonte: MSB, [1947-1950], FOT_PSB_001.3.

Figura 5 Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição na Cidade das Meninas.



Fonte: MSB, [1947-1950], FOT_PSB_001.4.

Segundo Porto (1942), a casa das meninas comportaria quinze meninas. No livro, há uma descrição minuciosa da estrutura dos pavilhões sobre fundação, paredes, coberturas, os

fechamentos dos vãos, os revestimentos, os acabamentos, as instalações elétricas e hidráulicas.

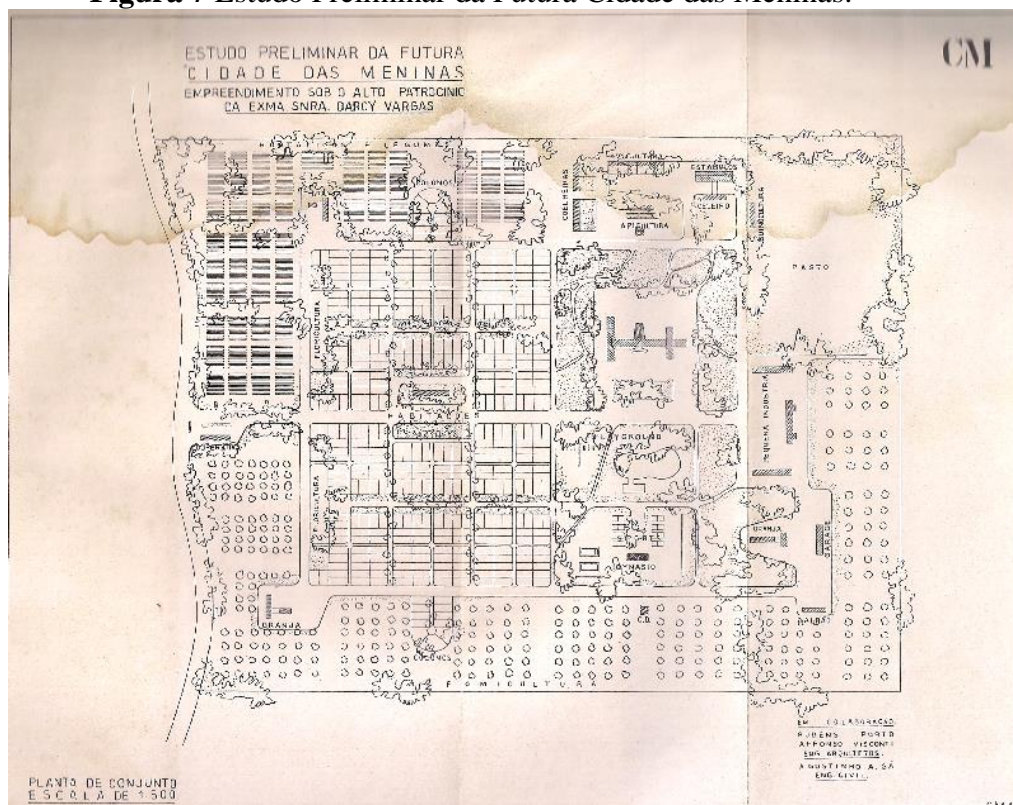
Figura 6 Um dos Pavilhões construídos na Cidade das Meninas.



Fonte: MSB, [1947-1950], FOT_PSB_005.8

Foi possível perceber o tamanho da obra por diversos aspectos. Um deles quanto à quantidade de operários – em torno de cento e cinquenta – que trabalharam no espaço e no que diz respeito à construção de um 15º pavilhão (SIMILI, 2008). Rubens Porto (1942) acentuou o tamanho do espaço ao dizer que “Numa grande área de terreno, contando desde logo com cerca de três milhões de metros quadrados, serão distribuídos isoladamente os duzentos ou trezentos lares, com que a cidade se inicia” (PORTO, 1942, p. 21).

Figura 7 Estudo Preliminar da Futura Cidade das Meninas.



Fonte: Porto (1942, anexo).

Essa imagem estava na seção intitulada – ‘Estudo do Conjunto’. Ao se referir à educação das meninas, sempre havia uma reafirmação de que a função primeira que deveria ser aprendida por cada menina seria o fazer doméstico para que, assim, servisse à sua família e ao seu país (PORTO, 1942). A inserção da puericultura nesse ensinamento, era a inserção da proposta higienista. Esses ensinamentos assegurariam a função que muitas dessas meninas pobres desempenhariam – o serviço doméstico e, na maioria das vezes, não tinham salários, trabalhavam pela garantia da moradia e do alimento.

A formação profissional era um dos objetivos da instituição, mas, principalmente, uma profissão considerada como oportuna pela classe dominante para essa determinada infância. Nesse trecho foi descrito como seria condicionado o trabalho de acordo com a profissão destinada para essa infância:

Os pavilhões destinados às indústrias urbanas e às agrícolas, a criação do gado, a avicultura, a suíno-cultura, coelheiras, [sic.] etc., completam o campo de atividades profissionais, afora toda a parte de fruticultura, horticultura e floricultura, esta última industrial e doméstica, a que se entregarão proveitosamente as abrigadas em seu benefício e da própria obra (PORTO, 1942, p. 70).

Essas indicações de profissionalização já apontavam para a possibilidade das próprias internas em manter a instituição financeiramente. Além disso, havia o planejamento para a instalação de uma cooperativa da própria instituição, “Na entrada da cidade, bem junto à via pública, reservamos o local para a Cooperativa encarregada da parte comercial da cidade, e, por conseguinte, desta afastada e de fácil acesso ao público” (PORTO, 1942, p. 70).

Havia um destaque para a questão de que, inicialmente, a instituição teria creche porque após estabelecida, as próprias internas trabalhariam nessa função dentro da Cidade das Meninas:

Esta, instalada em pavilhões suficientemente grandes para que as mesmas pessoas responsáveis possam velar os grupos de 20 a 30 crianças, teria duas seções:

Creche até 2 anos

Maternal até 5 anos

A necessidade da creche se evidencia sobretudo na economia de pessoal especializado e na circunstância de, no início, não serem auxiliares competentes as meninas escolhidas (PORTO, 1942, p. 48).

A necessidade de uma creche até que as meninas recolhidas fossem capazes de executar tal tarefa. Essa era uma característica dessas instituições, os próprios assistidos faziam os trabalhos internos. A perspectiva de inserir essa determinada infância no processo de regeneração através da inserção do trabalho e da internação em instituições que se aproximassem de lares estava em consonância com o que era debatido nacionalmente e internacionalmente. Instituiu-se, assim, no período o Laboratório de Biologia Infantil (LBI)⁵⁹ que coadunava “formas assistenciais [...] com ações repressoras” (SILVA, 2003, p. 68) pautadas pela Eugenia⁶⁰ e teve como fundador e diretor – Professor Leonídio Ribeiro.⁶¹ A criação do LBI foi através do artigo nº 131 do Código de Menores e o artigo nº 3 da Lei nº 65, de 13 de junho de 1936.

⁵⁹ “O Laboratório foi capítulo importante na história da infância dita abandonada e delinquente, ao inaugurar uma rotina médico-científica de estudo, tratamento e assistência no âmbito de instituições criadas para reprimir, cuidar e curar” (SILVA, 2011, p. 1.111).

⁶⁰ Ver nota de rodapé número 12.

⁶¹ Foi professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, “fundador do Laboratório de Antropologia Criminal e ganhador do Prêmio Lombroso em 1933” (CORRÊA, 2011, p. 81). Trecho do discurso proferido pelo Professor Leonídio Ribeiro na inauguração do Instituto de Criminologia em 07 de janeiro de 1939: “No Brasil, até bem pouco tempo, não se tinha tentado realizar esse estudo. Desde que assumi a direção do Gabinete de Identificação, em 1931, verifiquei a urgência de existir no Rio de Janeiro, um laboratório onde médicos e peritos especializados pudessem estudar o criminoso, em seu aspecto somático e psicológico, para melhor orientar a justiça, criando um serviço de polícia técnica e antropologia criminal, inaugurado em 1933, dispondo de todo o aparelhamento moderno para esse fim. Os trabalhos ali realizados conquistaram logo, na Itália, o ‘Prêmio Lombroso’, num concurso internacional disputado por vários especialistas da América e da Europa” (BRASIL, 1939, p. 482).

Cabe sinalizar que na Conferência intitulada ‘A Criança e o Crime’ que aconteceu em Lisboa, o Professor Leonídio participou a convite do Instituto Luso-Brasileiro de Alta-Cultura e apresentou o seu trabalho sobre o LBI que constou no volume ‘Arquivos de Medicina Legal e Identificação’,⁶² como também, exibiram um filme que apresentava o trabalho desse Laboratório Brasileiro. Nesse documento, ainda, destacou o trabalho da Itália fascista como exemplo a ser seguido.

A Obra Italiana de Proteção à Maternidade e à Infância não se preocupa com o alívio momentâneo do sofrimento das classes pobres e necessitadas, porque visa um vasto programa que se inicia quando a criança está ainda no ventre materno, só terminado quando o indivíduo atinge seu completo desenvolvimento físico, para se transformar num homem e, o que é mais, num cidadão, em condições morais e físicas de bem defender (BRASIL, 1938, *apud* CORRÊA, 2011, p. 82).

Isso demonstrou um dos motivos pelos quais o governo Vargas ampliou sua atuação junto à maternidade para estar em consonância com esse modelo internacional entendido como algo que deveria ser seguido. Em outras publicações do diretor do Instituto de identificação, encontrou-se a referência ao que era realizado na Itália como algo que deveria ser seguido por ser considerado como exitoso. Apesar de citar outros países europeus, a Itália era a que recebia maior referência, inclusive com a identificação do intelectual que formulava as questões nas quais o diretor se apoiava.

Eis porque penso que o método verdadeiramente científico e eficiente de realizar uma campanha de prevenção do crime deve repousar sobre a criação de centros médico-pedagógicos, destinados a realizar o estudo sistemático das crianças que praticam reações anti-sociais [sic.], afim de poder descobrir, precocemente, as causas biológicas que estão concorrendo para provocar ou agravar suas tendências ou predisposições para o crime, de acordo com as idéias [sic.] antigas da escola antropológica lombrosiana, renovadas agora pelo professor Di Tulio, de Roma com a sua “constituição delinquente” (BRASIL, 1939, p. 123).

Mais uma vez, demonstrou-se uma consonância com o debate que estava sendo instituído no campo científico do período, principalmente, pelo que o Professor Leonídio afirmava no início do discurso realizado no Primeiro Congresso Latino-Americano de Criminologia realizado em 1938:

⁶² Era uma publicação vinculada ao Instituto de Identificação. Nele continha, publicações variadas de discursos proferidos em congressos sob o tema criminal, bibliografias comentadas, apenas os títulos dos debates que aconteceram em determinados congressos, entre outros. Dentre os discursos, havia os realizados pelo próprio Professor Leonídio como de outros brasileiros, como os discursos na língua original de outros participantes dos congressos que eram selecionados e dispostos nesse compêndio.

No momento atual, todos os autores, quer sejam médicos, psiquiatras ou magistrados, estão de acordo sobre um ponto essencial do problema da delinquência infantil: é que, em grande número dos casos, trata-se de crianças doentes ou anormais, reclamando um tratamento médico que deve ser associado ao ensino especializado (BRASIL, 1939, p. 123).

O Professor Leonídio foi, ainda, delegado oficial do governo brasileiro no Primeiro Congresso de Psiquiatria Infantil em Paris (1938). Segundo Corrêa (2011), Leonídio Ribeiro afirmava que na criança de um ano era possível identificar o futuro criminoso.

Associado a isso, a atuação da mãe se desdobrava na função de “professora primária” e de assistente social (CORRÊA, 2011, p. 86) que coadunava com a formação feminina empreendida na perspectiva higienista da época associada ao início do movimento feminista da classe dominante que desembocou numa quantidade expressiva de atuação de mulheres na filantropia.

Cabe às mulheres o mais delicado, o mais importante, por certo, dessa difícil tarefa: aproximar realmente a classe mais alta da mais baixa, estabelecer o contato entre os vários meios sociais, a burguesia e o proletariado [...] fazer perdoar ao dinheiro a opulência do seu luxo, dar alento novo e novas possibilidades de realização ao preceito evangélico do amai-vos uns aos outros (BRASIL, 1938, *apud* CORRÊA, 2011, p. 89).

Isso fez com que houvesse um grande recrutamento de mão-de-obra feminina:

Que, ante a simples ameaça de outrora, transformada presentemente em surtos à mão armada da subversão organizada e internacionalmente articulada, não bastariam as medidas defensoras e punitivas do governo, nem a ação repressora da polícia, sendo absolutamente indispensável o concurso da iniciativa privada e, sobretudo, frisou intencionalmente S. Ex., a ação social da mulher. [...] Ser mulher, neste instante, obriga a uma projeção maior de maternidade, a um senso mais percuciente e mais nítido de responsabilidade educativa e social, obriga a ser útil, não exclusivamente aos interesses dos filhos ou ao egoísmo do seu núcleo e da sua casa, mas ocupando-se com os filhos dos outros, servindo enfim, na acepção moderna, cívico, social e humana do vocábulo (BRASIL, 1938, *apud* CORRÊA, 2011, p. 89).

Esse reforço quanto ao movimento social associado ao movimento feminino que estava sendo empreendido desde o início do século XX, como já foi apontado que o I Congresso Americano Del Niño (1916) fora organizado pelo movimento feminista argentino, percebeu-se na década de trinta a permanência desse movimento. Assim, o trabalho das obras assistenciais com inserção significativa da Igreja Católica na organização dessas instituições foi o ponto de partida para uma “assistência preventiva” de “apostolado social” para “atender

e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista”, principalmente no que dizia respeito aos ‘menores’ e às mulheres (CORRÊA, 2011, p. 87). Côrrea (2011) esclareceu que:

(...) foi justamente a partir desses quadros, recrutados pela Igreja, que se constituiu a clientela dos primeiros cursos de serviço social no país, a começar no Rio de Janeiro, pelo curso de “propaganda, com uma série de conferências doutrinárias”, seguido de um curso “prático e intensivo”, realizados em 1936, sob os auspícios do Laboratório de Biologia Infantil, do Juizado de Menores e da deputada Carlota Pereira de Queiroz (CORRÊA, 2011, p. 87-88).

Esse curso⁶³ de 1936 foi o primeiro curso organizado pelo LBI. O segundo curso organizado pelo Laboratório foi intitulado de “Pedagogia Terapêutica”⁶⁴ que foi registrado com uma temática relacionada à infância “anormal” e “difícil”, segundo o registro do seu diretor (CORRÊA, 2011, p. 88). De acordo com o diretor da instituição ainda, esses cursos promovidos pelo Laboratório consistiam na formação em “serviços sociais da infância, frequentados por numerosos alunos especialmente professores interessados na questão da educação das crianças difíceis ou anormais” (BRASIL, 1939, p. 125). O LBI funcionou até 1941 e “mudou a feição dos tratamentos dirigidos aos menores, interrompendo antigas práticas de internação de menores e instaurando uma nova rotina na distribuição de crianças abandonadas e delinquentes” (SILVA, 2003, p. 106).

O projeto da Cidade das Meninas estava de acordo com o que foi estabelecido nesse período pelo LBI quanto à organização dos locais dentro da instituição para atender as meninas:

As possibilidades de aumento, as necessidades de casas especiais, ou de escolas particularmente organizadas, para certa categoria de anormais, afim de não comprometer o futuro por simples questão de estética, enfim, a organização de cada oficina, da cozinha ao galinheiro, deve ser objeto de estudo adequado, de jeito a evitar-se erros fundamentais, deploráveis numa casa que deveria ser modelo de ordem e progresso (PORTO, 1942, p. 45).

⁶³ Esse curso organizado pelo Laboratório de Biologia Infantil ocorreu da seguinte maneira, com a “participação de 35 mulheres (duas médicas) e 11 homens; os professores foram 19 homens e 4 mulheres.” Além disso, a equipe do Laboratório nesse período, era organizada por “20 homens e 11 mulheres (a bibliotecária, enfermeiras, secretárias e assistentes sociais). Os médicos eram todos homens” (CORRÊA, 2011, p. 88). Dentre as funções desempenhadas por cada profissional, cabe destacar que cada assistente fazia “um resumo do resultado de suas pesquisas em fichas especiais estandardizadas e numeradas, das quais guarda uma cópia, no seu serviço, enviando as restantes à Diretoria, onde são estudadas, confrontadas e reunidas, em um *dossier* geral, depois de fixadas as conclusões biológicas, médicas e psico-pedagógicas” (BRASIL, 1939, p. 125, grifo do autor).

⁶⁴ “A primeira e principal conclusão foi a de que existe uma ciência nova, que os alemães chamam Pedagogia Terapêutica e os italianos Medicina pedagógica, destinada especialmente ao estudo das crianças difíceis e anormais, com o auxílio da qual será possível realizar a obra benemérita de profilaxia, não só das doenças mentais, como também do próprio crime” (BRASIL, 1938, *apud* CORRÊA, 2011, p. 82).

Em relação à idade inicial que deveria ser recebida pela instituição que, “para estabelecer na cidade um verdadeiro espírito familiar que dê às crianças – liberdade, bem estar [sic.], confiança – é mister não admitir de início meninas deformadas pelas más influências. Para chegar a uma boa formação é necessário começar enquanto pequenas” (PORTO, 1942, p. 45). Outra permanência identificada no projeto foi que:

Um serviço particular a cargo de Assistentes Sociais adidos à “Cidade”, caberia fazer sobre a criança que entra o inquérito social de modo a estabelecer o “dossier” de cada uma, tão completo quanto possível, com o estudo dos antecedentes e dos outros membros da família. Tais ensinamento serão úteis para compreender-se a criança, seu temperamento, suas dificuldades pessoais, e mais tarde ajudá-la oportunamente na orientação da própria vida: – profissão, vocação (PORTO, 1942, p. 46, grifos do autor).

A herança familiar era uma condicionante da situação da criança em detrimento da desigualdade social, ainda, atrelava a esse posicionamento as pesquisas individuais sobre as crianças para reafirmar a cientificidade no processo. Esse aspecto era destacado como algo que aconteceria na instituição:

Estabelecimento de pesquisas – Após ser recrutada, seria a criança imediatamente encaminhada a um edifício destinado a estudos, onde ficaria algum tempo antes de entrar em convívio com as companheiras.
Aí seriam processadas as pesquisas:
sociais – pelas Assistentes Sociais
médicas – por um corpo médico
psicológicas – por Educadores (PORTO, 1942, p. 47).

Percebeu-se nesse registro a permanência das pesquisas individuais realizadas nas crianças que eram internadas nas instituições sociais, além de discriminar o profissional que seria responsável por cada setor. Havia, ainda, um item específico no projeto para:

6 – *Crianças anormais* – Após passarem no Estabelecimento de pesquisas e serem estudadas, social, médica e psicologicamente – as crianças anormais seriam encaminhadas a um pavilhão próprio, onde seriam divididas ainda nas várias categorias de:
anormais físicas
anormais mentais
atrasadas pedagógicas
e submetidas a tratamento, regime e programas especiais, que facilitaria o seu reajustamento à sociedade (PORTO, 1942, p. 48).

Identificou-se, assim, a associação da ‘delinquência’ com a ‘anormalidade’. Quanto à Assistência Social nesse período, considerada pelo Professor Leonídio e os cientistas que as

crianças eram “tocadas pela vara mágica da assistência social, numerosas crianças, destinadas a um futuro duvidoso, se transformarão em forças positivas do bem” (BRASIL, 1939, p. IX), passou da caridade organizada pelas classes dominantes para ser uma ferramenta na efetivação das políticas sociais do Estado e de organizações empresariais. Ao mesmo tempo em que os Juizes de Menores condicionaram suas sentenças aos resultados de pesquisa divulgados pelo LBI para dar um caráter baseado em evidências científicas (SILVA, 2011). Enquanto isso, o LBI se organizou a partir do Centro Médico-Pedagógico de Observação de Roma (1934) que, segundo o seu diretor, era “uma verdadeira clínica especializada no diagnóstico das doenças gerais da infância, compreendendo as instalações necessárias para uma observação rigorosamente científica e completa, em todos os casos, do ponto de vista físico e psicológico”, como reafirmava também que, era um “centro de triagem clínica” (BRASIL, 1939, p. 124).

O Laboratório de Biologia Infantil do Rio de Janeiro se inspirou no Centro Médico-Pedagógico de Observação, de Roma, cuja inauguração assisti, nos últimos dias do ano de 1934. Os resultados dos trabalhos realizados nesse Centro foram apresentados ao Primeiro Congresso Italiano de Antropologia Criminal, que teve lugar em Roma, no mês de maio de 1936, por Sileno Fabri, presidente da Obra Nacional de Proteção à Maternidade e à Infância (BRASIL, 1939, p. 127-128).

De acordo com Corrêa (2011), os dados estatísticos para justificar as ações a serem tomadas em relação à infância considerada criminosa não tinha correspondência da quantidade com a totalidade apresentada. Assim, concluiu que, Leonídio Ribeiro era, “politicamente, o diretor do Laboratório” e “estava alinhado com os projetos no exterior” e ao colaborar com Macedo Soares (Ministro da Justiça) com o projeto da Cidade dos Menores⁶⁵ contribuía para a execução dessas políticas no governo Vargas.

A cidade de menores era tão utópica quanto outras instituições planejadas pelo governo na época: menos monumental do que os Palácio da Cultura e a Cidade Universitária, projetadas por arquitetos italianos, compartilhava com elas uma visão total e totalizante do que seria a vida dos que deveriam habitá-la. A cidade de menores deveria ser habitada por crianças a partir dos seis anos, estando prevista sua moradia nela até os 21 anos. A capacidade prevista era de mil habitantes, excluídos os funcionários. O arquiteto descreve minuciosamente todos os edifícios que comporiam a cidade, desde a portaria, passando pelo almoxarifado, pelo centro educacional, pelas oficinas, pelo cinema, pelo “lar dos egressos” (onde ficariam os meninos já

⁶⁵ Essa Cidade seria instalada no estado do Rio de Janeiro com o apoio de médicos, juristas e engenheiros para que a cidade tivesse um sistema “completo e eficiente de assistência” para os “menores abandonados e delinquentes” (CORRÊA, 2011, p. 91).

colocados em empregos externos), pelo hospital, pela capela, pelo cassino dos funcionários (“Viver com crianças, desde a manhã até a noite, todos os dias, toda a vida, sem um outro programa que sirva de derivativo, não é concebível”), a lavanderia e o estádio (CORRÊA, 2011, p. 94).

Toda a perspectiva de lar que estava sendo planejada demonstrava uma contradição ao analisar a declaração do ministro coadunada com a do especialista médico que afirmou uma “expectativa de continuidade: os criminosos de amanhã sendo socializados, na cidade dos menores, para a longa carreira que os aguardava na penitenciária: a cada um de acordo com sua tendência, ou predisposição” (CORRÊA, 2011, p. 95). Corrêa (2011) afirmou que essa proposta não saiu do papel, mas entende-se que serviu de subsídio para o que veio a ser o projeto da Cidade das Meninas.

Tudo isso demonstrou a articulação da política internacional da época, da proposta do Estado Novo veiculadas ao fascismo, a repressão nas suas políticas e nesse caso, nas políticas relacionadas à infância em situação de pobreza. As declarações feitas pelo Professor Leonídio como representante desse Laboratório nos congressos internacionais, como também, sua atuação como cientista e sua influência nas políticas governamentais contribuíram para o viés repressivo no qual era tratada essa infância em situação de pobreza de acordo com o contexto político do período.

Apesar da afirmação de Rubens Porto (1942) em seu texto sobre o prejuízo na separação do fazer intelectual do manual, sabe-se que o instituído nesse período pelo então, Ministro da Educação – Gustavo Capanema – não atenuou a dificuldade do acesso à educação por parte das classes populares apesar das inúmeras reformas empreendidas por Francisco Campos anteriormente. Isso, porque as tentativas de reformulação de ensino não tiveram avanços significativos pelo fato de que atendiam ao fundamento político de caráter fascista tensionado pelo regime autoritário instituído no Estado Novo. Essa condução da lei educacional “dava continuidade ao processo de seletividade acentuado com a Reforma Francisco Campos: o sistema de provas e exames permanecia praticamente o mesmo, mantendo-se, assim, a tradição de rigidez e seletividade” (ROMANELLI, 1993, p. 159). Assim, esse “sistema, portanto, vivia bem a contradição das estruturas de poder existentes” que “vivia o retrocesso da educação classista voltada para a preparação das lideranças” (ROMANELLI, 1993, p. 159). Identifica-se pela especificidade no ensino que seria oferecido à parcela da população que seria atendida na Cidade das Meninas.

Os conhecimentos necessários à mulher do meio popular lhe devem ser apresentados no decurso de sua formação, progressivamente, à medida em que se lhe desenvolve a receptividade. Podemos agrupá-las sob três grandes títulos:

- os estudos primários
- a formação profissional
- a formação familiar (PORTO, 1942, p. 32).

Outro aspecto relevante do período em questão, foi o fato de que o ensino profissional não estava atendendo à formação de mão de obra para a indústria que começava a se instituir. “Esse fato decorreu da impossibilidade do sistema do ensino oferecer a educação profissional de que carecia a indústria e da impossibilidade de o Estado alocar recursos para adequá-lo adequadamente” (ROMANELLI, 1993, p. 155).

O plano geral da educação para a Casa das Meninas tinha as seguintes peculiaridades:

I-OBJETIVO DA EDUCAÇÃO

II-DIVISÃO DA EDUCAÇÃO

- 1)-vida física
- 2)-vida intelectual
- 3)-vida moral
- 4)-vida religiosa

III-O ENSINO

- 1)-primário
- 2)-profissional
- 3)-formação familiar
- 4)-correspondência dos três planos

IV-CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

- 1)-harmonia entre as partes: educativa e administrativa
- 2)-escolha, unidade e preparação do Corpo Docente
- 3)-organização dos locais: estabelecimento de pesquisas e isolamento
- 4)-recrutamento de crianças
- 5)-creche
- 6)-crianças anormais
- 7)-regulamento interno: funcionamento, horário e disciplina (PORTO, 1942, p. 25).

Cada um desses aspectos foi desdobrado no livro, mas sempre com a afirmação de que caberia a menina ocupar um lugar que beneficiaria a sua própria família e o país. Porto (1942) destacou que a questão física era algo que necessitaria de cuidados, apontavam a questão da ginástica que deveria considerar os exercícios físicos da profissão ou do trabalho doméstico. Outra situação a considerar era a necessidade de criar na criança os “hábitos de trabalho, de regularidade e de esforço”, mas sem sobrecarregar (PORTO, 1942, p. 30). A parte física sempre esteve presente e era associada às questões suscitadas pela prática higienista.

Os estudos primários incluíam – o ensino de português, história, geografia, aritmética, contabilidade familiar, noções de ciências físicas e naturais, noções de canto e desenho (de acordo com as aptidões) e religião (de acordo com o programa oficial). O ensino profissional consistia no meio pelo qual a jovem poderia “prover a própria subsistência, seja enquanto aguarda o momento de fundar seu lar, seja quando se resolve constituí-lo (...) com mais liberdade...” (PORTO, 1942, p. 35). Abordava, ainda, os casos excepcionais de meninas que poderiam ser dotadas de “especializações intelectuais”. Conferia que apenas nesses casos de exceção poderiam continuar os estudos e descrevia as profissões as quais as meninas receberiam formação.

As profissões manuais femininas seriam as agrícolas: leitaria, jardinagem, floricultura, criação de aves, criação de coelhos..., as domésticas: cozinheira (trivial, forno e fogão), copeira, lavadeira, arrumadeira, ama seca, passadeira (engomadeira) e as diversas: costureira (corte, remendo), moda, bordado, renda, crochê artístico, cabelereira, brochura, cartonagem, encadernação, fabrico de cestas, flores, vendedora, tecelagem, tapetes etc. Caracterizava o ensino teórico de tais atividades como o prático vinculado ao treinamento para rapidez e perfeição. A formação familiar consistiria nas ações “femininas” relacionadas à vida familiar, deveria ser feita com grupos pequenos e essa formação necessitaria vir antes da profissional, pois assim, careceria ser um princípio na prática. Afirmava que as bases e os programas dos três planos de ensino seriam definidos de acordo com as leis do ensino e as mais recentes técnicas pedagógicas (PORTO, 1942, p. 36-38).

Ainda, “caracterizava o ensino teórico de tais atividades como o prático vinculado ao treinamento para rapidez e perfeição” (COSTA, 2017, p. 67). A formação familiar era definida pelas ações consideradas femininas na vida da família com pequenos grupos e deveria acontecer antes da formação profissional por ser tida como um princípio da prática. Dizia que as bases e os programas dos três planos de ensino estariam de acordo com as leis de ensino ao mesmo tempo em que destacava que deveria ser livre de intervenção pelo fato de que a assistência seria realizada pela iniciativa privada e pública. Nesse momento inicial, percebeu-se o trabalho como finalidade principal da instituição. Por diversas vezes já mencionada, tal finalidade estava subentendida como se identificou a seguir:

O fim da “Cidade das Meninas é a educação – os meios, a administração. Os meios só se justificam em relação ao objetivo e a esse se subordinam. Essa harmonia é a parte mais delicada de qualquer organização e torna-se tanto mais importante e difícil quanto maior for a envergadura da empresa (PORTO, 1942, p. 41).

A palavra empresa na finalidade da obra demonstrava a influência privada na instituição que se constituía. A harmonia que deveria existir entre o administrativo e o educacional, considerada “utópica”, mas possível a partir da formação destinada aos professores e a escolha de “uma ‘elite’ que incutisse espírito à obra e aplicasse “os métodos o mais eficazmente possível” (PORTO, 1942, p. 42). “A preparação do Corpo Docente era ponto capital para que possa existir a unidade necessária” (PORTO, 1942, p. 43). Observava, também, que deveria haver uma preocupação com o aspecto intelectual daqueles que auxiliariam os administradores encarregados. Percebeu-se uma preocupação com a formação, principalmente, dos/as professores/as.

Indicava a possibilidade de um excelente trabalho educacional, desde que local fosse pensado para auxiliar esse trabalho. Salientava que os pavilhões deveriam ser grandes, o vasto terreno deveria ser explorado com campos experimentais e as moradias dos colonos não deveriam ser distantes da superintendência dos campos de criação. Havia uma indicação de que deveriam ficar atentos quanto à distribuição dos diferentes lugares para evitar erros fundamentais, pois a “casa que deveria ser modelo de ordem e progresso” (PORTO, 1942, p. 44-45).

A Cidade das Meninas internaria “as meninas completamente abandonadas, as moralmente abandonadas, as órfãs de mãe e as órfãs de pai ou com pai ausente”, deveria ensinar questões consideradas úteis para a “orientação da própria vida”, “a profissão e a vocação” e ao sair “cada jovem precisaria ter o próprio enxoval organizado, pequenos recursos do trabalho durante a aprendizagem” (COSTA, 2017, p. 67). A formação destinada a essas meninas deveriam torná-las ‘úteis’ para a sociedade.

Para que as meninas fossem divididas em grupos homogêneos a fim de garantir um “bom trabalho educativo”, seriam processadas pesquisas sociais (pelas assistentes sociais), médicas (pelos médicos) e psicológicas (pelos educadores). Esse é mais um ponto que permite o entendimento de mais um processo educacional da instituição (PORTO, 1942).

Figura 8 Uma criança.



Fonte: Porto (1942, p. 33).

Essa fotografia estava na seção ‘Plano Geral’ da educação. Não tinha legenda e foi impressa na própria página, não era colada. Apresentava uma criança com trajes luxuosos como se pertencesse a uma classe mais abastada. Foi uma fotografia em que a criança fez pose e demonstrava um semblante de felicidade. Apresentava uma infância idealizada ou poderíamos inferir que a proposta apresentada através da educação atingiria essa finalidade, o bem-estar dessa infância.

Outro aspecto abordado no livro sobre as condições de realização da Cidade das Meninas dizia respeito ao corpo docente que atuaria nesse empreendimento educacional, falava-se que deveria haver harmonia entre a parte educativa, administrativa na instituição e para que houvesse “tal harmonia que, à primeira vista, parece utópica, é, entretanto necessária e torna-se possível, pela unidade de vista, pela unidade de formação de professores, como, ainda, pela escolha sobretudo inicialmente, de uma “elite” que incute espírito à obra e lhe aplique os métodos o mais eficazmente possível (PORTO, 1942, p. 42, grifo do autor). Nesse item, complementava, ainda que, “a preparação do Corpo Docente é ponto capital para que possa existir a unidade necessária. É perfeitamente realizável, organizando-se com esta finalidade cursos prévios, [sic.] etc.” (PORTO, 1942, p. 43, grifo do autor). Nessas duas afirmações, evidencia-se a intenção de formação para essa determinada classe dentro dos preceitos que interessava à classe dominante. Sinalizava que, os professores da instituição residiriam no local e afirmou que “as residências das habitações de grupo-família em terrenos de 20x50 metros com seus respectivos jardins e em grandes quadras ajardinadas. Ao centro dos lotes, projetamos uma ampla construção destinada à habitação de elementos do corpo docente lá residente” (PORTO, 1942, p. 70).

Porto (1942) fez algumas referências à Fundação Abrigo do Cristo Redentor e ao seu administrador, como a de que compunha o Conselho Profissional da FACR e justificava a escolha pelo atendimento das meninas em situação de pobreza, a partir do que havia sido constatado pelo Conselho Profissional da Fundação Abrigo do Cristo Redentor:

b)Que no Rio de Janeiro a obra do “Abrigo do Cristo Redentor” precisa imediatamente voltar-se também para a assistência às meninas abandonadas, visando livrá-las da prostituição e prepará-las para serem esposas, mães, operárias de serviços domésticos ou trabalhos manuais e de costura, dando-lhes um ambiente modesto e compatível com a sua condição, a capacidade moral e a educação profissional indispensáveis, que as habilitem a desempenhar o seu verdadeiro papel na família brasileira (PORTO, 1942, p. 58).

O plano educacional seria determinado pelo governo, ao mesmo tempo alegava que os programas de ensino precisariam ser livres de tal intervenção pois a assistência seria feita “por meio da cooperação dos ricos e não apenas com os recursos do Governo” (PORTO, 1942, p. 58). Associado a isso, selecionou alguns artigos da Carta Constitucional de 10 de novembro de 1937:

Art. 129. À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (BRASIL, 1937, *apud* PORTO, 1942, p. 53).

O artigo indicava que a educação pública que seria oferecida à infância que não pudesse pagar no sistema privado teria como finalidade formar para o trabalho e complementava com a explicação de que:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumprir a execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares ou profissionais (PORTO, 1942, p. 53).

Dessa forma, incluía a Cidade das Meninas como associação particular e na esfera da formação profissional. Em seguida, já registrava que cabia ao poder público subsidiar essas iniciativas educativas profissionalizantes mesmo que a fundação e sua organização não tivessem sido instituídas pelo governo. As razões elencadas por Porto (1942) para dar conta da constituição transcorreu pela função do Estado em velar pela sociedade que presidisse e o Bem Comum que se coadunava com o problema que a Cidade das Meninas resolveria. Citava, ainda um artigo da Carta Constitucional, de 10 de novembro de 1937, que tratava do dever do Estado – a educação da infância e dos jovens:

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumprir a execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937).

Ao tratar da educação profissional, a apresentou como dever das empresas, mas com um retorno por parte do Estado. O outro artigo relacionado nessa ‘razão constitucional’ dizia

respeito ao Estado que fundaria instituições para que os jovens cumprissem o seu dever em relação à economia e à defesa do Brasil, como pode ser visto abaixo:

Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (BRASIL, 1937).

Ressaltava-se que seriam instituições civis para que a juventude fosse protegida ao mesmo tempo em que trabalharia nos campos e nas oficinas embasados na moral e no 'adestramento físico'. Nesse aspecto, inseria-se a Cidade das Meninas e as demais instituições asilares do período com uma idealização que não correspondia à realidade.

É nessa perspectiva que o Projeto da Cidade das Meninas foi elaborado. Segundo Simili (2008), a Cidade das Meninas foi arquitetada junto à Casa do Pequeno Jornaleiro (1939) em documento assinado por João Kelly da Cunha em 14 de agosto de 1945 que sinalizava a construção da Cidade das Meninas de novembro de 1941 a junho de 1943. Dificuldades como a falta d'água, de asfalto e de saneamento foram apresentadas como empecilhos para a execução do projeto, diferente da Casa do Pequeno Jornaleiro que fora instalada na Gamboa, na capital do Brasil a época. Dessa forma, a construção da Cidade das Meninas necessitou de mais ingerência com os órgãos governamentais para sua construção, "Darcy Vargas manejava órgãos e recursos da máquina administrativa e pública para a filantropia" (SIMILI, 2008, p. 115).

Em abril de 1943, a obra da Cidade das Meninas em construção recebeu a visita do Presidente Getúlio Vargas. Isso ocorreu em decorrência da morte do filho mais novo do casal que fez com que Darcy Vargas se afastasse por alguns meses da direção da instituição. Mas, em 1946, Darcy Vargas devolveu o terreno que fora cedido pelo Estado para a construção da Cidade das Meninas por não ter conseguido terminar os edifícios como o que havia sido idealizado que foi justificada pela ausência de recursos financeiros. Isso, ao mesmo tempo em que solicitava que não fossem alterados os fins sociais da Cidade das Meninas uma vez que estavam em consonância com trâmites do que era considerado moderno para o Serviço Social do período (SIMILI, 2008).

Nas ações da primeira-dama, aspectos visíveis foram suas iniciativas para criar e manter as obras sociais (algumas condenáveis pela ética na política, tais como o uso da máquina administrativa e a troca de influências para obter

a agilização nos serviços prestados). Outro aspecto associado foi o emprego de determinadas práticas para viabilizar a obtenção dos recursos financeiros necessários às obras, tais como a realização de festas beneficentes que, por sua vez, remete ao aspecto cultural pensado para a política da assistência social (SIMILI, 2008, p. 121).

A administração da FDV, após a morte de sua fundadora, passou para as descendentes que a sucederam e uma delas foi Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

No campo da memória organizada pela Fundação, as informações veiculadas indicaram que “A Casa do Pequeno Trabalhador, Casa do Pequeno Lavrador e a Cidade das Meninas” representaram iniciativas não consolidadas no percurso institucional, mas que o objetivo da instituição, inicialmente voltado para o acolhimento, a formação e a orientação de meninos de 12 aos 18 anos, foi sendo reconfigurado ao longo dos anos para adaptar-se às novas demandas da sociedade (SIMILI, 2008, p. 119)

Diante disso, a Cidade das Meninas seria uma obra vultuosa que a primeira-dama não teria mais, diretamente, a intervenção governamental para dar continuidade uma vez que seu marido não era mais o presidente da república e assim, diante da conjuntura teve que abdicar de sua administração. Assim, o médico João Kelly (da Companhia Carris de Força e Luz do Rio de Janeiro) passou a conduzir o projeto (1945). Mas, afirmou que o objetivo inicial do empreendimento não foi atingido e enumerou dificuldades que impediam o funcionamento da obra. Dessa maneira, em 1946, o terreno da Cidade das Meninas passou a ser administrado pela FACR que estava sob o comando de Levy Miranda e a transformou em Cidade dos Meninos (1947).

Concomitante a construção da Cidade das Meninas, Darcy Vargas foi presidente da LBA desde a sua criação até o momento em que Getúlio Vargas saiu da Presidência da República pela primeira vez e quando retornou ao cargo no período de 1951 a 1954. Isso porque, ao ser instituída, a LBA tinha essa característica de que as primeiras-damas do período seriam as presidentas. Essa foi a principal instituição assistencial do governo brasileiro por várias décadas e funcionou até 1995 (SIMILI, 2008). Dessa forma, “Darcy Vargas e a Legião Brasileira de Assistência possibilitaram o surgimento de um modelo de atuação para as primeiras-damas brasileiras, nas cercanias do poder presidencial, como a mulher responsável pela condução das políticas públicas” (SIMILI, 2008, p. 131).

Essa instituição foi criada no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para “amparar soldados e seus familiares”, segundo SIMILI (2008, p. 68). Eram projetos assistenciais elaborados pela elite política, intelectual, de juristas, de educadores e de

empresários com intuito de combater a criminalidade e a “improdutividade” da pobreza que excluía a classe menos favorecida. Tudo isso para atender a demanda capitalista do período e amenizar o impacto da desigualdade social, associada a política de repressão do governo brasileiro instaurado na época.

A Segunda Guerra Mundial foi deflagrada no continente europeu e logo se tornou um conflito internacional, gerou muita tensão tanto para os países envolvidos diretamente ou não. Até 1941, o Brasil acompanhava à distância o conflito. Em 1942, o Brasil declarou, oficialmente, apoio aos países aliados contra as forças nipo-nasifascistas após os alemães afundarem vários navios na costa brasileira (SIMILI, 2008).

O contexto da Segunda Guerra Mundial aprofundou ainda mais a desigualdade social no país e possibilitou que o governo brasileiro, de forma coercitiva, usasse isso em seu favor através da atuação das mulheres. Segundo Simili (2008), o governo Vargas desencadeou uma mobilização em favor da vitória do país na guerra. A LBA foi uma instituição pública nacional de viés assistencial que fez com que as mulheres em situação de pobreza se voluntariassem em prol dos brasileiros que foram enviados para a Guerra.

Esse período teria sido marcado pelo forte chamamento aos governos estaduais, por meio das primeiras-damas, com propósito de unir esforços durante o conflito mundial. Os usuários dos serviços prestados pela LBA seriam as famílias dos pracinhas, os servidores, as voluntárias e alguns funcionários públicos disponibilizados para trabalhar com as primeiras-damas. Sua organização expressaria a “parceria” entre o voluntariado e o empresariado que veem reforçado o papel contributivo da mulher no enfrentamento de situações sociais adversas, haja vista que coube a instituição a mobilização da sociedade civil durante o período da participação do Brasil na guerra. As doações, os convênios entre entidades assistenciais e as campanhas promovidas pela instituição formariam o conjunto de práticas institucionais da assistência social no período (SIMILI, 2008, p. 135).

Dessa forma, instituía-se a tríade: o Estado, o empresariado e o voluntariado feminino civil instituído pela LBA (SIMILI, 2008). A LBA foi criada na esfera nacional e tinha setores privados que faziam intervenção na assistência social, era conduzida pela primeira-dama juntamente com a Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional de Indústria e assim, um dos objetivos da instituição era “executar seu programa pela fórmula do trabalho, em colaboração com o Poder público e a iniciativa privada” (SIMILI, 2008, p. 137). Isso coadunava com:

A utopia filantrópica que almejava uma sociedade harmônica, estável, feliz. Os meios para alcançá-la passavam pela ética e pela educação. Incutir sentimentos de ordem, de respeito às normas, de estímulo à família, de amor ao trabalho estava no ideário do projeto filantrópico burguês. Tudo fundado na melhor ciência e no culto do progresso ininterrupto (SIMILI, 2008, p. 106).

Nesse processo de institucionalização da LBA que foi a “primeira instituição pública de assistência social” (SIMILI, 2008, p. 132), através da condução da primeira-dama, Darcy Vargas retomou um formato parecido com o que instituiu quando esteve à frente da Legião da Caridade ao recrutar as esposas daqueles que estavam no *front* de guerra. Mas, agora, associava as mulheres como ‘mães da nação’ para cuidarem da população.

Essas mulheres seriam abnegadas e solidárias, dispostas a trabalhar pelas causas sociais através do cuidado dos soldados, de suas famílias e do amparo da população no geral (SIMILI, 2008). Em contrapartida, cabe a observação de que a maioria dos voluntários que foi para o *front* da Segunda Guerra Mundial era composta de analfabetos, desempregados ou dos que trabalhavam no campo. Aquela ideia de que a mulher era frágil e necessitava de proteção masculina foi “criada e recriada” pela LBA, para as mulheres desamparadas pela guerra. Isso marcava “a submissão e o controle do Estado sobre elas. “[...] Essa relação personalizada entre as mulheres estabeleceu-se entre Darcy Vargas, as visitadoras sociais e as mulheres dos soldados”. Consequentemente, as mulheres dos soldados que buscavam assistência oferecida pela instituição se tornavam “dependentes e cúmplices” da mesma (SIMILI, 2008, p. 186). Assim, através de Darcy Vargas, percebemos o projeto assistencial criado pelo Estado e pelo empresariado, na criação de mecanismos para a atuação feminina na referida guerra. Como afirmou Simili (2008), a função social da mulher foi revestida e ampliada (COSTA, 2017, p. 66).

Assim, surgiu a LBA como um órgão do Estado pensado pelo empresariado e nas mãos de Darcy Vargas para ampliar o serviço de assistência social. A seguir, foram apresentados os objetivos traçados para a instituição:

a)proteger a maternidade e a infância; b)amparar os velhos e desvalidos; c)prestar assistência médica, em todas as modalidades, às pessoas necessitadas; d)favorecer o reajustamento das pessoas moral economicamente desajustadas; e)contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, atendendo principalmente o problema alimentar e de habitação; f)incentivar a educação popular, inclusive cooperando na criação e no desenvolvimento de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas; g)desenvolver esforços em favor do levantamento do nível de vida dos trabalhadores e promover o aproveitamento racional dos lazes do povo, principalmente estimulando a organização de centros de recreação e cultura; h)auxiliar, sempre que possível, as instituições especializadas, cujos objetivos tenham afinidades com os da LBA; i)realizar inquéritos, pesquisas, estudos sobre matérias do serviço social, particularmente as relacionadas

com as atividades da LBA; j)organizar os cursos e promover todas as formas de propaganda em favor do progresso do serviço social no Brasil (SIMILI, 2008, p. 180).

A LBA através do Decreto nº 4.830, de 15 de outubro de 1942, foi instituída como “órgão de colaboração do Estado no tocante aos serviços de assistência social”. Enquanto o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) a partir da Portaria nº 870, de 26 de outubro de 1942, instituiu a contribuição de empregados (1%) e empregadores (2%) dos salários recebidos e da folha de pagamento que, seriam recolhidos pelos institutos e caixas de pensões/aposentadorias para subsidiar atividades assistenciais da LBA (SIMILI, 2008, p. 137). A atuação do empresariado na organização constava no seu Artigo 1º:

A Legião Brasileira de Assistência – abreviadamente LBA – criada em 28 de agosto de 1942, sob a inspiração da Exma. Sra. Darcy Saramanho Vargas e por iniciativa da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Confederação Nacional de Indústria, é uma sociedade civil de intuito não econômicos, de duração ilimitada e reger-se-á pelos presentes estatutos, pelo regimento internos e pelas instruções e deliberações dos órgãos diretores, no âmbito de sua competência (Estatutos da LBA, 1942 , *apud* SIMILI, 2008, p. 137).

A gerência do empresariado na instituição era algo funcional a ponto de que no Parágrafo 5º, dizia que a indicação para a função de tesoureiro geral e diretor técnico eram feitas pelas diretorias da Federação das Associações Comerciais do Brasil (FACB) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) enquanto os vocais seriam indicados pelas diretorias da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), da CNI e duas dessas indicações deveriam pertencer a uma dessas instituições (SIMILI, 2008). Inicialmente, a LBA funcionou na sala da ACRJ. É importante evidenciar o formato pelo qual a LBA se configurou:

Outro dado constante no estatuto que formatou a estrutura institucional foi que em cada Estado e município brasileiros, respectivamente, as comissões estaduais e municipais seriam montadas com o apoio do empresariado. Para as primeiras, determinava o artigo 12: “As Comissões Estaduais – CE estarão organizadas nos mesmos moldes da C. C [Comissão Central], com atividades dentro de cada Estado ou território”. Para a segunda, estabelecia o artigo 17: Em cada Município, ou serviços da LBA estarão a cargo de um Centro Municipal – CM, com jurisdição no respectivo território” (SIMILI, 2008, p. 198).

A propaganda através da televisão, dos rádios, das revistas, dos cartazes, das imagens fotográficas, dos discursos convocatórios etc. foi uma das marcas do governo Vargas. Nesse

sentido, a primeira ação da presidente da LBA divulgada foi o telegrama enviado para as primeiras-damas estaduais de todo o país. Nessa comunicação, reafirmava a necessidade de se estabelecer parceria com as Associações Comerciais e que seria desenvolvida “na recém-criada LBA, ‘mobilizar a mulher brasileira por todo o Brasil’ para a ‘missão de proteção das famílias’ dos bravos soldados”. Além dessa convocação, Darcy havia reunido as “esposas dos ministros de Estado, do diretor dos Correio e Telégrafos e do diretor da Central do Brasil”, ainda, desmembrou a LBA em oito setores de ação e distribuiu entre essas representantes (SIMILI, 2008, p. 140). Essa divisão ficou estabelecida da seguinte forma:

Seção 1 – Convocados e suas famílias: a) Exército – Senhora Gaspar Dutra; b) Marinha – Senhora Aristides Guilhem; c) Aeronáutica – Senhora Salgado Filho. II e III- Defesa Passiva: senhora Oswaldo Aranha, Marcondes Filho e Henrique Dodsworth. IV – Necessidades das famílias dos pequenos agricultores: senhora Apolônio Sales. V – Educação do Consumidor e do Produtor. Campanha da Borracha, metal, niqueis, etc. – Senhora Souza Costa. VI – Estudantes e crianças necessitados – Senhora Gustavo Capanema. VII – Organização de Cursos para Comunicações – Senhoras Mendonça Lima e Landry Salles. VIII – Fiscalização e policiamento – senhora Alcides Etchgoyen. IX – Colaboração com a seção de Propaganda – Senhora Coelho dos Reis. X – Organização de Cursos de transportes – Senhora Napoleão Alencastro Guimarães (Correio da Manhã, 1º/9/1942, p. 3, *apud* SIMILI, 2008, p. 141).

É interessante perceber que as mulheres recebiam os cargos a partir da função que os seus maridos desempenhavam no governo. Outra questão relevante dessa nomeação foi o fato de que os homens e as mulheres estavam unidos para enfrentar as consequências da guerra ao mesmo tempo em que os homens enfrentavam ao lado de Vargas e as mulheres, ao lado de Darcy. Da mesma maneira, enquanto Darcy dividia a organização da LBA com as mulheres da elite, convocava as demais mulheres para se voluntariarem nos trabalhos manuais (SIMILI, 2008). Com a saída dos homens dos seus respectivos grupos familiares para a guerra, as mulheres tiveram que assumir a responsabilidade de administrar a sobrevivência de suas famílias.

As voluntárias deveriam se inscrever. Os primeiros postos de inscrição das voluntariadas da LBA foram no Jornal do Comércio, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e no Palace Hotel. Conforme aumentava a propagação pela imprensa, outros postos eram abertos, como: na Ação Católica Feminina, no Metrô de Copacabana, no Tijuca Tênis Clube, entre outros. “pontos estratégicos e frequentados, em sua maioria, pela elite feminina carioca” (SIMILI, 2008, p. 142). E assim, as mulheres tinham uma função na guerra, “fazer

sacrifícios em nome da Pátria,” ao ceder “seus pais, seus filhos, seus maridos, seus noivos. Elas deveriam ainda estar disponíveis para trabalhar onde e no que quer que fosse necessário” gratuitamente e continuar na miséria, mas felizes por terem sido ‘úteis à pátria’ (SIMILI, 2008, p. 145). O Curso de Defesa Passiva Antiaérea para formar quadro de voluntárias foi uma das ações empreendidas pela primeira-dama, “o corpo das voluntárias da Defesa passiva surgiu no Brasil seguindo o modelo inglês, que preconizava a transferência de inúmeras tarefas da defesa interna ao corpo feminino auxiliar” (SIMILI, 2008, p. 148). Isso aconteceu pela preocupação após o ataque aos navios da costa brasileira cometido pelos alemães.

Nesse período, era conclamado que a necessidade de um “Brasil unido e forte” e de “um brasileiro sadio, alegre, trabalhador e patriota.” Essa máxima era o apelo ao qual as auxiliares e visitadoras da LBA atenderiam. Em setembro de 1942, foi ministrado o curso de formação para voluntárias da alimentação com o objetivo de orientar “as donas de casa acerca do preparo de alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, acessíveis as bolsas das classes populares.” Essas voluntárias seriam transmissoras dos conhecimentos sobre nutrição para as “Famílias dos convocados”. Esse curso estava sob a supervisão de Dante Costa (chefe da Seção Técnica de Alimentação) e concedido pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).” Inúmeros foram os cursos oferecidos pela LBA para formação dessas mulheres voluntárias. Destacaram-se, também, o curso de formação de samaritanas socorristas e de educação popular. Assim, a LBA ampliava seu escopo de atuação com as auxiliares sociais e as voluntárias da alimentação (SIMILI, 2008, p. 150).

Quanto a formação em educação popular, a atuação principal dizia respeito ao trabalho voluntariado do cuidado com as crianças que se encontravam no período pré-escolar. A formação foi conduzida pelo Instituto Nacional de Puericultura, pela Obra do Berço e pela Casa da Criança. Em relação aos cursos de formação destinados às voluntárias da LBA.

Alguns pontos devem ser destacados nos cursos oferecidos pela Legião Brasileira de Assistência. O primeiro diz respeito ao segmento feminino que a instituição, com a realização dos cursos, cooptou para o trabalho voluntário: as jovens e estudantes. Desincumbidas das tarefas domésticas ou das responsabilidades do trabalho em casa ou em indústrias, fábricas, escritórios e outros, as moças e estudantes compunham o segmento que tinha tempo livre suficiente para frequentar os cursos e poderiam, posteriormente, depois de formadas, assumir o trabalho voluntário.

Observa-se, assim, que antigas profissões foram revigoradas, como a de educadoras e enfermeiras; reforçaram-se novos campos de atividade, como o de assistentes sociais; os conhecimentos militares começaram a chegar até as mulheres; esboçaram-se novas áreas de trabalho, como o de nutricionista (SIMILI, 2008, p. 152).

Além desse movimento motivador ao voluntariado feminino para o trabalho gratuito, destacaram-se duas campanhas empreendidas pela primeira-dama através da LBA que consistiam na leitura de livros e na escrita de cartas. A disponibilização de livros para os soldados foi feita a partir da ‘Campanha do livro para o combatente’ em que se recolhiam livros, revistas e diferentes publicações da população para instituir uma ‘biblioteca ambulante’ para os soldados. Essa prática de biblioteca foi inspirada na *bibliothèque du soldat*, uma experiência do Exército suíço na Primeira Guerra Mundial, essa “biblioteca ambulante do soldado” da LBA era constituída por caixas-estantes com aproximadamente cinquenta livros de vários gêneros – romances em sua maioria e de história, geografia, viagens, biografias, ciências” (SIMILI, 2008, p. 170). Essa biblioteca ficava em cada tropa por um mês, após o encaminhamento para outra tropa era verificado a ausência de algum livro, era feita sua substituição e em anexo, havia um questionário sobre o livro que o soldado deveria preencher.

Em 1944, os soldados brasileiros que compunham a Força Expedicionária Brasileira (FEB) foram para o *front* de guerra até o seu encerramento em 1945. Assim, outras estratégias assistenciais foram criadas, uma dessas foi o Boletim da LBA que passou a ser órgão oficial de divulgação e comunicação entre o presidente, a LBA e os soldados. O responsável pela publicação desse periódico era Lobivar Matos, sua primeira publicação foi em janeiro de 1945 e com publicações quinzenais. Esse boletim era um importante meio de propaganda que continha “notas e recados das mães, esposas, filhas, namoradas e noivas” para os soldados e que solicitavam informações deles (SIMILI, 2008, p. 174).

Dessa forma, passou-se a incentivar a escrita por parte do soldado para seus familiares e assim, surgiu a outra campanha – “Madrinha do Combatente”. Essa campanha era para incentivar a escrita de cartas aos soldados e para isso, as mulheres foram mobilizadas. Elas adotariam um soldado como afilhado através da manutenção de correspondências constantes. Para que isso acontecesse, o soldado deveria escrever diretamente para a primeira-dama e solicitaria a referida madrinha. Darcy intermediava o primeiro contato entre o soldado e a sua respectiva madrinha, começavam-se as “obrigações recíprocas” desse momento em diante (SIMILI, 2008, p. 177). Assim, “de um lado, estavam homens solitários e carentes, de outro, adolescentes e jovens, dispostas a estabelecer e confortar os soldados” que se apaixonaram por correspondência (SIMILI, 2008, p. 179).

Por fim, o trabalho voluntariado das mulheres resultou na produção de materiais para os soldados na guerra também. Isso porque Darcy recriou o trabalho de costura como componente do programa de assistência aos soldados e aos seus familiares. Essas salas de costura foram espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro: nas filiais das lojas Singer, como também, na:

Associação de Caridade São Marcelo, no Lar Proletário, no Centro do Hospital Evangélico e no Clube Caiçaras. Havia, ainda, uma sala no núcleo central, instalada na sede da Comissão Central, quando ela já havia deixado de funcionar na sala cedida pela Associação Comercial e encontrava-se funcionando na Rua México nº 158, local onde permaneceu durante o período da guerra (SIMILI, 2008, P. 187).

Essas voluntárias responsáveis pelo trabalho de costura eram chamadas de “legionárias da costura” composto por um quantitativo grande de mulheres que produziram uma enorme quantidade de roupas para homens, mulheres e crianças. Essas roupas foram produzidas em quantidade significativas para os soldados usarem no frio europeu. Assim, essa distribuição de roupas ajudava a “minorar o sofrimento de mães e crianças afetadas pela guerra.” Além disso, nas “salas de bandagens” se produziam materiais em tecido para o uso médico-hospitalar que no relatório de 1942 a 1943 constavam de trinta mil “pensos individuais” que foram enviados para as Forças Armadas. Essas legionárias não recebiam remuneração pelo trabalho de produção que desempenharam. Dessa forma, as mulheres “se transformaram em ‘protetoras da população’, em ‘educadoras’, em ‘nutricionistas’, em ‘escritoras de cartas’, em ‘enfermeiras’, em ‘costureiras’, em ‘bibliotecárias’. Não resta dúvida quanto à exploração feminina. As voluntárias desenvolveram uma variedade de serviços, sem nada receber pelo serviço prestado” (SIMILI, 2008, p. 191).

Foi criado, ainda, o Serviço de Assistência à Família do Convocado (SAFC) vinculado à LBA. Esse serviço deveria “promover o reajustamento das famílias dos combatentes que com a guerra foram desajustadas, nos aspectos econômico, sanitário, judiciário, educacional e moral” (SIMILI, 2008, p. 182). O SAFC era composto por um órgão diretor, pelo Conselho Deliberativo, pela secretaria, pela Seção de Autorização de Suprimentos, pela Seção de Postos, pela Seção de Assistência Educacional e pela Seção Administrativa Judiciária e Arquivo (SIMILI, 2008, p. 183). Para a vinculação a esse serviço era necessário que as visitadoras fossem à casa dos familiares dos mobilizados e preenchessem uma ficha que resultaria no relatório confidencial sobre a “situação econômica, sanitária, educacional, judiciária e moral das famílias” que informavam “sobre a outra, a mãe e a esposa da família

do soldado” (SIMILI, 2008, p. 183). Assim, em relação à assistência econômica, o SAFC estipulou uma:

Fixação de uma cota para a família do combatente, sendo “50% transformada em gêneros alimentícios, os quais eram retirados do armazém dos SAPS (Serviço de Assistência da Previdência Social), mediante a apresentação de um talão fornecido pelos postos da LBA às famílias assistidas”. Quanto aos outros 50%, eram entregues aos “chefes dos postos” que passavam a administrar a vida da família, decidindo como essa cota deveria ser empregada no pagamento das contas dos “beneficiários” como aluguel, contas de padaria, leiteria, armazém etc. (SIMILI, 2008, p. 183).

Quanto a educação, a LBA tratava da matrícula e do registro civil dos filhos dos convocados. Em relação à “assistência judiciária e moral”:

Pretendia-se solucionar questões jurídicas e judiciais. Os registros civis de menores e adultos, as carteiras de identidade, a legalização de casamentos e a resolução de problemas, como “abandono familiar”, foram serviços instituídos com o objetivo de “levantar o moral e o ânimo” daqueles que se encontravam na base da sociedade e não conheciam seus direitos (SIMILI, 2008, p. 184).

Segundo relatório de 1942 a 1943 da instituição, havia oitocentas pessoas que trabalhavam de forma voluntária no atendimento familiar no Distrito Federal. De acordo com Simili (2008), contactou-se que diante do que foi posto pelo SAFC “as mulheres que ficaram dependentes da ajuda do Estado tiveram suas vidas vasculhadas pelas ‘visitadoras e auxiliares sociais’ da instituição e foram controladas por um ‘chefe de posto de serviço’ que decidia como o dinheiro devia ser aplicado” (SIMILI, 2008, p. 184). Assim, as mulheres dos soldados ao buscar a assistência se tornavam dependentes da instituição.

Para manter as instituições, Darcy estava em constante movimento ao promover reuniões, cursos preparatórios para as voluntárias, ao realizar campanhas, entre outros. Essas instituições assistenciais ocuparam todo o tempo de Darcy Vargas, principalmente, no segundo semestre de 1942, uma vez que seus filhos já tinham terminado os estudos e outros já não moravam mais com os pais (SIMILI, 2008).

Foram 958 fichas referentes aos soldados que participaram da Segunda Guerra Mundial. Desses 454 morreram. Assim, ao final do conflito:

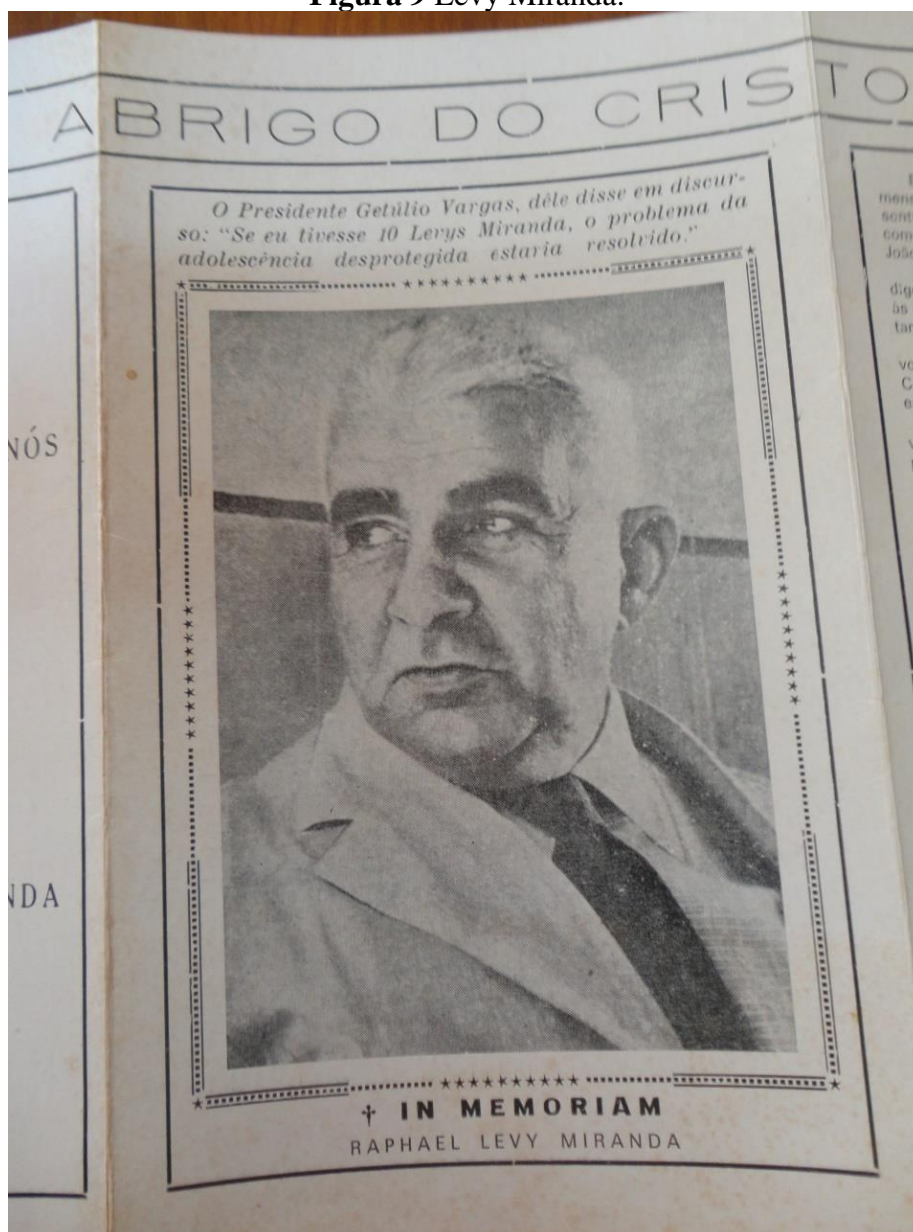
Os soldados se dirigiam à entidade com o propósito de pedir dinheiro para o pagamento de passagem a fim de chegarem até a cidade de origem, para solicitar que Darcy Vargas lhes fornecesse uma carta de apresentação para conseguir emprego, outros pediam a ela que intermediasse a contratação deles nos órgãos públicos; também solicitavam objetos como dentadura,

bengala, aliança, entre outros. Os registros também trazem evidências de que muitos soldados estavam mutilados e com a vida profissional para sempre comprometida. A guerra comprometera também a vida afetivo-familiar, visto que a intermediação da instituição para a regularização da separação consta do rol das solicitações (SIMILI, 2008, p. 186).

Cabe esclarecer, ainda que, esses materiais e todo o conhecimento que existe sobre a administração de Darcy Vargas representou o que foi permitido pelo DIP e pelo governante ser publicado, como também, as realizações da LBA apresentaram as práticas do governo Vargas e de sua esposa que esteve no comando. Assim, foi possível identificar a atuação da ‘Mulher da Assistência’, Darcy Vargas que atuou na administração de diversas obras assistenciais que se utilizou da máquina pública, da sua influência política para aparelhar e subsidiar essas instituições. Dessas instituições, a Cidade das Meninas foi construída no território de Duque de Caxias quando esse, ainda, pertencia ao município de Nova Iguaçu. Não há indício de que essa instituição no atendimento exclusivo de meninas, tenha funcionado. Pelo contrário, os documentos confirmaram que não houve atendimento. Assim, no ano de 1946, quando a administração foi substituída por Levy Miranda e a FACR passou a ser a mantenedora do terreno, esse passou a abrigar meninos em situação de abandono a partir de 1947. A seguir, apresentar-se-ão alguns detalhes da vida e da atuação de Levy Miranda, o ‘apóstolo da assistência’.

3.2 Levy Miranda: o apóstolo da assistência

Figura 9 Levy Miranda.



Fonte: FACR, [1970], 001.1c.

Esse título dado à Levy⁶⁶ demonstrava a ligação estreita da assistência com a caridade e pelo que ele empreendeu, associava-se à Igreja Católica que apesar de toda a crítica que recebeu no início do século XX pela sua atuação nas instituições caritativas administradas por ela. Mesmo assim, a Igreja conseguiu adequar suas instituições às exigências científicas

⁶⁶ Optou-se pela grafia do nome de Levy nesse formato. Primeiro, por aparecer inúmeras vezes dessa maneira nos diferentes textos e por ser a forma pela qual Pondé (1977) utilizou em seu livro.

instauradas pelo fazer filantrópico no período e permaneceu com prestígio nas atividades assistenciais ao longo do referido século.

Levy Miranda era baiano de Amargosa, teve pais evangélicos, estudou em escola pública e trabalhou como censor do Colégio Ipiranga. Pondé (1977) afirmava que após o nascimento de Levy, seu pai vendeu a fazenda de café e distribuiu aos pobres. Pode-se dizer que a narração da trajetória de Levy realizada por Jayme Pondé teve uma dimensão idealista. Com isso, percebeu-se uma narração fantástica, como também, construiu-se a imagem caritativa com ações similares as de Jesus Cristo. “Não foi um filantropo. Foi um homem de caridade e que deu tudo de si próprio” (FACR, [1970], 001.1b).

Levy se casou com Maria Angelina de Souza Miranda oriunda de uma família tradicional baiana. Ele se converteu à Igreja Católica por exigência da esposa e ao ser batizado, passou a assinar: Levy Raphael Miranda.⁶⁷ Levy trabalhou no Banco Nacional Ultramarino (1920) e no Banco do Brasil (1922), solicitando demissão em 1923. Em 1928, foi readmitido pelo Banco do Brasil e foi enviado para São Félix (Bahia) para trabalhar na função de caixa. A partir da Conferência dos Vicentinos, Levy conseguiu arrecadar donativos e inaugurou um albergue para abrigar os pedintes. Anos mais tarde, foi designado para uma agência em Barra Mansa no Rio de Janeiro, fundou a Associação Comercial, Industrial e Pastoril, construiu um local para funcionamento de asilo de idosos e do Orfanato Nossa Senhora do Amparo (PONDÉ, 1977).

Nesse mesmo ano, através do General Pantaleão Pessoa – Chefe da Casa Militar – conseguiu um encontro com o presidente Getúlio Vargas em que Levy solicitou a doação de um terreno do patrimônio público para “agasalhar os pobres.” Para atender à solicitação, Dr. Hildebrando Góes – Ministério da Viação – “recomendou a escolha de um terreno do Ministério da Agricultura, próximo à Fazenda São Bento, à margem da antiga Estrada Rio-Petrópolis” (PONDÉ, 1977, p. 77).

Levy não gostou do terreno que anos mais tarde, abrigaria a Cidade dos Meninos e solicitou outro terreno do Ministério da Agricultura, localizado na Avenida dos Democráticos em Bonsucesso no qual funciona até os dias atuais o remanescente da Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Segundo Pondé (1977), o Presidente Getúlio Vargas:

(...) doou terrenos, concedeu auxílios para construção, facilitou empréstimos, autorizou subvenções. Com o crescimento da obra, muitas vezes as

⁶⁷ Como Levy Miranda era evangélico ao se converter à religião Católica, acrescentou o nome ‘Raphael’ na sua assinatura (PONDÉ, 1977).

subvenções tornavam-se insuficientes. O Presidente recomendava ao Banco do Brasil tratamento especial para o Abrigo, facilitando adiantamentos, depois ressarcidos com concessão de créditos especiais. Manifestando seu carinho pela instituição, fez várias visitas ao Abrigo e aos outros estabelecimentos (PONDÉ, 1977, p. 27).

A seguir, foram apresentadas as obras assistenciais que foram conduzidas por Levy Miranda.

Quadro 9 Obras Assistenciais Administradas e Criadas por Levy Miranda

	ANO	LOCAL	INSTITUIÇÃO
01	1932	Barra Mansa – Estado do Rio de Janeiro	Asilo de idosos e do Orfanato Nossa Senhora do Amparo
02	1934	Bahia	Abrigo do Salvador;
03	1936	Bonsucesso – Cidade do Rio de Janeiro	Abrigo do Cristo Redentor;
04	1938	Cidade do Rio de Janeiro	Instituto Profissional Getúlio Vargas;
05	1940	Vassouras – Estado do Rio de Janeiro	Patronato Agrícola de Sacra-Família. Atualmente, Escola Agrícola Rodolfo Fuchs;
06	1941	Ilha de Marambaia – Rio de Janeiro	Escola Técnica Darcy Vargas;
07	1942	Recife - Pernambuco	Obra Social;
08	1943	São Gonçalo – Rio de Janeiro	Patronato de Menores;
09	1944	Ilha do Governador – Cidade do Rio de Janeiro	Escola João Luíz Alves;
10	1945	Engenho Novo – Cidade do Rio de Janeiro	Instituto Natalina Janot;
11	1946	Santa Cruz – Cidade do Rio de Janeiro	Instituto Horácio de Lemos
12	1947	Duque de Caxias – Estado do Rio de Janeiro	Cidade dos Meninos. Atualmente, Cidade dos Meninos Darcy Vargas;
13	1951	Santa Cruz – Cidade do Rio de Janeiro	Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas. Atualmente, Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda;

Fonte: Pondé (1977).

Quanto ao Abrigo do Salvador, funcionou na Bahia. A partir de participação de Levy Miranda nas reuniões do Sodalício de São Vicente de Paulo (1928), levantou-se a possibilidade de conseguir um espaço para abrigar mendigos. Ele não conseguiu que a instituição encampasse a ideia diante da falta de recursos. Mas, pode utilizar o nome da instituição para conseguir um espaço. “com autorização da Sociedade de São Vicente de Paulo, Levi agiu em nome da instituição, inclusive ao apresentar sua proposta ao Prefeito, e com a ajuda dos vicentinos realizou campanha para angariar a verba necessária à adaptação do imóvel e seu aparelhamento” (CAMINHA, 2012, p. 5). Assim, apresentou-se à casa do Prefeito de Salvador, José Americano da Costa (década de 1930), como representante da Sociedade de São Vicente de Paulo e solicitou um prédio. Ao reencontrar o prefeito, dessa vez, na sede da prefeitura com a diretoria dos Vicentinos que eram pessoas ‘ilustres’. Segundo

Pondé (1977, p. 55), conseguiu uma casa que não foi autorizada pela Saúde Pública para funcionamento.

Assim, ao saber que o Comendador Bernardo Martins Catarino estava vendendo um prédio e que pagava impostos anuais altos. Levy Miranda que não tinha o valor em dinheiro para fazer a compra, consultou o proprietário sobre a possibilidade de ficar isento desse imposto predial por três anos em troca da compra do imóvel. O proprietário concordou com tal proposta e conseguiu que o prefeito de Salvador concordasse também. Assim, foi inaugurada a primeira sede do Abrigo do Salvador.

Obtida a doação da casa para acolhimento dos mendigos, Levy Miranda, iniciou, com os Vicentinos, uma campanha de angariação de donativos, a fim de adaptá-la à sua finalidade, aparelhá-la e custear sua manutenção. Nessa ocasião, fazendo-se acompanhar constantemente de seu colega de Banco, Mário Pondé, que muito o auxiliou, arrecadava recursos entre seus colegas de trabalho, ou percorria o comércio a solicitar dos negociantes auxílio, em dinheiro ou em utensílios (PONDÉ, 1977, p. 56-57).

Mais tarde, a campanha foi ampliada com os Vicentinos e as personalidades famosas da sociedade baiana. Promoveram dois festivais com trechos de ópera, com grande repercussão e em que participou como artista amador. Para a Campanha Financeira, foram organizadas duas comissões: Patrocinadora e Executora.⁶⁸

Em 24 de junho de 1934, o Abrigo de Salvador foi inaugurado. A administração do abrigo ficou sob a responsabilidade das religiosas Franciscanas do Sagrado Coração que ocupavam o Convento de Santa Clara do Desterro. Assim, “os mendigos que, dias antes, haviam sido concentrados em um pavilhão do Hospício São João de Deus, na Boa Vista, foram conduzidos de ônibus, pela manhã daquele dia, para a Matriz de Santo Antônio Além do Carmo, de onde, após a Missa, seguiriam em cortejo até sua nova morada”, de acordo com Pondé (1977, p. 60).

Inaugurado o Abrigo do Salvador, constituiu-se a Diretoria de que participavam personalidades do comércio e membros da Sociedade de São Vicente de Paulo, ficando a assistência a internados aos cuidados da Congregação de Religiosas Franciscanas do Sagrado Coração. A elas, entregou-se a administração interna da Casa e, sob sua responsabilidade ficaram, também, os encargos de auxiliar o sacerdote no ministério religioso

⁶⁸ A Patrocinadora constituída por Capitão Juracy Magalhães (presidente de honra); Capitão João Facó (1º vice-presidente) e Dr. José Americano da Costa (2º vice-presidente). A comissão Executiva era formada por Sr. Anísio Masora (presidente de honra); Dr. Tancredo Teixeira (vice-presidente); Dr. Armando Carneiro da Rocha (1º secretário); D. Edith Gama e Abreu (2ª secretária); D. Celeste Cerqueira (1ª tesoureira); Dr. Raul Schmidt (2º tesoureiro). Havia, ainda, a lista nominal de membros da comissão (PONDÉ, 1977).

e os de colaborar no serviço médico como encarregadas da enfermagem (PONDÉ, 1977, p. 60).

Como havia muitos casos de tuberculose nesse período, foi construído um pavilhão apenas para os que estavam acometidos pela doença. A construção desse pavilhão foi financiada pelo interventor Juracy Magalhães. Mais tarde, conseguiram que o prédio que havia sido proibido pela Saúde Pública pudesse ser ocupado e os que tinham tuberculose foram transferidos para lá. São mencionadas, ainda, as dificuldades para que permanecessem internados (PONDÉ, 1977).

O entendimento de que essas pessoas em situação de pobreza tinham que trabalhar era descrito assim:

Afeiçoando-se à Casa e a seus benfeitores, passaram a colaborar espontaneamente, sendo aproveitados nos diversos serviços de limpeza, cozinha, horta e portaria. Cogitou-se de criar, para aqueles que estivessem em condições de realizar trabalho moderado, algumas atividades, com intuito de distrai-los e evitar os inconvenientes da ociosidade. Entendia Levy que a tristeza do ancião e do paralítico poderia ser amenizada, desde que pudessem produzir alguma coisa e que se sentissem úteis (PONDÉ, 1977, p. 63).

Sobre a manutenção do Abrigo, destacava-se que era mantida pela “generosidade do povo baiano, pelas famílias de escol, pelo comércio, pelos membros da Associação de São Vicente de Paulo.” Houve, também, a ação do governador Otávio Mangabeira que estabeleceu o convênio para manter um certo número de enfermos, com a Prefeitura, o arrendamento de terras e pequenas indústrias na fabricação de caixas de papelão que produziam renda. Ao final do texto, foi descrita a presença do interventor Capitão Juracy Magalhães que, ao visitar o Abrigo, contribuiu financeiramente (PONDÉ, 1977, p. 63).⁶⁹

Nem todas essas obras permaneceram sob a administração de Levy Miranda de acordo com Pondé. Quanto à estruturação e à disposição dos prédios, destacaram que:

Todos os asilos construídos por Levy Miranda têm planta idêntica, apresentam certa semelhança, conservam as mesmas características, naturalmente com algumas diferenciações, consoante a topografia ou as necessidades específicas de cada um. Todos eles se compõem de diversos pavilhões, um dos quais destinado à Administração, sendo os outros assim discriminados: capela, residência das Religiosas, dormitórios, refeitórios, cozinha, lavanderia e oficina (PONDÉ, 1977, p. 91).

⁶⁹ As instituições que estiveram sob o comando de Levy Miranda no Rio de Janeiro e que compunham a Fundação Abrigo Cristo Redentor serão tratadas na seção seguinte.

Levy Miranda e sua atuação na assistência perduraram em diferentes gestões governamentais. Foi indicado pelo presidente Getúlio Vargas para ocupar a função de membro do Conselho Nacional do Serviço Social (1938), condecorado pelo Presidente Dutra (1949), exerceu funções no governo do Presidente Café Filho (1955) e recebeu título pela Câmara dos Vereadores do município do Rio de Janeiro (1958). Dentre suas atuações, destacaram-se a iniciativa de Arlindo Janot com a criação das caixas de esmola e a promoção feita por Levy Miranda a partir de 1940. Além dessas ações, recebeu diploma do Papa Pio XII (1959). Entendeu-se assim, o motivo pelo qual Levy Miranda continuou sua função à frente da assistência como representante do governo por tantos anos consecutivos pelo fato de ao administrar as diferentes obras assistenciais atender a demanda de amenizar as mazelas capitalistas.

No momento em que já administrava a FACR, Levy ajudou a organizar uma Obra Social no Recife. O interventor de Pernambuco – Dr. Agamenon Magalhães em visita ao Rio de Janeiro para conversar com o Presidente Getúlio Vargas, conheceu Levy e teve como indicação do próprio presidente como “o homem que constrói abrigos”.

Após regressar ao seu estado, o interventor convidou Levy Miranda para ir ao Recife e esse embarcou em agosto de 1938 para o Nordeste. Primeiro, passou pela Bahia e em setembro de 1938 foi ao Recife. Junto de seu amigo Mario Primo de Lima e Silva – gerente da agência do Banco do Brasil – procuraram o interventor de Recife e traçaram planos para construção de um “asilo de indigentes” (PONDÉ, 1977, p. 160). Em 19 de setembro de 1938, aconteceu a primeira reunião com vários representantes na Associação Comercial e fundaram a Obra de Assistência ao Mendigo e ao Menor Desamparado em Recife. Foram eleitos a diretoria, o conselho fiscal, uma comissão para redigir os estatutos e se marcou a próxima reunião para dar prosseguimento as ações.

Em 1940, foi dado início a campanha financeira para a construção do Abrigo no Recife e “as obras ficaram sob a responsabilidade do Engenheiro Borges” que fora prefeito de Recife. A “direção da instituição, aos cuidados do Dr. Milton Pontes, que acompanhou com dedicação o desenvolvimento da obra. Devendo as edificações seguirem as mesmas normas e obedeceram à planta idêntica à do Abrigo do Rio de Janeiro” (PONDÉ, 1977, p. 168).

O Abrigo de Recife foi inaugurado em 20 de setembro de 1942. A administração do Abrigo foi realizada pela Congregação das Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus. A manutenção foi garantida por donativos e por subvenção anual instituída pelo interventor. Mas, a subvenção falhou nos últimos anos da década de 1970 e o Abrigo foi mantido pela

sociedade pernambucana e associados do Rotary Clube. Mas, ainda cabe o registro de que “o Abrigo teve suas terras invadidas por aventureiros, sob a cumplicidade de agitadores, às vistas complacentes do Governo da época. Esse acontecimento trouxe prejuízos à entidade e dificuldades às Administrações” (PONDÉ, 1977, p. 170).

Além de Salvador, Recife, Niterói e Rio de Janeiro, houve a tentativa de uma instituição semelhante à FACR no Espírito Santo que não avançou. Mas, cabe o registro de que Getúlio Vargas apontou a vontade de que se criassem nos estados da União “um asilo para indigentes e um educandário para menores abandonados” (PONDÉ, 1977, p. 162) desde que os estados doassem terrenos. Assim, o primeiro órgão central para coordenar essas ações foi criado pelo Decreto-Lei nº 525, de 19 de julho de 1938 assinado pelo Presidente da República e o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Levy Miranda foi eleito membro desse Conselho em setembro de 1938. Dessa forma, foi fundada uma federação com diversas instituições assistenciais subordinadas ao Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) com uma seção estadual.

Anos mais tarde, houve um estudo mais sólido sobre o tema e pelo Decreto-Lei nº 5.697, de 22 de julho de 1943 foi criado um instrumento legal com doze artigos dos quais destacamos os dois primeiros.

Art. 1º - O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) tem por função, como órgão coordenador, estudar, em todos os seus aspectos, os problemas de assistência social e do serviço social, e, como órgão consultivo e cooperador, assistir os poderes públicos e entidades privadas, em tudo quanto se relacionar com o assunto;

Art. 2º - Compete ao Conselho estabelecer normas, proceder estudos, orientar, fiscalizar e superintender todos os órgãos de assistência social do país, pública ou privada, tudo condicionar nível satisfatório de existência, diminuindo ou suprimindo a deficiência e o sofrimento causado por pobreza ou miséria (BRASIL, 1943b *apud* PONDÉ, 1977, p. 164).

Cabe destacar que das instituições assistenciais criadas nos moldes da FACR, Levy Miranda ficou como provedor, fazendo parte da diretoria apenas na do Rio de Janeiro. As demais, que representaram expansão, funcionavam de forma autônoma, mas nos primeiros anos receberam orientação de Levy Miranda. A seguir, apresentar-se-ão alguns detalhes da vida e da atuação de Levy Miranda, o ‘apóstolo da assistência’; o processo de institucionalização do Abrigo do Cristo Redentor; a atuação significativa do Sindicato dos Lojistas na pessoa de Átila Sobrinho; algumas características dessa obra assistencial e algumas personalidades governamentais que atuaram na mesma.

3.3 O asilamento da infância desvalida na capital do Brasil

Apesar de Pondé (1977) ter afirmado que a iniciativa do Abrigo do Cristo Redentor partiu da iniciativa de Levy Miranda. Ao pesquisar por dados sobre a denominação anterior que recebeu a FACR – Obra de Assistência a Mendigos e Menores Desamparados que administrava outras instituições asilares, dentre elas, o Abrigo do Chrysto Redemptor. Identificou-se a partir do descritor correspondente ao primeiro nome da FACR que no jornal foi apresentado outra pessoa como a responsável pela obra social, o presidente do Sindicato de Lojistas – Átila Ramos Sobrinho.⁷⁰

O descritor – Obra de Assistência a Mendigos e Menores Desamparados – permitiu a identificação de nove reportagens na hemeroteca da Biblioteca Nacional sobre essa instituição na década de 1930 como maior incidência no ano de 1935 e 1939. Dessas nove, uma tratava da Delegacia que fiscalizava obras assistenciais na cidade do Rio de Janeiro (1939); quatro versavam sobre o Abrigo Redemptor (1939); uma tratava da questão das pessoas em situação de rua, dos ‘menores abandonados’ (1935) e quatro tratavam da campanha para instalação com referência a primeira denominação da instituição (1935-1937).

Dessas reportagens, a de 21 de agosto de 1935 ocupava quase a página inteira com a seguinte manchete – “Menores, Mendigos e Vadios” seguida da explicação “Enquanto é creado [sic.] na polícia o serviço de fiscalização aos mendigos, a cidade está cheia de pedintes – O triste aspecto das ruas com os mendigos sentados nos passeios – Vadios, ébrios que imploram a caridade ... à força”. A primeira linha da reportagem já cobrava uma ação mais enérgica dos poderes públicos “constitue [sic.] um verdadeiro problema, para o qual ainda não encontraram os poderes públicos uma solução condigna, o serviço de assistência social.” Na sequência, o primeiro tema abordado era “Menor Abandonado” e afirmava que apesar da instituição do Juizado de Menores, da criação de Patronatos Agrícolas com núcleos de serviços de artífices, não havia vagas para atender a todos os que se encontravam na situação de rua. Ainda, descrevia a situação de meninos chamados de “pivettes”, de acordo com O Imparcial (MENORES, 21 ago. 1935, p. 12).

De outra feita, as autoridades do 3º distrito policial fizeram apresentar ao dr. Mello Mattos, então juiz de menores, uma leva de garotos, “pivettes” que

⁷⁰ Encontram-se diferentes versões para a grafia do nome – Átila (Attila – Atilla – Atila). Diante disso, optou-se por esse formato – Átila Ramos Sobrinho. O nome completo é Átila Ramos Machado Sobrinho.

perambulavam no terreno da esplanada do Castello, e que durante à noite, serviam de “vedettas” aos delinquentes. Dos detidos, nenhum se mostrava triste. Mostravam-se, até satisfeitos. Tal sentimento provocou a curiosidade à autoridade, por isso que não é de alegria o sentimento que inspira a qualquer pessoa, o facto de ser levado à presença de um magistrado. O caso, porém, teve a sua explicação. Um dos garotos, ao serem elles levados ao carro que os devia transportar ao cartório da rua das Laranjeiras, explicou:

-Nós estamos alegres “seu” commissário porque vamos passear de carro, à custa da Polícia. Iremos até às Laranjeiras e em chegando lá, nos mandam em paz. Não há vaga... Seriam então, nove horas.

Duas horas, depois regressavam os garotos à delegacia, mas livres. Voltaram, apenas, para com sua presença, confirmarem o que haviam dito (MENORES, 21 ago. 1935, p. 12).

Descrevia, ainda, o caso referente a uma menina, o que evidencia que faltavam abrigos para os meninos e as meninas.

Outro facto ainda mais suggestivo ocorreu há tempo, na delegacia de Mem de Sá. Foi o caso de uma menor orphã, que vivendo à expensas de uma irmã casada, era por esta e pelo cunhado, maltratada e vê-se um dia seduzida por um indivíduo. Levada a queixa à autoridade policial, esta encaminha a offendida ao juizado de menores, narrando-lhe o ocorrido. Daquelle juízo foi a menor conduzida ao asylo, acompanhada de um officio dirigido ao administrador do estabelecimento.

Foi portador desse officio e acompanhou a menor o mesmo policial que anteriormente a conduzira à rua das Laranjeiras. Pois bem, apesar de ser para ali enviada pelo juiz de menores, a mocinha não teve a guarida no Asylo. As portas lhe foram fechadas. Não havia vaga... (MENORES, 21 ago. 1935, p. 12).

Abordava, ainda, na reportagem a questão dos “mendigos e vadios”, como também, descrevia a ação fracassada da Fundação Affonso Penna no bairro Estácio de Sá que com a “revolução” passou para a administração da municipalidade que não concluiu as obras para que o edificio pudesse ser utilizado como obra assistencial (MENORES, 21 ago. 1935, p. 12). Apresentava, ainda, a experiência não exitosa do Albergue da Boa Vontade:

Fracassada que foi a idéa da “Fundação Affonso Penna”, foi idealizada uma outra. Cavalheiros do alto commercio resolveram installar o serviço de assistência aos verdadeiros necessitados, estabelecendo o Albergue de Boa Vontade e creando uma caixa de auxílio, por intermédio da qual fosse destinada uma mesada a cada mendigo. Entretanto, para evitar abusos, solicitaram elles o auxílio das autoridades policiaes. Ao pedirem a colaboração da polícia tinham os negociantes duas finalidades: evitar que fossem burlados por individuos sem escrúpulos e falsos mendigos, e que os verdadeiramente necessitados continuassem a invadir as casas commerciaes, a cata de uma esmola (MENORES, 21 ago. 1935, p. 12).

Desse trecho da reportagem, destacaram-se dois aspectos: a classe a qual estava incomodada com a circulação de ‘menores’ pelas ruas da Cidade Maravilhosa – “Cavalheiros do alto commercio e o incômodo que esses “pedintes” causavam a essas casas comerciais ao esmolar – para que parassem de “invadir as casas commerciaes a cata de uma esmola”. Isso vai ao encontro do fato de que o Governo Federal ao subsidiar e ao consolidar a atuação da FACR como uma política pública de assistência atendia a demanda de uma classe social específica, a do alto comércio. Ainda, salientava que o delegado Jayme Praça foi designado para repreender aos ‘mendigos’ e aos ‘menores’ que “exploravam a caridade pública”, mas enfatizava que apesar da nomeação a ação da polícia era ineficaz, não fiscalizava (MENORES, 21 ago. 1935, p. 12).

As quatro reportagens de dezembro de 1935, abordavam em sua temática a campanha financeira para a construção da instituição de asilamento, a atuação significativa do Sindicato dos Lojistas e a importância da Obra Assistencial que mantinha o Abrigo do Christo Redemptor. Todas com bastante destaque.

A manchete que convidava à participação da campanha financeira era intitulada – “Campanha da Obra de Assistência aos Mendigos e Menores Desamparados – Apello ao commercio varejista”. Descrevia o objetivo da campanha que era a construção de um “grande Abrigo” no “vasto terreno” que fora doado pelo Governo que seria utilizado “para recolhimento dos mendigos e menores que perambulam pela cidade, com tantos inconvenientes para o commercio, e cujo afastamento constitue verdadeiro problema comercial a aliar-se ao problema humanitário” (CAMPANHA, 12 dez. 1935, p.05). Novamente, era evidenciado o problema comercial.

Anunciava que já havia sido instalada, em cooperação com a polícia, uma Caixa de Esmolas para “socorrer os verdadeiros necessitados.” Outro aspecto interessante era o fato de que apresentava o Sindicato dos Lojistas com seu diretor Átila Ramos Sobrinho que se dedicava com “extraordinário entusiasmo” com o patrocínio da obra desde o começo, além da participação de outros diretores (CAMPANHA, 12 dez. 1935, p.05). Mas, Pondé (1977) não citou em seu livro tão efusiva participação, pelo contrário, evidenciou apenas a ação de destaque de Levy Miranda, inclusive, como o idealizador da FACR. Percebeu-se que, na verdade, já havia uma movimentação por parte da classe comercial quando Levy Miranda se uniu ao movimento e assumiu a condução de Provedor Perpétuo instituído pelo Governo Federal na institucionalização do Estatuto ao transformar em Fundação a referida obra assistencial. Essa reportagem, endereçava a campanha ao comércio varejista:

O commercio varejista será visitado por três comissões, portadoras de credenciais do SYNDICATO DOS VAREJISTAS, e para ellas solicita este o melhor acolhimento como, ainda, auxilio tão generoso quanto possível, considerando paralelamente ao seu aspecto social, o aspecto commercial dessa obra intelligente e oportuna, que vem ao encontro de antigas aspirações do seu órgão de classe (CAMPANHA, 12 dez. 1935, p.05, grifos do autor).

Essa publicação evidenciava, ainda, que era uma campanha que vinha corresponder a solicitações antigas dessa classe. Foi publicada em dois dias subsequentes, 11 e 12 de dezembro de 1935 e finalizava com a afirmação de que era para “favorecer do melhor modo possível a Obra de Assistência aos Mendigos e Menores Desamparados” (CAMPANHA, 11 dez. 1935).

No terceiro dia consecutivo, em 13 de dezembro de 1935, era reforçada a ação nobre do Sindicato dos Lojista – “Pela Velhice e Pela Infância desamparada – a nobilitante obra do Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro” (PELA, 13 dez. 1935, p. 03) que era atribuída à Obra de Assistência aos Mendigos e Menores Desamparados sob direção de Átila Ramos Sobrinho.

Será uma realização altamente sympathica e proveitosa sobretudo para o commercio que é a maior victima desses espetáculos tão deprimentes e tão communs na nossa “urbs” em que nas ruas de maior movimento se estendem fileiras de mendigos enfermos, aleijados ou expondo chagas como lázaros, a pedir à caridade pública, da mesma forma que, atiradas à vida livre, bandos de menores perambulam inconscientes por todas as sargetas da cidade, adquirindo vícios de toda espécie, degradando-se ao extremo para constituírem amanhã a nata dos inúteis e perniciosos da nação – malandros, ladrões alcoolatras, débeis mentais, etc., causando-lhe vultuoso dispêndio (PELA, 13 dez. 1935, p. 03).

Estendia, novamente, ao comércio varejista e elogiava a ação empreendida, “o Sindicato encara o problema de modo decisivo, reunindo forças suas às de valiosos colaboradores”. Chama a atenção, ainda, nessa reportagem, o fato de que essa atuação pela implementação do espaço de asilamento estava “removendo essa sombra que tanto depõe contra nossos fóros de civilizados, o Sindicato de Lojistas terá concluído uma obra de alto relevo commercial e humanitário” (PELA, 13 dez. 1935, p. 03), ou seja, o viés civilizador do empreendimento por um entendimento que essa população de rua era oposta ao título de cidade civilizada do período.

Após essa sequência de três dias consecutivos, na semana seguinte era publicada numa página inteira, “O ‘ABRIGO REDEMPTOR’ e a altruística campanha encetada pelo

Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro – O IMPARCIAL entrevista o delegado Jayme Praça, o precioso cooperador do sindicato” (O ABRIGO, 18 dez. 1935, p. 10, grifos do autor) que iniciava a reportagem com a seguinte informação:

Encerrou-se sabbado último a semana destinada ao recolhimento dos donativos destinados a creacção do grandioso monumento social, que será, em futuro bem próximo, o Abrigo Christo Redemptor. E encerrou-se com chave de ouro, por isso que as quotas recebidas foram muito além dos cálculos optimistas, o que revela a generosidade dos doadores e atesta a boa vontade com que trabalhou a commissão organizadora da Campanha da Obra de Assistência a Mendigos e Menores Desamparados, da qual fizeram parte elementos de destaque da nossa sociedade. Com o encerramento dos trabalhos, apurou-se a avultada somma de 1.625 contos collectados, isto é, importância muito superior aos cálculos feitos pelos beneméritos promotores de tão alevantada obra social, para a sua completa execução (O ABRIGO, 18 dez. 1935, p. 10).

Já abordavam a seguir, o que seria criado no Abrigo – pequenas manufaturas (fábricas de vassouras, pentes e outras indústrias pequenas), uma seção de atendimento para os próprios internos com lavanderia exclusiva para meias e pequena oficina de cerzideiras para distrair os idosos que traria “uma pequena renda” para auxiliar “a manutenção da grande obra” e complementava “ahi serão concertadas, lavadas e entregues aos donos, enquanto uma pequena contribuição que, estamos certos, ninguém deixará de fazer com prazer” (O ABRIGO, 18 dez. 1935, p. 10).

Foi transcrita a entrevista realizada com o Chefe do Serviço de Fiscalização e de Repressão à Mendicância – Delegado Dr. Jayme Praça – “sobre tão importante capítulo de Assistência Social”. Era tão importante a entrevista que havia uma fotografia do referido delegado.

O delegado no ato da entrevista atribuiu ao Governo Provisório a iniciativa da Obra Assistencial que já afirmava que bastava “accentuar que, antes desse serviço a cidade estava infestada de mendigos e falsa mendicância era praticada em larga escala” (O ABRIGO, 18 dez. 1935, p. 10) e continuava, “hoje não se pode contestar que a cidade está isenta dos espectaculos de miséria a que assistia diariamente e a que o falso mendigo desapareceu. Quanto a este, a sua existência originava-se da falta de repressão. Poucos fora, de verdade, os casos de falsa mendicância, apurados durante dois anos de effectiva actuação de serviço, apenas cinco casos” (O ABRIGO, 18 dez. 1935, p. 10). Ele, contabilizava, ainda, cerca de 664 “desvalidos” que “invadiram a cidade”. Dizia que essa realidade teria mudado pelos “meios” fornecidos pelo Sindicato dos Lojistas e uma instituição dirigida pela Senhora Edith Frankel.

Quanto a diminuição dos “falsos mendigos”, atribuiu à repressão empreendida sobre os “falsos desvalidos”. Outro aspecto importante que foi apresentado pelo delegado dizia respeito a atuação da Polícia após a criação do Abrigo do Christo Redemptor.

Como já tive oportunidade de informar, há tempos, cabe à Polícia papel de relevância, de vez que, a seu cargo fica o serviço de identificação, classificação e vigilância dos mendigos. Secções técnicas deverão ser creadas, de modo, a facilitar a acção da autoridade, que terá o controle de fiscalização e repressão da mendicância, servida por um aparelhamento capaz de atender às necessidades que se apresentarem na solução de problema (O ABRIGO, 18 dez. 1935, p. 10).

Afirmava que a criação do Abrigo resolveria a questão da mendicância associada a medidas legais que, inclusive, o próprio delegado já havia apresentado um Projeto de Lei que abrangia os casos de:

(...) internação compulsória dos desvalidos; encaminhamento à Assistência Judiciária dos que possuem pessoas, nos termos do Código Civil, em condições de prover à sua subsistência; regulamentação e controle dos institutos de caridade; pronunciamento da Justiça contra diretores desses estabelecimentos que não applicarem as rendas obtidas nos mesmos, considerando-se estellionato, quando se verifique esse caso e o instituto não seja controlado pela autoridade. Como vê, como Legislação adequada às reses necessidades do problema e com a obra em vias de conclusão, não resta dúvida que a questão da mendicância estará resolvida (O ABRIGO, 18 dez. 1935, p. 10).

Desses seiscentos e sessenta e quatro que foram fichados por estarem em situação de rua, o delegado apresentava a destinação deles para hospitais; aqueles que desistiram e não voltaram à delegacia; os “falsos mendigos; encaminhados para os estados de origem; enviados para hospital de alienados e os que foram empregados.

Uma das fotografias expostas na reportagem era a do Senhor Átila Ramos Sobrinho, presidente do Sindicato dos Lojistas. Havia, ainda, a descrição de um caso de jovem de vinte e três anos que foi encaminhado para o emprego. Na sequência foram apresentados os seguintes subtítulos – Mendigos Ricos, Mendigos Explorados; A velhinha que era explorada; Mendigo Conquistador – com descrição da idade e do que o caracterizava com o título dado pelo autor da matéria de jornal. Eram apresentadas as fotografias de cinco idosos também. O encerramento da reportagem apresentava como seria comemorado o Natal:

O delegado, dr. James Praça, auxiliado pelo Sindicato dos Lojistas, pensa em uma grande festividade, que será oferecida aos mendigos e desamparados da cidade. Assim conseguiu aquella autoridade do Sindicato transferir de

hontem para o próximo sabbado, o dia de distribuição dos donativos mensais que há dois annos vem sendo feita por aquella aggremação da laboriosa classe do commercio varejista.

Naquele dia, além das mensalidades, receberão os mendigos roupas, brinquedos e outras surpresas agradáveis.

À festividade comparecerão innumeradas famílias da nossa sociedade, especialmente convidadas para esse fim (O ABRIGO, 18 dez. 1935, p. 10).

Essa reportagem como as anteriores, reforçavam a importância da institucionalização da Obra de Assistência aos Mendigos e aos Menores Desamparados com a criação e manutenção do Abrigo do Christo Redemptor através da entrevista da autoridade que era responsável pelo controle dessa população.

A reportagem de 1937, “A Campanha Pró-Assistência a Mendigos e Menores Desamparados” reafirmava a vinculação direta com o comércio ao informar que na sede da Associação dos Empregados no Comércio havia sido iniciada a campanha financeira dessa Obra de Assistência. Afirmava que, há dois anos e com “excelentes resultados,” dezoito construções do Abrigo do Christo Redemptor – “estabelecimento de caridade” – abrigavam cerca de oitocentos “mendigos” com “todo o conforto”. Associava o Abrigo ao modelo do patronato e anunciava que aconteceriam oficinas para diferentes especialidades (A CAMPANHA, 22 jul. 1937, p. 10). Ao final, foram apresentados alguns dados informados na reunião de prestação de contas da obra assistencial:

A campanha inaugurada deverá encerrar-se no dia 30 do corrente. Na primeira reunião-relatório, verificou-se um resultado sem precedentes, sendo arrecadada a quantia de 132:372\$. A reunião de hontem foi muito concorrida, falando o vice-presidente da comissão executiva, dr. Antonio França Filho. Da comissão patrocinadora fazem parte a sra. Darcy Vargas, dr. Leonardo Truda, almirante Isaías de Noronha e figuras do maior destaque da sociedade carioca (A CAMPANHA, 22 jul. 1937, p. 10).

Além das questões apresentadas, a reportagem apontou que não havia o atendimento aos ‘menores’ após os dois anos de funcionamento ao anunciar que teriam oficinas em breve, como também, a “secção de menores, cuja construção vae ser iniciada” (A CAMPANHA, 22 jul. 1937, p. 10).

Apesar da vinculação e da representação do desejo da classe dos comerciantes, a reportagem após esses dois anos de atuação, não apresentou mais o nome do presidente do Sindicato dos Lojistas como havia sido feito nas reportagens de 1935. Assim, entendeu-se que para o lançamento da Campanha de Financiamento, teve maior participação de Átila uma vez que esse desempenhou a função de Assistente Técnico na primeira gestão administrativa

da Obra de Assistência a Mendigos e Desamparados de acordo com o Quadro 11. Dessa mesma forma, ao identificar essas reportagens sobre o momento inicial de institucionalização da Obra Social que se transformou em FACR, percebeu-se que não foi possível atribuir como iniciativa de Levy Miranda que nem teve seu nome mencionado na reportagem que tratou dos primeiros dois anos de atuação da entidade social. Pelo contrário, Levy foi a pessoa com ligação direta com o Governo Federal que centralizou a condução da Fundação para atender tanto aos interesses da classe dos comerciantes como para atender aos interesses do Governo Federal no que se refere ao modo de produção taylorista/fordista. Essas questões referentes à atuação de Levy Miranda foram de possível percepção a partir da análise do Estatuto e das reportagens pesquisadas no período da década de 1930.

As reportagens seguintes, referentes ao ano de 1939, apresentavam a ação da “Delegacia Social da Prefeitura no que se refere às instituições de Assistência Particular no Distrito Federal” e dentre elas, elencava o Abrigo de Mendigos e Menores Desamparados em relação à primeira denominação da FACR (DELEGACIA, 07 mai. 1939, p. 07). A outra reportagem de 1939 divulgava uma visita do Orpheon Português que aconteceria ao Abrigo Redemptor para exibição dos seus conjuntos artísticos que proporcionaria aos “asylados um verdadeiro espectáculo de arte orfeônica” (DELEGACIA, 07 mai. 1939, p. 07).

Com uma reportagem que ocupava quase a totalidade da página, seguida de três fotografias e com uma manchete que sintetizava o que a matéria jornalística imprimia – ABRIGO REDEMPTOR, Escola de Instrução e Ensino – O Presidente Getúlio Vargas visitou, hontem, esse estabelecimento – A oração do Ministro Souza Costa (ABRIGO, 15 out. 1939, p. 08). Os primeiros parágrafos da reportagem foram escritos em negrito, enalteciam a instituição e a forma pela qual recebeu o “Chefe de Governo” acompanhado de Darcy Vargas e do General José Pinto. Apontava que atendia a “1.000 asylados” e dentre esses, quatrocentos faziam “instrução profissional” no Instituto Profissional Getúlio Vargas. Assim, em 1939, já estava consolidado o atendimento aos ‘menores’, complementava com a informação de que **“o Chefe do Governo foi recebido por altas autoridades civis e militares, especialmente por senhoras da nossa melhor sociedade tendo à frente a Sra. Arthur de Souza Costa”** (ABRIGO, 15 out. 1939, p. 08, grifos do autor). Nesse momento, era mencionada a atuação de Levy Miranda:

O Sr. Levy Miranda, o idealizador e o principal elemento coordenador dessa grande iniciativa de assistência aos mendigos e menores desamparados, teve oportunidade, nessa ocasião, de fazer uma synthese

sobre a nova campanha financeira que o Abrigo Redemptor vae encetar visando a construcção do Patronato Agricola da Fazenda do Pao Grande e a Escola Modelo da Restinga de Marambaia (ABRIGO, 15 out. 1939, p. 08, grifos do autor).

Levy Miranda, ainda, lembrou da obra assistencial dirigida por Darcy Vargas, como **“acentuou os relevantes serviços que o governo vem prestando àquellas crianças”** (abrigo, 15 out. 1939, p. 08, grifos do autor). Era mencionado o funcionamento de uma escola pública para as crianças da localidade.

Foi descrito com detalhes o transcorrer da cerimônia com o nome dos estudantes envolvidos e das autoridades com suas respectivas homenagens. Foi oferecido almoço e após a refeição, “os próprios abrigados do Asylo que outrora eram mendigos, serviram à mesa. O presidente Getúlio Vargas teve a oportunidade de palestrar com esses meninos, tendo todos elles, confessados serem muito bem tratados e estarem muito satisfeitos no Abrigo” (ABRIGO, 15 out. 1939, p. 08) que apresentava a atividade fim da instituição – o trabalho.

Foi evidenciado que o Ministro Souza Costa que era membro da diretoria do Abrigo “fez um brilhante e eloquente discurso analysando a obra social do governo Getúlio Vargas”, exaltou a atuação de Levy Miranda, apontou que o Abrigo Redemptor era “uma obra de fé e de coragem” e retomou a fala de Levy na reunião da fundação do “asylo” sobre a questão financeira de que “para a sua construcção, não haveria necessidade de um lastro monetário porque o abrigo ia constituir um trabalho de dedicação e que, em todos os corações christãos, é que ia residir o patrimônio e o pecúlio daquela casa de amparo” (ABRIGO, 15 out. 1939, p. 08) – essa afirmação apresentava a ligação da instituição com o fazer religioso ao mesmo tempo caritativo que a denominava como ‘obra de caridade` que no futuro não “honrará” apenas o “governo do Sr. Getúlio Vargas, como será um estabelecimento padrão do ensino profissional e educacional da nossa Pátria” (ABRIGO, 15 out. 1939, p. 08).

Havia a descrição de uma carta de uma doação de “200 contos” em que o doador queria sigilo sobre o seu nome, mas que permitiria homenagem após morto. A oficina de fiação foi visitada pelas autoridades e na ocasião, Darcy Vargas prometeu prêmios aos mais estudiosos. Antes de Getúlio Vargas se retirar, foram proferidas “palavras de incentivo ao Sr. Levy Miranda e demais cooperadores da obra” seguida da afirmação do Presidente de “que podiam continuar a contar com o apoio e o auxílio do governo na certeza de que faziam, antes e acima de tudo, uma obra de alta relevância social” (ABRIGO, 15 out. 1939, p. 08).

Apenas em 1939, Levy Miranda apareceu como o principal condutor da Obra Assistencial com a citação de seu nome diversas vezes e com referências elogiosas a ele. De acordo com o Quadro 11, Átila Sobrinho continuava na administração da Obra Assistencial, mas não foi mencionado o seu nome na reportagem como nas anteriores e tanto ele, quanto Levy desempenhavam a função de Provedor que não tinha a especificidade de ser perpétuo ainda. Essa mudança foi atribuída no Estatuto reformulado em 1943. Havia a menção de outros membros que atuavam na gestão da instituição, mas apenas o nome de Levy foi evidenciado. Entendeu-se, assim, a construção feita pelo governo para centralizar em Levy a condução quando o nomeou Provedor com a especificidade de – Perpétuo – para que permanecesse para sempre como principal administrador da Obra.

Conforme já foi sinalizado por Pondé (1977), Levy Miranda retornou para Bahia por conta de uma doença pulmonar que sua esposa havia adquirido quando moravam em Barra Mansa (RJ) em 1933 e nesse estado, organizou uma instituição para que funcionasse o Abrigo do Cristo Redentor de Salvador. Diante da obra assistencial que Levy Miranda dirigira na Bahia, o interventor Juracy Magalhães falou sobre essa iniciativa ao presidente Getúlio Vargas que solicitou ao presidente do Banco do Brasil – Dr. Leonardo Trudda – sua transferência para o Rio de Janeiro:

Levy recebeu a notificação de sua transferência surpreso, porque não a solicitara e, na época, havia empenho em dificultar toda a pretensão nesse sentido. Desejando saber a razão da medida, embarcou para o Rio, em janeiro de 1935, levando três cartas de recomendação ao Interventor da Bahia, dirigidas, respectivamente, ao Presidente da República, ao Dr. Pedro Ernesto, Prefeito do Distrito Federal, e ao Major Felinto Müller (PONDÉ, 1977, p. 68).

Segundo Pondé (1977, p. 73), ainda, após conversar com o presidente do Banco do Brasil, Levy soube que sua transferência foi solicitada pelo Presidente da República para desenvolver o mesmo trabalho assistencial que havia realizado na Bahia. Partiu de Salvador de navio em 5 de março de 1935.

Na década de 30, no Rio, o centro da cidade era o paraíso dos mendigos. Por toda a parte se encontravam: às portas das igrejas, estirados aos passeios, nas estações ferroviárias, na Cantareira ou perambulando pela Av. Rio Branco e adjacências. Impressionavam pelo número avultado e pela maneira insólita com que exibiam suas úlceras e deformidades. Havia uma classe, porém, à qual traziam mais preocupação por se sentir diretamente atingida pelo transtorno que suas presenças causavam: a dos comerciantes. Principalmente aos sábados, invadiam os estabelecimentos comerciais, perturbando as

atividades dos seus donos e importunando a freguesia (PONDÉ, 1977, p. 73).

Para atender ao desejo da classe dos comerciantes, Pondé (1977) citou as iniciativas do Dr. Antônio Ribeiro de França Filho, presidente do Sindicato dos Lojistas (1954) que mais tarde se tornou deputado federal próximo a Getúlio Vargas, instituiu o movimento da caixa de esmolas para as pessoas em situação de rua, como também, a criação da Delegacia de Mendicância. Essa delegacia foi criada na época em que o Major Filinto Müller era chefe de polícia para que fosse feita uma triagem e assim, segundo Pondé (1977), descobriram muitos “falsos mendigos”. Nessa triagem, enviavam os que precisavam de empregos para o Albergue da Boa Vontade e os “verdadeiros necessitados” para o Sindicato de Lojistas para receber o auxílio. A aproximação de Levy Miranda do Dr. França Filho foi importante “pelo prestígio que desfrutava no comércio, aproximou Levy de inúmeras personalidades do alto comércio e da indústria, proporcionando o grande êxito que obteve na execução das campanhas financeiras em prol da instituição (PONDÉ, 1977, p. 73).

Assim que chegou ao Rio de Janeiro em 1935, Levy procurou o Dr. Jayme Praça – delegado de polícia – para tentar solucionar a questão da mendicância e o apresentou ao Sindicato dos Lojistas. Procurou, também, os membros da Sociedade de São Vicente de Paulo. Marcou reunião com o Sr. Álvaro Henrique de Carvalho – alto funcionário do Banco do Brasil.

A essa reunião, compareceram: Almirante Isaías de Noronha, Professor Augusto Paulino, Comandante-Aviador Dante de Mattos, Drs. Jayme de Souza Praça, Lourival Cruz, Filogênio Peixoto, José Nunes Guimarães, Artur Teixeira Dias, Srs. Mário Pondé, Átila Ramos Machado Sobrinho, Milton Barcelos, Borja Reis, de A Noite, e Ernesto Cony Filho, do Jornal do Brasil. Aclamaram Presidente da reunião o Almirante Isaías de Noronha (PONDÉ, 1977, p. 75).

Nessa reunião, Levy falou sobre a necessidade de instaurar uma grande campanha pública para resolver a “questão da mendicância”, o relato do que conseguiu de “êxito” na Bahia com uma campanha similar e apresentou fotografias, balancetes, documentos, como também, mencionou a acolhida do comércio, do Major Felinto Müller e do Dr. Pedro Ernesto. Da reunião, saíram os seguintes encaminhamentos: designação de uma comissão para conversar com o prefeito do Distrito Federal; avaliação e estudo de um terreno em Irajá; elaboração dos estatutos da instituição e foram designados os seguintes nomes para a

comissão: “Dr. Jayme Praça, Srs. Álvaro Henrique de Carvalho, Átila Ramos Sobrinho e Dr. Filogônio Peixoto” (PONDÉ, 1977, p. 76).

Assim, Levy iniciou a tentativa de acesso ao Presidente da República – Getúlio Vargas. Foram feitas inúmeras tentativas para Levy se atendido pelo Presidente por diferentes pessoas que tiveram os nomes citados no texto de Pondé até a consulta do General Pantaleão Pessoa ao Juiz de Direito e ao prefeito de Barra Mansa. Finalmente, Levy foi apresentado a Getúlio Vargas. Após duas horas de reunião, o Presidente da República ordenou que Dr. Hildebrando de Goes – diretor de um dos Departamentos do Ministério da Viação – localizasse um terreno do poder público. Dr. Hildebrando indicou o terreno do Ministério da Agricultura que pertenceu à Fazenda São Bento e era próximo à antiga Estrada Rio-Petrópolis (PONDÉ, 1977).

Levy gostou do terreno, mas achou distante. Assim, acompanhado do General Pantaleão Pessoa solicitou que fosse cedido o terreno do Morro do Frota e Getúlio prometeu que o terreno seria doado. Solicitou que formalizasse o pedido que foi escrito por José Nunes Guimarães que era colaborador e foi entregue no dia 25 de maio de 1935. Após um longo processo burocrático, a resposta da doação do terreno desejado foi negada. Inicialmente, o Ministro da Viação, por despacho do Dr. Hildebrando Goes, fez indicação de outro terreno às margens da Estrada de Ferro Leopoldina por haver outros planos para o terreno do Morro do Frota. Mas por fim, o Morro do Frota foi concedido, “o terreno para a construção do Abrigo foi cedido pelo Governo Federal, a 3 de setembro de 1935, embora oficialmente a doação se efetuassem, por lei, no dia 9 de setembro de 1937, já com a instituição em pleno funcionamento (PONDÉ, 1977, p. 82).

Pondé (1977) descreveu a institucionalização do Abrigo Cristo Redentor como iniciativa exclusiva de Levy Miranda como foi possível perceber com os destaques feitos até aqui. Ele mencionou a ação do Sindicato dos Lojistas apenas e deu o protagonismo da institucionalização a Levy. Não foi mencionado que o movimento partiu, na verdade, do Sindicato Patronal dos Lojistas que se sentiam prejudicados com a movimentação dos meninos pelas ruas da cidade. Foi possível concluir e reafirmar que, Levy foi o representante com relação direta com o governo para implementar a política de assistência de Vargas. Na publicação do livro e com o comprometimento que Pondé – que fez parte da condução da FACR – referendou Levy como protagonista e idealizador da iniciativa, ao dizer que trouxe a experiência da Bahia ao silenciar o movimento dos Lojistas que já estava acontecendo quando foi permitido pelo Presidente a atuação de Levy Miranda.

Em 30 de setembro de 1935, foi realizada uma reunião na sede do Sindicato dos Lojistas para recolhimento dos donativos no dia 5 de outubro de 1935 com a presença das seguintes autoridades: Almirante Isaías de Noronha – Representante do presidente da República; Darcy Vargas; Dr. Leonardo Trudda – Presidente do Banco do Brasil; Comandante Ernani do Amaral Peixoto – Interventor do estado do Rio de Janeiro; representantes da Sociedade Vicente de Paulo e do Sindicato dos Lojistas; funcionários do Banco do Brasil e várias outras personalidades (PONDÉ, 1977).

No dia da solenidade, em um cofre de chumbo selado, foram depositados a ata da cerimônia com a assinatura dos presentes e um crucifixo numa caixa de cimento no terreno e coberta com terra. Desde que o terreno foi cedido em setembro, a Sociedade de São Vicente de Paulo através da presidência do General-Médico Dr. Armando Calazans começou a arrecadação. De 2 a 14 de dezembro foi intensificada a campanha financeira com destaque para a observação de que “compareceram as figuras mais representativas das diversas classes sociais” (PONDÉ, 1977, p. 84).

A quantia arrecadada correspondeu em 1.623 contos que foi suficiente para a construção. A firma Alcides B. Cotia foi a escolhida na concorrência pública para a construção do Abrigo iniciada em setembro de 1935. Paralelamente, aconteceram construções, projetos, requerimentos e contratos para atingir a finalidade do Abrigo. A área do terreno correspondia a duzentos mil metros quadrados. No início de 1936, ergueu-se o cruzeiro. Em 17 de maio, foi celebrada a primeira missa pelo Bispo Dom Joaquim Mamede com o casamento de vinte e quatro operários e no dia seguinte, um juiz realizou a celebração civil. Cabe ressaltar a participação ativa de Levy Miranda em todas as etapas de materialização do Abrigo Cristo Redentor, desde a arrecadação de dinheiro para a construção até a comemoração no dia da inauguração que aconteceu em 25 de dezembro de 1936 com a presença de asilados. Pondé (1977) registrou a uniformidade em relação às construções de asilos construídos por Levy. Compreendeu-se que vários desses eventos aconteceram, mas foi de extrema importância a reportagem que desvelou outra face dessa institucionalização – não detalhada por Pondé (1977).

De acordo com o Conselho Nacional de Assistência Social – vinculado ao Ministério da Educação – a sede do Abrigo Cristo Redentor construída em Bonsucesso foi a planta-modelo da qual seriam projetadas as demais instituições assistenciais, sendo mencionada como a “Casa-Matriz” de onde seriam estabelecidas as regras de funcionamento das demais instituições asilares no Brasil.

Inicialmente, foi solicitada a doação do Morro do Frota⁷¹ a Getúlio Vargas, com o andamento das obras, solicitou-se a doação da Chácara Gassier⁷² para a construção do Instituto Profissional Getúlio Vargas que foi oficializado em 3 de janeiro de 1936. Assim, em 25 de dezembro de 1936, inaugurou-se o Abrigo do Cristo Redentor: Obra de Assistência aos Mendigos e Menores Desamparados. Segundo Caminha (2012, p. 6), essa iniciativa de Levy Miranda teve o apoio das “classes conservadoras” da época, como o comércio, a indústria e as damas da caridade. Esse Abrigo tinha “capacidade inicial para 1.000 internos, buscava oferecer teto, alimentação e também trabalho e educação profissional aos que eram levados involuntariamente para o Abrigo e aos que ali chegavam espontaneamente” (CAMINHA, 2012, p. 6). Segundo Pondé (1977, p. 127), era “uma instituição católica de inspiração franciscana.” No relatório da instituição de 1938, o presidente Dr. Hélio Póvoa afirmava que todos ali se curavam pelo “remédio que é o trabalho”. Nesse mesmo relatório, afirmava ainda, que não existiam “mendigos; ou são enfermos e estão no leito, ou são ex-mendigos e estão no trabalho.” De acordo com o documento em anexo ao Ofício nº 152-52, de 25 de janeiro de 1952, constava que a FACR:

Fundada em 1936, sob a denominação de "Obra de Assistência aos Mendigos Menores Desamparados da Cidade do Rio de Janeiro," passou anos após a chamar-se "Abrigo do Cristo Redentor, até agosto de 1943, quando, mediante acordo com o Governo [sic.] Federal, teve seus bens incorporados ao Patrimônio Nacional, sendo nessa mesma ocasião instituída pelo Governo Federal a Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR, 1952, 001.7).

Caminha (2012, p. 6) afirmou que, no período de 1938 a 1945, funcionaram as oficinas de Charutaria, Sapataria, Colchoaria, Costura, Vassoura, Renda, Saboaria, Carpintaria, Estábulo e Mecânica,⁷³ além de trabalhos na lavoura, na cozinha e no galinheiro. Há indicação de que havia pessoas externas que eram empregadas da instituição para auxiliar os internos no serviço. O documento anexo ao Ofício nº 152-52, de 25 de janeiro de 1952 apresentava como:

(...) mais nobre e altruísticos objetivos sociais, dentre os quais sobreleva a assistência a velhos mendigos e menores desamparados, recebendo estes também instrução primária e ensino profissional, e cujas atividades podem ser assim resumidas: I) Abrigo do Cristo Redentor, destinado à assistência a velhos e mendigos que dele [sic.] obtêm casa, comida e vestuário assistência

⁷¹ Localizado na antiga Avenida Suburbana e, atualmente, Avenida dos Democráticos.

⁷² Localizada na Rua Leopoldo Bulhões.

⁷³ Essa oficina funcionou a partir de 1939.

médico-hospitalar e assistência moral-religiosa, para onde foram encaminhados pela Delegacia de Mendicância do Departamento Federal de Segurança Pública, durante o ano de 1951, cêrca [sic.] de 1.700 necessitados, e onde se encontravam, em 31 de janeiro deste ano, 1.129 homens, 712 mulheres e 73 crianças menores de seis anos. Dados estatísticos respeitáveis e que situam a instituição em lugar bastante destacado no plano assistencial (FACR, 1952, 001.7).

O segundo tópico dizia respeito aos institutos profissionais que eram administrados pela FACR:

II) Escolas Profissionais - compreendendo doze institutos onde se ministra ensino e se presta completa assistência a mais de dois mil menores, cuja idade varia entre 6 e 18 anos, a saber:

Instituto Profissional "Getúlio Vargas", Bonsucesso, Distrito Federal - 520 alunos.

Escola de Lavradores e Vaqueiros "Presidente Vargas," Santa Cruz, Distrito Federal - 120 alunos.

Instituto "Natalina Janot", Jacarezinho, Distrito Federal - 70 alunos.

Escola Técnica "Darcy Vargas", Ilha de Marambaia, Estado do Rio 300 alunos.

Escola Profissional de Marinha Mercante, idem, idem – 150 alunos.

Cidade dos Meninos, Estrada Rio Petrópolis, Estado do Rio – 150 alunos.

Instituto "Dom Bosco", idem, idem – 150 alunos.

Instituto "Nossa Senhora da Paz", idem, idem – 100 alunos.

Patronato de Menores de São Gonçalo. São Gonçalo, Estado do Rio – 120 alunos.

Aprendizado Agrícola de Sacra Família, Vassouras. Estado do Rio – 220 alunos.

Escola de Lavoura e Criação "Presidente Dutra" S. Fidelis, Estado do Rio – 50 alunos.

Total – 2.030 alunos.

Além do Aprendizado Agrícola "São José de Itaguaí," Estado do Rio, em construção (FACR, 1952, 001.7).

Os tópicos seguintes abordados nesse documento, trouxeram a dimensão de atuação da FACR:

III – Desenvolve grande atividade na agricultura, pecuária e indústria, em cujas escolas, institutos e patronatos predomina o trabalho de menores abandonados e abrigados em fase de recuperação. na cultura de café, feijão, milho, arroz mandioca, algodão, aipim, batata doce, guando, abóboras, hortaliças e frutas diversas, na criação de gado vacum cavalari e asinino, na industrialização do pescado e inúmeras outras atividades.

3. Além disso, possui a Fundação oficina mecânica e serviço de transportes para coleta de papéis, uma das fontes de renda da instituição filantrópica, grupo escolar em dois turnos (diurno e noturno), na Ilha de Marambaia, para os filhos de pescadores e alfabetização de adultos, que também é ministrada em outras regiões por meio de escolas noturnas; creche para os filhos dos mendigos: hospital com 200 leitos e clínicas completas e clusíve [sic.] mecânica para reparo de automóveis; fábrica de sabão; pequenas olarias.

carpintarias etc. Como se vê, é grande o campo de atividades da Fundação; por isso mesmo, avultadas devem ser suas despesas ordinárias, inadiáveis, não obstante a renda que lhe advém da produção dos diversos departamentos, contribuições, donativos, caixas de esmolas e contratos. o que parece justificar mais efetivo amparo financeiro por parte do Poder Público, tendo em vista os relevantes serviços que lhe presta e à coletividade (FACR, 1952, 001.7).

Figura 10 Vista Aérea do Abrigo Cristo Redentor.



Fonte: Pondé (1977, p. 96).

Essa fotografia expressa a grandiosidade da obra que começava a se institucionalizar no viés assistencial organizado com a participação do governo. Quanto à manutenção do Abrigo, até março de 1938, Pondé (1977) afirmou que a instituição sobreviveu a partir de donativos, depois dessa data foi requerida uma subvenção do Governo Federal que consistiu em 300 contos – 200 pelo Ministério da Educação e 100 pelo Ministério da Justiça. Além disso,

(...) os auxílios particulares eram, e ainda hoje o são, em dinheiro, gêneros, roupas e utensílios. As ofertas em dinheiro predominavam sob a forma de contribuições mensais, mas, quando se queria obter maior numerário para fazer face às construções de novos estabelecimentos ou ampliações dos existentes, lançava-se mão de movimentos, designados sob o nome de **Campanha Financeira**. Essas, muito bem planejadas, consistiam em reuniões da Diretoria e de inúmeras pessoas de diversas classes sociais, durante uma ou duas semanas, num determinado local de onde partiam organizados em comissões, para solicitar auxílio do comércio, indústria e pessoas de suas amizades (PONDÉ, 1977, p. 96, grifos do autor).

O Abrigo recebeu contribuições, também, de tecidos por vários anos do Dr. Antônio Lacerda de Menezes – diretor da Companhia Confiança Industrial. “Mais tarde, com a criação das escolas que passaram a contribuir com rendas de seus artesanatos, dos serviços agrícolas e da pesca” (PONDÉ, 1977, p. 96). Destaca que:

Por serem instituídas nos primeiros tempos, as que provinham das caixas de esmola e as da seção de coleta de papéis e resíduos, esta última já aludida anteriormente. A ideia surgiu do Sr. G. Franchi, por carta enviada ao Conselheiro João Brito dos Santos, que a apresentou na reunião de 8 de outubro de 1937, posta em execução anos depois. Criaram-se as caixas de esmola quatro anos após a inauguração do Abrigo, em 1940, por iniciativa do Sr. Arlindo Janot. Colocadas em vários pontos da cidade – Banco do Brasil, estações ferroviárias, empresas jornalísticas, drogarias e outros –, deram valiosa contribuição (PONDÉ, 1977, p. 96-97).

Quanto ao recurso obtido com a coleta de papéis, cabe ressaltar que consistia no recolhimento de papéis servidos, utensílios de metal, latarias, como móveis usados também, nas casas, nas empresas e nas repartições públicas. Esses materiais eram vendidos às fábricas e eram reaproveitados. Essa atividade trouxe rendimento financeiro para a instituição e atingiu o objetivo de “auxiliar na manutenção e dar ocupação aos internados” (PONDÉ, 1977, p. 97).

Na instituição, havia a horta que era cuidada desde a época da construção e servia para a subsistência dos internos e, quando havia excedente, era vendido. A pocilga era para a obtenção de rendas, mas foi destruída pela invasão do rio em 1958 e a partir desse ano, deixou de existir. O estábulo foi mantido até 1947 por dispositivos legais que impediam de manter em área urbana e pelo fato de já existir Santa Cruz para esse fim. Ainda, sobre arrecadação, afirmou que:

Na época em que foi fundado o Abrigo Cristo Redentor, havia, no Rio, uma associação de moças interessadas em cultura e artes designada com o nome de **Vitória Régias**. A entidade tinha como paraninfa a Sra. Adelaide de Castro Alves Guimarães, irmã dileta do poeta Castro Alves. As moças desse clube visitavam com frequência o Abrigo e o auxiliavam com arrecadação de donativos. Merece ser lembrado o esforço desempenhado por elas para a realização de um festival beneficente. Nessa noite festiva, estava presente a irmã do poeta, firme e lúcida, nos seus 94 anos, que no final abraçou Levy Miranda e Sra., com palavras de muito carinho (PONDÉ, 1977, p. 98, grifos do autor).

Logo, Levy identificou que apenas as doações não eram suficientes para manter o Abrigo, sobretudo diante do quantitativo de pessoas atendidas que chegava ao número aproximado de setecentas, enquanto os ‘menores abandonados’ que ainda, nesse primeiro

momento, não seriam atendidos, aproximava-se de cem mil. Assim, “para tão grande atendimento, as contribuições não bastavam, os recursos tornavam-se insuficientes e Levy Miranda declarava em reunião – em março de 1938 – que, para despesa de 40 contos mensais, contava apenas com a receita de 26 contos” (PONDÉ, 1977, p. 98).

A movimentação que se seguiu a essa constatação levou França Filho a buscar alianças com os Ministérios da Educação e da Justiça (1938) que, no ano seguinte, contou com o da verba concedida de quinhentos contos e em 1940, de mil contos, ambas provenientes do Ministério da Agricultura. Como destacou Pondé (1977), as subvenções federais:

(...) continuaram sendo concedidas todos os anos, aumentadas segundo o crescimento da obra e as necessidades impostas pela elevação do custo de vida e reajustamentos salariais. O aumento das subvenções tornou-se necessidade mais imperiosa a partir de 1943, quando a entidade se transformou em Fundação, porque anteriormente era considerada isenta pelo Ministério do Trabalho das obrigações perante as leis trabalhistas. Incluída entre as instituições de caridade, seus funcionários não recebiam salários estipulados em lei nem auferiam outros benefícios por ela concedidos (PONDÉ, 1977, p. 98-99).

Pondé (1977) afirmou que, independentemente do Presidente da República em exercício, a instituição sempre teve seus pedidos atendidos e mencionou os esforços de alguns dos presidentes para a cobrir as despesas da obra assistencial. Dentre eles, citou Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Marechal Castelo Branco, General Emílio Médici e General Ernesto Geisel, como também, o deputado Antônio Carlos Konder dos Reis por sua atuação na comissão de finanças no Congresso. Falou sobre a dificuldade no recebimento da verba pela tramitação do Tribunal de Contas por ser aprovada no final de um exercício e seriam pagas no segundo trimestre do outro. Mas apesar disso, alegou que:

(...) de um modo geral, o Abrigo encontrou boa vontade de todos os Governos que se sucederam, na concessão de subvenções. Variavam os modos de pagamento, segundo a época e as circunstâncias. A tramitação do processo na Câmara Federal, a dependência de aprovação pelo Tribunal de Contas e as exigências burocráticas e atrasavam o recebimento das mesmas, ficando a instituição muitas vezes em sérias dificuldades (PONDÉ, 1977, p. 99).

Outra esfera pública que concedeu subvenção ao Abrigo foi o estado do Rio de Janeiro quando o governador era Amaral Peixoto, inclusive, ele fez a doação do terreno do Aprendizado Agrícola da Sacra Família (1941), além de realizar convênios com Marambaia e o Juizado de Menores de Niterói. Quanto à Prefeitura do Distrito Federal, o prefeito Henrique

Dodworth doou cem contos e a Câmara dos Vereadores doou três mil cruzeiros anos mais tarde. Mas, como houve irregularidades e atrasos, o Abrigo se desinteressou. As Prefeituras de Niterói e de São Gonçalo doaram verbas de 12 a 8 mil cruzeiros enquanto o Patronato de Menores de São Gonçalo esteve sob a direção da Fundação.

Inicialmente, Levy Miranda prestava contas diretamente ao Presidente da República – Getúlio Vargas. A partir de 1957, essa prestação passou a ser endereçada ao Tribunal de Contas da União de acordo com o Ato nº 8 de 20 de março de 1957. Após o Decreto-Lei nº 63.294, de 30 de dezembro de 1968, o Abrigo passou a ser supervisionado pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social de acordo com os artigos 2, 19 e 20 do Decreto-Lei nº 200. “Após a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, pelo Decreto-Lei nº 74.000, de 1º de maio de 1974, a Fundação Abrigo Cristo Redentor ficou vinculada a este Ministério (PONDÉ, 1977, p. 100).

Figura 11 Reunião do Abrigo Cristo Redentor na Sede do Banco do Brasil.



Fonte: Pondé (1977, p. 96).

As primeiras reuniões no período de institucionalização do Abrigo Cristo Redentor aconteceram na casa de Álvaro Henriques de Carvalho – funcionário do Banco do Brasil – com a eleição da primeira e segunda diretorias da Obra de Assistência a Mendigos e Menores Desamparados. Muitas reuniões foram realizadas na sede do Banco do Brasil e do Banco Mercantil S. A. A partir de julho de 1937, foi instalada a sede da instituição no primeiro andar – Rua do Carmo, nº 69. Em setembro de 1938, foi transferida para Rua Visconde de Inhaúma, nº 59, em 1940 – ocupou a Rua São Pedro, nº 47, em 1943 – o segundo andar da Rua 1º de

Março, nº 110 e em 1970 – foi transferida, definitivamente, para o Abrigo de Bonsucesso na Avenida dos Democráticos, nº 392 – Bonsucesso.

A primeira diretoria da instituição foi constituída em 21 de junho de 1935, atuou por dois mandatos e era composta pelo “Presidente, Almirante Izaias de Noronha; Secretário, Carlos de Carvalho Palmer; 1º Tesoureiro, Mozart Bacellar; 2º Tesoureiro, Nelson Aguiar; Assistente Técnico, Raphael Levy Miranda (PONDÉ, 1977, p. 101).

O Abrigo Cristo Redentor, juridicamente, apresentava-se como uma organização da Sociedade Civil que reunia outras três instituições sob sua coordenação: o Instituto Profissional Getúlio Vargas – na cidade do Rio de Janeiro, a Escola Darcy Vargas – na Ilha de Marambaia e o Aprendizado Agrícola Sacra Família – no estado do Rio de Janeiro em Vassouras. Segundo Pondé (1977), para dar mais estabilidade à instituição, o Presidente da República em 19 de agosto de 1943, transformou de Sociedade Civil em Fundação “com pessoa jurídica de direito privado” através do Decreto-Lei nº 5.760 (PONDÉ, 1977, p. 106). Na seção seguinte, foi feita uma análise do Estatuto em que o Abrigo Cristo Redentor foi transformado em Fundação Abrigo do Cristo Redentor, como também, a apresentação das sedes, dos órgãos e dos cargos administrativos da FACR, como também, a composição das duas primeiras gestões da obra assistencial em questão.

3.3.1 As Ações Organizativas Iniciais do Abrigo do Cristo Redentor e a Transformação em Fundação

O Estatuto da Fundação Abrigo do Cristo Redentor que se transformou no Decreto-lei nº 5.670 de 19 de agosto de 1943, foi instituído ao ser apresentado na Assembleia Geral que modificou o caráter da instituição de Sociedade Civil para Fundação em 13 de janeiro de 1944. Esse Estatuto foi impresso em 1953 na gráfica da própria Fundação – no Instituto Profissional Getúlio Vargas, ou seja, fruto do trabalho dos ‘menores’ internos desse Instituto vinculado à FACR.

Pelo fato de que esse Estatuto definiu aspectos importantes da FACR, foi necessário o destaque de alguns de seus artigos para o entendimento sobre o funcionamento da Fundação em si, como também, dos cargos e dos regimentos da instituição. No artigo 1º do referido Estatuto, evidenciou-se que “a ‘Fundação Abrigo do Cristo Redentor,’ Pessoa Jurídica do direito privado, instituído pelo Governo Federal, em virtude do Decreto-lei nº 5.760, de 19 de agosto de 1943, e em sucessão à sociedade civil ‘Abrigo do Cristo Redentor’ terá sua sede na

Capital Federal e durará por prazo indeterminado” (FACR, 1944, 001.4, grifos do autor). Nesse recorte do primeiro artigo, foi sinalizado que a sede administrativa da Instituição se estabeleceria na Capital Federal do Brasil que nesse momento, era o município do Rio de Janeiro. Justificou-se, assim, que até esse momento o estabelecimento não tinha uma sede administrativa própria como foi possível perceber no registro feito por Pondé (1977) que foi disposto no quadro a seguir.

Quadro 10 Sedes Administrativas do Abrigo do Cristo Redentor até se tornar Fundação

PERÍODO	ENDEREÇO
Julho de 1937	Rua do Carmo, nº 69 (1º andar).
Setembro de 1938	Rua Visconde de Inhaúma, nº 59.
1940	Rua São Pedro, nº 47
1943	Rua 1º de Março, nº 110 (2º andar).
1970	Avenida dos Democráticos, nº 392.

Fonte: Fonte: Pondé (1977, p. 101).

Cabe elucidar que as primeiras reuniões de institucionalização da então – Obra de Assistência a Mendigos e Menores Desamparados – aconteceram na casa de Álvaro Henriques de Carvalho,⁷⁴ como já foi mencionado no capítulo anterior e posteriormente, muitas reuniões foram realizadas na sede do Banco do Brasil e do Banco Mercantil S. A. O local definitivo que abrigou a sede administrativa da FACR até os dias atuais que era denominado, anteriormente, como Morro do Frota.

Segundo Pondé (1977), a primeira e a segunda diretorias da FACR foram compostas da seguinte maneira de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 11 Administração do Abrigo Cristo Redentor de 1935-1939

GESTÃO	CARGO	RESPONSÁVEL
1935-1937 ⁷⁵	Presidente	Almirante Isaías de Noronha
	Vice-Presidente	Dr. Augusto Paulino Soares de Souza
	1º Secretário	Carlos de Carvalho Polmer
	2º Secretário	Luiz Rodrigues Eiras
	1º Tesoureiro	Mozart Bacellar
	2º Tesoureiro	Nelson Miranda Aguiar
	Assistente Técnico	Raphael Levy Miranda Átila Ramos Sobrinho
1937-1939 ⁷⁶	Presidente	Professor Helion Póvoa
	Vice-Presidente	Dr. Antônio Ribeiro de França Filho

⁷⁴ Funcionário do Banco do Brasil.

⁷⁵ Essa diretoria foi constituída em 21 de junho de 1935.

⁷⁶ Essa foi a segunda diretoria eleita em 12 de junho de 1937 após a modificação dos Estatutos com criação de novos cargos (PONDÉ, 1977).

	1º Secretário	Álvaro Henriques de Carvalho
	2º Secretário	Renato de Abreu
	1º Tesoureiro	Mozart Bacellar
	2º Tesoureiro	Armando de Sampaio Viana
	1º Provedor	Raphael Levy Miranda
	2º Provedor	Átila Ramos Sobrinho

Fonte: Pondé (1977, p. 101).

Apesar de alguns representantes continuarem na gestão seguinte, percebeu-se que outros não permaneceram. O Abrigo do Cristo Redentor, juridicamente, apresentava-se como uma organização da Sociedade Civil que reunia outras três instituições no início, sob sua coordenação: o Instituto Profissional Getúlio Vargas – na cidade do Rio de Janeiro, a Escola Darcy Vargas – na Ilha de Marambaia e o Aprendizado Agrícola Sacra Família – em Vassouras (RJ). Em 27 de julho de 1944, ocorreu Assembleia Geral Extraordinária convocada por edital no Diário Oficial, sem especificação do setor governamental que pertencia. Nessa reunião, foi deliberada a extinção da Sociedade Civil e a instituição da Fundação, segundo Pondé (1977) foi a forma utilizada pelo Governo para dar mais estabilidade à Fundação. Ainda, em 08 de julho de 1944, os Estatutos aprovados pelo Presidente Getúlio Vargas através do Decreto-Lei nº 15.801 e pelo Conselho do Abrigo. A atuação do Presidente da República nesse processo através da institucionalização de decretos sob a alegação de proporcionar mais estabilidade à entidade demonstrou a condução da instituição pelo poder público. A partir desse momento, a instituição passou a ser denominada Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

Quanto à finalidade da instituição, o segundo artigo do Estatuto da FACR apresentou – “a) dar assistência religiosa, moral e material aos mendigos, independentemente de nacionalidade, crença, cor, sexo, idade, estado civil; b) dar assistência religiosa, moral, material e educativa ao menor, especialmente ao desamparado” (FACR, 1944, 001.4; PONDÉ, 1977, p. 109) enquanto o Artigo 3º determinava que deveria ser mantido no Distrito Federal e nos estados brasileiros, “abrigos e colônias de reeducação para mendigos, pupilagens e escolas primárias para crianças; escolas profissionais e colônias de trabalhos para adolescentes de ambos os sexos” (FACR, 1944, 001.4; PONDÉ, 1977, p. 109). Destacavam-se nesse artigo, o uso da palavra colônia utilizado no sistema penitenciário; as escolas primárias construídas na própria instituição para crianças como marca da carência de instituições escolares, como também, escolas profissionais e a instituição do trabalho para os internos de ambos os sexos. Apresentava-se nesse último aspecto, a necessidade primeira de

formação para o trabalho dessa determinada classe e demonstrava, ainda, que apesar de haver a inclusão do sexo feminino ao assumir a direção da Cidade das Meninas, Levy Miranda transformou o atendimento exclusivo para meninos que permaneceu por muitos anos. O sexo masculino foi o foco de atuação maior no acolhimento de ‘menores’, como foi possível perceber, na FACR. Como já foi abordado no capítulo dois que as meninas eram absorvidas nos trabalhos domésticos, como orientação do próprio Juizado de Menores, infere-se que essas já deveriam estar atuando no trabalho doméstico até como no sistema de ‘soldada’.

O Estatuto previa a possibilidade da criação de outras instituições para ampliação das atividades assistenciais da FACR – “entrar em entendimento com os poderes públicos para a execução de obras ou prestação de serviço de assistência social, dentro de sua finalidade” (FACR, 1944, 001.5), de acordo com o Artigo Quarto, mas com o enfoque de que deveria ser dentro da “finalidade” da entidade, ou seja, o atendimento a idosos e a ‘menores’.

Quanto à Administração da Fundação, o quinto artigo demarcava como seus presidentes honorários – o Presidente da República Getúlio Vargas e o Arcebispo do Rio de Janeiro. Nesse aspecto, reforçava a gerência do poder público e o trabalho conjunto com a Igreja Católica Apostólica Romana. Os órgãos administrativos eram compostos da seguinte forma:

Quadro 12 Órgãos Administrativos e Cargos da FACR.

CONSELHOS	FUNÇÃO
Conselho Administrativo	1 Presidente
	1 Secretário
Conselho de Amparo à Infância, Enfermos e Velhice Desamparadas	Presidente
	Vice-Presidente
	1 Secretário
	5 Conselheiros
Conselho de Ensino Profissional a ‘Menores’ Desamparados	Presidente
	Vice-Presidente
	1 Secretário
	5 Conselheiros
Provedoria	Provedor
	Superintendente Geral
	Superintendente Religioso
	Superintendente Financeiro
	Superintendente de Organização Industrial
	Secretário Geral
	1.º e 2.º Secretários
	Tesoureiro Geral
1.º e 2.º Tesoureiros	

Fonte: FACR (1944, 001.6-001.7); Pondé (1977, p. 109).

Havia a informação, ainda que, o Conselho Administrativo deveria ser composto por pessoas que tivessem feito parte da última diretoria. De acordo com o Quadro 11, a segunda gestão teve uma mudança de nomenclatura – de assistente técnico para provedor. Essa mudança permaneceu ao ser formulado e aprovado o Estatuto na Assembleia Geral que modificou o caráter de Sociedade Civil para Fundação. Ao comparar os quadros 11 – das duas primeiras gestões administrativas antes de ser denominada FACR e 12 – Órgãos Administrativos e Cargos da FACR, percebeu-se que o cargo de Provedor centralizou a administração, como também, houve a inclusão de superintendências que não existiam, com destaque para a Organização Industrial que consolidou a intenção primeira de formação para o trabalho para o qual a instituição estava comprometida que a inseria no formato industrial do período em atendimento a exigência do taylorismo/fordismo.

Quanto aos representantes do Conselho Administrativo que desempenhariam a função na FACR, o sétimo artigo determinava que a escolha seria feita pelos membros do Conselho que tivessem cinco conselheiros que apresentassem o mesmo nome para que os demais votassem e teriam mandato perpétuo de acordo com o artigo oitavo. Junto a essa descrição sobre a eleição, apresentava-se a característica dessas pessoas – “Art. 7º - Poderão ser admitidas, como membros do Conselho Administrativo, pessoas de notória e comprovada vocação para a assistência social, possuidoras de ilibada reputação e penetradas de profundos sentimentos de caridade cristã, que tenham prestado relevantes serviços à Fundação” – cabe um destaque para as características morais apresentadas – “ilibada reputação”, a atuação na área da assistência social, a ligação com o cristianismo (Igreja Católica) e que já tivesse trabalhado para a Fundação.

Sobre as especificidades que seriam atribuídas a cada função desempenhada no Conselho Administrativo, o artigo 9º apresentava:

- a) Eleger o Provedor e os membros dos Conselhos e dar-lhes posse;
- b) Dar posse aos membros da Provedoria, nomeados pelo Provedor;
- c) Aprovar o relatório e as contas anuais da administração antes de serem submetidos à aprovação do Presidente da República, encaminhando-os à Junta do Contrôlo, para os fins do disposto no art. 30, letra a;
- d) Deliberar sobre assuntos não compreendidos na administração ordinária da Fundação, notadamente sobre atos e contratos que possam importar em oneração do patrimônio da mesma, devendo sujeitar tais atos de contratos e os a que se refere a letra f deste artigo, à aprovação da Junta de Contrôlo;
- e) Sugerir aos Conselhos providências capazes de ampliar ou incentivar as atividades da Fundação;

f) Deliberar sobre a aceitação de doações, heranças e legados sujeitos a encargos (FACR, 1944, 001.8).

O Provedor nomearia os membros para ocupar as dez funções que estariam sob sua jurisdição direta – reforçava-se, assim, o poder que detinha na FACR. Isso representaria quase metade dos cargos previstos no Conselho Administrativo, como também, tudo o que fosse encaminhado estaria sob a aprovação do Presidente da República que ressaltava a ligação direta com o poder público. A apresentação dos Estatutos para aprovação modificou o caráter para Fundação, como também, centralizou na pessoa de confiança de Getúlio Vargas – Levy Miranda – as decisões finais da instituição. Além de o instituir como Provedor Perpétuo sacramentado no “Artigo 37– Considerando os excepcionais serviços prestados pelo fundador da extinta sociedade civil ‘Abrigo do Cristo Redentor’ será o Sr. Rafael Levi Miranda o Provedor perpétuo da Fundação” (FACR, 1944, 001.13), sem possibilidade de substituição enquanto vivesse, o que ocorreu até ser acometido pela doença e vir a falecer. Ao formalizar a institucionalização da entidade em Fundação – vinculada, diretamente, ao poder público – foi centralizado na pessoa de Levy Miranda a administração da mesma, uma vez que já atuava nas políticas assistenciais do Governo de Getúlio Vargas.

Quanto ao Provedor, era um “órgão executivo da FACR” (FACR, 1944, 001.12), escolheria auxiliares que tomariam posse e o artigo 19 elencava a função que deveria desempenhar:

Art. 19 – Função do Provedor:

- a) Representar a Fundação em Juízo ou fora dele;
- b) Entender-se com as autoridades para assinar contratos, visando a criação, manutenção ou desenvolvimento de serviços a cargo da Fundação;
- c) Fornecer ao Ministério Público as informações que êsse exigir, para cumprimento do art. 26 do Código Civil;
- d) Assinar com o Tesoureiro, os cheques emitidos pela Fundação;
- e) Velar pelo fiel cumprimento deste estatuto e dos regimentos internos da Fundação, sujeitos à sua aprovação;
- f) Resolver os casos omissos destes estatutos, ad-referendum do Conselho Administrativo;
- g) Realizar todos os atos administrativos necessários ao funcionamento dos serviços da Fundação;
- h) Delegar poderes aos membros da Provedoria;
- i) Organizar, com os relatórios parciais dos Conselhos de Amparo à Infância, Enfermos e Velhice Desamparados e de Conselho de Ensino Profissional, e com o relatório e balanço geral de Tesoureiro (art. 25, letra b) e relatório e as contas anuais da administração, encaminhando-os ao Conselho de Administrativo, para os fins constantes do art. 9º, letra e (FACR, 1944, 001.12-001.13).

Como já foi sinalizado anteriormente, essas funções que definiam o fazer do Provedor centralizavam as decisões de toda a FACR na figura desse membro e não poderia ser qualquer pessoa a ocupar essa tarefa. A primeira foi a sua própria esposa que, já estava encarregada da FDV, da LBA e a segunda, seria o Levy Miranda que administrava as diversas iniciativas da FACR no estado do Rio de Janeiro e orientava instituições assistenciais similares em outros estados. Nesse período, outros estados como – São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, entre outros – tiveram ‘Cidade dos Meninos’ instaladas em seus territórios.

Quanto à função de Superintendente Geral, o artigo 20 apresentava a possibilidade de que o membro que ocupasse essa função poderia substituir o Provedor Geral em alguma eventualidade enquanto o 21, afirmava que a competência dos Superintendentes era colaborar no aspecto “moral e material”, no aconselhamento e no estudo dos problemas para auxiliar a FACR nos seus vários setores (FACR, 1944, 001.13). Enquanto os artigos do 22 ao 27, tratavam das funções específicas dos Tesoureiros e dos Secretários sobre as questões financeiras, de patrimônio e dos registros em ata.

Quanto à Junta de Controle, do artigo 28 em diante, tratava-se das atividades pertinentes à Junta de Controle que deveria dar parecer sobre o relatório e as contas anuais da Administração para enviar ao Presidente da República para aprovação final ao ouvir o Procurador Geral do Distrito Federal; solicitaria ao Provedor qualquer explicação sobre os serviços e a administração da FACR; prestaria informações ao Ministério Público e aprovaria atos e contratos. Assim, os membros dessa Junta de Controle teriam contato direto com a esfera federal para poder avaliar as ações empreendidas pela FACR e seus membros do órgão administrativo, como também, seria escolhida diretamente pelo próprio Presidente da República.

Quanto às reuniões de organização, o décimo artigo demarcava os meses de março e novembro como reuniões ordinárias da FACR. Mas, poderia haver reuniões extraordinárias convocadas pelo Presidente, Provedor ou vinte membros do Conselho Administrativo. O artigo seguinte mencionava que a convocação seria feita pelo Diário Oficial, pelos jornais de grande circulação na Capital Federal e que o mandato duraria por três anos.

Dentre as funções do Conselho de Amparo à Infância, Enfermos e Velhice Desamparada e o do Ensino Profissional, das onze alíneas, destacaram-se, a tarefa de elaboração de regimentos internos, de órgão consultivo da provedoria, do estudo dos problemas que fossem apresentados pelo Provedor, do compromisso com as reuniões

trimestrais ou extraordinárias, da organização do relatório anual até o final de fevereiro de cada ano, da sugestão de medidas para o desenvolvimento e do aperfeiçoamento dos serviços da FACR. O cumprimento da legislação da Assistência Social era algo necessário para a instituição de acordo com a seguinte alínea – “a) Oferecer sugestões ou pareceres aos órgãos competentes sobre o aperfeiçoamento da legislação de Assistência Social, por intermédio do Provedor” (FACR, 1944, 001.10). Outro aspecto essencial era o que tratava essa alínea – “d) Estudar e propor ao Provedor a realização de acordos e entendimentos com os poderes públicos para a realização das finalidades da Fundação” (FACR, 1944, 001.10) que dizia respeito à necessidade de estar associada aos poderes públicos para que fosse possível a sua manutenção financeira. E por último, mas não menos importante, a eficiência do trabalho proposto para os internos – “h) Tomar conhecimento dos resultados de todas as atividades profissionais dos departamentos da Fundação e examinar-lhes a eficiência” (FACR, 1944, 001.11). Não bastava oferecer a Formação Profissional, deveria haver eficiência nessa tarefa já que, também, contribuiria para o financiamento da instituição. O Artigo 14, tratava das decisões do referido Conselho e das vagas que surgissem deveriam ser preenchidas na reunião seguinte, ou seja, o regimento sobre o qual o setor estaria submetido.

Cabe destaque, ainda, para o Capítulo III que tratava da manutenção da instituição:

Art. 32 – A manutenção dos estabelecimentos e serviços; a cargo da Fundação, será custeada:

a) Pelas contribuições e esmolas recolhidas do público e do comércio;

b) Pelos recursos obtidos nas campanhas financeiras organizadas pela Fundação;

c) Pelo produto do trabalho dos diversos departamentos da Fundação;

d) Pelas subvenções e auxílios que lhe forem concedidos pelos poderes públicos e pelas rendas do Patrimônio.

Art. 33 – É proibido a Fundação acumular reservas sob forma de imóveis que produzem rendas de aluguel, de capital posto a longo prazo, de títulos e quaisquer papéis ou meios de capitalização, devendo todos os recursos ser gastos na manutenção e ampliação dos benefícios prestados, e aperfeiçoamento das instalações e dos serviços mantidos.

Art. 36 – É vedado à Fundação aceitar heranças, doações ou quaisquer esmolas que incluam condições restritivas à liberdade de administração da mesma ou impliquem no desvirtuamento do espírito que presidiu a sua instituição (FACR, 1944, 001.17-001.18).

Sobre as questões gerais da instituição, o Capítulo IV trazia as Disposições Gerais no Parágrafo Único, havia a previsão de que caso houvesse a extinção da FACR, caberia ao Presidente da República definir sobre o destino dos bens materiais da FACR. O Artigo 35

apresentava observações interessantes quanto à remuneração dos membros dos Conselhos e uma especificidade em relação ao Provedor.

Art. 35 – Os cargos dos Conselhos e membros da Provedoria da Fundação serão gratuitos, e os membros de uns e de outros não respondem direta ou subsidiariamente, para com os terceiros, pelas obrigações assumidas em nome da Fundação. O Provedor, cujo cargo é gratuito é o único administrador que pode assumir responsabilidades em nome da Fundação, respeitando o disposto nestes Estatutos (FACR, 1944, 001.18).

Cabe destaque ao fato de que o Provedor era o único administrador que poderia assumir responsabilidades em nome da Fundação, mas que apesar de sua responsabilidade, desempenharia trabalho “gratuito”, ou seja, voluntário. Pondé (1977), relacionou uma listagem nominal do cargo ocupado em cada gestão, como o registro de que o Serviço Médico do Abrigo era feito nos pavilhões-dormitórios diante do pouco recurso recolhido. Mas, em 1941, diante do aumento da demanda, começou a ser estruturado o Serviço Médico. Então, em 22 de novembro de 1941, edificou-se o Pavilhão São Lucas que mais tarde se tornou Hospital Central do Abrigo. Depois, foi ampliado o setor de Análises Clínicas e em 1945, seção de radiologia.

A Análise com destaque para alguns dos artigos do Estatuto que transformou o teor da FACR ao mesmo tempo em que registrou a condução direta e a manutenção financeira por parte dos Governo Federal com aprovação direta do Presidente da República reforçou as questões já apresentadas quanto às ações estatais voltadas para a assistência – o atendimento da demanda de mercado da força produtiva que necessitava de formação do trabalhador; a contenção da população em situação de rua, especificamente os ‘menores’; a inserção direta da Igreja Católica nas Obras Assistenciais do Governo Federal. Tudo isso, com ingestão de dinheiro público numa instituição privada que repercutiu de forma significativa no sistema asilar da Cidade dos Meninos ao longo do tempo e dos demais ‘educandários’ que eram a forma pela qual eram denominados os locais de asilamento da FACR. Na sequência, foram apresentados, em síntese, alguns dos educandários de grande porte administrados pela FACR em ordem cronológica. O primeiro foi o IPGV (1938).

3.3.2 Instituto Profissional Getúlio Vargas

Da mesma forma, o Instituto Profissional Getúlio Vargas (IPGV) funcionava no Distrito Federal (atualmente, município do Rio de Janeiro) de acordo com as mesmas normas

assistenciais de asilamento com trabalho e com o ensino profissional. Mas, essa instituição abrigava adolescentes entre doze e dezoito anos que recebiam “instrução, trabalhavam em serviços de horticultura, alfaiataria e arte culinária” (CAMINHA, 2012, p. 7). O trabalho dos adolescentes era remunerado e eles se especializavam nas oficinas de “marcenaria, alfaiataria, datilografia, enfermagem, tecelagem, construção civil, sapataria, barbearia, mecânica, padaria, horta e vimaria” (CAMINHA, 2012, p. 8).

É importante destacar a inserção da classe dominante como mobilizadora do processo de construção do IPGV, como também, a construtora escolhida e a estrutura organizacional do mesmo:

Levy, no dia 27 de fevereiro de 1937, convocou a Diretoria para uma reunião, no Banco de Crédito Mercantil, a fim de apreciar as propostas apresentadas pelas firmas Freire & Sodré, J. C. Montenegro, Cavalcante & Junqueira e Alcides B. Cotia. Esta última viu-se escolhida por apresentar proposta mais vantajosa e por ter sido a responsável pela edificação do Abrigo, de cuja execução se saiu muito bem. A obra foi orçada em 900 contos. Na reunião de 27 de março exibiu-se o projeto de construção no qual constava: administração e salas de aula, capela, dois pavilhões dormitórios, dois refeitórios e oficinas. Ficou assentado que inicialmente seriam construídos: administração, um pavilhão-dormitório e um refeitório (PONDÉ, 1977, p. 146).

Pondé (1977) relatou que o governo depositou em maio do mesmo ano a quantia de 300 contos e se iniciou a obra a partir de 31 de maio com a presença do presidente em tal solenidade. No mês seguinte, foi erguido um cruzeiro. Em julho, foi iniciada uma campanha financeira para arrecadar recursos, com sede no salão da Associação dos Empregados no Comércio através da articulação do Dr. França Filho.

Essa campanha fez com que as obras fossem aceleradas e em dezembro de 1938, estavam concluídas. Diante disso, Helion Pova declarou que não conhecia “na evolução da Assistência Social, nenhuma organização que tenha tido a evolução espantosa do Abrigo Cristo Redentor”. Destacou-se, ainda, sobre a campanha financeira para empreender o IPGV, a atuação das damas da elite – “com decisão e ardor, senhoras e senhores das diversas classes sociais. A imprensa divulgou amplamente essa benemérita cruzada e a população acompanhou o movimento com simpatia e entusiasmo” (PONDÉ, 1977, p. 146).

Em seguida, era descrita a lista dos “benfeitores” como Dr. Jayme Guedes – diretor do Instituto Nacional do Café – que havia doado a padaria com a “moderna”, a “única” aparelhagem de torrar, de moer café da América do Sul e da oficina de Solda Mecânica – Sr. Mário de Almeida. Esses dois espaços demonstraram o ensino profissionalizante que seria

oferecido aos internos do IPGV. Também, foi descrito nominalmente todas as pessoas que compuseram a Comissão Executiva, como o quantitativo de 1.462 contos que havia sido arrecadado pela comissão com outra lista nominal de vinte e duas pessoas ilustres que tinham contribuído. Dentre essas pessoas, constava Levy Miranda e senhora. Era pontuado, ainda que, algo que impulsionou o empenho de todos na construção dessa instituição foi a exibição do filme ‘De Braços Abertos’⁷⁷ que foi “sucesso de bilheteria e muito sensibilizou o país” (PONDÉ, 1977, p. 148). Esse filme estava relacionado ao projeto *Boys Town*.⁷⁸

Apresentava a justificativa do nome da instituição ser em referência ao Presidente da República em exercício por ter estimulado a assistência social e se preocupar com a “formação material e moral da juventude”. Complementava com a informação de que “o Presidente Vargas não só doou os terrenos como financiou parcialmente a obra e contribuiu para sua manutenção (PONDÉ, 1977, p. 148).

Afirmava que o estabelecimento já havia começado a funcionar mesmo com as obras em execução ainda, já que em novembro de 1937, existiam dezesseis jovens entre dez e catorze anos, que tinham sido alojados no “abrigo de velhinhos” para receber instrução e amparo. Acreditava-se que esse abrigo correspondia à sede recém-construída do Abrigo Cristo Redentor em Bonsucesso, como também, essa ação de começar o atendimento sem haver uma finalização da obra como algo recorrente no processo de institucionalização das demais obras assistenciais. Assim, uma congregação de monges alemãs firmou um convênio em novembro de 1937, para “em maio de 1938, instalados em um dos pavilhões recém-construídos, 65 rapazes iniciavam sua formação profissional, conforme relatório do Professor Helion Pova, e entre eles estavam os 16 provenientes do Abrigo. Para cuidar desses jovens, assinou-se um convênio com uma Congregação de Monges Franciscanos Leigos” (PONDÉ, 1977, p. 148-149). Salientava que:

(...) na primeira reunião do Banco do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro. Em 13 de fevereiro de 1937, esteve presente um Superior deles, Frei Odorico Schendfielorf, a fim de manter os primeiros contatos para a assinatura do convênio. Em novembro do mesmo ano, transferiram-se para esta cidade e, como o Instituto ainda estivesse em construção, alojaram-se em dependências do Abrigo Cristo Redentor. Faziam parte do quadro os seguintes irmãos: Freis Odorico, Sixto, Pacomio, Sigismundo, Benevenuto, Roque, Jordão e Paulino (PONDÉ, 1977, p. 152).

⁷⁷ Esse filme tratava da experiência do Padre Flanagan nos Estados Unidos da América na instituição *Boys Town* (PONDÉ, 1977).

⁷⁸ É uma instituição asilar para crianças e jovens que foi coordenada pelo Padre Flanagan (Igreja Católica Apostólica Romana) a partir do ano de 1917. Funciona em Nebraska nos Estados Unidos da América.

Descrevia-se que, nesse momento inicial, houve a alfabetização e que os Franciscanos reforçavam a disciplina, a moral e o ensino religioso. Mas, havia necessidade de ampliar o ensino profissional, porque até 1939, esse correspondia ao trabalho no campo, ao auxílio na cozinha e na limpeza da própria instituição, como também, as oficinas de mecânica e de alfaiataria. Por conta da II Guerra Mundial, os monges alemães foram convocados para o serviço militar pela Alemanha, mas Levy Miranda conseguiu contornar tal situação. Quando o Brasil enviou os combatentes para a guerra, os monges retornaram para o internamento em 1944. O ensino primário foi assumido pela Prefeitura do Distrito Federal que foi dirigido por D. Maria da Glória Torres Rodrigues Pereira por vários anos e a direção do IPGV foi assumida pelo engenheiro civil Dr. Rodolfo Fuchs (1938) por indicação do Ministério da Educação e Saúde. Segundo Pondé (1977, p. 150), Dr. Fuchs imprimiu “melhor organização administrativa e procurou ativar o ensino profissional.”

Quadro 13 Quantitativo de Internos nos Anos Iniciais do IPGV (1938-1941)

ANO	ALUNOS MATRICULADOS
1938	156
1939	369
1941	500

Fonte: Pondé (1977).

Percebeu-se que o quantitativo de internos aumentou no decorrer dos anos gradativamente, até o IPGV ter a conclusão de construção dos seus prédios e funcionar com a sua capacidade plena. Foi constatado que manter o IPGV através de doações foi insuficiente. Assim, o governo estabeleceu um crédito de 300 contos, sendo que 200 contos provenientes do Ministério da Educação e Saúde e 100 do Ministério da Justiça. Dessa forma, o IPGV, materializou-se como um educandário em que:

Funcionava o aprendizado das seguintes profissões: agricultor, carpinteiro, alfaiate, serralheiro, tecelão, tipógrafo e padeiro. Os alunos no seu aprendizado contribuíam para manter a instituição, pois o fruto do seu trabalho se aplicava no próprio educandário, no Abrigo e nos outros estabelecimentos criados posteriormente. Executavam também trabalhos de encomendas externas. Remuneravam-se, com pequeno ordenado, suas atividades, depositado em Caderneta da Caixa Econômica, para que se familiarizassem com os hábitos de poupança e, ao se desligarem, levassem o fruto de suas economias (PONDÉ, 1977, p. 150).

Alguns desses alunos, foram admitidos como funcionários da própria instituição. O IPGV funcionou por vinte e cinco anos até o ano de 1964. A construção da Avenida Brasil em

meados de 1940 dividiu o terreno do IPGV em duas seções. Com isso, destruiu a piscina e o campo de esportes sem aviso prévio. A direção do Abrigo informou ao prefeito por ofício sobre a área de 13.800 metros quadrados que fora ocupada pela Avenida, solicitou indenização de “59 contos e 690 mil-réis” e construção de uma passarela para os alunos acessarem a outra seção do IPGV. A indenização aconteceu anos mais tarde, mas não foi construída uma passarela e por esse motivo a seção que se estendia até o mar foi vendida para a Aeronáutica.

A construção da Avenida Brasil trouxe outros inconvenientes para o educandário que, perdendo suas características de estabelecimento rural, ficou inabilitado para as atividades do campo. A proximidade de logradouro público, de constante movimentação e intenso barulho, tornou mais impróprio o local, por constituir atrativo para os alunos que burlavam a vigilância, em busca de aventuras. O Abrigo, em agosto de 1941, reitera à Prefeitura o pedido de indenização e somente em novembro é cientificado de que seria ressarcido com a importância de 100 contos (PONDÉ, 1977, p. 154).

Em janeiro de 1956, o provedor comunicou ao conselho que o Departamento de Urbanismo da Prefeitura passaria uma outra via de comunicação pelo terreno, sugeriu remoção dos alunos para a Cidade dos Meninos e apresentou uma proposta de divisão e venda do terreno por parte de uma firma imobiliária. Mas, o Banco Imobiliário e Comercial S. A. apresentou uma proposta melhor. Assim, “os Engenheiros Jaddo Barbosa Bokel e Paulo Araripe, representantes do Banco, fizeram ao Conselho minuciosa exposição e asseguraram um lucro de Cr\$ 200 milhões. O Provedor afirmou que a operação ofereceria recursos para saldar a dívida com o Banco do Brasil, e para edificar vários pavilhões em Santa Cruz e na Cidade dos Meninos” (PONDÉ, 1977, p. 154).

O Conselho autorizou a venda em fevereiro. Em 1958, a Prefeitura desapropriou o terreno para construir um trevo de entrada para a Universidade Federal com indenização de Cr\$ 70 milhões. Em 1958, receberam Cr\$ 29 milhões em apólice pela intervenção do Conselheiro José Joaquim de Sá Freire Alvim. Embora, o Abrigo tenha conseguido um terreno em Bangu para a construção do novo educandário com orçamento de 102 milhões, a obra foi paralisada em 1963 por ser próximo da Vila Kennedy que poderia trazer inconvenientes e agravamento do estado de saúde do Provedor. Em 1962, foi iniciada a obra de construção do viaduto de Bonsucesso que ligava a Cidade Universitária à Avenida Brasil e a Secretária de Assistência Social – Sandra Cavalcante – comprou o terreno de Bangu para construção de escola para a Vila Kennedy. Assim, o IPGV fechou as portas e enviou os

alunos para a Cidade dos Meninos. A seguir, tratou-se do Aprendizado Sacra-Família (1940) que mais tarde se transformou em Escola Agrícola Rodolfo Fuchs.

3.3.3 O Aprendizado de Sacra Família

Em 15 de novembro de 1940, “o Interventor Amaral Peixoto doou uma nova unidade ao Abrigo em Vassouras (município do estado do Rio de Janeiro), o do Aprendizado de Sacra Família para formar trabalhadores rurais [...] e alfabetizava menores em sistema de internato e semi-internato” (CAMINHA, 2012, p. 8). Essa área de 3.261.540 m² constituiu a Fazenda de Sementes Nilo Peçanha sob administração do Ministério da Agricultura:

Passou a pertencer ao Abrigo Cristo Redentor, doada pelo Interventor do Estado do Rio de Janeiro, Comandante Ernani do Amaral Peixoto, por decreto de 20 de junho de 1940, a fim de ser transformada em aprendizado de menores. Integrou-se ao patrimônio da instituição, pelo decreto federal de 15 de novembro do mesmo ano, e tomou a denominação de Aprendizado Sacra Família, sendo seu primeiro Diretor o funcionário Sebastião da Cruz Vilela (PONDÉ, 1977, p. 200).

Foi feito o registro por Pondé (1977) de que essa instituição teve o “esforço” e o “entusiasmo” do Dr. Rodolfo Fuchs que reformou o antigo prédio como possibilitou a agricultura e a criação de animais. Diante do empenho, resolveram mudar o nome do educandário para ‘Escola Agrícola Rodolfo Fuchs.’ Complementou, ainda que, “a instituição recebeu a ajuda valiosa da população local, especialmente dos proprietários de fazendas que deram boa acolhida ao empreendimento e muito colaboraram, fazendo larga doação de donativos em dinheiro e material de construção (PONDÉ, 1977, p. 200).

Em 1943, houve a construção de um novo internato feito pelos próprios alunos sob coordenação do Dr. Rodolfo Fuchs. Em 1944, foi terminada a parte central do edifício e se iniciou a construção do estábulo. Mas, desde o princípio já realizavam atividades de pomicultura, de horticultura, de criação de gado leiteiro, de coelhos e de suínos. Em 1968, a instituição passou por dificuldades de manutenção que prejudicaram a finalização de construções que estavam em curso. Pondé (1977) atribuiu à nova provedora – Margarida Oliveira de Araújo – que iniciara a gestão em 1969, como alguém que havida operado um verdadeiro “milagre” pelo fato de que houve aceleração em construções que estavam paralisadas, o número de alunos passou de 200 para 450 e foram abertas vagas para mais de 200 alunos da comunidade de ambos os sexos com regime de semi-internato. Além disso,

“construíram-se mais salas de aulas, lavanderia equipada com máquinas modernas, sala de música, rouparia, oficinas de aprendizagem profissional, ampliaram-se e melhoraram-se o serviço de copa e cozinha, novas instalações para o almoxarifado e rouparia, calçamento em frente à Escola e nas áreas de recreio e outros melhoramentos” (PONDÉ, 1977, p. 202).

Dentre as obras já mencionadas, havia as voltadas para a prática de esportes, como: três quadras acimentadas para futebol de salão, voleibol e basquete; ginásio coberto; campo de futebol; pistas de corrida; caixas para salto; *playground*; barras para atletismo e piscina semi-olímpica. Na sequência, foi apresentada a Escola de Pesca Darcy Vargas – na Ilha de Marambaia – essa escola teve trabalho direto com a Cidade dos Meninos como veremos no capítulo 4.

3.3.4 A Escola de Pesca Darcy Vargas

Ainda, em 1940, Levy Miranda conseguiu construir a Escola de Pesca Darcy Vargas na Ilha de Marambaia (Distrito Federal, atualmente, município do Rio de Janeiro) para oferta de ensino primário com instrução sobre pesca “racional e moderna”. Assim, atenderia as famílias desses pescadores que viviam em situação de miséria e acometidos por inúmeras doenças, com destaque para o impaludismo. Os investimentos seriam conseguidos a partir da venda do pescado e de sua industrialização (CAMINHA, 2012, p. 8).

No momento em que Levy fez a proposição aos órgãos oficiais sobre a possibilidade de instalação de uma Escola de Pesca em Marambaia, teve seu pedido negado, momentaneamente, porque já estava em processo uma instituição nesse caráter em Jurujuba (Niterói). Mas, em determinado momento do processo ocorreu uma mudança e no ofício de 21 de novembro de 1939, encaminhado ao Ministério da Agricultura, que está copiado na íntegra no livro escrito por Jayme Pondé, assim como outros ofícios que apresentavam a negociação realizada, dispõe da seguinte afirmação: “Despachando dito G. M. V. Exa., assim pronunciou: ‘Autorizo o projeto a execução da Escola de Pesca em Marambaia para ser administrada pela direção do Abrigo Cristo Redentor, não havendo necessidade de duas escolas de pesca tão próximas’.” (PONDÉ, 1977, p. 184).

Apesar de aguardar o despacho oficial para que a obra assistencial começasse a funcionar, desde abril, já estava sendo criada a estrutura para que a instituição começasse a funcionar de tão certo que a solicitação seria atendida. Nesse período, foi efetuada a derrubada da mata e feito o saneamento pela Diretoria de Obras da Baixada Fluminense sob

direção de Hildebrando Góes. A Escola de Pesca foi construída pela firma Alcides B. Cotia. Dessa forma, foi construída:

A escola que seria denominada *Escola Técnica Darcy Vargas*, teve em seu projeto a inclusão de dez pavilhões, assim discriminados: igreja, residência das Religiosas, hospital, farmácia, escola, lavanderia, padaria, estaleiro, fábrica de redes e fábrica de gelo. No decorrer das obras, houve modificações, visando à criação de indústrias correlatas a atividades pesqueiras. Para facilitar o aproveitamento de material de construção e víveres, solicitou-se ao Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil permissão para edificar um barracão em terreno fronteiro à Estação de Itacuruçá, a fim de receber material descarregado dos vagões (PONDÉ, 1977, p. 185).

Inicialmente, foram implantadas atividades de horticultura e pecuária para os habitantes e operários. Foi feita a obra da barragem para canalização da água e fornecimento de energia com o relato de que Levy trabalhava na função de operário como de costume nas outras vezes. De acordo com o relatório da instituição de 1940, Helion Póvoa afirmou que “Hoje lá temos: leite com fartura, habitações confortáveis, água encanada, energia elétrica, uma cooperativa de consumo, trabalho” (PONDÉ, 1977, p. 186).

O primeiro prédio construído foi o da escola primária inaugurada em 28 de março de 1940 com a presença do Interventor Amaral Peixoto e sua esposa. Mas, com a ausência de Levy que estava no Nordeste. Sua primeira diretora foi Ita Coelho Fonseca. Em 22 de junho de 1940, foi lançada a pedra fundamental da Capela Nossa Senhora das Dores. Estavam presentes – o Presidente, o Interventor do estado do Rio e Dr. Fernando de Souza Costa – Ministro da Agricultura. Todos estavam acompanhados de suas esposas com exceção do Ministro. Em 1939, a instituição conseguiu arrecadar quantia superior a mil contos com a campanha financeira.

A instituição começou a pesca mesmo antes de ser instalada a Escola de Pesca. Foi a primeira a desenvolver sua indústria para a feitura de sardinha em conserva. A indústria ‘Sardinha Abrigo Redentor’ teve boa aceitação. Mas, foi prejudicada pela concorrência desigual da poderosa empresa japonesa sediada na Ilha Grande que tinha uma frota de vinte barcos.

Os estudantes começaram a chegar a partir de agosto de 1941 em diante, quando já estavam concluídas as instalações da Escola de Pesca. Em 1944, formou-se a primeira turma que marcou o início da pesca em alto mar. Assim, “a Escola Técnica Darcy Vargas, criada para melhorar o nível do pescador brasileiro, dava-lhe preparo técnico, instrução e melhores

condições de vida. Consequentemente, visava ao progresso e à expansão da pesca no Brasil. Sobre ser humano era uma obra patriótica” (PONDÉ, 1977, p. 189).

Os alunos eram oriundos de todo o litoral brasileiro, filhos de pescadores. Eles passaram a receber instrução no ano seguinte e a maioria não era alfabetizada. A roupa da escola foi fornecida pela Darcy Vargas e foi costurada pelas senhoras de suas relações.

A Escola, do tipo industrial, tinha o currículo de quatro anos e foi incluída na organização do ensino profissional do Ministério da Educação. De seus cursos de conhecimentos faziam parte as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Ciências, Geografia e História do Brasil. De cultura técnica constavam: Tecnologia, Rudimentos de Oceanografia, Noções de Meteorologia, Piscicultura, Marinharia, Condução de Motores de Pesca, Conservação e Preparo do Pescado (PONDÉ, 1977, p. 189).

Os produtos da pesca abasteciam os diversos estabelecimentos do Abrigo, mas a maior parte do pescado era comercializado tanto que “constituía uma das mais produtivas indústrias da instituição” (PONDÉ, 1977, p. 189). Em 1942, a escola tinha 242 alunos. Desses 167 – cursavam o primário e 75 – o profissional. Em 1943, os alunos trabalhavam em vários setores industriais da fábrica de conservas de sardinhas prensadas, filé de cação, sardinhas em azeite e tomate. Nesse aspecto, Pondé (1977) destacou a ajuda da Empresa Brasileira de Pesca S/A e de um de seus diretores - Alceu Rodrigues. É importante lembrar que do cação se extraía o óleo para a indústria farmacêutica como fontes de vitamina A e D. Mas, não foi encontrado registro sobre repasse desses lucros para as crianças e os jovens asilados.

Para atender as demandas do clima tropical brasileiro, a FACR instalou seu frigorífico e construiu uma Fábrica de Gelo no território da Cidade dos Meninos. A Fundação, ainda, colocou barracas em logradouros públicos que eram vendidos com preços mais baratos. Mas, isso causou certa insatisfação dos demais comerciantes que acabou por fazer com que a Prefeitura em 9 de abril de 1956, impedisse a venda por parte da instituição e assim, tiveram que fazer leilões na Praça XV de novembro que ocasionou um excesso de produção.

Após alguns anos, Dr. Rodolfo Fuchs foi enviado pela instituição à Europa para procurar por tecnologias pesqueiras mais modernas. Dessa viagem, trouxe um barco da Alemanha, dois técnicos em construção naval da Dinamarca e de Portugal, trouxe um mestre em *trawler*⁷⁹ e em redes. A seguir, foi apresentada a Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas – em Santa Cruz – que se transformou em Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda.

⁷⁹ É um tipo de embarcação.

3.3.5 A Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas

Em 19 de abril de 1943, surgiu outra unidade do Abrigo – a Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas, em Santa Cruz, (Distrito Federal, atualmente, município do Rio de Janeiro) com cabeças de gado antes mesmo da construção dos prédios.

Inicialmente, foi Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas. Após o falecimento do fundador da FACR, o nome foi modificado para Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda. Era um terreno da União que foi solicitado ao presidente para a FACR por intermédio do Major Roberto Carneiro de Mendonça e do Dr. Virgílio de Melo em documento assinado por Levy Miranda em 20 de agosto de 1941. Segundo Pondé (1977), uma das necessidades apontadas para a cessão do terreno, tinha relação com a criação de gado de corte para atender ao consumo cotidiano de 350 quilos.

O terreno foi cedido em março de 1943. A cruz foi construída no momento da solenidade por Levy e por jovens carpinteiros de um dos educandários. Houve apresentação da banda do IPGV e foi oferecido churrasco acompanhado de sardinha em conserva de Marambaia.

Primeiro, foi construída a igreja de madeira da mata local. Em seguida, “Cogitou-se logo das instalações provisórias para a escola constituídas de dormitório, refeitório e salas de aula, tudo simples, de madeira, mas com espaços amplos e arejados” (PONDÉ, 1977, p. 212). Complementava com a afirmação, “antes de funcionar uma escola, já possuímos, em Santa Cruz, um imenso campo de trabalho, onde os alunos, quando chegarem encontrarão o seu lugar à espera” (PONDÉ, 1977, p. 214). Assim, reafirmava-se a função precípua de toda a instituição assistencial administrada por Levy Miranda – o trabalho. Pondé (1977) descreveu como se dava o movimento em torno do trabalho infantil.

(...) No início do ano seguinte [1944], já iam bem adiantados os pavilhões provisórios para receber os alunos. No fim de 1944, a igreja e diversos pavilhões estavam concluídos. Nos trabalhos de agricultura e criação, colheram-se dois mil sacos de arroz, sendo apreciável a produção de milho, pequena lavoura, carne e leite. O rebanho constava de cerca de 1.480 rezes. Santa Cruz já contribuía para abastecer os outros estabelecimentos. Instalou-se uma xarqueada que produziu, nesse ano, dois mil quilos de carne para consumo da instituição.

No final de 1946, todas as dependências provisórias achavam-se prontas, mas as atividades escolares não podiam ser iniciadas por causa do problema do abastecimento de água potável. Para resolver esse problema, planejou-se

a captação de água do Canal São Francisco e o respectivo tratamento. A execução ficou a cargo da firma Elmeco – Eletro Mecânica Construções S. A. (PONDÉ, 1977, p. 214).

Mais uma vez, não foi encontrado o registro de remuneração direta aos internos que faziam esse trabalho com rendimento financeiro para a instituição e abastecimento às demais obras assistenciais da FACR. Foi mencionado apenas que havia uma conta poupança em que eram feitos depósitos, mas não há descrição da quantidade e da proporção desse depósito. Esse valor depositado seria retirado pelo interno somente quando fosse desligado da instituição, segundo o relato.

O fato de ser organizado o trabalho dos internos e bem mais tarde, ter sido instituída a escola para os meninos demonstrava o que era prioritário na instituição – a educação para o trabalho e não a instrução em si. Ora, havia água potável para a realização do trabalho, mas não havia para que a escola fosse instalada e, ainda, foram necessários dois anos para que a instituição escolar fosse efetivada. Segundo Pondé, o prédio da escola teve que ser reconstruído anos mais tarde. Identificava-se, assim, o ‘enquadramento de memória’ (POLLAK, 1989) haja vista o relato de Pondé (1977) que reafirmava o compromisso com a propaganda do que foi feito pelo governo de Vargas através dos provedores da FACR e de suas articulações. Esse relato elogioso e de compromisso com a educação ‘desinteressada’ que almejava apenas o auxílio à criança/jovem em situação de pobreza escamoteava as reais intenções do governo. Intenções que estavam comprometidas com os interesses dos industriais, dos comerciantes, do próprio governo para limpar a cidade dessa infância/juventude que perambulava e ao mesmo tempo a educar para o trabalho subalterno sem remuneração direta como forma de regeneração de sua condição social. Enfim, defendia-se o desejo da classe dominante em disfarçar a desigualdade social e conter as possíveis revoltas. Tudo pela manutenção do sistema.

Apenas em 1951, inaugurou-se o ensino com sessenta e três alunos que, paralelamente, começaram a trabalhar na colheita de arroz e na construção da capela de alvenaria. Levy Miranda, junto aos técnicos do Ministério da Agricultura, organizou o suprimento de víveres e venda do excedente da produção. Planejaram a intensificação da pecuária, a produção de leite e uma indústria de laticínio. Esse plano previa um rebanho de 5 mil reses, a construção de quatro estábulos, uma câmara de pasteurização e uma fábrica de manteiga. Deram início, também, à plantação de cana-de-açúcar. Conseguiram um empréstimo de dois milhões com o Banco da Prefeitura do Distrito Federal.

Instalaram um rebanho, venderam excedente, criaram indústria. A educação passava pela produção e circulação de capitais o que indicava a importância dessa organização para a subsistência da cidade que se urbanizava. Pondé (1977), apontou essa situação como medida para que a instituição fosse ‘auto-suficiente’. Mas, isso não demandaria tanto empenho governamental com aprovação de créditos em Bancos se não houvesse uma intenção mais específica para o governo. Cabe lembrar que anos mais tarde, o Estado enfrentaria uma crise de abastecimento que culminou em várias revoltas. Dentre elas, destacou-se o saque de 1960 em Duque de Caxias. Evidenciava-se novamente, a assistência social como estratégia para escamotear os interesses do governo e da classe dominante.

Segundo Pondé (1977), devido aos problemas de abastecimento do Rio de Janeiro, Levy Miranda conseguiu a aprovação do presidente para realizar uma operação hipotecária de crédito do Banco do Brasil.

Quadro 14 Ações Empreendidas na Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas

ANO	AÇÃO
1944	117 alunos matriculados.
1953	Construções concluídas: de dois dos quatro estábulos e a fábrica de manteiga que produziu oito mil quilos nesse ano.
1956	Início da construção da escola em forma de cruz. Engenheiro responsável: Gerardo Penna Firme. Dois dormitórios concluídos.
1958	Entrada de recursos da venda dos terrenos do IPGV e do Instituto Natalina Janot.
1959	Conclusão da obra do refeitório e da cozinha.
1959	No dia 15 de abril de 1959, foi inaugurado o estabelecimento de Ensino que recebeu o nome do Prefeito Dr. José Joaquim de São Freire Alvim e coincidiu com o início do curso primário da Escola Rural 14, da Prefeitura do Distrito Federal, dirigido por Sylia Silveira.
1959	Em 25 de setembro de 1959, foi entregue o setor de alimentação um grande refeitório com capacidade para 800 pessoas e cozinha. Esse pavilhão recebeu o nome de Woff Klabin. ⁸⁰
1961	Término de outros dormitórios para as novas matrículas que totalizaram 211.

Fonte: Fonte: Pondé (1977).

Pondé (1977) transcreveu o ofício em que o governo federal transferiu o terreno da antiga Fazenda Santa Cruz ao Abrigo Cristo Redentor. Nesse documento ainda, foi apresentado que essa “área se destinaria à criação de uma escola para formação de trabalhadores instruídos nos modernos processos da agricultura e da pecuária” (PONDÉ, 1977, p. 218) e em ação conjunta com o Ministério da Agricultura. Esse ‘processo moderno da agricultura e da pecuária’ significava a produção em escala maior, ou seja, uma produção

⁸⁰ “Grande industrial e grande benfeitor da instituição (PONDÉ, 1977, p. 216).

em nível industrial. Outro aspecto interessante é que os operários dessa indústria eram crianças/adolescentes que já estavam proibidos de trabalhar pela legislação, mas não em instituições de asilamento. Dessa forma, atendiam-se aos acordos internacionais em relação ao trabalho infantil, mas na realidade, explorava-se o trabalho dessa faixa-etária no viés da educação pelo trabalho. Na seção seguinte, foram apresentadas – a Escola João Luiz Alves (1944), o Instituto Natalina Janot (1945) e o Instituto Horácio de Lemos (1946), como também, a lacuna sobre a situação financeira diante das obras assistenciais administradas pela FACR.

3.3.6 As pequenas escolas da Fundação Abrigo Cristo Redentor

Em 24 de dezembro de 1945, foi criado o Instituto Natalina Janot, no Distrito Federal (atualmente, município do Rio de Janeiro) para ser creche já que as que existiam no Abrigo estavam superlotadas e em condições inadequadas. Foram transferidos cem ‘menores’ com idade entre sete e doze anos para o ensino primário e iniciação ao trabalho (CAMINHA, 2012, p. 8). Essa instituição funcionou no Engenho Novo no Rio de Janeiro. Doação de terreno feito por Arlindo Janot, após o falecimento de sua esposa em 1942. Pondé (1977), afirmou que Arlindo foi grande colaborador de Levy Miranda e que o acompanhou no trabalho assistencial. Funcionou como Educandário somente para meninas por mais de dez anos sob direção de Albertina Bender Queiroz. Pondé (1977) apresentou algumas justificativas para o encerramento das atividades desse educandário:

(...) a criação de novos educandários para rapazes e a preocupação do desenvolvimento das atividades da pesca, da agricultura e das diversas indústrias absorviam muito a atenção dos administradores, determinando certa limitação nos cuidados que aquele estabelecimento exigia. Por outro lado, constituía sério problema o aproveitamento das moças ao término de sua formação, pela dificuldade que se apresentava de se lhes dar destino condigno (PONDÉ, 1977, p. 220).

Outro fator decisivo apresentado por Pondé (1977) para o encerramento das atividades em 1956, foi o surgimento de uma favela na vizinhança – Morro do Jacarezinho. Assim, devolveram várias crianças às famílias e outras entregaram ao Asilo Isabel.

Além dessas instituições, cabe destaque para duas escolas que assim como o Instituto Natalina Janot, Pondé (1977, p. 220) as classificou como “Pequenas Escolas da Fundação”. Uma delas situada na Ilha do Governador – Escola João Luiz Alves – entregue à

administração da FACR através do Decreto-Lei nº 7.317, de 7 de dezembro de 1944 e dirigida por Otacílio Araújo. Em 2 de janeiro de 1951, recebeu a visita do diretor do SAM, Padre Pedron que solicitou a devolução da instituição para abrigar “menores delinquentes, com a finalidade de recuperação”. Dessa forma, em 30 de junho de 1951, os internos foram distribuídos para outros educandários da FACR, sendo que a maior parte foi destinada para o Instituto Dom Bosco na Cidade dos Meninos (PONDÉ, 1977).

A outra escola de pequeno porte foi o Instituto Horácio de Lemos em Santa Cruz no Distrito Federal (atualmente, município do Rio de Janeiro). Pertencia à congregação de religiosas do local que abrigava 80 meninas em situação de pobreza que solicitou ajuda por estar atravessando dificuldades financeiras em 1946. Foi dirigida por Isa de Abreu que era funcionária da Prefeitura. Nesse período, fizeram melhorias na cozinha e no abastecimento de água. Por solicitação da antiga administração, em 1949, ocorreu a devolução do educandário à Diretoria do Ambulatório Coronel Horácio de Lemos (PONDÉ, 1977).

A Fundação Abrigo Cristo Redentor tinha a seguinte composição: Abrigo Cristo Redentor (Bonsucesso), Instituto Profissional Getúlio Vargas, Aprendizado Sacra Família, Escola de Pesca Darcy Vargas, Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas e o Instituto Natalina Janot. Além de ter assumido a direção do Patronato de São Gonçalo, da Escola João Luiz Alves e da Cidade das Meninas que se transformou em Cidade dos Meninos (1947).

Caminha (2012) salientou que o Abrigo Cristo Redentor do Rio de Janeiro foi:

(...) uma obra assistencial que atingiu grandes proporções no período do Governo Vargas (1936-1945), chegando a abrigar mais de 1.000 pessoas por ano em apenas uma das suas dependências. Constituíam-se num verdadeiro complexo assistencial, composto por setores localizados em diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro: Bonsucesso e Jacaré, na Zona Norte, Ilha de Marambaia, Santa Cruz e Vassouras (CAMINHA, 2012, p. 12).

Embora, Levy Miranda tenha sido declarado provedor perpétuo da FACR, pela condição do agravamento da sua doença e do seu pedido de licença, foi necessário que o conselho da instituição indicasse outra pessoa para assumir a função. Após algumas indicações com declinação dos indicados – Margarida Oliveira de Araújo foi empossada na função de provedora na reunião de 19 de agosto de 1969. A diretoria foi reeleita para os triênios de 1970-1973 e 1973-1976. Essa foi a situação relatada quando a provedora assumiu:

(...) assumindo a Provedora, D. Margarida Oliveira de Araújo procedeu a exame meticoloso, fez levantamento da situação financeira, vislumbrando um quadro alarmante, que não condizia com a apreciação demasiado otimista do seu antecessor. Havia um *déficit* de Cr\$ 172 mil. A subvenção federal não fora elevada desde 1967, conforme requeria o crescente aumento do custo de vida e importava em Cr\$ 1.127.740,00. O débito na praça era de Cr\$ 387.519,38. A dívida para com o funcionalismo, resultante de acréscimos salariais, determinados por lei, totalizava Cr\$ 600 mil (PONDÉ, 1977, p. 246).

Segundo os relatos, foi difícil identificar a real proporção desses prejuízos financeiros à instituição uma vez que os dados apresentados não eram específicos. Pondé (1977) informou valores, mas não apresentou a fonte da informação para que pudesse ser feita uma análise mais aprofundada. Até mesmo nos relatórios da instituição, os valores são muitos genéricos e sem dados precisos que permitissem a comprovação do que ocasionou o *déficit*. Mais uma vez, cabe ressaltar que Pondé (1977) não apresentou dados precisos, não informou a base desses números, como chegou a essas informações, em qual documento constava essa informação, entre outras questões. Tudo isso associado a uma apreciação da nova administração que não tinha relação com o “otimismo” da gestão anterior. É muito difícil fazer análise financeira dessas instituições por essas ausências de informação. Existem as prestações, os dados. Mas, infelizmente, não são o suficiente para uma análise precisa do que aconteceu no período, financeiramente.

A extinção da pesca, a suspensão do fornecimento em decorrência do atraso de pagamento, entre outros foram alguns dos motivos que fizeram com que a renda gerada pelas indústrias da própria instituição tivesse um decréscimo. Reforçava-se a dificuldade da percepção quanto ao quantitativo financeiro que foi gerado ao mesmo tempo em que se evidencia o trabalho infantil não remunerado que gerou renda exorbitante para a instituição a fim de que, posteriormente, fosse identificado o *déficit*. Cabe chamar atenção, ainda, para o risco que essa infância/juventude enfrentava ao ir para o mar. Pondé destacou que os ocupantes de uma embarcação faleceram.

A diretora ao divulgar as informações acerca do *déficit* da instituição acabou por determinar mudanças quanto à contenção dos gastos, à anulação de atividades pouco produtivas, ao incentivo aos convênios de educação do menor e de prestação de serviços médicos, à obtenção de subvenção maior. A direção precisava definir, segundo Pondé (1977), entre pagar ao comércio parte da dívida para salvar o crédito da instituição e assegurar a continuidade no fornecimento de gêneros ou pagar integralmente o funcionalismo. Não foi

informado qual a opção foi feita pela provedora e pelos conselheiros A diretora restringiu as internações de ‘indigentes’ e de ‘menores’ no Abrigo em caráter gratuito, como também, fez denúncia dos convênios com o estado e com a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) em Marambaia por serem considerados improdutivos.

O convênio com a CIBRAZEM aconteceu em decorrência da mudança que o Instituto de Marambaia sofreu para Escola Técnica para se adequar à Lei 4.024 de 1961 que fez com que a indústria quase paralisasse sua atividade. O General Aloysio Gondim Guimarães (presidente da CIBRAZEM) alegou que o patrimônio não deveria ficar ocioso já que o país precisava incrementar a produção daquele tipo de alimento e propôs arrendamento das instalações industriais à FACR que ocorreu em 20 de novembro de 1965 por quatro anos com pagamento mensal de mil cruzeiros. A FACR deveria fornecer energia e transporte marítimo e a CIBRAZEM aproveitaria os funcionários. Com a perda do poder aquisitivo da moeda que não foi previsto no contrato, a remuneração mensal não foi justa e se constatou irregularidades na execução do convênio. O contrato foi encerrado em 31 de outubro de 1969.

Pondé (1977) relatou que em poucos meses foram feitos vários melhoramentos através de inversões que trouxessem renda rápida, assim, houve uma ampliação do convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) a partir de 1970.

(...) no começo da gestão, o maior tropeço na renovação e ampliação dos convênios para educação de menores, com a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM e com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, consistia na falta de recursos para restaurar e tornar confortáveis as instalações, precaríssimas, existentes. Mas conseguiu-se o objetivo graças ao valiosíssimo auxílio proporcionado pelo Dr. Mário Altenfelder, Presidente da FUNABEM, que, vivamente impressionado com o excelente trabalho de Diretoria proporcionou os recursos por antecipação (1977, p. 248).

A diretoria solicitou uma audiência da provedora e alguns representantes do conselho da FACR com o presidente Médici que aconteceu em 6 de maio de 1970 na qual entregou um memorial sobre os esforços empreendidos na instituição para restabelecer o equilíbrio financeiro. O objetivo da reunião foi alcançado e foram tomadas as seguintes providências: “complementação de verbas para pagamento ao funcionalismo do aumento determinado pela Comissão de Política Salarial; liberação da verba para 1970; aumento da subvenção para 1971; transferência da Ilha de Marambaia para a Marinha de Guerra” (PONDÉ, 1977, p. 259). De acordo com o autor, em junho de 1970, 80% das dívidas estavam quitadas e em agosto de 1971, foram pagas as últimas dívidas sem evidenciar a fonte desses dados.

Através do breve resumo da atuação das instituições ligadas à FACR, foi possível perceber as políticas públicas da assistência estatal implementadas no Rio de Janeiro e em Duque de Caxias. Por isso, a seguir, trataremos de uma instituição similar à Cidade dos Meninas que foi consolidada no mesmo território numa das glebas do Núcleo Colonial São Bento em Duque de Caxias no movimento de agentes ligados ao aparato governamental e/ou instituições públicas com a permanência do formato de organização apenas com um porte de menor proporção. Dessa mesma forma, apresentar-se-ão as análises sobre o funcionamento dos educandários criados na Cidade dos Meninos para a internação dos ‘menores’, como também, as escolas de ensino regular instaladas pelo poder público no território da Cidade dos Meninos.

CAPÍTULO IV
DA RODA DOS EXPOSTOS À CIDADE DOS MENINOS: INSPEÇÃO E
ASSISTÊNCIA AO MENOR DESVALIDO EM DUQUE DE CAXIAS

Conforme, assinalamos em capítulos anteriores, as crianças e a juventude em situação de pobreza foram alvo de inúmeras intervenções ao longo tempo. Essas ações estavam em consonância com o que era implementado em nível internacional e nos respectivos acordos concebidos nesses congressos. Tudo isso ligado diretamente, ao desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, as políticas foram sendo criadas para atender essa demanda, sem uma preocupação direta com a solução da condição de vulnerabilidade dessa infância em situação de rua ou de ‘abandono’ familiar.

O processo de urbanização do município de Duque de Caxias, associado ao aprofundamento da desigualdade social, de acordo com os reflexos do que já foi mencionado, contribuíram para que instituições de internação de ‘menores’ fossem instaladas na cidade em consonância com o contexto nacional e internacional. Dessa forma, foram criados a Cidade dos Meninos e o Patronato São Bento para o atendimento de uma determinada infância.

Neste capítulo, identificaram-se as políticas implementadas que resultaram na instalação do Núcleo Colonial São Bento (1932), na instalação da Fábrica Nacional de Motores (1942), na emancipação do município de Duque de Caxias (1943), no estabelecimento da Cidade dos Meninos (1947) e do Patronato São Bento (1959). Para isso, foi necessário a compreensão sobre a Campanha dos Selos Pró-Juventude e a Campanha ‘Cadeia do Coração’ em prol da construção da Cidade das Meninas que se transformou em Cidade dos Meninos (1947). Da mesma forma, foi necessário o entendimento sobre a atuação das instituições mantenedoras da CM e do PSB – a FACR e ABM – respectivamente.

Para isso, recorreu-se as documentações do Arquivo Nacional, da Associação Beneficente de Menores, da Biblioteca Machado de Assis, do Centro de Pesquisa Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, da Fundação Abrigo Cristo Redentor, da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, do Mosteiro São Bento e do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto. Essas documentações consistiam em diferentes reportagens de diferentes períodos e periódicos; relatórios de prestação de contas da FACR; regulamentos de funcionamento; relatórios de sindicâncias, fotografias diversas; diferentes históricos; levantamento estatísticos de alguns períodos de órgãos governamentais; entre outros.

Destacaram-se, os apontamentos de Costa (2017), Drumond (1973), Irma Rizzini (1995; 1997), Gentile (2014), Gonçalves Neto (2002), Hernandez (2015), Romanelli (1993), Silva (2014), Simões (2006), Souza (2014), Ramalho (1989; 2007), Pondé (1977), Porto (1942), entre outros.

4.1 A Intervenção sobre a Criança e o Adolescente em Situação de Abandono em Duque de Caxias

O contexto de urbanização do município de Duque de Caxias foi permeado pela industrialização acelerada do território a fim de atender a demanda capitalista que se instituía no país. Destacou-se a implantação da Estrada de Ferro Leopoldina que atravessou o território de Merity em 1886. Associado a isso, no primeiro decênio do século XX, ocorreu na Cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o projeto considerado ‘civilizador’ de Pereira Passos que expulsou os trabalhadores da região central para a metrópole, os morros, enfim, a periferia se tornou uma alternativa de moradia. Nesse sentido, ainda, Nilo Peçanha, enquanto presidente do Brasil, realizou trabalhos de drenagem para melhoria das regiões alagadiças próximas aos Rios Iguaçu, Sarapuí, Inhomirim e Pilar (FIGUERÊDO, 2004).

Na década de 1930, Duque de Caxias (ainda, Vila Merity) fazia parte da economia Fluminense com base na agro-exportação de laranja, de sal e de farinha de mandioca. Como afirmou Simões (2006, p. 142), “nesse período, os barões do século XIX já haviam sido definitivamente afastados da cena política com o advento da República, dando lugar aos coronéis e comendadores ainda intimamente ligados ao poder rural.”

Isso não aconteceu sem conflitos, principalmente, nos setores mais conservadores no Rio de Janeiro. Merity, como outros municípios da Baixada Fluminense, teve uma composição da classe dominante diferente da sede do município de Nova Iguaçu, pelo fato de ser limítrofe com o Distrito Federal – Rio de Janeiro e por ter tido obras de saneamento que propiciaram o loteamento popular, além da malha ferroviária que favorecia o acesso ao Distrito Federal. Isso associado ao alto índice de migrantes trabalhadores que demandavam menos custo para tarefas urbanas locais e permitiram que líderes como Tenório Cavalcanti⁸¹ alcançassem projeção.

⁸¹ Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 1906 no interior de Alagoas. Em 1927, Hildebrando o contratou como controlador de ponto nas obras da estrada Rio-São Paulo. Em 1928, a convite do engenheiro Edgard Soares de Pinho, Tenório substituiu o antigo administrador de suas terras em Duque de Caxias que fora assassinado e responsável pela construção da Estrada Rio-Petrópolis nas terras de Edgard que era uma atividade perigosa. Constatou-se que esse migrante veio para o estado a partir das relações familiares. “Tinha um nome, uma genealogia, uma linhagem, tinha o suporte de uma família. Tenório tinha; além disso, aquilo que seria decisivo em sua trajetória: um padrinho influente e bem relacionado. Não faltou em sua bagagem, por isso mesmo, uma carta de apresentação para ele.” Dentre esses padrinhos, estava o engenheiro Hildebrando Araújo de Góes – diretor do Departamento de Portos, Rios e Canais – que o contratou e o indicou a Edgard. Outro padrinho influente, foi o advogado Ricardo Xavier da Silveira. Assassinatos e tocaia eram fatos comuns na

Concomitante a esse movimento, elencaram-se várias situações que contribuíram para a emancipação do município. Segundo Simões (2006), o primeiro se deu no contexto de afirmação da força política local com uma substituição da base de poder na cidade noticiado pelo Jornal “O Tópico” que, “Machadinho” – antigo morador de Bonsucesso (Distrito Federal na época) que morou por cinquenta e possuía fazendas, além de ser muito conhecido na área da Leopoldina – teria se reunido com homens armados e substituído a placa da Estação Ferroviária de Merity por Caxias. “Dessa forma, através do Decreto Estadual nº 2.559, de 14 de março de 1931, a alteração de nome foi concedida e o distrito de Nova Iguaçu, que era dividido em sete distritos, passou a ser dividido em oito” (COSTA, 2017, p. 48).⁸²

A fim de que seja possível compreender a intervenção sobre a criança e o adolescente em situação de abandono em Duque de Caxias, foi relevante examinar a distribuição de terras no município haja vista que adviriam os locais de construção de prédios das instituições criadas para tal. Ou seja, foi fundamental voltar o olhar para a implantação dos Núcleos Coloniais no território estudado para que pudesse ser feita uma análise mais profícua sobre o estabelecimento das instituições que ocuparam o território posteriormente. Sendo assim, a colonização oficial feita pelo governo Getúlio Vargas, foi implementada como uma maneira de “propagar a pequena propriedade em áreas distantes dos focos de tensão de terra, evitando-se, assim, uma intervenção nas regiões de latifúndio consolidado” (SILVA, 2014a, p. 02). Essa estratégia foi implantada na região da Baixada Fluminense que comportava uma grande área de terras alagadiças com brejos e que, até então, vinha sofrendo com a proliferação de

cidade de origem de Tenório. Inclusive, o assassinato de seu pai foi ponto de inflexão na trajetória de Tenório que ao chegar à Caxias passou a liderar grupos armados que combatiam disputas e defesas de terras. Essas milícias armadas eram comuns no Brasil nos momentos em que o coronelismo tinha grande força. “É deste modo que podemos entender a ação armada inicial de Tenório, bem como por que, já num momento posterior, principalmente a partir de meados dos anos 30, ele teria como principais oponentes não chefes de outras milícias, mas sim representantes do Governo, delegados e a Polícia locais.” Seu grupo armado era composto de migrantes vindo do Norte e alguns de seus próprios familiares. Nesse processo, Tenório oferecia proteção aos que se ligavam a ele. Sua trajetória política começou como vereador pela União Progressista Fluminense – UPF (1936). Durante o Estado Novo, envolveu-se em conflitos com o Coronel Agenor Barcelos Feio que era secretário de Segurança do interventor Fluminense – Ernani do Amaral Peixoto. Em 1947, foi eleito para a Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro e para a Câmara Federal em 1950, 1954 e 1958 pela UDN. Em 1960, candidatou-se para o governo do estado da Guanabara quando a Capital Federal foi transferida para Brasília pelo Partido Rural Trabalhista (PRT) e em 1962, pelo Partido Social Trabalhista (PST). Além da atuação política, teve atuação jornalística como proprietário do jornal ‘Luta Democrática’ e como advogado. Essas atuações favoreceram sua projeção. Cabe destacar, ainda, que na década de 1950, atuou como advogado de defesa dos “rumorosos” casos do “Crime da Machadinho” e do “Crime do Sacopã” (GRYNSZPAN, 1990, p. 74-76).

⁸² Outro acontecimento que desvelou essa movimentação para que houvesse a emancipação, ocorreu a partir da reunião de doze moradores abastados que se organizaram na União Popular Caxiense (UPC) – 1934 e fundaram o jornal “Voz do Povo de Caxias.”

doenças e com o abandono dessas propriedades que não tinham definições claras sobre os proprietários, nem aquelas que pertenciam ao Estado.

Dessa forma, foi criado o Núcleo Colonial São Bento através do decreto nº 22.226 de 1932 com a tarefa de “lotear a Fazenda, colonizar, desobstruir o Rio de Janeiro e garantir o seu abastecimento alimentar” (COSTA, 2014, p. 8). Assim, “Cria-se o Núcleo Colonial São Bento, em terras da Fazenda Nacional do mesmo nome, no município de Nova Iguassú, Estado do Rio de Janeiro” (BRASIL, 1932). Esse Núcleo Colonial São Bento era composto por sete glebas, distribuídas conforme foram apresentadas no Quadro a seguir.

Quadro 15 Distribuição das Glebas do Núcleo Colonial São Bento

GLEBA	DENOMINAÇÃO ATUAL	PRODUÇÃO
1 ^a	Parque Fluminense	Plantação de laranja
2 ^a	Bairro Wona	Plantação de aipim e banana. Criação de aves
3 ^a	Cidade dos Meninos	Plantação de cana-de-açúcar e banana
4 ^a	Lote XV	Plantação de cana-de-açúcar e banana
5 ^a	Baby	Plantação de hortaliça, tomate, quiabo etc.
6 ^a	Amapá	Criação de gado, porcos, galinhas e abelhas
7 ^a	Vale do Ipê	Fábrica de Pólvora

Fonte: SOUZA (2014).

Além das glebas, o Núcleo era formado por uma sede, as casas de colono, um telégrafo, uma estação fitossanitária e duas cooperativas. Souza (2014) destacou que a Cooperativa Mista de São Bento – instalada na Fábrica de Farinha e a Cooperativa Agropecuária de São Bento Ltda – localizada no Mosteiro São Bento, foram cooperativas que funcionaram no Núcleo Colonial São Bento. Gonzaga e Souza (2011) assinalaram que a Cooperativa Mista de São Bento enfrentou problemas financeiros quando tentou melhorar as condições da Fábrica de Farinha de Mandioca e, por conta disso, obteve dívidas com o Banco do Brasil. Ao não apresentar condições de pagamento do referido empréstimo, a Cooperativa teve suas máquinas leiloadas, não conseguiu manter-se na primeira gleba por muito tempo. Já a Cooperativa Agropecuária de São Bento funcionou até o início dos anos 1960 e contribuiu para o desenvolvimento do Núcleo Colonial como um todo.

Destacaram-se, ainda, os prédios que foram utilizados pelo Núcleo para sua organização e setenta casas para colonos. O Núcleo tinha um administrador, uma guarita na entrada que impedia o acesso de pessoas que não tivessem sido autorizadas com antecedência e o transporte era feito de caminhão. O colono começava a pagar pelo terreno três anos após instalado e tinha dez anos para acabar com essa dívida, recebia equipamentos para o plantio, ganhava as mudas para plantar e tinha atendimento médico (SOUZA, 2014). Notou-se que o

território foi escolhido para que fossem implementadas as políticas do Ministério da Agricultura, da Indústria e do Comércio (MAIC) pela “proximidade com o Distrito Federal e de outro, a existência de terras devolutas e a facilidade em desapropriar terras desvalorizadas pelos impactos do impaludismo e da crise agrária” (GONZAGA e SOUZA, 2011, p. 62).

O Núcleo Colonial São Bento funcionou entre década de 1930 e 1960. Nesse período, contribuiu para o assentamento dos colonos, a fixação do trabalhador nacional, a garantia de abastecimento alimentar para a capital federal e o desvio de parte do contingente urbano nos arredores da capital (GONZAGA e SOUZA, 2011).

Em 1937, foi instaurado o Estado Novo marcado pela centralização de forças no Governo Federal com interventores indicados por Getúlio Vargas com repressão aos movimentos populares e emancipatórios empreendidos por Amaral Peixoto, ou seja, período de maior recrudescimento oriundo da instalação da ditadura do Estado Novo (1937-1945), vários decretos-leis transferiram para o governo federal “a responsabilidade de redefinir a divisão do território em unidades municipais e distintas” (SIMÕES, 2006, p. 142).

Nesse mesmo ano, foi fundada a Associação Comercial de Caxias (ACC) com direito à inauguração e à presença de Amaral Peixoto. Os representantes dessas duas instituições elaboraram um documento com a solicitação da emancipação do 8º distrito de Nova Iguaçu, Caxias.⁸³ Mas, Amaral Peixoto “abriu processo no Tribunal de Segurança Nacional e prendeu alguns membros da UPC, assim como foi decretado o fechamento do jornal” (COSTA, 2017, p. 49). Destacou-se nesse acontecimento, o fato de que Tenório Cavalcanti apesar de compor a UPC não assinou o documento, mas interveio para que fossem soltos os acusados. Esses representantes, uma vez liberados da prisão, ganharam notoriedade e continuaram no intento para que houvesse a emancipação e que o prefeito nomeado fosse nascido no local, de acordo com Silva (2003). Esse movimento desvelou que, para esse grupo, a solução para o problema local seria a ruptura com o poder de Nova Iguaçu (SOUZA, 2003; LACERDA, 2003). Costa (2017) acrescentou que:

(...) o campo de atuação da UPC se caracterizou no assistencialismo próximo aos mais pobres, estratégia comum à Tenório que quando trabalhou como fiscal da prefeitura, concedia favores fiscais, teve uma loja de material de construção que fornecia alguns produtos para os mais pobres, andava com seu grupo armado que oferecia “proteção”, ao mesmo tempo em que intimidava aqueles que o questionassem enquanto autoridade (COSTA, 2017, p. 49).

⁸³ Duque de Caxias obteve a emancipação de Nova Iguaçu em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 1.055.

Tal atuação consolidou “o clientelismo como forma de ganhar representatividade política na Baixada Fluminense. Na ausência do Estado, políticos locais ofereciam pequenos favores em troca de votos e fidelidade, conferindo a estes uma certa legitimidade e o acesso ao poder político” (SIMÕES, 2006, p. 146). Isso permitiu que Tenório Cavalcanti se elegeisse para cargos no legislativo em Nova Iguaçu e em Caxias no pleito estadual e federal. Destacou-se, ainda, que Tenório era aliado político de Getúlio Moura, líder em Nova Iguaçu. Tanto Getúlio como Tenório eram “aliados dos iguaçuanos no plano municipal, oposição moderada a Vargas no plano nacional e inimigos de Amaral Peixoto no plano estadual, que por sua vez, indicou o prefeito municipal, aliado dos dois” (SIMÕES, 2006, p.145-146).

Outro aspecto relevante em relação ao movimento de emancipação foi que o município se tornou área de transbordo da população do Rio de Janeiro com investimentos públicos do Centro, além do fato de que a implantação do Núcleo Colonial no território com seus investimentos recuperou áreas, antes, desvalorizadas. Isso transformou a área em importante local de produção agrícola para a capital federal.

Em 1942, a implantação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), marcou o início do processo de industrialização no município, além de enfraquecer a hegemonia política da exportação da laranja internacionalmente com o distrito-sede de Nova Iguaçu (SOUTO, 2014). Foi no contexto da Segunda Guerra Mundial e com os Estados Unidos da América (EUA) como ‘aliados’ que foi instalada no território. Ramalho (2007) destacou que a FNM possuía a seguinte estrutura:

(...) em sua primeira fase, a fábrica atuou na montagem de motores de aviação, com vistas a garantir uma reserva estratégica de material bélico fora do principal cenário de guerra. O fim da Guerra resultou na interrupção desse tipo de produção e depois de um período de indefinição industrial, a empresa encontrou uma nova vocação no final da década de 1940, ao se transformar, através de acordo com a Alfa Romeo na Itália, em uma montadora de caminhões. Foi como produtora de veículos que a FNM atingiu o seu auge e também enfrentou muitas turbulências. Suas administrações sofreram influência da disputa política que ocorria dentro do aparelho do Estado, entre os que defendiam e os que condenavam a intervenção estatal no mercado (RAMALHO, 2007, p. 120).

Ressaltou-se que a instalação da FNM em Xerém – em terras da União – foi além das condições ambientais e estruturais propícias divulgadas pelo Brigadeiro Guedes Muniz, como divulgou Ramalho (1989). Associado a isso, o autor afirmou:

(...) o rigor disciplinar, o apelo ao patriotismo, o projeto de uma “Cidade dos Motores” autossuficiente em alimentação e moradia, todos esses aspectos foram acionados e conferiam uma particularidade significativa à FNM. A própria gestão do Brigadeiro Guedes Muniz, marcada pela “personalização” das relações estabelecidas com os trabalhadores, revela traços de formas de dominação existentes em muitas empresas privadas, embora a fábrica mantivesse uma estrutura burocratizada e militarizada (RAMALHO, 1989, p. 18).

Isso foi ao encontro da afirmação de que “Em sua história como fábrica estatal, teve a intenção de preparar e treinar os operários por meio de uma formação para o trabalho disciplinada voltada para realização de atividades fabris” (RIBEIRO, 2015, p. 153). Paralelo a esse processo de instalação da fábrica em Xerém, outra ‘Cidade’ foi idealizada por Darcy Vargas, para ser instalada no município em terras da União, também, a Cidade das Meninas. O projeto foi escrito por Rubens Porto em 1942, para se estabelecer na 3ª gleba do Núcleo Colonial São Bento. Em 1946, Levy Miranda se tornou o administrador desse projeto e, em 1947, transformou-o em ‘Cidade dos Meninos’ sob os auspícios da Fundação do Abrigo Cristo Redentor. Essa instituição foi responsável pelo asilamento de ‘menores.’

No que diz respeito ao controle social, identificou-se que ao ser instalado na 3ª gleba do Núcleo Colonial São Bento, a Cidade dos Meninos emergiu como herdeira do projeto getulista de colonização para a periferia da cidade do Rio de Janeiro que nesse momento, era a capital do Brasil. Percebeu-se a permanência no tratamento dessa infância e dessa juventude denominada - ‘menor’ – com um projeto que pretendia civilizar e enquadrar o comportamento das camadas mais pobres que ameaçavam a ordem capitalista em curso.

Nesse mesmo período, dentre essas ações assistenciais que coadunavam com as práticas sociais do momento, destacou-se a idealização do projeto da Cidade das Meninas que se transformaria em Cidade dos Meninos em 1947 – momento em que o projeto foi assumido pela Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR). Fez-se necessário uma pesquisa na Hemeroteca da Biblioteca Nacional com o descritor ‘Cidade das Meninas’ no período de 1940 a 1949, já que houve uma grande divulgação da Obra Assistencial que seria instalada em Duque de Caxias. Essa divulgação permitiu identificar a colaboração expressiva da imprensa brasileira à Campanha de arrecadação monetária para a construção dos pavilhões desse Projeto que nesse momento, estava sob administração da Fundação Darcy Vargas. Na primeira página das cinquenta apresentadas, apareceram cinquenta e um jornais diferentes. Nessa primeira página foram totalizadas duas mil, seiscentos e oitenta e oito ocorrências nesses cinquenta e um jornais. Foram selecionados dois jornais com mais ocorrências – A

Noite (RJ) com quatrocentos e trinta e três ocorrências; Jornal do Brasil (RJ) com duzentas e vinte e sete ocorrências para o descritor – Cidade das Meninas, de 1940 a 1949. A lista completa com a manchete e a incidência por ano, encontra-se no Anexo B, dos Quadros 32 ao 41.

A partir desse levantamento, foi possível encontrar a atuação das esposas dos integrantes da classe dominante – socialites, primeiras-damas de ministros e outras pessoas ligadas ao governo – que foram mobilizadas por Darcy Vargas como já foi citado em dois empreendimentos interligados para arrecadação de verbas para a construção da Cidade das Meninas.

A campanha inicial foi lançada através da Semana Pró-Juventude em fevereiro de 1940. Cabe lembrar que para o fascismo, a Juventude era o público de maior interesse, principalmente, na sua formação para fazer incutir a moral, o civismo e a religiosidade. Outra reportagem de destaque foi a que anunciava o Decreto-lei nº 2.024/40 assinado pelo presidente Getúlio Vargas – “As crianças, as mães, a juventude vêm merecendo, de resto, do presidente da República, uma assistência constante, que é um dos traços característicos do seu governo” (PELAS, 19 fev. 1940, p. 03). Isso exemplificou o que já foi abordado anteriormente sobre a estatização da assistência para esse grupo. Mencionava que era uma política nacional e as bases financeiras nas quais estariam assentadas tais ações – “Além das dotações orçamentárias federais, estaduais e municipais, constituirão o fundo nacional de proteção à criança, à maternidade e à adolescência, os donativos e as contribuições particulares de pessoas naturais ou jurídicas” (PELAS, 19 fev. 1940, p. 03). A reportagem concluía com a seguinte afirmação: “A geração que amanhã será confiado o Brasil terá encontrado, nesse esclarecido sistema de providências, o apoio indispensável à sua missão. E nos lares obscuros e modestos que a estão formando haverá mais saúde, tranquilidade e alegria. Deles sairá uma Pátria mais confiante, mais forte e mais feliz (SEMANA, 19 fev. 1940, p. 03).

Nessa mesma página, outra reportagem complementar mencionava que a – “ ‘Semana pró-juventude’, pela difusão dos selos da Campanha da Bondade – colaborando na benemérita iniciativa da Sra. Darcy Vargas” (SEMANA, 1940, p. 03) – divulgava a arrecadação em dinheiro para ajudar na formação dessa juventude pobre e eram lançados os ‘Selos Pró-Juventude’ potencializados pelo movimento das mulheres da classe dominante – ‘Cadeia do Coração,’ com detalhes a seguir. Cabe destaque para a atuação do poder público no empreendimento como sinalizado anteriormente:

A autorização, pelo governo, da emissão dos selos “Pró-Juventude”, com o escopo de auxiliar e amparar a juventude pobre do país, é das iniciativas cujo alcance dispensa encômios. Sendo a primeira emissão de tal finalidade que se faz no Brasil, encontra ela exemplo em algumas nações da Europa. A França, por exemplo, já tem feito circular selos postais como os que ora foram emitidos, isto é, selos acrescidos de sobretaxa destinada a obras filantrópicas. Atualmente, o povo brasileiro tem a sua primeira oportunidade de prestar, dessa forma, auxílio às populações desprotegidas, com o lançamento dos selos “Pró-Juventude”, cuja arrecadação da sobre-taxa será destinada à construção da “Cidade das Meninas”. Grandiosa e benemérita iniciativa da primeira dama do país (SEMANA, 19 fev. 1940, p. 3, grifos do autor).

A iniciativa governamental associada ao modelo europeu de arrecadação filantrópica demonstrava que o governo imprimia ações de países que eram modelos de civilidade. Pode-se, também, perceber a quantidade de publicações sobre os ‘Selos Pró-Juventude’ nas publicações de fevereiro de 1940 a janeiro de 1941, com destaque ao fato de que a partir de julho de 1940 estava associada essa arrecadação à ação das mulheres no movimento ‘Cadeia do Coração.’ Aconteceu uma campanha publicitária em várias esferas como foi possível identificar nas diferentes reportagens – “foi ontem filmado o **short** comemorativo, o qual deverá ser exibido, simultaneamente nos cinemas da Cinelândia, no decorrer da ‘Semana da Juventude’ ” (SEMANA, 20 fev. 1940b, p. 03, grifos do autor).

A ‘Cadeia do Coração’ interligada ao Selo ‘Pró-Juventude’ consistia em reuniões nas casas dessas mulheres no formato de chás beneficentes para que contribuíssem financeiramente para a campanha. Essas senhoras recebiam – cartões; selos⁸⁴ – para que fossem feitas as doações e se comprometiam em organizar outros chás em suas respectivas casas, mas o convite deveria ser feito a outras mulheres da classe dominante para conseguir mais doações.

Com o intuito de difundir a venda desses selos, organizou-se, composta de elementos proeminentes de nossa sociedade, uma comissão, à frente da qual se encontra a Sra. Rosinha Mendonça Lima. Foi assentada, então, a realização da Semana Pró-Juventude, que terá, além da preciosa colaboração dos nomes que lhe emprestam apoio, a do Club Filatélico. Trabalharão, assim, na relevante tarefa de levar amparo à Juventude, de iniciativa da Sra. Darcy Vargas, qual seja a criação da “Cidade dos Meninos” (SEMANA, 19 fev. 1940, p. 03).

⁸⁴ Há essas duas referências nas reportagens citadas sobre o formato de arrecadação dos Selos ‘Pró-Juventude.’

Algumas dessas prestações do dinheiro arrecadado foram divulgadas nesses jornais. A maior parte das reportagens não apresentava o nome da referida mulher, mas sim, do seu marido acompanhado à denominação – Senhora, dessa forma: Sra. Capanema. Pode-se ver com mais detalhes, a maneira pela qual era apresentado no jornal o nome de algumas dessas mulheres no Quadro 16. Essa organização foi liderada por Rosinha Mendonça Lima, “Além de assentar as bases da campanha a desenvolver, sob a presidência da senhora do ministro da Viação, reuniu-se a comissão organizadora da Semana, na sede do Club Filatélico, ali ficando assentado, entre outras deliberações, que a Semana ‘Pró-Juventude’ durará de 26 de fevereiro a 7 de março” (SEMANA, 19 fev. 1940, p. 03). Essa senhora da alta sociedade foi a responsável pela condução da reunião inicial de organização da ação ‘Cadeia do Coração’ e esteve presente em algumas das reuniões na casa de outras senhoras.

Figura 12 Reunião do Movimento “Cadeia do Coração.



Fonte: BELO (12 fev. 1940, p. 02).

Essa imagem é bem significativa por colocar em evidência a responsável pela Campanha de arrecadação de verbas para a construção da Cidade das Meninas – Rosinha Mendonça Lima, assim como, a mesa com os selos que seriam distribuídos às mulheres da classe dominante que participariam dos chás beneficentes. Por vezes, a referência à esposa do ministro da Viação vinha acompanhada da palavra general – Sra. General Mendonça Lima. A maioria dessas reportagens eram seguidas de fotografias do evento. Além da lista de nome das

mulheres que compareciam, sempre se mencionava o nome de Darcy Vargas para referendar a ação, como também, o projeto que era – a construção da Cidade das Meninas. Logo na manchete constava que seriam “10.080 chás elegantes” para arrecadar “450 contos” em “24 contos em selos ‘Pró-Juventude’ ” (BELO, 12 fev. 1940, p. 02). Descrevia-se que na reunião, havia sido reunidas catorze “senhoras da nossa melhor sociedade” e complementava com a informação sobre a maneira como funcionariam os chás – “Cada uma dessas senhoras contribuiu para a obra de caridade da Sra. Darcy Vargas, da construção da ‘Cidade das Meninas’, adquirindo 24 mil réis de selos Pró-Juventude, devendo ainda convidar para um novo chá um grupo de seis senhoras a mais que, por sua vez, se comprometerão a convidar, cada uma um grupo de cinco” (BELO, 12 fev. 1940, p. 02).

Uma das reportagens apresentava como funcionaria esse sistema encadeado do movimento ‘Cadeia do Coração’ para aumentar em cada chá beneficente um número diferente de pessoas para arrecadar dinheiro para a construção da Cidade das Meninas.

Quadro 16 Organização Inicial das 1ª e 2ª Reunião da ‘Cadeia do Coração’.

1ª REUNIÃO DA CADEIA DO CORAÇÃO		
Sra. Cel. Rodolpho Figueiredo	1-Cap. Dr. Norival Duarte	a)Sra. Nair Kaden
		b)Sra. Lourdes Hiaroup Cabral
	2-Sra. Alda Hadad	a)Sra. Neuza Azevedo Castro
		b)Sra. Tem. Lazaro Raymundo da Silva
	3-Major Jayme Pessoa	a)Sra. Cap. Dr. Braulio Durvanit
		b)Sra. Cap. Celio Heredia
1ª REUNIÃO DA CADEIA DO CORAÇÃO		
Sra. Cap. Visconti	1-Sra. Alzira Soares	a)Sra. Noemia Visconti
		b)Sra. Maria Braga

	2-Sra. Diva Roxo Niglora	a)Sra. Carmen Simonsen
		b)Sra. Sara Visconti
	3-Sra. Florindinha Góes Monteiro	a)Sra. Luiza Visem
		b)Sra. Yvone Furtado

Fonte: CADEIA (23 ago. 1940, p. 02).

Em algumas dessas reuniões, havia a presença de um tesoureiro para fazer a arrecadação e sempre havia a presença de Darcy Vargas nessas ações organizativas ou era mencionado o seu nome nas reportagens com fotografia das reuniões, às vezes, algumas jovens participavam da reunião e tinham seus nomes mencionados também. Reforçava-se que, “durante esses dias, grupos de senhoras, senhoritas e cavalheiros da nossa ‘élite’ empregarão os melhores meios para a difusão dos selos ‘Pró-Juventude’ (SEMANA, 19 fev. 1940, p. 03, grifos do autor). Essa divulgação das reuniões da ‘Cadeia do Coração’ apareceu no jornal de julho de 1940 a janeiro de 1941 – com a sinalização de que havia sido encerrado essa campanha. A última reportagem sobre o chá beneficente foi em 21 de janeiro de 1941 e já havia reportagens que indicavam que seriam os últimos chás do movimento realizados no mês de janeiro de 1941 – ‘Cadeia do Coração’. Além disso, Darcy Vargas dava continuidade aos eventos beneficentes com diferentes artistas – nacionais e internacionais – principalmente, dos Estados Unidos da América como veremos a seguir e com mais detalhes no Anexo B nos Quadros de 32 a 41.

As atividades culturais beneficentes para arrecadação de renda para as obras assistenciais se inspiravam no chamado “american way of life” que, a partir da década de 1920, imprimia o modelo estadunidense como o que deveria ser seguido no mundo. Hernandez (2015) acrescentou que:

Nas décadas de 1930 e 1940 a busca pelo estreitamento de laços culturais com a América Latina, e a difusão do “american way of life”, se configuraram como uma estratégia com várias nuances, mas com um fortíssimo viés político, caracterizando uma política do Estado norte-americano. Se configurando como um produto do capitalismo, como um bem de consumo de massa, o cinema hollywoodiano tinha comprometerimentos políticos e ideológicos e servia eficazmente a política externa dos EUA (HERNANDEZ, 2015, p. 41).

Destacaram-se nesse modelo, a primeira grande festa na Quinta da Boa Vista, “Uma noite de Debret” (1938) com a colaboração da imprensa; o espetáculo “Joojoux e Balangandans” (1939) com a presença da elite; a estreia do filme “E o vento levou...” com o lançamento de gala no cinema Metro, com a presença do embaixador norte-americano Jefferson Caffery e com livros de Margareth Mitchell que deram origem ao filme autografados pelos protagonistas em leilão no intervalo da sessão (1940); a volta ao Brasil da atriz e cantora Carmen Miranda que aconteceu no Cassino da Urca (1940); a estreia do filme “Fantasia” (1941) no cinema do Rio de Janeiro, Cine-Pathé-Palácio (HERNANDEZ, 2015); o baile “Uma noite de Natal” oferecido no restaurante da Prefeitura (Urca) com ingressos vendidos no Cassino da Urca e a oferta de um café-dançante em Nova York (1941) com o convite feito por Cândido Portinari; a apresentação do filme “Alô Amigos” (1942) da personagem Zé Carioca da Disney, que foi patrocinado por Darcy Vargas, divulgado pela revista Dom Casmurro e a rádio RKO (HERNANDEZ, 2015); e o desenho Dumbo (1942) exibido no cinema Plaza do Rio de Janeiro para a Cidade das Meninas⁸⁵ (HERNANDEZ, 2015). Esse espetáculo fez tanto sucesso que Darcy Vargas fez uma sessão popular no Teatro João Caetano. Dessa mesma forma, a presença de artistas e de famosos, em geral, recebidos em algumas casas de espetáculos. Essas casas revertiam as verbas dessas estreias de eventos para o projeto da Cidade das Meninas, tais como: o Walt Disney que foi homenageado com uma ceia no Cassino da Urca (1941) e o desfile de fantasias de Carnaval com jurados como o estadunidense – Orson Welles, o pintor Cândido Portinari e o escritor José Lins do Rêgo (1942), de acordo com Callado (2011). Essas “eram festas de ricos para ricos em benefício dos pobres que se assemelhavam ao que os Estados Unidos faziam” (COSTA, 2017, p. 65). Toda a arrecadação dessas atividades culturais promovidas por Darcy Vargas foi revertida para a construção da Cidade das Meninas.

⁸⁵ A Cidade das Meninas foi o projeto inicial escrito por Rubens Porto (1942) a pedido de Darcy Vargas que se transformou em Cidade dos Meninos.

Figura 13 Charge.



Fonte: Elkins (7 jul. 1940, p. 01).

Essa charge resumiu parte dos eventos que foram promovidos por Darcy Vargas para arrecadação de dinheiro para a construção da Cidade das Meninas. Representou vários aspectos – a popularidade que a ação imprimia na sociedade; os eventos da hípica, com os artistas do rádio e Carmen Miranda, entre outras questões. Mas, saltam aos olhos a representação da favela com imagens de desordem e uma menina caracterizada como infância em situação de pobreza que pelas mãos de Darcy Vargas, foi transformada em outra menina e pelo fato de estar próxima à faixa – Cidade das Meninas – imprimiu a internação no projeto de Darcy Vargas como possibilidade de transformação da situação de pobreza. Foi uma imagem muito emblemática sobre o que as ações do governo, na figura da Darcy Vargas, consolidavam no imaginário popular. Essa imagem era acompanhada da legenda – “A linda e nobre iniciativa da Exma. Sra. Darcy Saramanho Vargas – dar um lar comum às meninas sem lar – inspirou a Elkins esta oportuna alegoria. Em breve, a ‘Cidade das Meninas’, flor do sonho nos corações generosos, será o maravilhoso fruto da cruzada que a primeira dama do país vai iniciar” (ELKINS, 7 jul. 1940, p. 01).

Somava-se à popularidade que as ações beneficentes proporcionaram ao projeto da Cidade das Meninas, os vários anúncios de loteamentos de terras a serem vendidos nos arredores de onde seria instalado o projeto, no setor de anúncios do jornal – a proximidade da Cidade das Meninas era a referência para a sua localização. Da mesma forma, identificou-se uma reportagem em que pessoas não ligadas à Darcy Vargas, fizeram arrecadação criminosa ao pedirem dinheiro para a Obra Assistencial da primeira-dama, mas não terem repassado o valor para os responsáveis pela campanha de arrecadação do Projeto (DOIS, 30 ago. 1940, p. 07).

Essas ações de aproximação do cinema dos Estados Unidos era reflexo da denominada ‘Política de Boa Vizinhança’ instaurada a partir do momento que Roosevelt (1933) assumiu a presidência dos Estados Unidos da América com a implementação de uma política econômica em expansão internacional. Essa política consistia em reforçar a presença dos EUA no país a partir de vínculos econômicos, culturais e militares (HERNANDEZ, 2015). Nessa tarefa, a produção do Walt Disney foi indispensável tanto que foi indicada como um agente dessa política de assuntos interamericanos. Essa indicação foi feita pelo próprio presidente americano a Nelson Rockefeller.⁸⁶ Dessa forma, na década de 1940, Costa (2017) advertiu que:

Na década de 1940, era consolidado o órgão dirigido por Nelson Rockefeller, *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) que deveria convencer os brasileiros sobre a amizade que unia os dois países, assim como uma apresentação de uma imagem positiva dos países latino-americanos. Para atingir tal objetivo, os meios de comunicação tiveram uma importância sem igual na divulgação cultural dos dois países. Como afirmou Simili (2008, p. 125), “o rádio e o cinema foram poderosos instrumentos na cativação das mentes, das almas e dos comportamentos dos brasileiros” (COSTA, 2017, p. 65).

O OCIAA teve a função de regular, de desenvolver, de redistribuir, de organizar e de selecionar, além de outras tarefas, os projetos que aproximassem culturalmente os países da América Latina do que havia sido anunciado como política externa de Boa Vizinhança. Isso porque a América Latina passou a ter importância estratégica para os EUA a partir da Segunda Guerra Mundial. Hernandez (2015) apontou que:

O OCIAA foi criado para organizar as relações entre os EUA e os demais países do continente dentro da perspectiva da Política da Boa Vizinhança. Os formuladores da Política Externa norte-americana objetivavam concentrar, no órgão, o papel de difusão cultural e propaganda estadunidense. Os EUA deveriam ser apresentados, segundo a visão de Nelson e de sua equipe, como um país possuidor do “segredo do progresso” e que estariam dispostos a compartilhar com seus vizinhos americanos. As transmissões de rádio, o cinema, os projetos de saneamento e de saúde e os programas econômicos

⁸⁶ Era neto de John Davisson Rockefeller. Essa família foi “herdeira do segmento emergente de novos burgueses enriquecidos”. Era uma família estadunidense com ideal religioso protestante da Igreja Batista que protagonizou “um considerável crescimento econômico e avanço tecnológico, ao fazer emergir o combate ao arsenal de contrassensos em consequência da própria afirmação do capitalismo industrial” dos Estados Unidos. Esse ideal religioso consistia na dedicação ao trabalho em ataque ao ócio, desperdício e extravagância. Essas famílias, “donas de grandes corporações capitalistas como os Rockefeller tentaram melhorar os impactos socioeconômicos decorrentes da exploração de mão de obra indígena, feminina e infantil, transformaram-se em agentes dessa agenda”. Esse processo “viabilizou o início de um período de vários anos de intervenção” em diversas áreas assistenciais do Brasil como um todo. A Fundação Rockefeller era religiosa e filantrópica. Os dirigentes dessa Fundação acreditavam que o “investimento em programas sociais, principalmente na área da saúde e da produção do conhecimento científico, amenizaria o estorvo à chamada era progressiva” (SILVA, 2014b, p. 29).

estavam imbuídos desse sentido paradigmático de que os EUA eram o modelo a ser seguido na região. Por meio de programas radiofônicos, revistas, cinema e anúncios publicitários, o OCIAA atuava em resposta à propaganda nazi-fascista na América Latina. Cada vez mais os estadunidenses se preocupavam em atingir um número maior de pessoas, por meio de novos meios de comunicação como o rádio e o cinema (HERNANDEZ, 2015, p. 62).

Assim, foram sendo divulgadas informações positivas sobre os EUA e sua expansão nas relações externas. Esse reforço do panamericanismo ocorreu, também, através de várias empresas americanas que vendiam seus produtos nos países da América Latina, em especial no Brasil, como Coca-Cola, Kodak, Philco. Hernandez (2015) apontou que a política externa dos EUA desempenhava os objetivos de:

Controlar, pacificamente, o crescente antiamericanismo e a simpatia dos governantes pelos regimes nazi-fascistas na região, inclusive no Brasil, bem como visava intensificar o fluxo comercial entre as nações latino-americanas com os EUA. Os aspectos culturais produzidos pela Política Externa de Boa Vizinhança e transmitidos aos demais países latino-americanos divulgaram estilos de vida, conceitos, visões, consubstanciando-se em uma das primeiras exportações de versões idealizadas do *American Way of Life* (HERNANDEZ, 2015, p. 64).

Neste trabalho de pesquisa, apontou-se que a Cidade das Meninas foi um projeto que na forma pela qual foi divulgado, refletiu ações que reforçaram o *American Way of Life* no Brasil, diante do que já foi apontado. Dos projetos instituídos pela Fundação Darcy Vargas, o único que deixou registro das ações que seriam instituídas por sua presidente, foi a Cidade das Meninas que objetivava “educar e preparar as meninas, mediante ensino técnico profissional segundo as práticas da pedagogia moderna em grupos-lares e escolas especializadas” (SIMILI, 2008, p. 113). Essa obra foi “arquitetada em parceria com o projeto de construção da Casa do Pequeno Jornaleiro (1939)” e com construção intensa de novembro de 1941 a junho de 1943 (COSTA, 2017, p. 65). Em abril de 1943, a obra da Cidade das Meninas teve a presença do presidente Getúlio Vargas que não tinha o hábito de fazer essas visitas nas obras assistenciais comandadas pela sua esposa. Esse fato ocorreu pelo afastamento de Darcy Vargas, em decorrência do filho mais novo que ficou doente e veio a falecer nesse mesmo ano.

Cabe a menção para o fato de que aconteceram projetos semelhantes ao da Cidade dos Meninos que foi a *Boys Town*, dirigida pelo Padre Edward J. Flanagan. Embora, Bigheto (2000) tenha mencionado que foi uma atividade que no Brasil, não teve repercussão pelo fato de que as produções escritas do Padre Flanagan, não foram traduzidas para o português. Isso

não impediu que tal ação fosse conhecida pelos que atuavam em instituições com similaridade ao projeto do Padre Flanagan. Foi possível perceber esse conhecimento através do que foi exposto no capítulo anterior – em relação ao filme da ação do Padre Flanagan no IPGV e pelo fato de que o Capelão da Cidade dos Meninos – Dom Odilão Moura – mencionou a atuação do religioso em seus escritos.

O projeto do Padre Flanagan, nos Estados Unidos da América, “a Cidade dos Meninos começou numa pequena casa, no dia 12 de dezembro de 1917 em Omaha, Nebraska” (BIGHETO, 2000, p. 125). Além do projeto ter o mesmo nome, apresentaram outras características comuns, como o fato dos meninos terem sido enviados para internação pelos tribunais de justiça; a instalação da *Boys Town* na fazenda a partir de 1921; a construção de prédios para funcionamento da escola, do ginásio de esportes, de moradia e de áreas de trabalho; o trabalho na agricultura e o apoio da imprensa com dois filmes produzidos sobre o projeto em 1938 e em 1940. “Flanagan tornou-se internacionalmente reconhecido como uma das mais famosas autoridades em educação da juventude ‘delinquente’,” segundo Bigheto (2000, p. 125). Por esse motivo, após a Segunda Guerra Mundial, visitou países da Ásia e da Europa. Na Europa, realizou conferências, palestras, entrevistas, inspeções e discussões (1948). Nesse mesmo ano, faleceu em Berlim, mas a obra assistencial continuou até os dias atuais.⁸⁷

Identificou-se outras instituições de asilamento de menores no Brasil com o mesmo nome e com similaridades ao projeto da Cidade dos Meninos em Duque de Caxias, como em Minas Gerais. Inicialmente, foi chamado de Lar dos Meninos (1976) organizado pelo Lar São Vicente de Paulo e posteriormente, Cidade dos Meninos a partir de 1994. Foi instalada em Ribeirão das Neves, localizada a 30km da capital do estado, Belo Horizonte (OLIVEIRA e BARBOSA, 2004; OLIVEIRA, 2007). Da mesma forma, outras instituições similares foram instaladas em outros estados brasileiros, como já foi apontado anteriormente.

De acordo com o que já foi apontado, o projeto idealizado por Darcy Vargas foi transformado em Cidade dos Meninos (1947) e instalado na 3ª gleba do Núcleo Colonial São Bento no município de Duque de Caxias. A finalidade da instituição que era a formação para o trabalho dos internos que gerava recursos para a sua manutenção. Dessa forma, destacou-se a reportagem do jornal Correio da Manhã com a manchete – A Cidade que mudou de sexo –

⁸⁷ De acordo com o site: <https://www.boystown.org/history/father-flanagan>, consulta em 20 mar. 2022.

Toma novo rumo a “Cidade das Meninas” – de 22 de fevereiro de 1949 que, ocupava a primeira página do jornal e demarcava os primeiros anos da instituição no território.

A reportagem informava que a Cidade dos Meninos havia reiniciado com cem garotos “em plena atividade” e o Dr. Fuchs estava responsável pela Superintendência Educacional da FACR. Afirmava, ainda, que “tudo faz crer que a Cidade dos Meninos se encaminhe para dar grandes proveitos à nação, nos dois grandes sentidos: **social e econômico**. Pelo menos o seu programa é edificante” (LAOS, 22 fev. 1949, p. 01, grifos do autor).

No que diz respeito ao econômico, a notícia apresentava detalhes importantes do processo produtivo. Primeiro, a quantidade de internos era abaixo do que havia sido divulgado pela Darcy Vargas no período de construção em que foi anunciada a possibilidade de abrigar cinco mil meninas de acordo com o seu projeto inicial. As informações foram fornecidas pelo Dr. Moura Brasil – engenheiro agrônomo que apresentou resultados bons dentro dos hectares que já tinham sido cultivados. Já tinham sido colhidos 2.000 quilos de abóbora. Previa-se que colheriam mais de 800 sacos de milho. Havia uma plantação de 10.000 bananeiras e falava-se com muito entusiasmo da cultura de soja e de ‘cowpeas’.⁸⁸ Esse último poderia substituir o feijão brasileiro e que já servia na FACR para alimentar cinco mil pessoas. Enaltecia, ainda, a plantação de milho e as terras da Baixada Fluminense que outrora foram consideradas impróprias para o plantio de qualquer cultura. Em relação a pecuária, já havia a criação de 500 cabeças de gado que produziam cerca de 120 litros de leite diários e ainda, iam adquirir mais.

⁸⁸ Era uma espécie de feijão.

Figura 14 Internos Responsáveis pela Colheita de *Cowpea*.



Fonte: Laos (22 fev. 1949, p. 01).

Nessa fotografia, que constava na primeira página, próxima à reportagem, aparecia o dormitório que abrigava os meninos e parte dos trabalhadores que já estavam na produção de diferentes alimentos. Foi interessante que não houve menção à educação formal dos internos que reafirmou a concordância de diferentes setores sobre o fato de que a essa infância pobre – o trabalho a educaria. Havia a informação, ainda, sobre a ampliação do atendimento para crianças na idade de 5 a 9 anos que seriam transferidas para o Instituto Nossa Senhora da Paz, “O plano é receber 1.500 meninos desamparados. E é claro que o ideal é que isso se faça o mais breve possível. Afinal, as casas já estão concluídas” (LAOS, 22 fev. 1949, p. 01). Essa afirmação, era apontada na reportagem, porque a FACR queria recuperar as demais casas já construídas que estavam ocupadas para outros fins do governo.

Figura 15 Cidade dos Meninos Darcy Vargas.



Fonte: FACR, 1977-1981, 002.7.

Essa fotografia foi importante por apresentar vários aspectos da Cidade dos Meninos administrada pela FACR. Viu-se em destaque, o cruzeiro que marcou a solenidade da pedra fundamental da Cidade das Meninas idealizada por Darcy Vargas. Na sequência, viu-se os internos enfileirados em demonstração de disciplina, de organização, ao fundo, avistou-se a Igreja Católica Apostólica Romana da Nossa Senhora da Conceição em que aconteciam as diferentes comemorações da Cidade dos Meninos da FACR.

Nesse mesmo território do Núcleo Colonial São Bento, em julho de 1959, foi instalado na sua primeira gleba outro internato de ‘menores’ denominado Instituto Profissional São Bento que ficou conhecido na região pelo primeiro nome dado e veiculado na imprensa do município – Patronato São Bento. Esse patronato foi estabelecido no território da antiga Fazenda São Bento sob a direção do antigo capelão da Cidade dos Meninos – Dom Odilão Moura OSB (Ordem do São Bento). “O Patronato São Bento foi uma instituição criada pela Associação Beneficente de Menores (ABM), em Duque de Caxias. A ABM foi fundada pela Mitra Diocesana de Petrópolis, em 25 de novembro de 1955, e era composta pela sociedade civil, com cunho filantrópico e vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana” (COSTA, 2017, p. 55).

Essa instituição atendeu uma demanda “urbano-social” que consistia na “‘limpeza’ da cidade de Duque de Caxias” (COSTA, 2017, p. 253). O crescimento demográfico da década

de 1950 associada à industrialização do território para atendimento das questões nacionais implementadas pelo desenvolvimentismo instaurado no governo de Juscelino Kubitschek; à proximidade da capital federal no período, o Rio de Janeiro; à existência da linha férrea que facilitava o acesso à capital contribuíram para que práticas como a do lenocínio, a grande circulação de ‘menores’ pelas ruas atrapalhassem o comércio tanto por perambularem como por suas práticas de sobrevivência como o trabalho de engraxates, de vendedores de doces, entre outras, como também, a acusação dos crimes cometidos. Todos esses aspectos impediam que o município imprimisse uma característica de modernidade e, para isso, foi implementado a internação no espaço distante do centro da cidade com a possibilidade de educação pelo trabalho no viés religioso coadunada com as práticas assistenciais da época, ou seja, com aprovação da comunidade científica para que possibilitasse a garantia de recebimento de subvenções públicas pelo Ministério de Justiça, entre outras instituições governamentais.

Assim, a institucionalização do Patronato imprimiu essa característica de ordem, de ‘modernidade’ e de ‘progresso’. Enfim, todo o trabalho foi realizado para que não atrapalhasse o desenvolvimento do capitalismo com um aspecto liberal como o representante da imprensa do município o apresentava. Além do fato de que o jornal, era um órgão da Associação Comercial de Duque de Caxias. Alegava-se, nas páginas da imprensa, que esse “menores”:

(...) além de “atrapalhar” o comércio, inúmeras reportagens foram veiculadas em que “menores” roubavam as casas comerciais. Assim, a solicitação recorrente do jornal era pela construção de um Patronato Agrícola, para que esses meninos pudessem ser “regenerados” pelo trabalho regularizado, de acordo com o lema da própria instituição de uma “educação no trabalho, para o trabalho e pelo trabalho” (COSTA, 2017, p. 254-255).

Era divulgada a possibilidade de prevenção a partir da institucionalização do Patronato uma vez que os “menores” seriam “regenerados pelo trabalho” e se “tornariam úteis para a coletividade”. Destacava-se o fato de que essa determinada infância, deveria contribuir para a renda familiar. É relevante evidenciar que os meninos trabalhavam como engraxates, vendedores, jornaleiros, agricultores, criadores de animais, apicultores, cesteiros, tamanqueiros, entregadores de jornais, dentre outros.

Nesse projeto, o envolvimento de autoridades como – o prefeito, o delegado, o juiz de menores, os políticos, os padres e o bispo – foram essenciais para a institucionalização, a arrecadação de verbas públicas e privadas, ou seja, “uma ação marcada pelo controle, pela repressão, pela dependência de instituições particulares que no nosso caso, foi representada

pela Associação Beneficente de Menores (ABM), e pela vinculação às instituições jurídico-policiais” (RIZZINI, 1995, apud COSTA, 2017, p. 256).

O Patronato São Bento foi uma instituição que caracterizou as práticas assistenciais do período como a relação estreita com o delegado e com o juiz de direito que demonstrava a judicialização no tratamento do ‘menor’ que foi instaurada com a promulgação do Código de Menores de 1927 (CÂMARA, 2010). Além disso, foi relevante o destaque sobre o tratamento dispensado a essa infância.

Tanto pelo Estado como pelos setores privados, manteve “a internação em estabelecimentos fechados” como “fio condutor do atendimento prestado”. Apesar dos inúmeros problemas apresentados pelos grandes internatos do início do século, vários agentes sociais, ao longo do tempo, apresentaram os fracassos desse modelo do ponto de vista do interno, além de um internamento comum a todos os “menores abandonados” (abandonados, delinquentes e pobres) (RIZZINI, 1995) (COSTA, 2017, p. 256).

A atuação da Igreja Católica nessa instituição, foi algo que permeou toda sua prática e decisiva em vários momentos como na obtenção do prédio através da concessão do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), na autorização do bispo para que mudasse o objetivo primeiro da ocupação do prédio da antiga fazenda, da escrita dos estatutos da instituição mantenedora – Associação Beneficente de Menores (ABM), da condução da internação, entre outros. Essa atuação sempre foi representada por Dom Odilão que atuou como liderança por quinze anos consecutivos. Tudo isso reafirmou que a Igreja Católica se perpetuou ao longo do tempo na prática assistencial ao adequar sua prática caritativa às exigências da filantropia (RIZZINI, 1995).

Diante de tudo o que já foi pontuado, o Patronato São Bento surgiu como um espaço de atendimento da demanda urbano-social da cidade de Duque de Caxias, no território do segundo distrito, com características rurais ainda, ou seja, retirou da cena da cidade, os meninos que eram a evidência da desigualdade gerada pela sociedade capitalista, da má sorte da infância pobre no Brasil. O projeto instituído na cidade não apresentou características de uma preocupação rural com àqueles e àquelas “menores”, que eram vítimas do que há de mais cruel no sistema capitalista: a marca da desigualdade social (COSTA, 2017, p. 260).

Chamou-se a atenção, neste capítulo, para o processo de constituição de organizações responsáveis pela educação da criança em situação de abandono familiar situada fora da escolarização formal. Entendeu-se que o formato organizativo instituído pela relação entre assistência e educação, possuía relação intrínseca com os pressupostos políticos referentes à

política externa estadunidense e à ideia de formação moral e intelectual⁸⁹ das crianças e jovens em situação de abandono familiar. Na seção seguinte, foram apresentadas a institucionalização da Associação Beneficente de Menores – administrou a internação dos ‘menores’ e do Patronato São Bento – instituição de asilamento dos ‘menores’, ambas no município de Duque de Caxias.

4.2 A Associação Beneficente de Menores: institucionalização e implantação do Patronato São Bento

O Abrigo Cristo Redentor (ACR) que se transformou em Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR), assim como, a Associação Beneficente de Menores (ABM) foram instituições similares que organizaram, formataram, difundiram, oficializaram, reuniram diferentes personalidades, enfim, criaram instituições de asilamento para pessoas em situação de pobreza. No caso da ABM, houve uma atuação mais restrita aos ‘menores’ através da institucionalização do Patronato São Bento. Pode-se afirmar que diferentes agências contribuíram para a institucionalização da ABM que foi mantenedora do Patronato São Bento (PSB). A partir dessa perspectiva, será apresentado, a seguir, o processo de institucionalização da ABM e, em seguida, do PSB.

A situação da criança sem o controle familiar era evidenciada desde 1953 pelos administradores do jornal ‘A Folha de Caxias’, o referido jornal propagandeava como exitosa as experiências acerca do internamento de ‘menores’ e apontava a possibilidade de solução a construção de um patronato. A manchete que se referia a tal empreitada foi intitulada “Amparo a Infância abandonada de Caxias” e foi publicada em maio (AMPARO, 29 mai. 1955, p. 01) e junho de 1955 (AMPARO, 12 jun. 1955, p. 04). A matéria de junho dizia que “tudo leva a crer que será uma grande vitória para o Município a iniciativa desse jornal, de promover uma reunião entre as autoridades responsáveis de Caxias, a fim de debaterem o problema do menor abandonado, da máxima importância do ponto de vista social e humano” (AMPARO, 12 jun. 1955, p. 04). A matéria, ainda, nomeava as autoridades que já tinham sido convidadas: o prefeito Francisco Corrêa e o juiz de direito Dr. Ari Pena Fontenele – como,

⁸⁹ Utilizamos a categoria de hegemonia para pensar o movimento social e político no Brasil no período de 1938 a 1990. Segundo Gramsci, hegemonia passa por diversas fases e uma delas diz respeito a “ideologias precedentemente germinadas que vêm a contato e entram em embate, até que somente uma delas, ou pelo menos uma só combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se difundir sobre toda a área, determinando, além da unidade econômica e política, também a unidade intelectual e moral, em um nível não corporativo, mas universal, de hegemonia” (LIGUORI e VOZA, 2017, p. 366).

também, ampliava a participação nessa reunião para as “autoridades municipais e representantes da Câmara Municipal e do Comércio, bem como damas da sociedade caxiense dispostas a se unirem a esse movimento humanitário e patriótico” (AMPARO, 12 jun. 1955, p. 04). O jornal reforçava a ideia de que era algo em construção ao publicar que essas autoridades que ainda, iriam se reunir, aceitariam “de qualquer pessoa sugestões que objetivem a nos auxiliar nessa campanha que é mais de Caxias e do Brasil” (AMPARO, 12 jun. 1955, p. 04).

Além da possibilidade da reunião, outras matérias que tinham a temática do ‘menor’ em situação de abandono familiar e do lenocínio – eram destaques a cada edição como o balanço feito pelo Delegado de Polícia, Dr. Amil Reichard, “Balanço Trágico de Caxias: 800 crianças desamparadas” (AMPARO, 12 jun. 1955, p. 05). Assim, na mesma edição de junho era comunicado o resultado da reunião.

Nós da “FOLHA DE CAXIAS”, solicitamos uma reunião das autoridades mais expressivas à população caxiense, a qual em lugar no próprio gabinete do Sr. Prefeito Municipal, no dia 5, às 8 horas da noite, aparecendo o Prefeito Sr. Francisco Corrêa, o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Ary Fontenelle, Deputado Sá Rêgo, o Presidente da Associação Comercial, Sr. José Maia, o Delegado de Polícia, Dr. Amil Richaid, vereadores Eduardo Walsh e Francisco Estácio, representantes do Comércio e da Imprensa (AMPARO, 12 jun. 1955, p. 05).

Nessa manchete, que mencionava o relato do delegado, havia a alegação que numa única noite foram apreendidas 800 crianças que perambulavam pelas ruas da cidade. Notou-se que na primeira reunião, não havia representante da Igreja Católica. Acreditava-se que por ser uma reunião inicial, não havia sido possível a aproximação da Igreja, além do fato de que a jurisdição da Diocese pertencia à Petrópolis, não deveria ser fácil o acesso ao bispo, mas os motivos pelos quais a Igreja não estava presente, não foram apresentados nessa notícia do jornal. Publicavam-se os encaminhamentos dados na reunião e se fazia convocatória para a próxima reunião. Cabe esclarecer que não eram reuniões da ABM, ainda. Nessa primeira reunião, decidiu-se que o Delegado de Polícia faria contato com o governo federal para obter informações sobre uma área de terras com prédios para abrigar esses ‘menores’ em sistema de Patronato Agrícola e Profissional com “ensinamentos de horticultura, apicultura, e outros, como também ensinamentos profissionais diversos (AMPARO, 12 jun. 1955, p. 05). Nessa publicação, Ruyter Poubel afirmava que uma solução seria encontrada “com o Govêrno ou sem o Govêrno” (AMPARO, 12 jun. 1955, p. 05).

Na publicação seguinte, manchetes como: “Cada Menor Abandonado terá o seu próprio lar” (CADA, 19 jun. 1955, p. 01), “Toma grande vulto esse movimento idealizado por Folha de Caxias”, “realizada a 2ª reunião de autoridades municipais” (CADA, 19 jun. 1955, p. 01) e a divulgação da decisão tomada na segunda reunião das autoridades com fotografias da referida reunião. Essa decisão consistia na ida de uma comissão ao encontro de Dom Odilão Moura – capelão da Cidade dos Meninos – para sondar sobre a possibilidade da construção de um patronato nas terras da antiga Fazenda São Bento. O jornal descrevia, de forma elogiosa, o acolhimento por parte do padre às autoridades que o procuraram na Cidade dos Meninos.

Recebidos de forma “acolhedora” pelo capelão, naquele “aprazível recanto”, o delegado Amil Nei Reichard “em nome dos presentes”, fez “sentir àquele sacerdote, Dom Odilão Moura, o objetivo que os “levava ao seu encontro. E disse que por iniciativa de um jornal local, havia sido lançada a ideia da fundação de um patronato em Caxias e que se chegou à conclusão de que a Fazenda de São Bento era muito apropriada para isso” (CADA, 19 jun. 1955, p. 01). O delegado relatou ainda que o presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) afirmou que estaria “o Frei Odilão capacitado a dar a solução para o caso”. Dessa forma, disse “que a comissão desejava dele um pronunciamento a respeito” (CADA, 19 jun. 1955, p. 01) (COSTA, 2017, p. 116).

Destacavam-se as qualidades do terreno e do próprio Dom Odilão, ao fazer o relatório da segunda reunião das autoridades. Dom Odilão informou que essa decisão caberia ao bispo Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra que respondia pela diocese de Petrópolis à qual estava vinculada à Igreja Católica de Duque de Caxias. Adiantou que o bispo havia pedido ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), a construção de um convento e que, possivelmente, ele não iria se opor à concessão de tal pedido.

Enquanto era aguardada a resposta do bispo quanto à autorização para que na Fazenda fosse instalado um Patronato de Menores no lugar do convento, as reuniões continuaram a acontecer. Na publicação de julho, a manchete “Reunião pró-infância desvalida” (REUNIÃO, 03 jul. 1955, p. 01) apontava que seria tratada pessoalmente com o bispo, a conversão do uso da propriedade. Em agosto de 1955, acenavam com a possibilidade de um dos pavilhões da Cidade dos Meninos abrigar o Patronato Agrícola. Enquanto isso, “as reuniões, os resultados das mesmas, os encaminhamentos, as negações, as mudanças de planos diante dos indeferimentos e as autoridades envolvidas, todas essas questões eram divulgadas” (COSTA, 2017, p. 119).

Nesse processo, a igreja se integrou à reunião das autoridades, “Frei Odilão incorporou-se também à nossa campanha e vem trabalhando ativamente. Está preparando os

estatutos da Sociedade que se formará. Quarta-feira virá a Caxias e os submeterá à apreciação dos membros da comissão” (SERÁ, 28 ago. 1955, p. 01). Finalmente, em setembro de 1955, o bispo autorizou a instalação do Patronato nas instalações da antiga Fazenda do São Bento que era administrada pelo INIC por estar nas terras no Núcleo Colonial São Bento. Dessa forma, as reuniões das autoridades criariam a ABM que seria a mantenedora do Patronato Agrícola.

Deste feito objetivou-se estudo e emenda do estatuto da Associação Beneficente de Menores confeccionado por D. Odilon Moura. O seu trabalho, que consta de 3 laudas datilografadas, pouco teve a ser modificado, sendo ao fim da reunião aprovado por unanimidade.

[...]

A ABM (Associação Beneficente de Menores) terá por diretoria do seu Conselho Administrativo o Juiz de Direito, o Prefeito, o presidente da Câmara, o Delegado, o Presidente da Associação Comercial, um representante da Imprensa e três sócios da ABM eleitos trienalmente pela Assembleia dos sócios (EM MARCHA, 25 set. 1955, p. 01).

Nesse processo, continuava-se a divulgar as ações empreendidas por essa comissão para a institucionalização da ABM, “aprovação da redação final do Estatuto e do Registro em forma de lei”. Nas reportagens seguintes, o quadro dos diretores com suas funções e os órgãos que representavam na ABM e “as manchetes indicavam o andamento da criação do patronato: ‘Reunião de autoridades em benefício do menor’ (REUNIÃO, 13 nov. 1955, p. 01), ‘Em Franco andamento a Campanha do Menor’ (EM FRANCO, 13 nov. 1955, p. 01) e ‘Posse da diretoria do Patronato de Menores’ (POSSE, 13 nov. 1955, p. 05)” (COSTA, 2017, p. 121).

Em 1955, ocorreu o lançamento da pedra angular do Patronato e as reportagens sobre as ações da ABM continuavam, “porque a Associação continuava empreendendo esforço para a construção de um espaço de internamento que não havia sido consolidado ainda no ano de sua instituição. Dessa maneira, a campanha pelo Patronato continuava constante no jornal e seguiu pelos anos posteriores” (COSTA, 2017, p. 121).

Em abril de 1956, foi iniciada a campanha financeira da ABM para arrecadar recursos para a instituição com ato solene na Associação Comercial de Caxias. Nesse primeiro momento, as reportagens de jornal anunciavam a construção do Patronato no terreno da Cidade dos Meninos.

Cabe destacar que o jornal ‘A Folha de Caxias’ não trazia representações da classe trabalhadora. As suas publicações representavam o “imaginário social de uma elite letrada, capaz não apenas de decodificar as informações contidas nos informativos, mas também de discuti-las, analisá-las e levá-las à frente” (GONÇALVES NETO, 2002, p. 224). Entende-se o

jornal como uma fonte importante de informações que representou a ideologia da elite local que associava “à legitimação do poder de um grupo sobre o outro, assim como o seu poder de dominação” (COSTA, 2017, p. 121). Dessa forma, a educação e a profissionalização como regeneração da infância minorizada que seria atingida através da internação foram bandeiras levantadas por essa classe dominante em consonância com a perspectiva federal e mundial do tratamento da pobreza criminalizada.

A A. B. M. contou com o apoio [sic.] integral das autoridades Municipais: do Juiz de Direito, que a tem prestigiado o mais possível; do Prefeito, que a amparou eficientemente e da Câmara dos Vereadores, que aprovou unanimemente todas [sic.] as suas pretensões [sic.]. O apoio [sic.] da Imprensa, pelo órgão da cidade “A Folha da Cidade”; da Associação Comercial e do Clube da Justiça, muito contribuiu para o incremento das atividades da A.B.M. (EM FRANCO, 13 nov. 1955, p. 05).

Desde sua institucionalização, a ABM teve um estatuto com sessenta e seis artigos que fora elaborado por Dom Odilão de Moura, da Ordem de São Bento. Os estatutos da Associação demarcavam a atuação que a mesma teria no município.

Art. 1º - A Associação Beneficente de Menores, fundada no dia de ação de Graça [sic], 25 de novembro de 1955, tem por finalidade dar assistência aos menores do Município de Duque de Caxias necessitados de amparo, suprimindo-lhes o cuidado que a família não lhes pode dar.
[...]

Art. 5º - A ABM prestará assistência integral aos menores: religiosa, moral, educacional, médica, alimentar, de vestimenta e habitação (CEPEMHed. ABM, 1956, PSB_076.1).

A ABM foi declarada de utilidade pública, isenta de impostos pelo Legislativo Municipal e sob o registro da Mitra Diocesana de Petrópolis, em 25 de novembro de 1955. Enquanto a Associação reunia esforços para implantar um sistema de internato que estava prescrito em seu primeiro estatuto (1956): “A ABM prestará assistência integral aos menores: religiosa, moral, educacional, médica, alimentar, de vestimenta e habitação” (CEPEMHed. ABM, 1956, PSB_076.3), realizava o atendimento aos ‘menores trabalhadores’, também. O início do trabalho da instituição ficou restrito ao centro comercial do primeiro distrito de Duque de Caxias. “É importante salientar que o trabalho do primeiro ano da ABM foi em benefício de sua institucionalização. Isso compreendeu a campanha instituída pela imprensa, a elaboração do Estatuto, a busca pela sede e pelo financiamento” (COSTA, 2017, p. 143).

No final de 1956, foi iniciado o trabalho de cadastro dos “menores”, associado ao de identificação, ao curso noturno de alfabetização e às formações oferecidas aos “menores trabalhadores” no gabinete do prefeito. Esse trabalho de rua continuou até a concretização do espaço de internamento em julho de 1959. Esse momento, de 1956 até julho de 1959, correspondeu à busca pelo espaço de internamento, consequentemente a ABM teve como sede, a Casa São José (COSTA, 2017, p. 143).

Figura 16 Sede da ABM no trabalho de rua (1955-1959)



Fonte: MSB, [1947-1950], FOT_PSB_003.6

Essa fotografia foi da sede inicial da ABM antes da institucionalização do espaço de internação – Patronato São Bento. De 1956 a junho de 1959, era o local onde era feita a administração das atividades do trabalho de rua realizado pelos menores. Era realizada, também, a formação semanal oferecida aos que tinham ficha de identificação expedida em parceria com o Juizado de Menores de Duque de Caxias e o curso de alfabetização que acontecia à noite para aqueles que podiam, após um dia inteiro de trabalho na rua – engraxate ou na venda de balas – para estudar.

Nesse ínterim, a ABM realizou o trabalho com as meninas, mas restrito ao ano de 1957. Nos anos seguintes e até o internamento, o trabalho desenvolvido foi realizado apenas com os meninos. Assim, desde o princípio, a comissão inicial de debate apontava em suas reuniões, de acordo com o jornal local que “Chegou-se à conclusão de que o único lugar [que] seria capaz de abrigar, em condições excepcionais, o grande número de menores desvalidos de Caxias, era a Fazenda de São Bento, que há anos está abandonada com perda de suas excelentes qualidades” (CADA, 19 jun. 1955, p. 01).

Todos ficaram deveras impressionados com a grandiosidade daquela obra. A sede da Fazenda possui dezenas de quartos perfeitamente adaptáveis para um grande dormitório, com capacidade para três centenas de menores. Bem junto à Fazenda estão as Indústrias Reis, onde as crianças poderão trabalhar numa parte do dia, adquirindo uma profissão, e na outra se dedicarem ao estudo. Existe um amplo grupo-escolar com ótimas instalações e com a capacidade para dezenas de alunos.

É um lugar ideal, onde a beleza panorâmica, a quietude do ambiente e circunstâncias outras, concorrerão para a formação de novos homens para o Brasil (CADA, 19 jun. 1955, p. 01).

Com a visita da comissão à Fazenda São Bento, era reafirmado a cada publicação no jornal, “Será na Fazenda S Bento, O Patronato de Menores Abandonados” (SERÁ, 28 ago. 1955, p. 01). Mas, houve a negociação com diferentes representantes do governo federal, estadual e da ABM para que o referido patronato agrícola fosse construído em terras da Cidade dos Meninos também. Houve desapropriação de terreno no bairro de Jardim Primavera e investimentos no Parque Beira Mar. Mas, em nenhum desses lugares foi instalado o Patronato. Na verdade, O Patronato São Bento como local de internação aconteceu nas terras da antiga Fazenda do São Bento que nesse período, correspondia ao território do Núcleo Colonial São Bento. Assim, em 1959 foi registrado pelo INIC:

Primeiro ASSISTÊNCIA À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES - que, através do Têrmo [sic.] lavrado às fls. 3 v. a 5, do livro nº 1, de Têrmos [sic.] Imobiliários de sua Divisão Patrimonial, o outorgante, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, concedeu à outorgada, Mitra Diocesana de Petrópolis, sob regime de comodato, dois prédios de sua propriedade, situados no Núcleo Colonial São Bento, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, conhecidos como “Igreja” e “Mosteiro” de São Bento (SERÁ, 28 ago. 1955, p. 01).

Nesse documento emitido pelo INIC, havia o aviso de que o prédio que seria ocupado pelos ‘menores,’ era tombado pelo Serviço de Patrimônio Nacional (SPHAN) e que tinha a necessidade de realização de algumas obras. Nesse processo de institucionalização e de

implementação pelo espaço de internamento, percebeu-se que “a Igreja, que não estava na organização inicial, tornou-se o pilar fundamental na condução, uma vez que a obra assistencial de internamento, que era o objetivo central da ABM, foi dirigida pelo sacerdote vinculado à Igreja Católica Apostólica Romana, Dom Odilão” (COSTA, 2017, p. 162). Esse atendimento dado aos ‘menores’ sempre era reforçado como uma prática positiva:

Para quem conheceu antes a cidade, com as ruas cheias de menores maltrapilhos e indisciplinados, é alegria verificar-se agora êsse quadro desaparecido e os menores mais organizados, ganhando o seu sustento com o próprio trabalho. Para prova de que esta organização dos garôtos tem sido eficiente, basta citar que muitos dêles são a garantia do sustento da família (SERÁ, 28 ago. 1955, p. 01).

Essa reafirmação da tarefa cumprida realizada pela ABM não revelava o que de fato interessava àqueles que empreenderam tal projeto que era retirar os ‘menores’ que perambulavam pelo primeiro distrito do município. Mas, salientava-se que:

Com o trabalho da ABM, as ruas não deixaram de ter os “menores”. A diferença foi que esses “menores” passaram a ser, segundo a avaliação da ABM, mais “disciplinados” e menos “maltrapilhos”, até porque eles usavam uniformes. Isso reforçou a ideia de cidade organizada e de “civildade” tão propagada, além do controle dessa população. Nessa perspectiva, a regulamentação dos tipos de trabalho dos “menores” e as regras estabelecidas para a manutenção da licença, como a observação do comportamento dos menores, revelou modos de regulação da circulação dos jovens pelas ruas do distrito-sede, e ainda a concepção de que o trabalho era uma atividade regeneradora, dignificante e necessária para a infância desvalida (COSTA, 2017, p. 199).

Segundo o relatório de 1959, a ABM continuou prestando serviços aos ‘menores trabalhadores’ como os engraxates. “Assim, o trabalho de rua cedeu espaço para o internamento e o trabalho voltado para “a agricultura, o artesanato e a rotina diária do confinamento. Enfim, outra conformação dessa assistência” (COSTA, 2017, p. 195). Para que houvesse matrícula do ‘menor’ na Fazenda São Bento, era necessário que se cumprissem alguns requisitos como comparecer à secretaria, acompanhado do responsável e responder a um questionário sobre sua vida familiar enquanto aqueles que desejassem permanecer matriculados, deveriam relatar as férias (caso, não fossem órfãos) e apresentar certidão de batismo. Além desses documentos, havia a seguinte exigência:

(...) o atestado de sanidade geral numa “folha íntegra” fornecida pela LBA e com o seu timbre. Tal exigência já era prevista no Estatuto, para que a instituição pudesse receber o referido “menor”, o mesmo passaria por

exames físicos e psíquicos, de acordo com o artigo 50°. O artigo seguinte afirmava que seria feita “sindicância sobre os antecedentes familiares do menor, vida pregressa, meio social em que viveu” (CEPEMHed. ABM, 1961, PSB_347.5).

Figura 17 Recepção do Patronato São Bento



Fonte: MSB, [1947-1950], FOT_PSB_003.2.

Os documentos registraram que havia uma seleção criteriosa para que fossem aceitos apenas os ‘menores’ considerados ‘necessitados’ entre dez e catorze anos de idade. Havia o relato de que “uma vez admitidos, os ‘alunos’ realizavam trabalhos caseiros, como limpeza, cozinha, horticultura, pomar e, a partir de 1960, atividades artesanais. Os mais adiantados recebiam instrução na escola pública vizinha” (CEPEMHed. ABM, 1960, PSB_100.2) (COSTA, 2017, p. 197). Essa condição escolar não foi algo que perdurou nesse formato, porque a instituição conseguiu convênios com a prefeitura, o estado, o governo federal e passou a oferecer o ensino formal, via escola regular, de cada período para os ‘menores’ internos e os filhos dos moradores do território que não eram internos da instituição. Esses estudantes externos frequentavam a escola no horário contrário ao dos ‘menores’ internos.

Inicialmente, a direção do PSB desejava receber apenas os ‘menores’ encaminhados pela LBA, mas essa situação não se manteve, porque recebeu internos enviados pelo

Ministério da Justiça, pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, pelo SAM, pela FEBEM, pela FEEM e pela FUNABEM para que tivesse subvenção suficiente para manutenção da internação dos ‘menores’. Mas, era recorrente nos documentos da instituição, a necessidade de atender prioritariamente, os ‘menores’ oriundos do próprio município, mas isso não impediu que atendesse ‘menores’ de outros municípios.

Figura 18 Internos do Patronato São Bento



Fonte: MSB, [1947-1950], FOT_PSB_003.8.

O Patronato São Bento funcionou, sob a jurisdição da Igreja Católica, até a década de 1990, ano em que encerrou suas atividades. Na primeira década de sua existência foi administrada diretamente por Dom Odilão Moura que ocupou a função de diretor. De 1966 em diante, trabalhou como secretário da Instituição até que saiu definitivamente em 1969. Na maioria das vezes, diferentes padres ficaram na incumbência de administrar o Patronato São Bento sob a administração da ABM que a partir da instalação da Mitra Diocesana de Duque de Caxias e São João de Meriti com o bispo Dom Mauro Morelli em 1985, modificou seus estatutos, a sua atuação e passou a ser a Ação Social Paulo VI (ASPAS). A seguir, forma apresentadas informações obtidas em diferentes fontes sobre o funcionamento dos diferentes educandários – responsáveis pelo asilamento dos ‘menores’ – na Cidade dos Meninos sob administração da FACR.

4.3 A Institucionalização da Cidade dos Meninos Darcy Vargas

No Brasil, cabe destaque o fato de que Getúlio Vargas, antes de tomar o poder, em 1930, declarou uma aproximação com as ideias fascistas que tinham em Mussolini (Itália) sua maior expressão, ao afirmar em um de seus discursos a sua admiração pelo fascismo e que seu governo no Rio Grande do Sul se assemelhava ao direito corporativo das classes promovido pelo fascismo na Itália (GENTILE, 2014, p. 91). Associado a isso, concordou-se que:

A ação governamental no Estado Novo foi caracterizada por diretrizes para a formação de uma pretensa identidade brasileira, fator aglutinador em torno da ideia de configuração de uma nação única. Por todo o país, recursos variados foram utilizados na infiltração da ideologia pretendida, com ênfase naqueles que tinham um destino especial: o sistema educativo escolar (SANTOS, 2012, p. 138).

A maior ação da penetração dessa ideologia nas instituições educativas em todo o território brasileiro se deu através da educação cívica que foi implementada nesse período do governo Vargas e permaneceu ao longo dos anos nas instituições educativas e escolares até a contemporaneidade. Embora, Vargas não tenha feito o registro em documentos oficiais quanto o uso de ideias fascistas no seu governo, apenas nos seus discursos políticos anteriores a tomada de poder. É de conhecimento geral, a aceitação de tais ideais, haja vista a condução do LBI, criado na sua gestão, como também, as demais iniciativas apontadas no decorrer do trabalho de pesquisa. Junto a essa questão cívica, associavam-se as questões nacionalistas. Esses aspectos cívicos e nacionalistas permearam a prática educativa dos internos da Fundação Abrigo do Cristo Redentor que teve seu auge no governo de Getúlio Vargas, como se percebeu na manutenção dessas questões até o encerramento de suas atividades com a infância e com os jovens. Além do civismo e da pátria, houve a ligação com o religioso e a família que são bases dessa ideologia fascista. A seguir, destacar-se-ão as características fascistas implementadas, ao longo do tempo, nas instituições asilares que se estabeleceram no território da Cidade dos Meninos. Foi possível registrar algumas permanências desse movimento que teve um enfraquecimento após a destituição de Mussolini na Itália (1943).

O “dever para com Deus” era um aspecto de evidência nas ações da FACR e, conseqüentemente, da Cidade dos Meninos. Percebeu-se esse compromisso com a religião católica, mesmo quando ainda, era idealizada como Cidade das Meninas por Darcy Vargas e administrada pela FDV. No lançamento da pedra fundamental no terreno em que seriam

construídos os pavilhões, foi realizada uma missa e fixada uma cruz com divulgação nos jornais de grande circulação com muitos detalhes sobre a cerimônia.

Figura 19 O Lançamento da Pedra Fundamental na Cidade das Meninas.



Fonte: A CRUZ (7 dez. 1941, p. 02).

Na fotografia do jornal, foi dado destaque ao cardeal, à Darcy Vargas ao lado da Sra. Capanema, algumas senhoras da alta sociedade que a acompanharam e as estudantes que estiveram presentes na cerimônia religiosa. A manchete do jornal era: A cruz de Cristo nos terrenos da “Cidade das Meninas” e seguida de subtítulos explicativos: Imponente cerimônia a que compareceram a Sra. Darcy Vargas, o cardeal D. Leme e o bispo de Niterói – A brilhante oração do chefe da igreja brasileira e as homenagens à primeira-dama do país.

A reportagem salientava que “todas as grandes obras de assistência social da Sra. Darcy Vargas, teem [sic.] um sentido cristão e humano como cristão e humana é toda a sua campanha de filantropia e caridade”, além de acrescentar que pelo fato da primeira-dama ser brasileira não poderiam faltar as “características de nossa civilização e da nossa crença” com referência à Igreja Católica e que ela deixava em suas obras assistenciais – “um traço marcante da sua fé” (A CRUZ, 7 dez. 1941, p. 02).

Foi descrito ainda, que Darcy “estava acompanhada de suas abnegadas colaboradoras” e foi recebida com “grandes demonstrações de apreço e simpatia.” O fato de que cerca de mil

peessoas estiveram presentes, dentre elas crianças das escolas locais, a banda de música do Abrigo do Cristo Redentor, a delegação da “Casa do Pequeno Jornaleiro” e as figuras de destaque da sociedade carioca - demonstrou um grande evento com muita pompa a ponto de haver uma recepção aos convidados feita por Romero Estelita⁹⁰ e Levy Miranda. É importante ressaltar que era demarcada a atuação de Levy Miranda na FDV e de Darcy no Abrigo do Cristo Redentor também.

A referida reportagem revelava a necessidade de recursos financeiros para a construção dos prédios propostos. Afirmava – “a ‘Cidade das Meninas’ não seria nem asilo, nem abrigo, mas, verdadeiramente, uma cidade com o seu hospital, as suas casas, as suas chácaras, as suas fábricas, as suas oficinas, os seus próprios recursos, enfim” (A CRUZ, 1941, p. 02). As palavras do cardeal estiveram presentes nas páginas do periódico: “na manhã de ontem, nos terrenos da ‘Cidade das Meninas’, o significado eloquente da festa que ali ia se realizar na vastíssima área, à margem da Rio-Petrópolis, ao ter lugar a colocação da Cruz de Cristo, no ponto em que dentro em breve, se erguerá a majestosa obra que vai abrigar de início, 5 mil crianças” (A CRUZ, 1941, p. 02). Sinalizava que, a cruz foi carregada por alguns meninos atendidos pela Casa do Pequeno Jornaleiro e que, Darcy Vargas recebeu homenagens pela sua “campanha de benemerência”.

Foi interessante o destaque dado a Levy Miranda que foi chamado de “apóstolo da pobreza [sic.] carioca”. Levy discursou em nome de Darcy Vargas, agradeceu ao cardeal, demais autoridades e teve suas palavras reproduzidas na reportagem: “refere-se à campanha e diz que a Cruz de Cristo era, para todos, exemplo e estímulo, na certeza de que, sob seus auspícios, a primeira dama [sic.] do país teria, sempre, coragem, para realizar a sua grande obra de humanismo, entre todas as que, em todos os pontos do país, realiza, em benefício de milhares de desafortunados” (A CRUZ, 1941, p. 02). Geralmente, o destaque era para a primeira-dama e, após muitas reportagens sobre a ‘Cidade das Meninas’, foi a primeira vez que foi dado destaque a Levy Miranda nessas reportagens sobre a divulgação do Projeto da Darcy Vargas.

⁹⁰ Nasceu em 1892. Formou-se em direito em 1914. Trabalhou como juiz no interior da Bahia. Foi delegado de polícia em Ilhéus, prefeito em Belmonte e Canavieiras. Na década de 1930, trabalhou com Secretário das Rendas Internas em setor relacionado à diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Distrito Federal. Em 1937, foi integrante do Conselho Técnico de Economias e Finanças e, também, foi nomeado Diretor da Despesa Pública do Tesouro Nacional. Posteriormente, assumiu a Diretoria do Tesouro Nacional e o Ministério da Fazenda em 1940/1941. Continuou sua vida em diversos trabalhos de administração pública ligada a finanças durante sua vida. Faleceu em 1982 (ARAÚJO, 2023).

O próprio Abrigo do Cristo Redentor, na sua identificação, trouxe a marca da religiosidade Católica e o relatório de 1942, apresentava duas congregações que auxiliavam nas questões religiosas – franciscanos no Instituto Profissional Getúlio Vargas e as Irmãs de São José na Escola Técnica Darcy Vargas.

Figura 20 Visita do Presidente Eurico Gaspar Dutra.



Fonte: ARQUIVO NACIONAL (AN), 1946, 03341.

Essa fotografia em que as autoridades visitavam a Cidade dos Meninos em 02 de dezembro de 1946, entre elas, o presidente Eurico Gaspar Dutra (ao centro) – um ano antes da instituição ser transferida para a administração da FACR. O cuidado do fotógrafo em centralizar a imagem de Jesus crucificado demonstrava a permanência da condução cristã católica nessa obra assistencial também.

A importância da religiosidade nessa obra assistencial era tamanha que, em 1949, foi publicada uma reportagem com fotografias que anunciava o local improvisado em que funcionava a capela católica.

Figura 21 Capela da Cidade dos Meninos.



Fonte: Laos (22 fev. 1949, p. 01).

Essa reportagem denunciava os outros usos que estavam sendo feitos dos pavilhões construídos que impediam o desenvolvimento das atividades propostas pela Cidade dos Meninos, diante da incapacidade de abrigar a ‘infância desvalida.’ Essa imagem deflagrava a capela improvisada numa das casas que deveria ser abrigo até que fosse construído o seu prédio próprio.

Mesmo antes de ser instituída como Fundação, o Abrigo Cristo Redentor em seu relatório do exercício financeiro de 1942 – apresentado em 09 de junho de 1943 – na sessão da assembleia geral ordinária, ao se referir às iniciativas que funcionavam na instituição apresentava: “a)CURSO DE ALFABETIZAÇÃO – destinado aos funcionários da Obra e que, mais tarde, se estenderá [sic.] aos abrigado; neste Curso, além das matérias básicas indispensáveis, são feitas, semanalmente, preleções de religião e instrução moral e cívica” (FACR, 1944, p. 43). Percebeu-se que, desde 1942, a orientação sobre o ensino da moral e cívica constava nas ações escolares do asilo, assim como, a religiosa que, inicialmente, seria aplicada para os funcionários, mas que vislumbravam a inserção junto aos internos também.

Entre o final da década de 1930 e início da década de 1940, a FDV empreendeu esforços na promoção de festivais e de outras atividades promocionais na arrecadação de recursos para a construção da Cidade das Meninas a fim de amparar as meninas em situação de pobreza. Através do Decreto-Lei nº 9.899, de 16 de setembro de 1946, o Presidente Dutra transferiu o patrimônio da Cidade das Meninas que estava sob os cuidados da FDV para a FACR. Levy Miranda apresentou a decisão presidencial no Conselho da FACR, mas considerou difícil atender às meninas e transformou o atendimento da instituição para outro público – o do sexo masculino – para atividades agrícolas, como nas demais instituições administradas pela FACR. Assim, solicitou aprovação do Conselho com indicação do Dr. Rodolfo Fuchs e do Dr. Meton Alencar para apresentação de plano de atendimento a esses jovens do sexo masculino.

A Cidade dos Meninos Darcy Vargas constitui uma das belas realizações da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Para ali se conduzem menores procedentes das classes menos abastadas, a fim de receberem instruções, preparo cívico, religioso e moral, bem como orientação na trilha do amor ao trabalho. Fica situada na zona rural da cidade de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Lá os menores têm o privilégio de usufruírem as vantagens, que a natureza proporciona, em ambiente saudável e tranquilo e podem respirar o ar puro em que rescende o perfume de variada vegetação. As instalações, amplas e confortáveis, refletem o esmero com que a Administração se empenha em dar aprimorada assistência. É constituído de vários institutos, em que os jovens se agrupam, segundo o critério de idade e grau de instrução (PONDÉ, 1977, p. 224).

Como foi percebido, a Cidade dos Meninos começou a ser ocupada para atender outras demandas do governo que não estavam relacionadas à finalidade assistencial para qual as instalações tinham sido construídas. Inclusive pelo Ministério da Saúde que, em 1947, instalou em seu território, uma seção de Endemias Rurais por solicitação do Ministro Mário

Pinotti. O atendimento a essa solicitação foi considerado um dissabor naquele momento e com a transferência do setor para a Fiocruz, os funcionários que residiam no entorno, após ter sido “extinto o serviço, mesmo depois de aposentados, dali não mais se afastaram” (PONDÉ, 1977, p. 226). Além do fato, de que anos mais tarde, foi o foco de contaminação do HCH por décadas.

Em 1947, ainda, apenas cinco pavilhões estavam prontos em relação aos sessenta prometidos pela FDV. Pondé (1977) apresentou até a década de 1970, os respectivos anos em que novas construções foram erguidas para o atendimento ao contingente de ‘menores’ demandado em cada período.

Quadro 17 Prédios Construídos após Instalação da Cidade dos Meninos

ANO	CONSTRUÇÕES	FINALIDADE
1949	4 pavilhões	Para instalação da Escola Agrícola da Cidade dos Meninos. Funcionou até 1951 com 240 alunos frequentando.
1953	4 pavilhões	Para o Instituto Nossa Senhora da Paz com capacidade para 200 alunos. Inauguraram-se o refeitório-geral e o Grupo Escolar Cidade dos Meninos que funcionou até 1973.
1954	Aviário	Para 25 mil aves.
1955	5 pavilhões	Para o Instituto Dom Bosco com capacidade para 200 alunos.
1956	Fábrica de Gelo	Capacidade diária para 30 mil quilos
1958	Novo Grupo Escolar Darcy Vargas	Para 630 alunos. Mas, na década de 1970 teve 840 matrículas internas e 400 externas
1964	Um grande pavilhão	Para adaptação do IPGV com dormitório, refeitório, lavanderia e cozinha.
1968	Instalação de equipamentos	Máquinas da lavanderia, cozinha de aço inoxidável, atividades agrícolas e pecuárias, criação de porcos, avicultura, fábrica de ladrilhos, tipografia, carpintaria e serralheria.
1970	2 pavilhões	Término da lavanderia e cozinha.
1970	Refeitório	Do Instituto Dom Bosco e da quadra de esportes.
1973	Oficinas	Ensino Profissional de Marcenaria e de Tipografia.
1974	Instituto Margarida Araújo	Para 200 alunos de quatro a seis anos.
1975	Oficina profissional	Para mecânicos com 4 salas para tornearia, soldagem, serralheria e ajustagem

Fonte: Pondé (1977, p. 228).

Essa instituição, desde sua idealização, apresentava-se com objetivos bem definidos para a formação profissional de uma determinada classe – a infância proletária – com a finalidade de disciplinamento do fazer produtivo para serem ‘úteis’ à sociedade capitalista. Para isso, a instituição asilar foi estabelecida e atendeu a demanda de tal forma que foi

preservada por longos anos até sua extinção. Foi importante entender que há uma oscilação quanto ao funcionamento do Ensino Profissional na Cidade dos Meninos por depender de vários fatores – administrativos, financeiros, recursos humanos, entre outros – para que funcionassem.

Figura 22 Reunião de Dom Odilão OSB e Raphael Levy Miranda.



Fonte: MSB, [1947-1950], FOT_PSB_005.4.

Essa fotografia da década de 1950, apresentava o capelão da Cidade dos Meninos – Dom Odilão – reunido com o Provedor Perpétuo da FACR – Levy Miranda que pelos móveis apresentados na imagem, parecia ser na própria sede da Cidade dos Meninos. Isso foi importante para demonstrar a função que o capelão tinha a desempenhar na administração do abrigo.

No final da década de 1950, Dom Odilão, capelão da Cidade dos Meninos, foi transferido para dirigir uma instituição de asilamento a qual contribuiu para sua institucionalização – o Patronato São Bento. No momento de sua despedida da Cidade dos Meninos, foram feitas algumas fotografias que constavam no álbum pessoal do padre da Ordem dos Beneditinos.

Figura 23 Dom Odilão e Um Interno.



Fonte: MSB, [1947-1950], FOT_PSB_004.7.

Figura 24 Evento de Despedida do Capelão Dom Odilão (OSB).



Fonte: MSB, [1947-1950], FOT_PSB_009.4.

Tanto a Figura 23 quanto a 24 faziam referência a mesma atividade. Informavam que para o lugar de Dom Odilão viria o Padre João diretamente da França. Dentre as fotografias em que estavam Levy Miranda e o Abade do Mosteiro São Bento, anunciavam que havia sido oferecido um almoço no Instituto Nossa Senhora da Paz pelos professores e amigos do padre. Essas informações estavam descritas no folheto impresso com características de jornal, mas que foi recortado e inserido no álbum pessoal de Dom Odilão. Na mesma página do álbum, constava a Figura 24 que parecia estar nessa mesma publicação, porque no informativo, constava “Na foto à direita, a harmoniosa bandinha de música dos alunos” (MSB, [1947-1950], FOT_PSB_009.2).

Foi interessante que, embora não fosse uma comemoração cívica, os internos estavam vestidos como soldados. Isso demonstrava que nas solenidades da Cidade dos Meninos, essa era a roupa com a qual se apresentavam – organizados e ordenados – de acordo com os preceitos do nacionalismo. Percebeu-se na Figura 24, ainda, que se ordenavam como um grupamento militar enfileirados com os instrumentos musicais da banda de maneira uniforme. Esse era um dos disciplinamentos exigidos aos internos.

Notou-se, ainda, que diferentes ordens religiosas católicas – frades franciscanos e as Irmãs da Congregação Franciscana do Sagrado Coração de Jesus – responsabilizaram-se pelo cuidado religioso da instituição, de acordo com o Relatório de 1955 da FACR que equivalia ao triênio de 1953 a 1955, apresentado em março de 1956. Esse relatório ratificava que para os abrigados pela FACR “todo o vultuoso trabalho material ali realizado estaria vazio de sentido e sem finalidade” se essas duas congregações não fizessem o trabalho religioso que era “de imensa valia êsses outros tesouros que a traça não rói e que a ferrugem não destrói, mas que a contabilidade divina escritura para a vida eterna” (FACR, 1956, p. 20).

Outro apontamento desse relatório, foi o funcionamento da Fábrica de Gelo na Cidade dos Meninos, com a possibilidade de produzir trinta toneladas de peixe em 24 horas e funcionava desde setembro de 1955. A Fábrica de Gelo permitia:

[...] uma produção diária de 30 toneladas, que veio resolver o sério problema, que é o suprimento barcos, os quais se viam obrigados a permanecer vários dias no pôrto, aguardando que houvesse gelo bastante para seu abastecimento; graças a essa Fábrica, nossos barcos tiveram uma movimentação regular durante os três últimos meses do ano. De um modo geral, todos os barcos de pesca, registrados nesta Capital, viram-se grandemente beneficiados com a Fábrica [...] (FACR, 1956, p. 36).

Essa Fábrica beneficiou o trabalho do educandário de Marambaia como toda a Fundação. Isso, porque foi uma atividade muito lucrativa para a instituição. Havia, ainda, o agradecimento ao comércio que contribuiu com dinheiro e com mercadorias, segundo o Relatório. Mas, com uma queixa quanto à contribuição dos poderes públicos.

Ao se referir o setor educacional da FACR, apresentava-se a ressalva “apesar de todas as dificuldades e restrições que temos que impor ao nosso planejamento no setor educativo, todas as diversas escolas evoluem lenta, mas seguramente” (FACR, 1956, p. 20), acompanhado dos seguintes dados que correspondiam à totalidade de matriculados nos diferentes educandários administrados pela FACR.

Quadro 18 Matrícula no Educandários da FACR (1953-1955)

CRESCIMENTO DA MATRÍCULA	
ANO	ALUNOS
1953	1.438
1954	1.670
1955	1.707

Fonte: FACR, 1956, p. 20.

De acordo com o quadro acima, houve um aumento a cada ano dos estudantes matriculados nas Escolas Profissionais da FACR. Logo após a apresentação desses dados, havia a constatação de que “não são êstes números que merecem o índice de progresso dos nossos internatos. Compare-se a produção à do ano anterior e verificaremos um acréscimo muito significativo de Cr\$ 28.373.600,90, representando 48,9% produção total que atingiu a Cr\$ 58.183.655,80” (FACR, 1956, p. 20) que reafirmava a preocupação de todos os envolvidos e do próprio governo ao custear a instituição, com a produção e não, com a educação dos meninos.

Outro trabalho desenvolvido pelos internos na FACR que teve destaque no Relatório de 1955 foi:

(...) o desenvolvimento do Corpo de Monitores. É uma instituição que, cada ano que passa, aumenta de importância dentro do internato, influenciando nos seus vários aspectos, e deixando, desde já, entrever quanto os nossos alunos estão próximos do auto-governo para onde o Corpo de Monitores os levará fatalmente. Assim, sem alardes e propaganda, realiza-se uma experiência que virá dar novo sentido à vida do menor dentro da sua comunidade e proporcionar-lhe um enriquecimento de sua personalidade (FACR, 1956, p. 22).

Esse trabalho de monitoria era feito pelos próprios internos nos diferentes educandários profissionais administrados pela FACR. Nesse período, os educandários que funcionavam na Cidade dos Meninos eram os que estão apresentados nesse quadro.

Quadro 19 Situação dos Internatos da Cidade dos Meninos (década de 1950)

CIDADE DOS MENINOS			
	INSTITUTO DOMINGOS SÁVIO	INSTITUTO DOM BÔSCO	INSTITUTO N. S. DA PAZ
Matrícula média	161 alunos	167 alunos	89 alunos
Admitidos durante o ano (novos)	48 alunos	41 alunos	38 alunos
Admitidos durante o ano (transferidos)	88 alunos	29 alunos	---
Conclusões da 3ª série primária	05 alunos	---	---
Custo de manutenção "per-capita"	Cr\$ 10.866,30	Cr\$ 10.293,80	Cr\$ 14.776,00
Depósitos na Caixa Econômica Escolar	Cr\$ 88.543,00	Cr\$ 23.208,40	Cr\$ 72,50
Produção interna	Cr\$ 1.618,00	Cr\$ 900,00	Cr\$ 900,00

Fonte: FACR, 1956, p. 24-25.

Outro setor no qual os internos trabalhavam, era na produção agro-industrial que consistia em “um programa de desenvolver, dentro das nossas possibilidades, todas as fontes de produções acessíveis à atividade da ‘Fundação’, procurando, assim, aumentar a de gêneros de primeira necessidade, indispensáveis à subsistência dos nossos menores e abrigados” (FACR, 1956, p. 30, grifos do autor). Segundo o relatório, o fato de o interno produzir a sua própria subsistência alimentar dentro da FACR, proporcionava “aos menores o ensejo da sua formação profissional, dando aos outros a recuperação para a sociedade” (FACR, 1956, p. 30). Sendo assim, o aprendizado necessário ao ‘menor’ deveria ser sempre pelo trabalho.

Na Cidade dos Meninos, os trabalhos desenvolvidos foram a cultura do milho, a cana, as frutas cítricas, as verduras, a mandioca e sua farinha. Quanto à criação de animais, havia a produção de leite, o gado (bovino, cavalari e mular), o aviário, a apicultura e a pocilga. Quanto ao extrativismo, a lenha (FACR, 1956, p. 31-32). Todos em cifras de centenas e com lucro considerável. Mas, no Relatório era afirmado que havia um déficit da Fundação, apesar dos valores arrecadados, terem sido os melhores no último ano do triênio de acordo com o documento.

Apontava-se no Relatório, ainda, que o Deputado Medeiros Neto – da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados – com o “Projeto n. 589/55, abrindo o crédito especial de

Cr\$ 10.000.000.00, em favor desta Fundação, para cobertura do déficit no exercício de 1955” (FACR, 1956, p. 41). Percebeu-se a permanência de pessoas ligadas ao governo que propiciavam a continuidade da FACR.

Como se vê, pela demonstração feita ligeiramente, a situação desta instituição é promissora; entretanto, somos obrigados a confessar que, apesar de terem sido aumentadas as verbas orçamentárias a favor da "Fundação" para o exercício de 1956, a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, dos materiais e utilidades, num crescendo assombroso, e a nova tabela do salário mínimo, estamos antevendo dias sombrios que se aproximam, com tremenda ameaça à economia desta entidade, pondo abaixo todos os planos, todo programa de redução de despesa, não existindo orçamento capaz de resistir àquelas barreiras e flutuações que se apresentam (FACR, 1956, p. 42).

A preocupação do empresário para que a instituição tivesse lucro sobre lucro, foi transcrita acima. Mencionava, ainda, que o governo de Juscelino Kubitschek, continuava com a preocupação com a assistência social como os que os antecederam, pelo fato de que a FACR era uma instituição “de confiança” e por sempre obedecer a lei no cumprimento da prestação de contas às autoridades fiscais federais da aplicação dos recursos recebidos. Notou-se a necessidade de apresentar a relação da instituição com o governo federal, para que continuasse a ajuda financeira à instituição.

Quanto às subvenções, elencavam-se crédito especial do Governo Federal de acordo com a Lei nº 2.471/55, do Ministério da Justiça, do Ministério da Educação e Cultura, do estado do Rio de Janeiro especificamente, para a Prefeitura Municipal de São Gonçalo, da Prefeitura de São Gonçalo e da Prefeitura do Distrito Federal. No que dizia respeito aos contratos, relacionavam-se ao Ministério da Justiça (SAM), ao Juizado de Menores de Niterói (São Gonçalo) e em relação aos auxílios, elencavam-se o Ministério da Saúde, o da Educação e Cultura.

Dentre as rendas da FACR, havia as produções, as Caixas de Esmolas, os Legados, os Donativos, as contribuições, a reprodução de gados, as outras rendas, as subvenções, os contratos e os auxílios. Esses três últimos estavam vinculados aos poderes públicos. Dentre os auxílios e donativos, aparecia um item relacionado a bolsa de estudos que não foi mencionado no texto do relatório.

Anos mais tarde, na década de 1960, apesar de ser o tempo da experiência democrática (1945-1964), foi possível perceber, ainda, a permanência de ações relacionadas às ideias fascistas no que tange – o civismo e a nacionalidade – ao analisar o documento que tratava

das ações que deveriam ser realizadas na educação para o trabalho que era a proposta de ‘redenção’ dos abrigados, segundo os responsáveis pela obra assistencial. Assim, analisou-se a seguir os aspectos que caracterizaram a Cidade dos Meninos como necessária aos interesses da classe dominante para o disciplinamento do trabalhador, como também, aos aspectos fascistas que foram incorporados em sua prática e mantidos ao longo do tempo. Podem ser considerados uma permanência tênue, mas constante, diante do que já foi sinalizado anteriormente.

Essa análise foi possível com o acesso ao documento intitulado: Regulamento das Escolas Profissionais da Fundação Abrigo do Cristo Redentor por referendar essas práticas dentro da instituição. Esse material no capítulo IV, tratava do Regime Pedagógico – o Artigo 29 assinalava que “os alunos das escolas da ‘F. A. C. R.’ serão submetidos a regime educativo intensivo, visando, por todos os meios, a formação integral do indivíduo, tornando-o apto a cumprir os seus **deveres para com a Pátria, para com Deus e a Família**, através de uma vida ativa e honesta” (FACR, 1960, p. 8, grifos meus). Essa tríade – Deus, Pátria, Família – eram a base do movimento fascista e do processo educativo profissional na qual os abrigados na instituição seriam disciplinados para que assim, pudessem ter uma “vida ativa e honesta.” Percebeu-se a permanência desses ideais na instituição, mesmo quando o governo de Getúlio Vargas não detinha mais o poder. Esse regulamento não foi reformulado pela instituição ao longo tempo. Inclusive, na década de 1970, no momento em que sofreu uma sindicância por motivo de denúncia de maus tratos de ‘menores’ ao Juizado de Menores de Duque de Caxias. O prefeito⁹¹ em exercício, no momento, recorreu a esse regulamento para justificar a existência do quarto onde os ‘menores’ eram encarcerados. Por esse motivo, destacou-se a permanência desse viés fascista, mesmo que forma tênue, em alguns momentos, na prática assistencial da instituição.

Esses “deveres para com a pátria” diziam respeito ao civismo e ao nacionalismo que deveriam continuar sendo ensinados para essa determinada infância e juventude que estava sendo asilada na FACR e, conseqüentemente, na Cidade dos Meninos em seus diferentes institutos profissionalizantes.

Ainda no Capítulo IV, que tratava do Regime Pedagógico, no subitem – F-Ensino de Moral e Cívica – o artigo 75, afirmava que, primeiramente, o “caráter do aluno” seria formado pelo “bom exemplo dado pelos funcionários” na sua “conduta funcional e privada” (FACR,

⁹¹ Cargo que correspondia a função de quem administrava as instituições vinculadas à FACR que, no caso, era a Cidade dos Meninos.

1960, p. 14). Em seguida, o artigo 76, anunciava que a moral e cívica seria – “ministrada aos alunos através de conselhos e observações intercaladas, sempre que for conveniente, em todas as aulas ou em outras oportunidades que se ofereçam ao educador. Além disso, serão realizadas conferências e preleções nas datas nacionais” (FACR, 1960, p. 14). Então, ela estava vinculada a um horário pré-determinado, ao mesmo tempo, em todo o momento que fosse considerada “conveniente”. Determinava o artigo 77 que, toda semana seria “hasteada a Bandeira Nacional, com a solenidade prescrita em lei, devendo a mesma ser assistida por todos os alunos e funcionários de serviço” (FACR, 1960, p. 15).

Os artigos 78 e 79 tratavam da sexualidade dos internos e regulamentavam que o “Médico, Prefeito e de todos os funcionários, especialmente dos vigilantes noturnos, uma vigilância ativa, severa, esclarecida, e sobretudo discreta, das tendências sexuais dos alunos” (FACR, 1960, p. 16). Alertava que os esclarecimentos deveriam ser individuais, dados pelo diretor, orientador educacional ou médico, poderiam ter aulas especiais sobre noções de vida sexual com turmas “homogêneas” e “nunca superiores à dez alunos” e para concluir, informava que essas aulas apenas, poderiam “ser ministradas pelo médico designado pelo Superintendente, e orientadas pelo Revmo. Capelão, no tocante à moral religiosa” (FACR, 1960, p. 16).

O Capítulo V tratava do Regimento Disciplinar. A disciplina deveria ser para o desenvolvimento “da personalidade humana e ao bom aproveitamento dos alunos nos seus trabalhos, estudos e distrações”, “mais preventivo do que repressivo, procurando antes persuadir do que punir, mas tendo, firme e intangível, o respeito à autoridade do educador” (FACR, 1960, p. 17). O Artigo 89 abordava as diretrizes gerais que deveriam ser observadas, mas permitia que o prefeito de cada espaço, pudesse atender as especificidades de cada caso.

- a) ser simples e racional para ser cumprido com facilidade e boa vontade;
- b) evitar medidas inúteis ou exageradas que o tornariam odioso;
- c) dar-lhe o sentido de um processo educativo, visando o aperfeiçoamento moral do aluno;
- d) poupar ao aluno vexames e humilhações;
- e) não se basear na força e na violência, mas no respeito mútuo e na bondade (FACR, 1960, p. 17).

É interessante ressaltar que, dentre os critérios, salientou-se o não uso da violência. O artigo 90 determinava que o responsável de cada departamento, seria responsável pela disciplina e quando os internos estivessem “em seus recreios ou distrações, ou circulando nas

dependências ou terras da Escola” (FACR, 1960, p. 17), a tarefa seria do funcionário que foi designado para tal fim.

O artigo 91 reforçava que todos os funcionários deveriam zelar pela disciplina e o “bom costume” (FACR, 1960, p. 17). Os artigos a seguir, continuavam a tratar da disciplina com destaque para o seguinte:

Art. 94 - Para conseguir o fim visado no artigo anterior, deverão ser aplicadas de preferência as seguintes medidas:

- a) obter o reconhecimento, pelo culpado, da falta cometida;
- b) justificação do culpado, junto ao ofendido;
- c) aconselhamento do culpado;
- d) advertência em particular;
- e) afastamento das aulas ou lugares de trabalho;
- f) privação de recreios, distrações, jogos, passeio, gulodices e cinema;
- g) execução de trabalhos escritos, de finalidade educativa;
- h) repreensão, pelo Prefeito, Orientador ou pelo Diretor;
- i) interdição de visitas ou saídas, privação de correspondência escrita;
- j) perda parcial ou total das férias;
- k) suspensão, até 6 dias, das aulas ou lugares de trabalho;
- l) isolamento do convívio dos colegas durante 1 a 5 dias;
- m) exclusão definitiva (FACR, 1960, p. 18).

Definia, ainda, que as insígnias – F, G, H – eram de responsabilidade do prefeito do educandário, as demais de responsabilidade dos outros funcionários, entre eles o professor e o mestre – com essa distinção, enquanto o orientador educacional deveria ter um “fichário sobre a conduta de cada aluno” (FACR, 1960, p. 19), de acordo com o artigo 96. Quanto à condução violenta ao manter a disciplina, o artigo 97 reafirmava que “os funcionários que forem aplicar quaisquer dos processos corretivos, deverão fazê-lo de modo sereno, ponderado, evitando palavras ou gestos violentos, conceitos deprimentes ou humilhantes para o educando” (FACR, 1960, p. 19). Além disso, o artigo seguinte, demarcava a possibilidade de punição ao funcionário que agisse de forma violenta ou que aplicasse sanções. Tal atribuição seria do prefeito do educandário que informava que, “a aplicação de castigos corporais, privação de refeições ou de dormir além das 21 horas, fica terminantemente proscrita e qualquer infração nesse sentido, por parte de um funcionário, é considerada falta grave para efeito da legislação trabalhista e implica na imediata destituição do mesmo” (FACR, 1960, p. 19).

Percebeu-se que a preocupação com a ‘ordem’ através da disciplina dos internos era algo muito importante para a Fundação, uma vez que destinaram muitos artigos para delimitar as ações circunscritas à manutenção da conduta e do que chamavam de “bom costume.” A

disciplina e a ordem eram referendadas como ações cívicas para essa ideia de nacionalismo veiculada pelo fascismo. Outra questão importante, foi a ressalva quanto ao uso da violência para com os internos. Parecia ser uma prática comum para com essa ‘infância desvalida’ e que a instituição reprovava – nem que fosse no papel – uma vez que deveria ser bem difícil uma instituição nesse porte, evitar o uso de violência contra esses internos. Entendeu-se, também, que a disciplina e a manutenção da ‘ordem’, era algo que a instituição imprimia como uma das questões da educação do trabalhador que estava sendo formado na FACR. Era, portanto, eram ações divulgadas como um objetivo da instituição para cumprir a função de controle dessa infância e dessa juventude como característica de mudança de postura.

Com a ditadura militar instituída em 1964, esses aspectos do civismo e do patriotismo permaneceram na FACR em atendimento à política do período. Não se pode afirmar que era uma direção de condução fascista, mas foram identificadas permanência das ideias basilares dessa ideologia, inclusive, o Regulamento das Escolas Profissionais dos quais foram feitos destaques anteriormente, continuavam em vigência até o seu encerramento como apontado anteriormente. O relatório de 1964 da FACR para sua prestação de contas do período de 1962 a 1964, nas palavras de Rodolfo Fuchs que havia assumido a Superintendência Geral da instituição, pela renúncia do anterior, afirmava que:

As perspectivas sombrias que cercaram a nossa instituição, ao início do ano de 1964 e que pareciam impedir a sua sobrevivência, desfizeram-se como a um toque mágico.

Parece que a Revolução de 31 de março operou êsse milagre, pois, foi precisamente no dia de sua eclosão que a "Fundação" realizou sua Sessão Ordinária, na qual se evidenciaram as dificuldades que pareciam sufocá-la.

Naquela tarde, ouvíamos estarecidos as notícias da greve de funcionários que imobilizou a Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas e a Cidade dos Meninos, esta última ainda, invadida pelos "colonos" que reivindicavam a posse daquela gleba.

Assumi, nessa ocasião, por indicação do nosso Provedor Perpétuo e por insistência do ilustre Presidente dêste Conselho, Dr. Antonio Ribeiro França Filho, o cargo de Superintendente Geral, diante da inarredável decisão do Sr. Antonio Izidro de Miranda de exonerar-se do mesmo (FACR, 1965, p. 07).

Reforçava, ainda, que “através de rápido movimento das Forças Armadas, apoiado pela opinião pública, modificou em poucas horas a situação política do País, trazendo a esperança de melhores dias para a ‘Fundação’, o que de fato aconteceu com o apoio que passamos a receber do governo” (FACR, 1965, p. 38). Em diversos momentos do relatório, apresentava todo o apoio à Ditadura Militar e como isso seria benéfico para as atividades da FACR.

Outro documento que trouxe alguns aspectos da permanência do civismo e do patriotismo, ao longo do tempo, foi o álbum de fotografias da Cidade dos Meninos que compreendeu os anos de 1978 a 1981, com 214 documentos. Essas fotografias estavam relacionadas ao cotidiano da Cidade dos Meninos e dos seus Institutos.

Figura 25 Hasteamento da Bandeira.



Fonte: FACR, 1977-1981, 007.5.

Nessa fotografia, destacou-se a permanência do que foi determinado no documento do Regulamento das Escolas Profissionais de 1960 – no item da Educação Moral e Cívica – que era o hasteamento da Bandeira Nacional com os estudantes, em formação que representou a continuidade do civismo e do patriotismo.

Além disso, toda publicação comemorativa da FACR, fazia referência à questão religiosa, como a revista comemorativa da instituição publicada com o título – “25 anos de trabalho cristão” (FACR, [1960], 001.1), “a seara está aí à vista. Deus fê-la produzir com

abundância e, ainda, fará frutificar outras muito mais ricas, se a nossa confiança n'Ele não diminuir” (FACR, [1960], 001.3) que foi assinado por Levy Miranda.

Cabe, neste momento, examinar o Regulamento das Escolas Profissionais da FACR de 1960 para compreender aquilo que pode ser chamado de resquícios do fascismo do Estado Novo em instituições asilares, ainda, no tempo da experiência democrática.

Logo, no Capítulo II – Das finalidades e organização das escolas profissionais da “F. A. C. R.” – afirmava no artigo 8º que “o elemento fundamental da formação espiritual e moral do aluno será o ensino e a prática da religião católica, que deverá inculcar-lhe uma atitude profunda e sinceramente cristã, inspirando e modelando todo seu comportamento durante a vida escolar, e mais tarde, na sociedade” (FACR, 1960, p. 4). Aqui, delimitava que o aprendizado cristão seria o da Igreja Católica.

No Capítulo IV – Do Regime Pedagógico, apresentava o item G – Da Educação Religiosa que compreendia os artigos – 80 ao 87. O artigo 80 demonstrava a importância do Ensino Religioso para a instituição, “a formação religiosa é a base de toda a vida do menor dentro da escola e visa torná-lo homem temente a Deus e realizador sincero da moral cristã, quando integrado na sociedade” (FACR, 1960, p. 15).

O artigo 81 dizia que a formação religiosa do ‘menor’ ficaria “a cargo do Capelão da escola e das pessoas por êle indicadas ao Diretor, para auxiliá-lo na instrução religiosa” (FACR, 1960, p. 15), o artigo seguinte complementava que o ‘menor’ recorreria ao capelão para obter “a assistência moral” que carecesse. Além da função do capelão nas escolas de educação profissional administradas pela FACR, o referido Regulamento apresentava nos demais artigos, os momentos de oração nas ações cotidianas das escolas profissionais, como no momento das refeições e da aula. O artigo 84 normatizava as orações pela manhã e à noite nos dormitórios e com participação “eventual” do capelão. Complementava-se esse artigo por dois parágrafos que descreviam o formato da oração noturna, essa deveria ser “ligeira recomendação ou comentário proveitoso à formação espiritual do menor” e que não deveria ultrapassar minutos – não determinados do documento. E, de acordo com esses regulamentos, os internos estariam em contantes momentos de oração, tanto no local de internato como nos locais de aprendizado.

O artigo 86 tratava da duração do ensino religioso que seria ministrado nas aulas dos cursos – primário e profissional. O ensino religioso seria semanal – no curso primário duraria duas horas e no profissional, uma hora. O último artigo – 88 – determinava que as “diretrizes

referentes à formação religiosa”, dependeriam da aprovação da “autoridade eclesiástica competente” que era o superintendente religioso.

Ainda, em relação ao aspecto religioso, o Regulamento das Escolas Profissionais da FACR de 1960, no Capítulo VII – Das Instituições para-escolares – apresentava o item 6 - Associações e Iniciativas Culturais e Religiosas que os alunos poderiam “constituir associações de finalidade desportiva, artística, cultural, social ou religiosa” (FACR, 1960, p. 31), poderiam funcionar no internato, mas que deveria ter o seu estatuto aprovado pela autoridade eclesiástica, estipulava o valor que poderia ser cobrado do sócio – nunca superior a Cr\$ 5,00. Os funcionários poderiam participar. As festas promovidas não poderiam impedir a participação de qualquer aluno ou funcionário. Os estatutos não poderiam ter regras contrárias ao regime da escola e os ex-alunos poderiam participar. Os artigos compreendiam do 168 ao 180 (FACR, 1960).

Nos relatórios de prestação de contas da FACR, sempre havia uma menção à ação divina:

Somente a incomensurável confiança na Providência Divina é que explica este milagre. Dela tudo, devemos esperar para o futuro, porque não somos nós, insignificantes e indignos instrumentos em Sua mão, que estamos em jogo, mas a falange de velhos desamparados mendigos e menores desvalidos. A eles Deus prometeu toda a inconcebível grandeza de Seu amor, desde que nós aceitemos a missão de transmiti-lo a seus prediletos.
Rodolfo Fuchs Superintendente Geral no exercício da Provedoria (FACR, 1965, p. 17)

Quanto ao funcionamento organizativo das Escolas Profissionais, apresentava-se:

Art. 1 - Este regulamento estabelece as bases de organização e as diretrizes do regime das escolas profissionais mantidas pela Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

§1-A "F. A. C. R." procurará manter em seus educandários os diversos ramos do ensino profissional, como sejam, o industrial, agrícola e comercial, nos seus vários graus

§ 2 - Considerando, porém, a finalidade precípua de sua função social, a "F. A. C. R." manterá preferencialmente, as escolas profissionais agrícolas e depois as industriais, visando formar trabalhadores rurais e operários industriais

§ 3 - Manterá ainda, anexos às escolas profissionais, cursos primários para os menores que não possuírem suficiente preparo intelectual para ingressar nos cursos profissionais (FACR, 1960, p. 3).

O Conselho de Ensino Profissional determinava a categoria que as escolas teriam. As escolas técnicas existiriam se uma das esferas de governabilidade assumisse “em regime de

administração autônoma da FACR” (Regulamento das Escolas Profissionais, 1960, p. 4). A finalidade das escolas era delimitada de acordo com os artigos a seguir:

Art. 4 - A finalidade das escolas profissionais da "F. A. C. R." é preparar o menor desvalido para exercer a sua atividade na sociedade, mediante profissão honesta e lucrativa.

Art. 6-A aprendizagem profissional será feita com finalidade produtiva, da qual o aluno participará direta ou indiretamente, de modo a convencê-lo que contribui, com o próprio esforço para a sua manutenção.

Art. 7 - É, pois, escola profissional da "F. A. C. R." um agrupamento de menores, que se associam para prover a sua educação e as necessidades materiais de sua subsistência num ambiente propício, sob a orientação e direção da "F. A. C. R." (FACR, 1960, p. 04).

As escolas funcionariam em sistema de internato e semi-internato, sendo que a última opção aconteceria apenas para os filhos dos funcionários que residissem próximo às escolas. Os estudantes seriam agrupados de acordo com a idade (matriculados entre 9 e 14 anos) e desenvolvimento físico até os 18 anos de idade. O Artigo 13 apresentava uma questão interessante de que “aos alunos que tiverem concluído o curso de mestria das escolas agrícolas, a ‘F. A. C. R.’ facilitará a aquisição de terras para o exercício de sua profissão” (FACR, 1960, p. 05), mas não se tem registro se isso, realmente, aconteceu.

Figura 26 Os Pequenos Trabalhadores da Cidade dos Meninos.



Fonte: FACR, [1960], 001.25.

O trabalho com a terra foi algo que os internos da Cidade dos Meninos em seus diferentes Institutos, produziram centenas de alimentos diferentes que abasteciam a FACR, como também, eram vendidos. Essa infância foi submetida ao trabalho infantil como disciplinamento, redenção e salvação da extrema pobreza. A legenda anunciava a outra produção em que estava sendo investida para que trouxesse renda para a Fundação. Essa imagem foi publicada na Revista Comemorativa – 25 anos de Trabalho Cristão – com

referência ao trabalho desempenhado pela FACR junto aos meninos internos e suas respectivas instituições.

A matrícula, nessas escolas, aconteceria em dois formatos de acordo com o artigo 17, “a) por ordem do Juiz de Menores ou autoridades a quem incumbe zelar pelo menor desamparado; b) a requerimento dos responsáveis pelo menor” (FACR, 1960, p. 06). Eram exigidos sete documentos para a matrícula ser realizada e apesar de haver um artigo em que dizia que não haveria distinção de religião acompanhado de outras questões, era exigida a certidão de batismo no ato da matrícula. Os meses para a realização da matrícula eram janeiro, fevereiro e junho. Nos demais meses, deveria ter autorização do Provedor. A preferência da matrícula era para os candidatos – “a) que forem órfãos de pai e mãe; b) que forem órfãos de pai; c) que forem órfãos de mãe;” (FACR, 1960, p. 06-07), de acordo com o artigo 20 e o seguinte, complementavam que “equiparam-se aos órfãos, os menores abandonados pelos pais” (FACR, 1960, p. 07), mas os “menores excepcionais do físico ou da mente,” nem com doença contagiosa poderiam ser matriculados.

O capítulo IV – do Regime Pedagógico – o artigo 29, determinava que “os alunos das escolas da ‘F. A. C. R.’ serão submetidos a regime educativo intensivo, visando, por todos os meios, a formação integral do indivíduo, tornando-o apto a cumprir os seus deveres para com Deus, para com a Pátria e a Família, através de uma vida ativa e honesta” (FACR, 1960, p. 08). Para alcançar essa educação integral, seriam ministrados – o ensino primário, o ensino complementar ou pré-vocacional, o ensino profissional, a educação física, a educação artística, a educação religiosa e a educação moral e cívica. De acordo com o artigo 30, esse ensino primário seria uniforme na FACR, com duração de quatro anos e frequentado por todos ‘menores’ até a aprovação final. Quando terminassem o Curso Primário, o aluno “optará pelo estudo nos cursos profissionais, agro-pecuários, industriais ou comerciais” (FACR, 1960, p. 09).

Informava, ainda, que os cursos – primário, complementares e pré-vocacional – não poderiam perturbar “as demais atividades dos alunos” (FACR, 1960, p. 09), ou seja, a educação profissional – a produção. O curso pré-vocacional consistia no fato de que o interno faria um “rodízio mensal” em todas as oficinas para identificar a sua vocação (FACR, 1960, p. 09). O comparecimento às aulas era obrigatório, a não ser em caso de doença. De acordo com o artigo 39, o curso primário seria ministrado em ambiente rural, “seus alunos ocupar-se-ão de 8 a 20 horas semanalmente em trabalhos de horticultura, jardinagem, lavoura e pequena

criação” (FACR, 1960, p. 09). Mais uma evidência de que o trabalho estava acima da educação escolar.

Aos estudantes dos cursos profissionais, seria dispensado da “colaboração à execução de tarefas e trabalhos gerais, necessários à manutenção do internato”, de acordo com o artigo 42 (FACR, 1960, p. 10). Os artigos seguintes, validavam a importância do trabalho na FACR:

Art. 44 Deverá prevalecer, na organização da aprendizagem profissional, a orientação que reconhece o trabalho executado em situação real como fator principal que educa, efetivamente, para a vida profissional.

Art. 45 Os horários das demais atividades dos alunos dos cursos profissionais não poderão prejudicar ou perturbar as horas destinadas à aprendizagem profissional, devendo haver o máximo rigor na observância exata dos horários de trabalho.

Art. 48 Os alunos do curso profissional, a título de estímulo, receberão modesta diária, que lhes será abonada de acordo com a sua produção e comportamento (FACR, 1960, p. 11).

O trabalho e a produção eram aspectos importantes para a instituição, eram valorizados com premiações. O artigo 47 apresentava a possibilidade de que os estudantes com as melhores notas nas provas finais, seriam encaminhados para universidades, para continuar os seus estudos, assim como, aqueles que concluíssem o curso profissional, antes que tivessem completos os 18 anos de idade, poderiam continuar matriculados na escola, de acordo com o regime da escola. Caso o estudante completasse 17 anos e não ingressasse no curso profissional, conforme o artigo 50, seria “proporcionado regime especial de aprendizagem, visando prepará-lo rapidamente para o exercício de uma profissão” (FACR, 1960, p. 10). Mas, não se identificou o envio desses internos para o prosseguimento de estudos em universidades ou outras escolas mais especializadas. Ainda, a Educação Física estava prevista como um aprendizado que deveria ser respeitado no internamento:

Art. 51 - Educação Física A educação física terá por fim proporcionar ao aluno um desenvolvimento harmonioso do corpo e fortalecer a sua resistência física, através da prática da ginástica, dos jogos e dos desportos.

Art. 52 - A educação física, em tôdas as escolas da "F. A. C. R.," terá organização uniforme e será orientada pelo órgão competente da Superintendência do Ensino Profissional.

Art. 53 - Na prática da educação física será tomada em consideração o desenvolvimento anátomo-fisiológico do aluno, para efeito de constituição de grupos homogêneos.

Art. 54 - O Serviço Médico das escolas da "F. A. C. R." trabalhará em colaboração com os técnicos da educação física, não só para efeito de fichamento dos menores, como para dar constante atenção às condições físicas do menor.

Art. 55 - Além da finalidade específica definida no artigo 51, visará elevada finalidade educativa, promovendo: a) desenvolvimento do espírito de "equipe", da disciplina e da camaradagem; b) estímulo do valor individual, do espírito de sacrifício, da lealdade e do domínio de si mesmo; c) gosto pelas distrações sadias, através da prática dos desportos; d) consolidação de hábitos higiênicos; e) fortalecimento do caráter.

Art. 56 - O número de horas, dedicadas à educação física, será o que constar na seriação, organizada pelo Ministério da Educação e Cultura, para as escolas profissionais, e quando não houver prescrição legal a respeito, ficará compreendido entre 1 e 3 horas semanais. (FACR, 1960, p. 11-12).

Percebeu-se, uma quantidade de tempo considerável para a prática de exercícios físicos que continuaram ao longo do tempo na FACR, contribuía para a saúde dos internos. A Caixa Econômica Escolar era algo regulamentado pela instituição também.

2 - CAIXA ECONÔMICA ESCOLAR

Art. 133 Com a finalidade de despertar no adolescente o sentido da economia e da boa aplicação do dinheiro, funcionará nas escolas uma "Caixa Econômica Escolar".

Art. 134 - O aluno será obrigado a depositar na "Caixa"

"Econômica Escolar" toda importância em dinheiro, de que fôr ou se tornar possuidor.

§ 1- As diárias ou gratificações a que o aluno fizer jus, serão levadas diretamente a crédito do mesmo, na C. E. E.

§ 2 - Deverão ser, igualmente, depositadas na C. E. E. as importâncias recebidas pelos alunos, de seus pais ou responsáveis.

Art. 138 - O menor que fugir da escola em que estiver internado, responderá, com seu depósito, pelos objetos por êle levados.

Art. 141 - Para estimular a economia entre os alunos, serão conferidos anualmente prêmios em dinheiro àqueles que lograrem realizar maior economia.

Art. 143 O Diretor da escola será responsável pelos fundos confiados à Caixa Econômica Escolar (FACR, 1960, p. 25-27).

Esse era outro elemento considerado aprendido para os estudantes do Curso Profissionalizante – guardar o dinheiro. Não há informações sobre a forma pela qual eram feitos esses pagamentos e se todo o trabalho feito pelos meninos, foi remunerado. Mas, pelos relatos, não havia um valor significativo para o estudante ao fazer a retirada do dinheiro. A alegação de que o trabalho dos meninos pagava a sua subsistência na FACR, já retirava a maior parte desse dinheiro que era mais simbólico do que real, diante do árduo trabalho infantil realizado por eles, seja na manutenção do espaço onde viviam ou para a produção que seria vendida e geraria renda para a instituição.

Outro setor que poderia funcionar nas escolas da FACR seria a Cooperativa de Produção:

Art. 147 Os alunos poderão constituir cooperativa de produção e de consumo, com a finalidade de estimular a produção industrial ou agrícola, ou de tornar mais econômica a aquisição de objetos de seu consumo.

Art. 148. - Poderá existir, apenas, uma cooperativa dêsse ramo em cada escola.

Art. 149 A fundação de uma cooperativa depende de autorização do Sr. Provedor (FACR, 1960, p. 28).

Não há informações, se esse tipo de atividade funcionou na Cidade dos Meninos. Além desse setor, poderia haver também o Bazar Escolar, de acordo com o artigo 153, de que seria instalado “em cada escola um bazar escolar destinado a fornecer aos alunos tudo aquilo que, sem inconveniente para a vida do internato, possam adquirir à custa de suas economias” (FACR, 1960, p. 29), com suas diretrizes de funcionamento. Não foram obtidas informações sobre o funcionamento desse bazar na Cidade dos Meninos também.

O Relatório da FACR de 1964, apontava a paralisação das atividades do Instituto Profissional Getúlio Vargas (IPGV) pela passagem da Avenida Brasil que cortou parte da escola e em agosto passou a funcionar na Cidade dos Meninos, de acordo com o Relatório:

(...) o Instituto Profissional Getúlio Vargas, devido à venda do seu terreno, teve que suspender as atividades escolares no começo do ano, mas, em agosto, vencida a perplexidade causada por essa iniciativa, fizemo-lo funcionar com algumas salas de aulas e oficinas na ‘Cidade dos Meninos’. Esta mudança, forçada pelas circunstâncias, veio ensejar a solução lógica e, portanto, econômica para o caso de nossos internatos (FACR, 1965, p. 10).

Sobre a Cidade dos Meninos, havia a observação quanto à possibilidade de no futuro, inserir um espaço de internamento para meninas e outros setores:

Reunindo na "Cidade dos Meninos" escolas para os diversos grupos etários de 6 a 18 anos e proporcionando a êsses alunos a possibilidade de frequentarem o curso primário e, posteriormente, o profissional, seja êle agrícola ou industrial, damos-lhes uma possibilidade de desenvolvimento imprevisto, até então, e vantajoso sob todos aspectos. Será, enfim, o começo de um trabalho de integração das escolas que alí funcionam sob a denominação que pretensiosamente ostentam. Só faltará anexar-lhes um setor feminino que viria completar o programa de auto-suficiência, que é nossa meta e, ainda, um curso ginásial, visando encaminhar para estudos acadêmicos aqueles menores que fôssem capazes de enfrentá-los (FACR, 1965, p. 11).

Afirmava, ainda, que o IPGV tinha recebido 53 estudantes da Escola Técnica Darcy Vargas. Citava que o Professor José Luiz Campos do Amaral Neto conseguiu convênio com o governo do estado do Rio de Janeiro, representado pelo Professor Amaral Fontoura que incorporou os educandários da FACR à rede “fluminense de escolas típicas rurais” (FACR,

1965, p. 13). Isso permitiu que as professoras primárias fossem substituídas por funcionárias do estado do Rio de Janeiro.

Outra ação com destaque no Relatório da FACR de 1964, foi remetida à política habitacional, iniciada por Levy Miranda que consistia na construção de casa própria para os funcionários da FACR. Era vista como uma boa iniciativa, pelo fato de que “com essa política, visamos dois importantes objetivos: induzir ao funcionário a constituir um patrimônio para si e para sua família e, pela tranquilidade que resulta dessa garantia, para o futuro, torná-lo mais eficiente e dedicado” (FACR, 1965, p. 15). Segundo o Relatório, isso possibilitou a permanência no quadro dos servidores e mencionou o esforço do Professor Otacílio Araújo para que isso fosse possível. Ainda, sobre os funcionários, complementava que se sabia “agora, cada funcionário quais são as suas possibilidades de melhoria, pois, foram estabelecidos níveis estáveis de vencimentos, de gratificação de função, de quinquênio e de salário-família” (FACR, 1965, p. 16).

Ao relatar o atendimento do hospital e os gastos com remédios, chamou atenção o fato de que havia alta prescrição de barbitúricos, calmantes e excitantes. Foram aviados, ao todo, 32.637 receitas para todos que procuraram os serviços médicos da central que ficava em Bonsucesso. Eram descritos os atendimentos por Instituto da Cidade dos Meninos, no setor de odontologia, inclusive, em relação aos procedimentos realizados, como também, os atendimentos hospitalares.

Quanto aos educandários, havia um destaque para a mudança do IPGV para a Cidade dos Meninos com seus móveis, máquinas de sala de aula, dormitórios e oficinas. Já funcionavam as oficinas de tipografia, alfaiataria, marcenaria e mecânica. Havia a ressalva para a padaria instalada na Cidade dos Meninos, como a do IPGV e que fornecia para os demais educandários da FACR.

Figura 27 Instituto Profissional Getúlio Vargas.



Fonte: AN, 1963, 07602.1.

As imagens da FACR chamam atenção pelo fato de que imprimiam organização e limpeza nas atividades relacionadas ao trabalho da infância e da juventude asiladas na instituição. Uniformes limpos e tudo muito organizado. Esse trabalho do IPGV foi registrado – no último ano de funcionamento no antigo terreno que foi atravessado pela Avenida Brasil.

Figura 28 Dormitório do IPGV.



Fonte: AN, 1963, 07602.2.

Essa fotografia correspondeu, também, a um dos dormitórios da IPGV quando ainda, não funcionava na Cidade dos Meninos – 1963. Identificou-se a disciplina, a organização e a manutenção do espaço pelos próprios internos – fruto do trabalho realizado por eles. Na parede, viu-se o crucifixo que reafirmava a condução a partir dos preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana. No Quadro 20, apresentou-se a quantidade dos internos por educandário e a faixa-etária correspondente.

Quadro 20 Situação dos Internatos da Cidade dos Meninos (Década de 1960)

CIDADE DOS MENINOS				
	INSTITUTO PROFISSIONAL GETÚLIO VARGAS	INSTITUTO DOMINGOS SÁVIO	INSTITUTO DOM BÔSCO	INSTITUTO N. S. DA PAZ
Grupo Etário	12 a 18 anos	12 a 18 anos	9 a 12 anos	6 a 9 anos
Matrícula média	52 alunos	84 alunos	203 alunos	108 alunos
Admitidos durante o ano (novos)	33 alunos	80 alunos	89 alunos	25 alunos

Custo de manutenção “per-capita”	Cr\$ 193.642	Cr\$ 272.115,00	Cr\$ 154.227,00	Cr\$ 245.917,00
Depósitos na Caixa Econômica Escolar	Cr\$ 278.700	Cr\$ 241.613,00	Cr\$ 207.156,00	----
Produção vendida	Cr\$ 2.303.825	---	---	---
Produção para gastos próprios	Cr\$ 14.247.501			

Fonte: FACR, 1965, p. 25-26.

Através desses dados apresentados, foi possível perceber o IPGV que passou a funcionar no território da Cidade dos Meninos, ao mesmo tempo, a transferência desse educandário significou um crescimento da renda – com referência direta ao trabalho dos internos. Identificou-se, também, um aumento gradual dos internos com as novas matrículas por ano, principalmente, das crianças entre 6 e 12 anos.

Figura 29 Tipografia do IPGV.



Fonte: AN, 1963, 07602.3.

Essa atividade de tipografia foi transferida para a Cidade dos Meninos, quando o IPGV foi estabelecido nesse território. Essa imagem foi do ano de 1963, período em que, ainda, não funcionava na Cidade dos Meninos. Todo o material publicado da FACR, inclusive os relatórios, eram produzidos pelos internos do IPGV.

Os valores arrecadados pela FACR, a partir da produção dos internos, eram descritos no relatório também. Enumerou-se a seguir, as atividades produtivas conforme foram apresentadas no Relatório: A Produção Industrial – tipografia, marcenaria, mecânica e padaria; A Produção Agrícola – aipim, abóbora, milho repolho, legumes, verduras, bananas, canas, enxertos, mudas; A Produção Florestal – lenha e moirões; A Produção Pecuária – leite, leitões, porcas, frangos de corte, cevados, galinhas, galos, peruss, ovos, barrigadas, carne verde, estrume puro, estrume com palha e A Indústria Extrativa – areia, saibro e barro. Associada a essa produção, havia ainda, a Fábrica de Gelo que “produziu, em seu ritmo normal, 253.256 pedras de 28 quilos, num total de 7.091.168 quilos, com a receita bruta de, aproximadamente, Cr\$ 50.500.000, devendo deixar um saldo líquido na ordem de Cr\$ 5.000.000” (FACR, 1965, p. 34).

Notou-se o discurso da classe dominante nas ações empreendidas pelas pessoas que administravam a Fundação, na maneira pela qual se posicionavam, diante das situações enfrentadas e ao mesmo tempo, entendeu-se a permanência da FACR ao longo de tantos anos, apesar dos diferentes governos que passaram pelo país. Por isso, apresentou-se o texto a seguir:

Em nosso parecer sobre a situação econômico-financeira do exercício de 1963 manifestamos profunda preocupação com a perspectiva para o ano que hoje termina, tendo em vista a instabilidade política que imperava no País e o boato, já em curso, de que seria decretado aumento de 100% no salário mínimo, fato esse que resultaria em sensível crescimento das nossas despesas operacionais, principalmente as relativas a pessoal, sem a ocorrência de correspondente elevação das subvenções que nos foram destinadas.

E essa preocupação aumentou com os acontecimentos que se verificaram no primeiro trimestre deste ano, no qual, perplexos, sofremos a invasão da "Cidade dos Meninos" por pretensos ruralistas e a eclosão de uma greve de empregados das "Fundações," de reivindicação de salários.

Cumpre-nos assinalar que a greve teve diminuta ressonância nesta "Fundação", pois todos os setores funcionaram normalmente, em virtude da presença da totalidade dos seus funcionários, que se mostraram infensos à pressão dos agitadores (FACR, 1965, p. 37).

Nesse discurso, demonstrou-se a fala do empresário e da preocupação com os lucros gerados pela instituição, ao mesmo tempo, percebeu-se como foi apresentada a concordância

com a Ditadura. Mais uma vez, apontava-se que a situação econômica no momento era boa e atribuía isso, ao fato de terem vendido o patrimônio (imóvel), mas que para o próximo triênio, isso não aconteceria.

E já no ano de 1966, não teremos mais esta receita extraordinária, uma vez que, dentro de poucos meses, terminarão tôdas as prestações que ainda temos a receber pela alienação de bens. Urge, portanto, que tomemos providências para aumentar a nossa receita sem o que não poderemos subsistir. E o caminho a seguir é apelar para o governo federal, que, nos termos do Código Civil e o decreto-lei que criou esta "Fun- dação", tem o dever de ampará-la. A percentagem do auxílio da União no confronto com as nossas despesas vem diminuindo apreciavelmente, como aconteceu nos três últimos anos, conforme demonstra o seguinte quadro:

Em 1961	essa percentagem	foi de	40,7%
“ 1962	“ “ “	“ “	32,0%
“ 1963	“ “ “	“ “	17,9%
“ 1964	“ “ “	“ “	15,2%”

(FACR, 1965, p. 37).

Quanto à renda apresentada pela FACR, os pontos eram os mesmos dos anteriores. Mas, chamou atenção a menção ao Donativo que estava crescendo – “incluindo os americanos” – o que remetia à doação dos Estados Unidos da América (FACR, 1965, p. 53). Foi importante descrever que as subvenções cedidas pelo – Ministério da Justiça, Ministério da Agricultura; Ministério da Educação e Cultura – os contratos eram do SAM, Niterói e os auxílios, do Ministério da Saúde.

Outro aspecto importante sobre a FACR, era a atuação do Banco do Brasil.

Levi Miranda costumava dizer que a Fundação Abrigo do Cristo Redentor não era obra sua e sim do Banco do Brasil com efeito, desde sua fundação, a entidade contou com o apoio do banco e de seus funcionários.

O BB sempre demonstrou boa vontade em ajudar a Fundação quer colocar a sua disposição alguns funcionários, quer doando-lhe móveis e utensílios usados. Todo o papel velho era entregue à instituição e, ainda hoje, o Banco adianta as subvenções federais que lhe são destinadas contabilizando no final de cada ano juros e serviços como donativos.

Da diretoria da Fundação participaram os funcionários do Banco do Brasil Margarida Oliveira de Araújo, Cassiano Rosa de Araújo filho, Antonio Izidro de Miranda, Renato de Abreu, Antônio Gurgel da Costa Nogueira e Romeu Freire Lima. Além desses, são membros do conselho outros 18 funcionários do BB (FACR, [1970], 001.2).

De acordo com o Histórico de Levy Miranda, reafirmava-se que “com o objetivo de conseguir recursos, a Fundação firmou contratos para internamento de menores com a Legião Brasileira de Assistência, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Fundação Estadual do Menor (Guanabara), Juizado de Menores de Niterói e Secretaria de Educação do Estado do

Rio”, ainda, “alugou parte de seu hospital ao Instituto Nacional de Previdência Social” (FACR, [1970], 001.3).

Segundo esse o Histórico, ainda, a Fábrica de Gelo continuava a contribuir para com a renda da FACR, como também, “a venda dos produtos confeccionados com a colaboração dos menores que nas oficinas de aprendizagem profissional da Cidade dos Meninos recebem aulas de padaria, mecânica, marcenaria, tipografia, ladrilharia, construção civil, barbearia e outros ramos” (FACR, [1970], 001.3).

O Relatório de 1970 apresentava esse ano, como o ano da recuperação. Mas, ao mesmo tempo, sinalizava que a subvenção federal tinha sido reajustada apenas em 1967 – “principal fonte de renda da FACR” (FACR, 1971, p. 07). Por isso, foi necessário que o Banco do Brasil fizesse alguns adiantamentos, os funcionários ficaram sem salários em dezembro e os estatutos necessitavam ser reajustados por serem considerados barreiras na organização da FACR. Outro aspecto importante, foi o fato de que em janeiro, foi realizada uma assembleia extraordinária da FACR, para dar posse ao marido da Provedora Margarida Araújo – Cassiano Rosas Araújo Filho – na função de Superintendente Geral. Ainda, comemoravam o convênio fechado com a Fundação do Bem-Estar do Menor através do diretor Dr. Mário Altenfelder que indicou o Dr. Fernando Cavalcanti (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) para “pactuação de um comodato para educação de menores” (FACR, 1971, p. 08), para com as escolas da FACR.

Havia a descrição da audiência que tiveram com a junta de controle do governo federal e ao Presidente – Emílio Garrastazu Médici – para apresentar o memorial, solicitar aumento da subvenção federal, transferência da Ilha de Marambaia e da Escola Técnica Darcy Vargas para o Ministério da Marinha.

Foi um encontro agradável, no qual Sua Excelência demonstrou a sua solidariedade e aprovação ao nosso trabalho e, já no dia seguinte, tínhamos conhecimento de que recomendara ao Senhor Ministro do Planejamento o rápido encaminhamento dos assuntos tratados no Memorial, que foram em síntese: liberação da verba federal de 1970, aumento da mesma verba para atender à elevação de ordenados feita pela Comissão de Política Salarial; aumento da subvenção para 1971; entrega da Escola (FACR, 1971, p. 09).

Associado às queixas quanto à dificuldade em cobrir as contas da instituição, do governo do estado que não contribuía com a manutenção do Abrigo de Idosos, que era dever desse segmento, a função que a FACR realizava, ao mesmo tempo, anunciava que todos os funcionários se empenhavam para que a iniciativa de Levy Miranda não acabasse, já que ele

havia falecido recentemente. Outro aspecto que sempre era mencionado nos relatórios, era o que chamavam nesse relatório de “laborterapia”:

Os abrigados continuam a prestar sua colaboração às várias atividades exercidas no Abrigo, tanto na limpeza, na enfermagem e serviço de alimentação, como também na coleta de resíduos, setores industriais etc. Preenchem, assim, dupla finalidade: a de tornar possível a sobrevivência da instituição, pois não haveria jamais verba suficientemente grande para substituí-los por assalariados e a de realizar a laborterapia de modo mais cômodo e vantajoso para o abrigado. A participação nesse esforço é voluntária e produz, ainda, duas outras vantagens: muitos recuperam a confiança na sua capacidade e, além disso, recebem uma modesta gratificação que lhes facilite a aquisição de cigarros, frutas e pequenas utilidades (FACR, 1971, p. 15).

O Relatório trazia o Departamento Educacional em destaque e com a seguinte consideração:

Foi objeto de atenção especial da Provedoria, em face do crédito de confiança da FNBEM, recebido de seu digno Presidente, Dr. Mario Altenfelder, ao qual devemos o prosseguimento das atividades escolares, as medidas, a seguir enumeradas, iniciais de um plano maior de realizações com o objetivo de alcançar, se Deus nos continuar ajudando, o lugar que a nossa Fundação deve ter entre os modelares estabelecimentos de assistência educacional, moral, cívica e profissional, ao menor desamparado (FACR, 1971, p. 18).

Por conta desse convênio, a FACR havia reestruturado a organização administrativa da escola profissional, ao separar o setor educacional do industrial, que fez com que os diretores tivessem independência administrativa e financeira, ao ficarem subordinados apenas à Provedoria. Apresentava como resultado “satisfatório” desse considerado avanço, os “melhoramentos e ampliações do Setor Educacional” (FACR, 1971, p. 18). Dos nove pontos apresentados como avanços, todos diziam respeito à questão estrutural que se destacava – a construção do muro para que o recreio do Grupo Escolar não tivesse evasão dos estudantes; as obras para uma rouparia no IPGV; a substituição das camas de madeira por de ferro fabricadas nas oficinas da FACR; a construção de refeitório com cozinha no IDB; uma quadra de voleibol e de futebol de salão acimentada para jogos noturnos; a conclusão da construção para as oficinas de marcenaria e tipografia; as reformas em geral e a colocação de luz fluorescente nas salas de aula do IPGV (FACR, 1971).

Informavam que receberam o Ensino Profissional completamente paralisado e complementavam dizendo que:

É nosso desejo estender a educação profissional também aos alunos do curso primário e o problema foi equacionado, resultando a conclusão do imediato aproveitamento das oficinas dessa Escola, bem como o recebimento de jovens de mais de 14 anos e do curso primário completo que nos propôs a FNBEM com o "per capita" mais elevado do que nos paga aquela organização pela internação de menores do curso primário (FACR, 1971, p. 18).

Apresentavam medidas para que o Setor Educacional compreendesse a reorganização do Ensino Profissional. Quanto à entrada e à saída de estudantes, foi apresentado de forma diferente em relação aos relatórios anteriores, de acordo com o Quadro a seguir.

Quadro 21 Setor Educacional da Cidade dos Meninos no Asilamento (1970)

MOVIMENTAÇÃO DO SETOR EDUCACIONAL	
CIDADE DOS MENINOS	
Despesa líquida	Cr\$ 541.375,46
Matrícula média	399 alunos
Capacidade de matrícula do estabelecimento	650 alunos
Despesa "per capita" anual	Cr\$ 1.356,83
Despesa "per capita" mensal	Cr\$ 113,07

Fonte: FACR, 1971, p. 19.

O Capítulo IV tratava dos Setores de Produção Interna e informava que a Fundação obteve “23 % dos gastos de manutenção de suas atividades assistenciais e escolares” (FACR, 1971, p. 22). Na leitura atenta do Relatório de 1971, encontrou-se, ainda, um agradecimento nominal a diferentes personalidades que compuseram o conselho administrativo da FACR, destacava-se o agradecimento ao presidente General Emílio Garrastazu Médici e ao Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, como também, aos servidores que tinham ficado três meses sem receber os seus salários por essa, que era “a maior Obra de Assistência Social do Brasil” (FACR, 1971, p. 12). Mas, complementava-se que, com a descentralização dos serviços, “com a nova estruturação dada à organização dos setores, oriunda da descentralização administrativa, algumas fontes de produção interna de bens de consumo, até produziram, a rigor, em 1970, um pouco mais do que em 1969” (FACR, 1971, p. 23), sempre com a reafirmação do trabalho realizado pelos internos como educativo.

Todavia, continuaremos a manter fontes produtivas internas, das quais tiramos o ensinamento profissional aos menores sob nossa guarda ou oferecem oportunidade de mantermos entretidos, com trabalho leve, alguns abrigados que não gostam de ficar ociosos. Teremos, todavia, de reduzir o aproveitamento de empregados em certas fontes produtivas, pois o elevado piso salarial, majorado cada ano pelos acordos trabalhistas, aconselha sua remoção para outros setores, daí ocorrendo, certamente, menor resultado

produtivo, contrabalançado, porém, pelos melhores preços aquisitivos dos artigos no comércio como já nos referimos acima (FACR, 1971, p. 23).

Ao apresentar a análise da situação econômico-financeira, mencionava que estava boa pelos convênios estabelecidos com o INPS e FNBEM (Fundação Nacional de Bem-Estar). Ainda, destacava-se o trabalho desempenhado pelos internos na década de 1970.

Cabe, ainda, o registro de que, em 1973, a maior parte do rebanho bovino foi concentrada na Cidade dos Meninos. O leite e a carne produzidos eram consumidos pelos internos da Cidade dos Meninos e de algumas outras unidades administradas pela FACR. Em 1977, aconteceu uma revolta por conta de uma possível remoção de internos para a FUNABEM que ocasionou na desativação de um dos institutos por um ano. Esse fato, esclarecer-se-á a seguir.

Quanto ao funcionamento das Escolas Profissionais e do espaço de asilamento dos ‘menores’ nos diferentes Educandários, faz-se necessário as informações apresentadas a seguir que, desvelam os meandros do convênio estabelecido com a FUNABEM e a maneira pela qual a FACR tratou nesse período, os casos considerados de indisciplina. Cabe o destaque para a denúncia que o Juiz de Menores de Duque de Caxias – Dr. Liborni Bernardino Siqueira – recebeu da responsável de um dos internos. A denúncia de que teve seu filho espancado pelo coordenador a ponto de desmaiar. Essa denúncia resultou na Sindicância instituída na Cidade dos Meninos, em 11 de junho de 1976. Esse documento que continha duzentas e sessenta e seis páginas, apresentou questões que não tinham sido aventadas até então – quantidade de funcionários que trabalhavam na Cidade dos Meninos, no setor de disciplina; internos que eram infratores; condições de funcionamento da Cidade dos Meninos (CM) pelos depoimentos do vice-diretor e da provedora; condução conivente com situações de violência, por parte da administração da instituição; a maneira pela qual era feita a comunicação dos inspetores de disciplina com o vice-diretor (Prefeito); a indicação para a sala especial – uma cela como castigo para os indisciplinados; lista com a quantidade exata dos meninos que foram internos pela FUNABEM no ano em questão e transferidos da Guanabara; a solução dada pelo Juiz de Menores ao término do processo judicial, as condições pela qual um dos funcionários foi contratado pela FACR, entre outros. Esse documento foi encontrado no Arquivo Nacional (AN. DSIMJ, 1976-1981). Nesse relatório, havia a quantidade com os respectivos nomes de funcionários que foram envolvidos na denúncia que não terão seus nomes mencionados nessa pesquisa.

Quadro 22 Quantidade de Funcionários e Internos de 2 Pavilhões (1976)

INSTITUTO DOM BOSCO	INSTITUTO PROFISSIONAL GETÚLIO VARGAS
01 coordenador	01 coordenador
01 chefe de disciplina	02 chefes de disciplina
03 inspetores	13/14 inspetores
01 cozinheira	01 cozinheiro
01 copeira	01 copeiro
--	01 barbeiro
--	01 roupeira
308 menores do sexo masculino Entre 07 e 14 anos	283 menores do sexo masculino Entre 15 e 18 anos

Fonte: AN. DSIMJ, 1976-1981, p. 24-25; 91.

Além do fato de ser um número bem reduzido em relação à quantidade de menores sob sua responsabilidade no IDB, informava-se que não havia orientação profissionalizante que propiciava um tempo grande de ociosidade dos internos. No IPGV, havia meninos com menos de 15 anos e maiores de 18. Havia a informação de que o inspetor trabalhava por escala e ficavam 04 inspetores diariamente. Os internos auxiliavam na cozinha e na faxina. Eles tomavam banho todos os dias, mas recebiam duas mudas de roupa – uma para o recreio e outra para a aula – trocavam essa roupa uma vez por semana. O auxiliar administrativo informava, ainda que, havia se tornado vice-diretor desde maio de 1974 por ausência de funcionário para essa atribuição e que o Instituto Provedora Margarida Araújo mantinha 158 crianças entre 04 e 06 anos nesse período (AN. DSIMJ, 1976-1981). No que dizia respeito aos serviços prestados à CM – 01 dentista, 01 enfermeiro, 02 atendentes, 01 assistente social da FUNABEM que ia uma manhã, uma vez na semana e 01 funcionário da FEEM que ia uma vez ao mês. O serviço médico-odontológico funcionava três dias pela manhã e uma tarde de sábado.

O relato desse auxiliar administrativo desvelou que a Cidade dos Meninos não funcionava como deveria – a solicitação de 18 inspetores para o IPGV não havia sido atendida e funcionava com um total de 13 a 14 apenas; recolhiam diariamente facas e vergalhões de internos; os meninos praticavam pederastia, uso de tóxico, roubavam na vizinhança; havia muitos internos com “anormalidades”; o curso profissionalizante era oferecido para os estudantes da 5ª série em diante com sessenta participantes aproximadamente; as atividades agrícolas compreendiam entre quinze e vinte estudantes; reclamava que as professoras do estado faltavam muito, o que dificultava a organização do espaço de internação dos meninos; o racionamento da gasolina para o ônibus, impediu a execução de passeios que costumavam

proporcionar aos internos; frequentar a missa era obrigatório. Esse relato acrescido do depoimento da Provedora, “ao tempo do Sr. Levi Miranda a Cidade dos Meninos recebia meninos pobres carentes e até doentes, mentalmente, mais nunca menores infratores” (AN. DSIMJ, 1976-1981, p. 117) e acrescentou que quando assumiu a administração geral da FACR, ela estava falida praticamente – faltavam recursos materiais e humanos – os funcionários estavam com quatro meses de atrasos salariais.

Dessa forma, como foi sinalizado no Relatório de 1970 que o convênio com a FNBEM foi feito no momento certo para sanar as dificuldades financeiras e da página 97 a 99, havia uma lista nominal com setenta e cinco meninos tutelados pela FUNABEM, com data de nascimento entre 1957 e 1958, com uma lista de quinze internos transferidos da Guanabara aproximadamente. Esses meninos eram encaminhados do Centro de Triagem da FUNABEM, de Quintino e informavam que muitos deles vinham do Padre Severino, o que indicava ser infratores, segundo os relatos dos supervisores de disciplina (AN. DSIMJ, 1976-1981).

Essas questões não apareciam nos relatórios trimestrais da FACR. A provedora informava, ainda que, a FUNABEM fornecia dinheiro para o Curso Supletivo, mas a partir de 1977, não colaboraria mais. Os internos nas horas ociosas, praticavam trabalhos remunerados. Sugeria que a Cidade dos Meninos tivesse – recursos próprios para manter professores; melhorasse o padrão técnico dos recursos humanos; ampliasse setores profissionalizantes. Somava-se a isso, o fato de que ofereceu doze milhões de m² do terreno da Cidade dos Meninos à FUNABEM e ao Ministério de Previdência da Assistência Social (MPAS) para construir algo na área da assistência social, para evitar as constantes invasões do terreno da CM, mas não tinha obtido sucesso. Assim, a produção da CM estava, praticamente, interrompida por falta de verba e estava sendo reaberta aos poucos. A recreação dos internos era assistir televisão, praticar esportes e um conjunto de som. Mas, no depoimento dos inspetores de disciplina foi relatado que nem rádio havia para os meninos escutarem (AN. DSIMJ, 1976-1981).

Quanto à disciplina, havia um Boletim Disciplinar que era preenchido pelo coordenador para informar sobre a situação e no rodapé do documento, havia uma área – Recomendações do Prefeito – esse local era preenchido pelo vice-diretor da CM com a indicação de punição que o menino seria submetido e quando estivesse o termo “sala especial” era para ser enviado para a cela por ter cometido um erro grave. Alguns dos depoimentos relatavam que a maioria dos castigos era ficar em pé com as mãos para trás e sem recreio, mas não mencionava as celas (AN. DSIMJ, 1976-1981).

Figura 30 Parte Externa da Cella da Cidade dos Meninos.



Fonte: AN. DSIMJ, 1976-1981, p. 41.

Essas celas eram trancadas por fora, sem ventilação. Esses botões eram o acionamento da descarga do banheiro que era feito por fora. Totalizavam-se quatro celas como essas. O Juiz de Menores afirmou que “as celas da delegacia local, em comparação, representam salas de aula ou de estar” (AN. DSIMJ, 1976-1981, p. 237). O vice-diretor afirmou que essas celas eram um fator psicológico que não eram utilizadas de fato. Mas, os demais depoimentos dos funcionários e até dos internos, diziam o contrário – que eram utilizadas, levavam os ‘menores’, espancando-os e os trancavam até por oito dias consecutivos que, alguns passavam mal nesses espaços por não ter ventilação.

Figura 31 Parte Interna da Cella da Cidade dos Meninos



Fonte: AN. DSIMJ, 1976-1981, p. 45.

Essa imagem retratava o colchão ao chão para que os ‘menores’ pudessem se deitar, associado ao relato de que estava cheio de baratas sempre. Eles ficavam com as fezes por dias no vaso sanitário, pelo fato de que a descarga era acionada pelo lado de fora e passavam sede, mas eram alimentados. Chamou a atenção que essa punição de “isolamento do convívio dos colegas de 1 (um) a 5 (cinco) dias” (FACR, 1960, p. 18) estava previsto no Regulamento das Escolas Profissionais da FACR no artigo 94, insígnia – 1, seguida do relato do vice-diretor de que na Ilha de Marambaia, na antiga sede do IPGV, havia um cubículo desse, em cada um desses internatos e que na CM, existia um também, desde o momento de sua construção. Ainda, informava que após o convênio com a FUNABEM, foram construídas mais duas celas (AN. DSIMJ, 1976-1981). O Juiz de Menores concluía:

O que assistimos. O que concluímos ao lermos estes autos – é que a própria FUNABEM transformou, mutilou e infringiu os mais rudimentares princípios de assistência e proteção aos menores omitindo a problemática que os envolvia, deixando que os infratores ficassem ao convívio desatento dos não infratores, ao ponto de construírem as três celas na cidade dos Meninos somente para acolher a turma da barra pesada encaminhada pela FUNABEM [...] que belíssimo exemplo na técnica de recuperação e da reeducação... (AN. DSIMJ, 1976-1981, p. 235).

Ao final, o Juiz determinou – o afastamento dos “autores, co-autores e cúmplices”; a retirada dos menores infratores; a melhoria da infra-estrutura para o atendimento dos 935 internos com previsão para 1.200; o trancamento e a interdição das celas e o fechamento do IPGV. O coordenador do IPGV acusado pelos internos dos atos de espancamento era – recém-contratado; formação primária (5ª série); dizia que era policial por ter prestado serviço à Delegacia de Duque de Caxias – mas, não era policial; apresentou-se à sede da FACR por saber da vacância e foi contratado sem ter especialização (AN. DSIMJ, 1976-1981). Todos esses fatos corroboraram com o que já havia sido apontado de que a internação no formato empreendido, não seria a melhor forma de auxiliar esses meninos e dar melhores condições de sobrevivência a eles. Mas, os poderes públicos com suas políticas, continuavam a insistir nesse formato que os estudiosos já condenavam por décadas. Assim, em 1978, 560 ‘menores’ foram transferidos da Cidade dos Meninos para outros institutos da FACR.

Figura 32 Visita do Bispo de Petrópolis à Cidade dos Meninos (1978).



Fonte: FACR, 1977-1981, 012.1.

Essa fotografia tinha, à frente a Provedora Margarida Araújo e outras autoridades na solenidade de visita do bispo à Cidade dos Meninos, em maio de 1978. Essa foi a visita a uma das oficinas do IPGV, à padaria que abastecia toda a FACR.

Segundo publicação do Ministério da Saúde, na década de 1970, a FACR estabeleceu convênio com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Fundação Estadual do Menor (FEEM), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Juizado de Menores do Rio de Janeiro e o Instituto Nacional de Previdência Social – pelos serviços médicos.

Esses acordos, principalmente com o Instituto Nacional de Previdência Social, geraram recursos que permitiram à fundação construir outros prédios na Cidade dos Meninos, como um pavilhão para abrigar diversas oficinas (1972); um conjunto educacional, com capacidade para a internação de 200 crianças (1974); um novo centro médico, odontológico, ambulatorial e de enfermagem; um jardim-de-infância; praça de esportes e dois dormitórios. Em 1975, foram construídas oficinas de tornearia, solda elétrica, serralheria, mecânica de motores e reaparelhadas a carpintaria, a marcenaria e as oficinas gráficas. Foram concluídas, em 1976, novas instalações para dois estabelecimentos da fundação, com capacidade total para 360 internos, que passou, em 1982, a abrigar a Escola Estadual Cidade dos Meninos (BRASIL, 2003, p. 18-19).

Na década de 1970 e 1980, não foi diferente a intervenção da Igreja Católica nos institutos da FACR que estavam localizados na Cidade dos Meninos, como foi possível perceber através das fotografias. Nesse período, o prédio da Igreja havia sido construído há muito tempo, era utilizado frequentemente pelos internos, pelos funcionários da FACR e da Cidade dos Meninos como foi apresentado nas fotografias.

Figura 33 Visita do Bispo de Petrópolis (1978).



Fonte: FACR, 1977-1981, 004.7.

Essa fotografia constava no Álbum da Cidade dos Meninos. Foi feita dentro da Igreja Católica – Nossa Senhora da Conceição – na solenidade em que o bispo de Petrópolis administrava as igrejas do município de Duque de Caxias e estava em visita à Cidade dos Meninos. No álbum, havia o registro de que essa visita aconteceu em 05 de maio de 1978 e no altar, o bispo estava sentado enquanto a provedora Margarida Araujo fazia um discurso.

Figura 34 Semana do Soldado e da Pátria. Comemoração de 1980.



Fonte: FACR, 1977-1981, 016.2.

Essa fotografia com a formação dos estudantes uniformizados de verde – correspondiam aos internos enquanto os estudantes da escola regular, estavam vestidos com seus respectivos uniformes, nas cores azul e branco. Estava reunida com outras fotografias, sob a seguinte legenda: Semana do Soldado e da Pátria, comemoração 1980. O fato de a instituição registrar esse tipo de ação, significava que era algo importante para todos que faziam parte dela com valorização por parte de seus dirigentes ou exigência do regime totalitário dessa época, com o registro de diversos momentos como esse em que se exacerbava o civismo e, em consequência, o nacionalismo, de acordo com o regime político do período e de suas normas.

Figura 35 Estudantes Uniformizados.



Fonte: FACR, 1977-1981, 007.2.

Essa fotografia registrou as ações que correspondiam a atividades militares, reafirmava a ordem e o disciplinamento. Assim, como, demonstrava que o fazer militar estava presente como modelo que a instituição referendava de período da década de 1970 e 1980.

Figura 36 Semana do Soldado e da Pátria. Comemoração de 1980.



Fonte: FACR, 1977-1981, 016.4.

Essa fotografia tem, ao fundo, o nome do Instituto Profissional Getúlio Vargas. Instituto que foi transferido na década de 1960 para a Cidade dos Meninos pelo fato de que o local onde funcionava foi cortado pela construção da Avenida Brasil e a FACR o transferiu, como já foi apontado anteriormente. Nessa imagem, verificou-se a presença da banda marcial que constava no Regulamento das Escolas Profissionais da FACR desde 1960, no item – educação Moral e Cívica que demonstrou a permanência do civismo na instituição.

Figura 37 Desfile Cívico.



Fonte: FACR, 1977-1981, 008.4.

A educação cívica não ficava restrita ao espaço interno da instituição, como externamente, também. Apesar de não apresentar a legenda sobre em que lugar os internos faziam o desfile, percebeu-se que foi em espaço externo à Cidade dos Meninos.

Figura 38 Encerramento Letivo – 80.



Fonte: FACR, 1977-1981, 024.1.

A Figura 38 foi interessante para a percepção da educação para o civismo. Os internos reunidos em frente à bandeira hasteada, em posição de sentido que remetia ao estilo militar e uniformizados para comemorar o encerramento das atividades de 1980. A faixa à frente da primeira fileira, trazia os seguintes dizeres: Fundação Abrigo do Cristo Redentor e Escola Estadual Cidade dos Meninos. As demais imagens desse álbum sobre essa expressão de civismo de toda a Cidade dos Meninos, apresentavam os internos marchando em vários momentos também. Foi possível identificar a inserção da prática do civismo, ao longo de todo o período em que a Cidade dos Meninos funcionou com o asilamento da ‘infância desvalida.’

Figura 39 Primeira Comunhão (1980).



Fonte: FACR, 1977-1981, 019.3.

Essa imagem que constava com a legenda de que eram internos do Instituto Profissional Getúlio Vargas que fizeram Primeira Comunhão, em 15 de agosto de 1980. Foi possível observar os internos uniformizados em pé, próximos ao banco da igreja, enquanto as meninas internas estavam utilizando véus, para fazer a Primeira Comunhão na Igreja Nossa Senhora da Conceição que ficava dentro do território da Cidade dos Meninos.

Figura 40 Primeira Comunhão (1980).



Fonte: FACR, 1977-1981, 019.4.

Essa fotografia estava na mesma página da anterior, então, era do mesmo acontecimento, a Primeira Comunhão dos internos do Instituto Profissional Getúlio Vargas, em 15 de agosto de 1980. Mas, essa imagem traz o momento em que foi realizado o batismo de alguns desses internos.

Segundo o Serviço Nacional de Informações da Agência do Rio de Janeiro, a FACR estabeleceu convênio com as Universidades – Universidade Gama Filho, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta – para que estagiários atuassem área de Assistência Social, Educação Física Geriátrica, lazer e recreação (AN. SNIARJ, 1976-1981, p. 35). A FACR atendia dois mil “menores carentes”, sendo que desses, mil eram atendidos na Cidade dos Meninos Darcy Vargas, o que fazia dessa Obra Assistencial a maior de todas as demais que era administrada pela FACR, nesse período. Sobre os convênios, continuavam com a FUNABEM, a FEEM e a Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA). Mas, havia a inserção da própria FACR, da Fundação Roberto Marinho, na área da educação física com estagiários e Programa Intensivo Preparação de Mão de Obra Ministério do Trabalho. Esse último, “formando 250 menores por anos com diploma” (AN. SNIARJ, 1976-1981, p. 36).

Figura 41 Horta da Cidade dos Meninos (1981).



Fonte: FACR, 1977-1981, 037.5.

Essas duas fotografias são as mesmas. Mas, uma delas foi feito um recorte na legenda que continha na página do álbum. Esse recorte representava a legenda para uma das atividades que permaneceu ao longo de toda a existência da Cidade dos Meninos – a horta. Essa imagem, em específico, registrou o ano de 1981. Como havia uma oscilação no formato de internação que já foi relatado anteriormente, fez-se necessário apresentar outro quadro de como a instituição se apresentava em 1981.

Quadro 23 Organização do Asilamento da Cidade dos Meninos em 1981

CIDADE DOS MENINOS DARCY VARGAS		
INSTITUTO	FAIXA ETÁRIA ATENDIDA	CAPACIDADE
Instituto Provedora Margarida Araujo	02 a 04 anos	200 crianças
Instituto Nossa Senhora da Paz	05 a 07 anos	200 crianças
Instituto Dom Bosco	07 a 09 anos	300 crianças
Instituto Comendador Conrado Jacob do Niemeyer	09 a 13 anos	300 crianças

Fonte: AN. DSIMJ, 1976-1981, p. 041

Essas informações constavam no Serviço Nacional de Informações da Agência do Rio de Janeiro em visita a FACR, em que descrevia vários aspectos do seu funcionamento no ano de referência. Constava que havia mil internos, a oferta de Jardim de Infância e o ensino formal, de 1ª a 8ª série do 1º grau. Destacou-se que após a sindicância, não havia mais o IPGV e sim, esse novo educandário – Instituto Comendador Conrado Jacob do Niemeyer, como

também, constava o atendimento da idade de 02 a 13 anos para ambos os sexos – “ ‘Cidade dos Meninos’ se impôs com tempo, por se coadunar com a realidade da educação hodierna, que é mista, atendendo a ambos os sexos” (AN. SNIARJ, 1976-1981, p. 22). Continuavam os convênios com a FUNABEM, FEEM e FLBA. Sendo que a FLBA, financiava o asilo de idosos na FACR.

Em 1987, a FACR foi incorporada pela LBA que determinou que “todo o patrimônio imobiliário da fundação fosse transferido para a Legião Brasileira de Assistência, inclusive a gleba de cerca de 19.400.000 m² correspondente à Cidade dos Meninos” (BRASIL, 2003, p. 23).

Nesse formato, a Cidade dos Meninos Darcy Vargas funcionou no território de Duque de Caxias até encerrar suas atividades de asilamento de ‘menores’ após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a divulgação da contaminação do solo por HCH no final da década de 1980 pela imprensa através da ordem judicial de encerramento de suas atividades asilares em 1996. A seguir, apresentar-se-ão as escolas formais que foram instaladas no território da Cidade dos Meninos para atendimento dos asilados e dos filhos dos moradores do entorno.

4.4 As Instituições Escolares da Gleba

A Cidade dos Meninos teve, também, escolas regulares subsidiadas pelos governos municipal, estadual e federal em seu território, ao longo do tempo. Apesar de algumas lacunas, foi possível identificar alguns elementos através de diferentes documentos, tais como – Relatório da FACR (1964); Relatório do Ministério da Saúde (2003); Histórico sobre o Cadastro Nacional das Escolas Primárias do MEC (1968); Histórico da Segunda Região Escolar da Secretaria do Estado e Cultura do Estado do Rio de Janeiro [1970]; Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (1972); Dissertação de Mestrado de Drumond (1973); Álbum de Fotografias da Cidade dos Meninos Darcy Vargas (1978-1981); Histórico da Escola Municipal Sara Kubitschek (1971 – 1982). Esses documentos permitiram a identificação dos seguintes aspectos – fotografias do cotidiano escolar; quantitativo de matrículas dos estudantes por ano/idade/série de 1968 e de 1972; resultado de exames de fim de ano de 1964; quantidade de turmas por série; motivo pelo qual a escola municipal foi fundada. A FACR não subsidiava de forma integral. Isso significava que o prédio foi fornecido pela FACR, mas as professoras eram subsidiadas e enviadas pelos governos estadual, municipal e federal –

Grupo Escolar Cidade dos Meninos (1953), Escola Municipal Sara Kubitschek (1958) e Jardim de Infância Oscarina Costa [1980]. Por isso, não havia registro nos relatórios de prestação de contas. Algumas vezes, era apenas mencionado que havia um Grupo Escolar, sem muitos detalhes.

As instituições escolares que ofereciam o ensino regular, eram o Grupo Escolar Cidade dos Meninos, a Escola Municipal Sara Kubitschek e o Jardim de Infância Oscarina Costa. A primeira instituição subsidiada, em parte, pelo estado, desde 1953, oferecia inicialmente, o Ensino Primário para os moradores da localidade e os internos da Cidade dos Meninos enquanto a segunda instituição, subsidiada em parte pelo município de Duque de Caxias, desde 1958, oferecia inicialmente, o Ensino Primário para os filhos dos funcionários dos Serviços de Produtos Profiláticos (SPP) ligados ao governo federal e a terceira instituição, foi o Jardim de Infância para o ensino referente ao Pré-Escolar, para os internos da Cidade dos Meninos, inferiu-se que poderia ser subsidiado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Segundo Pondé (1977), o Grupo Escolar Cidade dos Meninos foi inaugurado em 1953 e um novo Grupo Escolar Darcy Vargas, em 1958. Segundo o histórico da Escola Municipal, os Relatórios da FACR de diferentes anos e o Relatório do Ministério da Saúde (2003), na verdade, funcionaram duas escolas – o Grupo Escolar Cidade dos Meninos (1953) e a Escola Municipal Sara Kubitschek (1958) que firmaram convênio com a FACR, as diferentes esferas governamentais – estado e municipal – respectivamente. Como a afirmação, a seguir:

Faziam parte da estrutura educacional da Cidade dos Meninos duas escolas públicas – uma municipal e outra estadual – e mais um complexo escolar da Fundação Abrigo Cristo Redentor, integrado por quatro institutos, que juntos abrigavam aproximadamente 450 menores. Esses institutos, que passaram, em 1990, para a Legião Brasileira de Assistência, atendiam a meninos e meninas de 3 a 18 anos, que, além de frequentarem o ensino regular nas escolas públicas locais, participavam de cursos profissionalizantes (BRASIL, 2003, p. 18).

O Grupo Escolar instalado na Cidade dos Meninos cumpria com o que era determinado no Regulamento das Escolas Profissionais da FACR – oferecer o Curso Primário – “§ 3 - Manterá ainda, anexos às escolas profissionais, cursos primários para os menores que não possuírem suficiente preparo intelectual para ingressar nos cursos profissionais” (FACR, 1960, 001.4). Quanto ao Grupo Escolar Cidade dos Meninos, foram encontrados os seguintes registros – tabelas com o resultado de exames; relatos sobre o fato de que a maioria dos internos matriculados na FACR, não tinham sido matriculados em escolas regulares

anteriormente, independentemente da idade que entravam nos Institutos; matrículas de acordo com a série; cursos oferecidos pelo Grupo Escolar na década de 1970; quantidade de estudantes por série, respectiva faixa-etária e alguns aspectos do cotidiano escolar. De acordo com o Relatório da FACR de 1964, foi encontrada a seguinte tabela com o resultado de cada série escolar.

Quadro 24 Grupo Escolar Cidade dos Meninos (1964)

Resultado dos Exames						
MOVIMENTO	1.a série	2 a série	3.a série	4.a série	5.a série	TOTAL
Examinados	159	124	85	62	45	475
Promovidos	71	76	56	36	33	272
Reprovados	94	48	29	26	12	209
Porcentagem	44 %	61 %	65 %	58 %	73 %	56 %

Fonte: FACR, 1965, p. 25.

Identificou-se, assim, o alto índice de reprovados na 1ª série acompanhado da 2ª série que apesar de apontar um número menor em relação a 1ª, ainda, foi alto. Da 3ª série em diante, houve uma diminuição gradativa de reprovados. Essa tabela, permitiu a percepção de que era oferecida pelo Grupo Escolar em questão até a 5ª série com mais turmas de 1ª e 2ª séries o que coadunou com o contexto do período, conforme apontado na Revista em comemoração aos 25 anos da FACR quanto ao fato de que os internos que chegavam à Fundação, não tinham sido matriculados nas escolas regulares e precisavam entrar nas séries iniciais. Isso, como resultado da oferta incipiente de escolas públicas, já que a maioria das escolas regulares, ofertavam a 1ª e 2ª séries, além do fato de que as professoras, na sua maioria, não eram diplomadas.

A maioria das crianças recebidas não vêm na idade prevista de doze anos e, o que é mais grave, não possuem curso primário. Mantem-se, por essa razão, paralelamente em tôdas as escolas, o ensino primário e se aproveita a oportunidade para um revigoramento físico das crianças, geralmente subnutridas, mediante alimentação sadia, assistência médica preventiva e mesmo distribuição dos alunos por escolas cujo clima mais lhes favoreça a saúde.

Para isso, tôdas as crianças recém admitidas passam por minucioso exame, clínico, de laboratório e radiológico, no Hospital Central, somente sendo classificadas nas escolas com base no laudo médico e nas provas de conhecimento (FACR, [1960], 001.7).

Cabe, ainda, a informação que o Grupo Escolar instalado na Cidade dos Meninos, desde sua fundação, atendia aos internos e aos externos – moradores da localidade – conforme constava na tabela apresentada pelo Setor de Estatística do Ministério da Educação e Cultura:

Quadro 25 Cadastro Nacional das Escolas Primárias de 1968
CADASTRO NACIONAL DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS – 1968

18 – Rio de Janeiro – Duque de Caxias		
DIST	02	
SIT	URBANA	
NOME E ENDEREÇO DAS ESCOLAS	GRUPO ESC. CIDADE DOS MENINOS ES. RIO PETRÓPOLIS KM 12	
PROFESSORES	TOTAL	18
	NORMALISTAS	
	COL	18
	GIN	
MATRÍCULAS NO INÍCIO DO ANO ATÉ 30/04/68		
SEGUNDO AS SÉRIES	1	92
	2	89
	3	69
	4	62
	5	71
	6	
	TOTAL	383
	FEM	64

Fonte: AN. MEC 1968, p. 11.

De acordo com o Histórico da Segunda Região Escolar, no qual o município de Duque de Caxias fazia parte, o Grupo Escolar Cidade dos Meninos tinha Escola Supletiva, Classe Pré-Primária e Classe Especial, na década de 1970 (IHVTSB, [1970]). O Diário Oficial de 1972, anunciava a contratação de uma professora diplomada e concursada para trabalhar no Ensino Primário no Grupo Escolar – Sônia Lúcia Pereira (DIÁRIO OFICIAL, 1972, p. 6). Paralelamente, foi encontrada uma tabela sobre as matrículas efetuadas para as escolas estaduais para o Primário que foi reproduzida aqui, apenas a parte correspondente ao Grupo Escolar Cidade dos Meninos que, apresentava a matrícula no início do ano, na Rede Estadual no Ensino Primário, por série e faixa-etária – de acordo com o que é apresentado a seguir no Quadro 26.

Quadro 26 Matrículas no Grupo Escolar Cidade dos Meninos (1972)

GRUPO ESCOLAR CIDADE DOS MENINOS		
Matrícula do Ensino Primário Geral	482	
Matrícula por faixa	7 a 14 anos	401
	De 14 anos	81

Matrícula no início do ano	1ª série	< 10	81	
		> 10	120	
		TOTAL	Abs.	201
			%	59%
	2ª série	< 11	12	
		> 11	68	
		TOTAL	Abs.	80
			%	80%
	3ª série	< 12	21	
		> 12	84	
		TOTAL	Abs.	105
			%	80%
	4ª série	< 13	10	
		> 13	49	
		TOTAL	Abs.	59
			%	83%
	5ª série	< 14	11	
		> 14	26	
		TOTAL	Abs.	37
			%	70%

Fonte: Drumond (1973, p. 103).

Essa pesquisa destacava o fato de que havia uma grande distorção série/idade nas escolas da rede estadual do Rio de Janeiro. Essa situação não era diferente no Grupo Escolar Cidade dos Meninos. Somavam-se à questão da distorção entre série e idade, os registros fotográficos sobre algumas atividades desenvolvidas no cotidiano do Grupo Escolar Cidade dos Meninos.

Figura 42 Festa Junina da Escola Estadual Cidade dos Meninos (1978).



Fonte: FACR, 1977-1981, 015.5.

Nessa fotografia, relacionada como as demais ao Grupo Escolar Cidade dos Meninos, viu-se os estudantes internos e externos à FACR, em 1978. Identificou-se a Festa Junina, como uma comemoração de todos os internatos da Cidade dos Meninos e que reunia, em algumas ocasiões, os demais internatos da FACR. Essa imagem caracterizava a comemoração da escola regular – Grupo Escolar Cidade dos Meninos com as bandeirinhas, a pindoba e os internos na dança, em 1978.

Figura 43 Escola Estadual Cidade dos Meninos (1978).



Fonte: FACR, 1977-1981, 015.9.

Eles estavam em forma, com uma relação direta à ação militar, estendida ao longo dos anos e ganhou novo fôlego no período da Ditadura Civil-Militar. 1978 foi o ano em que a fotografia foi feita, de acordo com o que já foi abordado no ponto anterior – 4.3.

Figura 44 Encerramento do Ano Letivo (1979).



Fonte: FACR, 1977-1981, 036.7.

A imagem foi feita em 1979, para comemorar o Encerramento do Ano Letivo. A necessidade de apresentar o disciplinamento e o ordenamento continuam a reforçar os pressupostos autoritários como já abordado anteriormente. Esse ordenamento modelo é o militar. Então, mesmo em comemorações, os estudantes – internos e externos à FACR – com o uniforme da Escola Estadual Cidade dos Meninos estavam enfileirados para a pose da fotografia e ao fundo, identifica-se a lateral do prédio da Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição. Cabe o destaque, ainda, para o fato de que na mesma comemoração do encerramento do ano letivo da Escola Estadual Cidade dos Meninos que tinha como estudantes – internos da Cidade dos Meninos, como também, moradores da localidade – o traje que parte deles estavam usando. Há uma referência ao soldado como modelo de disciplinamento e ordenação praticado pela Ditadura Civil-Militar nas instituições escolares.

Figura 45 Encerramento do Ano Letivo (1979).



Fonte: FACR, 1977-1981, 036.2.

Os estudantes estão vestidos com roupas de soldados, chamou atenção o chapéu e a simulação da arma na cintura. Sempre eram fotografados enfileirados. Essa é mais uma vez a reafirmação da continuidade da prática escolar relacionada ao militarismo no período da ditadura, principalmente, já que essa fotografia se referia a 1979.

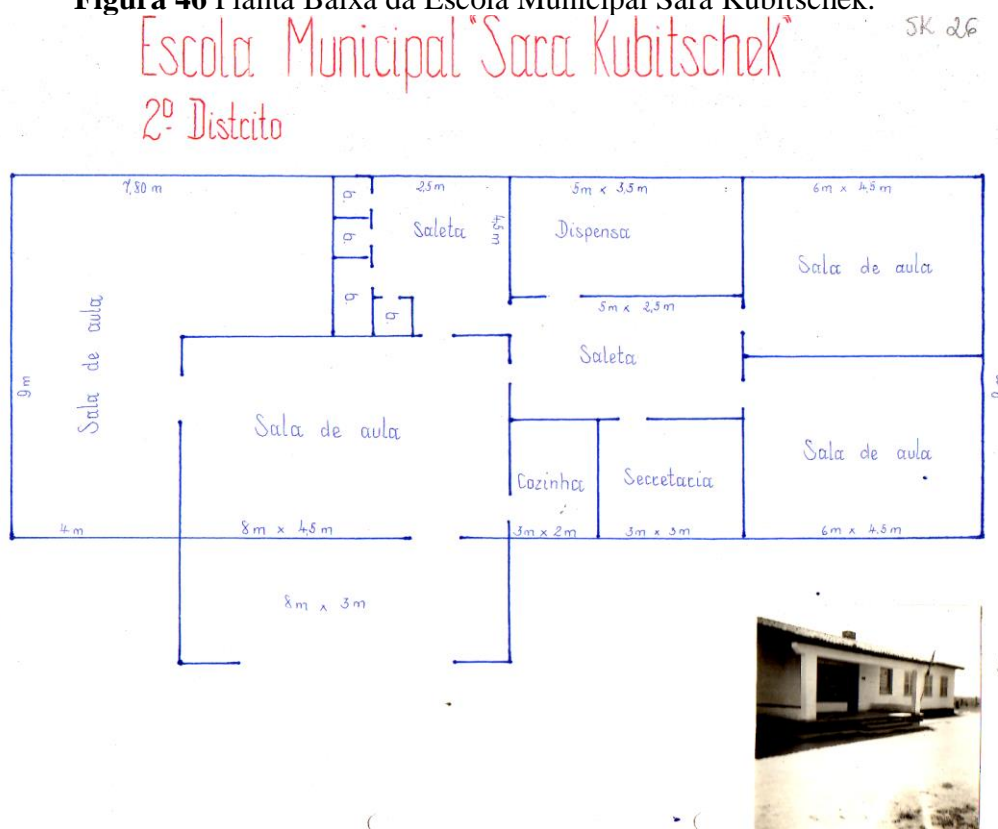
Quanto à Escola Municipal Sara Kubitschek, o Relatório do Ministério da Saúde (2003) e o Histórico da Escola Municipal Sara Kubitschek (1971-1982), o Instituto de Malariologia criou uma escola primária que desenvolveria suas atividades em conjunto com a FACR. “Em 1958, o Serviço de Produtos Profiláticos ali instalou uma escola primária, que contou com o apoio da Legião Brasileira de Assistência para o fornecimento de leite em pó, e com serviço de atendimento médico e vacinação do Ministério da Saúde. Esse ministério

mantinha, ainda, um refeitório que fornecia refeições gratuitas, açougue e armazém, que funcionavam em regime cooperativo” (BRASIL, 2003, p. 15).

De acordo com o histórico da Escola Municipal, o Brigadeiro Gerardo Majela Bijos – chefe do Serviço de Produtos Profiláticos (SPP) – inaugurou uma escola, em 1958. “Essa escola era beneficiada por aquele órgão em material didático, material para os alunos, merenda, assistência médica e hospitalar. A Prefeitura de Duque de Caxias dispunha somente de professores de que ela necessitasse” (CEPEMHED, [1970], HIS-EMSK_019).

Era informado, ainda que, essa escola iniciou com doze estudantes com idades entre 6 e 7 anos. Em 1959, foi cedido um transporte para que os filhos dos funcionários do SPP que não residiam na localidade. Passou a funcionar em dois turnos – das 9h às 12h e das 13h às 16h. Em 1960, com o aumento de casas residenciais, foram admitidos mais dois professores. Em 1962, o SPP foi transferido para Manguinhos e a escola passou a ser subsidiada integralmente, pela Prefeitura que começou a aceitar estudantes que fossem filhos de moradores da localidade. O prédio da escola continuou a ser o cedido pela FACR (CEPEMHED, [1970], HIS-EMSK_019).

Figura 46 Planta Baixa da Escola Municipal Sara Kubitschek.



Fonte: CEPEMHED, [1970], PLA-EMSK_026.

Essa imagem da planta baixa da escola apresentou como eram divididos os espaços da instituição escolar – 4 salas de aula, 1 dispensa, 2 corredores que foram identificados como saletas, 1 cozinha, 1 secretaria e 1 varanda. Esse prédio demonstrava que era uma escola de pequeno porte.

Figura 47 Prédio da Escola Municipal Sara Kubitschek.



Fonte: CEPEMHed, [1970], FOT-EMSK_021.1a.

O prédio da escola tinha a mesma característica das demais construções da Cidade dos Meninos, com a varanda à frente. Apesar da escola ter ajuda do SPP, enquanto atendia aos filhos dos funcionários desse setor até ser transferido para Manguinhos, em 1962, o formato estrutural ratificou que essa ajuda do SPP se restringia a sua manutenção, que não incluía a construção de espaços ou o pagamento das professoras conforme já foi apontado anteriormente. No histórico da Escola, havia a informação de que havia intervenção da FACR na escola. Ainda, foi possível, identificar a Bandeira Nacional posicionada à frente da escola. Percebeu-se, também, que não havia um muro que separasse o terreno da escola, como os demais pavilhões de internação de ‘menores’ da Cidade dos Meninos.

Figura 48 Estudantes na Sala de Aula da Escola Municipal Sara Kubitschek.



Fonte: CEPEMHed, [1970], FOT-EMSK_021.1b.

Foi interessante observar a disposição das carteiras que impediam uma maior interação dos estudantes, além, de sempre passar a ideia de disciplinamento e ordenamento. A grande maioria estava em posição de estudo, poucos foram os que olharam diretamente para o fotógrafo.

Figura 49 Estudantes da Escola Municipal Sara Kubitschek.



Fonte: CEPEMHed, [1970], FOT-EMSK_022.1a.

Nessa fotografia, identificaram-se os estudantes dispostos em fileira diante da bandeira nacional na entrada do prédio escolar, onde funcionava a Escola Municipal Sara Kubitschek, o civismo e as fileiras que remetiam a uma ação militar como registro da atividade cotidiana da escola. Notou-se, também, o uniforme utilizado pelos estudantes da rede municipal de ensino – blusa branca com botões à frente, saias azul marinho das meninas, sapatos pretos com meias brancas e pretas. O Quadro 27, trouxe a relação por ano, da quantidade dos estudantes que foram matriculados na escola municipal, do período inicial até 1971.

Quadro 27 Estudantes Matriculados na Escola Municipal Sara Kubitschek (1958-1971)

ESCOLA MUNICIPAL SARA KUBITSCHEK			
CORPO DISCENTE DE 1958 A 1971			
ANO	ESTUDANTES	ANO	ESTUDANTES
1958	12	1965	181
1959	38	1966	192
1960	90	1967	234
1961	120	1968	279
1962	136	1969	196
1963	124	1970	126

1964	118	1971	254
------	-----	------	-----

Fonte: CEPEMHed, [1972], GRA-EMSK_023.

Segundo o Quadro 27, os primeiros anos foram os que tiveram o menor número de estudantes na escola. Exceto pelo ano de 1963 e 1964, os demais anos apresentaram um aumento considerável de estudantes, já que caracterizou o período de abertura para os estudantes que moravam na localidade e não apenas, os filhos e as filhas de funcionários do SPP. No referido histórico, houve uma lacuna em relação ao ano de 1972 e reiniciou com o ano 1973, como se demonstrou a seguir.

Quadro 28 Estudantes Matriculados na Escola Municipal Sara Kubitschek (1973-1977)

ESCOLA MUNICIPAL SARA KUBITSCHEK	
CORPO DISCENTE DE 1958 A 1971	
ANO	ESTUDANTES
1973	246
1974	259
1975	276
1976	262
1977	299

Fonte: CEPEMHed, [1977], DEM-EMSK_032.

Foi possível identificar no Quadro 28, o crescimento da quantidade de estudantes ano após ano. O ano de 1977, teve um aumento significativo que quase chegou a trezentos estudantes. O ano de 1978, as informações foram apresentadas da seguinte maneira.

Quadro 29 Estudantes Matriculados na Escola Municipal Sara Kubitschek em 1978

ESCOLA MUNICIPAL SARA KUBITSCHEK	
1978	
1º TURNO	
SÉRIE	ESTUDANTES
1ª	26
1ª	26
1ª	27
2ª	30
2º TURNO	
2ª	34
3ª	30
3ª	34
4ª	37

Fonte: CEPEMHed, [1978], REL-EMSK_025.

Com um total de 244 estudantes em 1978, percebeu-se a necessidade da instituição escolar na localidade. Chamou a atenção, a diminuição da quantidade de estudantes do ano de

1977 para 1978. Novamente, houve uma ausência de informações nos anos de 1979 a 1981. No Relatório anual de 1982, foi descrito que a escola iniciou da seguinte forma:

Quadro 30 Quantidade de Turmas por Série da Escola Municipal Sara Kubitschek (1982)

ESCOLA MUNICIPAL SARA KUBITSCHEK	
INÍCIO DE 1982	
SÉRIE	QUANTIDADE
1 ^a	2
2 ^a	2
3 ^a	2
4 ^a	2

Fonte: CEPEMHed, [1982], RE-EMSK_027.

Foi possível perceber que essa quantidade de turmas por série, equivalia à quantidade de estudantes do período de 1965 até a 1977 como os Quadros 28 e 29 apresentaram. Mas, o convênio que foi fechado com a FACR, FUNABEM e LBA a partir de setembro, aumentou demasiadamente, a quantidade de estudantes da referida escola.

Quadro 31 Quantidade de Turmas por Série da Escola Municipal Sara Kubitschek após setembro (1982)

ESCOLA MUNICIPAL SARA KUBITSCHEK	
APÓS SETEMBRO DE 1982	
SÉRIE	QUANTIDADE
1 ^a	13
2 ^a	4
3 ^a	4
4 ^a	2

Fonte: CEPEMHed, [1982], RE-EMSK_027.

Cabe a observação do fato de que mesmo na década de 1980, a carência maior de turmas, era na 1^a série, o que demonstrou o fato de que os internos da FACR, não tiveram acesso à escolarização anteriormente. Esse aumento da oferta de turmas, fez com que o prédio inicial não abrigasse todos esses estudantes. Assim, a FACR transferiu a escola para novas instalações, para atender à nova demanda. Ao final do Relatório da escola, havia a observação de que “no mês de dezembro foi aplicada a avaliação do rendimento final tendo um índice muito baixo nas turmas iniciadas em setembro” (CEPEMHEd, [1982], RE-EMSK_025).

Através da Lei nº 601, de 06 de julho de 1984, foi implementado o ensino de 1^a a 8^a série, do 1º grau, na Escola Municipal Sara Kubitschek. No Registro de Informações da escola, constava que a instituição oferecia o Curso de Alfabetização e a Classe Especial, além das séries já mencionadas. Havia uma descrição de que o prédio da escola era composto por

12 salas de aulas e o registro nesse documento, foi feito até o ano de 1991 (CEPEMHED, [1991], INF-EMSK_002.2). Assim, foi possível conhecer um pouco dessa escola municipal que funcionou dentro da Cidade dos Meninos, no prédio da FACR até ser extinta a prática educativa por esses órgãos.

Essa instituição educativa – Jardim de Infância Oscarina Costa – apareceu nas fotografias do Álbum da Cidade dos Meninos Darcy Vargas. Apontou-se que, poderia ser subsidiada pela LBA, por esse convênio. Mas, não foram encontradas informações que referenciassem tal hipótese. A não ser a afirmação de que:

Em 1981, a maior rede de creches a nível nacional, o Projeto Casulo, mantido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), atuava em 1.358 municípios atendendo 300 mil crianças. Também, na LBA, as estatísticas mostram que o atendimento envolve uma maior proporção de crianças de quatro a seis anos, o que, em 1979, correspondia a 61,3%. Apenas 2,9% das vagas eram ocupadas por crianças de três meses a um ano (FRANCO, 1988, p. 13)

A partir dos dados dessa pesquisa e do fato de que a LBA firmou convênio com a FACR ao enviar crianças para serem internadas no abrigo associado, do fato de que no final da década de 1970 e início da década de 1980, foram feitos os registros fotográficos a seguir:

Figura 50 Jardim de Infância Oscarina Costa.



Fonte: FACR, 1977-1981, 048.6.

Essa fotografia apresentou o nome do Jardim de Infância no prédio da FACR, na Cidade dos Meninos, em 1978. Os estudantes em frente ao prédio, demonstraram que pertenciam a outras instituições escolares estabelecidas na Cidade dos Meninos. Em relação aos adultos que aparecem na imagem, não foi possível afirmar se eram professores da instituição, já que não havia legenda em todas as páginas do referido álbum.

Figura 51 Encerramento do Ano Letivo do Jardim de Infância (1980).



Fonte: FACR, 1977-1981, 039.9.

Essa fotografia da comemoração do Encerramento do Ano Letivo de 1980 com a identificação – Jardim – demonstrou que essas crianças eram internas da FACR pelo uniforme que estão usando.

Observou-se que ao longo do tempo, o Grupo Escolar Cidade dos Meninos que se transformou em Escola Estadual Cidade dos Meninos, a Escola Municipal Sara Kubitschek e

o Jardim de Infância Oscarina compuseram a rede de escolas regulares que foram oferecidas aos internos abrigados pela FACR, no território da Cidade dos Meninos Darcy Vargas, em Duque de Caxias. Alguns relatos de profissionais que passaram por essas instituições, desvelaram o sofrimento do abandono na mais tenra idade como a chaga da desigualdade social, aprofundada do período de consolidação do capitalismo até a história mais recente que ocasionou o seu fechamento pelo acidente ambiental provocado pelo abandono do DDT nesse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da relação entre Trabalho e Educação, foi possível identificar as apropriações da classe dominante, no Brasil, que conferem o uso instrumental do trabalho enquanto princípio educativo. A política pública de asilamento de crianças e de jovens em situação de rua – considerados segundo as fontes ‘infância desvalida’ ou ‘menores’ – atendia às ideias fascistas empreendidas durante os governos de Vargas e seguidas pelo governo de Dutra. A política de asilamento manteve sua permanência por décadas até a sua total extinção em 1996.

Os proprietários dos meios de produção diante dos maquinários adotados para diminuir a mão-de-obra necessária, fez com que passasse a existir a necessidade do conhecimento mínimo à produção. Nunca houve a preocupação com artífices que tivessem amplo conhecimento, mas sim, “o treinamento em oficinas para funções especializadas,” que demandassem “menos tempo de aprendizagem” (LIMA, 2007, p. 43). Tais objetivos se aprofundaram com o desenvolvimento do modo de produção do trabalho ao longo do tempo como já foi apontado.

Como foi destacado, historicamente, o ‘fordismo/taylorismo’ e posteriormente, o ‘toyotismo’ tem sido as formas de organização do trabalho que vem determinando os processos de alienação do trabalho impregnando a formação da classe trabalhadora. O chamado ‘desenvolvimento’ empreendido pelo capitalismo resultou no aprofundamento da miséria e da desigualdade social onde “os direitos são privilégios de quem tem dinheiro para comprá-los” (GENTILI, 2005, p. 57).

A geopolítica diante do contexto da Segunda Guerra Mundial fez com que o Brasil firmasse acordos internacionais estabelecidos em Congressos Científicos com o debate da infância e da juventude em situação de pobreza. A participação brasileira em diferentes congressos influenciou a promulgação de leis e ações para essa determinada infância. Um desses congressos, foi o Latino-americano Del Niño com inserção norteamericana que já era exercida no Brasil pela Política de Boa Vizinhança e nesses eventos reafirmava-se, também, as ações sobre América Latina.

As disputas em torno da hegemonia evidenciaram o caráter de transição do fazer caritativo para a filantropia científica. Identificou-se algumas permanências, como, a atuação predominante da Igreja Católica nas instituições assistenciais. Assim como, as rupturas com a entrada dos médicos higienistas, de mulheres da alta sociedade ligadas ao movimento

feminino, entre outros contribuíram para a formatação da Assistência Social do período e da formação de uma nova profissão – a do assistente social, cujos pressupostos encontram alicerce na concepção teórico-política liberal.

A estatização da filantropia como política pública de assistência, ao longo dos anos, foi implementada com o uso de mecanismos preventivos de controle através da organização da formação da infância desvalida sob o viés instrumental da relação trabalho e educação. Diferenciando-se, portanto, das ações políticas empreendidas nos governos anteriores que tratavam essa infância e juventude, apenas, pelo viés policial e judicial.

Essas políticas implementadas pelo governo federal brasileiro com a instituição da LBA empreendeu um formato público-privado de financiamento das Obras Assistenciais e elegeu personalidades modelares para serem seguidas e referendadas. Uma dessas figuras, foi Darcy Vargas que a frente da FDV projetou, com demais políticos e integrantes da classe dominante ligados à igreja, na maioria das vezes, a Cidade das Meninas que seria instalada no município de Duque de Caxias.

Esse município que no primeiro momento, ainda, não era emancipado de Nova Iguaçu teve vários empreendimentos significativos durante o Governo Vargas, como – o Núcleo Colonial São Bento (1932) e a instalação da FNM (1942). A partir de 1938, teve um amplo movimento liderado por Darcy Vargas de arrecadação financeira na mídia para a construção de sete pavilhões que abrigariam milhares de meninas em situação de rua. Darcy, através da máquina pública, promoveu diversos eventos com artistas nacionais e internacionais com ampla divulgação na mídia. Esses eventos beneficentes reuniam a alta sociedade e arrecadaram uma soma significativa para a construção dos pavilhões que marcaram os anos de 1940-1941. Assim, Duque de Caxias já tinha a Cidade dos Motores para conformar a classe proletária em trabalhadores fabris e teria, a possibilidade com a Cidade das Meninas em conformar as meninas em situação de pobreza para afazeres ligados ao trabalho doméstico.

Paralelamente, a classe dos comerciantes não estava satisfeita com o ‘inconveniente’ gerado pela infância e juventude em situação de rua, assim começou a se mobilizar para que houvesse um local de asilo para esse público. Ainda, em 1938, instituíram o Abrigo do Cristo Redentor que com a intervenção de Levy Miranda – representante direto do governo federal – aos poucos, assumiu a direção do que mais tarde se transformaria em Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

Darcy e Levy despontaram no governo Vargas com instituições de abrigo para ‘mendigos’ e a ‘infância desvalida’ na então, capital federal e em diferentes estados

brasileiros. Não há informações se as que foram instituídas nos demais entes federados, tiveram a gestão financeira e administrativa direta do governo federal como as que funcionaram no Rio de Janeiro. Mas, foram estabelecidas – Cidade dos Meninos e Abrigos para ‘mendigos’ – em outros estados.

A permanência de Darcy e Levy na condução das instituições de caridade após a saída de Vargas da presidência em 1945 e em 1954 – não foi impeditivo para a continuidade de ambos na direção das obras assistenciais. A única questão foi o fato de que a Cidade das Meninas passou a ser dos Meninos e conduzida pela FACR, sob a orientação de Levy Miranda e teve seu nome trocado para Cidade dos Meninos. Outro aspecto relevante foi o fato de que a instituição de asilamento em detrimento de todo o debate em torno do abrigo não ser o melhor formato para educação dessa determinada infância e juventude – continuou a ser o formato padrão por décadas até o seu encerramento total em 1996. A Cidade dos Meninos nas últimas décadas de seu funcionamento, representava metade da renda de toda a FACR. Pode-se dizer que era o que sustentava o funcionamento da mesma. Apontou-se que o encerramento aconteceu devido às questões que emergiram com os processos de abertura democrática que ocasionaram – a promulgação do ECA (1990), assim como devido ao desastre ambiental que provocou a contaminação do solo da Cidade dos Meninos pelo HCH.

A similaridade de institucionalização empreendida pelo Abrigo do Cristo Redentor que se transformou em FACR (1938) e da ABM (1955), apresentou um *modus operandi* para essa política implementada em diferentes períodos que se utilizou do jornal como principal veículo de divulgação, da insatisfação dos comerciantes com essa infância e juventude em situação de rua, da gestão do financiamento público por parte do presidente e do prefeito – no caso da ABM, da arrecadação para institucionalização na organização de ações beneficentes, do fornecimento de subvenções, da inserção da Igreja Católica de forma contundente, entre outros. Isso reforçou que a criação de instituições asilares, fosse uma política empreendida por diferentes governos, seja na sua institucionalização ou na sua manutenção.

A ideologia fascista presente nas instituições de asilamento que foram estabelecidas na Cidade dos Meninos, tinham como características principais o culto ao patriotismo em reverência ao civismo, a religiosidade obrigatória, a manutenção da ordem e a exigência da disciplina. A violência física sofrida pelos internos travestida sob a alcunha de formação disciplinar provocou, sobretudo, o encarceramento em condições sub-humanas. Evidenciou-se, no entanto, o tratamento dispensado a essa juventude considerada infratora, ao apresentar um retrato do tratamento dado a essa determinada infância e juventude que se quer esquecer.

As instituições escolares instaladas no território da Cidade dos Meninos permitiram perceber a dificuldade de acesso à escola formal ao longo do tempo, no município de Duque de Caxias. Isso, porque essas escolas atendiam, tanto aos internos, quanto aos moradores do entorno. Esse elemento demonstrou que as esferas estaduais e municipais, não ofereciam escolas públicas em número suficiente para os munícipes, faziam diferentes parcerias, principalmente, no que diz respeito aos prédios para que os moradores locais tivessem acesso a escolas.

Outro aspecto importante, foi o fato de que a preocupação principal sempre foi com a educação elementar – ler, escrever e fazer contas. Inclusive a repetência associada à distorção série/idade era uma realidade enfrentada pelos internos que pode ser constatada com a pesquisa de Drummond (1973) referente à década de 1970. Além disso, foi possível identificar que a formação profissional mais empreendida entre os internos, foi a agricultura, a pecuária e os serviços cotidianos de organização da própria internação – que eram constantes – associados à trabalhos instrumentais referentes a gráfica, a panificação, entre outros – mais instrumentais que ratificavam o trabalho como princípio educativo para essa determinada infância. Instituições como a Cidade dos Meninos e o Patronato São Bento foram criadas para esse fim, uma vez que se considerava que essa infância necessitava ser controlada e ser ‘educada’ “para o trabalho, pelo trabalho e no trabalho”, de acordo com o lema do PSB.

A esses trabalhadores infantis que tudo tiveram negado – a infância, a família, a proteção, a alegria, a moradia, os pais, a brincadeira, o carinho, a alimentação, o estudo – que tiveram muitas das vezes como única alternativa – a rua, a violência, o abuso, a prisão, a discriminação, a disciplina, a religião católica, duas mudas de roupas semanais, o trabalho, o roubo, o vício – que tiveram na fuga, a única possibilidade de viver, sabe-se lá em que condições o conseguiram e se conseguiram. Mesmo que a negação dos que ali foram internos, tenha acontecido de diferentes maneiras, ouvir alguns desses avaliarem a internação como um momento de ‘redenção’ – de acordo com alguns relatos esporádicos – fez refletir sobre como o capitalismo aliena o trabalhador sobre o sentido do seu trabalho e principalmente, sobre a sua própria existência, ao imaginar que aquele que o explorou, foi o seu algoz, pode ser considerado o salvador por quem foi explorado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, A. A. de. **Revolução de 1930**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Consulta em jul. 2022.

ALMEIDA, E. I. N. de. **Remediação de Solos Contaminados com Hexaclorociclohexano através da utilização do Dióxido de Titânio - Estudo na Cidade dos Meninos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2004.

ALVES, T de S. S. B. **O Trabalho do Orientador Educacional na Rede Municipal de Duque de Caxias: limites e possibilidades de atuação na Equipe Diretiva para uma Gestão Democrática**. 219 f. Dissertação (Mestrado), Duque de Caxias/RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2018.

ANDRADE, M. S. de. **O Sindicato como Espaço de Formação: Trajetórias de Professores Militantes do SEPE/Caxias**. 193f. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

ANJOS, E. M. dos. **A Cidade dos Meninos: Educação e Política na Baixada**. 144f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura das Periferias Urbanas). Duque de Caxias/Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

ARAGÃO, M. B. & SOUZA, S. A. Triatoma Infestans Colonizando em Domicílio da Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. Minas Gerais, v. 5, n. 3, mai.-jun. 1971, p. 115-121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/XNHCG3KcpCzNWpfcdxkJBjR/abstract/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

ARAÚJO, R. M. **Módulos. Prefeitura do Distrito Federal. Pessoa – Romero Estelita Cavalcanti – Secretário Geral de Finanças**. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/pessoa-romero-estelita-cavalcanti/>. Consulta em out. 2023

ASMUS, C. I. R. F. et al. Avaliação de Risco à Saúde Humana por Resíduos de Pesticidas Organoclorados em Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 24, abr. 2008, p. 755-766. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2008000400005&script=sci_abstract&tlng=pt. Consulta em jul. 2022.

BAHIA, C. A. **Alterações nos Marcadores Hepáticos decorrente da Exposição Ambiental a Organoclorados em uma Comunidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Saúde). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

BAHIA, C. A. et al. Alterações nos Marcadores Decorrentes da Exposição a Organoclorados. **Cadernos Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 22, 2014, p. 133-141. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/PKC95RfGpGJQZ79Fq8nGWQk/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

BARRETO, A. B. C. **Avaliação de Condições Hidrogeológicas e da Contaminação por HCH do Solo da Cidade dos Meninos, RJ**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1998.

BARROS, A. et al. A Baixada Fluminense como Depósito Humano: um Estudo sobre o Caso de Segregação Sócio-Espacial da Cidade dos Meninos. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias/RJ, ano 8, n. 9, mai. 2009, p. 77-94. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474. Consulta em jul. 2022.

BEDOR, C. N. G. **Estudo do Potencial Carcinogênico dos Agrotóxicos Empregados na Fruticultura e sua Implicação para a vigilância da Saúde**. 115f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Recife/Pernambuco, FIOCRUZ, 2008.

BERTI, A. P. et al. Efeitos da Contaminação do Ambiente Aquático por Óleos e Agrotóxicos. **Revista Saúde e Biologia**. Campo Mourão, v. 4, n. 1, jan./jun. 2009, p. 45-51. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279682653_EFEITOS_DA_CONTAMINACAO_D_O_AMBIENTE_AQUATICO_POR_OLEOS_E_AGROTOXICOS. Consulta em jul. 2022.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDBT). Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Consulta em: mai. 2019.

BIGHETO, A. C. “Boys Town” – Uma Experiência Revolucionária. **Revista das Faculdades de Educação, Ciências e Letras e Psicologia Padre Anchieta – Argumento**. São Paulo: Jundiá, ano II, n. 3, jan. 2000. Disponível em: <http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/argumento/pdf/argumento03.pdf>. Consulta em jul. 2022.

BORGES, A. F. **Avaliação dos Mecanismos de Transporte de Hexaclorociclohexano (HCH) no Solo da Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996.

BOSCARI, M. & SILVA, F. N. da. A Trajetória da Assistência Social até se efetivar como Política Social Pública. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, Caçador (SC), v.4, n. 1, 2015, p. 108-127. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/341>. Consulta em jul. 2022.

BOYSTOWN.ORG. Father Flanagan. De acordo com o site: <https://www.boystown.org/history/father-flanagan>, consulta em 20 mar. 2022

BRAGA, A. M. C. B. **Contaminação Ambiental por Hexaclorociclohexano em Escolares da Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ, 1996.

BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1974.

BRAZ, A. A. e ALMEIDA, T. M. A. de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade. Duque de Caxias.** Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2010.

BRILHANTE, O. M. A Exposição Ambiental ao HCH na Cidade dos Meninos e Pilar – Duque de Caxias. **Anais do 20º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental:** Rio de Janeiro, 1999a.

_____. Gestão e Avaliação da Poluição, Impacto e Risco na Saúde Ambiental. In: BRILHANTE, O. M. & CALDAS, L. Q. A. (coord.). **Gestão e Avaliação de Risco em Saúde Ambiental,** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999b, p 19-73.

BRILHANTE, A. et al. Avaliação da Contaminação e Identificação das Rotas Ambientais de Exposição ao HCH, ao DDT e aos Metais na Cidade dos Meninos, Amapá, Figueiras e Pilar, Área Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, n. 15, 2007, p. 55-78. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-482698>. Consulta em jul. 2022.

BRITO, S. H. A. de. A Educação no Projeto Nacionalista do Primeiro Governo Vargas (1935-1945). **Navegando na História da Educação Brasileira.** Campinas: EDPE-UNICAMP, v. 01, p. 1-24, 2006.

CALLADO, Ana Arruda. **Darcy, a outra face de Vargas.** Rio de Janeiro: Batel, 2011.

CÂMARA, S. **Sob a Guarda da República – A infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920.** Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

_____. A arte de educar e prevenir crianças: as conferências de Higiene Infantil do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1901-1907). In: CÂMARA, S. (Orgs.). **Pesquisa(s) em história da educação e da infância: conexões entre ciência e história.** Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2014. 568p.

_____. As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). **Revista História da Educação (online).** Porto Alegre/RS, v. 21, n. 53, set./dez. 2017, p. 199-218. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/Z6LpBMbWC7NXb9vJ864hNLq/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

CAMINHA, M. C. **Abrigo do Cristo Redentor: estado e assistência social no primeiro Governo Vargas (1936-1945).** 167f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

CAMPOS, E. de A. **Exposição a Pesticidas Organoclorados e Desenvolvimento Cognitivo em Crianças e Adolescentes Residentes em Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ.** Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2014.

CARRETERO, T. C. História de uma vida, história de uma sociedade de exclusión. **Perfiles Latinoamericanos**. México, n. 21, dez. 2002, p. 11-33. Disponível em: <https://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/290>. Consulta em jul. 2022.

CASTRO, L. G. **Espaços, Práticas e Interações na Educação Infantil: o que dizem as Crianças**. 135f. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

CENTENO, A. J. et al. Substâncias Tóxicas Persistentes (STP) no Brasil. **Química Nova**. São Paulo, v. 30, n. 8, 2007, p. 1976-1985. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/TZJRD6kLCZx5VQCpBk9mZ3s/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

CIAVATTA, M. **O Mundo do Trabalho em Imagens – A Fotografia como Fonte Histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. 140p.

_____. **O Trabalho Docente e os Caminhos do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 124p.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Consulta em: mai. 2019.

CORRÊA, M. A Cidade dos Menores: Uma Utopia dos Anos 30. In: FREITAS, M. C. de. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

CORTEZ, J. de L. **A creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense/Rio de Janeiro – um desafio educacional em meio à desnutrição**. 109f. Dissertação (Mestrado na Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Universidade Federal Rural, Rio de Janeiro, 2020.

COSTA, M. L. O. da. **CIEPs: Tensões, Conflitos e Repercussões de uma Política Pública em Duque de Caxinas na Baixada Fluminense**. 175f. Dissertação (Mestrado). Duque de Caxias/RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2021.

COSTA, M. S. T. da. Instituições e Projetos Ruralistas de Educação na Baixada Fluminense (1932-1989). In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO. JORNADA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CAMPO. JORNADA HISTEDBR. EDUCAÇÃO NO CAMPO: HISTÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS**. III, V, XII, 2015, São Carlos, São Paulo. **Comunicação** São Carlos, SP: UFSCAR, 2015, p. 1-17.

_____. “Para Amparar os Meninos Desvalidos da Sociedade”: Institucionalização e Financiamento do Patronato São Bento (1955-1959). **Revista Periferia**. Duque de Caxias/Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2016, p. 24-44. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5521/552157170003/552157170003.pdf>. Consulta em jul. 2022.

_____. **Patronato São Bento: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969)**. 296f. Dissertação (Mestrado em Educação). Duque de Caxias/RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2017.

COSTA, M. S. T. da & TUÃO, R. S. Primeiras Notas Sobre os Processos de Escolarização em Duque de Caxias, seu Legado, nossa Herança. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: GLOBAL, NACIONAL E REGIONAL**. IX, João Pessoa, Paraíba. **Comunicação**. João Pessoa, PB: CBHE, 2017, p. 1474-1489.

COSTA, S.F. **Cidade das Meninas na Baixada Fluminense: “Celeiro fértil e humano das mães cristãs de amanhã” (1939-1942)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020

COUTO, I. A. P. do et al. Ser mulher: no mundo, na sociedade, no internato. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. de L. S.; NORONHA, P. A. (Orgs.). **Infância Tuteladas e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. 176p.

COUTO, I. A. P. do e MELO, V. G. de. Reconstruindo a história do atendimento à Infância no Brasil. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. de L. S.; NORONHA, P. A. (Orgs.). **Infância Tuteladas e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. 176p.

CUNHA, M. D. Aspectos Epidemiológicos da Hanseníase: Uma Abordagem Espacial. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 28, jun. 2012, p. 1143-1155. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/tQNkcwjPMMM8HQgq9JGxH7B/?format=pdf&lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

CUNHA, N. V. Sentimentos Sociais e Novos Conflitos no Espaço Público da Baixada Fluminense. In: VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2012, Portugal. **Anais Eletrônicos...** Portugal: Universidade do Porto, 2012. Disponível em: <http://cics.uminho.pt/arquivo/?p=3889&lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

DEBASTIANI, J. A **Política Imigratória do Governo Vargas (1940-1945) – Teses, Práticas e Debates na Revista de Imigração e Colonização**. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Assis/SP, Universidade Estadual Paulista, 2018.

DEL PRIORI, M. D. (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DOMINGUEZ, L. A. E. **Determinação de Focos Secundários de Contaminação por Hexaclorociclohexano no Solo da Cidade dos Meninos, Duque de Caxias**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ, 2001.

DRUMOND, A. A. **Um Estudo do Fenômeno da Distorção Série-Idade Escolar**. 125f. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1973.

DULCI, T. M. S. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 134f. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

EARP, M. de L. S. A política de atendimento do século XX: a infância pobre sobre a tutela do Estado. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. de L. S.; NORONHA, P. A. (Orgs.). **Infância Tuteladas e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. 176p.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do homem em macaco. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010. 383p.

ERMEL, L. H. N. & FERNANDEZ, R.I.V. **Análise das Representações Práticas Relativas ao Trato com o Contaminante, Crenças e Costumes na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias – Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Relatório PADCT-DSS/PUC-Rio, 1997.

FALEIROS, V. de P. Infância e Processo Político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995. 47-98p.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. 677p.

FERNANDES, L. de O. et al. Contaminação Química: Respostas das Instituições Responsáveis e Ações das Populações Atingidas no Brasil e em Portugal. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 1, 2016, p. 218-232. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/n9tTxGGjCWxYrSBz6RjY8mJ/abstract/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

FERREIRA, Z. M. **O Conflito Socioambiental e a Saúde na Cidade dos meninos, Periferia de Duque de Caxias – RJ**. 321f. Dissertação (Mestrado na Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas). Duque de Caxias/Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2015.

FIGUERÊDO, M. A. de. Gênese e (Re) produção do Espaço da Baixada Fluminense. **Revista Geo-paisagem (online)**. São Paulo: Jundiaí, ano 3, n. 5, jan./jun. 2004. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1962_v24_n2.pdf. Consulta em jul. 2022.

FLORES, A. V. et al. Organoclorados: Um problema de Saúde Pública. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, vol. VII, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/6rpgHvHH9JcDHkxWrpNFF5N/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

FRANCO, M. A. C. **Da Assistência Educativa à Educação Assistencializada: um estudo de caracterização e custos de atendimento a crianças pobres de 0 a 6 anos de Idade.** Brasília: INEP, 1988.

FREIRE, C. et al. Chronic Exposure to Organochlorine Pesticides and Levels of Thyroid Hormones In Adult Population from Cidade dos Meninos, RJ, Brazil. In: **CONFERENCE "ENVIRONMENTAL HEALTH ACROSS LAND, AIR, AND SEA"**, 24, 2012, Columbia, South Carolina (USA). **Resumos...** Columbia: ISEE, 2012. p. 164.

FREIRE, M. M. de L. & LEONY, V. da S. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. **Revista História, Ciências e Saúde.** Manguinhos/Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez. 2011, p. 199-225. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pMzXR6Xv9xBJgG9gyC4ZrZv/abstract/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

FREIRE, M. M. de L. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, 1920).** 336f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde da Casas de Oswaldo Cruz). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

FREITAS, M. C. de e KUHLMANN Jr, Moysés (Orgs). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, M. C. de. **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.

FRESCURATO, C. G. O. **Na Tropicália dos Excluídos, um Projeto Educacional se consolida: A Escola Proletária de Merity e seu Modelo de Educação (1921-1964).** 175f. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

GENTILE, F. O Fascismo como modelo: Incorporação da “Carta Del Lavoro” na Via Brasileira para o Corporativismo Autoritário da Década de 1930. **Mediações.** Londrina – PR, v. 19, n. 01, jun. 2014, p. 84-101.

GENTILI, P. Três Teses sobre a Relação Trabalho e Educação em Tempos Neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval e SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação.** Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. 3.ed. (Coleção Educação Contemporânea).

GOOGLE ACADÊMICO. Disponível em: <https://scholar.google.com/>. Consulta em: mai. 2019.

GONÇALVES NETO, W. Imprensa, Civilização e Educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa.** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 197-225.

GONZAGA, M. & SOUZA, M. S. de. As políticas ruralistas instituídas no atual território do município de Duque de Caxias (1900-1961). **Revista Pilares da História.** Duque de Caxias,

RJ, ano 10, n. 12, 2011, p. 58-70. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474. Consulta em jul. 2022.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRAZINOLLI, P. **Uso de Técnicas Geofísicas no Monitoramento do Subsolo Contaminado por HCH na Cidade dos Meninos**. Dissertação (Mestrado do Instituto de Geologia). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1997.

GRYNSZPAN, M. Os Idiomas da Patronagem – Um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 5, n. 14, 1990, p. 73-90. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/rbcs/14/rbcs14_07.pdf. Consulta em jul. 2022.

GUEDES, J. R. de. **Cenários do Processo de Escolarização do Recôncavo da Guanabara – a História de Iguassú (1833-1858)**. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

GUIMARÃES, R. M. Exposição a Organoclorados e Alterações em Caracteres Sexuais Primários e Secundários em Cidade dos Meninos, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 21, 2013, p. 475-476. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/rnhDpy3JC7ykr67yTb78wWR/?lang=pt&format=pdf>. Consulta em jul. 2022.

_____. Concordância da Autoavaliação puberal em Adolescentes de Baixa Renda. **Adolescência & Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./mar. 2014, p. 18-23. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/abr-395>. Consulta em jul. 2022.

_____. Caracterização da Exposição de População a Organoclorados: uma Aplicação da Análise de Cluster. **Revista Brasileira Epidemiol**. Rio de Janeiro, 16, 2013, p. 231-238. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/y87hsw4c799qhXWhQsXR9Wv/abstract/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

HERCULANO, S. Exposição a Riscos Químicos e Desigualdade Social: o Caso do HCH (Hexaclorociclohexano) na Cidade dos Meninos, RJ. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, n. 5, jan./jun. 2002a, p. 61-71. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22117>. Consulta em jul. 2022.

_____. Riscos e Desigualdade Social: a Temática da Justiça Ambiental e sua Construção no Brasil. In: **ENCONTRO DA ANPPAS**, I, 2002b, Indaiatuba, São Paulo. **Comunicação** Indaiatuba, SP: ANPPAS, 2002, p. 1-22.

_____. Justiça Ambiental: De Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva Comparada. In: MELLO, M. P. de (Org.). **Justiça e Sociedade: temas e perspectivas**. São Paulo: LTR, 2001, p. 215-238.

HERNANDEZ, P. S. R. **Cinema política da boa vizinhança: a expedição de Walt Disney ao Brasil**. 168f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** São Paulo: Cortez, 2000.

IGNOTTI, E. et al. Estudo da Adesão ao Tratamento da Hanseníase no Município de Duque de Caxias/Rio de Janeiro “Abandonos ou Abandonados”. **Hansenologia Internacionalis**. Marituba, PA: 26, 2001, p. 23-30.

IMPAGLIAZZO, M. Cidade dos Meninos em Duque de Caxias/RJ: crime ambiental anunciado. **Revista Agrogeoambiental**, Pouso Alegre, Edição Especial n. 1, ago. 2013, p. 55-58. Disponível em: <https://agrogeoambiental.ifsuldeminas.edu.br/index.php/Agrogeoambiental/article/view/580>. Consulta em jul. 2022.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. O “renascimento” da igreja católica do brasil: Ideários de uma geração (1920- 1940). XIV Encontro Regional de História. Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, PR, 2014.

KOIFMAN, S. et al. Mortalidade por Câncer em População Exposta a Pesticidas em Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, RJ. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Suplemento Especial, 2002, 89-90.

KUENZER, A. Z. Estudo Um. Exclusão Incluyente e Inclusão Escludente: A Nova Forma de Dualidade Estrutural que Objetiva as Novas Relações entre Educação e Trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval e SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. 3.ed. (Coleção Educação Contemporânea).

LACERDA, S. J. da S. A emancipação do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão). **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias/RJ, ano II, n. 3, dez. 2003. Disponível em: http://www.bvambientebf.uerj.br/banco_de_imagens/revistas_pilar_hist/03_revista_pilares_d_a_historia.pdf. Consulta em jul. 2022.

LACERDA, J. M. de A. F. & FREITAS, J. S. de. A atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de sua burocracia internacional na defesa da democracia do continente americano. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 21, n. 2, jul.-dez. 2018, p. 176-194. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/56320>. Consulta em jul. 2022.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.
- LIGUORI, G. e VOZA, P. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.
- LIMA, M. **A História da Formação Profissional: os passos e descompassos históricos do SENAI-ES com os paradigmas da produção no Espírito Santo – 1948/1999**. Vitória: O Autor, 2007.
- LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. e SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. 3.ed. (Coleção Educação Contemporânea).
- LONDOÑO, F. T. A origem do conceito de menor. In: DEL PRIORI, M. D. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 129-145.
- MARINHO, N. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Acervo: Revista Brasileira de História da Educação**, Paraná, v. 5, n. 2, jul./dez. 2005, p. 195-220.
- _____. A infância (dês) protegida na voz de um higienista: o papel das visitadoras sociais (1922-1931). In: CÂMARA, S. (Orgs.). **Pesquisa(s) em história da educação e da infância: conexões entre ciência e história**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2014. 568p.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. O processo global de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MENCK, V. F. et al. Resíduos de Agrotóxicos no Leite Humano e seus Impactos na Saúde Infantil: Resultados de Estudos Brasileiros. **Segurança Alimentar e Nutricional**. São Paulo, v. 22, n. 1, 2015, p. 608-617. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8641594>. Consulta em jul. 2022.
- MENDONÇA, S. R. de. **Estado, Educação Rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)**. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- _____. **O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- MELLO, J. L. **Avaliação da Contaminação por HCH e DDT dos Leites de Vaca e Humano Provenientes da Cidade dos Meninos, Duque de Caxias – RJ**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ, 1999.
- MENDES, R. Organização Internacional do Trabalho. **SER Social**. Brasília, v. 14, n. 31, p. 497-512, jul./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13026/11381. Consulta em set. 2022.

MIRANDA, A. C. de F. **“A marcha progressiva do ensino” Processos de escolarização no município Fluminense de Iguassú (1879-1889)**. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

MIRANDA, H. da S. **Nos tempos das FEBEMs: Memórias de Infâncias Perdidas**. 348f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

MIRANDA, H. da S. Política Nacional do Bem-Estar do Menor e a Aliança para o Progresso. **Revista Conhecer: debate entre o público e o privado**. Ceará, v. 10, n. 25, p. 143-158, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/3498>. Consulta em jul. 2022.

MOURA, M. M. M. de **O Público e o Privado no Sistema Único de Assistência Social e a Atuação da Ação Social Arquidiocesana em Teresina - Piauí**. 166f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

NOGUEIRA, G. G. P. **Relacionamento Probabilístico de Registros: Desfechos Perinatais em População Exposta a Organoclorados e Cidade dos Meninos/Duque de Caxias – RJ**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

NUNES NETTO, E. S. **A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, A. K. B. de et al. O Papel da Concepção de Espaços Livres no Planejamento da Paisagem, com Foco na Drenagem Urbana e Controle Inundações: Um Estudo de Caso para a Cidade dos Meninos em Duque de Caxias /RJ. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS**, XX, 2013, Bento Gonçalves/RS. **Comunicação**. Bento Gonçalves/RS: ABRH, 2013, p. 1-8.

OLIVEIRA, A. C. de O. **Missão Educacional Alemã no Brasil: Irmãs Franciscanas de Dillingen para a Baixada Fluminense: Duque de Caxias e São João de Meriti RJ (1937-1956)**. 454f. Tese (Doutorado). Uberlândia/MG, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

OLIVEIRA, P. H. L. de. **Pobreza material, juventude, disciplina e sonhos: a utopia urbana em questão – Estudo sobre a “Cidade dos Meninos” em Ribeirão da Neves/MG**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Minas Gerais, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

OLIVEIRA, R. M. de. **Estudo da Contaminação do Solo e Pasto Causada por Hexaclorociclohexanos (HCH) na Cidade de Duque de Caxias, RJ**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 1994.

_____. **Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, RJ, linha do tempo sobre a contaminação ambiental e humana**. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

OLIVEIRA, R. M. de et al. Contaminação por Hexaclorociclohexanos em Área Urbana da Região Sudeste do Brasil. **Revista Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 29, 1995, p. 228-233. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/j5SjRY6gkx8fSns4qHKkDmd/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

_____. Concentração Residual de Hexaclorociclohexano em Área Contaminada na Cidade dos Meninos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil, após Tratamento com Óxido de Cálcio. **Cadernos Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 19, mar./abr. 2003, p. 447-453. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/zgwnSTMfqxLYSLYXLqns4LP/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

OLIVEIRA, W. M. de e BARBOSA, F. V. Empreendedorismo Social – O Caso da “Cidade dos Meninos” Belo Horizonte – Brasil. **Revista Gestão & Tecnologia**. Minas Gerais, vol. 4, n. 1, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3232/323252561007/html/>. Consulta em jul. 2022.

PAIVA, R. O. **Sistema de Vigilância à Saúde na Contaminação Ambiental por Hexaclorociclohexanos (HCH) na Cidade dos Meninos**. Monografia (Especialização em Toxicologia Ambiental), Niterói/RJ, Universidade Federal Fluminense, 1996.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, M. D. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 146-175.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

PEREIRA, R. M. **Plano Nacional de Educação, Planos Municipais e Conselhos Escolares: Contradições Coerentes na Baixada Fluminense**. 170f. Dissertação (Mestrado). Duque de Caxias/RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2021.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e Da assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995.

PIRES, E. M. S. **Quem conta um conto, aumenta um ponto: Percursos Narrativos na Formação do Professor-Leitor**. 124f. Dissertação (Mestrado). Niterói/RJ, Universidade Federal Fluminense, 2019.

PLESSIM, V. K. **A Profissão Docente na Escola Regional de Meriti (1921-1954)**. 201f. Dissertação (Mestrado). Duque de Caxias/RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*. Memória. n. 3. Rio de Janeiro: Vértice, 1983.

PONDÉ, J. **Levy Miranda – Apóstolo da Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Empresa Editora Carioca Ltda, 1977. 384p.

PORTO, R. **Cidade das Meninas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

PORTO, R & SILVA, M. Tratado de Versalhes: Sanções para a Paz? **Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias**. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2019.

PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes – um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015. 558p.

RABELO, C. Desastres Ambientais Provocados por Resíduos Industriais: Nos Casos Cidade dos Meninos (RJ) e The Love Canal (EUA). **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**. Rio Grande do Norte, v, 12, n. 1, 2019, p. 244-260. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/17499>. Consulta em jul. 2022.

RAMALHO, J. R. **Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Estado Novo, industrialização e a formação do trabalhador brasileiro: o caso FNM. **Locus: Revista de história**. Juiz de Fora, MG: v. 13, n. 2, 2007, p. 119-134. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20168>. Consulta em dez. 2020.

RIBEIRO, A. de F. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 19, n. 35, p. 65-69, jul./dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/marde/Downloads/26678-Texto%20do%20artigo-74831-1-10-20160618.pdf>. Consulta em: 12 jul. 2023

RIBEIRO, B. A. et al. O Serviço Social em uma Perspectiva Histórica: Os Saldos do Movimento de Reconstituição. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** FLORIANÓPOLIS: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180586>. Consulta em jul. 2022.

RIZZINI, I. Meninos Desvalidos e Menores Transviados: A Trajetória da Assistência Pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995, p. 243-298.

RIZZINI, I. Crianças e Menores: do pátrio poder ao pátrio dever. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e Da assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995. 99-168p.

_____. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997. 300p.

RIZZINI, I. & VOGEL, A. O menor filho do Estado – Pontos de partida para uma História da Assistência Pública à Infância no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e Da assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995. 237-346p.

_____. **Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993. 192p.

RODRIGUES, A. de S. de O. B. **A educação pública nas atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1947-1958)**. 189f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação Educação, Cultura e Comunicação em Periferias) Duque de Caxias/RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2020.

RODRIGUES, A. L. T. Duque de Caxias: Novos e Velhos Desafios em Questão. **Revista Espaço e Economia [online]**, ano V, n. 10, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2717>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2717>. Consulta em jul. 2022.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

RONDON, M. G. de A. **Estudo das Alterações Hematológicas e Bioquímicas em População Exposta a Resíduos de Pesticidas Organoclorados: Inquérito na Cidade dos Meninos, município de Duque de Caxias, 2004**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

SALLES, R. de O. L. & KITAGAWA, A. T. História da Coleta Dientífica de Material Biológico do Município de Duque de Caxias, RJ. In: **CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE**, VI, 2013, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. **Comunicação**. Duque de Caxias, RJ: FEUDUC, 2013. P, 1-7.

SANFELICE, J. L. et al. (Orgs.). **Histórias de Instituições Escolares – Teoria e Prática**. Bragança Paulista, SP: Margem da Palavra, 2016. 304p.

SANGLARD, G. Assistência entre o liberalismo e o bem-estar-social. Encontro Regional de História, XIII, 2008, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. **Anais do XIII Encontro de História ANPUH-Rio**. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212930000_ARQUIVO_textoANPUH2008GiseleSanglard2.pdf. Consulta em mar. 2022.

SANTOS, A. V. dos. Educação e Fascismo no Brasil: a formação escolar da infância e o Estado Novo (1937-1945). **Revista Portuguesa de Educação**. Portugal, v. 25, n.1, 2012, p. 137-163.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização do Pensamento Único à Consciência Universal**. São Paulo: Editora Record, 2001.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. P. 152 – 180 site: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>

SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas/SP: Autores associados, 2013.

SAVIANI, D. et al. (Orgs.) **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. 194p.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLLINE (SCIELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Consulta em: mai. 2019.

SENRA, R. L. S. & WARDEN, C. F. Sintomas de Hiperatividade em Crianças e Adolescentes de Área Contaminada por Pesticidas Organoclorados: Estudo Preliminar. **Revista Rede de Cuidados em Saúde**. Duque de Caxias/RJ, v. 10, n. 3, 2016, p. 1-3.

SILVA, A. M. da. Xerém: um olhar sobre a resistência camponesa e luta pela terra. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias, RJ: ano 14, n. 15, mai. 2015, p. 51-58. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474. Consulta em jul. 2022.

SILVA, E. M. F. **Escola Normal de Formação de Professores na Baixada Fluminense. Práticas Político-Pedagógicas Cotidianas**. Dissertação (Mestrado). Niterói/Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2011.

SILVA, G. R. da. **Níveis de Agrotóxicos e Perfil Alimentar na Cidade dos Meninos – Duque de Caxias, RJ, Brasil, entre 2003 e 2004**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

SILVA, H. D. S. **Por Outra (s) Histórias da Terra: Uma revisão Bibliográfica sobre os Núcleos Coloniais na Baixada Fluminense (1930-1960)**. Duque de Caxias, RJ: PINBA/UERJ-FEBF, 2014a.

SILVA, H. M. B. da. A emancipação política do município de Duque de Caxias. **Revista Pilares da História**. Rio de Janeiro: Duque de Caxias, ano II, n. 3, dezembro de 2003, p. 28-36. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474. Consulta em jul. 2022.

SILVA, L. da. **Cidade dos meninos: Políticas Assistenciais e Controle Social na Baixada Fluminense/RJ**. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas). Duque de Caxias/Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2015.

SILVA, L. O. da. **O Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias: Lutas, Avanços, Retrocessos e Institucionalização**. 177f. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, P. P. **A Higiene como Missão: Fundação Rockefeller, filantropia e controvérsia científica Paraíba do Norte (1923-1930)**. 150f. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte/MG, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014b.

SILVA, R. da. **“Abandonados e Delinquentes”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941)**. 135f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

_____. O Laboratório de Biologia Infantil, 1935-1941: da medicina legal à assistência social. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out-dez. 2011, p.1111-1130. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/dztpcMXYmRFrvhbVnB6Pg7G/?format=pdf&lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

SIMILI, I. G. **Mulher e Política. A trajetória da – primeira-dama – Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SIMÕES, M. R. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. 313f. Tese (Doutorado do Instituto de Geociências). Niterói/RJ, Universidade Federal Fluminense, 2006.

SOARES, M. V. de M. B. **A UDN e o Udenismo – Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. 400f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980.

SOUTO, A. B. C. **Tabuleiro de Damas para um Jogo de Xadrez: Emancipação de Duque de Caxias vista por Nova Iguaçu através do Correio da Lavoura**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Nova Iguaçu/RJ, UFRRJ, 2014.

SOUZA, A. R. M. de. **O Papel do Estado na Construção da Assistência através da Ação da Polícia do Rio de Janeiro (1870-1930)**. 425f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, J. A. P. de. **O Gerenciamento de Riscos na Cidade dos Meninos – Um Sítio Contaminado por Pesticidas Organoclorados, no Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

SOUZA, M. S. de. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias/RJ, ano 02, n. 3, dezembro de 2003, p. 37-53. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474. Consulta em jul. 2022.

_____. **Escavando o passado da cidade: História política da cidade de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.

TAMBELINE, A. T. & CÂMARA, V. de M. A Temática Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento do Campo da Saúde Coletiva: Aspectos Históricos, Conceituais e

Metodológicos. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1998, p. 47-59. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/R7gmzrPbmWWKJZz57k5KRhH/abstract/?lang=pt>. Consulta em jul. 2022.

TENENBLAT, M. J. T. **Transformações Societárias e Seus Rebatimentos na Intervenção Profissional de Assistentes Sociais**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social: Vitória-ES, 2018.

TUÃO, R. S. **Imperialismo e Luta de Classes: apontamentos sobre a relação do Banco Interamericano de Desenvolvimento e as Políticas para a Educação no Brasil (1988-2000)**. 300f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação) – Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

VIANNA, M. A. F & COSTA, L. A. Horas Extraordinárias. **Direito & Justiça**. Porto Alegre-RS, v. 41, n. 1, p. 74-83, jan.-jun. 2015.

VIEIRA, K. S. & SILVA, C. R. da. “Cadê o Município?” – As Atividades e Constrangimentos do Município de Duque de Caxias, RJ, na Implantação do Programa MCMV. In: **SESSÕES TEMÁTICAS ESPAÇO, PLANEJAMENTO E INSURGÊNCIAS**, XVI, 2015, Belo Horizonte (MG). **Sessões Temáticas**. Belo Horizonte: ENANPUR, 2015, p. 1-19.

VIEIRA, L. M. F. Mal necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 67, nov. 1998. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1215>. Consulta em jul. 2022.

FONTES PRIMÁRIAS

A APRESENTAÇÃO DE Marta Eggerth. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.229, 01 ago. 1940, p. 08.

A “AVANT PREMIÈRE” de “...E o Vento levou”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.270, 12 set. 1940, p. 01-02.

ABRIGO REDEMPTOR, Escola de Instrução e Ensino – O Presidente Getúlio Vargas visitou, hontem, esse estabelecimento – A oração do Ministro Souza Costa. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, ano V, n. 1.351, 15 out. 1939, p. 08.

A CAMPANHA EM Favor da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.199, 03 jul. 1940, p. 02.

A CAMPANHA PRÓ-ASSISTÊNCIA a Mendigos e Menores Desamparados. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, ano III, n. 662, 22 jul. 1937, p. 10.

A CIDADE das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.384, 8 jan. 1940, p. 03.

A CRUZ de Cristo nos Terrenos da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.384, 7 dez. 1941, p. 01-02.

A EMPRESA CONSTRUTORA Universal Ltda. – Oferece 10 Apólices de 100 Contos à “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.714, 1 dez. 1941, p. 07.

A ESTREIA DE Carmen Miranda na Urca. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.212, 16 jul. 1940, p. 01.

A ESTREIA DE “...E o Vento Levou”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.271, 13 set. 1940, p. 01.

A FESTA da Urca em Benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.352, 24 ago. 1940, p. 05.

A FESTA de Alma Flora e Pipa Ruiz. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.257, 30 ago. 1940, p. 06.

A FESTA de Arte em Homenagem à Senhora Darcy Vargas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.257, 5 dez. 1940, p. 04.

A FESTA do “Dia da América” em Sacra Família. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.257, 20 out. 1940, p. 04.

A FESTA em Benefício da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.207, 11 jul. 1940, p. 01.

A FESTA Hípica no Itanhangá Golf Club. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.300, 11 jul. 1940, p. 07.

A GUERRA e o Rouxinol – Ilona Massey não pode sair dos Estados Unidos – José Mojica e a “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.550, 26 jun. 1941, p. 01; 03.

A GRANDE Festa do Criador do “Pato Donald” – “Disney é um grande poeta” – diz Olegário Marianno. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.600, 15 ago. 1941, p. 10.

A GRANDE Noite – Mundana. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.580, 26 jul. 1941, p. 04.

A INTELIGÊNCIA do Bem. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.606, 21 ago. 1941, p. 07.

A LINDA Festa de Hoje no João Caetano. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.408, 1 fev. 1941, p. 01; 03.

AMANHÃ A ESTREIA de “...E o Vento Levou”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.269, 11 set. 1940, p. 06.

AMANHÃ, A NOITE Maravilhosa. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.239, 12 ago. 1940, p. 01-02.

AMPARO A Infância Abandonada de Caxias. **Folha de Caxias**, ano II, n. 60, 29 mai. 1955, p. 01.

AMPARO A Infância Abandonada de Caxias. **Folha de Caxias**, ano II, n. 62, 12 jun. 1955, p. 04.

AN. DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTRO DA JUSTIÇA. **Sindicância na Cidade dos Meninos**. Duque de Caxias/RJ: Arquivo Nacional, 1976-1981, 276p.

AN. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Cadastro Nacional das Escolas Primárias**. Rio de Janeiro: MEC, 1968. 303p.

AN. **Fotografia do Instituto Profissional Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: AN, 1963, 07602.1-3.

AN. **Fotografia de Autoridades em Visita à Cidade dos Meninos**. Rio de Janeiro: AN, 1946, 033441.

A RECEPÇÃO DE Carmen Miranda e o Espetáculo na Urca. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.202, 06 jul. 1940, p. 02.

A OBRA de Disney vista pelo Chanceler Oswaldo Aranha. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.594, 9 ago. 1941, p. 01;02.

A “PREMIÈRE” de “Fantasia”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.610, 25 ago. 1941, p. 02.

A RECITA DE Gala de “Eduardo VII” em Benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.382, 06 jan. 1941, p. 02.

ARQUIVO NACIONAL (AN). SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, AGÊNCIA CENTRAL. **Fundação Abrigo do Cristo Redentor**. Rio de Janeiro: FACR, 1980.

AS MÚSICAS Carnavalescas serão escolhidas por um Juri Eleito pelos Compositores. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.208, 11 jan. 1940, p. 03.

A SRA. Darcy Vargas e o Operariado Brasileiro. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.595, 10 ago. 1941, p. 03.

A SRAS. Darcy Vargas Eleanor Roosevelt na opinião de Grace Moore – Vai Cantar para a “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.604, 19 ago. 1941, p. 02.

A TEMPORADA DE Marta Eggerth no Rio. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.227, 31 jul. 1940, p. 02.

A VOZ da América – Mundana. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.563, 9 jul. 1941, p. 04.

BAILE DE Gala, no Teatro João Caetano, em benefício da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.400, 24 jan. 1941, p. 07.

BAILES DE Carnaval – Mundana. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.400, 30 jan. 1941, p. 04.

BELO GESTO dos Trabalhadores Brasileiros – Vão contribuir com mil contos para a “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.579, 25 jul. 1941, p. 03.

BELO MOVIMENTO em Prol da “Cidade das Meninas” – 10.080 Chás Elegantes que renderão cerca de 400 contos – A Brillhante Iniciativa da Sra. Mendonça Lima – 24 Mil em Selos “Pró-Juventude” para cada Senhora. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.208, 12 fev. 1940, p. 02.

BRASIL. **Arquivos de Medicina Legal e Identificação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, 489p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE. **Atuação do Ministério da Saúde no Caso de Contaminação Ambiental por Pesticidas Organoclorados, na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, RJ**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INSUMOS ESTRATÉGICOS. DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Exposição humana a Resíduos Organoclorados na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro: Relatório de Trabalho da Comissão Técnica Assessora ao Ministério da Saúde, instituída pela Portaria GM n. 896, de 9 de maio de 2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.400 – Vinculação de Entidades e Outras Providências.** Rio de Janeiro: DOU, 1º mai. 1974.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 431 – Declara a Fundação Darcy Vargas como de Utilidade Pública.** Rio de Janeiro: DOU, 28 dez. 1961.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.899 – Transferência de bens da FDV à FACR.** Rio de Janeiro: DOU, 16 set. 1946.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.462 – Criação do Serviço de Censura de Diversões Públicas.** Rio de Janeiro: DOU, 26 nov. 1945.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 15.801 – Estatutos da Fundação Abrigo Cristo Redentor.** Rio de Janeiro: DOU, 08 jul. 1944.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.760 – Instituição de acordo com a União Federal da Criação de uma Fundação.** Rio de Janeiro: DOU, 19 ago. 1944.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.865 – Competência do Serviço Social.** Rio de Janeiro: DOU, 11 set. 1944.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.441 – Transferência de terras do município de Iguassu à FDV.** Rio de Janeiro: DOU, 30 abr. 1943a.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.697 – Organização do Serviço Social no País.** Rio de Janeiro: DOU, 24 jul. 1943b.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.830 – Contribuição Especial para a Legião Brasileira de Assistência e Outras Providências.** Rio de Janeiro: DOU, 15 out. 1942.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.200 – Dispõe sobre Organização e Proteção da Família.** Rio de Janeiro: DOU, 19 abr. 1941a.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.799 – Transformação do Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência de Menores.** Rio de Janeiro: DOU, 05 nov. 1941b.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.024 – Organização da Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência.** Rio de Janeiro: DOU, 17 fev. 1940.

BRASIL. **Decreto nº 1.797 – Reorganização do Instituto Sete de Setembro.** Rio de Janeiro: DOU, 23 jun. 1939.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 525 – Organização do Serviço Social no País.** Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, 1º jul. 1938, p. 13.384.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: DOU, 10 nov. 1937.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: DOU, 16 jul. 1934.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 63.294 – Alteração de Legislação**. Brasília: DOFC 30 12 1968 000000 0, 30 dez. 1968.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.317**. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, 7 dez. 1944.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 22.226 – Atos do Governo Provisório – Criação do Núcleo Colonial “São Bento”**. Rio de Janeiro: DOU, 14 dez. 1932.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 22.042 – Estabelece Condições de Trabalho dos Menores na Indústria**. Rio de Janeiro: DOU, 03 nov. 1932.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 21.518 – Novos Regulamentos do Instituto Sete de Setembro**. Rio de Janeiro: DOU, 13 jun. 1932.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 21.417 – Atos do Governo Provisório – Regula as Condições do Trabalho Feminino em Estabelecimentos Industriais e Comerciais**. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, 17 mai. 1932.

BRASIL. **Decreto nº 17.943 – Consolida Leis de Assistência e Protecção de Menores**. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, 31 dez. 1927.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-A – Código de Menores Mello Mattos**. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, 12 out. 1927.

BRASIL. **Decreto nº 16.388 – Regulamenta Conselho de Assistência e Protecção de Menores**. Rio de Janeiro: DOU, 27 fev. 1924.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 16.300 – Regulamenta o Departamento Nacional de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: 31 dez. 1923.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 16.273 – Reorganização da Justiça do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: 20 dez. 1923.

BRASIL. **Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 6.697 – Instituição do Código de Menores**. Brasília: DOU, 10 out. 1979.

BRASIL. **Lei nº 4.513 – Lei de Criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor**. Brasília, 1º dez. 1964.

BRASIL. **Lei nº 2.471 – Criação de Crédito Especial para a FACR**. Rio de Janeiro: DOU, 28 abr. 1955.

BRASIL. **Lei nº 65 – Criação do Laboratório de Biologia Infantil.** Rio de Janeiro: DOU, 13 jun. 1936.

BRASIL. **Lei nº 16.273 – Reorganização do Duistricto Federal.** Rio de Janeiro: DOU, 20 dez. 1923.

BRASIL. **Lei nº 4.242 – Despesa Geral dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, 05 jan. 1921.

BRASIL. **Portaria nº 57-B – Ministério da Justiça – Comissão de Sindicância.** Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 21 mar. 1961.

BRASIL. **Portaria nº 870 – Conselho Nacional do Trabalho.** Rio de Janeiro: DOU, 26 out. 1942.

BRASIL. **Portaria nº 6.013 – Ato do Governo Federal – Instituição da Legião Brasileira de Assistência.** Rio de Janeiro: DOU, 1º out. 1942.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CADA MENOR Abandonado Terá o seu Próprio Lar. **Folha de Caxias**, ano 2, n. 63, 19 jun. 1955, p. 01.

“CADEIA DO Coração. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.251, 23 ago. 1940, p. 02.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ SIQUEIRA. **Histórico da Segunda Região Escolar do Estado.** Duque de Caxias, RJ: IHVTSB, [1970].

CAMPANHA DA OBRA de Assistência aos Mendigos e Menores Desamparados – Apello ao commercio varejista. **O Imparcial.** Rio de Janeiro, ano I, n. 169, 11 dez. 1935, p. 05.

CAMPANHA DA OBRA de Assistência aos Mendigos e Menores Desamparados – Apello ao commercio varejista. **O Imparcial.** Rio de Janeiro, ano I, n. 84, 12 dez. 1935, p. 05.

CAMPEONATO COLEGIAL. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.553, 29 jun. 1941, p. 06.

CANÇÕES DANUBIANAS para a Sensibilidade dos Brasileiros. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.543, 23 jun. 1941, p. 02.

CARMEN MIRANDA, a Grande Estrela Brasileira. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.735, 28 dez. 1941, p. 06.

CARMEN MIRANDA chega hoje. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.206, 10 jul. 1940, p. 01-02.

CARMEN MIRANDA e a Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.206, 10 jul. 1940, p. 07.

CARMEN MIRANDA Doente. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.213, 17 jul. 1940, p. 01.

CARMEN MIRANDA e a Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.208, 12 jul. 1940, p. 03.

CARMEN MIRANDA está Enferma. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.213, 17 jul. 1940, p. 03.

CENTRO DE PESQUISA, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE (CEPEMHed). **Unidades Escolares – Informações Dirigentes da Escola Municipal Sara Kubitschek**. Duque de Caxias/RJ: EMSK, [1991], INF_EMSK_002.2.

CEPEMHed. **Relatório Anual de 1982 da Escola Municipal Sara Kubitschek**. Duque de Caxias/RJ: EMSK, [1982], RE_EMSK_027.

CEPEMHed. **Relação Nominal do Corpo Discente de 1978 da Escola Municipal Sara Kubitschek**. Duque de Caxias/RJ: EMSK, [1978], REL_EMSK_025.

CEPEMHed. **Demonstrativo de Matrícula de 1975 a 1977 da Escola Municipal Sara Kubitschek**. Duque de Caxias/RJ: EMSK, [1977], DEM_EMSK_032.

CEPEMHed. **Gráfico do Corpo Discente da Escola Municipal Sara Kubitschek**. Duque de Caxias/RJ: EMSK, [1972], GRA_EMSK_023.

CEPEMHed. **Fotografia do Prédio da Escola Municipal Sara Kubitschek**. Duque de Caxias/RJ: EMSK, [1970], FOT_EMSK_021.1a-022.1a.

CEPEMHed. **Planta Baixa da Escola Municipal Sara Kubitschek**. Duque de Caxias/RJ: EMSK, [1970], PLA_EMSK_026.

CEPEMHed. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES. **Estatuto da ABM**. Duque de Caxias, RJ: CEPEMHed, 1961, 347.5.

CEPEMHed. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES. **Relatório do Patronato São Bento**. Duque de Caxias, RJ: CEPEMHed, 1960, 100.2.

CEPEMHed. ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES. **Estatuto da ABM**. Duque de Caxias, RJ: CEPEMHed, 1956, 076.1-076.8.

CHEGA HOJE José Mojica. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.557, 3 jul. 1941, p. 03.

“CIDADE DAS Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.253, 25 ago. 1940, p. 04.

CINEMA. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.375, 29 dez. 1940, p. 08.

CLARCK GABLE e Vivian Leigh em “...E o Vento Levou”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.261, 03 set. 1940, p. 05.

CLARCK GABLE e Vivian Leigh falarão para o Brasil. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.266, 08 set. 1940, p. 05.

DA MULHER Brasileira à Sra. Darcy Vargas – Um baixo relevo em bronze para ser colocado na “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.647, 1 out. 1941, p. 06.

DELEGACIA SOCIAL da Prefeitura no que se refere às instituições de Assistência Particular no Distrito Federal. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, ano V, n. 1.216, 07 mai. 1939, p. 07.

DESFILE DE Astros do Rádio. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.603, 18 ago. 1941, p. 02.

DESFILE GIGANTESCO de “Astros” e “Estrelas” do Rádio – Novas Inscrições ao certâmen da Noite de Música Popular. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.027, 10 jan. 1940, p. 03.

DESLUMBRAMENTO E GENEROSIDADE na Festa de Hoje – Dirigido pela A NOITE o sorteio da finíssima pele em benefício da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.211, 15 jul. 1940, p. 02.

DISNEY, CRIADOR de Fábulas no Século XX. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.288, 17 ago. 1941, p. 02.

DOIS GRANDES Acontecimentos de Arte e Um Só Movimento de Amor e Caridade – Walt Disney e Grace Moore – O Recital do Famoso Soprano e a Estréia de “Fantasia”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.607, 22 ago. 1941, p. 01.

DULCINA DE Moraes e a “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.288, 30 set. 1940, p. 03.

DUQUE DE CAXIAS. **Lei nº 2.223/2008**. Criação do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense e do Arquivo Público. Duque de Caxias, RJ: Câmara Municipal de Duque de Caxias, 2008.

ECOS E Novidades. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.603, 18 ago. 1941, p. 02.

ELKINS. **Charge**. Rio de Janeiro: Jornal A Noite, 7 jul. 1940, p. 01.

EM BENEFÍCIO da Casa das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.291, 03 out. 1940, p. 08.

EM BENEFÍCIO da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.208, 12 jul. 1940, p. 02.

EM BENEFÍCIO da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.390, 19 jan. 1941, p. 02.

EM BENEFÍCIO da Cidade das Meninas – A Primeira Exibição de “...E o Vento Levou”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.254, 27 ago. 1940, p. 06.

EM BENEFÍCIO da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.211, 15 jul. 1940, p. 02.

EM BENEFÍCIO da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.297, 21 jan. 1941, p. 02.

EM BENEFÍCIO da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.401, 25 jan. 1941, p. 08.

EM BENEFÍCIO da “Cidade das Meninas” o baile carnavalesco no João Caetano. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.405, 29 jan. 1941, p. 03.

EM FRANCO ANDAMENTO A CAMPANHA DO MENOR. **Folha de Caxias**, ano 2, n. 83, 13 nov. 1955, p. 05.

EM MARCHA a Campanha do Menor. **Folha de Caxias**, ano 3, n. 77, 25 set. 1955, p. 01.

EM PROL da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.375, 29 dez. 1940, p. 02; 08.

“E O VENTO Levou...” – Mundana. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.269, 11 set. 1940, p. 04.

ESPETÁCULO DE Gala que se converte em Benefício Social. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.268, 10 set. 1940, p. 04.

ESTE MÊS a Pedra Fundamental da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.379, 3 jan. 1941, p. 07.

EVOCAÇÃO DO Carnaval Antigo. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.401, 26 jan. 1941, p. 07.

EXPOSIÇÃO DE pintura Armando Pacheco. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.262, 04 set. 1940, p. 02.

EXPOSIÇÃO DE Reportagens Fotográficas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.587, 1 ago. 1941, p. 08.

“FANTASIA” MILAGRE do Gênio de Walt Disney. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.592, 6 ago. 1941, p. 01.

“FANTASIA” NUM Espetáculo Deslumbrante. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.591, 6 ago. 1941, p. 01.

“FANTASIA” NUM Espetáculo Deslumbrante – O Presidente Getúlio Vargas estará presente à Sessão de Gala. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.601, 16 ago. 1941, p. 03.

“FANTASIA”, O Milagre de som e de Cor – A Noite de Gala de Hoje, em Benefício da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.608, 23 ago. 1941, p. 01.

“FANTASIA”, UM Espetáculo de Surpreendente Beleza. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.593, 8 ago. 1941, p. 01; 07.

FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR (FACR). **Álbum da Cidade dos Meninos Darcy Vargas**. Rio de Janeiro: Secção Gráfica do Instituto Profissional Getúlio Vargas, 1977-1981. 51p.

FACR. **Relatório da Fundação Abrigo do Cristo Redentor de 1970**. Rio de Janeiro: Secção Gráfica do Instituto Profissional Getúlio Vargas, 1971. 27p.

FACR. **Histórico de Levy Miranda**. Rio de Janeiro: FACR, [1970]. 4p.

FACR. **Relatório da Fundação Abrigo do Cristo Redentor de 1964**. Rio de Janeiro: Secção Gráfica do Instituto Profissional Getúlio Vargas, 1965. 58p.

FACR. **25 Anos de Trabalho Cristão**. Rio de Janeiro: FACR, [1960]. 59p.

FACR. **Regulamento das Escolas Profissionais da Fundação Abrigo do Cristo Redentor**. Rio de Janeiro: Secção Gráfica do Instituto Profissional Getúlio Vargas, 1960. 34p.

FACR. **Relatório da Fundação Abrigo do Cristo Redentor de 1955**. Rio de Janeiro: Secção Gráfica do Instituto Profissional Getúlio Vargas, 1956. 115p.

FACR. **Ofício da Fundação Abrigo do Cristo Redentor**. Rio de Janeiro: FACR, 1952.

FACR. **Estatutos da Fundação Abrigo do Cristo Redentor**. Rio de Janeiro: FACR, 1944.

FACR. **Relatório da Fundação Abrigo do Cristo Redentor de 1942**. Rio de Janeiro: FACR, 1943. 45p.

GRACE MOORE cantará para a Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.601, 16 ago. 1941, p. 01; 03.

GRACE MOORE vai cantar em Benefício da Fundação Darcy Vargas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.608, 23 ago. 1941, p. 02.

GRANDE GALA – Mundana. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.213, 17 jul. 1940, p. 04.

HAVERÁ NOVO Fla-Flu! – Jogarão Flamengo e Fluminense, depois do Campeonato em Benefício da “Cidade das Meninas” – Sob o Patrocínio do D. I. E. – A “Warners Brothers”

oferece um riquíssimo troféu. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.703, 26 nov. 1941, p. 07.

HOJE A Noite da Música Popular. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.044, 27 jan. 1940, p. 01.

HOLLYWOOD E a “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.267, 09 set. 1940, p. 02.

HOMENAGEADA À Sra. Darcy Vargas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.582, 28 jul. 1941, p. 03.

HOMENAGEM À Sra. Darcy Vargas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.616, 31 ago. 1941, p. 03.

ILONA MASSEY virá ao Rio em um avião estratosférico – Contará em benefício da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.542, 18 jun. 1941, p. 02.

ILONA MASSEY vai cantar também música brasileira. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.546, 25 jun. 1941, p. 02.

INAUGURADO O Cine-Teatro Vaz Lobo. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.386, 10 jan. 1941, p. 06.

INSTITUTO NACIONAL de Ciência Política – Brilhante a conferência da Sara. Maria Esolina Pinheiro sobre “A Obra Social da Sra. Darcy Vargas – Os discursos dos Srs. Paulo Filho, Saul de Gusmão e Carlos Reis. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.396, 20 jan. 1941, p. 02.

JOSÉ MOJICA no Palácio Guanabara. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.565, 11 jul. 1941, p. 02.

JOSÉ MOJICA no Rio. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.558, 4 jul. 1941, p. 08.

JOSÉ MOJICA vai cantar para a “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.551, 27 jun. 1941, p. 01.

“JOUJOUX E BALANGANDÃS” de 1941. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.544, 20 jun. 1941, p. 03; 09.

“JOUJOUX E BALANGANDÃS” de 1941. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.549, 25 jun. 1941, p. 01.

“JOUJOUX E BALANGANDÃS” de 1941. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.608, 23 ago. 1941, p. 03.

LAOS, L. **A Cidade que mudou de Sexo – Novo Rumo “A Cidade das Meninas”**. RJ: Correio da Manhã, ano XLVIII, n. 17,157, 22 fev. 1949, p. 01.

LUSTOSA, J. **Cidade de Duque de Caxias, desenvolvimento histórico do município – dados gerais**. Rio de Janeiro: IBGE – Serviços Gráficos, 1958.

MAIS DE 50 contos para a “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.571, 17 jul. 1941, p. 03.

MARTA EGGERTH cantará hoje para a “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.240, 13 ago. 1940, p. 01.

MARTA EGGERTH cantou em Benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.241, 14 ago. 1940, p. 01.

MARTHA EGGERTH numa festa em benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.228, 01 ago. 1940, p. 02.

MENORES, MENDIGOS e Vadios – Enquanto é creado [sic.] na polícia o serviço de fiscalização aos mendigos, a cidade está cheia de pedintes. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, ano I, n. 74, 21 ago. 1935, p. 12.

MOSTEIRO SÃO BENTO (MSB). **Álbum de Fotografia de Dom Odilão Moura (OSB)**. Rio de Janeiro: Mosteiro São Bento, [1947-1950], FOT_PSB_001.1_009.2.

“NEM QUANDO morrer deixarei o pandeiro de lado...” – Carmen Miranda e o seu Reaparecimento ao Público Brasileiro – Conversando com a “Embaixatriz do Samba”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.215, 19 jul. 1940, p. 01-02.

NO ESTÁDIO do Vasco. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.705, 28 nov. 1941, p. 02.

NOITE DE Aniversário – Mundana. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.603, 15 dez. 1941, p. 04.

NOITE DE Encantamento. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.579, 25 jul. 1941, p. 01; 05.

NOITE DE Encantamento – Anna Amélia fala sobre Walt Disney. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.599, 14 ago. 1941, p. 03.

NOITE DE ESPLENDOR na Pista Maravilhosa. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.196, 30 jun. 1940, p. 02.

NOITE DE Natal. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.353, 6 dez. 1940, p. 02.

NOVAMENTE HOJE o Lindo Espetáculo – “Joujoux e Balangandãs” em Récita de gala, no Municipal – À vespéral de amanhã, a preços populares. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.580, 26 jul. 1941, p. 01; 03.

O ‘ABRIGO REDEMPTOR’ e a altruística campanha encetada pelo Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, ano I, n. 174, 18 dez. 1935, p. 05.

O BAILE de Gala do João Caetano. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.396, 20 jan. 1941, p. 02.

O BAILE do João Caetano, em benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.410, 3 fev. 1941, p. 03.

O BRASIL na Imprensa Estrangeira – A Senhora Getúlio Vargas chefia fundações de saúde no Rio de Janeiro – A “Cidade das Meninas”, a sua maior realização – Instituição modelo para abrigar e educar menina, que deve ser inaugurada este mês. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.508, 15 mai. 1941, p. 08; 10.

O ESPETÁCULO de Gala em Benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.270, 12 set. 1940, p. 02.

O FILM Eduardo VII – Espetáculo de Gala em Benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.270, 12 set. 1940, p. 02.

O GRANDE Baile de hoje no Teatro João Caetano será em Benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.401, 1 fev. 1941, p. 07.

O GRANDE Espetáculo de Gala em Benefício da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.380, 4 jan. 1941, p. 01; 03.

O MÁGICO dos Desenhos Animados – Como falou Henrique Pongetti sobre Walt Disney. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.603, 18 ago. 1941, p. 02.

O MÉXICO pela voz de José Mojica. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.552, 28 jun. 1941, p. 01.

O MINISTRO DA Viação na Baixada Fluminense – Visitando as obras de saneamento – Onde se erguerá a “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.228, 01 ago. 1940, p. 02.

O POETA das “Cigarras” e a Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.390, 14 jan. 1941, p. 02.

O QUINTO CONGRESSO Nacional dos Empregados no Comércio Brasileiro. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.219, 23 jun. 1940, p. 03.

O RESULTADO da Festa de Carmen Miranda. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.220, 24 jul. 1940, p. 06.

O RIO vai ouvir e ver a estrela de “Balalaika”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.544, 20 jun. 1941, p. 02.

OURO QUE se Transforma em Felicidade para a Juventude – o Homem que praticou uma boa ação – Com o donativo da Loteria Federal se iniciarão as obras da “Cidade das Meninas” – Impressões colhidas numa Entrevista com o Sr. Ovidio Gil. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.389, 13 jan. 1941, p. 02.

O V CONGRESSO dos Empregados no Comércio Hoteleiro do Brasil. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.314, 26 out. 1940, p. 04.

O V CONGRESSO Nacional dos Empregados de Hotel. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.219, 23 jun. 1940, p. 03.

O V CONGRESSO Nacional dos Empregados de Hotel. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.302, 14 out. 1940, p. 07.

PADARIA E CONFEITARIA Brasil. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.469, 4 abr. 1941, p. 06.

PAPAI NOEL foi Generoso com a Cidade das Meninas – Valioso Donativo Aplicado numa Obra de Grande Significação Social – Como o Sr. Romero Estellita aprecia o Gesto Filantrópico do Diretor da Loteria Federal. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.383, 7 jan. 1941, p. 02.

PARA A Chegada da “Rainha” do Samba. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.203, 07 jul. 1940, p. 02.

PARA A “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.261, 03 set. 1940, p. 02.

PARA A Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.289, 01 out. 1940, p. 02.

PARA A Cidade das Meninas – Todo o mobiliário do Anexo do Palace Hotel. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.695, 18 nov. 1940, p. 01.

PARA A Construção da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.382, 2 jan. 1941, p. 01; 02.

PARA A Construção da Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.382, 2 jan. 1941, p. 01; 02.

PARA O Lar dos Pequeninos e dos Humildes – Um Gesto que foge à Banalidade Costumeira – Como o Sr. Abelardo de Araujo se refere ao legado destina à Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.386, 10 jan. 1941, p. 02.

PARA SEREM postos em leilão em benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.579, 25 jul. 1941, p. 02.

PELAS MÃES e Pelas Pequeninos – O Sentido Nacional do Decreto-Lei que o Presidente Getúlio Vargas acaba de assinar. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.066, 19 fev. 1940, p. 03.

PELA VELHICE e Pela Infância desamparada – a nobilitante obra do Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro. **O Imparcial**. Rio de Janeiro, ano I, n. 170, 13 dez. 1935, p. 05.

“PISTA PRESIDENTE Vargas”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.300, 9 dez. 1940, p. 01.

PONDÉ, J. **Levy Miranda – Apóstolo da Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Empresa Editora Carioca Ltda, 1977. 384p.

PORTO, R. **Cidade das Meninas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

POSSE DA Diretoria do Patronato de Menores. **Folha de Caxias**, ano 3, n. 85, 27 nov. 1955, p. 01.

PROPAGANDA. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.379, 3 jan. 1941, p. 02.

PROPAGANDA. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.404, 28 jan. 1941, p. 06.

PROPAGANDA E Distinção, Brilho e Alegria serão os característicos dos Bailes do Teatro João Caetano. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.404, 28 jan. 1941, p. 07.

REUNIÃO DE Autoridades em Benefício do Menor. **Folha de Caxias**, ano 2, n. 83, 13 nov. 1955, p. 01.

REUNIÃO NO Guanabara – Mundana. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.200, 04 jul. 1940, p. 04.

REUNIÃO PRÓ-INFÂNCIA Desvalida. **Folha de Caxias**, ano 2, n. 65, 3 jul. 1955, p. 01.

“SEMANA DA Juventude”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.070, 20 fev. 1940, p. 03.

“SEMANA PRÓ-JUVENTUDE” – Pela Difusão dos Selos da Campanha da Bondade – Colaborando na Benemérita Iniciativa da Sra. Darcy Vargas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.066, 19 fev. 1940, p. 03.

RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial**. Rio de Janeiro: DOERJ, 1972.

SERÁ NA Fazenda S Bento, O Patronato de Menores Abandonados. **Folha de Caxias**, ano 3, n. 73, 28 ago. 1955, p. 01.

SERÁ PRESTIGIADO pelo C. B. D. – A entidade máxima dará todo o apoio à realização do Fla-Flu, patrocinado pelo D. I. E., em benefício da “Cidade das Meninas e da “Casa do Estudante” – Solidários os senhores Luiza Aranha e Castello Branco. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.709, 7 dez. 1941, p. 09.

“SINHÁ MOÇA Chorou...” e a Cidade das Meninas. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.288, 30 set. 1940, p. 03.

“SINHÁ MOÇA Chorou...”. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.291, 3 out. 1940, p. 02.

TRANSFERIDA PARA 27 a Noite da Música Popular. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.030, 13 jan. 1940, p. 03.

TRIUNFAL ESTREIA de José Mojica – A Linda Noite de Ontem, no Cassino da Urca, em benefício da “Cidade das Meninas”. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 10.559, 5 jul. 1941, p. 01.

UMA FESTA Deslumbrante em Cenário de Conto de Fadas. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.361, 14 dez. 1940, p. 03.

UMA FESTA elegante com Fins Sociais. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.293, 5 out. 1940, p. 02.

UM AGRADECIMENTO da Sra. Getúlio Vargas – A “Cidade das Meninas” considerou a imprensa uma de suas principais auxiliares. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.629, 13 set. 1941, p. 06.

UMA NOITE de Deslumbramento. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.354, 7 dez. 1940, p. 01.

UMA NOITE de Deslumbramento da Mais Bela Baía do Mundo. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.357, 10 dez. 1940, p. 03.

UMA NOITE de Natal. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.351, 4 dez. 1940, p. 01.

UMA NOITE de Natal. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.363, 16 dez. 1940, p. 01.

UMA NOITE de Natal – Mundana. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.358, 11 dez. 1940, p. 04.

UMA TARDE Encantadora na Crônica Social Carioca – A Recepção Oferecida pela Senhora Getúlio Vargas, no Guanabara. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.608, 23 ago. 1941, p. 01.

UM RESTAURANTE para Meninos Pobres. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXX, n. 10.349, 2 dez. 1940, p. 01; 09.

VIRÁ AO Rio buscar os Restos Mortais de Teixeira de Freitas. **A Noite.** Rio de Janeiro, ano XXXI, n. 10.735, 29 dez. 1941, p. 06.

ACERVOS CONSULTADOS

ARQUIVO NACIONAL.

BIBLIOTECA MACHADO DE ASSIS.

CENTRO DE PESQUISA, MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE.

FUNDAÇÃO ABRIGO CRISTO REDENTOR. Cidade dos Meninos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

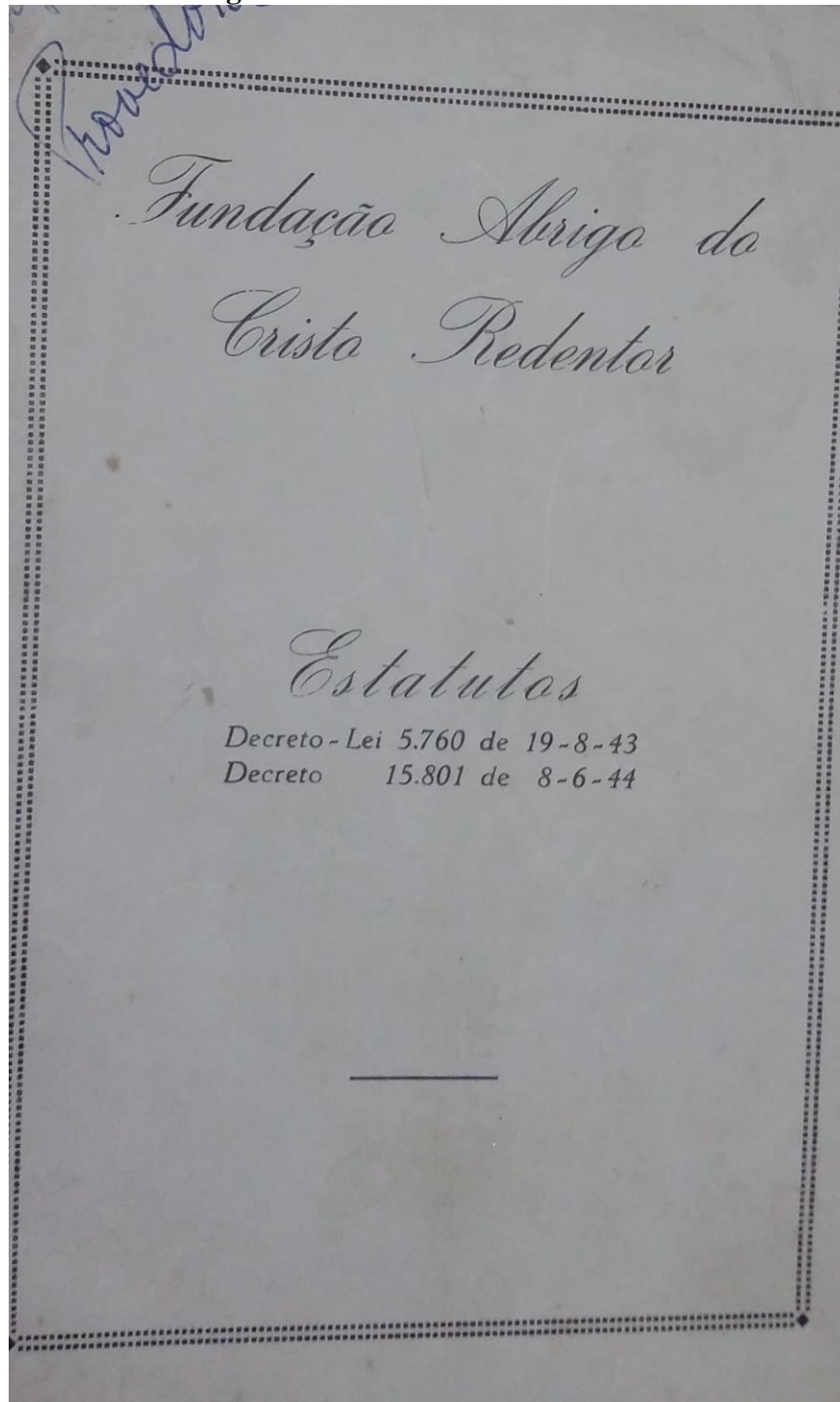
BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL.

MOSTEIRO SÃO BENTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Câmara Municipal de Duque de Caxias. Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto.

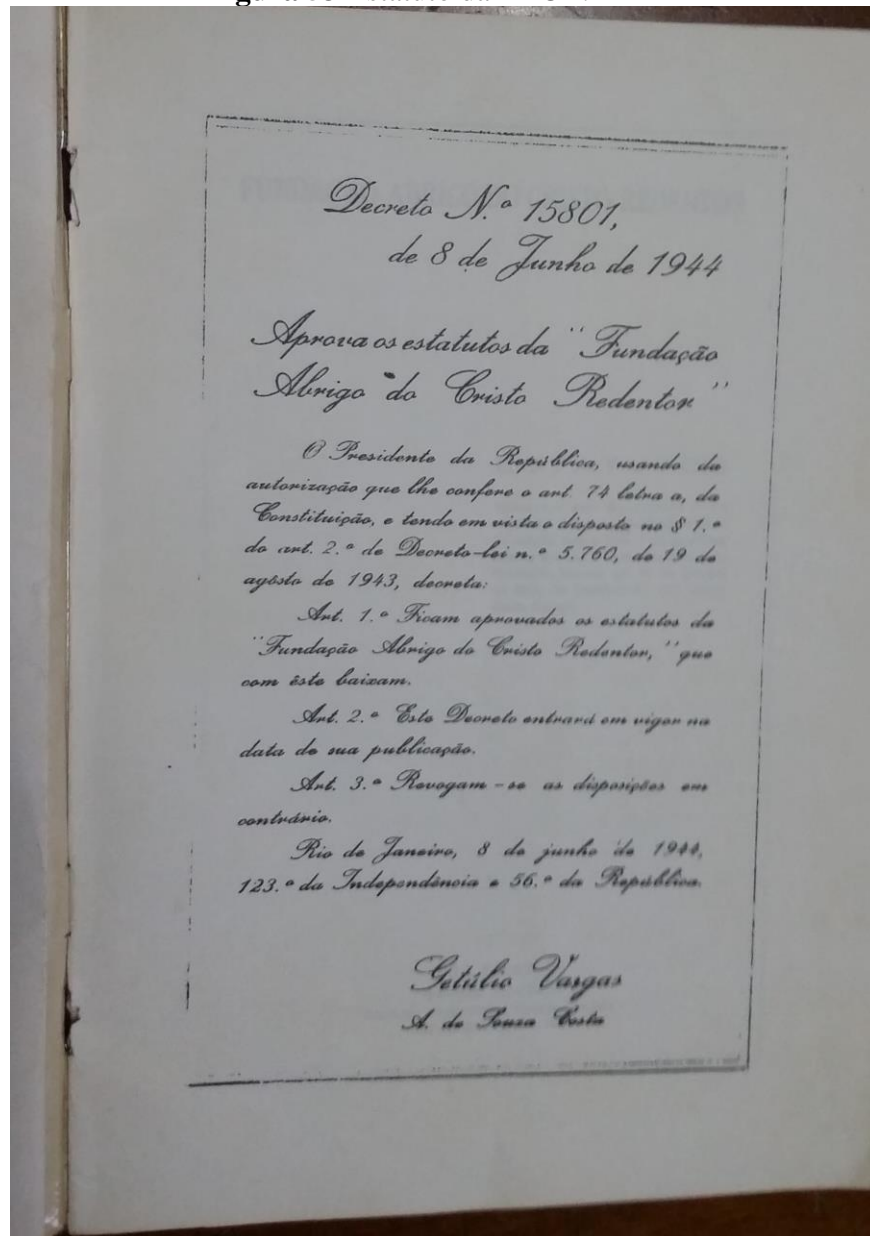
ANEXO A: Acervo da FACR

Figura 52 Estatuto da FACR.



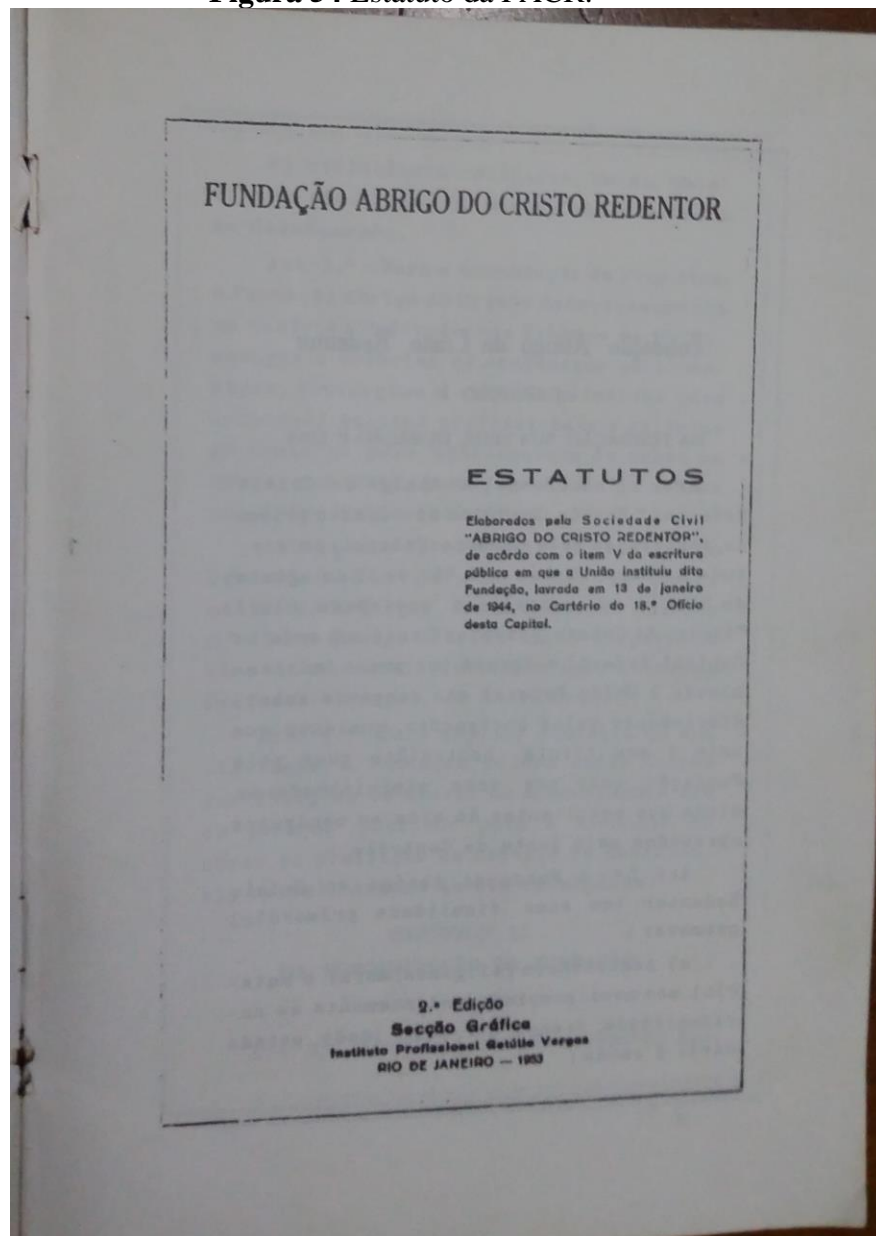
Fonte: FACR, 1944, 001.1.

Figura 53 Estatuto da FACR.



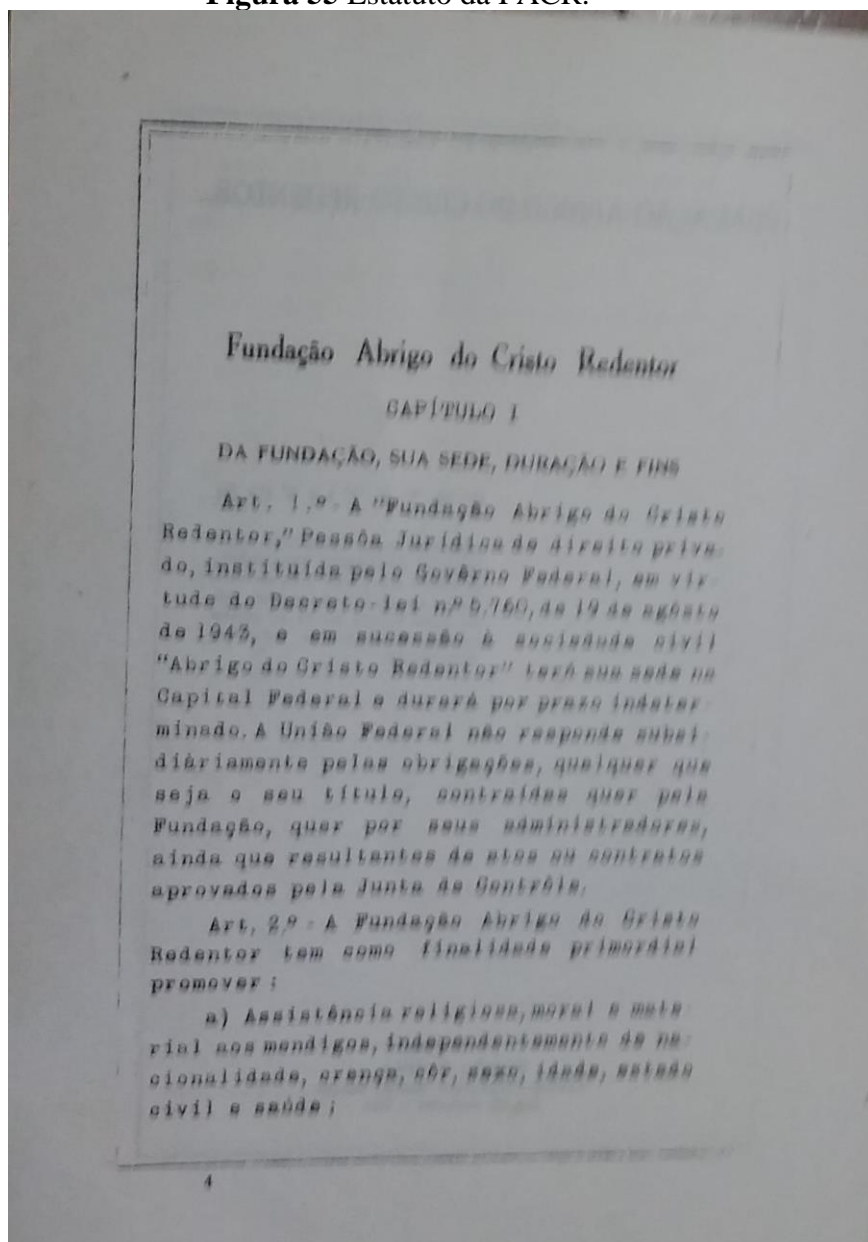
Fonte: FACR, 1944, 001.2.

Figura 54 Estatuto da FACR.



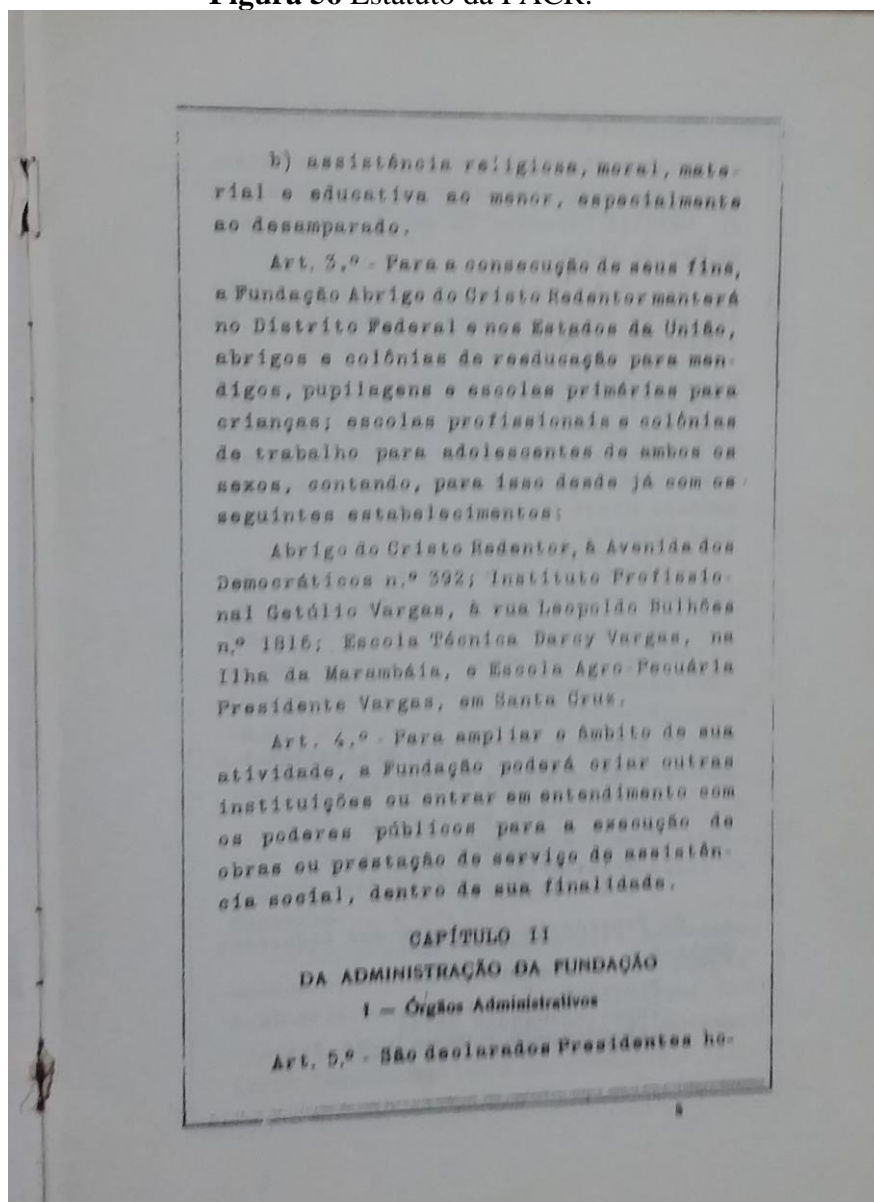
Fonte: FACR, 1944, 001.3.

Figura 55 Estatuto da FACR.



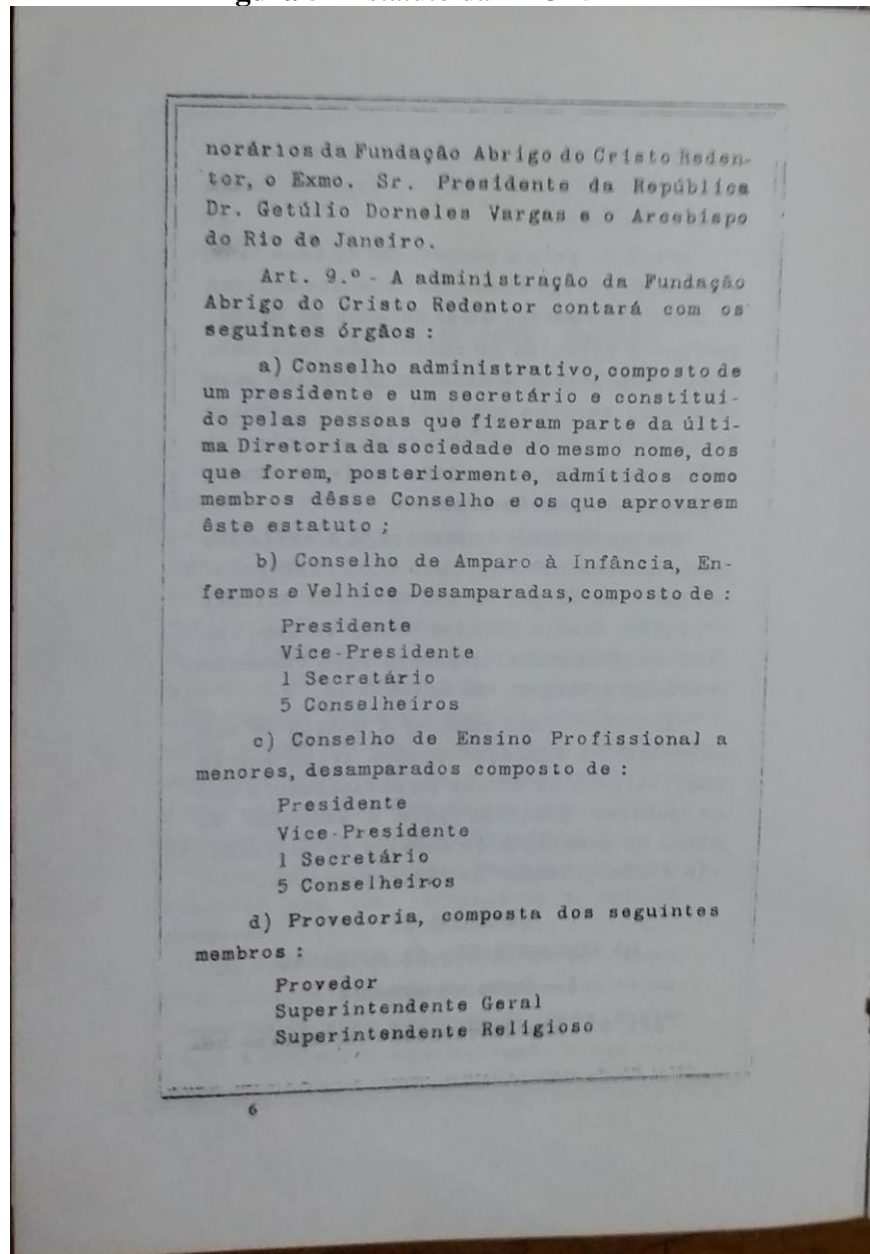
Fonte: FACR, 1944, 001.4.

Figura 56 Estatuto da FACR.



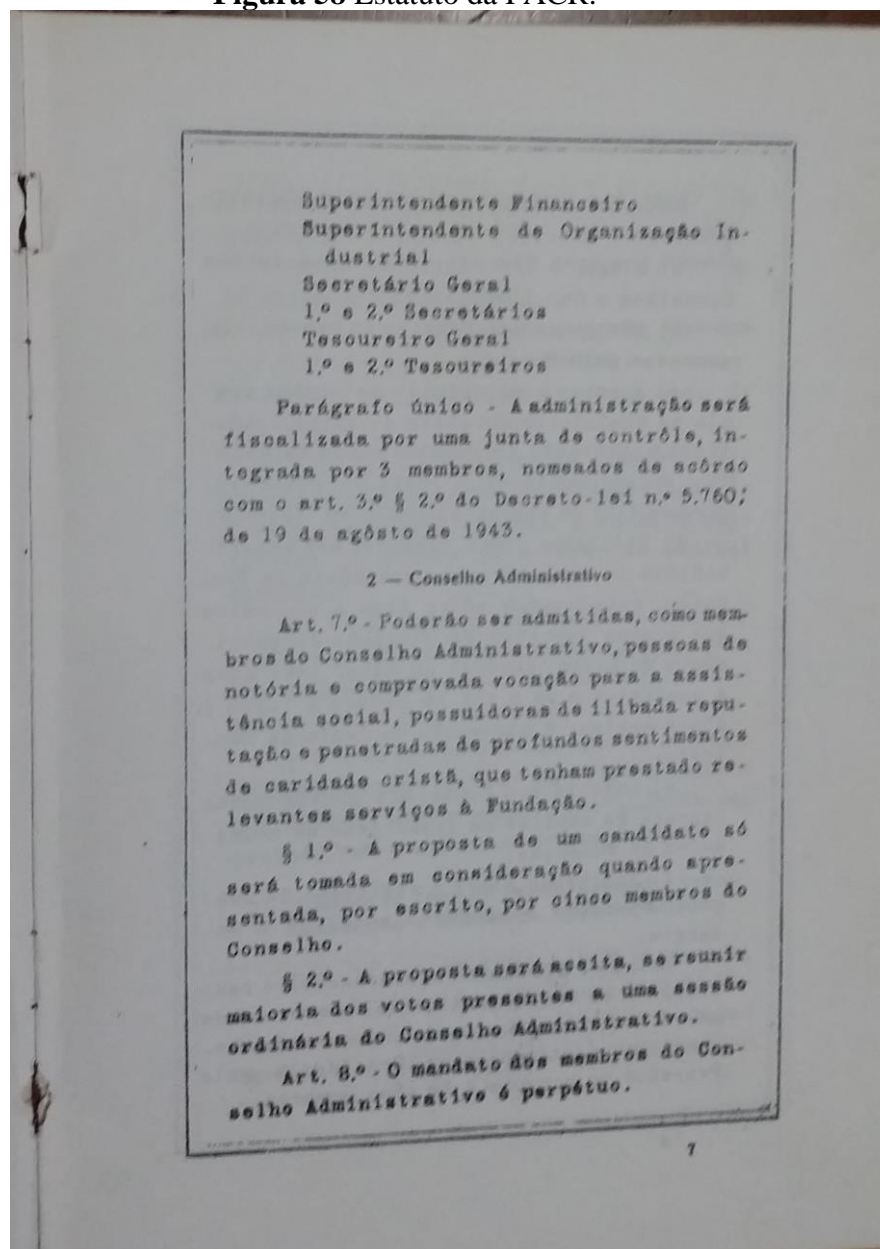
Fonte: FACR, 1944, 001.5.

Figura 57 Estatuto da FACR.



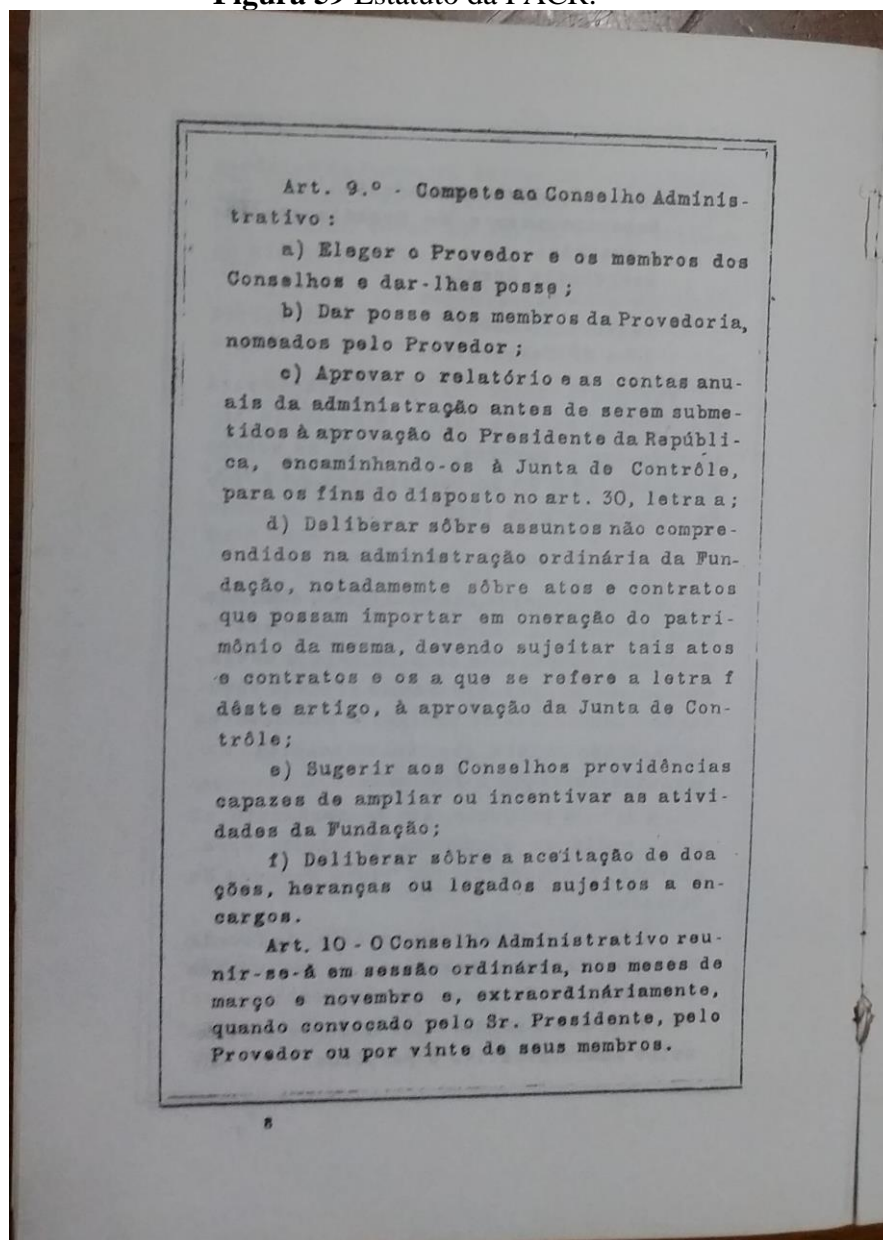
Fonte: FACR, 1944, 001.6.

Figura 58 Estatuto da FACR.



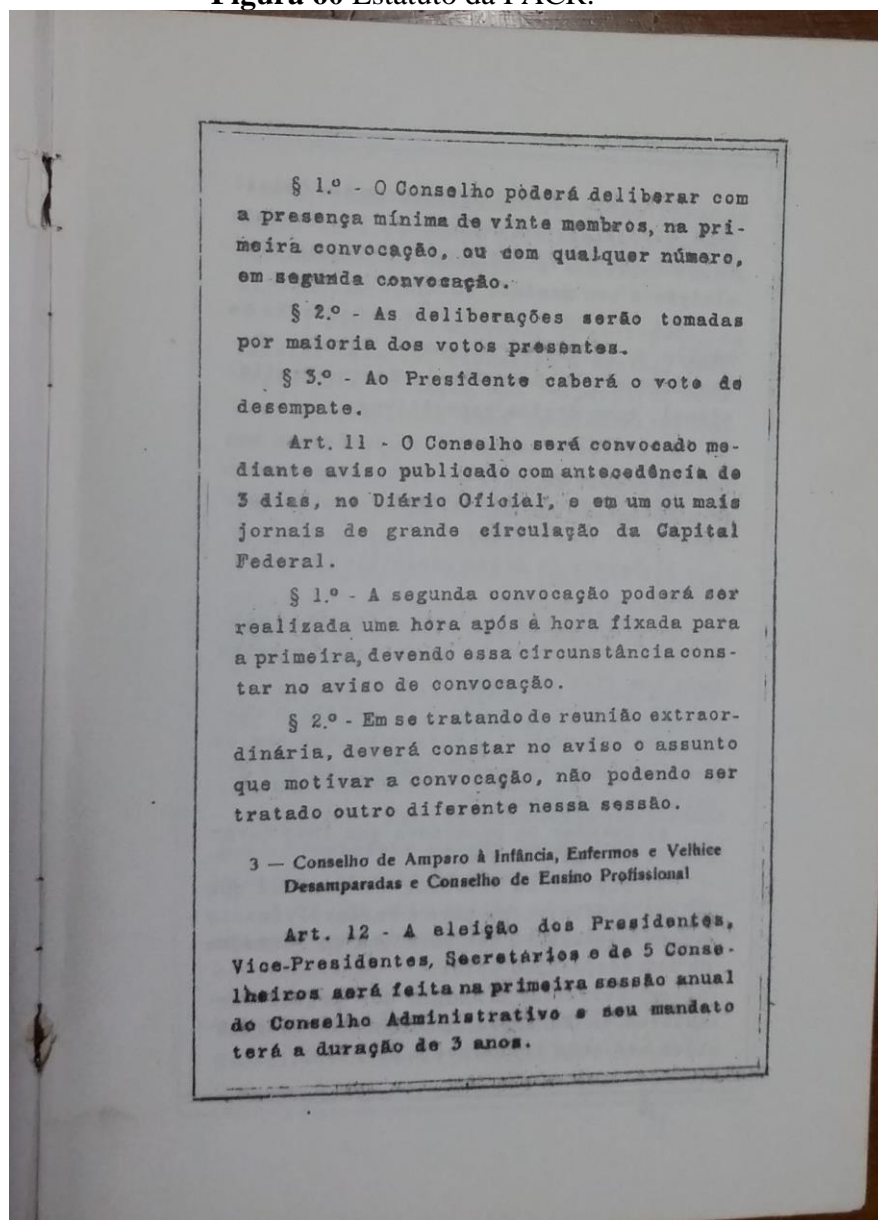
Fonte: FACR, 1944, 001.7.

Figura 59 Estatuto da FACR.



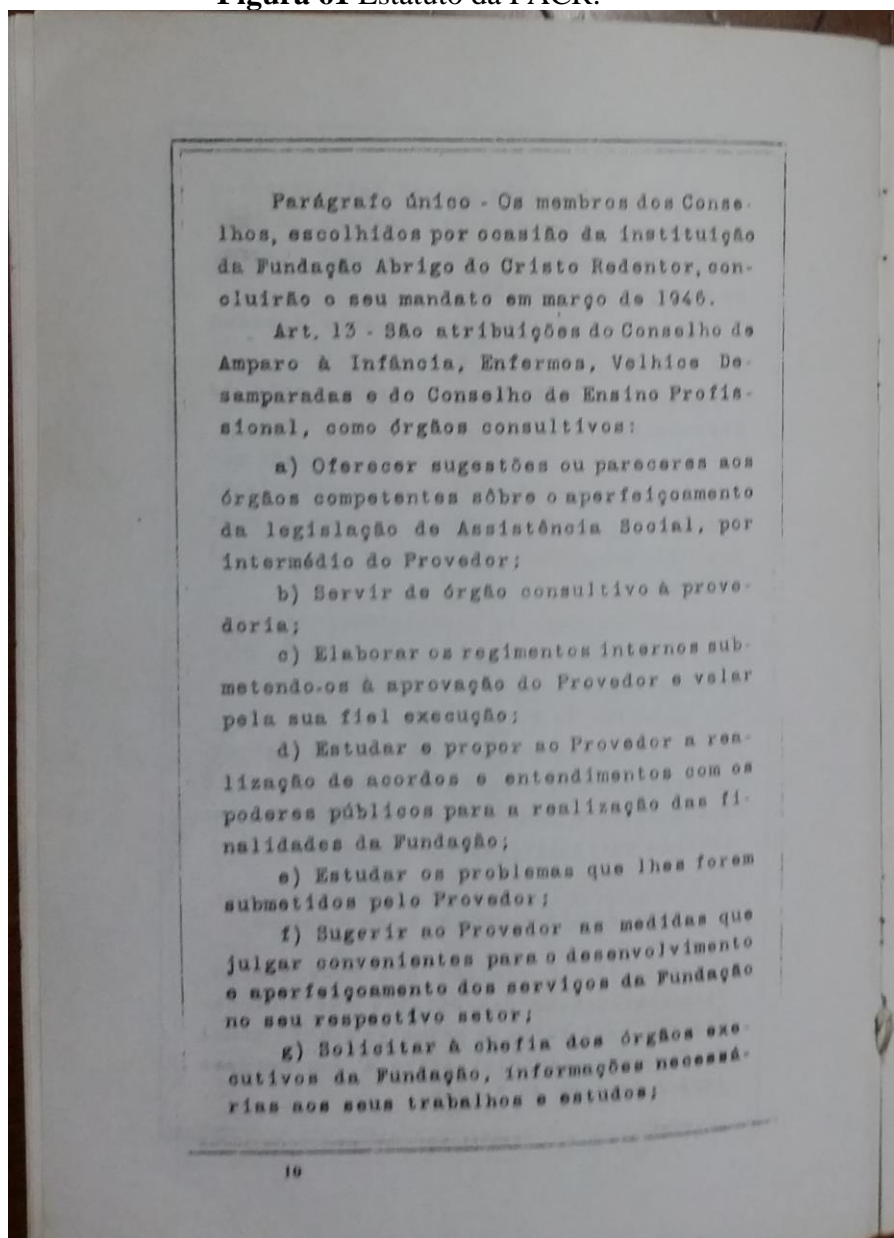
Fonte: FACR, 1944, 001.8.

Figura 60 Estatuto da FACR.



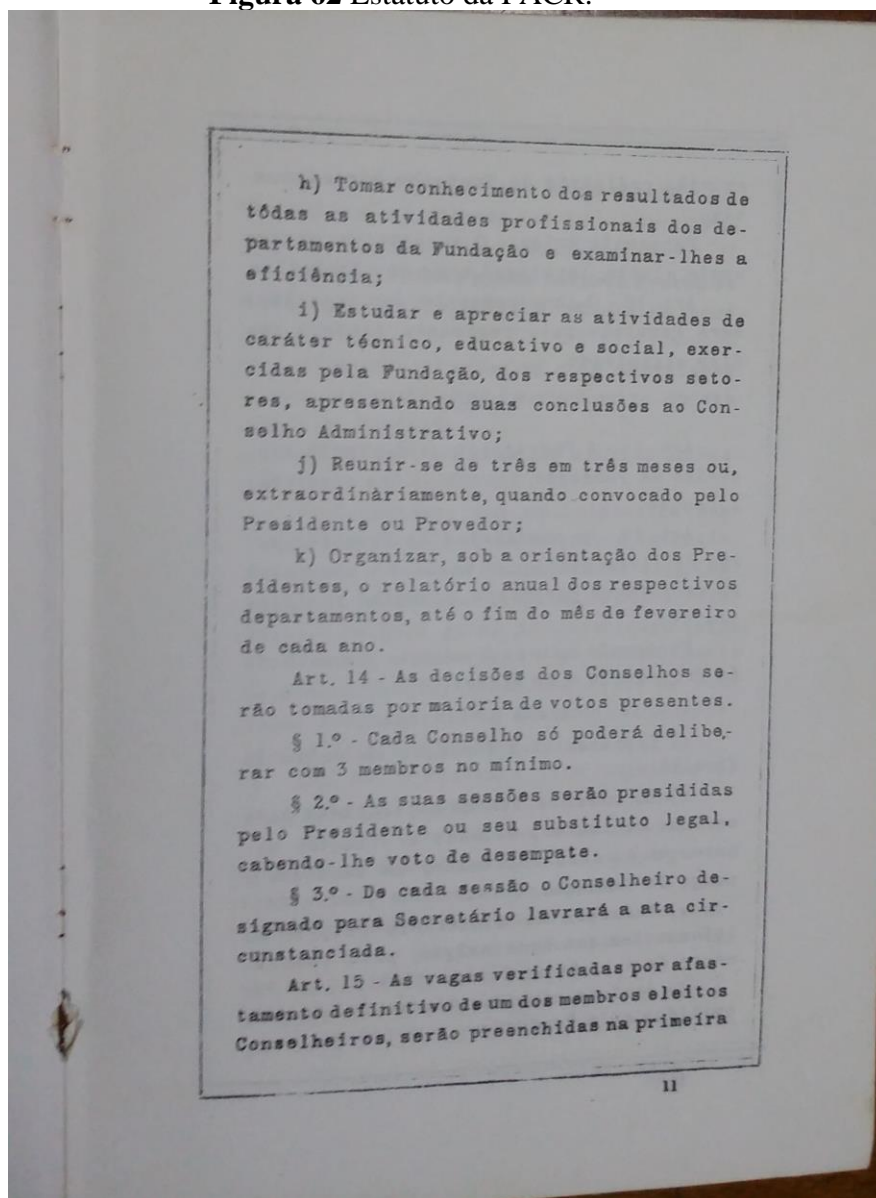
Fonte: FACR, 1944, 001.9.

Figura 61 Estatuto da FACR.



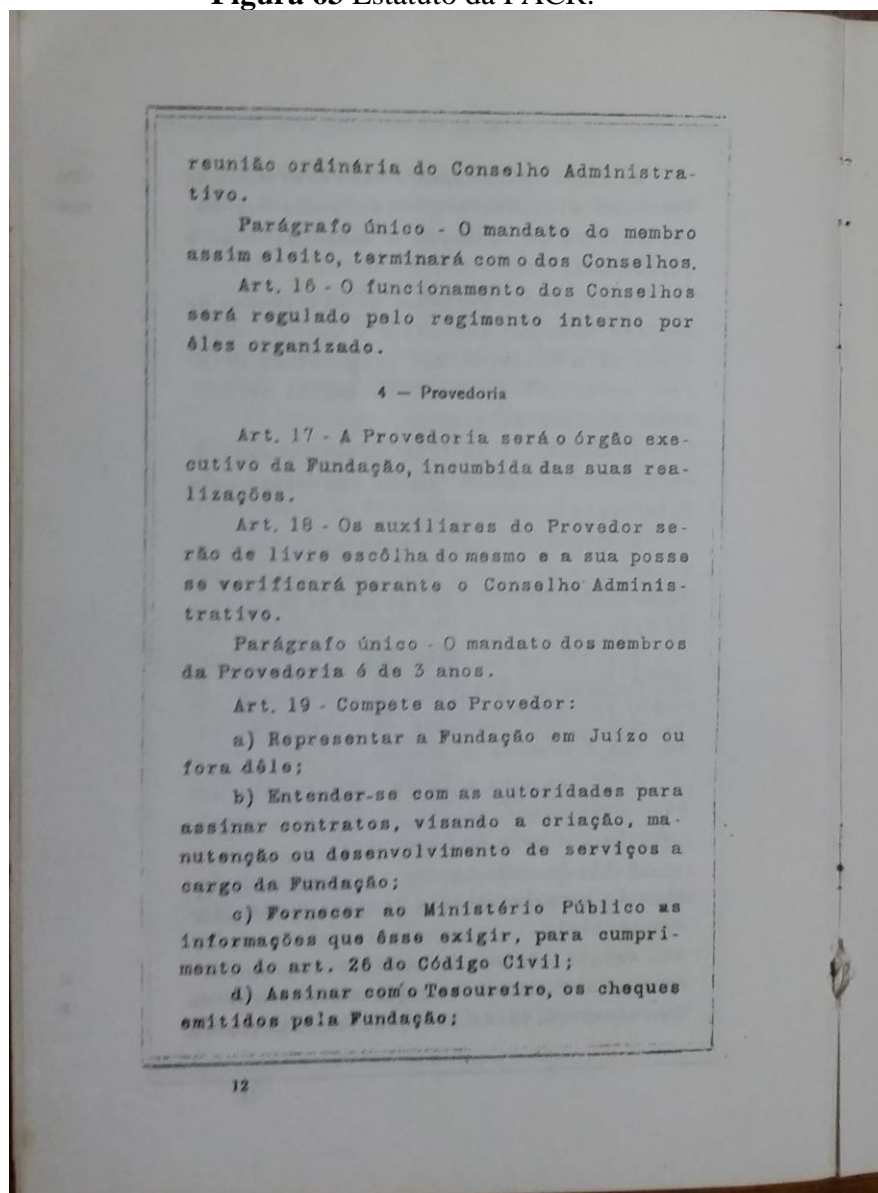
Fonte: FACR, 1944, 001.10.

Figura 62 Estatuto da FACR.



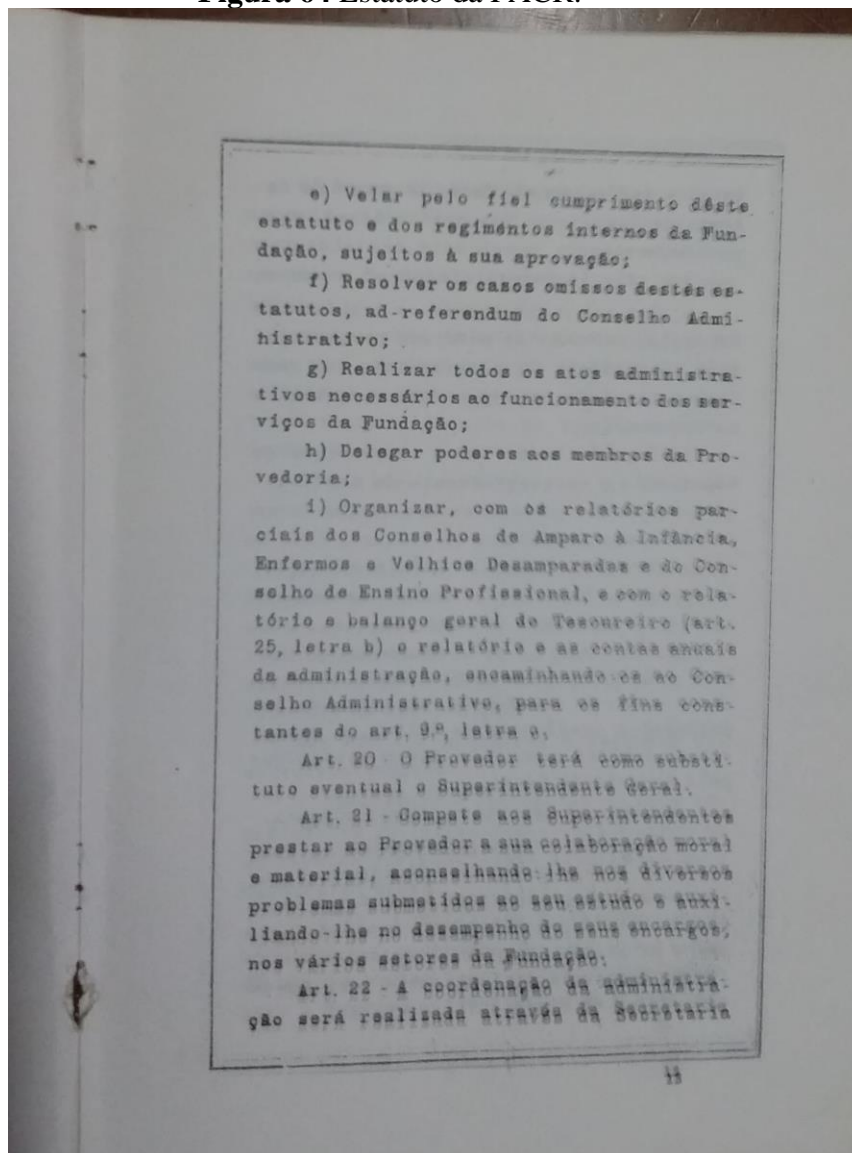
Fonte: FACR, 1944, 001.11.

Figura 63 Estatuto da FACR.



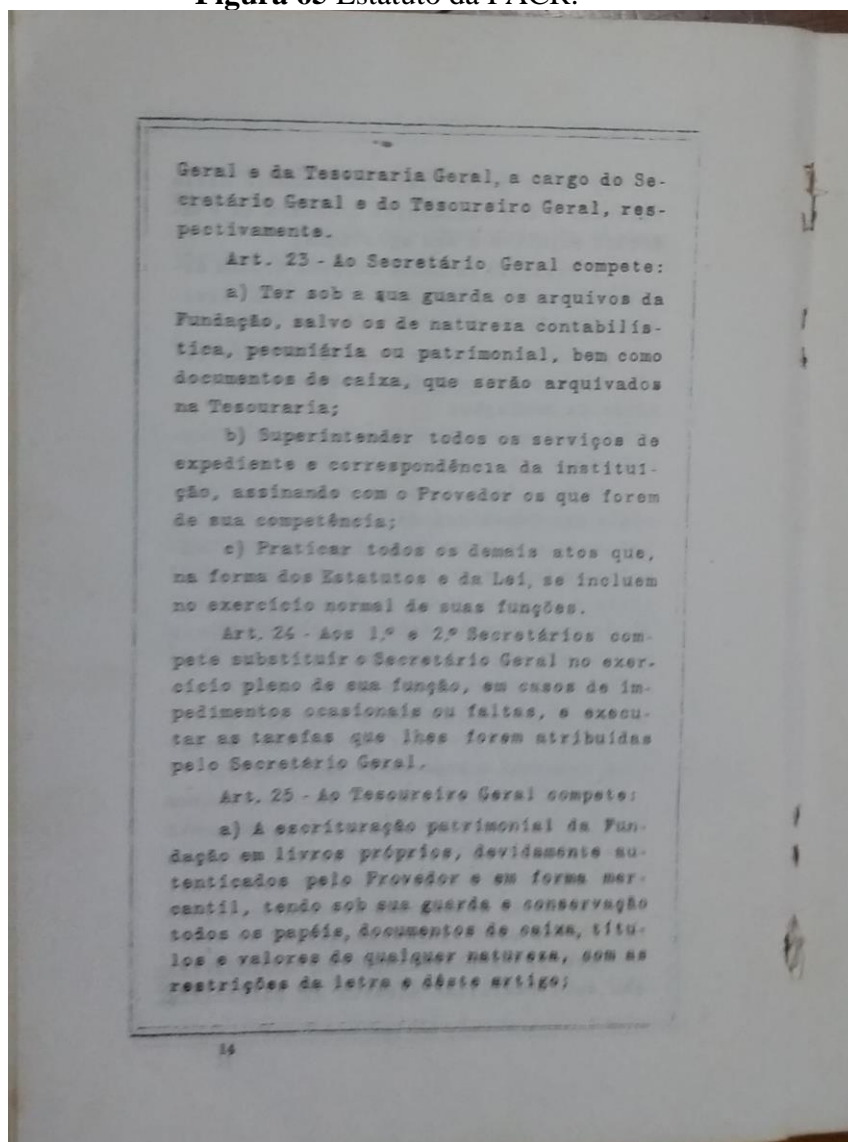
Fonte: FACR, 1944, 001.12.

Figura 64 Estatuto da FACR.



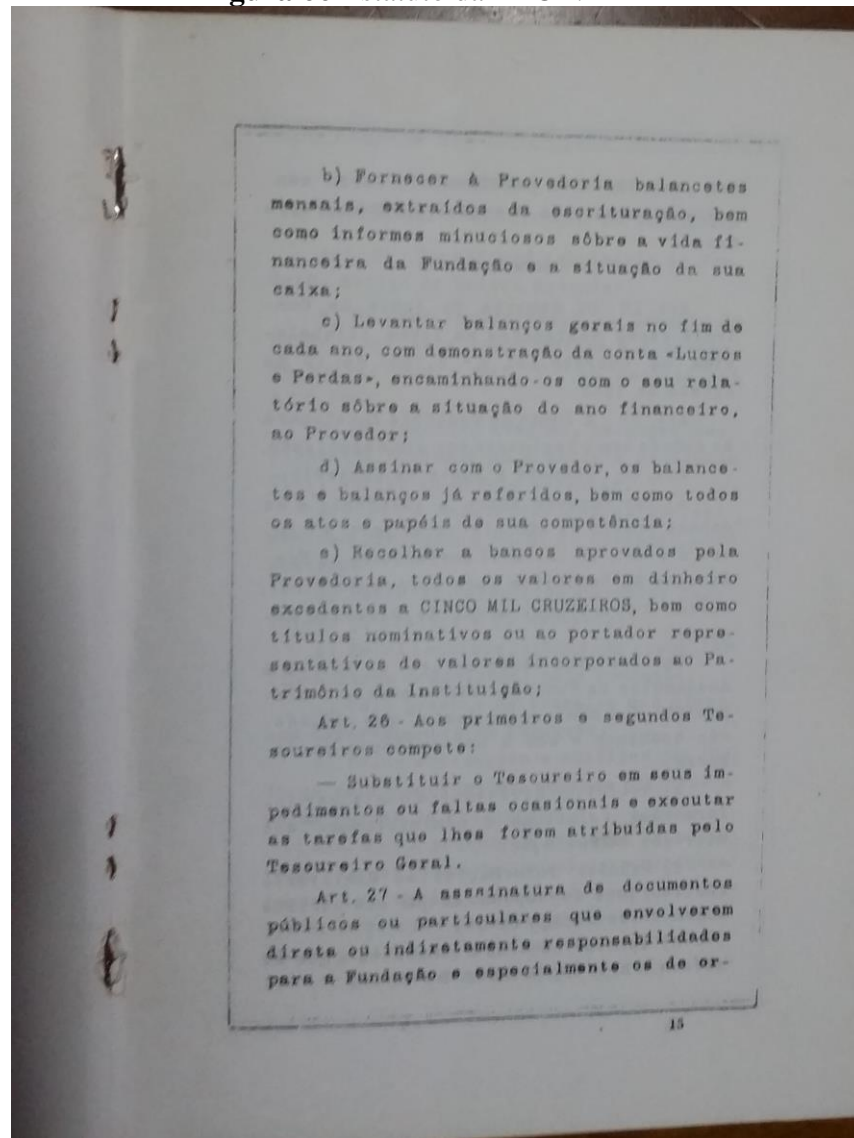
Fonte: FACR, 1944, 001.13.

Figura 65 Estatuto da FACR.



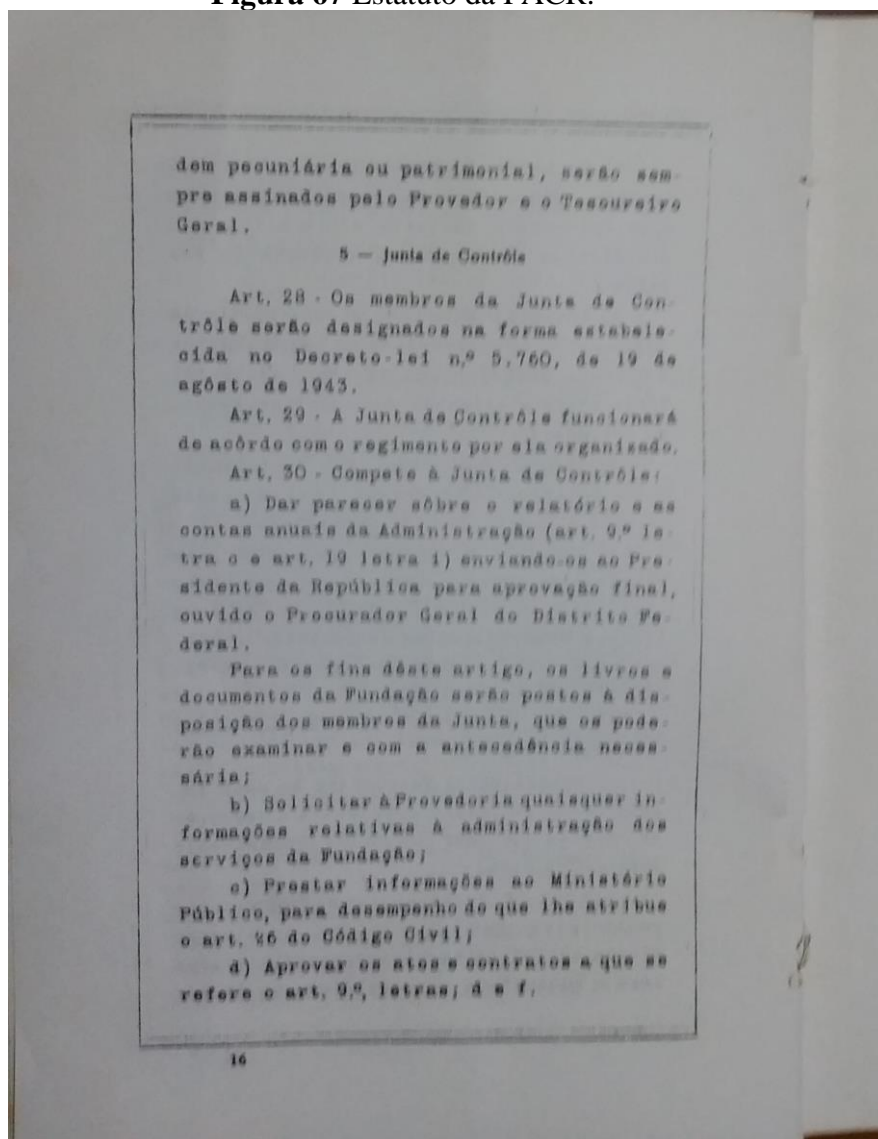
Fonte: FACR, 1944, 001.14.

Figura 66 Estatuto da FACR.



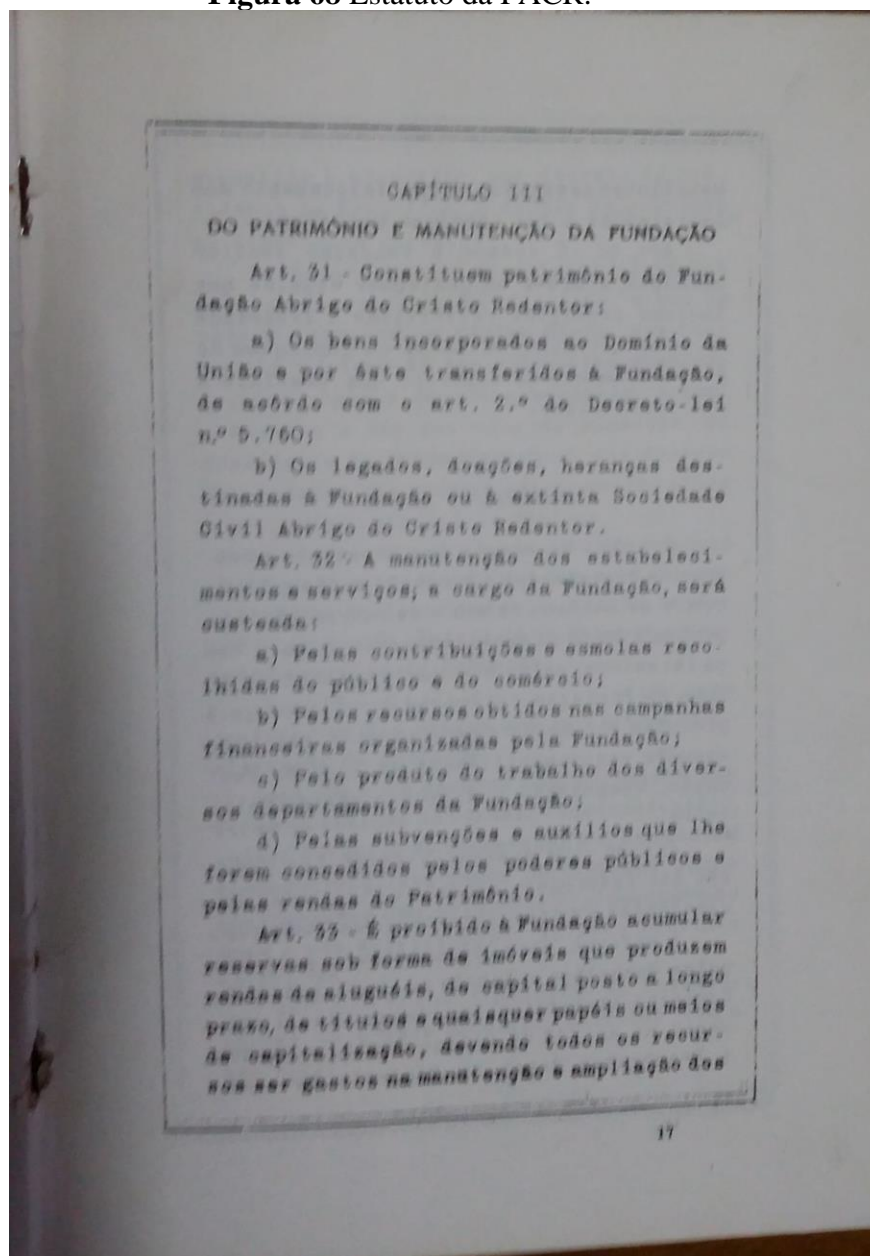
Fonte: FACR, 1944, 001.15.

Figura 67 Estatuto da FACR.



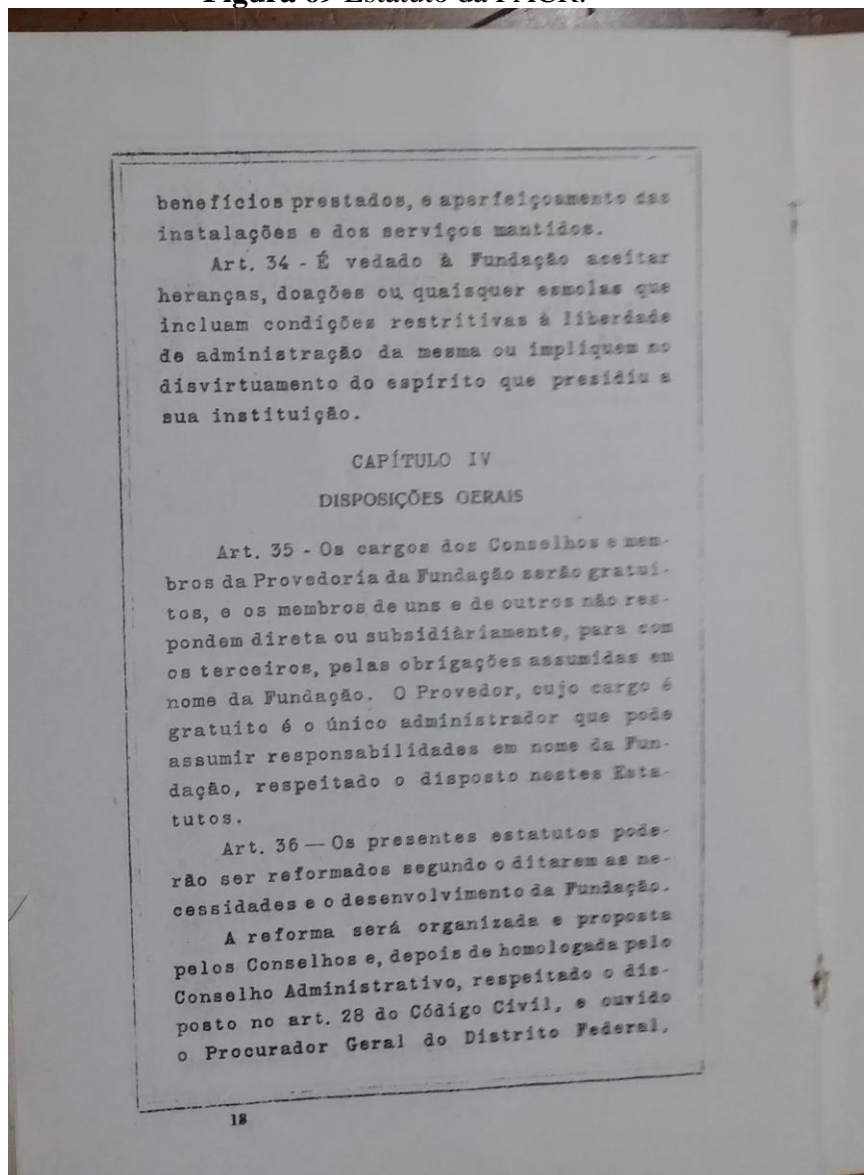
Fonte: FACR, 1944, 001.16.

Figura 68 Estatuto da FACR.



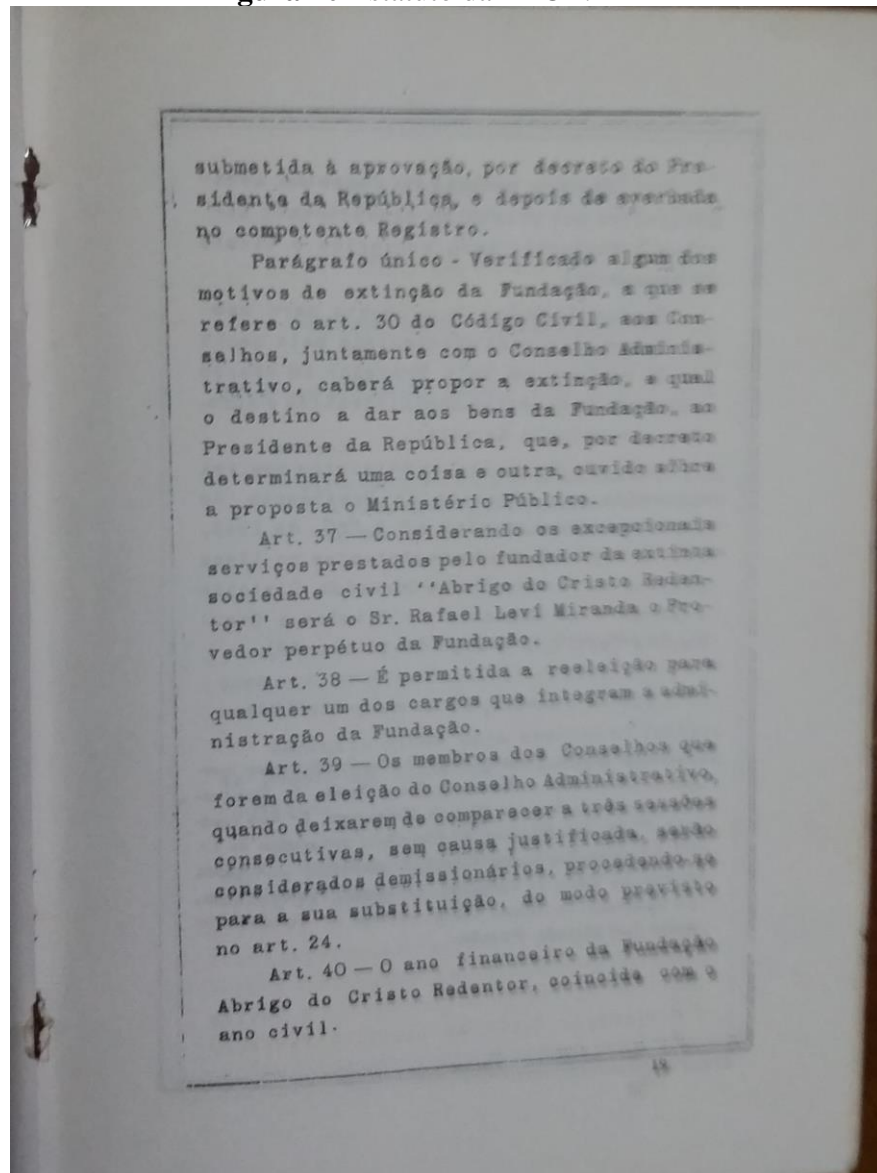
Fonte: FACR, 1944, 001.17.

Figura 69 Estatuto da FACR.



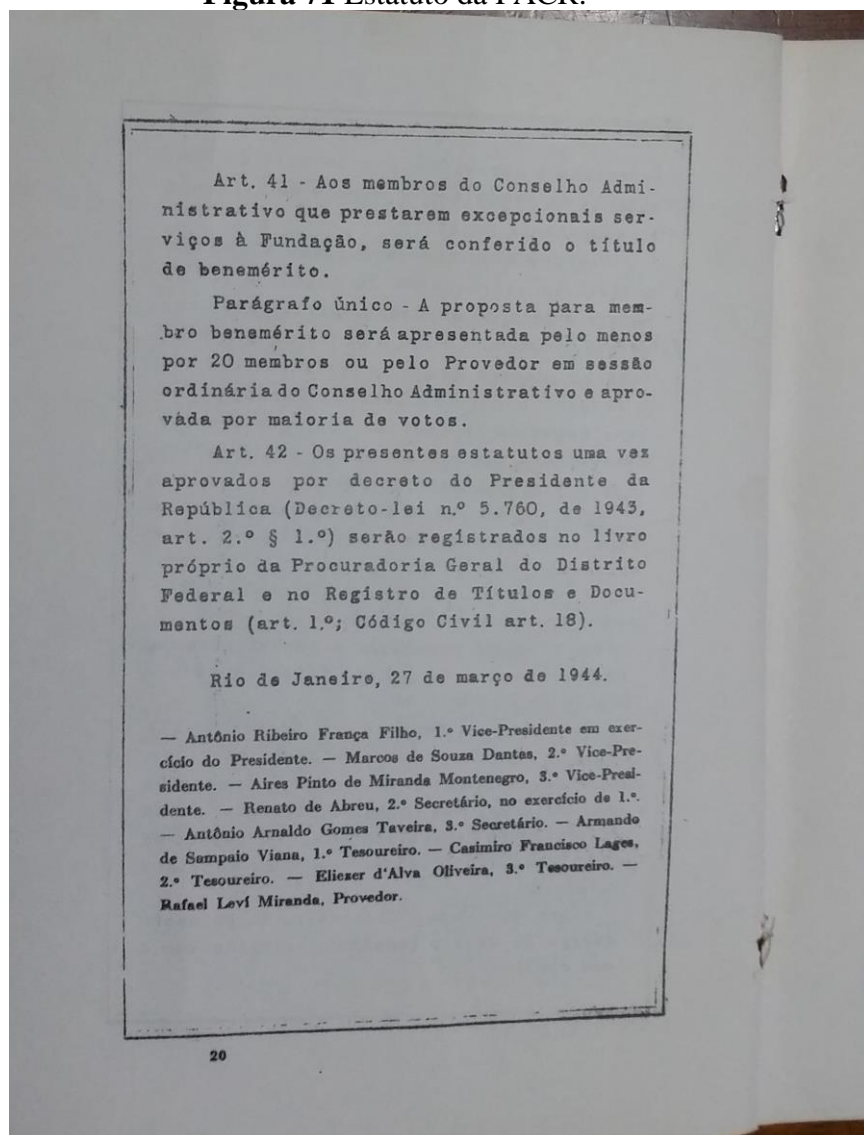
Fonte: FACR, 1944, 001.18.

Figura 70 Estatuto da FACR.



Fonte: FACR, 1944, 001.19.

Figura 71 Estatuto da FACR.



Fonte: FACR, 1944, 001.20.

ANEXO B: Reportagens de Jornal sobre a Cidade das Meninas

Quadro 32 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1940

ATIVIDADE	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Noite de Música Popular – Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)	Desfile Gigantesco de “Astros” e “Estrelas” do Rádio – Novas Inscrições ao certâmen da Noite de Música Popular (DESFILÉ, 10 jan. 1940, p. 03)	10/01/1940
	Transferida para 27 a Noite da Música Popular (TRANSFERIDA, 13 jan. 1940, P. 03)	13/01/1940
	Hoje a Noite da Música Popular (HOJE, 27 jan. 1940, p. 01)	27/01/1940
Escolha das Músicas Carnavalescas –DIP	As Músicas Carnavalescas serão escolhidas por um Juri Eleito pelos Compositores (AS MÚSICAS, 11 jan. 1940, p. 02)	11/01/1940
Carmen Miranda no Cassino da Urca	Carmen Miranda e a “Cidade das Meninas” (CARMEN, 28 jun. 1940, p. 02)	28/06/1940
	A Recepção de Carmen Miranda e o Espetáculo na Urca (A RECEPÇÃO, 06 jul. 1940, p. 02)	06/07/1940
	Carmen Miranda chega Hoje (CARMEM, 10 jul. 1940, p. 02)	10/07/1940
	Carmen Miranda e a Cidade das Meninas (CARMEN, 10 jul. 1940, p. 07)	10/07/1940
	Deslumbramento e Generosidade na Festa de Hoje (CARMEN, 15 jul. 1940, p. 07)	15/07/1940
	A Estreia de Carmen Miranda na Urca (A ESTREIA, 16 jul. 1940, p. 01)	16/07/1940
	Carmen Miranda Doente (CARMEN, 17 jul. 1940, p. 01)	17/07/1940
	Carmen Miranda está Enferma (CARMEN, 17 jul. 1940, p. 03)	17/07/1940
	Grande Gala – Mundana (GRANDE, 17 jul. 1940, p. 04)	17/07/1940
	“Nem quando morrer deixarei o pandeiro de lado...” – Carmen Miranda e o seu Reaparecimento ao Público Brasileiro – Conversando com a “Embaixatriz do Samba” (NEM, 19 jul. 1940, p. 01-02)	19/07/1940
	O Resultado da Festa de Carmen Miranda (O RESULTADO, 23 jul. 1940, p. 03)	23/07/1940
Festa na Urca	Em Benefício da Cidade das Meninas (EM BENEFÍCIO, 12 jul. 1940, p. 02)	12/07/1940
	Em Benefício da “Cidade das Meninas” (EM BENEFÍCIO, 15 jul. 1940, p. 02)	15/07/1940
	A Festa da Urca em Benefício da “Cidade das Meninas” (A FESTA, 24 ago. 1940, p. 05)	24/08/1940
Banquete oferecido à Carmen Miranda –	Para a Chegada da “Rainha” do Samba (PARA, 1940, p. 02)	07/07/1940

DIP		
Sorteio de Pele realizado pelo Jornal – A Noite	A Festa em Benefício da Cidade das Meninas (A FESTA, 11 jul. 1940, p. 01)	11/07/1940
	Deslumbramento e Generosidade na Festa de Hoje – Dirigido pela A NOITE o sorteio da finíssima pele em benefício da Cidade das Meninas (DESLUMBRAMENTO, 15 jul. 1940, p. 01)	15/07/1940
Visita de Carmen Miranda à Associação Brasileira de Imprensa (ABI)	Carmen Miranda e a Cidade das Meninas (CARMEN, 12 jul. 1940, p. 03)	12/07/1940
Corrida noturna no Jockey Club	Noite de Esplendor na Pista Maravilhosa (NOITE, 30 jul. 1940, p. 02)	30/06/1940
Reunião de organização no Salão do Guanabara	A Campanha em Favor da Cidade das Meninas (A CAMPANHA, 3 jul. 1940, p. 02)	03/07/1940
	Reunião no Guanabara – Mundana (REUNIÃO, 4 jul. 1940, p. 04)	04/07/1940
Congresso Nacional dos Empregados no Comércio Brasileiro	O Quinto Congresso Nacional dos Empregados no Comércio Brasileiro (O QUINTO, 24 jul. 1940, p. 06)	24/07/1940
Marta Eggerth	A Temporada de Marta Eggerth no Rio (A TEMPORADA, 31 jul. 1940, p. 02)	31/07/1940
	Martha Eggerth numa festa em benefício da “Cidade das Meninas” (MARTHA, 1 ago. 1940, p. 02)	01/08/1940
	A Apresentação de Marta Eggerth (A APRESENTAÇÃO, 2 ago. 1940, p. 08)	02/08/1940
	Amanhã, a Noite Maravilhosa (AMANHÃ, 12 ago. 1940, p. 01-02)	12/08/1940
	Marta Eggerth cantará hoje para a “Cidade das Meninas” (MARTHA, 1940, p. 01)	13/08/1940
	Marta Eggerth cantou em Benefício da “Cidade das Meninas” (MARTHA, 14 ago. 1940, p. 01)	14/08/1940
Visita do Ministro da Viação à “Cidade das Meninas”	O Ministro da Viação na Baixada Fluminense – Visitando as obras de saneamento – Onde se erguerá a “Cidade das Meninas” (O MINISTRO, 1 ago. 1940, p. 02)	01/08/1940
Sobre a construção da Cidade das Meninas e a ação de Darcy Vargas	“Cidade das Meninas” (CIDADE, 25 ago. 1940, p. 04)	25/08/1940
Exibição do Filme – ...E o vento levou	Em benefício da Cidade das Meninas – A Primeira Exibição de “...E o Vento Levou” (EM BENEFÍCIO, 27 ago. 1940, p. 06)	27/08/1940
	Para a “Cidade das Meninas” (PARA, 3 set. 1940, p. 02)	03/09/1940
	Clarck Gable e Vivian Leigh em “...E o Vento	03/09/1940

	Levou” (CLARCK, 03 set. 1940, p. 05)	
	Clarck Gable e Vivian Leigh falarão para o Brasil (CLARCK, 08 set. 1940, p. 05)	08/09/1940
	Hollywood e a “Cidade das Meninas” (HOLLYWOOD, 09 set. 1940, p. 02)	09/09/1940
	Amanhã a Estréia de “...E o Vento Levou” (AMANHÃ, 11 set. 1940, p. 06)	11/09/1940
	Espectáculo de Gala que se converte em Benefício Social (ESPETÁCULO, 10 set. 1940, p. 04)	10/09/1940
	“E o Vento Levou...” – Mundana (E O VENTO, 11 set. 1940, p. 04)	11/09/1940
	Amanhã a Estréia de “...E o Vento Levou” (AMANHÃ, 11 set. 1940, p. 06)	11/09/1940
	O Espectáculo de Gala em Benefício da “Cidade das Meninas” (O ESPETÁCULO, 12 set. 1940, p. 02)	12/09/1940
	A “avant Première” de “...E o Vento levou” (A AVANT, 12 set. 1940, p. 01-02)	12/09/1940
	A Estreia de “...E o Vento Levou” (A ESTREIA, 13 set. 1940, p. 01)	13/09/1940
	Para a Cidade das Meninas (PARA, 1940, p. 02)	01/10/1940
Teatro – A Festa de Alma Flora e Pêpa Rutz	A Festa de Alma Flora e Pipa Ruiz (A FESTA, 30 ago. 1940, p. 06)	30/08/1940
Doação – de Sr. Gervasio Seabra e do Laboratório Raul Leite	Para a “Cidade das Meninas” (PARA, 03 set. 1940, p. 02)	03/09/1940
Exposição de Pintura Armando Pacheco	Exposição de pintura Armando Pacheco (EXPOSIÇÃO, 04 set. 1940, p. 02)	04/09/1940
Peça – Sinhá Moça chorou	“Sinhá Moça Chorou...” e a Cidade das Meninas (SINHÁ, 30 set. 1940, p. 03)	30/09/1940
	“Sinhá Moça Chorou” (SINHÁ, 3 out. 1940, p. 02)	03/10/1940
Dulcina de Moraes	Dulcina de Moraes e a “Cidade das Meninas” (DULCINA, 01 out. 1940, p. 01)	01/10/1940
Inauguração da pista de hipismo	Em Benefício da Casa das Meninas (EM BENEFÍCIO, 1940, p. 08)	03/10/1940
	Uma Festa elegante com Fins Sociais (UMA, 5 out. 1940, p. 02)	05/10/1940
	A Festa Hípica no Itanhangá Golf Club (A FESTA, 12 out. 1940, p. 07)	12/10/1940
	“Pista Presidente Vargas” (PISTA, 9 out. 1940, p. 01)	09/12/1940
	A Cidade das Meninas (A CIDADE, 08 jan. 1941, p. 03)	08/01/1941
Congresso dos Empregados de Hotel	O V Congresso Nacional dos Empregados de Hotel (O V, 14 out. 1940, p. 07)	14/10/1940
	O V Congresso dos Empregados no Comércio	26/10/1940

	Hoteleiro do Brasil (O V, 26 out. 1940, p. 04)	
Festa do Dia da América – Sacra Família	A Festa do “Dia da América” em Sacra Família (A FESTA, 20 out. 1940, p. 04)	20/10/1940
Restaurante	Um Restaurante para Meninos Pobres (UM, 02 dez. 1940, p. 01; 09)	02/12/1940
Uma Noite de Natal	Uma Noite de Natal (UMA, 04 dez. 1940, p. 01)	04/10/1940
	Noite de Natal (NOITE, 04 dez. 1940, p. 02)	06/12/1940
	Uma Noite de Deslumbramento (UMA, 7 dez. 1940, p. 01)	07/12/1940
	Uma Noite de Deslumbramento da Mais Bela Baía do Mundo (UMA, 10 dez. 1940, p. 01; 03)	10/12/1940
	Mundana – Uma Noite de Natal (UMA, 11 dez. 1940. P. 04)	11/12/1940
	Uma Festa Deslumbrante em Cenário de Conto de Fadas (UMA, 14 dez. 1940, p. 03)	14/12/1940
	“Uma Noite de Natal” (UMA, 16 dez. 1940, p. 01)	16/12/1940
Homenagem à Darcy Vargas	A Festa de Arte em Homenagem à Senhora Darcy Vargas (A FESTA, 05 dez. 1940, p. 04)	05/12/1940

Fonte: Jornal – A Noite.⁹²

Quadro 33 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1941

ATIVIDADE	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Filme – Eduardo VII	Em Prol da “Cidade das Meninas” (EM, 29 dez. 1940, p. 02; 08)	29/12/1940
	Cinema (CINEMA, 29 dez. 1940, p. 08)	29/12/1940
	O Film Eduardo VII – Espetáculo de Gala em Benefício da “Cidade das Meninas” (O FILM, 02 dez. 1941, p. 02; 06)	02/01/1941
	Propaganda (PROPAGANDA, 3 jan. 1941, p. 02)	03/01/1941
	O Grande Espetáculo de Gala em Benefício da Cidade das Meninas (O GRANDE, 4 jan. 1941, p. 01; 03)	04/01/1941
	Propaganda (PROPAGANDA, 4 jan. 1941, p. 02)	04/01/1941
	Em Benefício da “Cidade das Meninas” – A Recita de Gala do Film “Eduardo VII” (EM, 5 jan. 1941, p. 02)	05/01/1941
	A Recita de Gala de “Eduardo VII” em Benefício da “Cidade das Meninas” (A RECITA, 6 jan. 1941, p. 03)	06/01/1941
Dançarina Nina Thielade	O Grande Espetáculo de Gala em Benefício da Cidade das Meninas (O GRANDE, 4 jan. 1941, p.02)	04/01/1941
Doação	Para a Construção da Cidade das Meninas (PARA, 02 jan. 1941, p. 01; 02)	02/01/1941

⁹² A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

	Papai Noel foi generoso com a Cidade das Meninas – Valioso Donativo Aplicado numa Obra de Grande Significação Social – Como o Sr. Romero Estellita aprecia o Gesto Filantrópico do Diretor da Loteria Federal (PAPAI, 7 jan. 1941, p. 02)	07/01/1941
	Padaria e Confeitaria Brasil (PADARIA, 04 abr. 1941, p. 06)	04/04/1941
	Para serem postos em leilão em benefício da “Cidade das Meninas” (PARA, 25 jul. 1941, p. 02)	25/7/1941
	Para a Cidade das Meninas – Todo o mobiliário do Anexo do Palace Hotel (PARA, 18 nov. 1941, p. 01)	18/11/1941
	A Empresa Construtora Universal Ltda. – Oferece 10 Apólices de 100 Contos à “Cidade das Meninas” (A EMPRESA, 1 dez. 1941, p. 07)	01/12/1941
Pedra fundamental na Cidade das Meninas	Este Mês a Pedra Fundamental da “Cidade das Meninas” (ESTE, 3 jan. 1941, p. 07)	03/01/1941
Entrevistas sobre a Cidade das Meninas e a doação da Loteria Federal	Para o Lar dos Pequenininos e dos Humildes – Um Gesto que foge à Banalidade Costumeira – Como o Sr. Abelardo de Araujo se refere ao legado destina à Cidade das Meninas (PARA, 10 jan. 1941, p. 02)	10/01/1941
	Ouro que se Transforma em Felicidade para a Juventude – o Homem que praticou uma boa ação – Com o donativo da Loteria Federal se iniciarão as obras da “Cidade das Meninas” – Impressões colhidas numa Entrevista com o Sr. Ovidio Gil (OURO, 13 jan. 1941, p. 02)	13/01/1941
Inauguração do Cine-Teatro Vaz Lobo	Inaugurado o Cine-Teatro Vaz Lobo (INAUGURADO, 10 jan. 1941, p. 06)	10/01/1941
O poeta Olegario Mariano	O Poeta das “Cigarras” e a Cidade das Meninas (O POETA, 14 jan. 1941, p. 02)	14/01/1941
Carnaval no João Caetano	Em benefício da “Cidade das Meninas” (EM BENEFÍCIO, 19 jan. 1941, p. 02)	19/01/1941
	O Baile de Gala do João Caetano (O BAILE, 20 jan. 1941, p. 02)	20/01/1941
	Em Benefício da “Cidade das Meninas” (EM BENEFÍCIO, 21 jan. 1941, p. 02)	21/01/1941
	Baile de Gala, no Teatro João Caetano, em benefício da Cidade das Meninas (BAILE, 24 jan. 1941, p. 07)	24/01/1941
	Em Benefício da Cidade das Meninas (EM BENEFÍCIO, 25 jan. 1941, p. 08)	25/01/1941
	Evocação do Carnaval Antigo (EVOCAÇÃO, 26 jan. 1941, p. 07)	26/01/1941
	Propaganda (PROPAGANDA, 28 jan. 1941, p. 06)	28/01/1941
	Propaganda e Distinção, Brilho e Alegria serão os	28/01/1941

	característicos dos Bailes do Teatro João Caetano (DISTINÇÃO, 28 jan. 1941, p. 07)	
	Em Benefício da “Cidade das Meninas” o baile carnavalesco no João Caetano (EM BENEFÍCIO, 29 jan. 1941, p. 03)	29/01/1941
	Bailes de Carnaval – Mundana (BAILES, 30 jan. 1941, p. 04)	30/01/1941
	A Linda Festa de Hoje no João Caetano (A LINDA, 1 fev. 1941, p. 03)	01/02/1941
	O Grande Baile de hoje no Teatro João Caetano será em Benefício da “Cidade das Meninas” (O GRANDE, 1 fev. 1941, p. 07)	01/02/1941
	O Baile do João Caetano, em benefício da “Cidade das Meninas” (O BAILE, 3 fev. 1941, p. 03)	03/02/1941
Instituto Nacional de Ciência Política	Instituto Nacional de Ciência Política – Brilhante a conferência da Sara. Maria Esolina Pinheiro sobre “A Obra Social da Sra. Darcy Vargas – Os discursos dos Srs. Paulo Filho, Saul de Gusmão e Carlos Reis (INSTITUTO, 20 jan. 1941, p. 02)	20/01/1941
Publicação do New York Times	O Brasil na Imprensa Estrangeira – A Senhora Getúlio Vargas chefia fundações de saúde no Rio de Janeiro – A “Cidade das Meninas”, a sua maior realização – Instituição modelo para abrigar e educar menina, que deve ser inaugurada este mês (O BRASIL, 15 jan. 1941, p. 08;10)	15/05/1941
Ilona Massey	Ilona Massey virá ao Rio em um avião estratosférico – Contará em benefício da Cidade das Meninas (ILONA, 18 jun. 1941, p. 02)	18/06/1941
	O Rio vai ouvir e ver a estrela de “Balalaika” O RIO, 20 jun. 1941, p. 02)	20/06/1941
	Canções Danubianas para a Sensibilidade dos Brasileiros (CANÇÕES, 23 jun. 1941, p. 02)	23/06/1941
	Ilona Massey vai cantar também música brasileira (ILONA, 25 jun. 1941, p. 02)	25/06/1941
	A Guerra e o Rouxinol – Ilona Massey não pode sair dos Estados Unidos – José mojica e a “Cidade das Meninas” (A GUERRA, 26 jun. 1941, p. 01; 03)	26/06/1941
Joujoux e Balangandãs de 1941	“Joujoux e Balangandãs” de 1941 (JOUJOUX, 20 jun. 1941, p. 03; 09)	20/06/1941
	“Joujoux e Balangandãs” de 1941 (JOUJOUX, 25 jun. 1941, p. 01)	25/06/1941
	Noite de Encantamento (NOITE, 25 jul. 1941, p. 01; 05)	25/07/1941
	Novamente Hoje o Lindo Espetáculo – “Joujoux e Balangandãs” em Récita de gala, no Municipal – À vespéral de amanhã, a preços populares (NOVAMENTE, 26 jul. 1941, p. 01;03)	26/07/1941

	A Grande Noite – Mundana (A GRANDE, 26 jul. 1941, p. 04)	26/07/1941
	“Joujoux e Balangandãs” de 1941 (JOUJOUX, 23 ago. 1941, p. 03)	23/08/1941
Homenagem à Darcy Vargas	Homenageada a Sra. Darcy Vargas (HOMENAGEM, 28 jul. 1941, p. 03)	28/07/1941
	Homenagem à Sra. Darcy Vargas (HOMENAGEM, 31 ago. 1941, p. 03)	31/08/1941
	Um Agradecimento da Sra. Getúlio Vargas – A “Cidade das Meninas” considerou a imprensa uma de suas principais auxiliares (UM AGRADECIMENTO, 13 set. 1941, p. 06)	13/09/1941
	Da Mulher Brasileira à Sra. Darcy Vargas – Um baixo relevo em bronze para ser colocado na “Cidade das Meninas” (DA MULHER, 1 out. 1941, p. 01)	01/10/1941
José Mojica	José Mojica vai cantar para a “Cidade das Meninas” (JOSÉ, 27 jun. 1941, p. 03;10)	27/06/1941
	O México pela voz de José Mojica (O MÉXICO, 28 jun. 1941, p. 01)	28/06/1941
	Chega hoje José Mojica (CHEGA, 3 jul. 1941, p. 03)	03/07/1941
	José Mojica no Rio (JOSÉ, 04 jul. 1941, p. 08)	04/07/1941
	Triunfal Estréia de José Mojica – A Linda Noite de Ontem, no Cassino da Urca, em benefício da “Cidade das Meninas” (TRIUNFAL, 05 jul. 1941, p. 01)	05/07/1941
	Mundana – A Voz da América (A VOZ, 09 jul. 1941, p. 04)	09/07/1941
	José Mojica no Palácio Guanabara (JOSÉ, 11 jul. 1941, p. 02)	11/07/1941
	Mais de 50 contos para a “Cidade das Meninas” (MAIS, 17 jul. 1941, p. 03)	17/07/1941
Campeonato Colegial	Campeonato Colegial (CAMPEONATO, 29 jun. 1941, p. 06)	29/06/1941
Doação do Sindicato dos Trabalhadores	Belo Gesto dos Trabalhadores Brasileiros – Vão contribuir com mil contos para a “Cidade das Meninas” (BELO, 25 jul. 1941, p. 03)	25/07/1941
	A Sra. Darcy Vargas e o Operariado Brasileiro (A SRA, 10 ago. 1941, p. 03)	10/08/1941
	A Inteligência do Bem (A INTELIGÊNCIA, 21 ago. 1941, p. 07)	21/08/1941
Exposição de Fotografias	Exposição de Reportagens Fotográficas (EXPOSIÇÃO, 1 ago. 1941, p. 08)	01/08/1941
	Exposição de Reportagens Fotográficas – Inaugura-se amanhã, a mostra dos trabalhos de Jean Manzon (EXPOSIÇÃO, 7 ago. 1941, p. 10)	07/08/1941
Filme – Fantasia –	“Fantasia”, num espetáculo deslumbrante	06/08/1941

Walt Disney	(FANTASIA, 6 ago. 1941, p. 01)	
	“Fantasia” milagre do Gênio de Walt Disney (FANTASIA, 7 ago. 1941, p. 03)	07/08/1941
	“Fantasia”, um espetáculo de Surpreendente Beleza (FANTASIA, 8 ago. 1941, p. 01; 07)	08/08/1941
	A Obra de Disney vista pelo Chanceler Oswaldo Aranha (A OBRA, 9 ago. 1941, p. 01;02)	09/08/1941
	Noite de Encantamento – Anna Amélia fala sobre Walt Disney (NOITE, 14 ago. 1941, p. 03)	14/08/1941
	A Grande Festa do Criador do “Pato Donald” – “Disney é um grande poeta” – diz Olegário Marianno (A GRANDE, 15 ago. 1941, p. 10)	15/08/1941
	“Fantasia” num espetáculo Deslumbrante – O Presidente Getúlio Vargas estará presente à Sessão de Gala (FANTASIA, 16 ago. 1941, p. 03)	16/08/1941
	Disney, Criador de Fábulas no Século XX (DISNEY, 17 ago. 1941, p. 02)	17/08/1941
	O Mágico dos Desenhos Animados – Como falou Henrique Pongetti sobre Walt Disney (O MÁGICO, 18 ago. 1941, p. 02)	18/08/1941
	Dois Grandes Acontecimentos de Arte e Um Só Movimento de Amor e Caridade – Walt Disney e Grace Moore – O Recital do Famoso Soprano e a Estréia de “Fantasia” (DOIS, 22 ago. 1941, p. 01)	22/08/1941
	“Fantasia”, o Milagre de som e de Cor – A Noite de Gala de Hoje, em Benefício da Cidade das Meninas (FANTASIA, 23 ago. 1941, p. 01)	23/08/1941
	Uma Tarde Encantadora na Crônica Social Carioca – A Recepção Oferecida pela Senhora Getúlio Vargas, no Guanabara (UMA TARDE, 23 ago. 1941, p. 01)	23/08/1941
	A “Première” de “Fantasia” (A PREMIÈRE, 25 ago. 1941, p. 02)	25/08/1941
Grace Moore	Grace Moore cantará para a Cidade das Meninas (GRACE, 16 ago. 1941, p. 01; 03)	16/08/1941
	Ecos e Novidades (ECOS, 18 ago. 1941, p. 02)	18/08/1941
	As Sras. Darcy Vargas e Eleanor Roosevelt na opinião de Grace Moore – Vai Cantar para a “Cidade das Meninas” (AS SRAS., 19 ago. 1941, p. 02)	19/08/1941
	Grace Moore vai cantar em Benefício da Fundação Darcy Vargas (GRACE, 23 ago. 1941, p. 02)	23/08/1941
Artistas de Rádio	Desfile de Astros do Rádio (DESFILÉ, 18 ago. 1941, p. 02)	18/08/1941
Recepção no Guanabara	Noite de Aniversário – Mundana (NOITE, 15 dez. 1941, p. 04)	15/12/1941
Jogo do Flamengo e do Fluminense	Haverá Novo Fla-Flu! – Jogarão Flamengo e Fluminense, depois do Campeonato em Benefício	26/11/1941

	da “Cidade das Meninas” – Sob o Patrocínio do D. I. E. – A “Warners Brothers” oferece um riquíssimo troféu (HAVERÁ, 26 nov. 1941, p. 07)	
	No Estádio do Vasco (NO ESTÁDIO, 28 nov. 1941, p. 02)	28/11/1941
	Será Prestigiado pelo C. B. D. – A entidade máxima dará todo o apoio à realização do Fla-Flu, patrocinado pelo D. I. E., em benefício da “Cidade das Meninas e da “Casa do Estudante” – Solidários os senhores Luiza Aranha e Castello Branco (SERÁ, 2 dez. 1941, p. 09)	02/12/1941
Solenidade no terreno da Cidade das Meninas	A Cruz de Cristo nos Terrenos da “Cidade das Meninas” (A CRUZ, 7 dez. 1941, p. 01-02)	07/12/1941
Carmen Miranda	Carmen Miranda, a Grande Estrela Brasileira (CARMEN, 28 dez. 1941, p. 06)	28/12/1941
Busto de Getúlio Vargas para a Cidade das Meninas	Virá ao Rio buscar os Restos Mortais de Teixeira de Freitas (VIRÁ, 29 dez. 1941, p. 06)	29/12/1941

Fonte: Jornal – A Noite.⁹³

Quadro 34 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1942

ATIVIDADE PROMOVIDA	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Café dançante	A Embaixatriz do Café Brasileiro, no Cinema (A EMBAIXATRIZ, 12 jan, 1942, p. 05)	12/01/1942
Batismo do avião	O Batismo do “Amador Bueno” – Parainfou o ato a Sra. Darcy Vargas – o Discurso de Agradecimento do Sr. Vargas Netto (O BATISMO, 21 jan. 1942, p. 03)	21/01/1942
Solicitação de partida extra	O Conselho Nacional de Desportos (O CONSELHO, 28 jan. 1942, p. 02)	28/01/1942
Carnaval	Para a “Cidade das Meninas” o Baile de Gala do Municipal (PARA, 30 jan. 1942, p. 01)	30/01/1942
	O Baile do Municipal (O BAILE, 31 jan. 1942, p. 01)	31/01/1942
	Em Benefício da “Cidade das Meninas” – O Baile de Gala do Municipal, sob o Patrocínio da Sra. Darcy Vargas (EM BENEFÍCIO, 03 fev. 1942, p. 01-02)	03/02/1942
	O Baile de Gala do Municipal, patrocinado pela Sra. Darcy Vargas – Começou, hoje, a venda de ingressos, na bilheteria do teatro – A decoração (O BAILE, 04 fev. 1942, p. 01)	04/02/1942
	O Baile de Gala do Municipal – Grande Procura de Localidades para a Maior Festa do Carnaval, em	06/02/1942

⁹³ A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

Benefício da “Cidade das Meninas” (O BAILE, 6 fev. 1942, p. 01)	
Mundana – Carnaval de 1942 (CARNAVAL, 6 fev. 1942, p. 04)	06/02/1942
O Baile de Gala Infantil, no Municipal – Beneficiará a “Cidade das Meninas” e será na terça-feira (O BAILE, 7 fev. 1942, p. 03)	07/02/1942
O Baile de Gala no Municipal – Em Benefício da Cidade das Meninas (O BAILE, 8 fev. 1942, p. 02)	08/02/1942
Mundana – O “Menú” carnavalesco (O MENÚ, 10 fev. 1942, p. 04)	10/02/1942
O Baile do Municipal – Em benefício da “Cidade dos Meninos”, sob o patrocínio da Sra. Darcy Vargas – As Mesas do Recinto (O BAILE, 11 fev. 1942, p. 01)	11/02/1942
Quatorze Prêmios para o Baile Infantil no Municipal (QUATORZE, 11 fev. 1942, p. 01)	11/02/1942
O Baile de Gala do Municipal patrocinado pela Sra. Darcy Vargas – Ampliado, novamente, o número de prêmios – Serão contemplados, também, as fantasias masculinas (O BAILE, 13 fev. 1942, p. 01)	13/02/1942
Mundana – O Baile do Municipal (O BAILE, 13 fev. 1942, p. 04)	13/02/1942
O Primeiro Concorrente ao Baile Infantil, no Municipal, em Benefício da Cidade das Meninas – Expressivo Flagrante do Interesse da Gurisada por esse acontecimento patrocinado pela Sra. Darcy Vargas (O PRIMEIRO, 13 fev. 1942, p. 03)	13/02/1942
Propaganda (PROPAGANDA, 14 fev. 1942, p. 03)	14/02/1942
O Baile de Gala do Municipal (O BAILE, 14 fev. 1942, p. 04)	14/02/1942
O Carnaval em Petrópolis (O CARNAVAL, 14 fev. 1942, p. 09)	14/02/1942
O Baile de Gala, amanhã, no Municipal, sob o alto patrocínio da Sra. Darcy Vargas – Um Acontecimento Empolgante na Vida Mundana Brasileira (O BAILE, 15 fev. 1942, p. 03)	15/02/1942
O Baile Infantil do Municipal, em Benefício da Cidade das Meninas (O BAILE, 15 fev. 1942, p. 02)	15/02/1942
Propaganda (PROPAGANDA, 16 fev. 1942, p. 03)	16/02/1942
O Baile do Municipal (O BAILE, 16 fev. 1942, p. 03)	16/02/1942
Brilhantíssimo o Baile de Gala no Teatro Municipal (BRILHANTÍSSIMO, 18 fev. 1942, p. 07)	18/02/1942
Ecos do Carnaval (ECOS, 19 fev. 1942, p. 07)	19/02/1942
A Renda do Baile de Gala do Teatro Municipal – Recebida pela Sra. Darcy Vargas a Comissão	31/03/1942

	Organizadora da Grandiosa Festa do Último Carnaval (A RENDA, 31 mar. 1942, p. 02)	
Confraternização Brasil – Estados Unidos	A Festa de Confraternização Brasil-Estados Unidos – Antonio Carriço lutar com Lew Barba no dia 13 do corrente (A FESTA, 11 mar. 1942, p. 07)	11/03/1942
	José Paulino desafiou Carrico por intermédio do D.I.P. (JOSÉ, 20 mar. 1942, p. 07)	20/03/1942
Sobre a Cidade das Meninas	Regressa hoje o Ministro do Trabalho (REGRESSA, 15 abr. 1942, p. 03)	15/04/1942
Doação	25 Contos para a Cidade das Meninas – Entregues pelo Interventor Paulista à Sra. Darcy Vargas (25 CONTOS, 22 abr. 1942, p. 05)	22/04/1942
	Relógio Geográfico Mundial (RELÓGIO, 12 jul. 1942, p. 04)	12/07/1942
	Rendeu 4.200\$000 a Rifa de um Relógio em Benefício da “Cidade das Meninas” (RENDEU, 29 jul. 1942, p. 02)	29/07/1942
Artistas do Rádio	Amanhã, outra vez, na Rádio Nacional (AMANHÃ, 23 abr. 1942, p. 03)	23/04/1942
	A Quarta Audição de Violeta Coelho Netto de Freitas na Rádio Nacional (A QUARTA, 24 abr. 1942, p. 03)	24/04/1942
	Telegramas e Mais Telegramas (TELEGRAMAS, 25 abr. 1942, p. 06)	25/04/1942
	Ainda sob o Patrocínio da Urca (AINDA, 30 abr. 1942, p. 02)	30/04/1942
	Violeta Coelho Netto de Freitas, sob o patrocínio da Urca (VIOLETA, 2 mai. 1942, p. 03)	02/05/1942
	O Penúltimo Espetáculo sob o Patrocínio da Urca (O PENÚLTIMO, 7 mai. 1942, p. 03)	07/05/1942
	Violeta Coelho Netto de Freitas, hoje, na Rádio Nacional (VIOLETA, 8 mai. 1942, p. 03)	08/05/1942
	As Audições de Violeta Coelho Netto de Freitas sob o patrocínio da Urca (AS AUDIÇÕES, 9 mai. 1942, p. 03)	09/05/1942
	Violeta Coelho Netto de Freitas e o seu Último Concerto na Rádio Nacional sob o Patrocínio da Urca (VIOLETA, 13 mai. 1942, p. 04)	13/05/1942
	Violeta Coelho Netto de Freitas encerra Hoje o Programa patrocinado pela Urca (VIOLETA, 15 mai. 1942, p. 03)	15/05/1942
	A Última Audição de Violeta Coelho Netto de Freitas sob o Patrocínio da Urca (A ÚLTIMA, 16 mai. 1942, p. 06)	16/05/1942
	Tito Guizar	Rigor no dia 23! – Informam de Nova York (RIGOR, 6 mai. 1942, p. 02)
Homenagem do Instituto Brasil-México a Tito Guizar (HOMENAGEM, 19 mai. 1942, p. 03)		13/05/1942

	Propaganda (PROPAGANDA, 21 mai. 1942, p. 02)	21/05/1942
	Às 3,45! (ÀS, 22 mai. 1942, p. 02)	22/05/1942
	A Atitude do México – Um artista mexicano cumpre o seu dever – Tito Guizar só chegará no dia 25 (A ATITUTDE, 23 mai. 1942, p. 02)	23/05/1942
	Tito Guizar oferece um cocktail à imprensa (TITO, 25 mai. 1942, p. 02)	25/05/1942
	Enfim, chegou Tito Guizar! (ENFIM, 26 mai. 1942, p. 02)	26/05/1942
	Tito Guizar aclamado na Urca – O Embaixador do México recebeu calorosa Homenagem na Festa de Ontem (TITO, 27 mai. 1942, p. 02)	27/05/1942
	Cinquenta Contos para a Cidade das Meninas (CINQUENTA, 17 jun. 1942, p. 02)	17/06/1942
Reunião com Amaral Peixoto (interventor)	Para a Intensificação da Produção Agrícola do Estado do Rio (PARA, 15 mai. 1942, p. 02)	15/05/1942
Plantação na Cidade das Meninas	Propaganda de Sericultura através da Escola Primária (PROPAGANDA, 5 jun. 1942, p. 03)	05/06/1942
Filme – Dumbo	ARTE E BELEZA – A Serviço do Bem – “Dumbo”, a Nova Produção de Walt Disney, em Benefício da “Cidade das Meninas” (ARTE, 4 jul. 1942, p. 02)	04/07/1942
	A Avant-première de “Dumbo” no Plaza em Benefício da “Cidade das Meninas” (A AVANT-PREMIÈRE, 7 jul. 1942, p. 02)	07/07/1942
	“Dumbo” em Benefício da “Cidade das Meninas”(DUMBO, 8 jul. 1942, p. 02)	08/07/1942
	A avant-première de “Dumbo” em benefício da “Cidade das Meninas” (A AVANT-PREMIÈRE, 9 jul. 1942, p. 02)	09/07/1942
	A Renda da “première” de “Dumbo” (A RENDA, 4 ago. 1942, p. 04)	04/08/1942
	Disney, Criador de Fábulas no Século XX (DISNEY, 17 ago. 1942, p. 02)	17/08/1942
Jantar Dançante	Em Benefício da “Cidade das Meninas” (EM BENEFÍCIO, 19 jun. 1942, p. 02)	19/06/1942
	Começam Hoje os Jantares Dançantes – O Sucesso de Exposição das Atividades de Organização do Governo Federal (COMEÇAM, 3 ago, 1942, p. 03)	03/08/1942
Visita à Cidade das Meninas	Impressões de Uma visita à Cidade das Meninas (IMPRESSÕES, 26 ago. 1942, p. 02)	26/08/1942
	A Visita da Sra. Darcy Vargas à Cidade das Meninas (A VISITA, 24 dez. 1942, p. 01)	24/12/1942
Golpe	Dois Chantagistas pediam Dinheiro para a “Cidade das Meninas” – Um outro Caso (DOIS, 30 ago. 1942, p. 02)	30/08/1942
Intensificação da	Para a Intensificação da Produção Fluminense – A	02/09/1942

produção fluminense	Repartição Especialista Estadual trabalha de Comum Acordo com o Ministério da Agricultura (PARA, 2 set. 1942, p. 07)	
Legião Brasileira de Assistência (LBA)	Iremos para as Oficinas, para o Trabalho mais árduo, se assim reclamar a Defesa do Brasil – Diz a Sra. Plínio Uchôa, falando do entusiasmo que a Legião Brasileira de Assistência desperta em todas as Camadas Sociais (IREMOS, 12 set. 1942, p. 02)	12/09/1942
	L. B. A. (LBA, 10 out. 1942, p. 03)	10/10/1942
Solidariedade dos portugueses	Ao Lado do Brasil desde a Primeira Hora – A Solidariedade dos Portugueses, na palavra do Embaixador Nobre de Mello (AO LADO, 13 set. 1942, p. 07)	13/09/1942
Aniversário de Darcy Vargas	O Aniversário, Amanhã, da Sra. Darcy Vargas e os Programas Femininos das Emissoras Cariocas (O ANIVERSÁRIO, 11 dez. 1942, p. 03)	11/12/1942
	D. Darcy S. Vargas (D. DARCY, 12 dez. 1942, p. 03)	12/12/1942
	Vocação que se cumpre (VOCAÇÃO, 13 dez. 1942, p. 03)	13/12/1942

Fonte: Jornal – A Noite.⁹⁴

Quadro 35 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1943

ATIVIDADE PROMOVIDA	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Doação	Contribuição para a Cidade das Meninas (CONTRIBUIÇÃO, 6 jan. 1943, p. 03)	06/01/1943
	Mais uma contribuição para “A Cidade das Meninas” (MAIS, 13 jan. 1943, p. 02)	13/01/1943
	Mundana – Cidade das Meninas (CIDADE, 19 jan. 1942, p. 04)	19/01/1943
	Mundana – Cidade das Meninas (CIDADE, 20 jan. 1943, p. 04)	20/01/1943
Auxílio da Indústria da Sede	Indústria da Seda para Auxiliar a “Cidade das Meninas” (INDÚSTRIA, 7 jan. 1943, p. 01; 03)	07/01/1943
Abastecimento Alimentar do Rio de Janeiro	O Estado do Rio e o Fomento Vegetal em 1942 – Plano ligado ao Abastecimento do Distrito Federal (O ESTADO, 6 fev. 1943, p. 03)	06/02/1943
Publicação do Ministério da Agricultura	O Brasil precisa, com urgência, de agrônomos e veterinários (O BRASIL, 4 mar. 1943, p. 03)	04/03/1943
Visita à Cidade das Meninas	Em Petrópolis o Ministro da Justiça do Paraguai – Visita ao Local da Cidade das Meninas e ao Museu Imperial (EM PETRÓPOLIS, 3 abr. 1943, p. 01; 02)	03/04/1943

⁹⁴ A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

	Em Belo Horizonte O Presidente Morinigo (em belo, 11 mai. 1943, p. 01; 02)	11/05/1943
A Delegacia	Abandonada a Localidade por Toda a População – Evadiu-se o truculento Subdelegado Melo (ABANDONADA, 12 jun. 1943, p. 03)	12/06/1943
Renda do filme – Para sempre e um dia para a Cidade das Meninas	Unidos pelos Mesmos Ideais de Filantropia (UNIDOS, 5 jul. 1943, p. 01)	05/07/1943
	Propaganda (PROPAGANDA, 5 jul. 1943, P. 03)	05/07/1943
Contribuição de Arko `à Cidade das Meninas	ARKO contribue para a Cidade das Meninas (ARKO, 18 set. 1943, p. 02)	18/09/1943
LBA	Assim é a L. B. A. (ASSIM, 10 out. 1943, p. 06)	10/10/1943
A Rodovia Rio Petrópolis	Já temos uma Mentalidade Rodoviária (JÁ TEMOS, 6 nov. 1943, p. 07)	06/11/1943
Saneamento na Baixada Fluminense	Saneando Outras Regiões do País (SANEANDO, 8 nov. 1943, p. 02)	08/11/1943
Plano agro-pecuário para a Cidade das Meninas	Grande Plano Agro-Pecuário Fluminense para a “Cidade das Meninas (GRANDE, 17 nov. 1943, p. 02)	17/11/1943
Iniciativa da Fundação Darcy Vargas	Um Palácio Cor de Rosa (UM PALÁCIO, 7 dez. 1943, p. 07)	07/12/1943
	A Inauguração do Primeiro Edifício	13/12/1943
Prestação de Contas do Dinheiro Arrecadado	Entregue à Sra. Darcy Vargas a renda de “Guisos e Clarins” (ENTREGUE, 30 dez. 1943, p. 03)	30/12/1943

Fonte: Jornal – A Noite.⁹⁵

Quadro 36 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1944

ATIVIDADE PROMOVIDA	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Bolsa da Rockfeller Foundation	Vai Estudar os Problemas de Amparo a Menores – Partiu para os Estados Unidos, designada pela Fundação “Darcy Vargas”, a Professora Maria Junqueira Schmidt (VAI, 28 jan. 1944, p. 02)	28/01/1944
	Professores Brasileiros nos Estados Unidos	20/03/1944
Diretora da Cidade das Meninas	Será a Diretora da “Cidade das Meninas” (SERÁ, 18 fev. 1944, p. 02)	18/02/1944
Ministério da Agricultura	A Cooperação Agrícola no Estado do Rio (A COOPERAÇÃO, 9 mar. 1944, p. 04)	09/03/1944
Preparação nos Estados Unidos para trabalhar na Cidade das Meninas	Professores Brasileiros nos Estados Unidos (PROFESSORES, 20 mar. 1944, p. 02)	20/03/1944
Doação	Doou Cem Mil Cruzeiros às Crianças Pobres do	25/03/1944

⁹⁵ A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

	Brasil (DOOU, 25 mar. 1944, p. 02)	
	Precioso Donativo Premiado num Concurso de Rádio, uma Menina de 11 anos oferece o prêmio à “Cidade das Meninas 9PRECIOSO, 18 jun. 1944, p. 14)	18/06/1944
	Deu seu Prêmio para a “Cidade das Meninas” – Expressivo Gesto de Uma Menina de 11 Anos (DEU, 20 jun. 1944, p. 02)	20/06/1944
	“Cidade das Meninas” – Mais um Donativo para Essa Magnífica Obra em Construção (CIDADE, 27 ago. 1944, p. 10)	27/08/1944
	Novo Donativo para a “Cidade das Meninas” – A Grande Obra Social caminha para a sua Etapa Final (NOVO, 19 nov. 1944, p. 07)	19/11/1944
Iniciativa da FDV	Pronta a Casa do Pequeno Trabalhador (PRONTA, 7 mai. 1944, p. 07)	07/05/1944
	A Casa do pequeno Trabalhador (A CASA, 26 mai. 1944, p. 03)	26/05/1944
LBA	A Infância dá o Exemplo – Vitoriosos no “Concurso de mensagens Infantis”, doaram os respectivos prêmios à Campanha de Redenção da Criança e à Cidade das Meninas (A INFÂNCIA, 16 MAI. 1944, P. 03)	18/05/1944
	L. B. A. – Donativos para a L. B. A., Cidade das Meninas e Cruz Vermelha Brasileira (LBA, 18 mai. 1944, p. 13)	18/05/1944
Cooperativa Agropecuária na Cidade das Meninas	Nova Cooperativa Agro-Pecuária (NOVA, 14 jun. 1944, p. 02)	14/06/1944
Trabalhos do DNER	Trabalhos do D. N. E. R. (TRABALHOS, 13 jul. 1944, p. 04)	13/07/1944
Plano governamental de proteção à laranja	Um Grande Plano Governamental de Proteção à Laranja (UM GRANDE, 5 set. 1944, p. 02)	05/09/1944
Visita de Walter Jobim à Baixada Fluminense	Visitou a Baixada Fluminense o Sr. Walter Jobim (VISITOU, 16 dez. 1944, p. 02)	16/12/1944

Fonte: Jornal – A Noite.⁹⁶

Quadro 37 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1945-1949

ATIVIDADE PROMOVIDA	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Alimentação	A Alimentação do Trabalhador (A ALIMENTAÇÃO, 6 fev. 1945, p. 06)	06/02/1945
Doação	No Rotary Club (NO ROTARY, 21 mar. 1945, p. 02)	21/03/1945
Possibilidade histórico-financeiro de Duque de	Possibilidades Econômico-Financeira do Município de Duque de Caxias – Ligeiro	15/12/1945

⁹⁶ A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

Caxias	Histórico (POSSIBILIDADES, 15 dez. 1945, p. 02)	
Visita à Cidade das Meninas	O Presidente da República visitará amanhã a Cidade das Meninas (O PRESIDENTE, 25 nov. 1946, p. 02)	25/11/1946
	O General Eurico Dutra visitou a Cidade das Meninas (O GENERAL, 2 dez. 1946, p. 01)	02/12/1946
Enchente	Os Danos causados pela Enchente no Núcleo Colonial de São Bento (OS DANOS, 30 jan. 1947, p. 02)	30/01/1947
	As Enchentes no Rio e em Juiz de Fora (AS ENCHENTES, 4 fev. 1947, p. 01; 02)	04/02/1947
Cooperativa na Cidade das Meninas	O Ministro da Fazenda transmitiu o Processo ao Tribunal de Contas (O MINISTRO, 20 ago. 1947, p. 09)	20/08/1947
Tratores nacionais para a Cidade das Meninas	Tratores Nacionais e Mais Baratos que os Estrangeiros (TRATORES, 5 abr. 1949, p. 01; 02)	05/04/1949
Combate à Malária	Milhares de Homens contra Milhões de Mosquitos (MILHARES, 30 mai. 1949, p. 04)	30/05/1949

Fonte: Jornal – A Noite.⁹⁷

Quadro 38 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1940

ATIVIDADE PROMOVIDA	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Carnaval	O Carnaval a Serviço da Caridade (O CARNAVAL, 10 jan. 1940, p. 13)	10/01/1940
Governo liberou a utilização de selos para infância desvalida	Para a Construção da “Cidade das Meninas” – As Estimativas sobre o Produto da Emissão “Charitas” (PARA, 25 jan. 1940, p. 12)	25/01/1940
Corrida Hípica Noturna	A Campanha Meritória da Primeira Dama do Brasil no Setor da Assitência Social – A Corrida Hípica Noturan em Benefício da “Casa das Meninas” (A CAMPANHA, 30 jun. 1940, p. 09)	30/06/1940
	Corridas à Noite no Hipódromo da Gávea – Em Benefício da Casa das Meninas (CORRIDAS, 2 jul. 1940, p. 02)	02/07/1940
Sobre a Cidade das Meninas	A Cidade das Meninas (A CIDADE, 13 jul. 1940, p. 06)	13/07/1940
Sobre a Cidade das Meninas	O Ministro da Viação visitou as Obras da Baixada Fluminense (O MINISTRO, 1 ago. 1940, p. 06)	01/08/1940
Filme – ...E o vento levou	CINEMAS – No dia seguinte ao da “avant-première” de gala em Benefício da Cidade das Meninas, “...E o Vento Levou” começará a ser	24/08/1940

⁹⁷ A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

	exibido em Três Sessões Diárias (CINEMAS, 24 ago. 1940, p. 12)	
	CINEMAS – Preparando a Noite de Maior Esplendor da Cinematografia em Nosso Continente (CINEMAS, 31 ago. 1940, p. 12)	31/08/1940
	Às 20,45 de hoje, no “Metro”, “...E o Vento Levou” será – Pomposamente entregue ao Rio (ÀS, 12 set. 1940, p. 11)	12/09/1940
Alma Flora e Pepa Ruiz	Cerca de 30 Artistas na Festa de Alma Flora e Pepa Ruiz no Carlos Gomes (CERCA, 29 ago. 1940, p. 02)	29/08/1940
Entrevista com o Desembargador Saboia Lima	O Problema da Infância Desvalida e o Governo do Presidente Getúlio Vargas (O PROBLEMA, 6 nov. 1940, p. 06)	06/11/1940
Festa artística na Escola Pádua Soares	TEATROS – Festa Artística da “Escola Pádua Soares” (TEATROS, 30 nov. 1940, p. 12)	30/11/1940
Recepção no Palácio Guanabara	Recepção no Palácio Guanbara – A realização de “Uma Noite de Natal” (RECEPÇÃO, 10 dez. 1940, p. 10)	10/12/1940

Fonte: Jornal do Brasil.⁹⁸

Quadro 39 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1941

ATIVIDADE PROMOVIDA	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Sobre a Cidade das Meninas	Em Benefício da Cidade das Meninas (EM BENEFÍCIO, 3 jan. 1941, p. 06)	03/01/1941
Carnaval no João Caetano	Propaganda do Baile de Gala (PROPAGANDA, 28 jan. 1941, p. 11)	28/01/1941
Doação	A Doação de Um Milhão de Metros Quadrados de Terra à Fundação Darci Vargas (A DOAÇÃO, 31 jan. 1941, p. 06)	31/01/1941
	Padaria e Confeitaria Brasil (PADARIA, 4 abr. 1941, p. 05)	04/04/1941
	Os Operários contribuirão com 1.000 Contos para a Cidade das Meninas	25/07/1941
	Os Operários e a Cidade das Meninas (OS OPERÁRIOS, 26 jul. 1941, p. 06)	26/07/1941
	Notas Sociais – A Cidade das Meninas e a Oferta dos Operários (A CIDADE, 12 ago. 1941, p. 09)	12/08/1941
	O Apoio da Sociedade Carioca às Iniciativas Generosas (O APOIO, 12 set. 1941, p. 09)	12/09/1941
	Móveis para a Cidade das Meninas (MÓVEIS, 19 nov. 1941, p. 09)	19/11/1941
Marambaia	Em Marambaia a Sra. Darci Vargas – Mais Uma Obra de Assistência Social (EM MARAMBAIA,	25/06/1941

⁹⁸ A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

	25 jul. 1941, p. 08)	
Visita à Cidade das Meninas	A Sra. Darcí Vargas visita os Terrenos da “Cidade das Meninas” (A SRA., 5 jul. 1941, p. 09)	05/07/1941
Autorização do Presidente para emissão de selos	Diversas Notícias (DIVERSAS, 17 jul. 1941, p. 06)	17/07/1941
RKO Radio Films – Filme Fantasia	Um cocktail e um Punhado de Notícias Sensacionais da RKO Radio Filmes do Brasil S. A. (UM COCKTAIL, 17 jul. 1941, p. 11)	17/07/1941
	Dentro de Poucos Dias serão posto à venda os Bilhetes para a Estréia de Gala de “Fantasia”, patrocinada pela Sra. Darcí Vargas, em benefício da Cidade das Meninas (DENTRO, 31 jul. 1941, p. 11)	31/07/1941
	Um Grande Acontecimento Social em Perspectiva (UM GRANDE, 6 ago. 1941, p. 02)	06/08/1941
	“Fantasia”, de Walt Disney, em Benefício da Casa das Meninas (FANTASIA, 7 ago. 1941, p. 09)	07/08/1941
	“Fantasia”, uma obra prima do Desenho Animado (FANTASIA, 8 ago. 1941, p. 09)	08/08/1941
	“Fantasia” em première de Gala em Benefício da Cidade das Meninas (FANTASIA, 10 ago. 1941, p. 09)	10/08/1941
	Walt Disney e as Creanças (WALT, 20 ago. 1941, p. 05)	20/08/1941
	Uma noite de esplendor, a primeira exibição de “Fantasia” (UMA NOITE, 20 ago. 1941, p. 11)	20/08/1941
	“Cidade das Meninas” (CIDADE, 23 ago. 1941, p. 09)	23/08/1941
Campeonato Colegial	Diversas Notícias (DIVERSAS, 22 jul. 1941, p. 06)	22/07/1941
Embaixada de Portugal	Embaixada Especial de – Portugal (EMBAIXADA, 14 ago. 1941, p. 10)	14/08/1941
Embaixada dos Estados Unidos	O “Garden-Party” na Embaixada dos Estados Unidos (O GRADEN-PARTY, 16 ago. 1941, p. 09)	16/08/1941
Prestação de Contas	“Cidade das Meninas”	23/08/1941
Exposição Jean Mazon	A Exposição de Jean Manzon (A EXPOSIÇÃO, 27 ago. 1941, p. 05)	27/08/1941
Grace Moore	Entregue a Grace Moore a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul (ENTREGUE, 2 set. 1941, p. 09)	02/09/1941
Agradecimento de Darcy V. à Imprensa	Um Agradecimento da Sra. Getúlio Vargas – A “Cidade das Meninas” considera a Imprensa uma de suas Principais Auxiliares (UM AGRADECIMENTO, 13 set. 1941, p. 13)	13/09/1941
Sobre a Fundação Darcy Vargas	A Fundação Darcí Vargas (A FUNDAÇÃO, 17 set. 1941, p. 05)	17/09/1941
Bing Crosby	Bing Crosby cantará em Benefício da “Cidade das	25/09/1941

	Meninas” (BING, 25 set. 1941, p. 09)	
Exposição F. Guinart	Notas de Belas Artes – Arte Espanhola – Exposição F. Guinart (NOTAS, 22 nov. 1941, p. 09)	22/11/1941
Anúncio	Anúncio de venda de lotes da Rio-Petrópolis com referência da Cidade das Meninas (ANÚNCIO, 22 nov. 1941, p. 19)	22/11/1941
Programas Femininos e a Campanha do Selo	Mais Donativos para a Cidade das Meninas – A Cooperação dos Programas Femininos e a Campanha do Selo (MAIS, 18 dez. 1941, p. 09)	18/12/1941

Fonte: Jornal do Brasil.⁹⁹

Quadro 40 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1942

ATIVIDADE PROMOVIDA	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Batismo do avião	A Sra. Darci Vargas Batisou um Avião	21/01/1942
Baile de gala no municipal e o filme de Orson Welles – Aquarela do Brasil – decoreção do Baile de Gala do Municipal	O Esplendor Incomparável do Baile de Gala do Municipal de 1942 – Um Filme de Orson Welles, com Joan Crawford, fixando Flagrantes da Assistência e das Danças no Principal Teatro do Rio	01/02/1942
	Teatros – “Aquarela do Brasil”, na Decoreção do Baile de Gala do Municipal	03/02/1942
Carnaval	Notas Sociais – Petrópolis (NOTAS, 12 fev. 1942, p. 07)	12/02/1942
Conselho Protetor da Campanha pró Colônias de Férias	Associações – Campanha Pró Colônia de Férias (ASSOCIAÇÕES, 15 fev. 1942, p. 10)	15/02/1942
Acidente com ‘menor’	O Bonde esmagou a Perna de Um Menor (O BONDE, 17 fev. 1942, p. 02)	17/02/1942
Doação	Cincoenta contos para a Cidade das Meninas	17/06/1942
	Valioso Conativo à Cidade das Meninas – Entregue a Sra. Darci Vargas pela Companhia de Hotéis Palace, a Importância de Vinte e Seis Contos (VALIOSO, 7 jul. 1942, p. 05)	07/07/1942
Propaganda	Noite de Gala no Copacabana (PROPAGANDA, 19 jun. 1942, p. 08)	19/06/1942
Jantar dançante no Cassino da Urca para a Cidade das Meninas	O SAPS inaugurou um Restaurante no Recinto da Exposição de Atividades da Administração do Governo (O SAPS, 2 ago. 1942, p. 05)	02/08/1942
Atividades do Governo	Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal (EXPOSIÇÃO, 6 ago.	06/08/1942

⁹⁹ A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

	1942, p. 06)	
Visita à Cidade das Meninas	Notícias do Estado do Rio (NOTÍCIAS, 6 ago. 1942, p. 05)	14/08/1942
	Impressões de Uma Visita à Cidade das Meninas (IMPRESSÕES, 26 ago. 1942, p. 05)	26/08/1942
LBA	Legião Brasileira de Assistência – Palavras da Sra. Darcy Vargas (LEGIÃO, 4 set. 1942, p. 02)	04/09/1942
Carta para Darcy Vargas de uma menina de Santa Catarina	O Instituto de Educação alista-se na Legião Brasileira de Assistência (O INSTITUTO, 10 out. 1942, p. 04)	10/10/1942
Educação e Ensino	Educação e Ensino – Ensino Municipal (EDUCAÇÃO, 13 dez. 1942, p. 10)	13/12/1942

Fonte: Jornal do Brasil.¹⁰⁰

¹⁰⁰ A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

Quadro 41 Arrecadação de Verbas para a Cidade das Meninas – 1943-1949

ATIVIDADE PROMOVIDA	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
Entrevista do Ministro da Agricultura	Uma Entrevista Coletiva do Ministro da Agricultura à Imprensa – As Realizações do Ministério para o Esforço de Guerra do Brasil (UMA ENTREVISTA, 4 mar. 1943, p. 6)	04/03/1943
Visita à Cidade das Meninas	O Ministro da Justiça do Paraguai visita a “Cidade das Meninas” e o “Museu Imperial” (O MINISTRO, 3 abr. 1943, p. 08)	03/04/1943
	O C. N. P. A, a Penitenciária e Outras Obras (O CNPA, 20 jul. 1944, p. 05)	20/07/1944
	O Presidente da República em visita à “Cidade das Meninas” (O PRESIDENTE, 28 nov. 1946, p. 15)	28/11/1946
	A Visita do Chefe do Govêrno à “Cidade das Meninas” (A VISITA, 3 dez. 1946, p. 08)	03/12/1946
Transferência de terrenos à FDV	Transferência de Terrenos à Fundação Darcí Vargas e à Cidade das Meninas (TRANSFERÊNCIA, 30 abr. 1942, p. 05)	30/04/1942
Contribuição da Arko Ltda.	ARKO contribue para a “Cidade das Meninas” (ARKO, 18 set. 1943, p. 05)	18/09/1943
Sobre a Cidade das Meninas	Atos do Governo – Cidade das Meninas (ATOS, 18 nov. 1943, p. 05)	18/11/1943
	Iniciada a “N. V.” da “Casa do Pequeno Trabalhador” (INICIADA, 25 jan. 1944, p. 03)	25/01/1944
	Referência em mapas de localização (REFERÊNCIA, 22 jun. 1945, p. 15)	22/06/1945
	Venda de terreno com a Cidade das Meninas como referência (VENDA, 26 jul. 1945, p. 15)	20/07/1945
Congresso Brasileiro de Geografia na Cidade das Meninas	X Congresso Brasileiro de Geografia (X, 5 set. 1945, p. 06)	15/09/1944
Recital de Teresinha Nazaré	Recital de Teresinha Nazaré da Fonseca (RECITAL, 13 dez. 1944, p. 10)	13/12/1944
	Recital de Teresinha Fonseca (RECITAL, 17 dez. 1944, p. 16)	17/12/1944
Campanha para a Cidade das Meninas	Nova e Justa Campanha (NOVA, 15 set. 1948, p. 04)	15/09/1948
Trator (FNM) para a Cidade das Meninas	Vida dos Campos – Um trator Cem por Cento Nacional (VIDA, 17 abr. 1949, p. 10)	17/04/1949

Fonte: Jornal do Brasil.¹⁰¹¹⁰¹ A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.

Quadro 42 Reportagens de Diferentes Jornais sobre a Cidade das Meninas

JORNAL	ATIVIDADE PROMOVIDA	MANCHETE	PUBLICAÇÃO
CORREIO DA MANHÃ	Sobre a Cidade das Meninas	Menores Pobres e Abandonados (MENORES, 26 fev. 1944, p. 04)	26/02/1944
O JORNAL DO RIO DE JANEIRO	Visita à Cidade das Meninas	Apostolado das Ruas em Favor de Uma Infância Desamparada (APOSTOLADO, 24 jun. 1949, p. 05)	24/06/1949
CORREIO DA MANHÃ	A mudança do atendimento	A Cidade que mudou de Sexo – Toma Novo Rumo a “Cidade das Meninas” (A CIDADE, 22 fev. 1949, p. 01)	22/02/1949
CORREIO DA MANHÃ	No Território da Cidade dos Meninos	Inaugurado o Instituto Nacional de Malariologia (INAUGURADO, 8 mai. 1949, p. 02)	08/05/1949

Fonte: Jornais – Jornal do Rio de Janeiro e Correio da Manhã.¹⁰²

¹⁰² A referência de cada uma dessas reportagens consta no item – Fonte.